



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - CAMPUS TRINDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Murilo Ramalho Procopio

As transformações na ação coletiva de esquerda diante dos ciclos de protesto contemporâneos: reflexos das Manifestações de Junho na atuação de coletivos do município de Governador Valadares-MG

FLORIANÓPOLIS

2022

Murilo Ramalho Procopio

As transformações na ação coletiva de esquerda diante dos ciclos de protesto contemporâneos: reflexos das Manifestações de Junho na atuação de coletivos do município de Governador Valadares-MG

Tese submetida ao Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Javier Ignacio Vernal

Coorientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

PROCOPIO, MURILO

As transformações na ação coletiva de esquerda diante dos ciclos de protesto contemporâneos: reflexos das Manifestações de Junho na atuação de coletivos do município de Governador Valadares-MG / MURILO PROCOPIO; orientador, Javier Ignacio Vernal, coorientador, Mauro Augusto dos Santos, 2022.

409 p.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Manifestações de Junho. 3. Movimentos sociais. 4. Coletivos. I. Ignacio Vernal, Javier. II. Augusto dos Santos, Mauro. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Murilo Ramalho Procopio. **As transformações na ação coletiva de esquerda diante dos ciclos de protesto contemporâneos:** reflexos das Manifestações de Junho na atuação de coletivos do município de Governador Valadares-MG

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Adriano Pilatti, Dr.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Profa. Cristine Gorski Severo, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Sandra Noemi Cucurulo Caponi, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Ciências Humanas.

Prof. Dr.(a) Eunice Sueli Nodari

Coordenadora do Programa

Prof. Dr.(a) Javier Ignacio Vernal

Orientador

Florianópolis, 25/03/2022.

Este trabalho é dedicado a todos os que dispõem tempo e suor na construção de alternativas ao individualismo, à anomia, à desigualdade e à discriminação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi elaborado a partir da contribuição de diferentes pessoas e instituições, às quais eu dedico os meus mais sinceros agradecimentos.

À Universidade Vale do Rio Doce e aos seus profissionais, pela iniciativa de construção e viabilização do Doutorado Interinstitucional.

Ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e aos seus professores, que colaboraram para uma experiência acadêmica rica e transformadora.

Aos meus colegas de turma, por criarem um ambiente de aprendizado coletivo saudável, colaborativo e heterogêneo.

Ao meu coorientador Mauro, pelas valiosas contribuições na metodologia e na definição do objeto de pesquisa.

Ao meu orientador Javier, por possibilitar que o solitário e desgastante trabalho de pesquisa fosse realizado da maneira mais gratificante possível, sem deixar de apontar, corrigir e redirecionar as rotas, sempre que necessário.

Aos meus pais e demais familiares, por todo o apoio na construção de minha carreira profissional e acadêmica.

À Fernanda, minha parceira de vida, por caminhar comigo diante dos desafios, compreender minhas ausências e mudanças de humor e por celebrar cada conquista do nosso projeto de vida em comum nos últimos nove anos.

Ao Benício, que veio carimbar o fechamento deste ciclo, inaugurando um horizonte de esperança e de boas transformações.

Não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política, para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação. Utilize a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política.

(Michel Foucault)

RESUMO

A presente tese tem como objetivo principal construir uma chave de leitura original sobre o sentido e as consequências das Manifestações de Junho no cenário político brasileiro, considerando o surgimento dos coletivos como uma forma de organização política em ascensão no âmbito da esquerda e as particularidades de uma região não pertencente às grandes metrópoles urbanas. A construção de uma elaboração interpretativa própria deste período é realizada a partir do diálogo crítico com as leituras hegemônicas sobre o tema, e influenciada, principalmente, pela contribuição de Breno Bringel a respeito dos problemas de investigação mais comuns na bibliografia nacional. Com base nestes pressupostos, construiu-se uma perspectiva de análise que conta com os seguintes elementos: abordagem do contexto global no qual estavam inseridas as Jornadas brasileiras; percepção do fenômeno político para além de seu aspecto institucional ou eleitoral; consideração do caráter heterogêneo do perfil político e dos motivos de engajamento na ação coletiva contemporânea; identificação do aspecto multidimensional dos efeitos das Jornadas no âmbito político, principalmente da esquerda; compatibilidade histórica e teórica entre as diversas pautas contrárias à opressão; características regionais das transformações políticas que compõem o espectro das consequências atribuíveis às Jornadas de Junho. A partir deste referencial de análise, o estudo se dedica à recuperação dos acontecimentos ligados às Manifestações, utilizando-se de pesquisa teórico-bibliográfica relacionada ao próprio ciclo de protestos ocorrido em 2013, e às ações coletivas realizadas em anos posteriores, que apresentaram continuidades, em termos de repertório, com as Jornadas de Junho. A segunda parte do trabalho consiste em um mapeamento de alguns dos efeitos atribuíveis às Jornadas por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com membros de coletivos do Município de Governador Valadares – MG, surgidos após 2013. As entrevistas trataram do contexto de surgimento dos coletivos, da relação de seus membros com a política institucional e com os movimentos tradicionais, bem como das formas de atuação e objetivos destas organizações. Como resultado da investigação foi possível constatar que, ao contrário do que dizem duas das leituras hegemônicas sobre o tema, que se alternam entre a defesa de um processo revolucionário total e à responsabilização das Manifestações pelos fracassos institucionais e eleitorais, as mudanças de repertório influenciadas por este contexto serviram como: formas embrionárias de subjetivação política, principalmente a partir de pautas identitárias; entrelaçamento das lutas sociais, sobretudo na realidade local; formação de lideranças que articulam habilmente o combate às diversas formas de opressão em seus discursos e práticas; forma de reorganização interna de movimentos tradicionais. Além disso, a pesquisa confirmou que a relação entre os coletivos e os movimentos tradicionais não apresenta as mesmas tensões tradicionalmente invocadas na teoria e nas representações comuns sobre as subjetividades presentes em Junho, relacionadas à rejeição da política eleitoral e à institucionalidade da ação política.

Palavras-chave: Coletivos. Manifestações de Junho. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to develop an original view about the meaning and the consequences of the *Manifestações de Junho (June Journeys)* in the Brazilian political scenario, considering the emergence of collectives as a new form of political organization within the scope of the left and the particularities of a region not included in large urban metropolises. The construction of an interpretative elaboration of this period is carried out from the critical dialogue with the hegemonic readings on the subject, and influenced, mainly, by Breno Bringel's contribution regarding the most common research problems in the national bibliography. Based on these assumptions, an analysis perspective was constructed based on the following elements: approach to the global context in which the Brazilian Conferences were inserted; perception of the political phenomenon beyond its institutional or electoral aspect; consideration of the heterogeneous character of the political profile and the reasons for engagement in contemporary collective action; identification of the multidimensional aspect of the effects of the Journeys in the political sphere, mainly on the left; historical and theoretical compatibility between the different agendas against oppression; regional characteristics of the political transformations that make up the spectrum of consequences attributable to the June Journeys. From this analytical framework, the study is dedicated to the recovery of events linked to the Manifestations, using theoretical-bibliographic research related to the cycle of protests that took place in 2013, and to the collective actions carried out in later years, which presented continuities, in terms of repertoire, with the June Journeys. The second part of the work consists in delineate some of the effects attributable to the Journeys through semi-structured and in-depth interviews with members of collectives in the city of Governador Valadares - MG, which emerged after 2013. The interviews dealt with the context of the emergence of the collectives, the relationship of its members with institutional politics and traditional movements, as well as the ways in which these organizations operate and objectives. As a result of the investigation, it was possible to verify that, contrary to what two of the hegemonic readings which alternates between the defense of a total revolutionary process and the accountability of the June Journeys for institutional and electoral failure, the repertoire changes influenced by this context served as: embryonic forms of political subjectivation, mainly from identity guidelines; intertwining of social struggles, especially in the local reality; formation of leaders who skillfully articulate the fight against the different forms of oppression in their speeches and practices; form of internal reorganization of traditional movements. Furthermore, the research confirmed that the relationship between collectives and traditional movements does not present the same tensions traditionally invoked in theory and in common representations about subjectivities present in June, related to the rejection of electoral politics and the institutionality of political action.

Keywords: Collectives. June Journeys. Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1 – Charge de Bennet, na Folha de São Paulo de 13 de junho de 2013.....</u>	<u>57</u>
--	------------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ASDOG – Associação Samuel Domingues Gomes

CAQ – Custo Aluno Qualidade

CAQi – Custo Aluno Qualidade inicial

CAV – Copa das Atléticas nos Vales

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central Acadêmico

DRD – Diário do Rio Doce

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EPS – Esquerda Popular Socialista

EUA – Estados Unidos da América

FADIVALE – Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce

FAVENI – Faculdade de Venda Nova do Imigrante

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FSM – Fórum Social Mundial

GV – Governador Valadares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV – Instituto de Ciências da Vida (UFJF Campus GV)

IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queer, Interssexuais, Assexuais

LPJ – Levante Popular da Juventude

MBL – Movimento Brasil Livre

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NUDIS – Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades
ONG – Organização não governamental.
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PISM – Programa de Ingresso Seletivo Misto
PJ – Pastoral da Juventude
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE – Plano Nacional de Educação
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão aos Jovens
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
RU – Restaurante Universitário
SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento de Estado
Sind-UTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
STF – Supremo Tribunal Federal
TCC – Trabalho de conclusão de curso
TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UIF – União, Igualdade e Força

UJS – União da Juventude Socialista

UNB – Universidade Federal de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce

USP – Universidade de São Paulo

VPR – Movimento Vem pra Rua

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E OS MOVIMENTOS DE PROTESTO DO NOVO MILÊNIO: COMO INTERPRETÁ-LOS?	34
2.1 OS MOVIMENTOS DE PROTESTO E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS, SENTIDOS E CONSEQUÊNCIAS	40
2.2 AS ESPECIFICIDADES DO MOVIMENTO BRASILEIRO	54
2.3 QUEM ERAM OS INDIGNADOS BRASILEIROS E O QUE QUERIAM?	60
2.4 A IMPORTÂNCIA DOS COLETIVOS NA AÇÃO POLÍTICA CONTEMPORÂNEA ..	73
3 AS CONSEQUÊNCIAS DAS JORNADAS DE JUNHO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO PÓS-2013	79
3.1 ELEIÇÕES DE 2014, IMPEACHMENT E A RETOMADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FOCADOS NA INSTITUCIONALIDADE	83
3.2 OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: OS RESQUÍCIOS DA AUTONOMIA E DA HORIZONTALIDADE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL	91
3.3 O CRESCIMENTO DO IDENTITARISMO PÓS-2013: O FIM DA ESQUERDA CLASSISTA E POPULAR?	103
3.3.1 A compatibilidade teórica entre as perspectivas sobre identidades e as questões de classe	112
3.3.2 A aproximação histórica entre a esquerda classista e as questões identitárias	117
3.3.3 A formação de lideranças políticas coerentes na identificação e integração das formas de opressão contemporâneas	125
3.4 ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES SOBRE OS EFEITOS DE JUNHO NAS TRANSFORMAÇÕES DO ATIVISMO DE ESQUERDA	129
4 O CONTEXTO POLÍTICO DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DO ATIVISMO CONTEMPORÂNEO	132
4.1 O CENÁRIO POLÍTICO MUNICIPAL NO CONTEXTO DAS LUTAS DO NOVO MILÊNIO: O PAPEL DOS COLETIVOS	140

4.2 A DEFINIÇÃO DOS ATORES PERTENCENTES A COLETIVOS REPRESENTATIVOS DAS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS DO CENÁRIO POLÍTICO	141
4.2.1 Sobre o contexto de criação dos coletivos em Governador Valadares: a importância de Junho na abertura ou na reconfiguração de formas de subjetivação política	146
4.2.2 Sobre a percepção dos próprios atores a respeito dos movimentos sociais tradicionais e sua alegada falta de autonomia e horizontalidade	156
4.2.3 Os limites do repertório das Manifestações em relação à possibilidade de sobrevivência dos coletivos	161
4.3 OS REFLEXOS DAS MANIFESTAÇÕES NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167

1 INTRODUÇÃO

De forma semelhante aos diversos movimentos globais de insurreição ocorridos na virada do milênio, as Manifestações de Junho de 2013¹ no Brasil surgiram de forma inesperada para uma parte dos intérpretes de nossa realidade política e social, bem como para os governantes à época e para uma porção significativa da população (ALEXANDRE, 2018). Não que não apresentassem sinais claros de sua emergência (GUTIERREZ, 2014)². Mas a inovação apresentada por certas formas de protesto e de ativismo político, bem como a rapidez com que obtiveram o caráter de massa promoveram um (re)deslocamento significativo do olhar para o papel de movimentos e de atores até então desconhecidos ou invisibilizados no cenário nacional, cujos efeitos sobre as transformações da esfera pública brasileira ainda precisam ser interpretados.

O processo insurrecional vivido em 2013 colocou em dúvida as perspectivas que tendiam a analisar o contexto sociopolítico brasileiro sob uma ótica de relativa estabilidade econômica e social. Se os estudos econômicos apontavam para a mobilidade social de uma grande parcela da população através da expansão de programas de assistência social e políticas de inclusão no setor educacional (NERI, 2011; POCHMANN, 2012) e os efeitos da crise internacional de 2008 não eram tão latentes na realidade brasileira, como era possível explicar uma indignação popular de tal magnitude? Seriam os protestos expressões de uma forma autoritária de subjetividade política? Estariam as Manifestações ligadas a iniciativas planejadas de desgaste de determinadas autoridades e partidos? Como classificar os jovens ativistas sem lideranças estabelecidas e sem objetivos claros?

É possível que a adoção destes questionamentos como premissas tenha contribuído para fundamentar algumas das primeiras impressões sobre os sujeitos e os propósitos que compunham os protestos de 2013. Do ponto de vista dos prefeitos e governadores das localidades nas quais eclodiram as Manifestações, independentemente dos partidos aos quais

¹ Na presente tese, considera-se que o ciclo de protestos em questão configura um acontecimento político singular, daí porque sua caracterização como um substantivo próprio. Ao longo do trabalho, são utilizados, ainda, os termos: Manifestações, Junho de 2013, Manifestações de Junho, Jornadas de Junho, Jornadas Brasileiras, como formas de referenciar o referido ciclo de protestos.

² Além dos movimentos por gratuidade no transporte público, apontados por Gutierrez (2014) nos anos anteriores, é possível citar, como indícios dessa movimentação: a existência de protestos de massa com características semelhantes em anos anteriores em outros países; o crescimento do ativismo juvenil de repertório autonomista desde os primeiros eventos do Fórum Social Mundial em Porto Alegre; o uso da internet como forma de ativismo; e o desgaste geral das instituições políticas brasileiras.

pertenciam, a reação foi, inicialmente, de rejeição ou estranhamento. Ao comentar sobre o Movimento Passe Livre e sua incapacidade de liderar os acontecimentos violentos na rua, o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do PT, manifestava “(...) Você promove um movimento e não tem capacidade de liderança e aí lava as mãos. Isso não é próprio da democracia. Democracia é assumir responsabilidades” (‘NÃO, 2013). Já o governador de São Paulo, à época, Geraldo Alckmin, do PSDB, dizia ser “intolerável ação de baderneiros” (ALCKMIN, 2013).

No Estado do Rio de Janeiro, o então governador Sérgio Cabral (PMDB) manifestava desconfiança do caráter “espontâneo” das Manifestações, levantando a hipótese de que os atos possuíam interesses políticos relacionados ao seu desgaste (BULCÃO, 2013). Em Belo Horizonte, o prefeito Marcio Lacerda (PSB) destacava a necessidade de prender mais manifestantes por parte da Polícia Militar, diante do grande número de “vândalos” que compunham os protestos (‘PM, 2013). No âmbito dos grandes veículos de comunicação, o mesmo estranhamento existia em relação ao repertório de ação coletiva que se apresentava naquele momento (ZANOTTI, 2014).

As primeiras impressões compartilhadas publicamente – pela imprensa e pelos políticos tradicionais – sobre os protestos de 2013, qualificavam-nos, portanto, a partir de uma unidade de sentido, a despeito de suas diferenças em cada região do país. Em geral, escolhiam-se alguns aspectos essenciais que destacavam a depreciação dos protestos, seja o seu caráter supostamente violento, a ausência de pautas bem definidas ou a quebra do ritmo de vida cotidiano nas grandes cidades. O caráter violento das ações de rua, contudo (que, de fato, era admitido e instrumentalizado em um primeiro período pelos participantes), foi o principal elemento por meio do qual se buscou classificar através da mídia as primeiras ações coletivas (COSTA, 2016). Neste período, houve uma preocupação em entender, sobretudo, quem eram os jovens que se vestiam de preto, ocultavam seus rostos e depredavam o patrimônio público e privado, manifestando total desprezo e raiva pelo aparato policial (SOLANO et al., 2014).

Com o passar do tempo, a alta popularidade dos protestos perante a opinião pública (COSTA, 2016; VIANA, 2013) fez com que surgisse outro elemento unificador de interpretação das Manifestações de 2013 por parte da imprensa, agora não mais depreciativo: a insatisfação quanto ao sistema político representativo compartilhada pelos atores políticos da época (GOHN, 2015; NOBRE, 2013). Esta chave de interpretação dos movimentos se

baseava na percepção de que os protestos brasileiros assemelhavam-se a outros movimentos de protesto ocorridos em anos anteriores, ao redor do globo, nos quais a crítica ao sistema político representativo estava presente, acompanhada pela defesa de horizontalidade, autonomia e participação direta de atores e movimentos na cena política, além da ocupação em massa de praças públicas e a realização de passeatas com pautas difusas, muitas vezes identitárias.

No âmbito acadêmico, os intelectuais brasileiros se dividiram quanto à avaliação dos sentidos daquele ciclo de protestos. Em uma das entrevistas à época, a filósofa Marilena Chauí admitiu a existência de diversos problemas relacionados à situação de burocratização e de falta de democracia interna existente nos partidos políticos brasileiros, inclusive no Partido dos Trabalhadores, porém qualificava como perigosa e potencialmente fascista a crítica ao modelo de democracia representativa trazida pelas Manifestações (CHAUÍ, 2013). Chauí classificou o comportamento de indignação da juventude como uma espécie de imaturidade política juvenil, fazendo menção à expressão “pensamento mágico”, que, na antropologia, se relacionaria com a crença de que a vontade do sujeito criaria a realidade.

Sob essa forma, segundo a filósofa, o jovem ativista interpretaria os acontecimentos políticos de então como resultado direto de seu desejo – “eu quero, então, assim será” – negando os conflitos e a mediação por meio das instituições que seriam próprias da noção de democracia³. Chauí criticou, à época, a noção de “multidão” de Antonio Negri e Michael Hardt, que influenciaria grande parte da subjetividade política dos manifestantes. Para ela, a noção negriana seria excessivamente positiva em relação ao processo insurrecionário, crendo no resultado sempre favorável das revoluções, o que ignoraria o potencial das revoltas para a negação da própria política mediante a sublevação das paixões prejudiciais à sociedade, sob a forma de autoritarismo.

Jessé Souza (2017) também interpretou negativamente o sentido de junho de 2013 na realidade sociopolítica brasileira. Para Souza, haveria uma certa continuidade entre os protestos de 2013 e aqueles que ocorreram nos anos seguintes, o que teria se estabelecido mediante o discurso anticorrupção e de demonização do Estado principalmente por parte da

³ Em entrevista dada à revista Carta Maior em 2016, Marilena Chauí ressalta não ter classificado todo o movimento de Junho de 2013 como fascista, mas apenas as manifestações nacionalistas e antipartidárias existentes, sobretudo, a partir da segunda etapa de protestos (CHAUÍ, 2016).

elite e classe média brasileira, defensora dos interesses e valores dos mais ricos⁴. Segundo este discurso, reproduzido, segundo ele, nas obras de autores clássicos das ciências sociais brasileiras, como Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, e endossado por grandes *players* partidários até 2013, a corrupção brasileira estaria ligada a discursos que ressaltam origens étnicas⁵ ou “patrimonialistas”, sendo esta última uma crítica à burocracia estatal por meio do moralismo de exaltação de virtudes privadas⁶.

Além de enxergar a continuidade entre as Manifestações de Junho e os protestos de direita posteriores, o autor defendeu que o suposto desconhecimento da estrutura de classes brasileiras por parte da intelectualidade nacional e, em especial, dos mecanismos por meio dos quais a classe média naturalizaria e individualizaria sua posição na hierarquia social por meio da meritocracia, levaria à falsa esperança de que esta mesma classe poderia ser um agente revolucionário no Brasil, o que teria ocorrido em 2013⁷. Segundo Souza (2018, p. 241):

As conquistas sociais das democracias europeias foram fruto das lutas das classes trabalhadoras, e ninguém sensato por lá duvida disso. Mas, no Brasil, uma classe privilegiada, cujo interesse primeiro é na reprodução do mundo como ele é, adora se imaginar como “radical” e agente da mudança. É isso que é necessário esclarecer e compreender porque é o que nos singulariza.

Em sentido oposto aos intelectuais citados, podemos destacar alguns autores brasileiros – em geral, ligados ao pensamento de Antonio Negri, que teceram impressões positivas sobre o movimento de protesto (ALBUQUERQUE, 2014; CAVA, 2013; COCCO, 2014; HARDT, 2014; MENDES, 2014; SANTIAGO, 2015), manifestando uma percepção de que ele representaria um indício de possível transformação do sistema capitalista, de característica neoliberal. De acordo com Cocco (2014), ao menos no Rio de Janeiro, em 2013, estavam presentes as condições de emergência de um novo sujeito político e de uma nova forma de fazer política, por meio da união entre a juventude politizada de classe média e a

⁴ Segundo Souza (2017) o discurso anticorrupção também foi adotado por grande parte daqueles a quem chama de “batalhadores”, que são trabalhadores de ofícios precarizados, mas que podem nutrir o mesmo desprezo aos pobres apresentados pela classe média.

⁵ Esta relação entre etnia e corrupção no Brasil se encontra ligada à interpretação histórica e antropológica do “mito de origem”, a suposta mistura das três raças que formaram a identidade brasileira, e seus respectivos traços culturais diferenciadores.

⁶ A interpretação do economista André Lara Resende para o processo de mobilização ocorrido em 2013 representava exatamente o sentido destacado e criticado por Jessé Souza. Uma narrativa que atribuía como motivo da indignação popular a ineficiência da burocracia estatal refletido no projeto desenvolvimentista da economia (RESENDE, 2013).

⁷ Apesar de ressaltar que o início das manifestações atendia a interesses das classes populares, na medida em que se relacionavam com a cobrança por melhorias no serviço público, Souza (2018) associa o tom anticorrupção e antiestatal à captura das manifestações pela classe média, que tenderia a reproduzir a defesa de seus privilégios e de seu preconceito contra as classes menos favorecidas.

classe trabalhadora das grandes metrópoles, cujas vidas vinham se tornando esvaziadas de sentido pelas péssimas condições de mobilidade urbana, pela guerra entre a polícia e o tráfico, pela corrupção envolvendo governantes e as grandes empresários no Brasil.

Nessa linha interpretativa, as Manifestações de Junho se pareciam com outros eventos de protestos que começaram a surgir mais ou menos no mesmo contexto da crise econômica de 2008, e possibilitavam a materialização do sujeito coletivo descrito por Negri em coautoria com Michael Hardt (2004), a “Multidão”. Na obra negriana, a ideia de multidão tem a função (às vezes implícita) de substituir a categoria de classe proletariado, incorporando as transformações do mundo do trabalho referentes ao capitalismo tardio, cognitivo, pós-industrial, que não poderiam ser percebidas por Marx⁸. Além disso, a multidão se relacionaria com a ideia de diversidade de projetos de vida, da construção de mundos possíveis para além da financeirização total da existência promovida pelo neoliberalismo⁹.

Neste sentido, a realidade brasileira seria, portanto, mais um exemplo concreto da formação deste conceito de classe adaptado aos tempos contemporâneos, cujo otimismo em relação ao potencial revolucionário e anticapitalista o próprio Hardt transparecia, à época:

O proletariado parisiense revoltoso foi rapidamente vencido, mas a sua face sombria e ameaçadora chegara à cena da história. Nas “Jornadas de Junho” brasileiras, em 2013, a multidão mostrou a sua face de modo semelhante. Embora não tenha vencido imediatamente, este leão também pode anunciar notícias sobre nosso futuro (HARDT, 2014, p. 7).

A ideia de multidão como uma reformulação da categoria política de classe social no pensamento negriano era acompanhada da ideia de “comum”, um princípio organizador da produção e da sociedade baseado na colaboração, na horizontalidade e na oposição à privatização das esferas da vida. Dessa forma, as categorias negrianas iam além do marxismo tradicional, na medida em que consideravam o trabalho imaterial como predominante e que a reconfiguração da sociedade não era determinada pela transformação dos modos de produção (industrial, principalmente) mas das próprias formas de vida pelos atores.

⁸ Transformações identificadas por Negri como uma tendência ao trabalho imaterial, que ampliaria os mecanismos de espoliação da força produtiva da classe trabalhadora para além do poder disciplinar, forma típica de controle sobre corpos individualizados (HARDT e NEGRI; 2004).

⁹ Além da ideia de multidão, que representaria o sujeito político anticapitalista ou antineoliberal do tempo presente, a obra do pensador italiano utilizar a categoria “comum” para designar a forma de produção alternativa ao sistema capitalista, baseada em práticas colaborativas de bens materiais e imateriais e/ou de subjetividades de resistência aos padrões culturais hegemônicos, que aprisionariam as formas de vida (HARDT e NEGRI, 2016).

A aplicação das categorias de Negri e Hardt às grandes manifestações contemporâneas era alimentada pelo contexto de surgimento das tecnologias digitais e seu uso político, que passava a impressão, compartilhada por Castells (2013), de transformação da esfera pública a partir do aprofundamento da participação direta dos cidadãos. Segundo tal perspectiva, as estruturas de produção baseadas em tecnologias digitais favoreceriam a construção de uma nova subjetividade voltada para o “comum”, a partir do exemplo de práticas colaborativas na produção em rede, como o copyleft, por exemplo. Isto porque a estrutura comunicacional da internet estaria, em tese, organizada em termos de favorecimento da comunicação direta e não hierárquica entre os dados, ou seja, não mediados por uma inteligência/instituição que filtraria o processo de comunicação entre o emissor e o receptor da mensagem. Este fato, além de favorecer o surgimento de forças contra-hegemônicas na sociedade contemporânea, ajudaria na construção da superação das hierarquias sociais. Segundo a vertente negriana, a arquitetura da internet possibilitaria a formação de um regime de colaboração não-intencional, e que a criação de tal regime de produção no âmbito virtual poderia produzir efeito nas demais instituições.

A partir de enfoques distintos, autores como David Harvey¹⁰, Slavoj Žižek¹¹, por sua vez, também chegaram a promover leituras no sentido de que os protestos de massa e os fenômenos de ampliação da participação popular do novo milênio poderiam indicar um momento de ruptura sistêmica da forma de sociedade capitalista, ou, pelo menos, o crescimento de uma subjetividade à esquerda em formação, de caráter anticapitalista, ou, no mínimo, antiliberalismo.

Decorridos alguns anos da irrupção dos protestos, a maior parte do contexto político e econômico ao redor do globo não apresentou nenhum indício de superação sistêmica do modo de produção do capitalismo financeiro, tampouco a formação de um novo sujeito coletivo capaz de liderar um processo revolucionário de transição. No âmbito da política representativa tradicional, por sua vez, testemunhou-se a ascensão do discurso e de líderes conservadores e ou reacionários, como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Mauricio Macri, Boris

¹⁰ Enfatizando os conflitos relacionados ao direito à cidade, Harvey (2013) enxerga que as alterações do sistema capitalista no jogo político promoveram a adaptação de seus movimentos de contestação. Assim, tanto as iniciativas de participação popular em processos de decisão política – como os casos de orçamento participativo, no Brasil, no início do século – quanto a formação de estruturas locais comunais em eclosão seriam um indício da formação de uma subjetividade antineoliberal em ascensão.

¹¹ Valendo-se dos exemplos de insurreições em países onde o capitalismo assumia “formas de sucesso” em 2013, Žižek chegou a criticar as leituras sobre os movimentos globais que os tratavam de acordo com suas especificidades, considerando que isso apenas omitia o caráter de “revolução total” objetivado e previsto por Marx (Žižek, 2013).

Johnson, entre outros, bem como o fortalecimento das medidas econômicas neoliberais – austeridade fiscal, flexibilização trabalhista, privatizações – como resposta padrão aos recorrentes estados de crise que caracterizam toda a economia mundial atual.

O processo de comunicação pelas redes não se mostrou um instrumento de aumento da democracia e de valores colaborativos conforme esperavam os autores mencionados anteriormente, como Negri e Castells. Além das plataformas digitais de comunicação serem dominadas por oligopólios compostos por grandes corporações midiáticas, que mediam o processo comunicacional, a capilaridade dos discursos de extrema-direita ganhou força diante da possibilidade de utilização de disparos em massa de informações equivocadas e de discurso de ódio disfarçado sob a forma de liberdade de expressão (CESARINO, 2019).

Em relação ao contexto brasileiro, os fatos posteriores às Manifestações também apontaram um caminho de reforço do neoliberalismo. A política econômica desenvolvida a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff sinalizou no sentido de ajuste fiscal por meio do corte de gastos e da alta dos juros (CARVALHO, 2018), porém, mesmo com este aceno ao mercado, o governo Dilma não conseguiu conter o processo de impeachment instaurado contra si¹². Como consequência, o seu sucessor, e um dos principais articuladores do golpe¹³, Michel Temer, além de aprofundar os mecanismos de governança neoliberal, por meio da fixação constitucional de um limite de gastos governamentais que atingia direitos sociais como saúde e educação¹⁴, promoveu uma grande reforma na legislação trabalhista, a qual, entre outras coisas, regulamentou o regime intermitente, retirou garantias processuais do empregado, facilitou o processo de dispensa imotivada por parte do empregador e derrubou entraves ao trabalho insalubre para determinadas categorias, como pessoas grávidas. O pacote de reformas neste sentido seguiu seu curso com a reforma previdenciária aprovada em 2019,

¹² Apesar da fragilidade do suposto crime de responsabilidade imputado à mesma.

¹³ Apesar do cumprimento dos requisitos jurídicos formais para instauração e aprovação do impeachment, como quorum e enquadramento de um ato como uma das formas de crime de responsabilidade, as circunstâncias em que ocorreram o processo apontam nitidamente para a ocorrência de um golpe de estado, seja em razão da existência de práticas idênticas ocorridas anteriormente e não consideradas como crime de responsabilidade, ou pela própria iniciativa de regularização legal das práticas de “pedaladas” após a saída da presidenta.

¹⁴ Curiosamente, as manifestações de 2013 tinham como uma de suas pautas principais a melhoria do sistema público de saúde e educacional (BRAGA, 2017).

no governo Bolsonaro¹⁵, e com o constante estrangulamento orçamentário decorrente do teto de gastos.

No que diz respeito às novas formas de ação coletiva que poderiam indicar uma tendência ao crescimento da esquerda e do pensamento antineoliberal pela via não institucional, reforçando as interpretações otimistas sobre os protestos, assistiu-se, nesse campo, a igual ascensão de movimentos ligados às direitas liberal e conservadora. No Brasil, o MBL e o Vem pra Rua assumiram o protagonismo das ações coletivas de rua e do ativismo digital a partir de 2014 (GOHN, 2017). Estes movimentos cresceram mediante a instrumentalização das ideias¹⁶ de autonomia e do protagonismo crítico de movimentos anarquistas (presentes em 2013) a respeito dos limites da política representativa – como o MPL e os Comitês Populares da Copa – contudo, não tiveram maiores dificuldades em produzir diferentes lideranças que falavam em nome de todo o coletivo, as quais rapidamente transformaram suas ações de protesto em candidaturas próprias¹⁷. Todos estes acontecimentos enfraqueceram consideravelmente as perspectivas de análise otimistas de autores como Negri, Hardt, Harvey e Žižek a respeito dos grandes movimentos de protesto do novo milênio, incluindo as Manifestações de Junho, pois as transformações macropolíticas não apontaram para uma possibilidade de superação do capitalismo neoliberal no mundo. Além disso, foi possível perceber que grande parte da indignação coletiva ocorrida durante estes ciclos de protestos foi canalizada no fortalecimento de grupos e ideologias de direita e extrema-direita.

Diante do cenário em questão, algumas questões subjacentes a ele influenciaram as primeiras inquietações pessoais relacionadas à construção do problema da presente tese. Qual seria o sentido e o legado das Manifestações de Junho de 2013 e dos demais protestos de massa ocorridos nos últimos anos, para além dos efeitos macropolíticos mencionados? A existência dos efeitos em questão possibilita enquadrar os atores, as organizações e as ideologias presentes em Junho como de direita? Os protestos foram planejados por novos

¹⁵ No momento em que foi escrita a presente tese, encontram-se engatilhadas algumas propostas de reforma, quais sejam: a redefinição do chamado “Pacto Federativo”, mediante a extinção/fusão de municípios; a reforma administrativa, marcada pelo fim da estabilidade do servidor público, diminuição de sua liberdade de associação em partidos políticos e suspensão das progressões e promoções em contextos de crise econômica; reforma tributária.

¹⁶ O slogan “Vem pra rua” foi uma das palavras de ordem das manifestações de massa de 2013, e não tinham, à época, nenhum vínculo com uma pauta de direita. Por sua vez, o Movimento Brasil Livre é uma clara alusão ao Movimento Passe Livre, que se tornou famoso a partir de seu protagonismo inicial nos protestos que ocorreram em algumas das capitais do país.

¹⁷ Fernando Holiday, Kim Kataguirí, Arthur do Val são exemplos de lideranças destes movimentos que rapidamente se inseriram na política tradicional. O próprio presidente Jair Bolsonaro capitalizou sua popularidade a partir de uma lógica antissistema, mediante a incorporação simbólica do discurso anticorrupção.

atores e novas formas de organização como forma de desestabilização da esquerda tradicional? É possível enxergar consequências positivas das Manifestações de Junho no contexto político brasileiro mais recente, sobretudo no campo da esquerda? Quais seriam os indicadores dessas consequências, caso elas existam?

Estas questões se tornaram relevantes na medida em que os acontecimentos políticos posteriores tenderam a estabelecer como interpretação dominante (na imprensa e nos movimentos tradicionais de esquerda) a ideia de que as Manifestações de Junho constituíam, desde sua origem, um movimento de direita, ou, pelo menos, comandado por uma inteligência de direita, e que teriam continuado ao longo do tempo, manifestando-se na operação Lava-jato, no impeachment de 2015 e na eleição de Jair Bolsonaro (HORTA, 2017, 2018; SOUZA, 2020; CASTRO, 2020). Este discurso é ainda utilizado para responsabilizar os protestos de Junho pelo desgaste dos governos petistas (HORTA, 2017, 2018) ou para denunciar a ocorrência de interesses estrangeiros na construção de uma guerra híbrida¹⁸ no Brasil (DA SILVA et al., 2020; CASTRO, 2020; SOUZA, 2020).

Apesar do predomínio deste discurso perante grande parte de militantes e personalidades de esquerda mais ligados a partidos políticos, como Lula (LULA, 2019) e Ciro Gomes (ROSÁRIO, 2018), diversos trabalhos acadêmicos demonstraram a heterogeneidade das Manifestações de Junho e sua conexão com movimentos e atores de esquerda já atuantes na cena política brasileira (RICCI e ARLEY, 2014; SCHERER-WARREN, 2014; GOHN, 2015, 2017; MENDES, 2018), o que impossibilitaria enquadrá-las, exclusivamente, como um movimento de direita, embora persista a reflexão quanto a uma possível colaboração involuntária destes atores com interesses estrangeiros.

Poucos são, contudo, os trabalhos que se debruçaram detalhadamente sobre possíveis efeitos positivos de longo prazo, no âmbito da esquerda e nos seus respectivos movimentos sociais, relacionados às Manifestações. Alguns dos trabalhos posteriores, sobretudo aqueles mais próximos da perspectiva negriana, parecem defender que o potencial revolucionário de junho teria permanecido suspenso ao longo dos últimos anos, esperando um novo momento

¹⁸ A noção de guerra híbrida é normalmente atribuída a Korybko (2018) e se refere a táticas de desestabilização de países vizinhos à antiga União Soviética por parte dos Estados Unidos da América, visando derrubar governos que possuem boa relação com a Rússia, sem a necessidade de intervenções militares. As intervenções, neste caso, seriam promovidas por financiamentos e inventivos de pessoas jurídicas norte-americanas para realização de “revoluções coloridas”, explorando temas relacionados às minorias, às identidades, à democracia e aos direitos humanos. Embora seja um conceito relacionado ao contexto russo, a ideia geral é que esta forma de intervenção também seria utilizada na América Latina.

para desabrochar (SAFATLE, 2016; ROLNIK, 2018; PELBART, 2019). Estes trabalhos também reconhecem alguns efeitos de Junho nos acontecimentos anteriores, como a construção de novas subjetividades e a sua reverberação em acontecimentos como as ocupações secundaristas, por exemplo, mas as conexões construídas entre os movimentos se resumem ao seu caráter micropolítico, cultural ou de formas de vida, pouco informando sobre sua interferência na movimentação dos partidos, dos atores e das transformações institucionais vivenciadas no período. Outro aspecto comum a estes trabalhos é focar na realidade política dos grandes centros urbanos brasileiros, devido à influência que estes tiveram na construção do sentido das Manifestações de Junho.

Por outro lado, há produções como as de Pinheiro-Machado (2018, 2019) que exploraram empiricamente a relação das Manifestações de Junho com algumas das iniciativas coletivas que sobreviveram ao longo do tempo, como os rolezinhos, as ocupações secundaristas, a primavera feminista brasileira, entre outros. Nas pesquisas sobre movimentos sociais, outras contribuições se voltaram para as mudanças nas formas de organização e nas subjetividades políticas dos “novos atores” e dos “novos movimentos”, ou nas suas interações com as instituições (SCHERER-WARREN, 2014, 2015; GOHN, 2019; PEREZ, 2019), adotando um objetivo mais descritivo. Nestes trabalhos, contudo, não há uma preocupação em analisar as possibilidades de transformação social num sentido de esquerda, marcando a construção de iniciativas que se oporiam ao neoliberalismo ou ao próprio capitalismo.

A partir de uma perspectiva crítica à direita e ao sistema capitalista, é possível identificar portanto, a existência de duas chaves de leitura principais no debate brasileiro sobre as Manifestações de Junho e seus efeitos. A primeira, esperançosa em relação aos rumos do movimento, agrupa as contribuições acadêmicas chamadas, nesta tese, de revolucionárias ou otimistas. A segunda, que compreende as publicações críticas ao sentido e aos impactos de Junho, principalmente no cenário político-institucional, são chamadas de pessimistas. Estas formas de leitura contrastavam, portanto, entre a esperança na formação de uma subjetividade coletiva organizada, anticapitalista ou antidominação, capaz de titularizar um processo revolucionário; e a responsabilização do movimento pela ascensão de uma subjetividade coletiva conservadora em sentido cultural e defensora dos privilégios de classe existentes na sociedade brasileira. Um pouco menos relevante no debate da militância e na imprensa, são as perspectivas que continuam a investigar efeitos das Manifestações, principalmente nas formas

de organização contemporâneas, cujos limites foram expostos acima (SCHERER-WARREN, 2014, 2015; PINHEIRO-MACHADO, 2018; 2019; GOHN, 2019; PEREZ, 2019).

Sobre as duas interpretações hegemônicas, é possível afirmar que um dos méritos das revolucionárias é o fato de que elas ampliaram a perspectiva de análise sobre as formas de dominação e opressão contemporâneas, abandonando a exclusividade da relação capital-trabalho e incorporando a noção de formas de vida como possibilidades de subjetivação e de organização política coletiva. Influenciadas por uma visão sobre o poder baseada em Foucault¹⁹ (2014), essas leituras capturaram o surgimento de novos atores, que não apenas contestaram certos elementos do sistema capitalista contemporâneo mas também promoveram transformações no repertório da ação coletiva que subsistiram nos anos posteriores.

Um dos grandes problemas das perspectivas otimistas teria sido sua tentativa de formação (quase profética) de um sujeito coletivo imanente, de orientação necessariamente progressista, muito influenciado pela visão de que a síntese das subjetividades contemporâneas seriam definidas pelas próprias estruturas sociais atuais²⁰. Este fator demonstra a persistência de um certo determinismo histórico nas interpretações políticas brasileiras, própria de uma visão demasiada estrutural-funcionalista. Assim, ao analisarem os atores, os movimentos, as insurreições, estas leituras acabariam por promover uma unificação forçada de sentido tanto das subjetividades (em um sentido político) quanto das próprias formas de ação coletiva, que não apresentariam essa homogeneidade quando analisadas “de perto”.

Para as leituras pessimistas sobre as Manifestações de Junho, por outro lado, estas não poderiam jamais representar um processo de ruptura da sociedade capitalista ou neoliberal, seja porque não eram protagonizadas propriamente por uma classe trabalhadora ou porque pendiam para o autoritarismo, em razão de repercutirem interesses e valores da direita de forma ingênua ou da negação das instituições de mediação da política. As leituras

¹⁹ Ou seja, uma visão sobre relações de poder não baseadas apenas na ideia das classes e sua luta pelo domínio dos bens materiais e dos cargos políticos de uma dada sociedade.

²⁰ O que vai contra a própria noção de Foucault (2018) a respeito de como funcionam os processos revolucionários. Ao comentar a revolução iraniana, Foucault acredita que a grande maioria destes processos é marcada por um grande fenômeno coletivo de recusa e reconfiguração de si por uma massa de subjetividades, que pode ocorrer em reação a estruturas, dogmas, dispositivos e outros elementos. A partir deste enfoque, ficaria sem lugar a perspectiva revolucionária baseada na existência de um sujeito da história, como ocorrera no início da modernidade. Por outro lado, ao contrário do que sugerem alguns dos autores influenciados por Foucault, como Hardt e Negri, estes processos generalizados de reconstrução de si por cada subjetividade não ocorrem em um sentido necessariamente positivo ou melhor que o estado de coisas anterior.

pessimistas compartilham o mérito de não se deixarem levar pela intensidade dos acontecimentos, nem pela existência de símbolos e discursos anticapitalistas como indícios de ocorrência de um processo de transformação sistêmica, necessariamente benéficos para a esquerda. Sua preocupação com a estrutura de classes brasileira é também uma vantagem, na medida em que permite identificar formas de captura da indignação e dos discursos políticos ocorridos à época sob uma determinada visão de mundo, de direita.

Um dos problemas das perspectivas pessimistas, contudo, é o fato de caracterizarem a ação política através de um modelo fechado na estrutura institucional, principalmente na relação classe-partido, que acaba por deslegitimar qualquer iniciativa política cujos membros não sejam os representantes daquilo que imaginam compor as camadas mais baixas da estrutura de classes brasileira. Neste sentido, parece haver uma impossibilidade fática de que as transformações sociais brasileiras sejam protagonizadas ou defendidas por membros da classe média, ainda quando estes assumem um repertório de ação tipicamente de esquerda, na medida em que as reivindicações estariam sempre condicionadas à manutenção dos próprios privilégios em relação aos mais pobres. Esta perspectiva acaba por condicionar exageradamente a construção da subjetividade política à posição social, desconsiderando a forma complexa de circulação das ideologias e das identidades políticas entre as diferentes classes.

Outro aspecto problemático dessa visão é relacionar a crítica à representação e à burocracia das formas coletivas tradicionais como uma atitude necessariamente manipulada, ingênua ou fascista, desconsiderando que grande parte do pensamento acadêmico social e da prática política de esquerda radical compartilha dessa perspectiva de análise, e que aponta corretamente alguns dos vícios da democracia liberal. Além disso, ao enfatizarem como responsáveis pelas Manifestações interesses estrangeiros ou de oposição ao PT, e relacioná-los com todas as consequências vivenciadas no âmbito político, deixam de considerar as contradições relacionadas aos próprios governos petistas no sentido de reforço e propagação do neoliberalismo entre as subjetividades políticas que se formam nos dias de hoje (TATAGIBA et al., 2019). Também deixam de analisar como surgem as subjetividades de esquerda que fogem ao enquadramento institucional e partidário hegemônico, considerando-os praticamente como reprodutores de agendas não relacionadas à realidade social brasileira.

Com a formação da parceria interinstitucional do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC e a Univale, e sua proposta de incentivar pesquisas e formar

pesquisadores voltados para a investigação de problemas relacionados à realidade do leste mineiro, considerou-se oportuno a elaboração de um objeto de pesquisa que refletisse sobre essas questões, mediante uma pesquisa interdisciplinar, e que se voltasse tanto para a reconstrução de um sentido possível sobre as Manifestações de 2013 e suas características, quanto para a investigação de alguns efeitos sociais e políticos atribuíveis às Manifestações, que abordassem efeitos nacionais e locais não contemplados pelas visões mais comuns sobre o tema.

Em um primeiro momento, a formulação do objeto de pesquisa cogitou a realização de um estudo comparativo entre as características das Manifestações de Junho de 2013 em Governador Valadares e em outros contextos urbanos. Como consequência, o objetivo principal do estudo seria mapear as características locais das Manifestações de Junho de 2013 no âmbito municipal e os eventuais desdobramentos políticos deste ciclo de lutas a partir das reflexões dos próprios jovens, considerando suas escolhas políticas posteriores.

A relevância do objeto em questão consistia em identificar as continuidades e rupturas dos motivos de engajamento juvenil em dois contextos bastante distintos, uma vez que as características do município de Governador Valadares pareciam diferir consideravelmente daquelas apresentadas nas grandes metrópoles, onde a questão urbana ligada aos transportes e à privatização, o multiculturalismo, o autonomismo anarquista pareciam muito mais relevantes no cenário político. O trabalho envolveria a realização de entrevistas com participantes pertencentes aos dois contextos, o que geraria a necessidade de financiamento de inúmeros deslocamentos, assim como a identificação de personagens relevantes em contextos metropolitanos dispostos a refletir sobre suas memórias, o que incluiria dificuldades consideráveis de âmbito prático e metodológico.

Com o avanço da parte teórica da pesquisa e diante da constatação das dificuldades que envolveriam a realização da primeira proposta de objeto, foi necessário definir uma alternativa metodológica e da definição do próprio problema de pesquisa inicialmente traçado. O caminho definido posteriormente foi o de reconstruir uma perspectiva sobre as Manifestações e seus desdobramentos a partir do conflito entre as visões revolucionária, que se baseava na hipótese de que os protestos contemporâneos correspondiam à formação de um sujeito coletivo capaz de superar o capitalismo, e pessimista, a qual responsabiliza as Manifestações por todos os acontecimentos prejudiciais à esquerda nos anos posteriores,

principalmente no âmbito eleitoral. Este caminho levaria, portanto, à revisão dos principais argumentos e hipóteses destas perspectivas, bem como à elaboração de uma chave de leitura própria.

As principais referências para a construção de uma chave de leitura original foram as contribuições de Breno Bringel a respeito das diferentes correntes de análise sobre o sentido e as consequências das Jornadas de Junho no cenário político brasileiro (BRINGEL, 2013; BRINGEL e PLEYERS, 2015), que confirmavam a polarização da hegemonia interpretativa deste ciclo de protestos e suas consequências no âmbito dos intérpretes críticos de esquerda constatada na pesquisa bibliográfica exploratória sobre o tema.

A partir dessa polarização, Bringel (2013) aponta a necessidade de se investigar o sentido e os efeitos das Manifestações evitando quatro erros comuns das leituras hegemônicas, sendo estes: o sobredimensionamento do presente para explicação de fenômenos que possuem raízes mais antigas; a redução da vida política à dimensão institucional ou eleitoral; o foco nas ações de rua e nos protestos, ignorando o contexto maior no qual as Manifestações estão inseridas; a medição de seus efeitos a partir, exclusivamente, de resultados eleitorais.

Diante dessas premissas, a elaboração de uma chave de leitura adequada sobre o tema envolveria, em primeiro lugar, a recuperação do contexto que levou ao aparecimento daquele ciclo de protestos, o que inclui, primeiramente, a influência dos movimentos de protesto do novo milênio (CASTELLS, 2013, 2018; GOHN, 2015) e a atuação de movimentos sociais que influenciaram o sentido inicial dos protestos de rua, abordando suas pautas e formas de organização (RICCI e ARLEY, 2014; GOHN, 2015, 2017).

Em segundo lugar, considerou-se necessária a adoção de uma percepção sobre a vida política que fosse além do seu caráter institucional ou eleitoral, levando em consideração as formas de atuação política que constroem novos repertórios e que, em certa medida, podem até mesmo evitar a participação nestes dois âmbitos (ABERS e BÜLOW, 2011; PINHEIRO-MACHADO, 2019; PELBART, 2019; PEREZ, 2019).

Como terceiro aspecto dessa chave de leitura, adotou-se a percepção de que a formação de subjetividades políticas que compuseram os protestos ia além dos símbolos e discursos mais diretamente relacionados às ações diretas, traduzindo contradições do sistema político brasileiro, mecanismos de reação (ainda que poucos elaborados) ao neoliberalismo e

processos de subjetivação política individuais e coletivos a partir de relações sociais cotidianas (MENDES, 2018; AVELAR, 2021).

O último elemento, por sua vez, refere-se ao caráter multidimensional de mapeamento dos efeitos (BRINGEL e PLEYERS, 2015), que inclui tanto uma reflexão sobre as transformações pós-2013 mais restritas ao campo organizacional dos movimentos sociais quanto sobre os reflexos no sistema político e eleitoral, bem como na construção de visões de mundo por parte dos atores pertencentes aos movimentos de esquerda.

Além das ferramentas de análise baseadas na crítica de Bringel às interpretações hegemônicas, foram acrescentados outros elementos mais específicos, que decorrem dos próprios pressupostos acima mencionados, ou de outras conclusões obtidas a partir da revisão bibliográfica. Em relação ao sentido das Manifestações, considerou-se oportuno adotar uma postura crítica à narrativa sobre as “guerras híbridas” no contexto brasileiro, que partem do pressuposto de uma incompatibilidade teórica e histórica entre as “pautas tradicionais” de esquerda e as novas demandas apresentadas por formas contemporâneas de ativismo político, principalmente aquelas que abordam questões identitárias. Neste sentido, estabeleceu-se como necessário recuperar alguns exemplos teóricos e históricos da aproximação entre diferentes movimentos sociais (RAGO, 1996; GÓES, 2017; GÓES e GOLÇALVES, 2017; TELES, 2017; HAIDER, 2019; FRASER, 2020; WOLF, 2021; GHODSEE, 2021), que também possuem o fim de desmistificar a hipótese de inserção de pautas estranhas à própria realidade política destes atores.

Como segundo elemento complementar de análise, destaca-se a concepção de que a separação ou rejeição dos novos atores e organizações à política institucional ou eleitoral pode ser menos concreta do que fazem parecer as diferentes leituras sobre o ciclo de protestos de Junho, apresentando tensões e complexidades que precisam ser investigadas a partir das diferenças regionais da vida política do país e da própria elaboração dos sujeitos a respeito dos motivos de seu engajamento. É o que demonstraram Ricci e Arley (2014) e Hilsenbeck Filho (2013) a respeito das Manifestações.

O último elemento complementar está relacionado especificamente ao mapeamento das consequências das Manifestações de Junho na realidade política brasileira. A partir do seu aspecto multidimensional invocado por Bringel e Pleyers (2015), entendeu-se adequado abordar esta multidimensionalidade a partir de duas formas distintas. A primeira delas,

mediante a recuperação histórica de acontecimentos recentes²¹ e posteriores a 2013 que guardaram continuidades com as demandas ou os repertórios do ciclo de protestos em questão, e que contrariam as perspectivas pessimistas e revolucionárias em relação aos efeitos de Junho, ou seja, abandonam as hipóteses de responsabilização dos novos atores pelo enfraquecimento da esquerda, bem como aquelas que tentam encontrar indícios de que a possibilidade de revolução sistêmica teria permanecido possível nos anos posteriores às Manifestações.

A segunda forma de mapeamento dos efeitos está relacionada a adoção de uma etapa empírica no trabalho, a qual foi idealizada a partir da análise da atuação dos coletivos que surgiram neste período pós 2013, no contexto municipal de Governador Valadares. A escolha do município em questão atendia aos objetivos da parceria interinstitucional que possibilitou a existência do curso de Doutorado originário da presente tese. Além disso, possibilitava investigar um dos aspectos deficitários na produção acadêmica, que é analisar os efeitos a partir de localidades que não apresentam as mesmas características sociais, econômicas e políticas dos grandes centros urbanos.

Sobre a escolha do mapeamento dos efeitos a partir da atuação dos coletivos, por sua vez, entendeu-se sua pertinência a partir das produções acadêmicas que atestaram sua participação nas Manifestações de Junho, bem como da verificação de autores como Pinheiro-Machado (2018), Pelbart (2019), Gohn (2015; 2017), Augusto et al. (2016) e Perez (2019) que interpretam o surgimento de inúmeros movimentos organizados sob esta forma nos anos posteriores como uma das consequências diretamente relacionadas às Manifestações.

Por meio da investigação da atuação dos coletivos, seria possível abordar alguns dos aspectos interpretativos alternativos às formas de leitura hegemônicas sobre os efeitos das Manifestações na realidade brasileira, a partir das seguintes tarefas: testar se os motivos de criação destes coletivos estavam imersos em tentativas de desmobilização da esquerda classista, por meio do conhecimento dos fatores e motivos de criação; verificar se os atores locais tensionavam a relação destes coletivos em relação aos movimentos tradicionais (sindicatos e partidos políticos), como na realidade de algumas das grandes metrópoles durante os Movimentos de Junho; identificar como os participantes dos coletivos abordavam as questões de horizontalidade e autonomia no contexto atual.

²¹ Entre os quais: as eleições de 2014, o contexto da greve dos servidores de Universidades vivenciado em 2015; a primavera feminista brasileira e as ocupações secundaristas

Em relação à metodologia, a forma de obtenção dos dados relacionados a estes questionamentos foi definida a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com os participantes dos coletivos. A escolha dessa metodologia de coleta de dados foi fundamentada na possibilidade de conferir maior liberdade de construção do sentido da ação política por parte dos atores, por meio de uma conversa longa e baseada nas suas experiências militantes, evitando as armadilhas de parte das leituras hegemônicas que buscam enquadrar as subjetividades políticas em posições sociais ou ideologias políticas preestabelecidas.

O universo de análise dos participantes dos coletivos a serem entrevistados, por sua vez, foi definido a partir da técnica denominada por Dewes (2013) como “bola de neve”, o qual consistiu em apresentar aspectos essenciais da pesquisa aos primeiros e potenciais participantes, solicitando que estes indicassem outros, com base na compreensão que possuíam sobre o tema. O universo se esgotou na medida em que as indicações deixaram de apresentar nomes novos e considerados relevantes pelos próprios participantes. Foram realizadas 16 entrevistas, com uma média de três participantes por coletivo.

As entrevistas foram realizadas de maneira anônima e os participantes receberam pseudônimos, assim como as pessoas mencionadas por eles. As exceções ao anonimato foram as menções a personagens públicos e notoriamente conhecidos, cuja utilização no discurso não se referiam a opiniões ou julgamentos sobre a pessoa, mas a contextualizações ou indicação de referências políticas. A transcrição das entrevistas, por sua vez, foi realizada de maneira a preservar a literalidade do discurso, com pequenas adaptações relacionadas à retirada do excesso de oralidade, objetivando o melhor entendimento por parte do leitor.

Com base no objetivo geral da tese, que consiste em promover uma leitura original sobre o sentido e as consequências das Manifestações de Junho na realidade Brasileira, considerando os problemas das duas leituras hegemônicas identificadas na pesquisa bibliográfica exploratória e retratados por Bringel (2013) e Bringel e Pleyers (2015), principalmente, a tese foi estruturada em três capítulos.

Como forma de abordar os problemas das perspectivas otimistas, o trabalho recupera os diferentes contextos e resultados dos movimentos de protesto contemporâneos no Capítulo 2, que podem ser agrupados a partir das seguintes características: busca por horizontalidade, crítica ao sistema representativo, fragmentação de pautas, reforço de agendas identitárias,

ocupação de praças públicas e possibilidade de crítica ao capitalismo financeiro e ao neoliberalismo. Neste capítulo são exploradas as características de cada movimento, as forças políticas atuantes e os resultados sociais e políticos obtidos após o período de maior mobilização social. Em seguida, aborda-se o contexto de surgimento das Manifestações de Junho, destacando os seus movimentos “madrugadores”, o perfil dos manifestantes, os discursos e as ideologias circulantes, a relação dos atores com as forças políticas da época e os desdobramentos mais imediatos das Manifestações. Ao final desta etapa, é destacado o papel da forma de organização “coletivo” como um sintoma das transformações políticas em jogo, tornando-se um importante referencial de análise dos efeitos de longo prazo que podem se relacionar com Junho/2013. O capítulo serve como o primeiro movimento de construção de uma nova chave de leitura sobre o que são estes períodos de intensa mobilização social e como mapear suas consequências. A recuperação dos diferentes contextos e resultados serve como crítica às perspectivas otimistas, que tenderam a agrupar os movimentos como parte de um processo revolucionário total. A reflexão sobre o surgimento dos coletivos, por sua vez, indica a possível existência de efeitos positivos reais, embora micropolíticos, de transformações sociais em um sentido de esquerda, influenciadas pelo contexto das Manifestações.

No capítulo 3, são recuperados acontecimentos posteriores a 2013, influenciados pelo repertório deste ciclo de protestos, que indicam consequências não mapeadas pelas perspectivas hegemônicas sobre as Manifestações de Junho, principalmente, as pessimistas. O capítulo aborda transformações no campo político da esquerda que diziam respeito: ao surgimento de novos atores e repertórios de ação coletiva; ao crescimento das questões identitárias; ao caráter antineoliberal e contrários ao processo de retirada de direitos dos movimentos atuantes neste período. Neste capítulo, são enfrentadas as teses de que estas transformações mais recentes seriam estranhas aos objetivos históricos e teóricos do campo da esquerda, bem como as acusações de que seriam fenômenos equivalentes às forças políticas de extrema-direita em ascensão no Brasil e no mundo. Este capítulo corresponde ao segundo movimento de ruptura com as narrativas hegemônicas sobre os efeitos de Junho, na medida em que evidencia os aspectos positivos das transformações em questão para a esquerda no âmbito da sociedade.

No capítulo 4, por sua vez, são enfrentadas duas questões identificadas como problemas pontuais das perspectivas hegemônicas sobre Junho de 2013 e suas consequências:

a existência de interpretações excessivamente focadas no contexto político das grandes metrópoles do sudeste e a baixa atenção dada às transformações do campo político não representadas por partidos e eleições. Estes problemas reforçariam, de maneira errada, o distanciamento dos novos atores e movimentos em relação à esquerda tradicional e às classes mais populares. Neste capítulo, portanto, aborda-se o contexto político da cidade de Governador Valadares-MG, ressaltando suas características históricas, as causas e desdobramentos dos conflitos sociais existentes, bem como a inserção do município diante das transformações recentes (na esquerda), abordadas, em âmbito nacional, nos capítulos anteriores. Em especial, é destacada a ascensão dos movimentos organizados sob a forma de coletivos nos últimos anos, bem como o papel desempenhado por estes na cena política local. Neste capítulo, são expostos e analisados os depoimentos dos membros de coletivos criados no período posterior às Manifestações, demonstrando o seu contexto de surgimento, sua relação com os movimentos tradicionais, o modo como articulam as questões identitárias, a crítica a política representativa, entre outros aspectos que questionam as interpretações dominantes sobre os efeitos de Junho.

O caminho escolhido para a realização do objetivo geral do trabalho auxiliou na elaboração de seus objetivos secundários ou específicos, que consistem em: identificar a continuidade de algumas das características do repertório das Manifestações em outros eventos de protesto de esquerda e na própria atuação dos coletivos; verificar a superação dos limites e das dificuldades criadas pelos próprios movimentos de esquerda diante das transformações da ação política contemporânea; identificar a repercussão de formas de luta global e nacional em uma realidade política local, do interior de Minas Gerais.

Por fim, mas não menos importante, tem-se como um dos objetivos específicos do presente trabalho a produção de uma contribuição para além do âmbito da pesquisa acadêmica, auxiliando os atores locais que se dedicam a construir formas de mobilização social (reagindo a estruturas, poderes, e relações sociais de opressão) na construção de novos processos de engajamento político e de difusão, na sociedade, de seus valores e objetivos.

2 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E OS MOVIMENTOS DE PROTESTO DO NOVO MILÊNIO: COMO INTERPRETÁ-LOS?

As perspectivas interpretativas sobre 2013 mais próximas ao acontecimento trabalharam com visões macroestruturais e globais do sentido da mobilização no Brasil. Esta forma de pensar, influenciada pelas relações de poder provenientes de estruturas da sociedade ou por determinados papéis a serem exercidos por atores sociais imersos nessas situações, trabalha com uma visão sobre a ação política que se explica, em grande parte, por elementos totalmente estranhos à própria construção simbólica dos agentes, ou por condições imaginárias de um processo revolucionário. As análises de grande parte dos filósofos, antropólogos, sociólogos à época procuraram encaixar o sentido dos diversos movimentos de massa e protesto em um processo de reação a determinadas estruturas de poder que se manifestariam globalmente, ou como parte da aquisição de uma consciência política coletiva derivada de tais estruturas.

É bem provável, que a nível mundial, a crise da mobilidade urbana, o desejo de ampliação dos direitos sociais, a precarização das condições de trabalho, e o esgotamento da política representativa, tenham sido, cada um deles, uma espécie de gatilho para a mobilização de diversos manifestantes pertencentes a diversos movimentos sociais ao redor do mundo, assim como a diminuição dos elementos de distinção de uma classe média ressentida, a simples catarse de uma violência recalcada, ou uma estratégia para recuperar um campo político.

Contudo, compreende-se que os comportamentos reativos aos correspondentes condicionantes estruturais são construídos de forma “particular” e fragmentada por cada um dos indivíduos e de seus grupos de mobilização (CASTELLS, 2013), de acordo com seus contextos locais, não apresentando necessariamente um sentido de ação genérico, coeso e permanente para cada um destes atores e grupos.

O mesmo pode se dizer das interpretações relacionadas aos diversos movimentos de manifestação ao redor do globo ocorridos após a crise econômica de 2008, considerados, pelas interpretações acadêmicas mais otimistas, e pelos próprios ativistas à época²², como

²² Para exemplificar essa interpretação dos movimentos globais como expoentes de um processo revolucionário total, pode-se citar a primeira publicação do grupo anônimo francês Comitê Invisível (2013, 2020), denominada “A insurreição que vem”, na qual os autores dizem acreditar na existência de um processo revolucionário que se já estaria em curso, ao qual somente caberia aderir, mediante a participação em comunas (COMITÊ INVISÍVEL, 2013).

exemplos de um processo revolucionário global, contrário ao sistema capitalista, o que não se revelou na prática, contudo. Os eventos tiveram uma rápida ascensão, a ponto de serem considerados espontâneos (CASTELLS, 2013) e representativos de uma reação coletiva às estruturas de dominação atual, mas as transformações e as vitórias obtidas foram pontuais e insuficientes para configurar uma transformação de um tipo de sociedade em outra. Além disso, estas análises comumente ignoram que o processo de desenvolvimento das lutas em cada contexto está sujeito a diversos tipos de discursos, ideologias e símbolos que visam capturar ou influenciar o seu sentido, sendo pouco provável que as expectativas iniciais dos protestos se mantenham intactas ao longo de todo o período em que duram.

Bringel (2013) aponta quatro fatores que prejudicam a análise dos grandes movimentos – como as Manifestações de Junho de 2013 – pelas leituras hegemônicas, entre os quais: i) tendência de sobrevalorização das lutas atuais, sobretudo por gerações mais jovens, que consideram estar presentes em uma espécie de reorganização da sociedade e do Estado aos quais pertencem; ii) restrição da análise à lógica político-institucional, ignorando as características da ação política que se apresentariam como críticas exercidas pelos próprios movimentos sociais ao funcionamento da democracia representativa; iii) restrição do âmbito de análise, capturando apenas os aspectos mais visíveis dos protestos de rua e deixando invisíveis os processos de construção de identidades, as ideologias, as redes de informação e de formação de subjetividades que operam num sentido mais fragmentado; iv) a medição das consequências dos movimentos de protesto apenas pelos reflexos na política eleitoral.

Seguindo as tendências apontadas por Bringel, podemos perceber que, em relação ao primeiro fator que interfere nas análises sobre os movimentos de protesto, grande parte dos manifestantes presentes à época das Manifestações de Junho pensava participar de um movimento de refundação da república brasileira²³. O período coincidiu com a estreia de um número significativo de jovens nos protestos, seja aqueles que já participavam de determinados em redes de coletivos autônomos, dos provenientes de movimentos estudantis, ou aqueles que inauguraram sua participação nos próprios eventos ocorridos à época. Neste contexto, a ausência de memória referente a outros períodos históricos de intensa participação política de rua que não resultaram na transformação do sistema político ou da sociedade pode ter contribuído para a supervalorização da dimensão dos protestos de junho.

²³ Sensação compartilhada pelo próprio autor desta tese, à época com 25 anos, e participante de alguns dos protestos ocorridos no Rio de Janeiro.

O caráter jovem dos participantes, por sua vez, confluía com aquelas perspectivas acadêmicas e/ou panfletárias que apostavam no contexto de uma crise do capitalismo, e da possibilidade de sua superação por meio de insurreições provocadas por jovens não encaixados nas estruturas agregadoras do social atual, como o emprego, a família, o Estado, os movimentos sociais. No âmbito dos panfletos, destacam-se as publicações francesas neoanarquistas do Comitê Invisível (2013, 2020), ou da revista *Tiqqun*, que misturam uma linguagem que parte da reflexão filosófica, própria do mundo acadêmico, com textos provocativos, de caráter insurrecional e convocatório, nos quais criticam e atacam o próprio academicismo de esquerda, bem como as organizações e movimentos sociais existentes:

Aí se situa a possibilidade verdadeiramente revolucionária da época. Os tumultos cada vez mais frequentes têm isso de formidável, pois constituem em cada momento a ocasião de cumplicidades deste gênero, por vezes efêmeras mas também por vezes inabaláveis. Existem aqui seguramente uma espécie de processo acumulativo. No momento em que milhares de jovens se dedicam à deserção e à sabotagem deste mundo, é preciso ser estúpido como um policial para procurar uma célula financeira, um chefe ou uma insensatez (COMITÊ INVISÍVEL, 2013, p. 171).

No âmbito das produções científicas, Negri e Hardt, Agamben, Žižek, e Harvey, pensadores influentes em meios acadêmicos ocidentais no campo das ciências humanas e sociais, também podem ter contribuído para a formação de uma percepção de momento revolucionário entre os jovens ativistas. É importante ressaltar que todos estes autores eram vivos à época, sendo que, em alguns casos (como o de Žižek, no *occupy wall street*), participavam diretamente nas manifestações. Na maior parte das vezes, porém, os autores se limitavam a produzir análises políticas no calor dos acontecimentos ao redor do mundo, participando de eventos acadêmicos.

Nestas circunstâncias, todas as teorias, os conceitos, as denúncias da forma capitalista contemporânea – aspecto comum entre os diversos autores, apesar de suas diferenças – pareciam se materializar na consciência política dos atores dos protestos. Especificamente no caso do Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, ressalta-se o uso constante de categorias do pensamento negriano entre os manifestantes/estudantes, como multidão, poder constituinte, entre outras. A possibilidade de vivenciar as Manifestações a partir da própria aplicação de categorias críticas ao capitalismo pode ter ajudado, portanto, no sentimento de supervalorização do caráter revolucionário das Manifestações, principalmente num sentido anticapitalista.

Como segundo aspecto das dificuldades interpretativas sobre os movimentos de massa de acordo com Bringel, destaca-se a hegemonia das análises focadas na política institucional. Seguindo este viés interpretativo, a análise do sentido de um determinado movimento de protesto pode ficar restrita à lógica dos partidos políticos e dos movimentos sociais tradicionais, desconsiderando as inovações estéticas, ideológicas e de modos de ação dos “novos movimentos sociais”²⁴, que surgem contrapondo-se às formas de mobilização preexistentes.

Como consequência desta forma de pensar, ocorre, não raramente, a rotulação dos protestos a partir de seus desdobramentos específicos no âmbito da política institucional e do âmbito eleitoral. Assim, um protesto se tornaria “de direita” ou “de esquerda” a partir dos resultados eleitorais ou das mudanças institucionais mais imediatas. No âmbito acadêmico, ao estudar os impactos de um determinado movimento de protesto, essa perspectiva tenderia a focar os esforços de investigação na sobrevivência de determinados movimentos sociais no tempo posterior aos protestos, ou na transformação de suas demandas em medidas legislativas, administrativas ou em políticas públicas.

O terceiro aspecto apontado pelo autor se relaciona, primeiramente, com a miopia em relação à existência de “movimentos madrugadores”, os quais, por serem menos expressivos e de formação anterior à fase de massificação dos protestos, são comumente ignorados pelas análises; e dos movimentos “derivados”, que decorrem da adesão em massa de inúmeras subjetividades distintas aos protestos, reorganizando os símbolos, as pautas e o próprio modo de ação de uma maneira totalmente difusa e diversa da original. Essa transformação do modo de ativismo contemporâneo amplia consideravelmente a complexidade dos sentidos políticos da ação coletiva, bem como de suas consequências, e deve ser levado em consideração na tentativa de interpretação destes aspectos.

Por último, destaca-se o problema interpretativo que relaciona os impactos dos eventos de protesto exclusivamente com a ascensão ou transformação de partidos políticos e o surgimento de novas lideranças. O problema da adoção deste único critério interpretativo dos ciclos de protesto consiste em avaliá-los apenas por seus possíveis efeitos e a magnitude dos

²⁴ No presente trabalho, a noção de novos movimentos sociais está ligada ao surgimento de demanda nos movimentos de esquerda que extrapolam a atuação e organizações que possuem um viés de classe ou de partido político. Como consequência, os novos movimentos sociais podem ser enxergados tanto nos movimentos sociais da década de 1960 em diante, quanto no ciclo de protestos mais contemporâneo, a partir de novos repertórios. As mudanças de repertório levam autores como Gohn (2015), por exemplo, a chamá-los de novíssimos movimentos sociais, denominação que pode aparecer algumas vezes na presente tese.

mesmos, desconsiderando tanto as razões do surgimento do protesto quanto as forças políticas que operaram no sentido de transformá-lo, e ainda, as transformações, mudanças e reorganizações que possam ter ocorrido em níveis menos ostensíveis.

No contexto brasileiro, como forma de exemplificar a aplicação destes critérios, é comum verificar o estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre a ocorrência das Manifestações de Junho e as sucessivas derrotas institucionais pelas quais passou a esquerda brasileira e, em especial, o Partido dos Trabalhadores²⁵, como se as subjetividades presentes (inclusive as de esquerda) tivessem sido, desde o princípio, manipuladas por uma vontade orquestrada e consciente dos rumos das manifestações²⁶. Segundo essa forma de pensar, é como se não houvesse razão legítima para os levantes, à época, ou que todos os participantes – principalmente os mais jovens – tivessem servido a um propósito político não elaborado pelos mesmos, sobre o qual não tinham a menor influência.

No contexto mundial, uma das formas de expressão dessa linha interpretativa diz respeito às teorias sobre a existência de “guerras híbridas” ao redor do mundo, as quais partem do pressuposto de que os grandes movimentos de protesto do novo milênio seriam estratégias de desestabilização de governos de esquerda ou de governos não alinhados aos Estados Unidos da América (KORYBKO, 2018), por parte de agências do próprio governo americano ou de grandes empresas americanas que representariam estes interesses. Outra hipótese é que a desordem social seria uma característica própria do neoliberalismo, como uma forma consciente de criar as oportunidades de construção de políticas de austeridade e privatizações (GUILLUY, 2020).

A lógica dessa interpretação é atribuir a origem dos protestos a iniciativas clandestinas, organizadas por agentes infiltrados de determinadas instituições externas ou internas, e que teriam o poder de influenciar os rumos das Manifestações para um sentido de defesa do capitalismo financeiro e/ou da manutenção da hegemonia do grande capital. No contexto brasileiro, é adotada tanto por membros de partidos de esquerda, com Ciro Gomes e Lula, (ROSÁRIO, 2018; LULA, 2019; ROCHA, 2019) quanto por alguns intérpretes da realidade brasileira (HORTA, 2017, 2018; SOUZA, 2020; CASTRO, 2020).

²⁵ Em entrevista concedida a TeleSur, o ex-presidente Lula afirmou, sobre as manifestações: “As manifestações de 2013 foram feitas já fazendo parte do golpe contra o PT. Elas já foram articuladas para garantir o golpe. Elas não tinham reivindicações específicas. As manifestações começaram como parte do golpe, incentivadas pela mídia brasileira e incentivadas, acho que inclusive, de fora para dentro. Eu acho já que teve o braço dos Estados Unidos nas manifestações do Brasil” (ROCHA, 2019).

²⁶ Vontade esta que poderia ser atribuída à mídia hegemônica, aos interesses econômicos norte-americanos e à própria elite financeira do país

A crítica ao caráter “híbrido” do sentido dos movimentos de protesto também se refere à própria heterogeneidade dos conflitos contemporâneos, que não decorreriam de razões econômicas explícitas. O desconforto com a heterogeneidade, por sua vez, é comumente relacionado à hegemonia – dentro do pensamento político de esquerda – do discurso que descreve as relações de poder existentes na sociedade e entre os diversos países a partir de critérios exclusivamente econômicos, que remetem ao imperialismo, no âmbito internacional, e à classe social, quando internos ao Estado. Os protestos contemporâneos, no paradigma das “guerras híbridas”, são às vezes chamados (pejorativamente) de “revoluções coloridas”, o que indica que o aumento das demandas, das contradições, das bandeiras de lutas é negativamente avaliado pelos adeptos dessa visão.

Além dos aspectos elencados por Bringel, a crítica desenvolvida ao longo dos anos por Touraine (2009) denuncia as limitações das interpretações sobre as transformações da ação coletiva, ao agrupar uma série de práticas analíticas e discursivas por meio da noção de “discurso interpretativo dominante”, forma interpretativa que prevalece entre acadêmicos e políticos franceses, mas com repercussão em outros países, no momento de análises de conjunturas políticas.

Segundo Touraine (2009), o discurso interpretativo dominante seria a racionalidade política que nega toda subjetividade, todo resquício da psicologia social do ator na definição do próprio sentido da ação²⁷. Perante a extrema-esquerda, se manifestaria sob a forma de uma certa nostalgia revolucionária, o que implicaria na crítica aos discursos e práticas que fugiriam aos papéis sociais necessários para cumprir o caminho da revolução. O aparecimento dessa crítica revolucionária, por sua vez, parece decorrer de tensionamento excessivo das interpretações de ações coletivas que tenham um caráter necessariamente político, de ocupação ou transformação do próprio Estado.

No campo da esquerda moderada, por sua vez, existiriam duas visões, de acordo com o autor (2009). A primeira, estatal, possui o objetivo primordial de ocupar o poder, tendo o apoio tanto de organizações coletivas já consolidadas quanto dos sistemas educacionais. A segunda, por sua vez, é focada no predomínio da ação autônoma dos movimentos sociais que

²⁷ No campo da direita liberal, esta forma de pensar encontraria sua manifestação de forma menos paradoxal, na medida em que estes intérpretes entendem que a ausência de qualquer interferência estatal privilegiaria a livre manifestação das leis de mercado, que se comportariam, por sua vez, como leis naturais. A direita liberal seria, portanto, o campo fértil de aplicação dos determinismos econômicos como forma de difusão ideológica das leis de mercado.

buscam transformar a esfera privada. Segundo Touraine, a esquerda estatal é a plataforma de expressão da antiga esquerda revolucionária, que se transmutou na defesa do Estado e do chamado “setor público”. O momento de diferenciação evidente entre tais esquerdas no contexto francês teria sido o movimento de protestos de maio de 1968, tendo a esquerda estatal prevalecido como uma vertente do discurso interpretativo dominante. Neste sentido, apesar dos diferentes contextos entre Europa e América Latina e, especificamente, do Brasil, considera-se que as análises sobre o ciclo de protestos do novo milênio também seriam marcadas pela influência do chamado discurso interpretativo dominante, na medida em que diversas leituras enxergam o tensionamento dos movimentos sociais em relação às instituições e movimentos mais tradicionais como algo negativo e prejudicial aos interesses da esquerda.

Com base no exposto, é possível que as diferentes considerações críticas apresentadas sejam úteis para a desmistificação das análises a respeito dos grandes movimentos de protesto do novo milênio, entre os quais se encontram as Manifestações de Junho. Neste sentido, o discurso interpretativo dominante interferiria na construção de leituras a respeito destes movimentos de protesto, seja por meio da negação absoluta de mudanças possíveis nas estruturas que condicionam capitalismo/individualismo contemporâneo, ou por meio das análises que tentam atribuir ao sentido da ação os critérios particulares de agregação do social em termos políticos.

Em razão destes fatores, e como forma de verificar a validade das leituras sobre estes fenômenos, considera-se necessário adentrar ao contexto político e social de cada movimento de protesto, favorecendo um processo de análise e decomposição em vez de uma visão sintética, agregadora, com o fim de interpretar suas semelhanças e diferenças e evitar, na medida do possível, a reprodução dos vícios interpretativos sobre a ação coletiva apontados neste capítulo.

2.1 OS MOVIMENTOS DE PROTESTO E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS, SENTIDOS E CONSEQUÊNCIAS

Manuel Castells (2013) classifica os grandes eventos de protesto organizados a partir de 2011 – entre os quais, as Manifestações de Junho – como “movimentos”, selecionando aspectos comuns que apontariam para uma nova forma de fazer política, baseada em uma preocupação com a horizontalidade, uso das tecnologias digitais, ocupação de espaços

urbanos públicos e protagonismo juvenil. A publicação do autor é mais uma entre as diversas interpretações ocorridas à época que identificaram um aspecto revolucionário no ciclo de protestos que ocorria naquele período.

De acordo com o próprio Castells (2013), assim como para Hardt e Negri (2014), Gohn (2015), Žižek (2012) e o Comitê Invisível (2020), é comum que o marco inicial dos movimentos comparáveis às Jornadas de Junho no Brasil seja o processo insurrecional vivenciado na Tunísia, em 2010, acompanhados das demais manifestações em países árabes, dos movimentos antiausteridade na Europa²⁸ e dos protestos contra o salvamento dos bancos americanos responsáveis pela bolha de 2008, cuja expressão mais conhecida foi o movimento *occupy wall street*. O recorte em questão caracteriza os referidos acontecimentos como fenômenos distintos da atuação dos movimentos críticos à globalização da década de 1990, apesar da existência de inúmeras semelhanças entre ambos, como uma denúncia das formas de dominação para além do espectro de classe, a formação de uma solidariedade transnacional e digital como formas de engajamento e ativismo, entre outros.

Segundo Castells (2013), a crítica ao sistema político representativo e sua ausência de democracia – tanto em governos ditatoriais, quanto em governos pseudo-democráticos – seria o verdadeiro elo justificador do recorte dos movimentos em questão (a partir da revolução tunisiana), para além de uma vinculação subjetiva entre os diversos movimentos estabelecida e vivenciada pelos manifestantes, em razão da proximidade temporal entre os diferentes eventos.

O aspecto de crítica ao sistema representativo também é um dos critérios adotados por Hardt e Negri como característica diferenciadora dos diversos movimentos, mas não o único. Os autores defendem que os mecanismos de exercício da soberania popular teriam sido diminuídos a partir da transição da sociedade industrial (2016), e que os movimentos do novo milênio manifestariam uma exigência por democracia direta. Todavia, o principal fator de diferenciação dos movimentos do novo milênio em comparação aos alter globalistas, para os autores, seria o controle autônomo do tempo da insurreição por parte dos manifestantes. Nos novos movimentos, supera-se o ritmo de protestos baseados numa temporalidade influenciada pela agenda dos processos eleitorais e dos grandes eventos da cúpula mundial (HARDT; NEGRI, 2016).

²⁸ Incluindo a revolução na Islândia, cujos primeiros protestos ocorreram ainda em 2009.

Segundo Žižek (2012), por sua vez, a principal diferença entre os movimentos de 2011 e os protestos do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e Seattle é que, somente nos de 2011, ousou-se pensar em uma atuação política que escapava à moldura do Estado de Direito Burguês.

Para Célia Jardim Pinto (2014a), os elementos diferenciadores dos movimentos do novo milênio seriam: independência em relação a partidos e movimentos sociais consolidados; desvinculação em relação a grandes organizações transnacionais, partindo de contextos locais; uso da internet, do celular e das redes sociais, o que teria influenciado, inclusive, na busca por horizontalidade nos processos decisórios; ativismo protagonizado por jovens; intensa relação com os espaços públicos, por meio de ocupações e instalação de espaços de decisão assemblear.

Outro importante critério que pode ter influenciado o referido recorte é a hipótese de que os protestos da década de 1990 e início dos anos 2000, entre os quais cita-se o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, seriam mais coerentes em relação aos próprios limites, objetivos e adversários. As lutas concentravam-se, sobretudo, em torno de uma outra proposta de globalização, respeitando-se o multiculturalismo, o meio ambiente e a progressividade dos Direitos Humanos. As ideologias dos diferentes grupos de ativistas – ambientalistas, feministas, anarquistas, por sua vez, possivelmente se articulavam de maneira mais fluida, apresentando um caráter mais voltado para a defesa e ampliação de direitos. Para Gohn (2014), estes fatores seriam responsáveis por não caracterizar os movimentos anti-alter-globalização como expressões dos movimentos ocorridos a partir de 2009.

Alcantara e Bringel (2020), sob outro espectro de classificação, compararam as formas de conexão das lutas globais com a eclosão de movimentos situados em dois períodos distintos. Para os autores, o período da década de 1990 até os anos 2000 estabeleceu o que eles chamam “era zapatista”, cujo cunho de atuação coletiva era a defesa de interesses locais em face dos impactos de uma globalização predatória. Neste recorte, tanto o repertório de ações radicais ou reformistas deste período quanto o uso das redes digitais são diferentes do contexto relacionado à “era dos indignados” o que corresponde ao ciclo de protestos mundiais ocorridos a partir de 2009. Neste contexto, as redes serviriam como forma de apresentação de outras realidades e menos como uma estrutura de ação para a resolução de problemas concretos e locais.

Com base nas perspectivas trazidas, portanto, verificamos que, embora os eventos de protesto de massa tenham diversos pontos em comum tanto com o movimento zapatista, como com os movimentos anti ou alter globalização da década de 1990, há diferentes motivos para isolar os grandes eventos da virada do milênio, isto é, pós 2009, em detrimento de todas as iniciativas que vinham sendo construídas ao longo da década de 1990. Todavia, o agrupamento destes movimentos de protesto em um novo contexto não pode e não deve apontar para a antecipação teórica de um processo revolucionário global, conforme deixavam transparecer alguns dos autores aqui mencionados, tampouco podem ser considerados como um processo de formação de um sujeito coletivo em reação à crise do capitalismo contemporâneo, o que pode ser constatado a partir dos diferentes contextos de indignação e das formas de atuação dos indivíduos e dos movimentos envolvidos. O que não nos impede, contudo, de identificar possíveis elementos de ligação entre os movimentos pós 2009, seus atores e suas formas de atuação ao redor do globo.

2.1.1 Análise do ciclo de protestos pós 2009 a partir de suas especificidades

Um dos primeiros países que poderia ser citado como palco de uma onda de grandes protestos e com características que permitiram formar um sentido contestatório da ligação entre o sistema político representativo e o capitalismo financeiro foi a Islândia, em 2009. Ressalta-se, contudo, que o processo de insurreição islandês prolongou-se ao longo de vários anos, tendo obtido resultados expressivos também a partir de 2011.

De forma semelhante ao que ocorrera em diversos países seriamente afetados pela crise econômica de 2008, três dos principais bancos privados islandeses apresentaram, durante este período, uma grave situação de insolvência, também relacionada à comercialização de títulos financeiros sem lastro para pagamento, como no caso da bolha norte-americana (REBOREDO, 2011). As primeiras soluções adotadas pelas instituições islandesas para superar a situação financeira precária foram relacionadas ao endividamento perante o banco central islandês e outras instituições de países europeus (CASTELLS, 2013), o que não conteve a queda abrupta na classificação de risco dos bancos islandeses.

Segundo Castells (2013), ainda, na Islândia teria se formado uma subjetividade política crítica à associação entre capital financeiro internacional e personagens políticos

tradicionais. Como resultado dessa subjetividade, os movimentos de protesto islandeses, organizados sob a forma padrão de ativismo do novo milênio²⁹, conseguiram a renúncia do então primeiro ministro islandês Geir Haarde, do Partido da Independência³⁰. Para além deste fato, o autor destaca como resultados significativos da revolução islandesa a realização de uma nova assembleia constituinte, com intensa participação popular; o reforço do caráter social-democrata do país; a rejeição ao pagamento das dívidas e seus respectivos encargos oriundos das fraudes financeiras relacionadas ao período; a ascensão de uma coalizão de centro-esquerda formada pelos partidos Esquerda Verde e União Social Democrática; a nacionalização e o controle popular dos bancos islandeses.

Contrariando o tom revolucionário descrito por Castells, os acontecimentos posteriores, todavia, impedem uma interpretação definitiva sobre a recusa das características do modelo econômico do capitalismo financeiro por parte dos islandeses. Após um período de tempo governado sob a coalizão de centro-esquerda liderada pela primeira ministra Jóhanna Sigurðardóttir, o país escolheu novamente um primeiro-ministro pertencente ao Partido do Progresso, de centro-direita, o qual resultou envolvido no escândalo conhecido como Panama Papers, um esquema de evasão de divisas por meio de offshores que envolveu diversas personalidades mundiais, o que mostra que as eventuais modificações sociais ou das instituições decorrentes de um ciclo de indignações não se consolidam no tempo, necessariamente. Dessa forma, ainda que Islândia seja um exemplo claro de configuração à esquerda dos resultados imediatos do ciclo de protestos, não se pode considerar que os eventos em questão chegaram a configurar um prelúdio de superação das formas contemporâneas do capitalismo.

No mundo árabe, conforme o recorte temporal proposto, a Tunísia foi o país que apresentou uma das primeiras formas de insurgência relacionadas ao advento das redes sociais e ocupação das praças públicas. Por ser um segundo país onde os rumos da revolução foram inicialmente num sentido “progressista”, contribuiu para as leituras defensoras do processo global revolucionário. O desencadeamento das manifestações de massa no país costuma ser atribuído à autoimolação por fogo do comerciante Mohamed Bouzazi, em 2010 (GOHN, 2015). Para Castells (2013), alguns fatores catalisadores da revolta tunisiana foram o desemprego de uma população jovem escolarizada; a presença de uma cultura ciberativista, e

²⁹ Ocupações de praças públicas, ação direta, cultura de assembleias, horizontalidade.

³⁰ Partido de orientação ideológica de direita.

a difusão do uso da internet entre os manifestantes³¹. Assim como em outros movimentos de protesto do período, diversas ideologias tentaram determinar o sentido do movimento, inclusive mediante a ascensão de discursos conservadores, ligados ao islamismo radical.

O movimento culminou na deposição do governante Ben-Ali (no poder havia mais de 20 anos), e consequente realização de uma assembleia constituinte, fiscalizada internacionalmente, e que representou a ascensão do presidente Moncef Marzouki³². Para Castells (2013), Islândia e Tunísia formariam um prelúdio das manifestações de caráter global que se sucederam nos idos de 2011, e para além de se assemelharem em diversos pontos reproduzidos nos diversos movimentos de mesma época – crítica à naturalização das condições precárias de existência pelos poderes constituídos; eventos dramáticos de catalisação da mobilização (autoimolação e crise financeira); déficit de democracia direta – os dois configuram exemplos de movimentos de relativo sucesso na conquista dessas reivindicações.

Na linha destes movimentos precedentes, é comum enquadrar os protestos realizados no Egito, na Espanha, na Grécia, em Portugal, nos Estados Unidos e no Brasil³³ como processos insurrecionários semelhantes, nos quais foi possível a formação de uma subjetividade contestatória da relação entre capitalismo financeiro e sistema político representativo. Não configura um objetivo desta tese recuperar as características e o sentido de cada um deles, mas apenas demonstrar em que medida esta subjetividade inicialmente desenvolvida favoreceu a construção de uma interpretação teórica que admitia a ideia de uma revolução global, que perdeu força a partir de alguns dos exemplos citados, entre os quais podemos citar o Egito, a Espanha e os Estados Unidos, e obviamente, o Brasil.

Inspirada na revolução tunisiana, a revolução de 25 de janeiro, no Egito, também chamada de revolução do Nilo, se relacionava com a indignação dirigida contra o governo autoritário de Hosni Mubarak. Os protestos se concentraram, sobretudo, na ocupação da praça Tahir, tendo sido inaugurados por três movimentos mais importantes: “Basta”, “Movimento Egípcio pela Mudança” e “Juventude 6 de abril” (SAFATLE apud GOHN, 2015). Na primavera egípcia, os protestos foram marcados pelo alto número de imolações praticadas por manifestantes, pela forte repressão policial do governo, e por reivindicações de autonomia

³¹ Segundo o mesmo autor, a Tunísia foi um dos primeiros países árabes a se abrir para a internet.

³² O qual manteve o secularismo característico da Tunísia e inaugurou um período de eleições livres no país.

³³ Se considerarmos como critério de agrupamento apenas o contexto temporal, inúmeros outros protestos se juntariam aos mencionados.

relacionada aos direitos das mulheres. A corrupção, a pobreza, a ausência de perspectivas para a juventude, também foram consideradas por Castells como estopins para a indignação contra a ditadura de Mubarak (2013).

Assim como todos os movimentos de protestos enquadrados na chamada “primavera árabe”, a ação política egípcia teve forte influência das redes como forma de mobilização dos ativistas, tendo sido duramente repreendida pelas forças políticas da época. Nesse contexto, destaca-se, ainda, a importância da conexão dos ativistas egípcios com outros movimentos sociais ao redor do mundo (GOHN, 2014). Diferentemente dos resultados das duas revoltas anteriores, contudo, no caso do Egito, o sentido da ação política foi muito mais heterogêneo, tendo contado com a forte participação política da “Irmandade Muçulmana” (GOHN, 2015), grupo defensor de uma forte ligação entre o Estado e os costumes e práticas religiosas do islã.

Segundo Gohn (2015), os grupos de jovens ativistas que reivindicavam a ampliação de direitos e uma maior participação democrática perderam espaço para as ações de outras forças políticas. Como consequência, os conflitos no Egito passaram a ocorrer em torno das forças burocratas militares e os apoiadores do presidente Morsi, que após ser eleito em substituição a Mubarak, sofreu um golpe militar, em 2013.

Neste sentido, pode-se concluir que a complexidade das forças políticas em jogo na situação egípcia, acompanhada dos resultados mencionados, enfraqueceu a narrativa revolucionária global que havia começado a ser construída a partir de 2011. Ao comentar os efeitos da insurreição egípcia, Castells (2013) destaca que os avanços promovidos em termos de ampliação da democracia e dos direitos econômicos foram paulatinamente apropriados (em sentido) por uma elite capitalista, tendo diversos jovens inicialmente engajados na defesa da democracia política e econômica encontrado refúgio tanto nas alas mais moderados quanto nas mais radicais do islamismo.

Na Espanha, segundo Castells (2013) o contexto da revolta se relacionou com as medidas econômicas austeras praticadas pelo governo como resposta à crise de 2008. O autor menciona que a vanguarda da insurreição europeia esteve relacionada aos diversos movimentos sociais relativos à defesa da liberdade de expressão na internet (entre os quais, o Anonymous), somados aos ativistas da alterglobalização e de outros coletivos juvenis de inspiração antineoliberal e contra a austeridade espalhados pela Europa. A síntese destes movimentos teria sido a formação de um grupo de debate e ação chamado “Democracia Real

Ya”, que construiu uma plataforma discursiva condenatória dos arranjos entre o capitalismo financeiro e o sistema político representativo.

Assim como nos demais movimentos do mesmo período, o ativismo digital extrapolou os limites da rede, promovendo a ocupação de praças públicas como uma forma de manifestação. No dia 15 de maio de 2011, a convocação dos diversos coletivos ligados ao grupo de ação “Democracia real ya” atingiu um grau de mobilização significativo, mesmo sem a presença dos partidos políticos, sindicatos e outras formas associativas da sociedade civil (CASTELLS, 2013). Foram formados acampamentos e instaladas discussões sobre o verdadeiro significado da democracia, a partir de uma cultura de participação direta e horizontalidade nas decisões.

Os primeiros atos do movimento espanhol, primeiramente denominado de 15-M (em alusão à primeira grande manifestação) e, posteriormente, Indignados, reforçaram a narrativa de que havia, em curso, um processo contestatório global da união capitalismo financeiro e sistema político representativo, apesar da diversidade de sujeitos e pautas ligadas ao *Democracia Real Ya*. No caso espanhol, a apropriação dos espaços públicos pelos acampados acompanhada de práticas colaborativas de manutenção logística e material dos manifestantes incentivaram a ideia de que uma subjetividade contestatória da forma de vida neoliberal encontrava-se em vias de se desenvolver.

De acordo com Castells (2018), os Indignados obtiveram diversas vitórias judiciais e políticas relacionadas ao despejo em massa de famílias atingidas pela crise imobiliária espanhola. No plano macropolítico, contudo, a primeira consequência dos protestos teria sido justamente o retorno do Partido Popular, de raízes franquistas e conservadoras ao poder. O autor atribui o referido acontecimento ao próprio bipartidarismo vigente na Espanha, que direcionaria o comportamento político dos eleitores a uma escolha baseada no “outro” que não estava no poder durante a crise. Para além deste fator, destaca-se, segundo Castells (2018) que aqui, assim como nos demais movimentos do novo milênio³⁴, a precariedade das condições de vida e trabalho decorrentes do próprio modelo econômico do capitalismo financeiro podem ser reconfiguradas em nacionalismo radical e identitarismo racista, o que se verifica inclusive pela aprovação do *Brexit* e a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos.

³⁴ Castells (2018) menciona o estudo do sociólogo Farhad Khosrokhavar sobre as subjetividades de jovens islâmicos envolvidos em atos radicais e presos em cidades francesas, no qual identificou-se uma angústia existencial juvenil agravada pela influência do consumismo e da ausência de oportunidades de uma vida digna, própria do mundo capitalista ocidental.

Contudo, uma das principais consequências institucionais apontadas pelo mesmo autor no contexto espanhol se refere à reconfiguração dos poderes partidários, mediante a ascensão de movimentos-partido, que incorporaram as críticas dos manifestantes relacionadas ao déficit de representatividade e democracia, entre os quais se destacaram o *Podemos* e o *Ciudadanos*, cujos eleitores são majoritariamente jovens (CASTELLS, 2018). Nos grandes protestos espanhóis, jovens ativistas ligados a movimentos antiglobalização e neocomunistas fizeram a transição da política de movimentos sociais para a política representativa, repaginada a partir do multipartidarismo e da proporcionalidade direta nas votações.

Por fim, cuida-se em abordar alguns aspectos do movimento *occupy*, nos Estados Unidos, que, apesar de ter ficado conhecido como um movimento contestatório do capitalismo financeiro, mediante a crítica e a ocupação do seu espaço-símbolo de maior representatividade, a Wall Street, foi marcado pela ocupação de diversas praças públicas, protestos de rua, debates e manifestações culturais e artísticas em outros locais do país, como Oakland³⁵, por exemplo.

O movimento surgiu em setembro de 2011, a partir da formação de acampamentos em protesto contra os efeitos duradouros da crise de 2008, configurando mais um exemplo de associação crítica por parte dos movimentos sociais em relação ao capital especulativo e o sistema político representativo. Segundo Gohn (2015), contudo, o movimento era bastante multifacetado, não sendo, necessariamente, anticapitalista, mas crítico à desregulamentação do setor financeiro, seus efeitos (como a quebra), e os referidos remédios aplicados contra a população pelo sistema político. Um dos principais aspectos do movimento ressaltado por Castells (2013) foi a complexidade dos processos deliberativos, marcados por uma metodologia de intensa participação entre os ativistas envolvidos.

Apesar de parecer para o grande público como um movimento espontâneo, tem como pano de fundo, assim como outros movimentos do mesmo período, a atuação de coletivos anarquistas contestatórios da sociedade de consumo, entre os quais Gohn (2015) destaca os *adbusters*. O perfil dos ativistas de coletivos anarquistas, segundo a autora, era de jovens, brancos em sua maioria, pertencentes à classe média americana. Todavia, em razão do amplo impacto da crise nas diversas camadas da sociedade, o movimento obteve a adesão de diferentes personagens, atingindo um sucesso viral após alguns dias de ocupação, se espalhando-se por diversas cidades dos Estados Unidos.

³⁵ Em Oakland, os protestos foram marcados pela violência da repressão policial e pela estética do anarquismo insurrecionário, sobretudo a dos *black blocs* (CASTELLS, 2013).

O sucesso inicial do movimento *occupy*, no país líder da transição do capitalismo industrial para o financeiro, atraiu a atenção de diversos intelectuais e pessoas influentes (GOHN, 2015), favorecendo o estabelecimento de uma leitura unificadora sobre os protestos de 2011. Entre os intelectuais, destaca-se a influência do filósofo esloveno Slavoj Žižek, que participou de diversas reuniões entre os ativistas, e que escreveu sobre o processo em curso (Žižek, 2012).

Embora Žižek evitasse, inicialmente, promover previsões sobre os rumos do movimento, seus próprios questionamentos apontavam para um hipotético momento de ruptura com o sistema capitalista e suas institucionalidades:

Há uma longa estrada pela frente, e logo teremos de tratar das questões realmente difíceis - não aquelas relativas ao que não queremos, mas ao que, de fato, queremos. Que organização social pode substituir o capitalismo atual? De que tipo de novos líderes precisamos? E de que órgãos, incluindo aqueles de controle e repressão? (Žižek, 2012, p. 19)

Após dois meses de ocupação, o movimento começou a se dissipar, não tendo promovido mudanças institucionais profundas, como sim ocorrera nos casos islandês e tunisiano, e tampouco promoveu abalos no bipartidarismo político norte-americano. Castells (2013) enumera algumas vitórias micropolíticas do movimento, entretanto, como a reversão judicial de despejos causados pela crise hipotecária e a migração de clientes do setor bancário para cooperativas de crédito.

Analisando os impactos na subjetividade dos cidadãos norte-americanos a partir de um prazo maior, todavia, verifica-se que as críticas ao sistema representativo, comuns a todos os movimentos, foram recalibradas no mesmo sentido do que ocorrera em países da Europa. Neste sentido, observou-se a ascensão do discurso neofascista contemporâneo, racista e de oposição aos não-americanos, muito bem aproveitado pelo “outsider” político Donald Trump³⁶. A eleição de Trump e de outros líderes populistas de direita apontam para uma esperança das classes médias brancas e empobrecidas destes países, no sentido de favorecimento das identidades nacionais, mediante políticas protecionistas do emprego e da renda de seus cidadãos.

³⁶ À época, líderes do Partido Democrata alertavam para a possibilidade do *occupy* criar uma espécie de vácuo ideológico que poderia ser facilmente utilizado para a ascensão de lideranças e discursos conservadores então adormecidos, sobretudo entre os jovens de baixa instrução política (Žižek, 2012). É bem verdade que essa previsão se mostrou verdadeira em grande parte dos cenários eleitorais ao redor do mundo.

Diante deste contexto, confirma-se a premissa de que, apesar das diversas semelhanças nas formas de ação e no contexto dos movimentos globais, a eclosão deste ciclo de protestos não chegou nem de perto a configurar um processo revolucionário e de superação do capitalismo financeiro, ainda que as condições de vida determinadas pelo atual sistema econômico – baseadas na transição de uma economia industrial para uma economia financeirizada, e de precarização das relações de trabalho – tenham contribuído para a revolta, em alguns casos, e que diversos movimentos sociais tenham trabalhado nitidamente para a construção deste viés perante a sociedade.

A análise dos diferentes processos insurrecionais também nos impede de aderir ao discurso das chamadas “guerras híbridas” e suas derivações, em contrapartida, principalmente quando consideram que o surgimento das grandes manifestações seria sempre previamente orquestrado por empresas ou governos, e que este fator contribuiria todas as vezes para o fortalecimento do capitalismo financeiro, ou de posições imperialistas norte-americanas.

As transformações sociais e institucionais adotadas por diferentes países mostram rumos completamente diferentes em relação aos dilemas enfrentados por esta configuração do modelo econômico capitalista, baseado na financeirização da economia, no hiperconsumismo, na reconfiguração das forças produtivas e das relações trabalhistas. Neste contexto, enquanto em alguns prevaleceu o fortalecimento do papel do Estado na condução da economia – como no caso da nacionalização dos bancos islandeses – em outros aspectos, a resposta adotada foi intensificar arranjos produtivos geradores de precarização e financeirização econômica – como demonstra a ascensão das grandes plataformas digitais de logística e transporte nos últimos anos: Uber, Ifood, Amazon, etc.

Com relação aos efeitos relacionados à desconfiança por parte das diferentes populações em relação ao funcionamento do sistema político, a mesma diferença de panos de fundo e de consequências políticas pode ser observada, o que prejudica as leituras que trabalham com a hipótese de crise ou fim da democracia representativa, como é o caso do próprio Castells (2018), Comitê Invisível (2020), entre outros. Nos países cujas instituições já são formadas por este paradigma, o surgimento das revoltas não propôs uma forma política que diferisse substancialmente dos elementos que o compõem, entre os quais, podemos citar: o Estado-Nação, a submissão teórica do poder à lei, a ideia de sufrágio universal, a prevalência dos direitos individuais, a separação entre esfera pública e esfera privada, a burocracia estatal, entre outros. Além disso, as formas supostamente “autoritárias” ou

“excessivas” deste paradigma são verificadas desde as suas primeiras manifestações históricas, o que torna a hipótese de crise aceitável apenas se admitirmos que a mesma ocorre desde seu surgimento.

Isso não quer dizer que o caráter crítico à representação não tenha produzido efeitos concretos no próprio funcionamento da ideia de democracia liberal. Os partidos políticos não foram abolidos, mas em alguns casos, como no caso da Espanha e na Grécia, surgiram organizações partidárias que incorporavam determinadas críticas relacionadas à falta de representação por parte da sociedade. Além disso, a ação direta voltou a ser relevante na conjuntura política nacional e internacional, colocando sempre a possibilidade do protesto como uma variável política a ser considerada pelos analistas de conjuntura e pelos políticos tradicionais.

No que tange às demais consequências no âmbito das instituições político-jurídicas, em certos contextos, verifica-se que, em alguns casos, as reivindicações iniciais por participação política estavam inseridas na construção de um Estado Constitucional de Direito nos moldes ocidentais, como em alguns países da primavera árabe. Por outro lado, na formação de uma nova constituinte que incrementasse a força normativa dos direitos sociais e do papel do Estado como condutor na Economia, como na Islândia, no pós-crise de 2008 e, mais recentemente, no Chile.

É importante ressaltar, sobre este aspecto, que a trajetória de cada uma dessas reivindicações sociais e políticas ao redor do globo a respeito da reconfiguração do âmbito político e jurídico não seguiu, necessariamente, o caminho idealizado pelos movimentos iniciadores dos protestos, que Bringel (2013) caracteriza como “movimentos madrugadores”. Em todos os países, diversas forças políticas atuaram na tentativa de direcionar e capitalizar ou bloquear a indignação, o que não garantiu um sentido necessariamente progressista, de esquerda, no desenrolar das consequências. Decorridos alguns anos, é fácil perceber que, em alguns contextos, o ciclo de protestos favoreceu a consolidação de discursos e ideias relacionadas a uma forma de comunitarismo racista ou de radicalismo religioso. Não obstante esse fato, a resposta conservadora não foi a única solução formulada pelos cidadãos destes diferentes países.

A ausência de uma estrutura bem definida de atuação³⁷, característica dos diferentes movimentos de protesto do novo milênio, pode ter contribuído para a própria disseminação destes num curto espaço de tempo, mediante a rápida incorporação de outros membros e instituições da sociedade civil, mas, muito provavelmente, gerou inúmeras dificuldades materiais de subsistência e de capacidade de alteração do sistema político por parte destes mesmos grupos, principalmente os pertencentes à esquerda do espectro ideológico. Os “partidos piratas³⁸” e outros surgidos com a estética e os valores desta época, apesar de algumas vitórias pontuais, não conseguiram penetrar na preferência das massas, em praticamente todos os contextos (LÓPEZ CARILLO, 2018). De toda forma, exemplos bem-sucedidos de transição da ação política de movimentos autônomos para a política representativa foram manifestados, como no caso do *Podemos*, na Espanha.

No que diz respeito à relação entre o contexto de origem e as consequências observáveis nos movimentos de protesto ao redor do planeta e nas Jornadas de Junho, é possível identificar algumas semelhanças. Em especial, marcada por uma certa crítica à legitimidade do poder político, de modo geral³⁹. Todavia, é certo que algumas características dos contextos, dos sujeitos e da ação, apresentados, não se reproduziram, necessariamente, no Brasil, mesmo no que diz respeito a este assunto.

No caso brasileiro, a crítica aos limites da política institucional se relacionou, no início, com a crítica ao financiamento privado de campanhas políticas e seus desdobramentos – como o superfaturamento de contratos e a captura do interesse público por interesses corporativos nacionais e internacionais (GOHN, 2017). Em um segundo momento, todavia se transformou em uma crítica aos partidos políticos e à corrupção (seletiva) relacionada ao poder estatal, o que Jessé Souza atribui ser influenciado pelas clássicas interpretações sociais sobre o Brasil (SOUZA, 2018), traduzidas em senso comum.

No Brasil, os problemas de corrupção relacionados aos contratos de transportes, às grandes empreiteiras e às empresas estatais foram facilmente sintetizados pela direita política e pela mídia tradicional numa plataforma de discurso antiestatista, ao contrário do que

³⁷ Essa característica difere os movimentos em questão dos movimentos de inspiração marxista-leninista, que trabalham com ideias de coesão social e disciplina na organização tática da ação política. Também difere de movimentos que trabalham com objetivos partidários ou político-institucionais, cujas formas de organização se baseiam na hierarquia funcional, na existência de mandatos de longo prazo e na representatividade.

³⁸ Partidos cujos principais valores são influenciados pelo advento das tecnologias digitais. Defendem a liberdade de circulação de informação mediante a eliminação da propriedade privada de bens imateriais, o fortalecimento da privacidade dos dados pessoais, além de serem simpáticos à ideia de democracia direta.

³⁹ O que constitui o principal elemento de ligação entre as diversas manifestações do período, conforme Castells (2013).

ocorrera na Islândia, por exemplo. Conforme já mencionado, a insurreição islandesa resultou na estatização e ou regulamentação de grande parte do setor bancário, o que indica uma percepção de que o sistema financeiro atenderia melhor aos interesses de seus usuários quando controlado de perto pela população, e por interesses não privados.

Outro fator importante a ser lembrado é o fato da ausência de um discurso contestatório de medidas de austeridade em decorrência da crise de 2008, como pôde ser desenvolvido na Espanha, nos Estados Unidos e na Islândia, por exemplo. Nas Jornadas de Junho, o ápice dos protestos em 2013 não ocorreu como uma resposta clara a pressões externas de austeridade propostas por organizações financeiras internacionais. Isto não quer dizer, contudo, que não eram feitas críticas às condições econômicas, na época. Conforme Pinheiro-Machado (2019), estas se relacionavam, principalmente, com a precariedade das condições de transporte e de outros serviços públicos, principalmente nas grandes metrópoles nacionais.

O uso das redes sociais como forma do engajamento e participação política, outro fator comum a praticamente todos os eventos, também não foi suficiente para definir uma subjetividade coletiva crítica ao individualismo e ao neoliberalismo de forma geral, tampouco foi garantia de uma maior eficácia da atuação dos movimentos sociais e de protesto. Esta era a aposta de autores como Castells e Jeffrey Juris, os quais, segundo Mendes (2018), compõem uma linha interpretativa sobre os eventos de protestos chamada tecnopolítica. Os acontecimentos em questão romperam com a esperança nutrida no início deste novo século de que a transformação da esfera pública a partir da complexidade do processo comunicativo pela internet promoveria um aprofundamento democrático proporcional, seja em seu sentido de participação política ou no sentido de distribuição de riquezas e oportunidades. O uso das tecnologias digitais tem sido igualmente aproveitado por ativistas de extrema-direita, que operam no reforço dos valores neoliberais contemporâneos (autoritarismo + diminuição do papel do Estado).

A existência de diferentes consequências políticas em cada um dos movimentos serve para demonstrar, portanto, que o sentido dos movimentos de protesto é sempre disputável ideologicamente, não havendo como atribuir um destino certo de que as ações traduzirão mecanismos de combate ao financismo e ao capitalismo cognitivo, baseando-se, apenas, na existência de movimentos e ativistas anarquistas ou de esquerda.

Por outro lado, não há como descaracterizar a legitimidade desses movimentos de protesto em razão da participação de possíveis interesses geopolíticos imperialistas na desestabilização de determinados governos, pois estes, quando existem de fato, exploram contradições internas de cada sociedade como forma de gerar indignação coletiva. Estas contradições podem ser, por sua vez, alegações sobre a ocorrência de corrupção, de perseguição de opositores políticos ou de minorias por parte de governos, de violação a direitos humanos, de aumento exorbitante de preços, entre outras tantas. A existência de apoio internacional ou interno para incentivar manifestações que explorem alguma entre tais contradições, não significa que elas não existam, portanto. Além disso, é preciso refletir se o papel dos movimentos sociais se resume a acompanhar o ritmo das transformações sociais imposto pela política institucional, a qual muitas vezes, é limitada por uma conjuntura de pressões e alianças capaz de impedir qualquer avanço de governos progressistas, fazendo inclusive com que este adote inúmeras medidas de retrocesso social a fim de equilibrar sua manutenção no poder.

Dessa forma, mais do que simplesmente negar a existência destes problemas impondo uma narrativa de responsabilização externa ou interna dos “novos movimentos sociais” pelo surgimento dos ciclos de indignação, é preciso entender como surgem os discursos, as organizações e as ideias que fundamentam o surgimento destes grandes acontecimentos. Tendo isso em vista, considera-se necessário recuperar historicamente a formação destes elementos especificamente no contexto das Manifestações de Junho.

2.2 AS ESPECIFICIDADES DO MOVIMENTO BRASILEIRO

Antes de falar especificamente sobre os acontecimentos políticos do ano de 2013, é importante considerar os precedentes históricos das formas de ação, dos sujeitos e de suas reivindicações materializadas no período em questão no contexto brasileiro. Em diferentes regiões do país, já se encontravam plantadas as sementes do que se manifestara com mais intensidade nas Jornadas de Junho, a partir do vínculo formado com as outras manifestações do contexto mundial. Entretanto, é certo que, desde a década de 1990⁴⁰, já se faziam presentes jovens ativistas, com subjetividades voltadas para a horizontalidade na organização política,

⁴⁰ Estes movimentos surgem antes, portanto, da própria chegada do PT ao poder, bem antes da descoberta do pré-sal, fatores invocados como motivos de ocorrência das Manifestações de Junho.

para a crítica da representatividade dos poderes ou, ainda, para mobilizações culturais inovadoras (SCHERER-WARREN, 2014).

O Movimento Passe Livre, que organizou as primeiras manifestações no Rio e em São Paulo em 2013, participava de intensas mobilizações populares desde o ano de 2003, pelo menos, tendo ficado mais conhecido, contudo, a partir de sua participação no Fórum Social Mundial em Porto Alegre⁴¹, em 2005 (GOHN, 2015). O grupo faz parte de uma série de organizações coletivas surgidas no início dos anos 2000, no Brasil, cuja lógica de atuação política privilegia a ação direta, o federalismo, a horizontalidade das deliberações coletivas por meio de reuniões e assembleias, e a ausência de lideranças fixas que responderiam pelo todo⁴². Sua atuação principal se voltava para a discussão de aspectos relacionados à mobilidade urbana, em especial para a gratuidade (para os usuários) do transporte público coletivo. Neste período de movimentações pré-2013, as principais cidades que apresentaram manifestações políticas com as características dessa forma de ativismo protagonizado pelos jovens foram Florianópolis, Salvador, Vitória e Campinas (RICCI e ARLEY, 2014).

No ano de 2013, diversas manifestações promovidas por jovens foram realizadas ao longo dos primeiros meses do ano, sobretudo em Manaus, Porto Alegre e Goiânia. Todavia, é comum atribuir o marco zero das Manifestações como um movimento único no Brasil ao dia 06 de junho de 2013. O protesto do dia 06, ocorrido na avenida Paulista, em São Paulo, foi interpretado pela maioria como a síntese dos diversos movimentos autonomistas relativos ao transporte público que já vinham ocorrendo, e teve como principal reivindicação a adoção do bilhete único pela prefeitura. Sobre o protesto do dia 06, em São Paulo, os meios de comunicação tradicionais o retrataram de forma negativa⁴³, o que não impediu a formação de

⁴¹ O que é mais um indício da vinculação da continuidade de atuação entre os movimentos altermundistas e as Manifestações.

⁴² Essas características podem ser obtidas a partir da Carta de Princípios do Movimento (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013).

⁴³ Um dos casos mais emblemáticos da postura da grande imprensa diz respeito ao comentário do jornalista Arnaldo Jabor, no Jornal da Globo, no dia 12 de junho de 2013. Os protestos que seguiram ao dia 06 de junho – nos dias 08 e 11 do mesmo mês – já apresentavam como uma de suas características a depredação de certos símbolos e o transtorno do funcionamento normal das metrópoles, o que não diferia da estética das manifestações assistêmicas ao redor do globo. Para Jabor e a grande mídia, contudo, no caso do Brasil, as manifestações não se justificavam. Em seu discurso, percebe-se a tentativa de desqualificar os atores políticos jovens das primeiras manifestações, dizendo que estes, por ser de classe média, não dependiam efetivamente do transporte público a ponto de se revoltarem. Criticou a violência subjacente ao processo de manifestação, ainda, considerando que vivíamos em uma democracia muito diferente dos locais onde a mesma violência teria sido usada de forma legítima pelos manifestantes.

uma opinião pública favorável às manifestações do referido dia, que reuniram cerca de 2000 pessoas (GOHN, 2015).

A maioria das interpretações atribuí aos movimentos autonomistas contra o aumento das tarifas de transporte a iniciativa e o sentido dos primeiros protestos de junho. Contudo, é preciso ressaltar que as diferentes regiões do país apresentaram distintas configurações das forças políticas “madrugadoras” dos movimentos. Segundo Tavares et al. (2016), a opção por uma descrição do processo de mobilização em 2013 tendo como epicentro os protestos do MPL em São Paulo, em junho, decorreria apenas de uma visão sudescêntrica da realidade política brasileira, na medida em que desconsidera a pluralidade de atores, pautas e alianças feitas em cada localidade. A percepção de uma configuração plural de atores e movimentos impactará, por sua vez, diretamente na interpretação que se tem sobre as Manifestações, uma vez que muitos dos conflitos vivenciados entre manifestantes nas duas grandes cidades não repercutiram em outras localidades. É o caso de Belo Horizonte, por exemplo, em que os primeiros protestos já foram liderados por pessoas ligadas a partidos e sindicatos, embora contassem com uma participação intensa da juventude participante de coletivos (RICCI E ARLEY, 2014).

Apesar deste fato peculiar, o foco da mídia e dos trabalhos nas duas maiores capitais do país fez com que todo o ciclo de manifestações vivenciado naquele ano fosse analisado tendo como base as características e contradições próprias destes dois lugares. Segundo esta perspectiva, portanto, as Manifestações eram caracterizadas, inicialmente, pelo protagonismo do Movimento Passe Livre⁴⁴, pela pauta do transporte público, e pelo posicionamento contrário por parte da grande mídia, face à estética de incitação a transtornos urbanos e de violência simbólica adotada pelos manifestantes dessa primeira fase. Sobre este aspecto, a charge (Figura 1) e o editorial (Anexo A) publicados pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 13 de junho de 2013, expunham duas estratégias comunicativas diferentes, frequentemente utilizadas nesses casos pelos meios de comunicação, que visavam construir a imagem de um manifestante “bárbaro” e a necessidade de retomar as ruas em razão da limitação do direito constitucional de ir e vir dos cidadãos (COSTA, 2016).

⁴⁴ Em algumas cidades, porém, outros movimentos autonomistas dividiram o protagonismo com os grupos que tinham como pauta a discussão da gratuidade do transporte público. Em especial, destacaram-se os comitês populares sobre a Copa, coletivos horizontais que atuavam no sentido de combater os impactos sociais das desapropriações e de outras medidas que impactavam a organização do espaço urbano, sobrecarregando os mais pobres.

Figura 1 – Charge de Bennet, na Folha de São Paulo de 13 de junho de 2013.



Fonte: Acervo da Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 28/01/2019.

No que diz respeito à opinião pública, a segunda fase das Jornadas inaugura uma virada dos grandes veículos de comunicação em relação às formas de representação do movimento. No ensaio “Será que formulamos mal a pergunta” Viana (2013) aborda o episódio envolvendo o apresentador de televisão José Juiz Datena, que, em seu programa policiaisco, após as primeiras manifestações do MPL, tentava induzir a população, por meio de uma enquete, a condenar os protestos. O resultado mostrou uma grande aprovação por parte dos internautas, mesmo quando a pergunta foi formulada nos termos “você é a favor de protesto com baderna?”.

A partir deste momento, portanto, o discurso midiático não podia mais ser simplesmente no sentido de condenação do movimento⁴⁵. Consequentemente, a estratégia comunicacional dos grandes veículos passou a se orientar por meio do apoio à indignação juvenil, sem deixar de produzir, todavia, um código moral e estético específico a respeito das Manifestações. Pouco a pouco, o discurso hegemônico nos canais de comunicação seguiu o rumo de separar o movimento entre manifestantes pacíficos e apartidários, cujas reivindicações eram voltadas para críticas aos serviços públicos e à corrupção do poder

⁴⁵ No mesmo período, o jornalista Arnaldo Jabor faz um novo vídeo em tom de autocrítica, dizendo-se precipitado em relação à condenação inicial dos protestos realizados pelo aumento das tarifas.

político, e manifestantes “vândalos”, que não possuíam pautas claras e representavam apenas uma espécie de necessidade de catarse juvenil.

Neste segundo período de manifestações, além do Movimento Passe Livre, outros movimentos sociais de caráter mais contemporâneo e organizados segundo uma lógica autonomista passam a compor a cena dos protestos. Em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, por exemplo, os Comitês Populares sobre a Copa tiveram um papel fundamental na mobilização de jovens e na atuação política concreta, de resultados bem delimitados. Foram formadas redes de apoio jurídico aos moradores atingidos pelas remoções e aos participantes de protestos conduzidos coercitivamente pela polícia. O ativismo digital, por sua vez, foi fortemente marcado pela atuação de representantes brasileiros do coletivo *anonymous* (MOTA e FIGUEIREDO FILHO, 2015), que promoveram a derrubada de sites e a divulgação de conteúdos relacionados aos protestos ao longo dos anos de 2013 e 2014.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a diversidade dos grupos que compunham as Manifestações se apresentou de forma mais marcante, criando situações de conflito dentro dos próprios protestos. Anarcopunks, skinheads, membros de uma classe média ressentida com o governo⁴⁶, militantes de movimentos culturais e LGBTQIA+, partidos políticos, sindicatos, todos começam a disputar os espaços físicos e de discurso durante os protestos. Segundo Ricci e Arley (2014), todavia, estes antagonismos foram mais ou menos intensos de acordo com as diferentes cidades onde ocorriam as manifestações. Em Belo Horizonte, conforme já mencionado, os protestos de rua foram desde a sua origem compostos por ativistas mais à esquerda do espectro político, tendo contado, inclusive, com uma maior integração dos novos atores com os movimentos sociais tradicionais da esquerda, como o movimento sindical, o movimento camponês e alguns partidos políticos.

Após o protesto do dia 19 de junho, o aumento das tarifas foi cancelado em diversas cidades do país, o que pode ser considerado como uma vitória dos movimentos autonomistas sobre transporte que iniciaram as Jornadas. A partir das manifestações do dia 20, como consequência, o MPL começa a se retirar das ruas, inaugurando o que muitos consideram como a terceira fase das manifestações (SINGER, 2013; GOHN, 2015). Neste período, intensifica-se o confronto de adeptos da tática black bloc e a polícia. Os comitês populares sobre a Copa do Mundo mantiveram as mobilizações, contudo. Os protestos organizados a partir de então, inclusive aqueles que diziam respeito a pautas específicas (movimentos

⁴⁶ O ressentimento ao qual me refiro diz respeito à perda dos elementos simbólicos de superioridade de classe, tratados no Brasil por Jessé Souza (2018) como uma das características da classe média brasileira.

classistas, LGBTQIA+, feministas, de liberalização da maconha) passaram, cada vez mais, a ter um roteiro certo de enfrentamento com a polícia. O último grande protesto realizado no mês de junho foi o do dia 21, marcando a queda de popularidade do governo Dilma como um dos possíveis reflexos das Jornadas ocorridas no mês em questão.

Ao longo de 2013, foram realizados diversos outros protestos. Não havia mais, entretanto, o caráter de massa obtido no mês de junho⁴⁷. O contexto de efervescência política, por sua vez, combinado ao apoio do governo federal às pautas culturais⁴⁸, favoreceu a atuação contínua de movimentos à esquerda no espectro político-ideológico, bem como dos atos contra a realização dos grandes eventos esportivos no Brasil. Como a atuação dos *black blocs* era contínua nos protestos de rua, não foi difícil para a opinião pública passar a associar os atos de vandalismo a grupos de esquerda, o que pode ter prejudicado ainda mais a popularidade do governo petista, e das esquerdas, em geral, no período. Após as Manifestações de junho, proliferaram projetos de lei estaduais e federal regulamentado ou simplesmente proibindo o uso de máscaras e outros objetos associados à manifestação política anônima, como uma resposta à tática *black bloc* (PROCOPIO, 2015).

No início de 2014, com a morte do cinegrafista Santiago da rede Bandeirantes em um protesto contra a Copa do Mundo de futebol e a prisão de diversos ativistas pelos atos de “vandalismo” praticados, a opinião pública se voltou definitivamente contra os protestos de rua que guardavam relação com as primeiras reivindicações de 2013. Os *black blocs* viraram a síntese da subjetividade construída pelas Jornadas, e a repressão policial aumentou o medo dos ativistas relacionado às ações diretas. O discurso anticorrupção assumiu sua posição tradicionalmente antiestatal, o que, no referido contexto, pesou contra os governos de partidos de esquerda e suas respectivas alianças, enterrando as possibilidades imediatas de transformação baseadas na orientação nitidamente de esquerda que pautaram as primeiras

⁴⁷ Os movimentos contestatórios dos grandes eventos perderam popularidade com a vitória da seleção brasileira na Copa das Confederações e com a aproximação da Copa do Mundo. Além disso, o apoio da tática *black bloc* aos protestos fez com que, pouco a pouco, a opinião pública se voltasse contra as ações de rua, na mesma circunstância em que a narrativa midiática de divisão entre manifestante e “baderneiro” começava a surtir efeito.

⁴⁸ O PT apoiou ou ajudou a construir diversas iniciativas neste sentido, tendo, inclusive, gerado um desgaste entre as lideranças evangélicas ao longo de seu mandato (CUNHA, 2020). Entre estas iniciativas, estão: o apoio ao projeto de lei que criminalizava a homofobia, posteriormente fixado por decisão do STF; o sancionamento da lei que torna obrigatória o ensino de cultura afro-brasileira nas escolas públicas do Brasil; a implementação de políticas públicas de combate a homofobia decorrentes de tratados internacionais, que ficou conhecido como “kit gay”, entre outras.

etapas dos protestos. Com base nesta sequência de eventos, cabe questionar: em que medida os participantes presentes às Manifestações podem determinar o sentido das mesmas?

2.3 QUEM ERAM OS INDIGNADOS BRASILEIROS E O QUE QUERIAM?

Uma das formas de investigar o sentido político das Manifestações de Junho de 2013 é a decomposição de seus principais atores, a partir da formação de grupos sociais ou identidades políticas coletivas. É preciso considerar, entretanto, que uma das características mais relevantes a respeito das Jornadas de Junho de 2013 seja, justamente, a heterogeneidade em termos de composição dos protestos, o que dificultaria a tarefa de atribuição de um sentido único ao movimento a partir dos seus integrantes.

Bringel e Pleyers (2015) e Pinheiro-Machado (2019) apontam para a existência de algumas narrativas em disputa sobre o sentido principal das Jornadas de Junho, nos dias de hoje, prevalecendo duas como hegemônicas. A primeira delas (BARBOSA e MACHADO, 2015; HORTA, 2018, 2019; SOUZA 2020), compartilhada por parte da esquerda brasileira, enxerga as Jornadas como o prelúdio do movimento pró-impeachment ocorrido principalmente a partir de 2014, enfatizando uma linha de continuidade entre os sujeitos presentes nas Manifestações e a direita antipetista que assumiu o protagonismo das ações diretas a partir de 2014. A segunda narrativa enquadraria as Jornadas de Junho como um tipo de fenômeno interligado aos movimentos globais do novo milênio e, mais difusamente, aos movimentos de renovação da esquerda partidária e classista, que no Brasil, teria assumido traços autonomistas e neoanarquistas.

Dentro desta segunda perspectiva, existem as leituras mais preocupadas em descrever os fenômenos, os sujeitos, os conflitos e as possíveis consequências políticas e sociais dos protestos (RICCI e ARLEY, 2014; MENDES, 2018; GOHN, 2015), sem nenhuma tentativa de prever um sentido revolucionário das Manifestações, mas destacando os perfis dos participantes, as organizações às quais pertenciam e eventualmente, o que reivindicavam em termos de crítica ao capitalismo ou neoliberalismo. Outros, por sua vez, conforme já abordado no capítulo anterior, tenderam a estabelecer o surgimento dos grandes protestos como um símbolo de uma crise instaurada, cujos períodos de indignação e ocupação da rua constituiriam um processo de reação ao capitalismo cognitivo/financeiro, sinais de uma nova subjetividade de esquerda que carregava a possibilidade de mudança da organização social

contemporânea (HARDT, 2014; ALBUQUERQUE, 2014; CAVA, 2013; COCCO, 2014; SANTIAGO, 2015).

Nesta etapa deste trabalho, considera-se possível afirmar a maior adequação da linha interpretativa que considera a complexidade envolvida neste movimento de protesto, isto é, a que considera como diversos os possíveis motivos de insatisfação e o surgimento de novas forças políticas no campo da esquerda como fatores mais relevantes para investigar as causas do surgimento das Manifestações de Junho, sem, no entanto, caracterizá-la como a expressão de um sujeito coletivo revolucionário, contrário ao capitalismo. Em razão deste motivo, trabalha-se com ela na recuperação dos participantes presentes nas manifestações em questão.

Conforme visto por meio da cronologia das Manifestações, as ações nos grandes centros urbanos foram iniciadas, principalmente, a partir de protestos de grupos políticos bem delineados, a exemplo do Movimento Passe Livre e os Comitês Populares sobre a Copa do Mundo. Todavia, o caráter de massa das Manifestações de Junho somente foi obtido a partir da incorporação de diferentes atores, grupos de pressão e pautas políticas multifacetados, até mesmo antagônicos, em alguns casos⁴⁹.

Um importante aspecto a ser analisado em relação aos fatores que influenciaram o grande ciclo de protestos, portanto, diz respeito aos motivos determinantes para o engajamento de cada grupo e ator presente nas Manifestações, que também podem gerar divergências interpretativas. A piora da economia e o aumento da repressão estatal teriam sido aspectos relevantes? A discussão remete a um tradicional problema da ciência política, a qual há muito se questiona se as insurreições e revoluções nascem da piora das condições de vida dos cidadãos ou, justamente, do contrário (GOLDSTONE, 1986). No caso das Manifestações Brasileiras, entende-se que ambas as realidades se aplicam, de forma não excludente⁵⁰.

⁴⁹ Arlei Damo (2020) faz uma divisão dos participantes de Junho a partir das categorias insurgentes – ativistas de esquerda em geral, jovens pertencentes a coletivos, membros de sindicatos e partidos, anarquistas – e intransigentes – pessoas de orientação ideológica de direita, lavajatistas, conservadores, membros de classes mais altas, ruralistas, entre outros. Estes últimos aderiram posteriormente às manifestações, mas disputaram seu sentido e repertório.

⁵⁰ Para além das razões da mobilização ligadas ao descrédito dos governos, também é possível considerar que havia, por parte dos ativistas, em geral, alguma segurança em relação à contrarreação das instituições. Nas Manifestações de Junho e algum tempo depois, verificou-se a ocupação de espaços públicos por grupos sociais extremamente marginalizados – como no caso dos rolezinhos realizado por jovens de periferia e da participação nos protestos de 2013 por grupos punks, anarquistas insurrecionários (*black blocs*), feministas radicais. Reforça, ainda, esta percepção, o fato de que muitos dos manifestantes encontravam-se debutando na ação política direta. Além disso, é nítido o decréscimo de atuação dos movimentos sociais ligados a uma estética mais radical nos períodos posteriores.

Autores como Jessé Souza (2017, 2018) e Marilena Chauí (2013) atribuíram aos atores das Manifestações o perfil predominante de pessoas de classe média, ligadas aos seus respectivos interesses classistas⁵¹, favorecendo a interpretação de que as Jornadas corresponderam a uma subjetividade principal de direita⁵². Por outro lado, as interpretações de Ruy Braga (2013), e Ricci e Arley (2014) e, em certa medida, André Singer (2013), apontam para diferentes fatores que indicam que as classes populares também estavam presentes em 2013 e que estavam em condições de elaborar um discurso crítico aos próprios limites dos governos petistas em promover transformações que combatessem ou resistissem aos avanços neoliberais ocorridos durante o próprio período em questão.

Para Ruy Braga (2013), não há muita dúvida de que grande parte dos manifestantes de 2013 era composta por “jovens trabalhadores periféricos usuários do transporte público e vivendo em famílias com renda de até 3 salários-mínimos”. O perfil dos manifestantes, somado às principais reivindicações por transporte, saúde e educação, favorecem a interpretação de que as classes populares pretendiam algo mais do que a inclusão pelo consumo e empregos formais de baixa qualificação, um dos legados do governo petista. O sociólogo do trabalho afirma que, apesar da alta popularidade do governo Dilma no período pré-junho de 2013 e dos baixos índices de desemprego, havia inúmeros sinais de que a classe trabalhadora, sobretudo a mais jovem, acumulava fatores de insatisfação com o governo. Entre estes fatores, elenca a baixa sindicalização, a alta rotatividade dos empregos, a elevação da taxa de terceirização de mão de obra, entre outros. Além disso, desde 2008 já havia sinalização de uma intensificação do movimento grevista.

André Singer (2013), por sua vez, comparou as diferentes pesquisas feitas por agências de comunicação da época para constatar a existência de dois blocos principais de

⁵¹ Jessé Souza comete o mesmo equívoco que diz ocorrer nas perspectivas ligadas ao que denomina de “marxismo tradicional”, ao focar o caráter de classe para descaracterizar uma subjetividade transformadora de esquerda nas manifestações. O autor que critica os determinismos sociais fundamentados numa descrição da sociedade com base em estruturas meramente econômicas e inovou na descrição da estrutura de classes brasileira a partir de um viés – também – simbólico, desconsidera todo o caráter cultural da ação política ao considerar que os efeitos benéficos de uma ação só poderiam ser auferidos se esta fosse titularizada por uma classe trabalhadora, como no caso das transformações europeias (SOUZA 2018, p. 241).

⁵² É preciso mencionar, todavia, que Marilena Chauí explicita seu conceito de classe média posteriormente (Chauí, 2016), reconhecendo o predomínio do caráter ideológico como definidor da categoria em questão, em detrimento da posição na estrutura econômica. Neste sentido, a autora admitiria a existência de duas ramificações da classe média brasileira. A primeira, formada predominantemente por estudantes e servidores públicos apresentariam subjetividades tendentes à esquerda, de caráter voluntarista; enquanto isso, haveria uma segunda classe média, formada por pequenos comerciantes e outras categorias do mundo do trabalho e que compartilham a defesa de interesses dos donos dos meios de produção ainda que não façam parte deste grupo. Esta é uma classe média de direita, marcada pela defesa do autoritarismo.

pessoas nas Manifestações, uma classe média altamente escolarizada, e trabalhadores precarizados das classes populares. O autor considera que os primeiros dias de protesto foram marcados por uma orientação ideológica de esquerda, e anticapitalista, que focava suas reivindicações nas questões do transporte e nos impactos da Copa sobre os mais pobres. Todavia, à medida que estes temas se interconectaram com a crise da representação política e com o discurso anticorrupção, foram promovidas as condições para a adesão de diversos setores da sociedade, da extrema-esquerda à extrema direita, mas que se intercruzavam a partir de reivindicações ideológicas de centro. Assim, “hospital padrão fifa” e “punição aos corruptos” seriam expressões centristas de senso comum representativas da modernização do Brasil.

O autor defendeu que a propaganda política do governo no sentido de ascensão de classe contrastava com o direcionamento das políticas relacionadas aos grandes eventos, o que é difícil ser contestado. Não havia nenhum sentimento no sentido de que a Copa do Mundo pudesse ser um evento que traria benefícios aos mais pobres (ainda que eles existissem, à época). Ao contrário, a forte mobilização pela melhoria dos serviços públicos e dos direitos sociais que existia nas Jornadas, acompanhada dos impactos negativos dos eventos junto à população mais pobre – por meio de remoções e o caráter elitista do evento – trazia uma percepção de ausência de prioridades por parte do governo, além de indicar um possível alinhamento deste com suas elites.

A análise de Singer é bastante influenciada por suas premissas relacionadas ao papel do Lulismo como mediador dos conflitos existentes no tecido social brasileiro (SINGER, 2012), marcados, sobretudo, por uma divisão de classe, e pelas forças políticas que orbitam a figura do ex-presidente. Em razão disso, apesar do interesse do autor pela presença do (sub)proletariado nas Manifestações de 2013, suas conclusões mais recentes a respeito das manifestações de junho caminham no sentido de que o governo Dilma apostou na aceleração do reformismo fraco existente durante o governo Lula, mediante o incentivo financeiro a determinados segmentos da economia industrial, agrícola e de construção civil em detrimento do mercado financeiro, que acabaram por se oporem todos, ao mesmo tempo, ao governo (SINGER, 2016). Assim, o Partido dos Trabalhadores teria perdido muito de sua base social ao não conseguir determinar a adesão do subproletariado brasileiro à defesa do governo, terminando bastante isolado no processo.

Ricci e Arley (2014) também acabam por avaliar como um dos motivos da indignação para as Manifestações o fator em questão, ao mencionarem algumas pesquisas que demonstraram que o processo de ascensão social das classes populares durante os governos petistas poderia ter gerado, nestas mesmas classes, o medo de voltar ao estado anterior, o que pode ter contribuído para a adoção das seguintes posturas: absorção do discurso das classes hegemônicas, mediante a crítica ao governo; refúgio nas associações coletivas mais simples como as religiões e as famílias; crítica ao sistema político representativo e desconfiança das instituições.

Apesar da inegável presença do proletariado contemporâneo, concordamos com Hilsenbeck Filho (2013), que considera não haver, contudo, um traço definidor classista do sentido das Manifestações, dada a diversidade de pautas e de subjetividades que passou a existir a partir de sua ampliação. Neste sentido, destaca-se a pesquisa de campo realizada por Mendonça (2017) no âmbito das manifestações de Belo Horizonte, por meio de entrevistas semiestruturadas com participantes, e que apresentou como resultado “a inexistência de um sentimento de coesão coletiva nas Manifestações que seja guiado centralmente por fatores sociodemográficos ou ideológicos”.

Segundo Hilsenbeck Filho (2013), a heterogeneidade dos perfis de manifestantes teria resultado na impossibilidade fática de captura do movimento pelas forças políticas tradicionais, não por existir uma subjetividade predominante de direita nas ações, mas pela própria desconfiança compartilhada em relação aos movimentos sociais tradicionais e suas tentativas de “cooptação”. A diversidade de agentes e perfis de participantes era, portanto, além de um traço característico dos protestos, algo que impunha tanto os limites das sociabilidades do protesto⁵³ quanto os da atribuição de sentido por parte de seus intérpretes:

Para quem foi às ruas nesses meses – com olhos de enxergar e ouvidos de escutar – pode ter percebido não se tratar nem de uma massa fascista e nem de uma revolução de esquerda que batia à porta, mas de diversos tipos de interações que envolviam integrantes de movimentos tradicionais como sindicalistas e partidos, bem como pequenos grupos, coletivos menores, rede de amigos e indivíduos com identidades distintas, habitantes do centro (periférico) e da periferia da cidade (como no caso de São Paulo) (HILSENBECK FILHO, 2013, p. 102).

⁵³ As interações entre as diversas ideologias circulantes exigiam um grau de contenção das próprias ações por parte de grupos já estabelecidos. A admissão de partidos e sindicatos não era simplesmente rejeitada, mas havia uma preocupação por parte dos ativistas em não ter as próprias subjetividades ligadas aos símbolos e discursos de outros participantes. As feministas se preocupavam em não reproduzir expressões discriminatórias de gênero, os autonomistas e punks rejeitavam os símbolos nacionais, grande parte dos diversos movimentos não queriam estar perto da bandeiras da CUT ou de qualquer partido.

Outro fator importante percebido por Hilsenbeck Filho (2013) é o fato de que as Jornadas de Junho não foram tão espontâneas como podem ter parecido, mas decorrentes de um longo processo de atuação de movimentos sociais circunscritos a determinadas esferas de atuação, envolvidos com problemas locais e específicos no trabalho de base, e que encontraram na crítica ao sistema político, as condições para interseccionar suas lutas com diferentes pautas e valores compartilhados pela população brasileira⁵⁴. O autor destaca que a emergência dos novíssimos movimentos sociais – como os coletivos horizontais – serviria de alerta ao esgotamento da eficácia de atuação de alguns dos movimentos tradicionais no contexto dos governos petistas, que passaram a agir focados na defesa da governabilidade e da institucionalidade, sem acumular vitórias importantes em suas respectivas pautas⁵⁵.

A presença das classes populares nas Manifestações parece não ser algo a ser posto em questão pelos autores citados, portanto, como chegou a fazer Jessé Souza (2018). Não obstante, quando as Manifestações são lidas a partir do Lulismo como principal motor das transformações sociais à esquerda no Brasil, é comum atribuir um sentido negativo às Manifestações, mesmo quando reconhecida a presença do proletariado ou do trabalhador precarizado brasileiro, pois o seu resultado final teria sido o fortalecimento de uma visão de direita na sociedade, enquanto no período anterior havia paz institucional e benefício aos mais pobres. Os participantes são enxergados, assim, como manipulados, ingratos ou inocentes.

Neste sentido, é preciso recuperar que no contexto do capitalismo neoliberal, os mecanismos por meio dos quais as subjetividades são capturadas por discursos e visões de mundo de direita são inúmeros e constantes, passando pelas intervenções regulatórias que desprotegem as relações de trabalho (CHAMAYOU, 2020), pela união entre tradicionalismo moral e defesa da liberdade econômica (BROWN, 2019) e pela própria construção do sujeito individualista contemporâneo a partir da noção de empresário de si (DARDOT E LAVAL, 2017), sendo, portanto, historicamente bastante anteriores ao contexto das Manifestações. Estes mecanismos, associados às transformações no campo da Economia cada vez mais voltada para a criação de modelos matemáticos e menos para a satisfação de fins políticos ou jurídicos dignos, geram contradições sociais em governos tradicionalmente conhecidos como

⁵⁴ Permitindo a incorporação de diversos atores despolitizados ou politizados num sentido contraditório.

⁵⁵ Os exemplos trabalhados nesta perspectiva se aplicam, principalmente, à CUT e ao MST, tendo em vista que o processo de terceirização e precarização da mão de obra (PERONDI, 2011; SOARES, 2013) e o estacionamento das políticas de reforma agrária (ALENTEJANO, 2018; FERNANDES, 2012) são traços dos governos petistas, apesar de seus avanços em outras áreas.

de esquerda, obrigando-os a adotar uma agenda econômica antipopular e colocando-os em delicado equilíbrio de forças no contexto político em que atuam. Este parece ter sido o caso das Manifestações Brasileiras.

Partindo deste pressuposto, é possível perceber que a busca por horizontalidade, a recusa a lideranças fixas e a autonomia dos novíssimos movimentos sociais que eram criados tenham constituído, em nosso contexto, um processo de experimentação e reflexão sobre as próprias possibilidades de superação ou modificação dos aspectos problemáticos da democracia representativa que estavam em evidência, e que, no contexto nacional, são normalmente explicados a partir de diferentes categorias como: “Presidencialismo de coalizão⁵⁶” (ABRANCHES, 2019), “Lulismo⁵⁷” (SINGER, 2012; AVELAR, 2021) e “Peemedebismo⁵⁸” (NOBRE, 2013).

Não consideramos oportunas, portanto, as leituras que condenam a existência dos protestos em razão de sua possível contestação das estruturas explicadas por tais categorias, atribuindo uma ligação direta entre as Manifestações, o fortalecimento da direita reacionária e a intensificação do neoliberalismo econômico. Para além do motivo empírico, relacionado à própria presença de uma subjetividade conscientemente de esquerda nos protestos – sobre a qual nada autoriza concluir ter sido “capturada” pela retórica de extrema-direita – há ainda motivos de ordem crítica a serem considerados na análise da atual conjuntura política a partir dos efeitos das Manifestações de Junho de 2013, que se aplicam às pessoas presentes às Manifestações e que teriam virado à direita a partir de então. Alguns desses motivos foram

⁵⁶ O presidencialismo de coalizão é a primeira categoria explicativa capaz de apontar alguns dos problemas do sistema político brasileiro. Criado por Sérgio Abranches (1988), o termo faz referência à impossível formação de maioria política por parte do poder executivo nacional, o que ocorre desde a Constituição de 1946, mas que teria se intensificado a partir de 1988. Segundo Abranches, o presidencialismo brasileiro seria sempre dependente da formação de amplas maiorias políticas oligárquicas no poder legislativo para destravar o processo legislativo, as políticas públicas e a distribuição do orçamento. Tudo isso num modelo partidário hiperfragmentado e extremamente heterogêneo ideologicamente, o que favoreceria o processo de corrupção e o clientelismo.

⁵⁷ O Lulismo é uma categoria originalmente criada por Singer (2012), que aborda as alianças com forças políticas conservadoras e com o capital para garantir a política econômica de “reformismo fraco” nos governos Lula, e que teria entrado em crise a partir da intensificação do projeto desenvolvimentista tentado por Dilma Rousseff, manifestado em sua nova matriz econômica. Segundo Avelar (2021), por sua vez, o Lulismo seria formado por um movimento complexo de mascaramento ou gerenciamento de antagonismos via paradoxos a partir das escolhas e alianças eleitorais promovidas por Lula.

⁵⁸ Para Nobre (2013), o peemedebismo é uma forma de funcionamento da democracia brasileira que serve como blindagem do sistema político em relação à forma de democracia exercida pela participação direta e pela ação coletiva. Apesar do nome, não se refere exclusivamente à atuação do PMDB, traduzindo-se mais na formação de um grande bloco legislativo que sempre apoia o governo eleito, alternando-se ora na defesa de uma agenda neoliberal e reformista, ora na defesa de uma agência nacional desenvolvimentista. O funcionamento deste bloco, por sua vez, estaria sempre fundamentado pela captura dos antagonismos sociais para acordos de bastidores, a não abertura do poder para novas forças políticas e pelo seu caráter institucional.

apontados de forma satisfatória por Mendes (2018), Pelbart (2019), Gohn (2015, 2017), Nobre (2013) e Safatle (2016), entre outros.

Segundo Pelbart (2019, p. 127), “os desejos coletivos também podem ser lidos nas brechas e fissuras da vida social dita regrada, nas irrupções e colapsos, ainda que marginais, nos breves momentos em que escapa tudo aquilo que se tentava domar, domesticar, silenciar, recalcar”. Nesse sentido, embora o potencial emancipatório das manifestações⁵⁹ não tenha sido efetivamente transformado em uma orientação coerente, hegemônica e contestatória das estruturas de dominação interseccionadas do mundo de hoje – aumento da desigualdade econômica, reação conservadora à multiplicidade de gêneros e sexualidades, reativação do discurso das supremacias raciais – assumindo definitivamente um viés predominante das novas esquerdas, é provável que o sentimento de mal-estar generalizado com as formas de vida dominantes e com o sistema político representativo estejam sendo reconfigurados a partir de novos elementos desde então. Dessa forma, torna-se importante, também, olhar para os desdobramentos de 2013 que não foram apropriados num sentido negativo em relação às aspirações progressistas de transformação social.

Retomando a perspectiva trazida por Gerbaudo (2017), Alexandre Mendes (2018) relaciona as subjetividades predominantes em junho de 2013 como a manifestação de uma lógica de ação coletiva chamada “acampadas”, a qual seria uma composição híbrida entre a lógica de coletivos anarquistas autônomos e sua crítica ao aparato burocrático, à representação política e o caráter libertário; e uma lógica populista, de massa, que atua na incorporação de outros setores da sociedade e penetra na própria estrutura das instituições mais verticais, e que tem a ver com a redefinição do pacto social de direitos.

Mendes (2018) caracteriza o surgimento das manifestações de junho com base no esgotamento do modelo lulista, em razão de suas próprias condições internas, e não pela lógica de ações orquestradas por um inimigo externo. Utilizando a leitura de Eder Sader a respeito das transformações políticas do Brasil nos anos 80, o autor defende que as subjetividades presentes em 2013 poderiam colaborar com algumas reflexões para o incremento de nossa democracia a partir de outras premissas, diferentes do consenso político firmado em torno do modelo que vinha se mantendo estável até as manifestações.

⁵⁹ A partir de seus movimentos madrugadores compostos por coletivos anarquistas e autonomistas.

Em primeiro lugar, Mendes menciona a crítica à submissão ideológica de determinados movimentos sociais a governos e burocracias representativas, o que paralisaria a necessidade que temos de um movimento de reforma política. Sobre este aspecto, Mendes aborda a necessidade de transbordamento da forma-partido por meio dos movimentos, e não o resumo deste naquele. Este transbordamento permitiria a correta orientação da crítica ao sistema em relação à necessidade de reforma do sistema político, promovendo inovações no terreno relacionado à participação popular efetiva nas decisões que afetam a comunidade.

Sobre este aspecto, ainda, é preciso entender a possível existência de um movimento pendular das subjetividades e da ideologia política na interpretação sobre quem e o quê representaria os vícios do sistema político e de nossa própria forma de democracia representativa. Isto quer dizer que, a depender da forma como são construídos os discursos, os afetos e as alianças, o processo de indignação e, possivelmente, de insurreição contra estes vícios poderia pender para um campo de transformações sociais antineoliberais e progressistas⁶⁰, na medida em que os sujeitos seriam perpassados por novas formas de ver o mundo, novas percepções sobre as relações de poder existentes, novas construções éticas sobre si mesmo e os demais.

Neste sentido, apesar do relativo e presente apoio das estruturas políticas tradicionais na contenção de alguns efeitos do Bolsonarismo⁶¹, não há como idealizar – nem desejar – que o contexto político pós junho volte à pacificação e ao ritmo da política baseada exclusivamente nos acordos de gabinete e no processo de negação ou ocultação dos antagonismos sociais que caracterizam o modelo da democracia representativa brasileira, seja ele baseado no presidencialismo de coalizão, no Lulismo ou no peemedebismo. Dessa forma, concordamos com Mendes (2018), Safatle (2016) e outros quando apostam que os acordos institucionais e a incorporação de inúmeros interesses antagônicos a partir de um mediador politicamente habilidoso – como Lula – já esgotou seu tempo de funcionamento no Brasil.

Neste sentido, destaca-se que os problemas do modelo de democracia brasileira – e mundial – apontados nas manifestações, permanecem e ainda fazem parte da indignação coletiva presente na opinião pública, continuando a influenciar os processos políticos. No Brasil, apesar de todas as contradições que isso representa, é inegável que a eleição e o apoio popular atual do presidente Bolsonaro é fundamentado, entre outros fatores, pelo seu

⁶⁰ Como tem acontecido no Chile e na Colômbia, após 2013.

⁶¹ Ocorridos por meio da anulação de determinados processos da Lava-Jato, da elegibilidade do ex-presidente Lula, da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Pandemia, do inquérito sobre as Fake News.

significativo apelo como um político antissistema⁶². A aposta no institucionalismo é, portanto, a aposta na defesa de um modelo político cujos defeitos são facilmente cooptados por uma narrativa “anticorrupção”, cuja forte presença nas redes e nas ruas conta com o apoio de forças policiais autoritárias e de grande parte do judiciário. Além disso, o discurso institucionalista acaba por reforçar o projeto de construção de uma esquerda pacífica, racional e que atua dentro dos próprios limites do progressismo liberal e das alianças com forças contrárias a seus próprios interesses, invisibilizando projetos mais ousados de reorganização social.

A segunda lição que as subjetividades de junho poderiam legar para a democracia brasileira seria a de evitar a adoção de “narrativas macroeconômicas desenvolvimentistas” como forma de descrever o período do PT no poder, o que desconsidera que grande parte deste período foi marcado por grandes projetos de privatização de áreas e bens comuns e pela expansão do agronegócio. Sobre este aspecto, também retratado por Avelar (2021) ao abordar o uso da retórica hiperbólica pelos mais diversos atores políticos no Brasil em diferentes períodos históricos, é importante recuperar que grande parte da narrativa governista à época, e de Singer (2016), atualmente, partem do pressuposto de que o processo de intensificação da perda de direitos e de representatividade da esquerda no Brasil decorreria, exclusivamente, da intensificação de um reformismo social-democrata que não teria sido aceito pelas forças dominantes (capital, Globo, entre outros).

Esta forma de leitura, que também é compartilhada por economistas liberais, no Brasil, privilegia a descrição das transformações políticas brasileiras a partir de um viés macroeconômico tecnicista, o qual enxergaria uma ruptura clara na política econômica dos governos petistas a partir do segundo mandato do presidente Lula, considerando que a partir daquele momento teria ocorrido um período de intensa participação do Estado na Economia por meio do aumento de gastos. A diferença é que, para os liberais, a “suposta” ruptura assinalaria os motivos da degradação econômica brasileira, justificando as derrotas da esquerda no âmbito político. Para os defensores do modelo lulista de governabilidade, por

⁶² Entre os diversos perfis de eleitores de Bolsonaro em 2018, Isabela Kalil (2018) destaca o grupo dos “isentos” como uma das manifestações do eleitorado bolsonarista que, apesar de não gostar de se engajar em discussões políticas publicamente, acabaram por acreditar em seu caráter “anti-sistema” e de ruptura com o sistema político tradicional. Marcos Nobre (2020), por sua vez, aponta os detalhes de como a retórica bolsonarista tem sido capaz de ressignificar termos como “democracia” e “esquerda” em novas configurações que traduzem a defesa de um governo autocrático e militar e a caracterização de ditadura como tudo aquilo que seria antagônico ao seu próprio projeto.

outro lado, a tese serve como forma de descrever todo o período pós-2008 como um intervalo linear e gradual de guinada à esquerda por parte do governo do Partido dos Trabalhadores, o que possivelmente apresenta duas inconsistências.

A primeira se relaciona com a própria ocultação das tentativas e efetivas conciliações feitas com bancos e banqueiros, industriais, líderes evangélicos de extrema-direita e atores do peemedebismo como “medidas de contenção” da crise, idealizadas no âmbito da mediação lulista durante o período destacado, o que prejudica a leitura de uma efetiva guinada à esquerda nestes anos. Como segunda inconsistência, é preciso pensar que, ainda que a tese sobre a guinada à esquerda no sentido macroeconômico estivesse correta, e que, conseqüentemente, a intensificação da crise política tenha ocorrido exclusivamente a partir de fatores externos ao próprio governo, a tese acabaria por escancarar os próprios limites da estabilidade lulista no âmbito governamental, na medida em que explicitaria que essas forças externas somente estariam dispostas a manter um governo de centro-esquerda na medida em que ele aderisse à agenda de reformas e de orientação macroeconômica representada pelos anos de Palocci à frente do Ministério da Fazenda⁶³, ou pela política adotada por Dilma após a vitória na eleição de 2014 e pela escolha do ministro Joaquim Levy na condução da Economia.

Como terceiro aspecto retratado por Alexandre Mendes, e já mencionado nesta tese ao criticarmos as perspectivas pessimistas sobre Junho, destaca-se a comum separação entre a ação política da classe trabalhadora (sindicatos) em relação a de outros movimentos sociais, o que acaba por dificultar a articulação de lutas comuns entre diferentes sujeitos políticos. As narrativas políticas sobre a necessidade de um “proletariado organizado” guiar as ações políticas diretas é, não raras vezes, contraprodutiva e fora da realidade social do trabalho na atualidade. Idealizam a necessidade de consciência política de um tipo de trabalhador da indústria urbana que não pode mais ser considerado a vanguarda da força de trabalho e, conseqüentemente, da ação política de esquerda.

Um dos problemas desta forma de discurso é, em primeiro lugar, a própria diminuição deste perfil do trabalhador da chamada sociedade industrial nos dias de hoje, seja em razão do processo de desindustrialização brasileiro (OREIRO e FEIJÓ 2010 ; MARCONI e ROCHA, 2011;), seja por força da própria transformação da mentalidade da classe

⁶³ Neste sentido, a perspectiva adotada na presente tese acaba por se distanciar significativamente das leituras de Mendes (2018) e, principalmente, Avelar (2021), os quais, apontam a contradição do discurso desenvolvimentista não para defenderem uma política econômica contrária ao neoliberalismo, mas apenas no intuito de “desmascarar” a tese lulista.

trabalhadora no contexto do neoliberalismo (SENNET, 2006; DARDOT e LAVAL, 2017; CHAMAYOU, 2020). Este cenário dificulta consideravelmente o nascimento de uma consciência política a partir da convivência e da reação ao poder da disciplina aplicada ao trabalho, como ocorrera ao longo do século XX.

Na empresa contemporânea, cada vez mais os trabalhadores não se enxergam como empregados submetidos a uma autoridade, mas como colaboradores de um projeto ou empresários de si. Como consequência, a perda de garantias contra o desemprego e a diminuição de salários são interpretadas como riscos inerentes a todos os sujeitos envolvidos em uma cadeia produtiva. O discurso do empreendedorismo, da flexibilidade e da dinamicidade promovida pelas tecnologias digitais, por sua vez, preenchem o mal-estar gerado com essa perda, promovendo expectativas de ascensão social baseadas no contato direto com o dinheiro e na renda supostamente proporcional ao esforço pessoal

Por outro lado, não se trata de defender que a questão de classe tenha se tornado menos importante nos dias de hoje, pois a mesma continua sendo o recorte descritivo sobre as formas de dominação mais representativo no seio da sociedade. A grande questão é que a exigência por vanguarda das classes trabalhadoras também desconsidera que o processo de conscientização dos novos sujeitos sobre as relações de trabalho passa, em grande parte das vezes, pela inserção destes nas agendas de mobilização e participação política que são construídas pelo movimento estudantil e por outros movimentos sociais – principalmente identitários – e geralmente compostos por jovens de classe média, não trabalhadores, portanto.

Em decorrência deste aspecto, destaca-se, ainda, o fato de que as leituras que enfatizam a necessidade do protagonismo do proletariado na orientação da ação política de esquerda costumam, também, caracterizar como principal antagonista desta mesma classe trabalhadora, a classe média brasileira. Esta forma de leitura tende a generalizar um nicho específico da classe média (realmente existente), construído a partir de elementos simbólicos, como o elitismo de consumo e de hábitos, assim como o ódio aos pobres. Ao se capilarizar no discurso militante da esquerda parapetista, por sua vez, a narrativa acaba por somar cada vez mais pessoas de diferentes setores das classes médias e pobres nas fileiras do anti-esquerdismo, na medida em que todos se reconhecem sob a identidade atual ou desejada de classe média.

Como último aspecto das reflexões possíveis a partir das manifestações de junho de 2013, consideramos que desconsiderar as inovações apresentadas pelos novos sujeitos e pelas novas formas de ação pode atuar – e tem atuado – no sentido de prejudicar o próprio reconhecimento das contribuições que o ciclo de protestos acrescentou em termos de transformações sociais positivas e vitórias no campo progressista, e que não são contadas quando enfocamos nossa análise exclusivamente a partir da perspectiva política institucional ou eleitoral. Trata-se, portanto, da mesma invisibilidade relativa aos novos movimentos sociais que gerou as leituras “assustadas” ou “surpresas” com o surgimento das manifestações, restritas que estavam ao ritmo da política baseado nos partidos e movimentos hegemônicos.

Sob tal perspectiva, se Junho de 2013 pode ser apontado como a principal variável de todos acontecimentos políticos brasileiros desde então, deve-se reconhecer igualmente como possíveis efeitos de junho o crescimento da conscientização e do ativismo relacionado às pautas feminista, racial, LGBTQIA+, ambiental, assim como o renascimento do movimento estudantil secundarista, principalmente, no caso deste, a partir das ocupações estudantis nos anos de 2015/16, além do próprio aumento de candidaturas bem-sucedidas de minorias sociais, com uma estrutura de mandatos coletivos (FONSECA, 2020). Sobre tais agendas e movimentos, tidos claramente como pertencentes ao campo da esquerda, apesar de sua denúncia por parte dos adeptos da ideia de “guerras híbridas” e “revoluções coloridas”, é certo que constroem seu repertório de atuação buscando se desvincular da ligação automática com outros movimentos sociais ou partidos políticos, o que não quer dizer que sejam despolidizados, ou contrários à política partidária, contudo⁶⁴.

Sobre este setor da ação coletiva de esquerda, o qual, nos acontecimentos posteriores a junho não restringiu sua ação na condenação ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff por meio da narrativa do golpe, nem na resistência à prisão do ex-presidente Lula (embora muito provavelmente tenha apoiado esses discursos), a adoção da forma “coletivo” pode ter servido tanto como um dos marcadores de sobrevivência da subjetividade de resistência ao neoliberalismo, a partir de diversas continuidades explícitas com a estética e com as estratégias de engajamento vivenciadas nas manifestações de Junho, além de corresponder a uma forma de aproximação do pensamento de esquerda com jovens

⁶⁴ Embora a caracterização dos participantes das Manifestações de Junho seja recorrentemente atrelada a uma postura apolítica, em razão da crítica que fazem do funcionamento dos partidos políticos e movimentos sociais tradicionais.

interessados na participação política direta. Diante deste pressuposto, consideramos necessário visitar parte da bibliografia relacionada aos motivos de criação e formas de organização dos coletivos, visando refletir sobre tais possibilidades.

2.4 A IMPORTÂNCIA DOS COLETIVOS NA AÇÃO POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

A busca pela identificação, pelo menos parcial, do perfil dos manifestantes que iniciaram as ações de rua no Brasil em 2013 incentivou o (re)direcionamento do olhar para uma espécie de movimento social no qual os jovens participantes, em tese, não definem a própria orientação política em critérios simplificados e duais⁶⁵, não assumem o propósito de modificar a sociedade por meio da ocupação do Estado, valorizam a autonomia, as assembleias e deliberações horizontais, usam e abusam das redes sociais como estratégia de mobilização, e da ocupação do espaço público como forma de ativismo.

Nas leituras de diferentes perspectivas disciplinares, com as de Pinheiro-Machado (2018), Pelbart (2019), Gohn (2015; 2017) e Augusto et al. (2016), um dos fatores que marcaram as manifestações de junho como um marco da ação coletiva brasileira foi justamente o fato de ter evidenciado repertórios e sujeitos ainda desconhecidos para o grande público, o que, em grande medida, era representado pela ascensão dos movimentos chamados “coletivos” horizontais, sobretudo os de característica anarquista, identitária e cultural (PEREZ, 2019).

Neste contexto, embora os coletivos tenham ganhado destaque a partir dos anos 2000, tanto a utilização desta forma de denominação organizacional quanto o movimento de diferenciação em relação a outros movimentos sociais considerados como “tradicionais” não são práticas propriamente atuais, mas remontariam a contextos históricos do passado, pelo menos, desde os anos 1960, segundo Perez *apud* Marques e Marx (2020). Todavia, conforme verificado nas seções anteriores, o período dos ciclos de protesto do final dos anos 2000

⁶⁵ Um dos marcos de visibilidade dessa nova forma de se expressar politicamente foi a entrevista de dois participantes do Movimento Passe Livre no programa Roda Viva, da Tv Cultura. Durante a entrevista, alguns jornalistas tentavam enquadrar uma associação automática entre o movimento em questão e uma orientação a partidos de esquerda, de orientação socialista, como forma de contestar o caráter apartidário do movimento. Em suas respostas, os participantes explicaram que o apartidarismo não significava a condenação de todos os partidos, permitindo alianças pontuais na medida em que suas pautas e projetos de transformação da sociedade comunicavam com a atuação daqueles.

serviu como um gatilho para a criação de novos repertórios de ação, novas subjetividades e, até mesmo, novos movimentos sociais (organizações coletivas).

A concepção de “novo” aqui utilizada não assume, entretanto, o significado de inédito. Tampouco quer dizer que todos os atores presentes em organizações como essa rejeitam, ignoram ou rompem, deliberadamente, com os modos de atuação política coletiva hegemônicos até então. Mas é possível afirmar, sem maiores dúvidas, que o período em questão, assim como outros da história, mudou o protagonismo dos movimentos que ditavam o ritmo da ação política de esquerda no Brasil e, em algum sentido, no mundo.

No contexto ocidental, parte da visão existente nas ciências sociais⁶⁶ aponta alguns períodos de intensa participação política como exemplos deste processo de ampliação do espectro da ação coletiva com um viés de esquerda, que acontece mediante a paradoxal aproximação/ruptura com os movimentos organizados a partir de uma lógica de classes sociais. As décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos da América e na Europa, seriam um exemplo deste contexto. As décadas de 70 e 80, na América Latina, por sua vez, representariam o nosso período equiparável de ascensão de novos sujeitos, repertórios e modos de organização política no campo da esquerda.

Segundo Gohn e Bringel (2012), na América Latina, a ampliação do espectro da ação política mediante a criação de “novos movimentos sociais” esteve ligada tanto à criação de “movimentos populares”, nos anos 70 e 80, os quais, embora ampliassem o leque de atuação em relação aos atores trabalhadores da fábrica e do campo (incrementando a leitura marxista tradicional), ainda conviviam com um repertório de ação pautado pela militância profissional, hierarquizada, e associada a partidos políticos; quanto pelo surgimento de movimentos identitários, de inspiração europeia.

Touraine também analisou a configuração destes movimentos na realidade latino-americana (1989) quando, por exemplo, menciona a criação do movimento feminista no contexto em questão. De acordo com Touraine (1989), a ação coletiva feminista surge, aqui, alinhada a movimentos e partidos de esquerda tradicionais, mas rapidamente se desdobra em outras linhas de atuação, como a liberal e a focada na modificação cultural e ampla da sociedade, em contraposição à visão da ação política que estabelece a vanguarda da iniciativa socialista e sindical nestas transformações. É possível, no entanto, que a crítica à forma socialista de ação coletiva já estivesse presente em períodos muito anteriores na realidade do

⁶⁶ Representada, sobretudo, pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais, no âmbito da sociologia política.

continente, inclusive brasileira. A anarquista mineira Maria Lacerda de Moura⁶⁷, por exemplo, é um dos expoentes dessa particular visão sobre a ação coletiva, que nega o vanguardismo e a cientificidade revolucionária restrita à leitura classista das transformações sociais.

O período do final dos anos 2000, do qual junho de 2013 é nossa expressão mais relevante, inaugura, portanto, mais um período de “sensação de novidade” no campo da ação coletiva (principalmente de esquerda) no Brasil, na medida em que a hegemonia de determinados movimentos até então protagonistas nas lutas políticas é substituída por outras configurações, atores, éticas e estéticas. No período em questão, no qual as manifestações de junho são tanto um resultado quanto um catalisador deste processo, é possível concordar com os posicionamentos mencionados, no sentido de que os “coletivos” realmente assumiram esse papel de protagonismo no direcionamento das mobilizações, o que não significa que os movimentos tradicionais tenham deixado de atuar.

Na literatura tradicional sobre os coletivos, segundo Marques e Marx (2020), para além do próprio caráter de ruptura com movimentos tradicionais a partir de uma denominação distinta, os coletivos são normalmente considerados como organizações sociopolíticas que não possuem estrutura burocrática ou formal, nem hierarquia organizacional por meio de lideranças fixas. Daí decorreria, inclusive, sua principal diferença em relação a estruturas organizacionais tradicionais como as associações de bairro, os sindicatos, ou os partidos políticos. O que incluiria um processo de ruptura com os “novos movimentos sociais” surgidos no contexto da década de 1970/1980, inclusive.

No mapeamento da produção bibliográfica brasileira a respeito dos coletivos, os autores em questão identificaram três eixos analíticos de interpretação sobre esta forma organizacional da ação coletiva: o primeiro deles utiliza como critério principal a formação de uma nova juventude política; o segundo, liga a emergência dos coletivos a cisões ocorridas dentro do movimento estudantil; e o terceiro, por sua vez, relaciona o protagonismo dos coletivos aos ciclos de protestos no final da primeira década dos anos 2000 (MARQUES e MARX, 2020).

De acordo com os mesmos autores, os trabalhos empíricos realizados na área, contudo, demonstram que o processo de diferenciação dos coletivos em relação aos demais

⁶⁷ “Podemos entrar, sem compromisso gregário, sem nos determos, em todos os grupos, em todos os partidos, levar o nosso esforço por toda parte onde quer que possamos pressentir um motivo de estética, ou surpreender a dádiva de um sonho generoso” (MOURA, 2018 [1935]).

movimentos sociais é bem mais no sentido de marcação referencial de determinadas diferenças do que propriamente por condições estruturais da organização coletiva, na medida em que há coletivos que acabam por assumir o mesmo repertório de ação e organização de outros movimentos sociais mais antigos. Além disso, também os movimentos chamados tradicionais acabam por incorporar grande parte deste repertório inovador dos coletivos, como o ativismo digital e a preocupação com questões identitárias, por exemplo. De qualquer maneira, é possível afirmar que o período correspondente ao final da primeira década dos anos 2000 é um período onde os coletivos assumiram grande parte dos holofotes tanto da pesquisa sobre movimentos sociais quanto da própria cena política brasileira, insuflados pelas manifestações de junho de 2013. O que explicaria este protagonismo, por sua vez?

Sobre o contexto de ascensão dos coletivos em nosso contexto político, é certo que o período de consolidação eleitoral dos governos de centro-esquerda é, também, o período de incorporação à lógica institucional dos movimentos sociais que serviram de instrumento de crescimento destes mesmos partidos. Primeiramente, pela própria facilidade em encaixar suas demandas na agenda das políticas públicas, o que foi conseguido durante boa parte dos governos petistas (AVELAR, 2021); em segundo lugar, em razão da necessidade de consolidar e perpetuar certas estruturas de atuação que passam a depender do apoio do poder público.

Diante deste cenário, é muito provável que o espaço ocupado pelos coletivos anarquistas, identitários e culturais tenha ocorrido em meio a um vácuo das ações de rua e de engajamento mais propositivo deixado pelos atores que construíram a subjetividade política dentro daquele espectro de movimentos chamados “populares” como os sindicatos urbano industriais; o movimento católico de esquerda, baseado nas comunidades eclesiais de base; parte do movimento negro; e o Movimento Sem-Terra, tradicionais aliados do arranjo ideológico dos movimentos sociais de esquerda dos anos 70 e 80 e o Partido dos Trabalhadores⁶⁸. Além disso, todo o espectro de turbulências pelo qual passou o PT durante os últimos anos – Mensalão, Lava-Jato, Impeachment – pode ter influenciado na adoção de um novo repertório de atuação utilizado pelos movimentos sociais em ascensão, como forma de atrair novos participantes.

⁶⁸ É importante frisar que o vácuo aqui mencionado se refere às ações de rua e a proposições mais ousadas no campo das relações de trabalho e da divisão de terras, pois é preciso reconhecer, igualmente, que os movimentos sociais tradicionais continuaram sua atuação mediante uma aproximação institucional com o governo, por meio da participação em reuniões, conselhos e conferências nacionais de políticas públicas (AMARAL, 2013).

Além dos fatores mencionados, o próprio contexto socioeconômico brasileiro também acrescenta importantes elementos para identificar as razões da emergência dessas novas subjetividades e formas de organização no âmbito de esquerda, sobretudo por parte dos mais jovens. Apesar dos inegáveis avanços de perspectiva para a juventude, entre os quais, podemos destacar: o baixo índice de desemprego do final dos anos 2000; um significativo programa de habitação de baixa renda; a ampliação do acesso ao ensino superior; a ampliação da capacidade de consumo via crédito facilitado, todos estes elementos começavam a contrastar com as condições de vida e perspectiva de ascensão social do jovem, principalmente nas grandes cidades, o que exigia grandes deslocamentos urbanos, sob um alto custo.

Neste âmbito econômico, portanto, o aumento acelerado do preço dos transportes (ZANDONADE e MORETTI, 2012) e a financeirização das habitações, que já se faziam sentir em 2012, tornaram-se o ponto de inflexão de grande parte da indignação juvenil conscientizada politicamente, os quais, apesar de evitarem a responsabilização dos partidos de esquerda, exigiam soluções de ruptura com a narrativa neoliberal, que dizia não haver como custear a melhoria e a gratuidade dos serviços públicos, invocando o eterno trunfo da escassez de recursos.

No que diz respeito às questões consideradas comportamentais ou culturais, o período também aponta a falência do modo de gestão dos antagonismos sociais por parte do governo petista, um dos sentidos do Lulismo (AVELAR, 2021), o que se pode exemplificar por meio do paradoxal apoio às pautas de minorias, ao mesmo tempo em que se fortalecia os vínculos e se ampliava o poder de forças evangélicas neopentecostais de caráter reacionário. Estes fatores demonstram, portanto, que o próprio protagonismo desta forma organizacional e de seu repertório de atuação significaram, em alguma medida, uma exigência por reposicionamento das lideranças partidárias de esquerda e de seus movimentos apoiadores no sentido de se desvencilhar das estratégias conciliatórias da governabilidade que os tornavam cada vez mais próximos de uma governabilidade neoliberal e/ou reacionária.

Diante deste cenário, devido à sua conexão com o ciclo de protestos do novo milênio e com as manifestações de junho de 2013 das quais foram os movimentos madrugadores, consideramos que os movimentos sociais em questão continuaram sendo objeto relevantes para rastreamento das transformações sociais possíveis dentro da estrutura da democracia liberal e

representativa, não só por causa de sua possível conexão de sentido com os movimentos globais que se pretendiam contestatórios do capitalismo financeiro, mas também em razão de expressarem as transformações sociais e políticas do tempo em que emergiram.

Nesta perspectiva, aborda-se, com maior destaque⁶⁹, como se deu a atuação dessa esquerda política originalmente aparentemente desvincilhada de partidos e de movimentos políticos ditos populares, mas que se mantiveram à esquerda do espectro ideológico, no período posterior às Jornadas de Junho, destacando o aproveitamento da energia e das lições relativas às subjetividades e formas de ação presentes no período dos grandes protestos. A abordagem dos efeitos pretende analisar o eventual acúmulo e difusão das experiências ideológicas e práticas da ação política no contexto nacional, identificando em que medida estes movimentos mantiveram símbolos, formas de ação e discursos prevaletentes nas Jornadas de Junho.

⁶⁹ Em razão de representarem reivindicações próprias de ruptura sistêmica.

3 AS CONSEQUÊNCIAS DAS JORNADAS DE JUNHO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO PÓS-2013

Ao investigarmos as continuidades das Manifestações de Junho nas transformações sociais ocorridas no período imediatamente posterior, concordamos com a perspectiva de Castells⁷⁰ que defende que a avaliação do impacto de um movimento de protesto consiste em verificar a “produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar” (CASTELLS, 2013, pp. 179-180). Nesta linha interpretativa, que vai no mesmo sentido da adotada por Bringel (2013) e Bringel e Pleyers (2015), o autor adota a noção de que os resultados de um movimento medem-se menos, na atualidade, pela sua capacidade em se transformar em um partido político, ou em um sujeito político coletivo capaz de liderar um processo revolucionário, e mais sobre a ramificação e consolidação de suas pautas, ideias e práticas nas subjetividades individuais da sociedade que ele mesmo critica.

Não se pretende abolir as reflexões sobre as consequências relacionadas ao campo institucional, contudo. Na perspectiva adotada neste trabalho, não haveria separação estanque entre modificações sociais ocorridas pela via cultural e/ou institucional. A preocupação em enxergar a política para além da via institucional se apresenta, sobretudo, como uma forma de evitar o aprisionamento da análise sobre movimentos e processos políticos a partir de seus efeitos eleitorais imediatos, o que corresponde à tendência mais comum nos trabalhos e discursos sobre o tema. Estes trabalhos, por sua vez, acabam por silenciar a atuação de movimentos e subjetividades de esquerda e os desdobramentos de suas ações quando não se enquadraram na agenda de defesa da governabilidade do governo petista, mas que, além de estarem presentes nas manifestações de 2013, continuaram sua atuação em acontecimentos posteriores. O ocultamento destes fatores, como consequência, serve como elemento central de ligação entre a ocorrência das manifestações e o crescimento do fascismo e da direita, no Brasil.

Diante deste contexto, refletir sobre o contexto pós-2013 significa analisar e contestar a hipótese de que as Jornadas de Junho, cujos sentidos possíveis iniciais, conforme demonstrado, apontavam para algumas transformações que se aproximavam de uma visão de

⁷⁰ Apesar de seu tom esperançoso e um tanto quanto profético sobre o ciclo de protestos do novo milênio, o autor modifica sua perspectiva ao tratar dos possíveis efeitos deste ciclo.

mundo mais voltada para a defesa do bem-estar social e da progressividade dos direitos humanos, teriam se transformado apenas em consequências catastróficas para a esquerda nos anos seguintes⁷¹. Defende-se, ao contrário, que as Manifestações produziram resultados bastante positivos em termos de transformações sociais desde o seu surgimento, mas que ficam obscurecidos quando se analisa o período apenas a partir dos fatos relacionados à perspectiva eleitoral. Conforme visto nas seções anteriores, as Manifestações de Junho, na esteira dos demais movimentos globais, podem ser consideradas como um momento intenso de participação e ativismo por parte das pessoas muito diferentes, de modo geral. As redes sociais, por sua vez, permitiram que as subjetividades políticas, as visões de mundo, os pontos de vista morais e políticos fossem todos expostos e confrontados, abandonando o modelo de participação política exercido periodicamente por meio do voto e do ritmo dos processos legislativos e eleitorais. Tudo foi colocado em perspectiva, tudo foi objeto de deliberação e discussão, e as estratégias eleitorais passaram a ter o dever de captar as pautas permanentes postas por meio das redes e das ruas.

Todavia, assim como grande parte do pensamento e dos movimentos de esquerda tradicionais não souberam ou quiseram disputar o sentido das manifestações enquanto estas ocorriam, alguns desses mesmos sujeitos e discursos ignoram grande parte das ações coletivas realizadas em períodos posteriores, principalmente quando os sentidos construídos sobre os acontecimentos posteriores não endossam a chave de leitura sobre os processos políticos nacionais. Diante destas circunstâncias, entende-se necessário reconstruir histórica e criticamente alguns destes acontecimentos políticos posteriores, sob uma perspectiva que se contraponha ao estabelecimento de uma linha causal direta entre a ocorrência das manifestações, a lava-jato, o impeachment, a eleição de Bolsonaro.

Um dos primeiros efeitos positivos que podem ser apontados como consequência das manifestações brasileiras é o crescimento do ativismo ligado ao gênero e a outras questões que podemos denominar como identitárias⁷². Tanto é assim, que os adeptos da concepção de que as Manifestações de Junho constituiriam uma versão de “guerra híbrida” por meio das “revoluções coloridas” denunciam a existência destas pautas como motivo de degradação da esquerda no campo político.

⁷¹ Entre as quais, pode-se citar: impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sem maior resistência por parte dos movimentos sociais; implantação de políticas de austeridade, contestadas pelos movimentos globais de 2011; crescimento das expressões públicas de subjetividades racistas, classistas, sexistas, sintetizadas a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018.

⁷² O uso do adjetivo identitário aqui não atribui nenhum tipo de sentido pejorativo a este tipo de reivindicação, embora alguns adeptos da concepção de guerra híbrida utilize do termo em questão para criticá-lo.

Pinheiro-Machado (2019), ao se debruçar sobre o legado dos movimentos de protesto do novo milênio, afirma que uma de suas características seria justamente o crescimento do ativismo racial, LGBTQIA+ e, principalmente, feminista. No Brasil, destaca, não teria sido diferente. A autora aponta como consequência direta deste fenômeno o aumento expressivo de parlamentares femininas nas eleições de 2018, acompanhando um processo em ascensão constatado desde 2014, pelo menos, e que se manifesta, também, na capilaridade com que o feminismo e outras questões de gênero cresceram entre jovens meninas entrevistadas em suas pesquisas etnográficas na periferia de Porto Alegre.

É igualmente importante ressaltar, ainda sobre este aspecto, que uma das principais conquistas obtidas ainda no ano de 2013 foi o arquivamento do projeto parlamentar evangélico de “cura gay” (PILATTI, 2014), pauta que não conseguiu se impor, tampouco, nos anos seguintes, a partir da regulamentação administrativa do Conselho Federal de Psicologia⁷³, o que demonstra que o saldo final do período mais próximo das manifestações pedia para o aumento da conscientização coletiva e da influência dos discursos pela diversidade de gênero na política nacional.

Como outros aspectos que apontam para este fenômeno, cita-se a própria ocorrência da primavera feminista brasileira a partir de 2015 (REIS e NATANSOHN, 2017; MELO, 2020), a intensa criação de coletivos universitários com temáticas feministas (MARIA e GIACOMINI, 2020), LGBTQIA+ (AMARAL, 2014), e racial (GUIMARÃES et al., 2020) nos anos posteriores a 2013, bem como a inserção destes temas nas discussões sobre a reforma educacional e nas ocupações secundaristas (CAMPOS, 2019).

No âmbito das transformações que poderiam representar alternativas ao modo de produção e à forma de vida capitalista neoliberal, embora estes efeitos sejam menos visíveis, também é possível afirmar que o período posterior às manifestações produziu modificações nesta direção. Para além da própria crítica à lógica de cortes de gastos e retirada de direitos promovida por diferentes movimentos sociais, nos últimos anos, vimos com maior destaque a atuação de movimentos ligados à manutenção e ampliação das reservas indígenas, da de regularização e ampliação das comunidades quilombolas, bem como a formação de

⁷³ Nos últimos anos, alguns psicólogos chegaram a disputar as eleições do Conselho Federal de Psicologia defendendo a possibilidade de uma “abordagem terapêutica” que considera possível o abandono de “comportamento homossexual”.

movimentos de atingidos por barragens, críticos da estrutura exploratória da mineração no território brasileiro (VILELA, 2017).

No que diz respeito especificamente aos primeiros efeitos no cenário político e institucional brasileiro, é importante ressaltar que as manifestações de 2013 sinalizaram, inicialmente, no sentido de elaboração de uma reforma política pela presidenta Dilma Rousseff (PILATTI, 2014), incorporando o caráter dos movimentos globais surgidos em 2011. Todavia, as mudanças institucionais surgidas como impacto direto dos protestos não foram significativas em termos de superação das contradições relacionadas ao sistema político brasileiro, em especial, da dependência do peemedebismo, do presidencialismo de coalização e do lulismo. Todavia, é possível apontar pequenas reformas que apresentam uma crítica inicial ao sistema político representativo e, possivelmente, à sua ligação com o capitalismo financeiro, como: fim dos votos secretos para cassação de mandato no Congresso Nacional; fim dos 13º e 14º salários dos congressistas; existência de alguns subsídios municipais às tarifas de transporte público; fixação constitucional de porcentagens orçamentárias para o financiamento de direitos sociais; fim das doações de campanha feitas diretamente por empresas; manutenção de poderes investigatórios ao Ministério Público.

Ainda no âmbito institucional, contrariando as narrativas que responsabilizam diretamente as Manifestações de Junho pela ascensão do pensamento de extrema-direita, verifica-se que o predomínio ideológico do eleitorado em 2014 foi no sentido de defesa de uma candidatura mais à esquerda do espectro político, o que pode ser constatado, inclusive, pelo resultado eleitoral imediato das eleições presidenciais de 2014. Em pesquisa que avaliou a vitória de Dilma Rousseff a partir da movimentação do seu eleitorado, Oswaldo Amaral e Pedro Ribeiro (2015) identificaram que os eleitores de Dilma não atribuíram os possíveis efeitos de uma piora na economia ao governo petista, mas ao cenário internacional.

Sousa e Marques (2017), por sua vez, destacam o papel das campanhas negativas no Facebook como elemento primordial na vitória da candidata petista, estratégia por meio da qual Dilma Rousseff pôde se construir como alguém que manteria os programas sociais que caracterizavam o caráter social, e de esquerda, do governo do Partido dos Trabalhadores, ao contrário de seus adversários diretos, Marina Silva e Aécio Neves. Além deste fator, relacionado à manutenção dos programas sociais, a campanha de Dilma, organizada pelo publicitário João Santana, bem como a militância mais aguerrida do partido, exploraram a

religiosidade evangélica de Marina como forma de contrapô-la ao contexto de defesa da pluralidade e da diversidade em ascensão naquele período.

As pequenas transformações mencionadas confirmam a perspectiva de que, apesar da multiplicidade de ideologias e perfis que marcaram as manifestações das Jornadas de Junho, os seus efeitos imediatos, identificáveis a partir das reações dos poderes instituídos, foram ideologicamente de esquerda tanto no sentido econômico institucional, quanto econômico e cultural. Torna-se provável, portanto, que uma das consequências deixadas pelas manifestações de 2013 seja justamente o constante aperfeiçoamento das formas de manifestação política desenvolvidas por ativistas de esquerda, mediante a incorporação intergeracional das experiências de aprofundamento democrático e de deliberação dos últimos anos, promovendo transformações mais silenciosas e lentas, porém efetivas, na construção de uma subjetividade de esquerda. Para testar esta hipótese, além da parte empírica deste trabalho, que será abordada no próximo capítulo, a seguir serão revisitados alguns acontecimentos políticos ocorridos ao longo dos anos posteriores ao ciclo de junho de 2013.

Diante destas circunstâncias, torna-se necessário destacar, por meio de recortes destes acontecimentos de agitação política no campo da esquerda, outros elementos que tendem a desmistificar a narrativa de que o legado de Junho seria tão somente a ascensão da extrema direita em nosso país.

Para explicar o recorte estabelecido de investigação dos acontecimentos políticos pós-2013 que foram considerados como exemplo de continuidade de novos sujeitos, nos discursos e novas formas de ação, foram selecionados acontecimentos que mantinham as seguintes características: predomínio de uma subjetividade ideológica de esquerda; protagonizados por jovens; que não fossem liderados pela vanguarda dos “novos movimentos sociais” dos anos 70 e 80, ainda que estes tenham participado; que tiveram a participação significativa de coletivos culturais, identitários ou autonomistas/anarquistas.

3.1 ELEIÇÕES DE 2014, IMPEACHMENT E A RETOMADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FOCADOS NA INSTITUCIONALIDADE

No ano de 2014, de acordo com Pinto apud Gohn (2017) a ação política organizada de uma esquerda radical manteve um ritmo de ações coletivas diretas totalmente relacionadas

com as Manifestações de Junho. Neste contexto, porém, grande parte da heterogeneidade dos protestos de junho de 2013 já havia se perdido. A esta altura dos acontecimentos, os partidos políticos de esquerda e grande parte dos movimentos sociais tradicionais já haviam se afastado das ruas nas duas maiores cidades do país, em parte por sua própria rejeição manifesta pelos manifestantes de direita e partidários presentes nas manifestações mais heterogêneas do ano anterior⁷⁴. Por outro lado, a proximidade com as eleições de 2014 fazia com que o clima de insatisfação fosse prejudicial aos partidos e governos que dependiam e desejavam garantir a “ordem”, no intuito dos discursos ativistas voltarem à polarização dualista própria das eleições.

É preciso destacar, portanto, que durante o período imediatamente posterior aos protestos de 2013, as ruas continuaram sendo ocupadas por grupos coletivos de jovens orientados politicamente à esquerda do PT, os quais, embora em menor número, apresentaram trajetórias discursivas importantes a respeito das mazelas da Copa do Mundo e das precárias condições de vida nas grandes cidades, denunciando as remoções forçadas de comunidades pobres, indígenas e quilombolas para satisfação de exigências de segurança e acessibilidade para realização dos grandes eventos, aos quais a maioria da população não teria acesso. Conforme já abordado na cronologia das manifestações, os protestos promovidos por movimentos mais radicais de esquerda e que ocorreram entre o fim de 2013 e o ano de 2014 foram reprimidos com dureza nas grandes capitais, em especial, no Rio de Janeiro, onde foram condenados à prisão 23 manifestantes⁷⁵ por associação criminosa, entre outros crimes.

O afastamento de movimentos sociais tradicionais dos protestos de rua não significou, entretanto, que as subjetividades juvenis participantes dos coletivos – principalmente os anarquistas e os Comitês Populares contra a Copa do Mundo que mantiveram os protestos – não tenham construído alianças com outros movimentos sociais, no período, desmistificando mais uma vez a narrativa de que estes novos personagens e suas pautas não se preocupam com questões tradicionais da esquerda. Em 2014, no Rio de Janeiro, foram realizadas duas importantes greves, de professores e garis, que contavam explicitamente com o apoio dos jovens ativistas, principalmente com aqueles adeptos da tática

⁷⁴ O que, conforme demonstrado no capítulo anterior, não ocorreu em todos os locais onde as Manifestações se desenvolveram.

⁷⁵ Sobre a prisão dos 23, um importante relato autobiográfico foi publicado pelo ativista Igor Mendes (2017), no qual são apontados diversos aspectos da bem-sucedida criminalização das manifestações de esquerda que se ligavam às Manifestações de Junho no Estado do Rio de Janeiro, com apoio da coalizão de governo que incluía a aliança entre o PT e o PMDB de Sérgio Cabral e Eduardo Paes.

black bloc. O uso da tática se mostrou necessário diante do recrudescimento da repressão policial aos protestos de rua, naquele ano. Utilizando um repertório de ação já testado em 2013, os jovens ativistas garantiam a dispersão dos grevistas, ao atraírem a atenção dos policiais para as ocorrências de quebras de vidraças e mediante outros atos simbólicos que provocam a sensação de descontrole por parte das forças policiais.

A presença constante nas ruas de subjetividades de esquerda e a força do discurso antineoliberal decorrente do contexto das manifestações foi, conforme já mencionado, um dos fatores que influenciou na vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2014, ainda que sob uma margem bastante apertada. A partir desse momento, porém, as leituras defensoras do Lulismo (aqui entendido como um modo de governabilidade e gestão dos antagonismos sociais) encontram um fator de acréscimo em relação à ocorrência das próprias manifestações para explicar o declínio da esquerda no campo social e da própria institucionalidade brasileira: a não aceitação da derrota por parte de Aécio Neves, o que implicou na trava institucional e no boicote das políticas e propostas legislativas estabelecidas pelo executivo à época por parte do centro e da direita do campo político.

Não há como contestar a ocorrência deste acontecimento, que mostra mais uma das contradições do cenário político brasileiro, bem como alguns dos limites mais complexos da democracia representativa individualizada sob a forma de presidencialismo de coalizão. Enquanto os economistas liberais, os partidos e movimentos sociais de direita – como o MBL e o VPR – difundiram nos últimos anos a narrativa de descontrole das contas públicas em razão da utilização da chamada “nova matriz econômica” pelo governo Dilma, diversos destes mesmos atores políticos⁷⁶ trabalhavam pela construção das chamadas “pautas bombas” no congresso Nacional, desde o fim de 2013 (NERI e PASSARINHO, 2014; GAMA e IGLESIAS, 2015).

Influenciadas pela exigência da melhoria e do financiamento dos serviços públicos presente nos protestos, bem como por reivindicações de categorias profissionais que perceberam no contexto um período propício para pressionarem por suas demandas, as pautas bombas foram utilizadas pelos opositores de Dilma no Congresso Nacional ao longo de todo o

⁷⁶ No ano de 2014, Ronaldo Caiado, um dos políticos de extrema direita mais antigos do poder legislativo, defendia o estabelecimento de um piso salarial para as categorias dos policiais e bombeiros (NERI e PASSARINHO, 2014). A escolha de tais categorias profissionais como setores beneficiados pelo aumento dos gastos públicos demonstra que a estratégia de fusão entre a repressão de movimentos de esquerda e o favorecimento das alas militares é uma prática que antecede em quatro anos a própria eleição de Jair Bolsonaro.

ano de 2014 e intensificadas em 2015, ocasião em que Eduardo Cunha assume a presidência da Câmara dos Deputados e que as ruas já tinham sido predominantemente tomadas por movimentos de direita. As chamadas pautas bomba travaram o trâmite das prioridades legislativas do governo e estabeleciam ocasiões absurdas de aumento de gastos, como o reajuste salarial de 78% para servidores do judiciário, o que serviu para alimentar a narrativa de ausência de controle das finanças por parte do governo Dilma, apesar de sua oposição às matérias, naquele momento.

A ocorrência destes acontecimentos não justifica, contudo, a atribuição exclusiva de fatores externos para explicar a virada à direita que ocorria no Brasil durante esses anos. Conforme se verifica, o PT atuou como partido da ordem tanto na criminalização quanto no silenciamento dos protestos, enquanto as demandas nestes eram orientadas nitidamente em um sentido de esquerda. Em período posterior, não obstante, o partido teve que defender a postura econômica de corte de gastos e outras medidas de austeridade fiscal – contra a maioria do congresso – ao mesmo tempo em que era acusado de quebrar o país com sua nova matriz econômica tanto por antigos desafetos quanto por antigos aliados.

Esta leitura reflete a visão de que os arranjos institucionais e os acordos políticos feitos durante a “paz lulista” permaneceriam intactos, não fosse a ocorrência das manifestações. Qual a garantia, contudo, de que as ruas não continuariam sendo tomadas pela narrativa hegemônica de direita, uma vez que esta sempre foi predominante nos grandes veículos de comunicação, na percepção da classe média sobre os problemas do país, no mainstream do jornalismo e da academia sobre Economia e, em parte, compartilhada pelos próprios clássicos do pensamento social brasileiro?

No início de 2015, ultrapassadas as eleições, conforme expõe Pinheiro-Machado (2019) ocorre o momento em que os novos movimentos sociais de esquerda, sobretudo os coletivos, deixam de figurar como protagonistas exclusivos da política nacional. Por outro lado, ganham novamente expressividade os movimentos sociais tradicionalmente ligados ao Partido dos Trabalhadores, ou aqueles não tão críticos da representação e da burocracia institucional, que agora concentravam suas agendas na defesa do governo contra o Impeachment. Sobre estes movimentos, embora sempre tenham contado com um número expressivo de apoiadores, é certo que não conseguiram atrair outras bases para além daquelas mais fiéis ao partido, perdendo em expressão para as manifestações de direita, agrupadas sob a orientação antipetista e/ou antiesquerda.

As dificuldades e os dilemas enfrentados pelos movimentos sociais de esquerda em 2015 foram intensificadas pela agenda econômica então adotada pelo governo Dilma. Com o fim de acalmar seus opositores e críticos de direita⁷⁷, a então presidenta passou a adotar a agenda de austeridade e de necessidade de reformas defendida por seus opositores. Além da própria nomeação do ministro Joaquim Levy como forma de acalmar o “mercado”, a orientação macroeconômica do segundo mandato defendeu a subida da taxa de juros básico da economia brasileira para 14,25% ao ano e cortou benefícios previdenciários e de proteção ao emprego por meio das Medidas Provisórias de número 664 e 665. Somente estes fatores já foram suficientes para afastar grande parte dos movimentos sindicais da defesa do governo durante os movimentos políticos posteriores.

No contexto da agenda econômica de austeridade, os cortes no orçamento das Universidades Federais ocorridos em 2015 talvez tenham sido o principal responsável por desconectar uma parte do apoio de movimentos e atores de esquerda ao governo naquele período, principalmente os mais jovens, cujo início da vida política ocorria por meio do movimento estudantil ou dos coletivos culturais universitários. No cenário em questão, a reação dos profissionais da educação parecia antever que aquele estado de coisas inauguraria uma virada na política de crescimento dos gastos com ensino superior das universidades federais, o que, de fato, ocorreu. A paralisação, que teve início a partir da ação de poucas universidades, foi publicamente declarada pelo Sindicato Nacional dos Docentes da Educação Superior no dia 28 de maio, tendo durado até outubro daquele mesmo ano⁷⁸, e contado com a participação de 52 universidades federais.

Conforme nota do Andes à época, a greve, que pretendia, entre outras coisas, reverter os cortes orçamentários e pleitear reajuste salarial a todos os servidores federais do setor de educação, foi encerrada pela ausência de negociação por parte do governo, representado pelo Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro. Na representação de grandes veículos de comunicação sobre o movimento grevista, conforme demonstram os trabalhos de Santos (2019b), reforçou-se, contudo, o processo de estigmatização da mobilização dos servidores. As estratégias utilizadas por estes veículos de imprensa – que envolviam o controle dos

⁷⁷ Entre os quais, os grandes empresários, os partidos de direita, as forças políticas reacionárias, o centro político fisiologista.

⁷⁸ A paralisação em questão correspondeu a uma das mais longas paralisações ocorridas no âmbito das universidades federais, assim como a ocorrida em 2012, sendo ambas realizadas durante o governo de Dilma Rousseff.

discursos circulantes e dos atores ouvidos – eram alinhadas com a defesa da necessidade de austeridade econômica, e colocavam o dilema ético e jurídico do acontecimento enfocando o prejuízo causado aos próprios estudantes. Assim como ocorrera em junho de 2013, a ação direta grevista foi interpretada negativamente por parte do governo, que se limitou a adotar o discurso hegemônico da mídia como forma de acalmar o processo político e retomar a institucionalidade.

Os acontecimentos em questão reforçam as teses de autores como Pinheiro-Machado (2019) e Mendes (2018), por exemplo, que destacam o quanto parte da esquerda – partidos e intelectuais – se distanciou de suas bases tradicionais⁷⁹ ao concentrar todas as ações coletivas organizadas na defesa do “Estado de Direito”, promovendo uma narrativa focada nos processos políticos institucionais e em perseguições externas, relacionados ao impeachment e à prisão do presidente Lula. Como consequência, todas as contradições e as escolhas políticas que foram feitas pela própria cúpula do Partido durante o período são, quando não ocultadas, consideradas inevitáveis, por parte destes intérpretes que insistem na atribuição de forças externas como responsáveis pela quebra da institucionalidade nacional.

Como decorrência deste processo, é importante ressaltar, ainda, que os elementos de distinção entre esquerda e direita relacionados às políticas econômicas de manutenção do bem-estar, que foram o fiel da balança nas eleições de 2014, tornaram-se parcialmente desvinculados do governo petista a partir de 2015, uma vez consideradas as diversas medidas de agrado ao mercado e às forças de direita sinalizadas por Dilma Rousseff, no sentido de garantir a sua governabilidade. Este vazio ideológico, por sua vez, reforçou o discurso antiestatal, tendo sido devidamente preenchido por discursos provenientes de outras instituições da sociedade civil, principalmente, por movimentos de direita como o MBL, o Vem pra Rua, Revoltados on line, entre outros, e pela atuação de redes de solidariedade social oferecida por algumas vertentes de igrejas neopentecostais, de caráter neoconservador. As escolhas políticas realizadas pelo governo neste período serviram, assim, como atestado de que o Estado gasta muito, de forma desordenada e corrupta, e que a distribuição de bens e recursos na sociedade é sempre melhor gerida por entes privados.

⁷⁹ Sobre este processo, uma de suas possíveis consequências é o esvaziamento de um sentido lógico de pertencimento à esquerda. Todas as possibilidades de posicionamento neste espectro são depositadas na garantia da institucionalidade e, mais ainda, na eleição presidencial. Neste sentido, as alianças, a política econômica, a perda de hegemonia no legislativo e nos executivos estaduais e municipais, a mudança das bases eleitorais, e o enfraquecimento do poder de reivindicação dos movimentos sociais se tornam todas coisas de menor importância.

O foco na defesa da institucionalidade do Lulismo apresentou, ainda, um segundo efeito no sentido de enfraquecimento da esquerda, que correspondeu à captura do discurso anticorrupção e antiburocracia⁸⁰ pelas forças políticas rivais e, sobretudo, pelos movimentos sociais de direita, no Brasil. Sobre este fator, não há como deixar de mencionar a influência da operação Lava-jato e da cobertura de grande parte da imprensa nessa mudança de perspectiva. O tempo dedicado à cobertura da operação pelos grandes canais, o crescimento das *fake news*, a espetacularização das investigações, as inconsistências processuais e jurídicas ligadas à condenação do Partido dos Trabalhadores atuaram, potencialmente, como um processo de criminalização ou estigmatização da esquerda como um todo.

É certo, todavia, que o próprio PT conseguiu reverter grande parte de sua estigmatização, principalmente após a divulgação das mensagens entre os procuradores da Lava-jato e o ex-juiz Sérgio Moro pelo jornal *The Intercept*, que demonstraram os arranjos institucionais entre setores da imprensa e do poder judiciário na construção de uma narrativa de “vilanização” do partido – e da própria esquerda, como consequência – além de apontarem a interferência de interesses geopolíticos contrários a expansão do papel do Brasil no comércio internacional. A anulação da condenação do ex-presidente Lula no STF, por sua vez, atuou ainda mais no sentido de reverter o antipetismo⁸¹, em franca ascensão desde 2014⁸². Todavia, no momento em que este trabalho está sendo escrito, não há como atestar que essa ruptura de crescimento do antipetismo se transformou em condição suficiente para uma virada à esquerda da sociedade, ainda que mediante a vitória de uma chapa de centro-esquerda encabeçada por Lula nas eleições de 2022. Isto porque as táticas eleitorais do PT em relação a Lula em 2022 passam por alianças com antigos desafetos do próprio partido, além de uma postura de isenção ou virada à direita em relação a temas sensíveis, que foram determinantes para a perseguição ao PT por parte da imprensa e da direita no cenário nacional.

⁸⁰ De acordo com Mendes (2018) e Fausto (2017), o Partido dos Trabalhadores emergiu nos anos 1970 e 1980 como um contraponto à burocracia marcante da principal força política de esquerda no Brasil até então, o populismo de Getúlio, João Goulart e Brizola, além de apresentar uma narrativa forte contra a corrupção do sistema político brasileiro.

⁸¹ Nas pesquisas eleitorais feitas após a anulação do processo, Lula alcançou níveis de preferência popular bastante superiores aos de Bolsonaro, que não havia ocorrido com nenhuma outra candidatura até então.

⁸² Além de perder a primeira eleição presidencial, desde 2002, em 2018, o sucesso eleitoral do PT oscilou consideravelmente nos últimos anos. Em 2016, por exemplo, o partido conquistou 256 prefeituras, uma retração significativa em relação às 630 prefeituras conquistadas em 2012 (MANTOVANI, 2016). Já em 2020, o partido ficou pela primeira vez sem eleger prefeitos em capitais (VASCONCELLOS e ORTEGA, 2020). Os resultados em questão reforçam as interpretações que advogam no sentido de uma mudança qualitativa da base eleitoral nacional do PT, muito mais focada na figura de Lula e menos intensa no sentido de identificação com o a ideologia e os objetivos do partido.

Verifica-se, dessa forma, que a defesa irrestrita da institucionalidade no âmbito da esquerda apresenta provável relação com a despolitização do seu próprio eleitorado, assim como da sociedade, de forma geral. Ao concentrar as agendas, os discursos e o engajamento na defesa da manutenção do governo burocrático ou nas estratégias eleitorais, o pertencimento à subjetividade de esquerda significou, cada vez mais, a mera adesão simbólica a um determinado partido ou político, independentemente das ações destes atores individuais ou coletivos representarem os alicerces de uma orientação à esquerda num sentido ideológico/econômico. Somente a partir do reconhecimento deste processo, por sua vez, torna-se possível criticar o limitado processo de inclusão pelo consumo das classes mais pobres operado no Brasil ao longo dos governos petistas – sem indicar um desejo de que o mesmo não deveria ter acontecido – ou estigmatizar as próprias classes a partir de uma possível atribuição de ingratidão⁸³.

De outra parte, os movimentos mais próximos ao Partido dos Trabalhadores retomaram o protagonismo das mobilizações autorreferenciadas como de esquerda, cujas pautas centravam-se na defesa da governabilidade de Dilma Rousseff apesar de suas diversas concessões, em termos práticos, à agenda daqueles movimentos que defendiam sua queda. Como reflexo dessa contradição, surge, em 2015, uma união de diferentes movimentos sociais chamada Frente Brasil Popular. Assim como a Frente Povo Sem Medo, a referida frente era formada por diversos movimentos sociais simpáticos ou aliados tradicionais do Partido dos Trabalhadores. Todavia, no caso da frente “Povo Sem Medo”, sua criação estabeleceu uma demarcação ideológica no sentido de que era necessário não apenas denunciar o processo golpista em curso naquele ano, mas também criticar o retrocesso nas políticas econômicas adotadas pelo governo Dilma, enxergadas como medidas não desejadas, cuja realização era forçada pelas circunstâncias políticas de então.

No documento que explica a criação da frente, escrito por Altman (2015), e que consta no portal da instituição, há referências explícitas à necessidade de construção de uma unidade de pensamento de esquerda por parte dos movimentos sociais, a ser construída “de

⁸³ Nas entrevistas conduzidas por Pinheiro-Machado (2019), aponta-se como a aquisição de bens de consumo antes impensáveis e a possibilidade de frequentar espaços segregados – principalmente, por meio dos rolezinhos entre 2013 e 2014 – manifestavam o sentimento de pertencimento social das classes populares durante o período lulista. Com o fortalecimento do discurso anticorrupção focado no governo petista, e o aumento da violência e da insegurança social vivenciado muito mais intensamente entre os mais pobres a partir de 2015, o medo em perder os poucos elementos de reconhecimento social por parte das classes batalhadoras pode ter se transformado na adoção de uma agenda política moralista e de recrudescimento das medidas de garantia da segurança pública.

fora para dentro” desvincilhando os mesmos do papel de “caudatários” do governo, o que teria se estabelecido desde 2002. Segundo o jornalista e um de seus fundadores, a criação da frente carregava “o desafio de desbravar, das ruas às instituições, um novo protagonismo para o mundo do trabalho e da cultura, para mulheres e jovens, para a afirmação da diversidade sexual e a luta contra o racismo” (ALTMAN, 2015).

No âmbito da esquerda, portanto, o ano de 2015 marca uma descontinuidade de algumas das características de mobilização presentes em junho de 2013. Não há, por parte destes movimentos sociais de esquerda que protagonizavam as ações, a mesma estética de protesto e nem a mesma juventude dos participantes presentes em Junho, tampouco uma preocupação excessiva com a cultura da horizontalidade nas assembleias deliberativas. Suas ações respeitavam uma agenda tradicional, focada nas movimentações da política institucional e no estabelecimento de linhas de atuação bem definidas entre movimentos participantes.

Entretanto, sua própria preocupação em denunciar a virada econômica do próprio governo Dilma, bem como a proposta de fazer crescer a subjetividade de esquerda a partir da adesão de diferentes pautas e movimentos progressistas espalhados, demonstra que o encerramento do período de maior ligação temporal com as manifestações de junho é também o período em que se verifica a primeira possibilidade de incorporação de aprendizados por parte da esquerda tradicional, organizada por meio de partidos e de movimentos sociais, seja a partir da interlocução de diferentes movimentos, atores e pautas, distintos daqueles já tradicionalmente ligados ao partido do governo, seja por meio da demarcação crítica às próprias ações governamentais que contrariavam os projetos de vida e uma visão de mundo à esquerda.

3.2 OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: OS RESQUÍCIOS DA AUTONOMIA E DA HORIZONTALIDADE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O contexto de ascensão das ocupações secundaristas ocorridas entre os anos de 2015 e 2016 – em diversos lugares do país – possui forte relação com o do movimento grevista das Universidades Federais em 2015, uma vez que ambos estão situados sobre um pano de fundo relacionado ao avanço das políticas neoliberais no contexto educacional, processo que é reflexo do enfraquecimento político do pensamento e dos movimentos de esquerda, durante os

anos anteriores. Além disso, como as primeiras ocupações começaram a ocorrer no próprio ano de 2015, foi possível conectar os debates acerca dos cortes orçamentários no âmbito das universidades federais com as políticas de reformas educacionais promovidas no âmbito dos Estados.

Conforme tratado na seção anterior, o movimento grevista de 2015 nas universidades federais era um movimento cujas pautas não se restringiam a reivindicações salariais, mas também de resistência à mudança de orientação das políticas de governo para a educação superior, sobretudo no que diz respeito ao contingenciamento orçamentário. No âmbito das ocupações secundaristas, por outro lado, a crítica ao caráter neoliberal das políticas educacionais assumiu contornos bem mais elaborados, fugindo à mera crítica dos cortes. Para além desta diferença, os sujeitos e o repertório de ação de ambos os acontecimentos foram bem distintos um do outro, conforme será mostrado mais a frente.

Embora possam parecer novidade para grande parte da sociedade, as ocupações secundaristas fazem parte de um grande rol histórico de lutas protagonizadas ou não por movimentos sociais e que possuem como tema principal discutir aspectos regulatórios e práticos sobre o direito à educação, no Brasil. Neste sentido, Gohn (2019) aponta a existência de diferentes movimentos, discursos e pautas políticas relacionadas à educação que variaram de sentido e forma desde a década de 1970. A autora menciona que as lutas pela educação estavam inseridas na agenda de mobilização dos “novos movimentos sociais” surgidos na década em questão, e apresentou como consequências relacionadas a este período de efervescência política: a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a criação de associações de professores (no contexto da proibição da sindicalização pela ditadura empresarial-militar), o movimento de luta por creches, e a educação no âmbito rural, entre outros.

Nos anos 1980, por sua vez, as lutas pela educação estiveram relacionadas ao contexto da Assembleia Constituinte da Constituição Cidadã de 1988, e foram responsáveis por transformar a educação em um direito fundamental. No âmbito jurídico, o status em questão estabelece um dever de prestação com qualidade do serviço educacional por parte do Estado, com tendência à universalização do direito. Além disso, promove uma hierarquia normativa do referido valor perante a sociedade, tornando mais difíceis interpretações judiciais que diminuam o seu caráter de direito subjetivo e sua exigibilidade por parte dos cidadãos. Neste período, é regulamentada a sindicalização dos profissionais de educação e

ampliada a luta pelas creches através de movimentos sociais⁸⁴ (GOHN, 2019). Além dessas transformações, foram recuperadas as organizações estudantis perseguidas e tornadas clandestinas durante a ditadura empresarial-militar.

Apesar das transformações dos anos 1980 reforçarem a escolha do país por uma proposta de bem-estar social, o que incluía a universalidade do direito à educação, os anos 1990 foram marcados por um certo recuo na atuação dos movimentos sociais em geral e daqueles relacionados ao tema, bem como por um período de intensa implementação do neoliberalismo econômico, principalmente por meio das privatizações dos governos Collor e Cardoso. Por outro lado, o movimento caras-pintadas, de forte conotação estudantil, pautou o grande exemplo de ação coletiva direta na época.

Apesar de a representação comum do movimento dos caras-pintadas estar relacionada à reivindicação de ética na política e ao discurso anticorrupção, Santos (2018) demonstra, por meio da recuperação das publicações e das atas de reuniões dos grandes movimentos estudantis da época, que as reivindicações do movimento estudantil já possuíam forte caráter de contrariedade ao neoliberalismo e ao subfinanciamento do ensino superior; de denúncia da privatização do ensino e da tentativa regulatória de retirada de autonomia das universidades, entre diversas outras pautas.

No início do novo milênio, conforme abordado no segundo capítulo, cresce a mobilização dos movimentos sociais influenciada pela ocorrência do Fórum Social Mundial, o que permitia o compartilhamento de agendas, a formação de redes e a absorção dos discursos críticos aos efeitos perversos da globalização econômica para países subdesenvolvidos (GOHN, 2019). É assim que os movimentos estudantis e pela educação entram nos anos pós 2010, contexto de surgimento das Manifestações de Junho e de seus desdobramentos no Brasil. Neste período, é importante destacar que parte do repertório da ação coletiva baseado nas “ocupações” e “acampamentos” que viriam se manifestar nas ocupações secundaristas já faziam parte do modo de atuação de movimentos estudantis universitários durante a ocupação de reitorias, por exemplo (BRINGEL, 2009).

⁸⁴ Sobre a reivindicação do oferecimento de creches pelo Estado a partir de movimentos pela educação, é importante notar, contudo, o caráter interseccional da referida pauta, na medida em que apresenta importantes transformações relacionadas às hierarquias de gênero e de classe ao possibilitar o exercício de outras atividades às mães, principais responsáveis pelos cuidados familiares em uma estrutura de família patriarcal.

Os movimentos surgidos nesse período que tratam de assuntos relacionados ao direito à educação são protagonizados por estudantes, e passam a ser influenciados pelas características de autonomia e horizontalidade, forma predominante dos coletivos anarquistas ou culturais já mencionados, adotando um tom crítico à forma e ao ritmo de atuação de organizações estudantis⁸⁵, o que inclui a UNE, a UBES, e outras entidades já atuantes, em razão da antiga vinculação destas entidades a determinados partidos políticos⁸⁶. O repertório de ação começa a ser permeado pela estética das passeatas e, posteriormente, das ocupações, além do próprio engajamento digital e cultural.

Como reflexo direto deste período de engajamento estudantil e pela educação, cita-se a criação do Plano Nacional da Educação em 2012, que fixou como meta orçamentária, até o ano de 2024, o valor de dez por cento do produto interno bruto brasileiro em investimentos em educação⁸⁷. O estabelecimento de um limite mínimo de investimento como forma de financiamento de um direito fundamental traduz bem a atmosfera antineoliberal que influenciava a ação dos movimentos sociais no período próximo às Manifestações de Junho, pautando as políticas públicas e as transformações legislativas da época (CARA, 2012). Além da fixação de um mínimo a ser investido, o PNE previu uma importante medida contrária ao modelo produtivista com a inclusão de índices mínimos de investimento chamados CAQ ou CAQi, que calculam o custo mínimo em termos de insumos, salário de professores, material, infraestrutura para estabelecer as condições necessárias para melhoria da qualidade da educação⁸⁸. Apesar dessas importantes medidas, contudo, o sucesso do PNE enquanto política pedagógica de resistência foi bastante prejudicado com a implementação do teto de gastos e com todo o consenso reformista e de austeridade que sucedeu o debate educacional brasileiro nos últimos anos.

É nesse cenário de atuação dos movimentos estudantis e pela educação que surge o ciclo de protestos chamado de “ocupações secundaristas”, portanto. Como consequência, a

⁸⁵ Seguindo Bringel (2009), optamos por caracterizar os movimentos estudantis institucionalizados e tradicionais como organizações estudantis.

⁸⁶ Em sua tese, Santos (2018) aborda como o movimento estudantil esteve nas iniciativas de recrutamento dos partidos políticos e pelas tendências de esquerda – trotskistas, maoístas, stalinistas – ao longo da história.

⁸⁷ De acordo com Ximenes (2019), entretanto, o PNE foi um documento organizado a partir dos diversos grupos de interesses que pautavam o debate sobre a educação no Brasil, fazendo coexistir tanto normas que resistem ao modelo tecnicista-produtivista quanto normas que reforçam o referido paradigma pedagógico.

⁸⁸ Sobre a importância de criação desse índice, é importante frisar que o debate sobre o financiamento educacional brasileiro tem sido reiteradamente prejudicado pelo discurso enviesado de alguns economistas que comparam o financiamento educacional brasileiro em termos absolutos com outros países da OCDE para justificar a desnecessidade de aumento dos gastos públicos com o setor (INSTITUTO MILLENIUM, 2015).

influência dos protestos mundiais, o acúmulo de experiências políticas dos movimentos e sujeitos participantes de ciclos anteriores e os próprios efeitos das políticas neoliberais na vida dos estudantes serviram de fatores que determinaram o sentido, a forma e o alcance das próprias ocupações. Com base nesses pilares, as ocupações secundaristas souberam resgatar tanto a possibilidade de crítica ao neoliberalismo presente no ciclo de protestos de 2013, quanto aumentar a complexidade do debate sobre o direito à educação conforme vinha sendo tratado até aquele momento.

O país passou por diferentes etapas históricas em que conflitaram e se afirmaram determinadas hegemonias pedagógicas, sendo a etapa atual o desdobramento das lutas pela educação iniciadas na década de 1960 (SAVIANI apud XIMENES, 2019). Neste contexto, o conflito de hegemonias pedagógicas é descrito pelo autor como a disputa entre um modelo tecnicista-produtivista e uma série de outras propostas de organização pedagógica contra-hegemônicas e múltiplas sobre o sentido da educação e da escola. Neste contexto, entender tais disputas pela hegemonia pedagógica das políticas educacionais é importante para a compreensão dos próprios motivos de engajamento dos jovens durante as ocupações. Também é relevante na medida em que permite verificar que, mesmo em governos de partidos autodenominados de esquerda, o modelo tecnicista-produtivista, aliado à práticas econômicas de austeridade e produtivismo estatístico, tem se imposto como paradigma de elaboração de políticas públicas no ramo da educação.

Sobre o que chama de modelo tecnicista-produtivista, Ximenes (2019) menciona um modelo de organização do serviço educacional cujo foco seria o predomínio de disciplinas “técnicas”, adotadas em padrões internacionais de avaliação como conteúdos úteis, relacionados ao desenvolvimento econômico dos países. Este modelo favoreceria, ainda, a formulação de metas de desempenho dos alunos, avaliadas com base em testes periódicos, repetitivos e maçantes. Complementando o modelo, tanto a remuneração dos professores quanto o próprio critério de financiamento educacional também passam a ser variáveis, de acordo com o desempenho apresentado nestes testes.

Nas ocupações secundaristas, o processo de conscientização e posicionamento dos jovens estudantes a respeito das referidas disputas sobre a hegemonia pedagógica brasileira ocorreu concomitantemente com o despertar destes mesmos atores para outros assuntos que envolviam o cotidiano escolar, como o fechamento de escolas, o crescimento do Movimento

Escola Sem Partido e suas repercussões nas discussões sobre gênero, a falta de consideração do jovem como um sujeito político e as relações de dominação que envolvem aluno e profissionais de educação (CAMPOS, 2019). Estas diferentes reivindicações se articulavam sob a forma de crítica ao paradigma tecnicista-produtivista e ao neoliberalismo, na medida em que o reconhecimento do estudante como sujeito político implicava na participação da escolha dos conteúdos a serem tratados em sala de aula, em metodologias mais atrativas e em melhorias na própria gestão escolar por parte dos diretores e da Administração Pública em geral.

No que diz respeito aos motivos de surgimento das ocupações, é comum considerar como principais causas do engajamento estudantil, no âmbito nacional, a reforma curricular do ensino médio e o congelamento dos gastos ocorridas em 2015 e 2016. Todavia, fatos específicos relacionados a cada cenário local somaram-se aos motivos do contexto nacional para o despertar das ações diretas por parte dos estudantes. Em São Paulo, por exemplo, o escândalo de corrupção relacionado ao desvio de verba da merenda escolar, acompanhado das críticas à própria qualidade do serviço⁸⁹, foi um fator de mobilização dos estudantes (CAMPOS, 2019).

Conforme demonstram os trabalhos de Holanda (2019), Gonçalves e Rena (2019), todavia, em estados brasileiros governados por partido de centro-esquerda, a política pública de educação no período também se baseava em diversas orientações que privilegiavam a austeridade, o regime de metas e o sistema de testes repetitivos e baseados em conteúdos “técnicos”. Daí porque as ocupações foram realizadas em pelo menos 24 estados brasileiros, em governos dos mais variados partidos.

Sobre o perfil dos manifestantes das ocupações, é certo que foram protagonizadas – conforme indica o próprio nome pelo qual ficaram conhecidas – por estudantes secundaristas, muitos deles iniciantes no universo da ação coletiva. Ao investigarmos alguns trabalhos empíricos sobre o contexto das ocupações (CAMPOS et al., 2016; SANTOS, 2019a), contudo, verificamos a participação intensa de outros atores, como jovens do movimento estudantil universitário, membros de outros movimentos organizados – como sindicatos,

⁸⁹ O caso da merenda de São Paulo expõe alguma das fragilidades do discurso que defende um modelo de eficiência e idoneidade do setor privado em contraposição ao modelo estatal, burocrático e corrupto. A terceirização do serviço de merenda escolar no caso de São Paulo tem sido palco de práticas anticoncorrenciais e superfaturamento ao longo dos anos (CRUZ, 2018), o que impactou na própria queda na qualidade do serviço, conforme apontado pelos estudantes durante as ocupações.

coletivos e outros movimentos de juventude e partidos políticos⁹⁰ – além de familiares e professores simpáticos ao movimento.

A preocupação com a autonomia, característica marcante dos movimentos de protesto do novo milênio, fez, contudo, que o papel relegado aos participantes externos ao próprio contexto escolar fosse principalmente de apoio, respeitando o protagonismo dos estudantes e evitando a transferência do debate e dos protestos para a arena eleitoral. Segundo Campos et al. (2016), que aborda todo o percurso de atuação das ocupações secundaristas no Estado de São Paulo, os estudantes secundaristas recebiam positivamente o apoio logístico, estratégico e material de partidos políticos⁹¹, mas reagiam prontamente quando este apoio parecia se transformar em aparelhamento e recrutamento por parte dos apoiadores.

Por outro lado, a autora ainda aborda que o movimento rechaçava a postura dos estudantes que tentavam se posicionar como anti-partidários, o que indica, mais uma vez, que alguns dos problemas de captura da ação coletiva de esquerda vivenciados em 2013 receberam uma abordagem bastante diferente por parte dos ativistas, naquele momento. Este acontecimento reforça, assim, a linha interpretativa que identifica efeitos benéficos, em termos progressistas, no que diz respeito ao processo de acúmulo de conscientização e aprendizados referentes à ação de movimentos e coletivos no Brasil, a partir das Manifestações de Junho.

Como segunda característica deste ciclo de ação coletiva, é importante ressaltar que a ocupação das escolas mantinha diversas características do repertório autonomista presentes em 2013, como a cultura de assembleias, a horizontalidade das decisões e a adoção de práticas colaborativas⁹². Ao contrário das Jornadas de Junho de 2013, também neste aspecto, a

⁹⁰ Como o Levante Popular da Juventude (LPJ) e a União da Juventude Socialista (UJS), por exemplo. O Levante Popular da Juventude é um movimento de juventude relativamente recente no Brasil, tendo sido criado no Rio Grande do Sul no ano de 2006, e nacionalizado às vésperas das Manifestações de Junho, em 2012. Nascido no contexto do FSM, o movimento valoriza a autonomia em relação a partidos, embora mantenha relações amigáveis com outros partidos e movimentos de esquerda. Já a UJS é um movimento de juventude antigo do Brasil, surgido no contexto de criação dos novos movimentos sociais dos anos 1980, tradicionalmente ligada ao PCdoB.

⁹¹ Em São Paulo, Campos et al. (2016) aponta que o apoio foi oferecido principalmente por partidos como o PSOL, o PCdoB e o PSTU.

⁹² Ressalta-se aqui, o importante papel destacado por coletivos estudantis e de juventude, para além da participação coadjuvante de professores sindicalizados e outros coletivos identitários de âmbito local, que atuavam no sentido de recuperar o discurso antineoliberalismo como estratégia discursiva da esquerda no âmbito da ação política. Além disso, as experiências abordadas por meio de trabalhos empíricos (SANTOS, 2019) demonstram que os coletivos identitários, por exemplo, promoveram diversas iniciativas práticas e didáticas como a oferta de “aulões” e rodas de conversa sobre as temáticas pelas quais se engajavam normalmente.

heterogeneidade de movimentos e discursos ideológicos influenciando o sentido da ação, neste caso, não era tão acentuada. De modo geral, as ocupações mantiveram sua orientação à esquerda do espectro político, ainda que criticassem e quisessem manter certa independência em relação aos partidos e outros movimentos tradicionais, principalmente quando consideramos os contextos em que os partidos no governo organizavam as políticas educacionais contra as quais eles lutavam à época.

O movimento midiático e de atores políticos de direita a respeito das ocupações, por sua vez, seguiu um roteiro parecido com aquele utilizado durante as Manifestações de Junho. Como primeira reação a toda forma de ação direta no Brasil, o discurso hegemônico (da mídia, da direita e da classe média) busca desqualificar o movimento e apoiar o uso de força policial para dispersar os manifestantes. Sobre este aspecto, é importante ressaltar o papel de ridicularização e de desqualificação⁹³ da atuação política dos jovens estudantes por membros do Movimento Brasil Livre e parte dos jornalistas de direita, como Guilherme Fiuza, que rotulavam as ocupações como “coisa de vagabundo” (OLIVEIRA, 2016).

Todavia, quando a mobilização permaneceu apesar das investidas destes atores e veículos de comunicação, a estratégia discursiva, assim como em junho de 2013 - passou a ser no sentido de determinar os rumos das ocupações⁹⁴. Sob essa tática, as representações dos protestos passam a ser apresentadas no sentido de reconhecimento da legitimidade da ação direta, pontuando, entretanto, supostos conflitos éticos e perfis dualistas e simplificadores de manifestantes e manifestações mais ou menos corretos.

É assim que estes atores e organizações começam a reconhecer o direito dos estudantes a se manifestarem contra as políticas educacionais que os afetam, porém com a condição inescapável de que não impeçam os demais alunos de terem aulas normalmente, segundo o funcionamento normal da escola e o calendário regular acadêmico. A construção da acomodação valorativa entre os direitos fundamentais envolvidos somente parece, portanto,

⁹³ A respeito da caracterização do “movimento estudantil”, o referido ciclo de protestos também serviu para reforçar o discurso de excessivo caráter ideológico e de doutrinação neste ambiente por parte dos movimentos de direita, o que se somou ao ressentimento da população excluída das políticas educacionais de inclusão no ensino superior durante os governos petistas. Assim, a despeito do caráter crítico ao governo, à UNE e às demais organizações estudantis apresentado pelos manifestantes à época, a escola pública, no mesmo caminho das universidades federais, passou a ser considerada como um espaço de privilégio e de defesa irrestrita do “esquerdismo” por parte da população.

⁹⁴ Segundo Campos (2019), o governo Alckmin, que no início das ocupações promoveu manifestações contrárias à legitimidade do uso da força policial para repressão dos atos públicos, com o progressivo aumento da adesão das ocupações em diferentes partes do Estado e o respectivo crescimento de popularidade perante a opinião pública, passou a convidar alguns dos participantes para integrar a juventude do PSDB.

estabelecer como igualmente legítimas as pretensões dos diferentes perfis de manifestantes, favoráveis e desfavoráveis às ocupações. Sua forma de construção desta acomodação já traz em si a opção mascarada pela impossibilidade de continuidade da ação direta. Conforme se verificou em todas as oportunidades de ação coletiva que se baseiam na ocupação de ruas, praças e prédios públicos, essa estratégia de comunicação tem sido muito mais eficaz no combate à mobilização do que a simples repressão dos atos, embora esta nunca deixe de ser utilizada em nosso contexto. Nestas circunstâncias, é relevante observar que o sucesso das ações coletivas no Brasil está sempre determinado pela consciência deste processo, e dos mecanismos escolhidos para combatê-lo ou, pelo menos, diminuir o seu impacto.

Ainda no que diz respeito à conexão com as Manifestações de Junho, é importante observar, em relação às ocupações estudantis, a retomada da ideia de uma concepção de democracia direta e radicalidade na ação coletiva por parte da juventude de esquerda (DE SORDI e MORAIS, 2016), o que também aponta para uma atuação política que buscava se desvencilhar do modo como as discussões sobre a educação são normalmente tratadas nas diferentes esferas da administração pública, e nos debates eleitoral e televisivo, carregados de economicismo, tecnicismo e produtivismo.

Os principais motivos das ocupações diziam respeito à reorganização orçamentária e curricular das universidades e escolas de ensino médio por meio de um processo que não ouvia a opinião dos próprios estudantes a respeito das mudanças a serem implementadas, o que incluía governos dos mais diferentes partidos. Neste sentido, a busca pela autonomia do movimento de protesto retirou a tradicional preocupação com o desgaste eleitoral existente nas organizações estudantis e nos movimentos sociais tradicionais, e politizou o debate sobre o modelo de escola brasileira sob uma perspectiva mais avançada.

Para explicar melhor esse aspecto do debate eleitoral brasileiro a respeito do direito à educação, é importante retomar que, com as direitas pautando as agendas políticas governamentais e do congresso desde 2014, construiu-se uma narrativa⁹⁵, a qual podemos caracterizar como dominante⁹⁶, de que os problemas relativos à educação básica, no Brasil, dizem respeito aos currículos e conteúdos “ideológicos”, pouco voltados à apreensão de

⁹⁵ Narrativa esta que se liga às disputas por hegemonia pedagógica mencionadas por Saviani apud Ximenes (2019).

⁹⁶ Mais uma vez, exemplificada pela posição de Marcos Lisboa (2020).

competências mais práticas para os jovens, como português e matemática⁹⁷. Estes discursos utilizam, ainda, de representações gráficas e comparações com países da OCDE para concluir que o país não investiria pouco em educação.

Nestas comparações, é comum utilizar como parâmetro comparativo de investimento a porcentagem dos gastos em educação em relação ao PIB de cada país. Este parâmetro comparativo, por sua vez, tanto ocultaria a decomposição dos gastos quanto deixaria de analisar uma relação muito mais elucidativa a respeito do grau de investimento brasileiro quando comparado com o de outros países, que é o gasto por aluno. Quando se adota este parâmetro, porém, verifica-se que o Brasil investe menos da metade do que a média dos países da OCDE (CERIONI, 2019).

A reivindicação por democracia direta realizada pelos jovens estudantes era incrementada, portanto, por uma consciência em formação de que estas medidas representavam um aceno do governo às reivindicações do neoliberalismo, o que demonstra que a subjetividade política voltada crítica à privatização e financeirização permaneceu viva entre no movimento estudantil, contando, ainda, com o apoio de diferentes coletivos identitários (ALVIM e RODRIGUES, 2017; DA SILVA et al., 2016).

Diferentemente das ações políticas promovidas por movimentos tradicionais como os sindicatos, que visam, tradicionalmente, a interrupção da produção para a conquista de reivindicações pontuais relativas à própria categoria e logo voltam ao trabalho, as manifestações promovidas pelos estudantes neste contexto não objetivavam apenas a interrupção das aulas, tampouco a mera suspensão das medidas de contingenciamento adotadas por governos estaduais, geralmente responsáveis pela organização do Ensino Médio. Ao extrapolarem as ações para um período posterior à revogação das medidas pelos governadores, nos casos onde isso foi possível, os estudantes vivenciavam a ação direta como possibilidade de construção de novas institucionalidades, bem como de novas subjetividades.

Contudo, assim como acontece em relação aos demais ciclos de protesto do novo milênio, a grande duração das ações contestatórias do modo de vida hegemônico são pouco vencidas por uma mistura do cansaço, pelas dificuldades materiais de manutenção do movimento, pela repressão das instituições e dos familiares contrários, e, por fim, pela própria captura da opinião pública a partir dos discursos televisivos e nas redes sociais. Entretanto,

⁹⁷ Apesar de suas conexões com o Movimento Escola sem Partido, o qual corresponde a uma espécie de “negacionismo” do debate sobre a educação, esse discurso é amplamente utilizado por diversos atores relevantes do debate nacional, geralmente agrupados por uma perspectiva liberal-inclusiva.

conforme visto até aqui, os efeitos de certos ciclos de indignação não se extinguem com o fim das ocupações e do período de maior expressão das manifestações de ação direta. De forma subsequente a estes períodos, o que parece caracterizar a ação coletiva contemporânea é a possibilidade sempre aberta de retomada de certos símbolos e discursos de indignação de forma acelerada, o que leva à falsa percepção de espontaneidade.

Dessa forma, é possível concluir que o ciclo de ocupações estudantis constitui mais um elemento a contrariar a narrativa pessimista dos interpretes de 2013 no sentido de que a única consequência das manifestações estaria relacionada à ascensão do conservadorismo, no Brasil. Nestes dois momentos recentes da nossa história recente, portanto, foi possível verificar alguns aprendizados relacionados à liberdade de deliberação e participação política, além do próprio aprofundamento da noção de democracia, da criação de novas organizações e novas pautas de engajamento protagonizadas pelo campo da esquerda. Além disso, verificou-se como o surgimento de novos atores e movimentos, até então irrelevantes durante um contexto político, promove a recuperação de aspectos positivos de movimentos e ciclos anteriores, ao mesmo tempo em que rompem com a lógica da política voltada para a satisfação de interesses práticos ou econômicos que seriam, supostamente, prescindíveis de participação popular.

Em 2019, após um período de intensa desmobilização e refugio dos movimentos sociais ocorrido após a eleição presidencial, os estudantes – agora, os universitários – foram novamente protagonistas de um período de mobilização que mantinha uma agenda política de esquerda a respeito de uma pauta educacional. Intensificando a agenda de cortes orçamentários iniciada ainda em 2015, o então ministro da Educação Abraham Weintraub promoveu o bloqueio significativo de verbas orçamentárias destinadas ao custeio das universidades no país, medida que vinha acompanhada de recorrentes ataques e mentiras sobre as universidades públicas e sobre o ensino público brasileiro (OLIVEIRA, 2019).

Os estudantes se valeram da cultura das assembleias convocadas mediante o uso das redes sociais para decidirem sobre as ações a serem tomadas em oposição aos referidos cortes. Os atos variaram de forma e intensidade a depender do contexto geográfico no qual se desenvolveram. Na maior parte das cidades, foram realizadas passeatas com gritos de ordem e faixas de protesto contra o contingenciamento das verbas e contra o governo. Em algumas, os estudantes utilizaram o horário escolar, em outras, os atos ocorreram no fim da tarde, visando

possivelmente a adesão de outros grupos sociais ou impedir os conflitos decorrentes da alteração do cotidiano das instituições, como ocorrera em 2015/2016.

O papel dos movimentos sociais tradicionais, como o MST, a CUT e demais sindicatos simpatizantes à causa parece ter sido secundário nestes protestos, respeitando o protagonismo dos jovens estudantes. Mas não houve a mesma separação nem o estranhamento dos anos anteriores. Neste sentido, é possível que algumas das divisões entre os tipos de movimentos e suas formas de ação inaugurada em 2013 – coletivos autônomos e movimentos populares – como um processo de divisão e enfraquecimento das esquerdas representadas nos movimentos sociais tenham sido em parte superadas por parte das novas subjetividades políticas juvenis, pelo menos àquelas pertencentes ao movimento estudantil, o que ainda deverá ser colocado à prova diversas vezes nos próximos anos.

A movimentação estudantil reverteu temporariamente a política de cortes acompanhada dos ataques constantes à Universidade Pública e às instituições realizados pelo então ministro Abraham Weintraub, o que serviu para bloquear parte da agenda reacionária a respeito da privatização das universidades e de sua constante difamação na imprensa. Entretanto, por se tratar de um projeto compartilhado entre o reacionarismo brasileiro e os movimentos e atores liberais, as formas de alteração na estrutura universal e pública do modelo educacional brasileiro são bastante difusas, o que faz com que a defesa da educação pública e universal seja uma preocupação constante no âmbito dos movimentos e das subjetividades consideradas de esquerda.

No âmbito dos chamados movimentos identitários, os anos posteriores também foram significativos para a instauração de uma nova cultura política relacionada às questões de gênero (BOSCO, 2017). Vivenciou-se, inclusive, o que a bibliografia chama de “primavera feminista brasileira” (REIS e NATANSOHN, 2017; MELO, 2020). Sobre este aspecto, viu-se que algumas leituras pessimistas sobre 2013, compartilhando argumentos ligados às teorias sobre guerras híbridas e/ou perspectivas críticas aos chamados “pós-modernismos”, defenderam que a emergência dos protestos do novo milênio corresponderiam a uma ação interessada para a politização de tais questões identitárias, as quais seriam, conseqüentemente, prejudiciais às questões econômicas e vinculadas à classe social. Diante deste pressuposto, é importante avaliar algumas das transformações relacionadas à emergência das pautas de gênero e seu uso pelas esquerdas como fim de verificar a ocorrência de transformações

comparáveis às do movimento estudantil, positivas, portanto, no que diz respeito à reconstrução das esquerdas no Brasil.

3.3 O CRESCIMENTO DO IDENTITARISMO PÓS-2013: O FIM DA ESQUERDA CLASSISTA E POPULAR?

Conforme visto no capítulo 2, algumas das leituras pessimistas sobre as Manifestações de Junho e seus efeitos estabelecem uma espécie de linha causal entre as características das subjetividades de direita e reacionárias presentes nas manifestações e os acontecimentos políticos posteriores, que indicariam que o Brasil teria virado à Direita, ignorando toda a complexidade do ciclo de protestos, dos seus desdobramentos, e dos participantes das Manifestações, as conexões dos protestos com os discursos contrários ao neoliberalismo em âmbito mundial, o esvaziamento das condições que garantiam o funcionamento do Lulismo, enfim, todo um espectro de fatores que fugiriam à descrição de uma realidade política que resume a esquerda à sua forma organizada, institucionalizada e composta hegemonicamente por um único partido.

Do lado dos críticos às manifestações, algumas das leituras lamentavam a suposta ausência das classes populares nas manifestações do novo milênio, atribuindo à classe média brasileira o protagonismo das manifestações e a reprodução do discurso de demonização do Estado e da esquerda perante os mais pobres; outros, adotando a perspectiva das “guerras híbridas”, consideram que a emergência dos protestos durante os governos petistas teria servido apenas a interesses econômicos estrangeiros ou políticos internos, principalmente por utilizarem pautas confusas e diversas em suas reivindicações.

Por outro lado, do lado das perspectivas que enxergam as manifestações e seus efeitos a partir de outros elementos, mais complexos e, até mesmo, positivos, em relação à esquerda, foi identificado, como um dos efeitos relacionados ao contexto das Manifestações de Junho, o enriquecimento do ativismo identitário no período concomitante ou imediatamente posterior às manifestações, principalmente no que diz respeito as pautas relacionadas ao gênero, o que teria ocorrido tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Sobre a ocorrência deste processo de intensificação do caráter identitário da política,

parece não haver dúvida que os anos posteriores às manifestações foram marcados por intensas mobilizações neste campo.

Entre os anos de 2014 e 2015, período conhecido por parte da bibliografia como “primavera feminista brasileira”, o país presenciou o crescimento do ativismo feminista por meio de diversas campanhas nas redes sociais, dentre as quais: “Eu não mereço ser estuprada”; “Meu amigo secreto”, “Primeiro assedio”, entre outras. As campanhas de ativismo digital tratavam, entre outras coisas, da denúncia e de exposição de formas de violência sexual e de gênero vivenciadas por mulheres em seus relacionamentos cotidianos, tendo sido responsáveis pelo crescimento vertiginoso da procura por termos como “feminismo” e “empoderamento” ao longo do período (REIS e NATANSOHN, 2017).

Além do crescimento do ativismo digital, os anos posteriores a 2013 foram responsáveis por introduzir de forma definitiva as questões de gênero no debate macropolítico. Já na campanha presidencial de 2014, o marketing eleitoral de Dilma Rousseff explorou com sucesso o argumento de que a religião evangélica de sua rival, Marina Silva, representaria um risco à emancipação feminina e LGBTQIA+ vivenciada naquele instante. As questões de gênero permearam as discussões relacionadas às reformas curriculares de ensino e, no Código Penal, foi criada a forma qualificada de homicídio quando este é cometido em razão do gênero feminino da vítima.

Ainda no ano de 2015, além das campanhas virtuais e da criação de portais de discussão destinados às questões feministas e de gênero de modo geral, as ruas também constituíram importantes manifestações de crescimento do ativismo de gênero, principalmente por meio do crescimento de relevância de eventos de protesto como a Marcha das Vadias, Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras, além da própria mobilização que envolveu a tentativa do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em dificultar o acesso ao aborto em caso de estupro. O contexto político da época favoreceu, portanto, a manutenção das ações que misturavam o ativismo nas redes, a política de questões privadas, a criação de novíssimos movimentos sociais e de eventos de protesto que permeou o repertório das formas de manifestação atuais.

Como mais um fator que aponta para o fortalecimento das pautas de gênero na sociedade contemporânea, é possível reconhecer a própria existência de um efeito backlash (FALUDI, 2001) na sociedade brasileira, considerando a mobilização reativa das visões de extrema-direita que imaginam a desconstrução de sua visão de mundo a partir das

transformações ligadas ao gênero. Neste sentido, concorda-se com Wilson Gomes ao constatar que os anos posteriores a 2013 também marcaram o crescimento da extrema-direita em substituição à direita progressista ou social liberal no contexto brasileiro (GOMES, 2020), e que este processo pode estar ligado à adoção de determinadas pautas identitárias pelos movimentos de esquerdo.

Nos perfis das redes sociais de militantes desta extrema-direita, verificou-se, cada vez mais, a necessidade de frisar as características distintivas (da esquerda) e inclusivas (da nova direita) como: brasileiro(a), homem/mulher, cristão(ã), casado(a), pai/mãe, empreendedor/a. Também são frequentemente reforçados símbolos nacionais como as bandeiras do Brasil acompanhadas das bandeiras de Israel e Estados Unidos. As características em questão representam, em grande parte, uma síntese bastante apertada⁹⁸ do reacionarismo contemporâneo, que se entende como um processo de reação ao crescimento do suposto “marxismo cultural” e seus objetivos, entre os quais, o fim da família tradicional, o fim das religiões cristãs, a expansão do “globalismo”, o fim do que consideram a cultura judaico-cristã-ocidental, o fim da livre iniciativa e a dependência de auxílios governamentais para a subsistência.

Como o crescimento do reacionarismo cultural e político se desenvolveu paralelamente ao enfraquecimento institucional da esquerda no âmbito político⁹⁹, a hipótese do efeito *backlash* passa a ganhar força em grande parte das interpretações políticas contemporâneas, no Brasil e no mundo. Em geral, pondera-se sobre os riscos do processo de transformação dos partidos e dos atores considerados de esquerda ou de centro-esquerda em direção às pautas de movimentos sociais identitários, ao mesmo tempo em que são corroídas tanto as bases eleitorais mais populares destes movimentos e partidos quanto as estruturas regulatórias de bem-estar construídas ao longo do século XX.

Neste universo de análises, é importante apontar as diferentes contribuições de Nancy Fraser (2020), Asad Haider (2019) e Christoph Guilluy (2020). Os dois primeiros autores não responsabilizam nem sugerem em absoluto o abandono da política identitária, ou

⁹⁸ Os elementos exemplificados traduzem uma apenas uma ela do eleitorado de extrema direita ou bolsonarista, no Brasil. Conforme a pesquisa de Kalil (2018) outros elementos podem estar presentes, a depender dos motivos da identificação grupal. É o caso dos jovens alunos que defendem “novas leituras” da história, não contadas pelo professor esquerdista; ou membros de minorias sociais nacionalistas; gamers, entre outros.

⁹⁹ Que culminou no impeachment de características misóginas da presidenta Dilma Rousseff e na eleição do presidente Jair Bolsonaro.

sua ausência de prioridade frente a outras perspectivas políticas, apenas apontam alguns problemas relacionados à adoção de discursos acríticos ao neoliberalismo/capitalismo por parte da militância de esquerda. Christoph Guilluy, por sua vez, embora não se coloque contra os direitos de minorias identitárias, relaciona diretamente o abandono das classes populares à adoção do discurso identitário por parte de lideranças políticas norte-americanas e francesas, desde a década de 1990.

A importância dessa diferença de abordagem ocorre nos desdobramentos sugeridos por estes autores na tática política dos movimentos de esquerda. Os dois primeiros se preocupam justamente em evitar a transformação de destes movimentos em iniciativas de orientação social liberal ou liberal progressista, o que tenderia a abordar as opressões contemporâneas de maneira superficial, individualista e ancorada apenas na ideia de representatividade. Já a segunda perspectiva, ao responsabilizar essa transformação pela perda de hegemonia da esquerda na sociedade, sugere o abandono deste repertório como forma de alcançar avanços institucionais, o que vai ao encontro das leituras que explicam os ciclos de protesto mundiais a partir da lógica das guerras híbridas.

No Brasil, há, igualmente, diversos exemplos consideráveis de análises críticas à virada identitária pelas esquerdas, realizadas por leituras próprias de nosso contexto, que abrangem diferentes vertentes teóricas e enfoques analíticos. Ao comentar os rumos da esquerda mundial no contexto das transformações políticas do novo milênio – que antecediam as Manifestações de Junho de 2013, portanto – Vladimir Safatle chegou a apontar, de forma simplificada, a primazia da questão econômica no âmbito das escolhas políticas a serem feitas pela esquerda, deixando as reivindicações por reconhecimento em um segundo plano¹⁰⁰ (SAFATLE, 2012).

No âmbito das considerações que analisaram o crescimento do identitarismo após 2013, o livro de Francisco Bosco (2017) problematiza alguns aspectos do crescimento dos movimentos identitários no que chama de “novo espaço público” brasileiro. Segundo Bosco, o acirramento das lutas identitárias em nosso contexto seria causado diretamente por três fatores: a politização excessiva da sociedade provocada pelas Manifestações de Junho, que teria radicalizado o espaço e a intensidade da discussão política; pelo fim do Lulismo como mecanismo eficaz de contenção de antagonismos; pelo surgimento das redes sociais como plataforma política, e sua possibilidade ampliada de circulação de afetos e informações.

¹⁰⁰ É importante ressaltar, entretanto, a completa mudança de leitura de Safatle sobre o chamado identitarismo em um período recente (SAFATLE, 2020).

Apesar de atribuir especial papel às Manifestações de Junho no processo de acirramento do identitarismo brasileiro, Bosco estabelece outros fatores de igual importância para a construção deste cenário. Entre eles, estaria o processo histórico de “desculturalização” da sociedade brasileira, por meio do qual as interpretações culturais e os grandes clássicos do pensamento social, responsáveis pela integração da nação ao longo do século XX, perderiam espaço pra interpretações políticas mais explícitas e realistas, tanto no âmbito das ciências sociais¹⁰¹ quanto das manifestações artísticas¹⁰².

A crítica de Bosco ao identitarismo brasileiro não é, contudo, uma defesa de seu desaparecimento, tampouco de uma suposta ausência de importância em relação a outros aspectos da ação política. Ao contrário do que pode sugerir tanto o título quanto o prefácio da obra, Bosco reconhece a legitimidade das lutas identitárias e sua vinculação com as formas sutis de manifestação do poder nas relações sociais. O autor ressalta, contudo, alguns prejuízos de específicas práticas militantes contemporâneas, as quais, em vez de auxiliar no sucesso das lutas, acabariam por confundir e prejudicar as transformações sociais desejadas.

Sobre as diversas posturas coletivas que Bosco considera como inoportunas no contexto brasileiro, em pelo menos três situações o autor enfrenta com bastante propriedade alguns dos problemas apresentados pelas lutas identitárias. A noção de lugar de fala é uma delas, quando serve ao propósito de silenciamento dos sujeitos que não pertencem à posição social de determinada minoria, em razão de sua ausência de experiência de sofrimento estrutural. Em relação ao uso inoportuno da questão, a própria representante da categoria em questão no Brasil, Djamila Ribeiro, esclarece, em sua obra, não ser este o verdadeiro sentido do termo (RIBEIRO, 2019). Não obstante, é bem verdade que o identitarismo brasileiro foi perpassado, nos últimos anos, por uma postura militante que utiliza desta interpretação em sua atuação política, a despeito de seu potencial efeito de *bridging*¹⁰³.

¹⁰¹ No âmbito das ciências sociais, Bosco descreve o processo de superação dos grandes ensaios sobre o Brasil (Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro) pelo desenvolvimento das leituras universitárias/monográficas das ciências sociais brasileiras.

¹⁰² Sobre este aspecto, o autor ressalta a substituição da cultura da canção – forma de expressão da MPB – pela cultura do Rap Nacional, que seria o equivalente, no âmbito cultural, às expressões políticas mais explícitas das situações de dominação e violência que perpassam o Brasil, fugindo, assim, às formas de expressão que tendem ao silenciamento e ao mascaramento das formas de violência.

¹⁰³ Bosco utiliza as noções de *bridging social capital* e *bonding social capital* desenvolvidas por Robert Putnam, que descreve condutas de construção de vínculos a partir do reforço de identidades comuns (*bridging*); bem como as posturas que favorecem a integração social a partir de renúncias das diferenças (*bonding*).

Bosco também analisa de forma bastante lúcida a utilização militante do termo “apropriação cultural”, destacando, inclusive algumas inconsistências cometidas por autoras famosas, como a própria Djamila Ribeiro e Eliane Brum, ao sugerirem que produtos simbólicos da cultura africana não deveriam ser utilizados por pessoas brancas, ou que só pudessem ser utilizados quando de forma consciente de sua origem histórica. Sobre este aspecto das lutas identitárias, Bosco aponta para o fato de que grande parte dos elementos aos quais se costuma atribuir uma origem geográfica ou étnica são multiculturais desde sua origem. Além disso, como qualquer elemento cultural, sofre constantes modificações de sentido ao longo do tempo, sendo impossível conter este processo por parte de lutas políticas. O reconhecimento destes aspectos não impede Bosco de identificar a legitimidade da crítica ao não compartilhamento dos frutos de uma criação cultural com base em aspectos de desigualdade estrutural das sociedades. A luta em torno do conceito de apropriação cultural, portanto, é mais eficaz quando enfoca na correção deste aspecto.

Por último, destaca-se a análise do autor, com base em Elisabeth Badinter (2005), a respeito de algumas posturas relacionadas à violência de gênero, que ressalta os exageros discursivos de ativistas feministas, as quais, ao pretenderem apontar aspectos da cultura que manifestariam situações de violência estrutural contra a mulher¹⁰⁴, tanto infantilizariam a vítima (paralisando sua reação) quanto banalizariam as formas de violência realmente graves e que mereceriam a tutela do Estado. Além disso, essa forma de representação da mulher, sobretudo nas relações heterossexuais, acabaria por negar tanto sua condição de sujeito da própria vontade quanto as próprias particularidades sociais, históricas e geográficas na relação entre os gêneros.

Uma das virtudes da leitura de Bosco consiste em não agrupar o identitarismo como uma massa uniforme de teorias e posturas militantes pertencentes a grupos minoritários. Isso permite ao autor diferenciar determinados erros estratégicos de algumas perspectivas de movimentos realmente identitários – entre os quais destaca aquelas que atuam de maneira desorganizada por meio de manifestações na internet – do próprio contexto de emergência dos movimentos culturais dos anos 1960, o qual, frisa-se novamente, considera positivo e legítimo (BOSCO, 2017). Diante deste cenário geral, mesmo cometendo algumas simplificações do pensamento das radfems (que adentraram de maneira significativa no debate brasileiro sobre violência de gênero) e enfatizando exageradamente algumas virtudes da democracia liberal

¹⁰⁴ O mesmo valeria para as situações de racismo e homofobia.

(preocupando-se com os direitos individuais e com as garantias processuais da democracia liberal), a contribuição de Bosco é bastante significativa sobre o tema.

Além dos aspectos ressaltados, as críticas ao crescimento do identitarismo trazidas por Bosco não promovem sua desqualificação em relação às questões de classe, constituindo, ainda, uma importante reflexão indireta sobre como o ativismo identitário pode obter ganhos políticos efetivos ao mesmo tempo em que busca seus objetivos de transformação social e cultural. Bosco reconhece que o fortalecimento de identidades grupais tem um efeito positivo na mobilização política, podendo remeter até mesmo a condições de sobrevivência em alguns casos de grupos vulneráveis. Sua preocupação principal consiste em transpassar esta etapa da construção da subjetividade política, por meio da adoção de posturas e discursos que retomam a universalidade e atuam no sentido de reconfiguração das relações sociais sob novas estruturas.

Em sentido parecido com a crítica realizada por Bosco, o professor e filósofo Wilson Gomes aborda como um fato inevitável a utilização da identidade como um traço da política do século XXI (GOMES, 2018), ressaltando, pontualmente, alguns equívocos estratégicos de sua utilização discursiva por parte da militância de esquerda. Para Gomes (2020), inclusive o processo de vitimização e satanização, traço da postura discursiva identitária, faz parte do jogo político, manifestando-se de diversas maneiras no pensamento social e na prática militante ao longo da história. A princípio, a crítica de Gomes é direcionada ao erro estratégico de satanizar, pela forma do discurso, uma parcela das subjetividades majoritárias que automaticamente são postas em postura defensiva, pelo simples fato de pertencerem a uma determinada posição social, étnica, cultural. Ao realizar esta leitura, Gomes parece se preocupar efetivamente com a calibração do discurso, de maneira que as opressões sejam denunciadas e gerem o engajamento e a transformação desejada. Todavia, em outras manifestações a respeito da esquerda identitária (BBB, 2021), Gomes parece adotar um falso paralelismo entre o autoritarismo da esquerda reacionária contemporânea e o ativismo identitário com o qual a esquerda em geral seria complacente.

Como terceiro exemplo de análise sobre o identitarismo no âmbito da esquerda no contexto posterior a 2013, tem-se o livro de Antônio Risério (2020). Diferentemente de Bosco, Risério considera o identitarismo brasileiro como único e principal responsável pelo fortalecimento do reacionarismo na sociedade contemporânea. Para o autor, as práticas atuais

dos militantes identitários brasileiros, entre os quais destaca, as radicais feministas e os chamados neonegros¹⁰⁵, se igualam, em termos de autoritarismo, à postura também identitária da extrema-direita nacional. Esta equivalência, por sua vez, seria determinada pela vontade de silenciamento ou aniquilação do outro e da diferença, por meio do controle coletivo de seus discursos e posturas.

Em sua construção, Risério aponta alguns eventos pós-2013 que constituiriam exemplos do suposto “fascismo de esquerda”, entre os quais, as interrupções de palestras de autores de direita como o sociólogo Demétrio Magnoli e o filósofo Luiz Pondé, as críticas virtuais à ativista cubana Yoani Sanchez e os protestos “violentos” ocorridos em universidades, por meio de xingamentos, vaias e outras formas de silenciamento de visões contrárias à hegemonia política da nova esquerda.

Ao analisar a origem dessa transformação da ação política de esquerda, o autor desvincula o identitarismo atual da contracultura dos anos 1960 e do crescimento da visão pós-estruturalista francesa no âmbito acadêmico, embora admita certas conexões, atribuindo papel muito mais relevante à adoção do relativismo epistêmico e da negação dos pressupostos filosóficos do conhecimento científico, centrados no Iluminismo, no âmbito universitário estadunidense e brasileiro. Para o autor, o identitarismo moderno constituiria uma postura de negação do conhecimento científico e da modernidade por parte de seus defensores, além de uma forma de negação da história e das especificidades culturais. Argumentando neste sentido, Risério ridiculariza a noção de “solidão da mulher negra”, reafirma a superioridade da “cultura científica ocidental” perante a outras culturas, e defende a ocorrência de uma substituição do marxismo vulgar por um identitarismo vulgar no âmbito da militância, entre outras coisas.

Ao contrário de Bosco, portanto, que admite diversas contribuições teóricas relevantes em perspectivas feministas, anticoloniais e antirracistas para descrever e criticar acontecimentos de nosso contexto político, Risério considera qualquer menção à interseccionalidade, qualquer denúncia ao colonialismo acadêmico ou qualquer ênfase nas estruturas relacionais de poder como uma manifestação da “cracolândia mental” em que teria se metido a esquerda brasileira. O seu caráter crítico à suposta ignorância dos militantes

¹⁰⁵ O uso da expressão pelo autor já demonstra o caráter crítico às reivindicações do movimento negro que ampliaram a concepção de negritude no Brasil, por meio da identificação de que a caracterização como pardo, em determinadas circunstâncias, serviu como um processo de negação da negritude por determinados sujeitos que, em alguma medida, sofriam uma ou várias formas de opressão racial existentes na estrutura social brasileira.

identitários, por meio de um texto repleto de ofensas e estratégias discursivas de humor ácido revela, na verdade, a própria ignorância do autor com relação às categorias que considera vazias de sentido¹⁰⁶.

Não há como imaginar que uma transformação cultural e política significativa, como a que vem ocorrendo no âmbito das relações de gênero, raça, ambientais, e na crítica ao colonialismo nas últimas décadas venha a ocorrer sem nenhuma divergência ou reação social. Neste sentido, é bem provável que diversas das ações autorreferenciadas como de esquerda tenham contribuído, em alguma medida, para o fortalecimento e a reação correspondente de subjetividades (no sentido de modos de vida) de direita. O problema de constatar este fenômeno ocorre quando serve para apontar ou sugerir a necessidade de um recuo da esquerda em relação às posições assumidas no campo do gênero ou das identidades, seja para invocar um suposto autoritarismo de esquerda como no caso de Risério, seja para privilegiar apenas os aspectos eleitorais ou estratégicos/revolucionários dessa decisão (como no caso de Gomes, em certa maneira).

Em sentido contrário ao enfoque dado por ambas as leituras, e mesmo admitindo-se o possível efeito *backlash* em relação ao ativismo identitário no Brasil, levanta-se a hipótese de que em vez de este ter sido determinante para o enfraquecimento da perspectiva política de esquerda na sociedade brasileira, pode ter representado, paradoxalmente, uma forma de resistência e renovação das plataformas políticas e do engajamento militante autorreferenciados como de esquerda, tanto em partidos políticos e movimentos sociais, quanto na politização cotidiana, de caráter mais cultural¹⁰⁷. Dessa forma, em vez de simplesmente prejudicar a percepção das diferenças sociais baseadas em classes, a discussão das diversas formas de relação de poder pode servir como uma das principais formas contemporâneas de percepção dos abismos sociais baseados na desigualdade econômica,

¹⁰⁶ Para desqualificar a noção de solidão da mulher negra, por exemplo, Risério diz que a formulação teórica distancia muito da prática afetiva das mulheres pretas que conhece, que namorariam livremente, seguras da própria sexualidade e autoestima. Ao enfrentar a denúncia do colonialismo acadêmico, por sua vez, Risério afirma que a superioridade cultural europeia e das ciências naturais sobre as humanas estaria na sua própria possibilidade de universalidade, ao passo que todas as demais culturas seriam particularizadas, fundadas em aspectos culturais locais ou grupais.

¹⁰⁷ É provável, assim, que a adoção de pautas identitárias relacionadas ao gênero por movimentos sociais e políticos tradicionais no período recente esteja formando, de alguma maneira, uma vinculação ideológica entre as questões identitárias e parte das classes populares que ainda compõem as bases destes movimentos, remexendo nas suas estruturas internas.

principalmente quando se considera as dificuldades de se produzir a solidariedade de classe no âmbito das atuais relações de trabalho.

Além disso, entende-se que os eventuais exageros discursivos e prejuízos da adoção de um identitarismo pouco profundo por parte da militância de esquerda fazem parte de um processo positivo de explicitação dos antagonismos sociais (pelo menos no Brasil), marcado pela conscientização progressiva de determinados atores e do próprio pensamento social brasileiro, ainda muito influenciado pelo eurocentrismo e seus desdobramentos no âmbito acadêmico. Desta forma, torna-se preferível o desenvolvimento dos movimentos ligados à identidade, com todas as suas contradições e equívocos, à política de integração social baseada no recalque das diversas formas de opressão que perpassam a chamada sociedade brasileira.

Para explorar esta hipótese (fortalecimento da esquerda a partir da política identitária), pretende-se, ainda, desenvolver três argumentos principais: o primeiro deles é o fato de não existir uma incompatibilidade teórica entre as questões populares ou classistas e as identidades, no âmbito das teorias consideradas pejorativamente como “pós-modernas”, entre as quais Risério coloca o pós-estruturalismo francês e diversas outras correntes teóricas contemporâneas; em segundo lugar, o argumento de que o fortalecimento da onda conservadora atual não decorreria do simples crescimento recente das políticas identitárias no âmbito da esquerda política, sendo influenciada por transformações econômicas e movimentações políticas ocorridas ainda no século XX; por último, considera-se que o contexto recente de ascensão da política identitária no Brasil teve como um de seus efeitos pouco mapeados a produção de lideranças políticas mais coerentes, em termos ideológicos, na forma como conjugam questões de classe e questões de gênero e raciais.

3.3.1 A compatibilidade teórica entre as perspectivas sobre identidades e as questões de classe

Ao adentrarmos o primeiro argumento, pretende-se defender não existir uma incompatibilidade teórica a priori entre questões identitárias e questões de classe, como já demonstrado por meio de inúmeras perspectivas contemporâneas que trabalham a existência de ambas e suas formas de interligação. Este aspecto é importante pois a perda de força do marxismo no âmbito acadêmico é comumente associado à adoção de teorias “pós-modernas”

por parte da esquerda brasileira, o que seria responsável pelo enfraquecimento da própria esquerda¹⁰⁸.

No âmbito dos referenciais teóricos ligados aos estudos de gênero, é possível citar, por exemplo, Nancy Fraser (2020), que descreve os processos políticos de oposição às transformações neoliberais de nosso tempo por meio da ideia de lutas de redistribuição, que correspondem aos movimentos de reação ao sequestro da política pela lógica da financeirização capitalista, e lutas por reconhecimento, que se referem aos processos políticos de afirmação de novas identidades e de novos modos de vida.

Judith Butler (2018), por sua vez, utiliza da noção de “vida precária” como estrutura de conexão das lutas contemporâneas, enfatizando a precariedade, condição que corresponde ao principal aspecto capaz de unir as subjetividades em risco no âmbito do capitalismo atual, o que incluiria as sexualidades e identidades de gênero não hegemônicas, os imigrantes, os trabalhadores precarizados, entre outros. Apesar de tais perspectivas serem bastante recentes, a ausência de hierarquia e incompatibilidade entre as questões de classe, gênero e raça já havia sido descrita por Creenshaw (1989), ao utilizar a noção de interseccionalidade, popularizada por diversas autoras pertencentes ao feminismo negro, como Angela Davis (1981) e Patricia Hill Collins (1990), por exemplo, tendo como pano de fundo as transformações da segunda metade do século XX, nos Estados Unidos.

No âmbito das análises históricas, direcionadas para contextos bastante anteriores ao momento atual, é possível citar, ainda, o trabalho de Federici (2019), que demonstra como as transformações sociais, jurídicas e econômicas, na transição para o mundo moderno, constituíram uma relevante forma de acumulação primitiva em relação ao trabalho feminino, para além do colonialismo e outras formas já trabalhadas por Marx.

Com relação às perspectivas que trabalham aspectos relativos à raça, é possível citar, como exemplo, o trabalho de Achille Mbembe (2016), que, de forma semelhante à Butler, trabalha com a noção de precariedade como um dos possíveis elementos comuns das formas de opressão contemporâneas. Em sua perspectiva, contudo, o autor reconfigura a precariedade sob a ideia de “devir negro do mundo”, que corresponderia, entre outras coisas, à expansão

¹⁰⁸ Neste sentido, é relevante a contribuição de Maia (2019) ao comentar a crítica ao identitarismo realizada por marxistas como Nildo Ouriques, que repercute alguns dos aspectos tratados por Risério.

das desigualdades produzidas a partir da formação do mundo moderno¹⁰⁹ para os países e populações de “civilizados”.

Diante dos exemplos mencionados, torna-se difícil admitir que a adoção de novos referenciais teóricos no âmbito acadêmico e sua respectiva absorção por parte da militância de esquerda sejam responsáveis pela desmobilização das pessoas com relação à crítica das questões econômicas de nosso tempo, uma vez que, nas perspectivas dos diversos autores que influenciam a atual formação política de esquerda, a questão econômica, ou de classe, está sempre presente e relacionada às demais formas de opressão.

É preciso reconhecer, todavia, que grande parte dos equívocos estratégicos pertencentes à militância de esquerda podem decorrer de uma circunstância casual de despolitização de seus membros ou de contradições irreconciliáveis relacionadas às divergências estratégicas ou teóricas. É o que demonstram os exemplos de Asad Aider (2019), quando aborda os conflitos do desenvolvimento do movimento negro norte-americano, e de Sabrina Fernandes (2019) que, entre diversos aspectos interessantes sobre a conjuntura recente das esquerdas, evidencia o caráter ultrapolítico¹¹⁰ de diversas formas de manifestação política existentes nos dias de hoje, centradas na criação de antagonismos falsos e não baseados em estruturas sociais, como ocorreria no caso da relação proletariado e capitalista.

Como exemplo de manifestação dessas atitudes, é possível citar a adoção de uma postura “purista” dos militantes (FERNANDES, 2019), comum aos processos de participação em movimentos sociais ou organizações revolucionárias. A atitude purista consistiria em excluir do espaço de convivência política os sujeitos que não compartilham estritamente qualquer dos aspectos relacionados a estratégias de ação, posição social, ou característica identitária de determinados militantes.

¹⁰⁹ Para Mbembe (2014, 2016), a construção da Modernidade europeia e todas as suas instituições correspondentes foi baseada num imaginário fantástico sobre o continente africano (e também americano), o qual, baseado na defesa de uma superioridade cultural europeia e da ideia de sub-humanidade dos povos destas regiões, permitiu a existência de dois regimes paralelos de direitos, dois sistemas políticos completamente distintos, ainda que subordinados ao mesmo Estado. Por outro lado, a desindustrialização, o subemprego, os conflitos envolvendo os refugiados, entre outros aspectos do mundo contemporâneo trazem a realidade colonial para os próprios países “civilizados”.

¹¹⁰ Sabrina Fernandes retira o conceito de ultrapolítica de Žižek, entendendo-o como uma espécie de criação de falsos antagonismos sociais. Apesar de não exemplificar a ultrapolítica para tratar especificamente da chamada política identitária, Sabrina relaciona a ultrapolítica com a adoção de posturas “puristas”, que tenderiam ao isolamento ou desejo de extermínio de seus adversários políticos. Segundo a autora, apesar de ser largamente utilizado por movimentos de extrema-direita no Brasil, a postura ultrapolítica também é verificada na atuação de pessoas de esquerda quando estas se furtam ao antagonismo inerente ao processo político, fechando-se em grupos ou identidades coletivas puras.

Sobre a atitude purista, que também pode, portanto, se manifestar diante de uma diferença constatada de identidades, é tênue a linha que separa uma postura completamente improdutiva de importantes reflexões sobre o papel das identidades hegemônicas nas lutas políticas protagonizadas por membros de minorias. Ainda assim, considera-se possível distingui-las. É o que faz Silvio Almeida (2020), por exemplo, quando retoma a posição de Malcolm X a respeito do papel dos brancos na luta antirracista. O ativista norte-americano considerava oportuna a participação de brancos aliados que estivessem comprometidos com o fim da violência contra negros e com o socialismo, mas ressaltava que esta participação não poderia ocorrer mediante a apropriação das lideranças dos movimentos, tampouco pela adoção da ideia de que a ação política deveria se restringir ao debate público igualitário e sem violência, realidade completamente restrita à branquitude. Sobre a distinção em questão, é importante identificar que a concepção de Malcolm X a respeito da necessidade de lideranças negras ocupando os espaços de lideranças das lutas que os atingem diretamente difere das práticas políticas que clamam por “representatividade”, sob um viés liberal.

Em geral, as reivindicações por representatividade não estão manifestas em nenhuma das perspectivas teóricas mencionadas anteriormente, mas é comum que ativistas considerados de esquerda também se orientem neste sentido. Na prática, ocorre quando as lutas são paralisadas na reivindicação por espaços de representação ou integração dentro da ordem capitalista. No que diz respeito a essa forma de captura, é certo que uma parcela do liberalismo nacional (de inspiração no Partido Democrata norte-americano) tem como plataforma política a adoção de ações afirmativas e outras políticas focalizadas para minorias, as quais se manifestam na forma de políticas públicas, na criação de nichos de mercado que visam o consumo de produtos ou serviços direcionados, ou do discurso de valorização de milionários e celebridades representativos de tais minorias, ressaltando uma postura motivacional.

Identificar a diferença entre estes padrões de comportamento ativista é, portanto, uma importante tarefa dos movimentos sociais considerados de esquerda, apesar das dificuldades envolvidas. De toda forma, parece claro que o amadurecimento de tais confusões no âmbito da militância não ocorrerá mediante o simples abandono das questões relacionadas à identidade, que tendem a encontrar um espaço cada vez maior nos discursos e ações da direita progressista (HAIDER, 2019), conforme as transformações vivenciadas pelo Partido

Democrata dos Estados Unidos na década de 1990¹¹¹, que polarizou o espectro político-ideológico entre duas perspectivas de direita.

Não há como negar, portanto, que a transformação de diversos discursos e posturas de movimentos organizados em senso comum e seu espalhamento por meio de uma iniciativa liberal foi produtora de confusões, estranhamento e limitação do alcance político das pautas de esquerda, todavia, é igualmente preciso reconhecer que até mesmo as perspectivas de mobilização ancoradas exclusivamente em uma questão de classe estão sujeitas a estas contradições.

As diversas correntes de pensamento social sobre o marxismo, por exemplo, e suas respectivas categorias sempre foram muito precariamente traduzidas quando colocadas diante do senso comum e diante da atuação prática da militância. Muitas pessoas consideradas de esquerda em razão de concordarem com a perspectiva da luta de classes não fez a leitura de Marx, não domina seus intérpretes, tampouco a complexidade de seu pensamento. Isso não impediu que muitas das questões pensadas pelo autor influenciasse o comportamento político destas pessoas em diferentes contextos sociais e históricos, a ponto de permitir revoluções sistêmicas ou reformas sociais que diminuíssem o abismo entre as classes.

No contexto atual, portanto, entende-se cada vez mais necessária a aproximação teórica entre o socialismo e sua relação com as opressões que decorrem da percepção das identidades individuais. Conforme explica Haider (2019), citando Foucault e Butler, embora as relações de poder sob uma perspectiva jurídica e liberal sejam comumente enxergadas a partir da interação entre indivíduo e Estado, a construção do sujeito sob um viés individualista não nasce automaticamente, sendo resultado de diversos dispositivos de governabilidade, como os saberes, as instituições, as regras, as práticas, entre outros. O nascimento de um “sujeito”, portanto, está ligado à reação, por parte do mesmo, das inúmeras formas de opressão social às quais está submetido. Mas a possibilidade de experiência de sua liberdade não se encontra relacionada a qualquer iniciativa que possa adotar ou posição social que venha a ocupar, mas no abandono do próprio caráter fixo de sua identidade, da incorporação do discurso popular e revolucionário e da formação de alianças políticas com outros movimentos e subjetividades.

¹¹¹ Apesar de tais transformações, o próprio Partido Democrata vivenciou, nos últimos anos, o aumento de competitividade de um discurso mais socialista em sua plataforma eleitoral, principalmente através da candidatura de Bernie Sanders, que alinhava a necessidade de um Estado interventor e garantidor de bem-estar com questões relacionadas às identidades e ao multiculturalismo.

Assim, além da inexistência de uma incompatibilidade abstrata, no âmbito teórico, é preciso recuperar o fato que grande parte das transformações sociais que costumam ser atribuídas a acontecimentos recentes e locais podem fazer parte de outros ciclos de mobilização mais antigos, alguns de âmbito mundial, nos quais foi possível afirmar a compatibilidade prática entre a militância socialista e as questões ligadas às identidades, seja por meio de alianças concretas entre diferentes movimentos, seja por meio de transformações institucionais e das relações sociais que garantiram uma maior liberdade às minorias. Estes exemplos desconstruem a visão tradicionalmente difundida na perspectiva liberal sobre o poder, no sentido de que o sistema capitalista, apesar de seus defeitos relacionados à desigualdade econômica, seria a forma histórica de configuração social que melhor possibilitaria o exercício das liberdades individuais ligadas às minorias sociais.

3.3.2 A aproximação histórica entre a esquerda classista e as questões identitárias

Conforme visto, uma das formas de deslegitimar a adoção de pautas baseadas na identidade pela perspectiva dos autores que defendem a noção de “guerras híbridas” ou de que os movimentos identitários contemporâneos manteriam o mesmo grau de truculência e autoritarismo da extrema-direita (RISÉRIO, 2020), seria a ideia de que o seu crescimento recente, no âmbito dos discursos e das práticas coletivas seria responsável pelo enfraquecimento da esquerda perante a população, na medida em que os valores defendidos por estes novos movimentos não encontrariam eco na sociedade brasileira.

Ao recortarem temporalmente as transformações recentes do ativismo identitário no ciclo de protestos atual, estes autores tentam estabelecer uma relação direta entre as modificações políticas mais recentes, de inclinação ao fascismo de direita, e o suposto “aparecimento” de pautas estranhas ao repertório de esquerda na contemporaneidade. Essas leituras parecem ignorar a aproximação histórica entre movimentos de trabalhadores, partidos de esquerda (comunistas, socialistas ou social-democratas) e outras formas de engajamento militante que não eram centrados apenas na construção de subjetividades de trabalhadores camponeses e industriais (geralmente de homens brancos). Além disso, ignoram igualmente as experiências históricas socialistas marcadas pela instauração de relações sociais mais

igualitárias entre as diferentes identidades étnicas, raciais ou de gênero, na medida em que estas preocupações são tomadas como contrárias aos interesses da esquerda.

No contexto norte-americano, Assad Haider (2019) demonstra como a militância do coletivo Combahee River pretendia articular as subjetividades políticas em ascensão nas décadas de 1960 e 1970 na formação de um movimento popular, anticapitalista, que promovesse uma leitura histórica das opressões a partir de um recorte baseado no feminismo negro. Em sua crítica ao feminismo tradicional, o coletivo procurava aumentar a complexidade da crítica às formas de opressão, abordando questões relacionadas ao colonialismo e ao racismo que, apesar de estarem diretamente ligadas ao surgimento do capitalismo e à desigualdade de gênero. Entretanto, assim como nos dias de hoje, as dificuldades históricas do movimento se relacionaram com o foco excessivo nos antagonismos existentes entre movimentos potencialmente aliados, o que decorria tanto de uma postura individualista por parte de alguns militantes, quanto da ação deliberada de seus opositores no sentido de dividi-los, criminalizá-los e retirar sua capacidade de sobrevivência autônoma ao longo do tempo.

Para Haider, foi através da percepção das relações raciais que os negros norte-americanos pensaram e reagiram de forma organizada às estruturas de opressão, o que seria uma condição objetiva de sua própria situação de classe naquele país. Góes (2017), por sua vez, aborda que, em 1918, Lenin já havia denunciado por meio de seus escritos as condições precárias da população negra norte-americana, disfarçada sob o manto da igualdade formal. Como consequência, constatava a necessidade de apoio soviético aos movimentos populares norte-americanos, entre eles o movimento negro. O mesmo autor aponta que os reflexos da revolução de outubro foram incorporados lentamente na atuação do movimento negro norte-americano, que em sua origem era focado no aspecto pan-africanista. Segundo Haider (2019) e Góes (2017) o sindicalismo embrionário dos EUA não aceitava a participação dos negros nas ações coletivas de cunho classista à época. Em razão deste fato, a elaboração de uma perspectiva que unia as questões discriminatórias ao socialismo vieram posteriormente, após as primeiras reivindicações por igualdade das condições de trabalho (mas ainda no início do século XX) e atingiram seu auge durante os anos 1960, durante a emergência do feminismo negro.

Neste sentido, é preciso ainda ressaltar que grande parte do declínio da efervescência política ocorrida nos anos posteriores a 1960, no contexto norte-americano, não decorreu da

mistura de diferentes pautas e movimentos no âmbito da esquerda, mas justamente da ação deliberada por parte do próprio governo em separá-los, desorganizá-los, persegui-los e assassinar suas lideranças, especialmente aquelas que poderiam representar uma ponte entre as diferentes demandas e formas de opressão, como no caso de Malcolm X e Fred Hampton, por exemplo.

No Brasil, a história do movimento negro é ainda mais complexa, levando em consideração os antagonismos com outros movimentos e com as próprias chaves de leitura sobre o processo de formação do país. Conforme demonstram Góes e Gonçalves (2017), a repercussão das teses de Lênin como perspectiva interpretativa da condição do negro na América e a necessidade de incorporação desta luta na construção do socialismo não atingiu o mesmo sucesso aqui que teria ocorrido nos Estados Unidos, o que teria afastado o movimento negro em suas origens da perspectiva socialista. No Brasil, conforme Domingues (2007), o movimento negro organizado passou por diversas fases, tendo se aproximado, inicialmente da direita política e do nacionalismo getulista durante o período de maior destaque da Frente Negra Brasileira. Segundo o mesmo autor, nas décadas anteriores à Ditadura Militar, o movimento negro começou a promover uma forma de luta mais voltada para o combate à discriminação e ao racismo, bem como para a valorização do papel da cultura africana na formação do Brasil, mas sempre por um viés de centro e integracionista¹¹².

A partir dos anos 1970, o movimento negro passa a contar com uma aproximação com a esquerda política e possui uma linha de atuação influenciada pelo internacionalismo, pela relação entre o capitalismo e a escravidão e pela valorização da identidade étnica de origem africana (DOMINGUES, 2007). Este período é responsável por abalar certas leituras hegemônicas sobre a existência de uma integração pacífica do negro na sociedade brasileira, tendo servido ainda como período de intensas conquistas institucionais, o que demonstra os benefícios da aproximação entre as diversas perspectivas de mobilização quando se reconhecem como de esquerda.

Com relação à aproximação histórica entre movimentos ligados ao gênero (feminista e LGBTQIA+), é preciso atentar para o fato de que apesar de grande parte do ativismo e da produção teórica feminista estar inserida em uma atmosfera liberal desde a sua origem, no âmbito prático, diversos acontecimentos históricos apontam para a formulação de agendas

¹¹² Tanto Domingues (2007) quanto Góes e Gonçalves (2017) apontam para o distanciamento entre o movimento negro e os movimentos e partidos mais próximos do marxismo neste período.

comuns entre movimentos classistas (sindicatos e partidos de esquerda) e movimentos de mulheres, além de demonstrarem melhores condições de vida em algumas das experiências socialistas. Sobre esta última afirmação, importa destacar as contribuições de Ghodsee (2021) e Wolf (2021) na desmistificação de que o marxismo desconsidera ou relega as questões de gênero a um patamar de menor importância, com base na crítica – principalmente anarquista – a práticas específicas e contextuais dos governos de Fidel Castro, Mao Tse-Tung e Josef Stalin, desconsiderando as experiências positivas neste âmbito vivenciadas tanto no período de Lênin na revolução russa, como nas experiências socialistas de outros países do leste europeu.

No contexto brasileiro, assim como em grande parte do mundo, parte das reflexões originárias relativas ao feminismo no país¹¹³, por exemplo, foram promovidas por mulheres do movimento anarco-sindicalista (RAGO, 1996). Além deste fato, também é verdade que os séculos XIX e XX foram marcados pelo surgimento das primeiras publicações feministas sob uma perspectiva liberal, as quais, apesar de sua tendência à universalização da condição da mulher burguesa, compartilhavam algumas reivindicações e argumentos do feminismo operário do início do século XX¹¹⁴, principalmente no que diz respeito à ampliação da participação da mulher em alguns espaços pertencentes à esfera pública, em especial, no trabalho e na formação acadêmica.

O predomínio da forma embrionária de feminismo, que mesclava reivindicações de mulheres anarquistas e liberais se desenvolveu até o surgimento do feminismo organizado e o ciclo de protestos ligado a maio de 1968, no qual, não apenas as questões privadas invadem definitivamente a esfera pública, mas também se forma uma subjetividade de esquerda que busca ligar, no âmbito teórico e prático, as diversas lutas. No Brasil, segundo Hollanda (2019), nas décadas de 1960 e 1970, a criação dos “grupos de estudo” sobre temas feministas por pesquisadoras criou um processo de retroalimentação entre a ação da militância de

¹¹³ Apesar do papel de destaque das trabalhadoras anarquistas na construção do feminismo embrionário brasileiro, os primeiros registros de um ativismo feminino voltado para a igualdade de gênero no Brasil remetem às publicações autorais e traduções realizadas por Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto.

¹¹⁴ O compartilhamento de reivindicações pelo movimento feminista liberal e anarco-sindicalista até o início do século XX, no Brasil, se esgotava nos limites expostos, diferindo-se significativamente, por outro lado, nos papéis de gênero destinados à mulher nas relações afetivas. Conforme demonstra Rago (1996), o feminismo liberal elaborava um tipo ideal e universal de mulher em suas publicações, que aliava o interesse por assuntos “modernos”, requerendo a referida participação na esfera pública, com o papel de esposa submissa e responsável eternamente pela harmonia do lar, na esfera privada. Ao contrário do movimento anarco-sindicalista, por sua vez, que já reivindicava a noção de amor livre, a possibilidade de dissolução da relação conjugal e a contestação de diversos papéis de gênero baseados no sexo.

esquerda e as reflexões acadêmicas ligadas ao feminismo, no Brasil. O contexto de oposição ao regime ditatorial empresarial-militar, por sua vez, seria responsável por gerar uma nova aproximação entre os movimentos católicos e comunistas e o então incipiente feminismo organizado brasileiro.

É importante destacar que de uma das características das primeiras manifestações do chamado feminismo organizado brasileiro, segundo Hollanda (2019) e Ávila (2019), tanto no âmbito acadêmico quanto no militante, era, ainda, a hegemonia das perspectivas que uniam as categorias marxistas ao feminismo, o que acabou por restringir as discussões mais voltadas para a liberdade sexual da mulher, o aborto, e outros aspectos existenciais restritos aos grupos de discussão entre mulheres existentes, estes mais heterogêneos. A união da visão marxista, dos movimentos religiosos e do feminismo embrionário brasileiro fez com que o crescimento do feminismo no Brasil se estabelecesse, durante vários anos, sob bases de uma esquerda mais tradicional, enfatizando questões relacionadas ao trabalho feminino, e ao papel do Estado na elaboração de políticas direcionadas à mulher.

As obras de referência que representavam os primeiros trabalhos das ciências sociais brasileiras sob uma perspectiva feminista – como a obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Saffioti – buscavam, portanto, como resultado da hegemonia teórica existente na academia brasileira, se legitimar no arcabouço teórico do marxismo, o que fazia com que diversas questões ligadas à chamada cidadania reprodutiva não fizessem parte dos trabalhos e das agendas políticas naquele momento. Além disso, segundo Pinto (2014b) e Teles (2017), havia um certo desconforto nas próprias acadêmicas pioneiras do feminismo brasileiro em se reconhecerem como “feministas”, em razão da suposta radicalidade comportamental que envolvia o termo.

Segundo estas autoras, o debate feminista a respeito dos direitos reprodutivos e o aumento da complexidade das pautas feministas no Brasil toma lugar nos anos 1980, com o retorno das ativistas e acadêmicas feministas exiladas (principalmente na Europa), e ganha especial expressividade nas reuniões da assembleia constituinte de 1988. Os congressos de mulheres realizados em diversas capitais do país na década de 1980, por sua vez, foram importantes ferramentas de ampliação das perspectivas feministas de esquerda no Brasil, o que fez com que emergissem novas categorias de problemas. Um dos principais deles diz respeito à relação entre a militância feminista e os partidos tradicionais de esquerda, conforme

elucida Teles (2017). Segundo a ativista, a tentativa de captura dos debates e das ações pelos partidos visando fins institucionais e eleitorais foi o principal motivo de desmotivação naquele tempo, tendo perdurado em grande parte dos movimentos sociais tradicionais até os dias de hoje.

No âmbito destas tentativas de captura, os militantes eram confrontados com argumentos que evocavam o caráter conservador da sociedade brasileira, o que traria dificuldades eleitorais para os partidos ou relacionadas à adesão da classe trabalhadora aos processos revolucionários. Neste sentido, as demandas dos movimentos sociais baseados nas identidades eram sempre as primeiras a serem exigidas para que fossem suprimidas, pois a conquista de posições institucionais seria mais importante, de modo geral, para o avanço das diversas lutas.

Apesar dos problemas narrados, e do próprio esfriamento do feminismo brasileiro no final dos anos 1980 (TELES, 2017), contudo, é inegável que os conflitos, as experiências e a movimentação identitária ocorrida neste contexto auxiliou tanto na construção de transformações culturais, sociais e legislativas quanto na popularização de determinados saberes antes restritos aos encontros entre acadêmicos e/ou militantes.

No âmbito dos movimentos LGBTQIA+ e sua história no Brasil, Edward Mcrae (2018) e James Green (2018) também apontam uma aproximação de origem entre os militantes do movimento LGBTQIA+ (em suas formas mais precoces) e a esquerda política, relação a qual também teria sido permeada por diversos problemas¹¹⁵. Assim como no caso dos movimentos feministas, os anos 1970 teriam sido férteis para a construção de organizações LGBT no Brasil, que se caracterizavam, em sua parte organizada, pela criação de publicações em defesa da homossexualidade, como *Lampião* e por grupos de ativismo e debates como o *Somos*. Além disso, o período foi marcado pela chamada “movimentação homossexual” que correspondia às iniciativas de contestação social ocorridas nos guetos homossexuais, por meio de novas práticas culturais, novos tipos de relações afetivas e pela discussão das vivências em intercâmbio com outros movimentos de minorias.

Ao abordar o caráter ultralibertário do *Somos*, Mcrae (2018) também aborda os referidos problemas que afligiram a ação coletiva de esquerda em um período mais recente,

¹¹⁵ James Green (2018) ressalta que parte dos ativistas LGBT (entre os quais, o próprio Green) possuíam, desde o início da organização do movimento no Brasil, uma intenção de integração entre suas lutas e as de outras minorias. O autor menciona, ainda, que a inexistência referencial de teorias que interseccionavam as opressões entre os militantes, à época, dificultavam a conciliação os diversos antagonismos ideológicos e sociais existentes entre estes.

principalmente, no que se relaciona à busca por autonomia e horizontalidade e pela conquista de transformações sociais por meio da atuação de movimentos sociais autônomos e das respectivas redes de afeto que se formaram a partir das participações nestes movimentos. No caso de grupos como o Somos, o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, o autor destaca que, apesar de suas dificuldades em permanecer no tempo, justamente em razão de sua recusa à estrutura burocrática de movimentos de esquerda tradicionais, o número escasso de militantes, e o repertório de ativismo baseado em performances culturais e corporais, estes grupos influenciaram em grande parte o reconhecimento dos direitos ligados às minorias LGBT, no Brasil¹¹⁶.

Diante desse contexto, é possível notar grande parte das dificuldades na criação de uma subjetividade conciliatória das diversas formas de opressão (inclusive as de classe) geradoras de engajamento em movimentos sociais existem há muitas décadas, não sendo características do “identitarismo” mais recente, o que não um foi fator impeditivo de diferentes experiências de conciliação e compatibilidade entre as diversas formas de luta. Além disso, observa-se que as dificuldades enfrentadas se relacionavam mais com as estratégias de captura dos movimentos sociais consolidados (visando fins institucionais ou revolucionários), ou das perspectivas liberais sobre as minorias ligadas ao gênero, do que propriamente posturas puristas dos militantes, tendo em vista a grande presença de filiados ou simpatizantes de partidos de esquerda nas mobilizações de movimentos sociais deste período.

Com base no exposto, verifica-se, assim, que a bibliografia relacionada à história dos movimentos sociais negro, feministas e LGBTQIA+ demonstra uma aproximação dos partidos e movimentos de esquerda aos movimentos e as lutas por igualdade, o que não teria ocorrido sem maiores complicações, entretanto. A aproximação das lutas de gênero e de raça com a perspectiva de esquerda apresentou, desde sempre, tensões relacionadas às perspectivas teórica e ideológica dos ativistas, às estruturas de atuação dos movimentos e, principalmente, às tentativas de cooptação e direcionamento das lutas por movimentos sociais tradicionais, o que permitia o bloqueio de um ativismo mais radical e, conseqüentemente, de transformações sociais que significassem prejuízos eleitorais ou de posições institucionais alcançadas pela esquerda. Além disso, a existência de uma perspectiva liberal sobre as as questões identitárias

¹¹⁶ Como consequência deste contexto, o autor cita a retirada do CID correspondente à homossexualidade no INAMPS, bem como a criação de uma homossexualidade isenta de culpa, cada vez mais aceita na sociedade brasileira.

fez com que grande parte da atuação destes movimentos ainda flertasse com o reconhecimento de uma “respeitabilidade social”.

Considerando estes aspectos, torna-se relevante questionar se alguns dos equívocos apontados no capítulo anterior, relacionados às escolhas dos movimentos tradicionais durante o período das Manifestações de Junho, não seriam mais relevantes para explicar a perda de hegemonia da esquerda perante a sociedade nos últimos anos do que a propiamente adoção de agendas relacionadas às identidades por parte da esquerda.

Entre estes equívocos, destaca-se a ausência de alternativas de canalização, à esquerda, das críticas realizadas em 2013 a respeito dos limites e vicissitudes da democracia liberal. Conforme visto, os últimos anos foram fundamentais para posicionar a esquerda partidária na defesa das instituições e de personagens responsáveis pela manutenção de uma agenda econômica e de um perfil de Estado voltado para a preservação dos interesses de elites econômicas e dos cacifes políticos que sobrevivem do sistema político tal como ele é. Em parte, pelo predomínio da identificação do eleitorado de esquerda com o Partido dos Trabalhadores, cujos interesses estiveram mais em retomar as condições eleitorais (de provável vitória) de Lula do que propiamente propor a construção de novas institucionalidades e alternativas econômicas ao desmonte do pacto social de 1988¹¹⁷. De outra parte, porque as opções eleitorais distintas do PT no âmbito da esquerda são bem menos competitivas no âmbito de cargos executivos ou ainda mais incoerentes do que o próprio PT no que tange à vinculação de seus membros a uma visão política crítica ao capitalismo, em qualquer sentido que se tome.

Do lado da extrema-direita, conforme bem abordado por Sabrina Fernandes (2019), o vazio deixado pela crítica à representação foi inicialmente ocupado pela postura pós-política, que favoreceu as interpretações economicistas e tecnocratas, bem como pelas narrativas de incentivo à lava-jato e de moralismo judiciário em combate à política tradicional¹¹⁸. Posteriormente, estas narrativas foram substituídas ou incrementadas pelas narrativas ultrapolíticas, que conseguiram, por meio da polarização constante e da manutenção do fortalecimento de um discurso “revolucionário” de extrema-direita, condensar um discurso

¹¹⁷ No ano que antecede as eleições presidenciais, o ex-presidente Lula afirmou sempre ter pertencido ao centro político (GHIROTTI, 2021). Além disso, suas recentes movimentações e alianças no ano de 2021 continuam a apontar para a confiança na contenção dos antagonismos pela retórica pacifista e a perspectiva de alianças com forças de direita que garantiriam sua governabilidade.

¹¹⁸ Sabrina Fernandes trabalha com uma perspectiva eminentemente crítica das categorias em questão, apostando na possibilidade de acessar uma racionalidade política isenta de tais equívocos.

capaz de criar comunistas em toda parte (inclusive na própria direita), além de associá-los à corrupção, desordem e depravação moral.

O sucesso da segunda estratégia resultou num ensaio de quebra da institucionalidade (liberal) brasileira no dia 07 de setembro de 2021, em que uma parcela considerável de apoiadores do presidente Bolsonaro, entre os quais, grande parte composta por caminhoneiros, flertou com a possibilidade destituição dos ministros do STF¹¹⁹. No âmbito da esquerda, as manifestações não contaram com o apoio significativo dos grandes partidos, focados na defesa da institucionalidade, mas foram respondidas por grande parte dos movimentos sociais tradicionais (compostos apenas por sua vanguarda), estudantis, coletivos e movimentos de juventude (com destaque para a crescente juventude do PCB).

Por último, considera-se oportuno ressaltar que o processo de afastamento das bases populares em relação à esquerda se relaciona, em grande medida, com as transformações do modelo capitalista atual – antes industrial, agora financeiro – o que repercute de forma significativa no modo de construção das subjetividades políticas contemporâneas, que são facilmente atraídas pelo hiperconsumismo e pelas promessas de enriquecimento decorrentes da popularização das formas de investimento atuais. Diante deste cenário, se antes a obtenção de consciência de classe podia se ligar ao compartilhamento do espaço e da reação ao poder disciplinar nas fábricas, nos dias de hoje, a percepção das formas de dominação ligadas à construção de si – âmbito da política de identidades – pode constituir o primeiro passo na identificação de hierarquias sociais mais amplas, servindo, portanto, não como um bloqueio das questões de classe, mas provavelmente como uma porta de entrada.

3.3.3 A formação de lideranças políticas coerentes na identificação e integração das formas de opressão contemporâneas

Como último argumento contrário à tese de que a ação política identitária tem papel relevante no enfraquecimento da esquerda nos últimos anos, destaca-se o fato de que o período de maior acirramento das questões identitárias no âmbito político brasileiro coincidiu com o surgimento de novas lideranças políticas de destaque nos partidos políticos de

¹¹⁹ O que não se concretizou pela não adesão do alto escalão das forças armadas, pela reação dos movimentos de esquerda que foram às ruas, pela reação do STF e pelo risco iminente de prejudicar os interesses de setores econômicos poderosos não ligados ao agronegócio.

esquerda, promovendo novas formas de identificação e politização do eleitorado que não ocultavam ou diminuíaam a importância de questões econômicas quando comparadas com a atuação de outras lideranças políticas de esquerda.

No contexto político pós-2013, ao vivenciarmos a chamada “primavera feminista” brasileira, representada, principalmente, pelo ano de 2015, além dos efeitos já mencionados no início desta seção (crescimento de campanhas e protestos de cunho feminista e LGBTQIA+), testemunhamos o surgimento de diversas lideranças políticas de esquerda que alinhavam símbolos e pautas dos movimentos negro, feministas e/ou LGBTQIA+ com o posicionamento anticapitalista e antineoliberal, em termos muito mais coerentes, em termos econômicos¹²⁰, do que diversos atores políticos oriundos do meio sindical¹²¹, ou de outras formas, ligados às classes populares¹²². Este fato serve para reforçar a hipótese de que o recuo das questões de classe no âmbito da esquerda pouco tem a ver com a adoção de discursos identitaristas no âmbito dos partidos, pelo menos no contexto brasileiro.

Sobre este movimento, do qual o PSOL talvez seja o principal expoente entre os partidos, é importante recuperar que o período pós 2013 foi responsável por fazer surgir ou projetar nacionalmente diversos atores e atrizes políticas que apresentavam exatamente as características mencionadas, como Jean Wyllys, Manuela D’ávila, Talíria Petrone, Fernanda Melchionna, Sâmia Bonfim e, principalmente, Marielle Franco, além de outras tantas num contexto ainda mais recente¹²³. Todos estes atores e atrizes articularam de forma habilidosa as questões tradicionalmente pertencentes ao campo da esquerda, como a garantia de direitos e proteção social aos mais pobres, a partir de perspectivas relacionadas ao próprio corpo, às próprias experiências, destacando hierarquias sociais cotidianas, nos espaços doméstico e de trabalho, além de formas de violência de gênero, racistas, classistas, explícitas ou não.

No âmbito dessas lideranças, é preciso destacar a importância de Marielle Franco, que além de sua própria existência e relevância política representarem uma síntese muito potente das questões populares e de classe com as questões identitárias no Brasil – Marielle era moradora e liderança de comunidade, pesquisadora, lésbica e negra – suas reflexões políticas e acadêmicas refletiam exatamente sobre a necessidade da esquerda organizada

¹²⁰ A grande maioria destas lideranças foi contrária ao avanço da agenda reformista ocorrida no Brasil desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff e continuada nos governos posteriores com ampla maioria no Congresso.

¹²¹ Como Paulinho da Força Sindical, por exemplo.

¹²² Como as lideranças políticas ligadas a igrejas evangélicas neopentecostais, por exemplo, tradicionalmente ligadas à direita.

¹²³ Entre as quais cita-se Duda Salabert, Erica Malunguinho, Erika Hilton.

estabelecer uma ligação com os movimentos e com as mulheres de periferia a partir das próprias realidades vivenciadas e demandas que construía. Segundo a autora, tratava-se de uma forma de resistência e de construção de narrativas alternativas ao reacionarismo em crescimento na época:

As mulheres negras, moradoras das periferias e favelas, são ativas nos cenários políticos, culturais e artísticos da cidade. Ainda que a luta/ativismo/militância por elas protagonizada seja inicialmente relacionada às questões locais e intimamente “linkada” às condições objetivas e subjetivas das suas vidas no território, conquistam dimensões fundamentais para avançar as condições locais, alcançando impacto em toda a cidade. Nesse sentido, há várias mulheres faveladas que se destacam e ultrapassam, em ações e representações, o ambiente que predominam em suas vidas. Tal fenômeno, por sua vez, não é determinado por questões estritamente individuais, por serem iluminadas ou especiais, mas por uma questão de trajetórias, encontros, percepções de si, do outro, oportunidades, articulação e inserção nas questões sociais. E, com ênfase afirmativa, tal fenômeno, que se encontrava em ascensão no momento pré-golpe, traz, para a esquerda, o desafio de manter esse crescimento para superar a onda conservadora que predomina hoje no País. (FRANCO, 2017, p. 92)

Ao traçar as estratégias de resistência ao avanço da aliança entre o capital e o reacionarismo brasileiro no contexto pós-impeachment, Marielle Franco destacava, portanto, como uma das principais medidas a ser adotada pela esquerda, trabalhar para a ampliação da participação das mulheres faveladas no âmbito das ações coletivas em todo Brasil, diante da importância simbólica e estrutural da ascensão destes corpos nos espaços de poder.

A aproximação proposta e vivenciada por Marielle apontava para o reconhecimento de um novo elo de identificação entre as classes populares e a esquerda. Neste novo elo, a representação das classes populares seria centrada na figura das mulheres periféricas e de suas experiências na superação dos trabalhos precários, nas violências raciais cotidianas e na quase total ausência do Estado como promotor de políticas públicas direcionadas para esta população. Mas esta representação, todavia, não era elaborada de maneira a considerá-las como clientes de um discurso ou de uma proposta de governo¹²⁴, mas como construtoras da própria subjetividade política, reagindo à hierarquia das estruturas sociais, aos silenciamentos, ao mesmo tempo em que se envolviam em reivindicações por espaços de poder e de liderança dentro do próprio âmbito da esquerda¹²⁵. Neste sentido, ao recuperarmos que um dos sentidos

¹²⁴ Como são feitas, geralmente, as abordagens clientelistas das estratégias tradicionais de marketing político.

¹²⁵ Compreende-se, aqui, que a reivindicação por protagonismo de mulheres periféricas dentro do âmbito político de partidos de esquerda não representa a mesma proposta de representatividade voltada para exposições de consumo, discursos motivacionais e outras manifestações da representatividade liberal.

de Junho consistia na crítica ao vazio da representação política própria da forma de funcionamento da democracia liberal, o processo de crescimento do ativismo de gênero nas periferias representado pela figura de Marielle serve como mais um efeito positivo atribuível ao contexto das manifestações.

Considerando as transformações apontadas, é possível perceber que os anos posteriores a 2013 também foram especialmente significativos para a emergência de uma consciência antirracista¹²⁶ e feminista no âmbito da esquerda, que se espalhou em parte da sociedade brasileira. Ao considerarmos este fenômeno como um processo, podemos decompô-lo, ainda, em diversas etapas, pautas ou camadas. Começando pela defesa das ações afirmativas no contexto mais próximo às manifestações e passando pela descoberta dos mecanismos sociais de diminuição ou desvalorização da negritude, sobre os quais foram elaborados discursos e atitudes de orgulho e autoafirmação, o processo foi influenciado, ainda, pela denúncia dos procedimentos sociais de silenciamento e da sexualização dos negros, pelo combate ao racismo recreativo e pela reconstrução das perspectivas históricas dos vencidos. Até mesmo sobre a noção de racismo estrutural e sua relação com a forma capitalista, sobre a qual muito ainda precisa ser aprofundado, é possível constatar sua inserção cada vez maior no âmbito da esfera pública. No contexto eleitoral, por sua vez, é importante mencionar o aumento expressivo de candidaturas feministas e LGBTQIA+ no âmbito dos partidos de esquerda. Em especial, as eleições de 2020 demonstraram um incremento significativo da diversidade nas candidaturas (LUPION, 2020).

Apesar da relativa facilidade em admitir alguns dos aspectos aqui apontados, considera-se necessário refletir novamente sobre alguns *dos insights* e das conclusões possíveis de serem feitas sobre o percurso realizado até aqui, sob a tutela das perspectivas teóricas e metodológicas que guiaram a definição do objeto da presente tese ao longo da pesquisa.

¹²⁶ Sobre este ponto, Calderón e Castells (2021) fazem um recente resgate histórico sobre o desenvolvimento da subjetividade antirracista capitaneada pelo movimento afro-brasileiro desde a década de 1970, paralelamente à emergência de movimentos indígenas em outros contextos, mas que foram intensificados com a transformação da esfera pública ocasionada pelo protagonismo das redes digitais como forma de expressão política, desde 2020.

3.4 ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES SOBRE OS EFEITOS DE JUNHO NAS TRANSFORMAÇÕES DO ATIVISMO DE ESQUERDA

Ao abordarmos os argumentos que questionam a noção de que a política de identidades seria a principal responsável pelo enfraquecimento da esquerda perante a sociedade nos últimos anos, foram apontados acontecimentos e transformações políticas de âmbito nacional que colocam em xeque as simplificações comuns a este âmbito do político contemporâneo. Estas simplificações parecem decorrer da mesma linha interpretativa daquelas que atribuíam às Manifestações de Junho o caráter de movimentos orquestrados de direita destinados a amputar os processos revolucionários ou transformadores em curso, e que foi analisada no capítulo 2 da tese.

Retomando a perspectiva desenvolvida por Bringel (2013 e 2015) a respeito das leituras hegemônicas, e Touraine (2009), em sua crítica ao discurso interpretativo dominante, é provável que análises políticas assim desenvolvidas sejam marcadas pela forte influência das teorias estruturais-funcionalistas no âmbito acadêmico, consideradas como detentoras de uma superioridade descritiva da sociedade e de seus elementos, bem como da utilização determinista do marxismo, por meio da qual se nega a possibilidade de construção da realidade social pelo ator, na medida em que condicionaria essa realidade às grandes estruturas e aos determinismos previamente identificados por suas categorias, tornando os processos de subjetivação, de tão exigentes, impossíveis de serem realizados na prática. O papel do intérprete social e político, nestes casos, corresponderia a uma espécie de lamentador profissional das incapacidades de transformação social pelo sujeito.

Entende-se, contudo, que o sucesso do marxismo no âmbito acadêmico extrapola o próprio fato de corresponder a uma das melhores descrições da transição da Idade Média para a Modernidade a partir das transformações dos modos de produção. Sua perspectiva teórica e política a respeito do funcionamento do poder dentro de uma sociedade burguesa permitiu o desenvolvimento de estratégias de ação capazes de guiar os rumos das transformações sociais em grande parte do século XX, principalmente após as contribuições do Leninismo, em diversos contextos políticos.

Um dos grandes méritos do que se conhece como marxismo, portanto, não está em sua capacidade de prever o rumo da história a partir de leis sociais que imitariam as leis

naturais, cabendo ao intérprete social somente identificar estas leis, mas por fornecer uma abordagem teórica sobre o sujeito e sobre a ação social que fosse (e ainda é) compreendida em sua interação com a realidade material, e que foi adotada e posta em movimento, com inúmeras adaptações, por aqueles que se debruçavam academicamente, politicamente ou se vinculavam, de alguma maneira, nas estruturas sociais analisadas pelo autor.

Ao contrário do caráter benéfico da perspectiva marxista, as leituras hegemônicas atuam sempre no sentido de desqualificar os eventos, os sujeitos, os movimentos e os discursos criados¹²⁷, na medida em que não resultariam na superação do modelo de sociedade, tampouco das estruturas de dominação existentes (SOUZA, 2017, 2018). Com base neste pressuposto, sempre que as expectativas revolucionárias levantadas por parte da esquerda fracassam, apressam-se em apontar responsáveis pelo desvirtuamento dos caminhos, que teriam atrapalhado o “curso natural” da revolução. Esse discurso vai ao encontro das perspectivas demasiadamente institucionais (HORTA, 2017, 2018), que parecem considerar que a vitória nas eleições é o único objetivo a ser perseguido pela esquerda.

Por outro lado, as perspectivas otimistas superdimensionam o papel dos grandes protestos como indícios de um processo revolucionário, negligenciando a importância da política institucional e eleitoral na consolidação das conquistas obtidas por meio das lutas sociais mais amplas. Algumas delas ainda negligenciam que os processos insurrecionários são disputados ideologicamente, podendo pendular para qualquer lado do espectro ideológico, o que resulta na recorrente frustração de expectativas a respeito das possibilidades de mudança social a partir das novas formas de ativismo.

Os acontecimentos narrados neste capítulo 3, todavia, ajudam a demonstrar que as manifestações produziram consequências positivas em relação à esquerda, seja no âmbito institucional (vitória do PT nas eleições e transformações legislativas em um sentido antineoliberal), na expansão de suas recentes demandas perante a sociedade (primavera feminista, ocupações secundaristas), ou mediante a possibilidade integração entre diversas perspectivas de luta (formação de lideranças coerentes na articulação entre identidades e classe), diminuindo o suposto abismo entre as questões econômicas e culturais. Demonstraram, ainda, o aumento de conscientização a respeito dos limites das possibilidades

¹²⁷ O que se reflete, por exemplo, na acusação de que os movimentos identitários são prejudiciais ao crescimento da esquerda, ou na negação das contradições que perpassam a atuação de governos de esquerda e movimentos sociais tradicionais.

de transformação social a partir da ocupação e do apoio a governos/partidos, em especial, quando abordou os problemas relacionados ao presidencialismo de coalizão e ao Lulismo.

Como forma de complementar o mapeamento das consequências positivas das Manifestações de Junho no âmbito da esquerda, considerando aspectos não tratados na bibliografia sobre o tema (especificidades locais dos efeitos de junho, aspecto multidimensional destes efeitos, predominância da mobilização por meio de coletivos), o estudo passa a abordar de que maneira a criação de coletivos no município de Governador Valadares se relaciona com o contexto político descrito, confirmando ou afastando as chaves de leitura hegemônicas e críticas ao capitalismo, que se relacionam com o tema.

A relevância dos coletivos para o cumprimento deste propósito é justificada não apenas pela constatação de que o surgimento destes movimentos seria um efeito diretamente vinculado às Jornadas Brasileiras (PEREZ, 2019), mas também por incorporarem grande parte das características que promovem dificuldades interpretativas a respeito das características e efeitos do ciclo de protestos em questão, como sua possível rejeição à institucionalidade e à política eleitoral e seu caráter predominantemente identitário.

4 O CONTEXTO POLÍTICO DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DO ATIVISMO CONTEMPORÂNEO

De acordo com a divisão estabelecida em 2017 pelo IBGE relativa às regiões geográficas intermediárias e mediatas do Estado de Minas Gerais, o município de Governador Valadares está situado na região conhecida como Vale do Rio Doce, sendo o referido município o representante de uma microrregião que interliga diversas outras cidades menores, servindo como centro de deslocamento de pessoas em busca de bens, serviços e trabalho na referida mesorregião.

A região do Vale do Rio Doce foi uma das últimas a serem exploradas no Estado, o que, em grande parte, se devia à existência de uma grande reserva de Mata Atlântica que dificultava o acesso durante o período colonial, bem como à forte presença indígena dos “aimorés” ou “botocudos”. Segundo Espindola (1998), no contexto de guerra ofensiva à referida linhagem indígena pela corte portuguesa, no início do século XIX, surgiram as primeiras ocupações permanentes no território que, mais tarde, viria a abrigar o município¹²⁸.

De acordo como o mesmo autor, a dinâmica de ocupação da região teria permanecido desacelerada até meados do século XX, servindo a mesma apenas como um “entreposto comercial” de uma pequena produção agropecuária. Na década de 1930, com a conclusão da construção da Estrada de Ferro que visava o escoamento do minério de parte da região para o Espírito Santo, o território em questão é alçado à categoria de município (primeiramente, não sob a alcunha de Governador Valadares), iniciando o processo de aceleração da ocupação que marcou as décadas posteriores.

A cidade de Governador Valadares, assim chamada no final dos anos 1930, é caracterizada por diferentes aspectos de identidade ao longo de sua história, sendo uma das mais relevantes a existência de um intenso fluxo migratório de pessoas para os Estados Unidos da América ocorrido, principalmente, a partir dos anos 1980 (SIQUEIRA et al., 2010). Todavia, antes de se tornar conhecida por este aspecto, o município foi marcado por um intenso processo de exploração dos recursos naturais de sua região durante os anos de 1930 a 1960, seja a partir do desenvolvimento da pecuária extensiva (ESPINDOLA e WENDLING,

¹²⁸ A “guerra aos botocudos” é normalmente conhecida como um período inicial, de décadas, relacionado à colonização da região, porém, segundo Krenak (2009) a guerra aos botocudos é um processo histórico que existe há aproximadamente 300 anos, produzindo efeitos na vida dos descendentes dos “botocudos”, entre os quais, os krenak.

2008), seja em razão dos reflexos da mineração (ESPINDOLA, 2015), sendo ambas responsáveis pelo atual colapso ambiental do território¹²⁹.

As características socioeconômicas de exploração da região estabeleceram os contornos dos principais conflitos sociais e políticos ocorridos, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960, época em que a luta pela terra entre posseiros e grileiros assumiu caráter de destaque (MORAIS, 2013). Na inexistência de uma política e de uma regulação eficiente e justa das terras devolutas do Estado no século XX, a interação entre os interesses da indústria siderúrgica, madeireira e dos militares que foram se tornando latifundiários contribuiu para o assassinato ou para a destituição das terras de inúmeras famílias de pequenos camponeses que haviam se tornado posseiros em anos anteriores (BORGES, 2004).

No que diz respeito às subjetividades políticas de esquerda construídas durante esse período no local onde hoje é o município, nota-se o predomínio do trabalhador rural organizado, apesar do papel direto ou indireto da indústria siderúrgica na constituição do conflito. Os movimentos políticos formados à época eram constituídos a partir dos elementos que caracterizam a formação do capitalismo periférico¹³⁰ brasileiro, o que envolvia a economia voltada para a agropecuária de latifúndio, o mandonismo¹³¹, a influência dos EUA na divisão internacional do trabalho (sobretudo no continente americano), entre outros. Nesse sentido, a associação entre o comunismo, o sindicato e partidos de esquerda era praticamente automática tanto entre aqueles que se envolviam na luta política, quanto no caso da opinião pública.

¹²⁹ Conforme aborda Coelho (2011), o desenvolvimento da indústria siderúrgica na região do Vale do Rio Doce contou com a utilização do carvão vegetal existente em abundância na região, tendo começado com a destruição da Mata Atlântica e posterior utilização de florestas de eucalipto.

¹³⁰ Por capitalismo periférico, compreende-se a noção pertencente às Teorias Marxistas no sentido de que o capitalismo não se desenvolve como uma etapa universal e uniforme de superação do mundo feudal, como ocorrido nos países da Europa Central, por meio do processo de intensificação do comércio e, posteriormente, da indústria. Neste sentido, nas periferias do globo o sistema capitalista se desenvolveria como uma economia desindustrializada, voltada para a exploração e exportação de recursos naturais e marcado por uma desigualdade social abissal, entre outros fatores.

¹³¹ Apesar da presença constante de coronéis e sua influência política na cidade, aplica-se a ideia de mandonismo mediante a contribuição de José Murilo de Carvalho (1997), que considera o coronelismo como uma estrutura datada, típica representação das alianças entre os Governadores e os grandes proprietários de terras (em decadência econômica) durante a República Velha. O mandonismo, segundo o autor, diria respeito à existência de caciques políticos, inclusive coronéis no sentido individual, que “em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”. Este parece ser o caso de Governador Valadares.

De acordo com Moraes (2015), a caracterização dos trabalhadores como “comunistas” foi constituída mediante a atuação de jornalistas políticos que vinham de outras regiões do país, e que estabeleciam – apoiando ou condenando – a conexão dos referidos atores sociais com questões macropolíticas vivenciadas à época, entre as quais, a própria Guerra Fria e o contexto político pré-golpe que culminou na Ditadura empresarial-militar no Brasil. Além disso, uma das lideranças mais significativas dos trabalhadores no período, o sapateiro de origem camponesa Francisco Raimundo da Paixão, o “Chicão”, era filiado do PCB.

Segundo Borges (2004), grande parte da popularidade da luta sindical à época decorreu de sua desvinculação aos planejamentos dos partidos que incentivavam a sua criação, entre os quais, o próprio PCB, do qual o líder Chicão fazia parte. Segundo a autora, as reivindicações partidárias do PCB e de outros partidos de esquerda estavam voltadas para a ampliação dos direitos trabalhistas para o âmbito do trabalho rural¹³², enquanto o movimento sindical de trabalhadores rurais do município foi influenciado, principalmente, pelo acendimento da utopia camponesa de retorno às formas de vida baseada na autossuficiência e na pequena propriedade rural.

Entre os trabalhos que retratam as relações sociais e as lutas políticas travadas no período de 1950 a 1960, a obra *Nas terras do rio sem dono*, do jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira (1988), demonstra, por meio da forma narrativa do romance-reportagem, diversos acontecimentos que apontam para a relevância dos conflitos políticos existentes na região na representação das tensões políticas vivenciadas em âmbito nacional¹³³. Entre estes acontecimentos, é possível citar os encontros das lideranças sindicais com representantes do presidente João Goulart, o qual, pressionado pelos movimentos, oferecia garantias do governo brasileiro no sentido de colaboração com a redistribuição equitativa das terras existentes na região¹³⁴, o que tornava o município palco de diversas narrativas contra-revolucionárias e anti-comunistas na sociedade local.

A organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, por sua vez, permitiu frear o contexto de espoliação de terras e assassinatos ocorridos nas décadas anteriores. Como

¹³² Naquela época, segundo a autora, quase não havia mais posseiros na região, tendo a maioria dos antigos camponeses se tornado empregados de fazendeiros locais, ou deixado a vida no campo.

¹³³ A ponto de se estabelecer o mito local de que o contexto político de Governador Valadares teria sido a causa do golpe militar de 1964.

¹³⁴ Um dos grandes motivos catalisadores dos conflitos à época, inclusive, era a ocupação de terras da União por latifundiários grileiros. Uma dessas terras, a chamada Fazenda dos Ministérios, era de importância estratégica para a consolidação da reforma agrária na região.

consequência, estes mesmos trabalhadores conseguiram vivenciar algumas vitórias judiciais na defesa de seus direitos, além de terem utilizado com sucesso a própria estratégia de ação direta, mediante confrontos armados com os fazendeiros, militares e seus jagunços. Todavia, a consolidação do golpe militar em âmbito nacional contribuiu para o enfraquecimento dos movimentos camponeses por vários anos, bem como das iniciativas sindicais em formação¹³⁵.

Nos anos posteriores ao golpe, conforme abordado por Morais (2019), a tomada do poder pelos militares em âmbito nacional fortaleceu a possibilidade local de repressão violenta dos movimentos de esquerda, o que ocorreu por meio da fusão entre a polícia e os fazendeiros locais, que assumiram a “função pública” de patrulhamento, tendo o município se transformado em um palco de várias prisões arbitrárias e assassinatos de pessoas supostamente envolvidas com o “comunismo”. Segundo a autora, a perseguição no contexto ditatorial no município extrapolava a identificação de pertencentes a movimentos organizados, atingindo qualquer cidadão que manifestasse opiniões ou atitudes “reformistas”, como, por exemplo, médicos que realizavam consultas a tarifas reduzidas ou prefeitos que conduzissem políticas de regularização fundiária e/ou moradias populares¹³⁶.

O contexto político dos anos 1960 na região aponta para a antiguidade da aliança entre os setores de extrema-direita compostos pelas polícias e por latifundiários na realidade brasileira. Além disso, demonstra como a construção das identidades de esquerda por meio do assujeitamento (de fora para dentro) envolve, desde sempre, um processo marcado por diferentes aspectos: criminalização ideológica, que ocorre através de prisões ilegais, confisco de bens, proibições e interdições do direito à reunião e associação de partidos, movimentos e sujeitos considerados de esquerda; extermínio e perseguição; e superexploração, realizada por meio da retirada dos meios de subsistência, das políticas públicas e das redes de solidariedade e assistência social que podem favorecer a organização dos oprimidos.

Conforme trata Vilarino et al. (2019), o contexto de repressão do Regime Ditatorial suspendeu a agitação política das lutas por terra na região do Vale do Rio Doce por décadas, tendo este retornado de forma intensa somente após a redemocratização, já na década de

¹³⁵ Em Governador Valadares, houve conflito armado no dia 30 de março de 1964, ocasião em que os fazendeiros, fortemente armados, tentaram invadir a sede do sindicato dos trabalhadores rurais e foram recebidos a tiros, o que também contribuiu para a invenção de uma perspectiva comumente divulgada na cidade que atribui ao próprio contexto municipal o estopim para a instauração da Ditadura no Brasil.

¹³⁶ É interessante notar como a hegemonia desse discurso político nos anos 1960 foi retomada nos movimentos de extrema-direita contemporâneos.

1990, ocasião em que a antiga proposta de reforma agrária envolvendo uma das terras da União foi enfim concluída, dando origem ao atual assentamento do MST Oziel Alves Pereira. Isto não quer dizer que a luta dos movimentos pela terra tenha sido inexistente nas décadas de 1970 a 1980. De acordo com Borges (2004), esta foi representada, sobretudo, pela denúncia da violência no campo e pela conquista de direitos sociais pelos trabalhadores rurais.

As transformações socioeconômicas do período, e o contexto político dos anos 1970 e 1980 ocasionou a emergência de novos atores e movimentos, entre os quais, os movimentos de atingidos por barragens, de significativa importância na região. É assim que o período que correspondeu ao regime militar não foi responsável pelo completo desaparecimento dos movimentos pela terra, mas pela reconfiguração das lutas progressistas em outros termos. O protagonismo dos movimentos por terra cedeu espaço diante de novas subjetividades em ascensão e das dificuldades dos movimentos no contexto da repressão, mas não deixou de existir.

No período da redemocratização, conforme Espindola et al. (2019), a formação do chamado “Novo Sindicalismo”, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e a ascensão política do PT estavam relacionados ao surgimento dos novos atores e movimentos em âmbito nacional. Em Governador Valadares, conforme os referidos autores, o mesmo fenômeno se apresentou, tendo o município testemunhado a criação de diversos sindicatos urbanos, bem como de iniciativas locais ligadas ao movimento negro, feminista e de associações bairristas. O período também teria sido responsável pelo ressurgimento dos sindicatos e demais movimentos de trabalhadores rurais, cuja atuação, como já mencionado, fora reconfigurada nos anos da ditadura. Conforme demonstram os depoimentos da roda de conversa realizada entre representantes dos referidos movimentos à época (ESPINDOLA et al., 2019), o período em questão foi de extrema efervescência política na cidade. Os atores expunham o seu descontentamento em relação aos rumos dos movimentos sindicais tradicionais e procuravam organizar a ação coletiva em novos termos, o que incluía a formação de núcleos de base e lideranças locais destinadas a se organizar coletivamente, qualquer fosse o recorte.

Assim como ocorrera em âmbito nacional, o agitação político dos anos posteriores à redemocratização, representado pela atuação dos novos movimentos sociais, preparou o terreno para a emergência de um governo de esquerda no município. Em 2001, foi eleito prefeito o político do PT João Domingos Fassarella, materializando as iniciativas de aliança

entre a própria Administração Pública e os movimentos sociais, cujo exemplo mais significativo é a proposta de orçamento participativo. O intento foi repetido com a eleição da prefeita Elisa Costa por dois mandatos, a partir de 2008.

O fim dos anos 2000, conforme visto nos capítulos antecedentes, marca um período de transição na história das lutas e dos movimentos sociais mundiais e brasileiros. O ciclo de lutas inaugurado a partir da segunda década do novo milênio compartilhava características complexas, até mesmo ambíguas em alguns casos. Do lado da esquerda política, testemunhou-se a ascensão de movimentos críticos da democracia liberal e da incorporação do neoliberalismo por governos considerados de esquerda, protagonizados principalmente por jovens manifestantes. A busca por horizontalidade, participação direta e a ocupação constante de espaços públicos passam a fazer parte dos repertórios de ações dos “novíssimos movimentos sociais” e traduziam algumas demandas relacionadas a este período¹³⁷. Além dos aspectos mencionados, viu-se que os últimos anos foram responsáveis pela transformação de parte desta plataforma política de esquerda. Os movimentos “culturais” e “identitários” assumem papel de destaque no período em questão e o ativismo digital e cotidiano parece cada vez mais influenciar a esfera pública.

Na direita política, o contexto político em questão também ocasionou uma espécie de crítica revolucionária à democracia liberal, principalmente por parte dos movimentos de extrema-direita. Estes personagens, cujas semelhanças aqui e nos EUA parecem cada vez maiores, consideram a concentração de poderes nas mãos de um militar um mal menor do que a “comunização” do mundo por meio da regulamentação legislativa e da interferência do Estado na economia e na moral cristã.

Sobre este contexto político mais contemporâneo se debruça a presente tese, neste momento, cujos aspectos mais relacionados ao município de Governador Valadares serão explorados na próxima seção. Contudo, antes de passar para esta etapa do trabalho, pretende-se realizar algumas reflexões sobre os possíveis reflexos sociais das lutas dos períodos anteriores na realidade atual do município, bem como sobre possíveis chaves de interpretação sobre questões políticas nacionais a partir de aspectos políticos da realidade local.

¹³⁷ Conforme visto no primeiro capítulo, havia por parte dos novos movimentos de esquerda presentes às Manifestações a tentativa de aprofundar a noção de universalidade dos direitos, principalmente os direitos relacionados à saúde, educação e transporte.

Apesar da escassa bibliografia sobre o tema, considera-se possível afirmar que a consolidação do latifúndio e do poder político local ligado aos militares e aos grandes proprietários de terras no fim dos anos 1960 contribuiu para a manutenção de diversos efeitos sociais de longo prazo no município de Governador Valadares, como, por exemplo, uma ocupação urbana bastante desigual e precária em certas regiões, inclusive centrais, que guardam relação com a expulsão dos camponeses de suas terras. Os desdobramentos da exploração econômica da madeira e da pecuária extensiva podem ainda, segundo Leonardo de Sousa et al. (2010), ter contribuído para a própria formação da cultura migratória da região, em razão do esgotamento das possibilidades de ascensão social, que impulsiona os mais pobres a procurar oportunidades fora do país.

Ainda considerando o contexto das lutas camponesas, também é possível constatar a existência de efeitos políticos de longo prazo, entre os quais, a forte participação de policiais, militares e latifundiários na política institucional. De forma relacionada a este último efeito, observa-se uma sociedade bastante suscetível ao reacionarismo político, o que se constata, por exemplo, pela existência de diversos movimentos de extrema-direita, que produzem grande parte dos discursos de engajamento político na cidade. Além deste fato, o município ainda é caracterizado por uma variedade significativa de programas de televisão e páginas de internet de conteúdo policial, focados na superexposição de crimes violentos e patrimoniais, e que acabam por contribuir para a formação do estereótipo do marginal perigoso, para a cultura do armamento, entre outros aspectos.

Com relação aos possíveis desdobramentos macropolíticos da realidade local, a história das lutas camponesas do município também nos alerta para a inexistência, pelo menos na região, de uma contradição a priori entre os projetos de país pautados pela industrialização e os projetos que remontam ao Brasil rural, baseado no latifúndio¹³⁸. No contexto em questão, os interesses dos grandes fazendeiros convergiram historicamente com as necessidades de abastecimento da indústria siderúrgica, criada há décadas em municípios vizinhos. A compreensão deste processo pode auxiliar a esclarecer possíveis estratégias de aliança defendidas por parte da esquerda com o capital industrial nacional, como forma de contraposição ao sentido de Brasil estabelecido por meio do agronegócio supostamente atrasado, truculento e culturalmente inferior à burguesia urbana.

¹³⁸ Uma vez que essa já foi (e ainda é) uma das possíveis chaves de interpretação para as forças econômicas em disputa e seus interesses políticos no Brasil.

Com relação aos efeitos relacionados ao contexto de participação política dos anos 1990, é possível afirmar que o município vivenciou parte das transformações ocorridas em âmbito nacional e que podem ser atribuíveis à mobilização de partidos e movimentos de esquerda, como, por exemplo: a regularização de assentamentos rurais na cidade e na região, a chegada ao poder do PT na prefeitura, a criação do Território do Médio Rio Doce, a inclusão do município na política de expansão das Universidades Federais e Institutos de Tecnologia e a multiplicação de associações e movimentos com diferentes pautas, as quais foram responsáveis por construir os pilares das subjetividades políticas de esquerda posteriores e por promover transformações culturais significativas para a cidade.

Segundo Lovo et al. (2019), ao abordarem o contexto de participação de diferentes grupos formados nos anos 1990, as experiências vivenciadas pelos movimentos de trabalhadores (principalmente rurais) na formação de uma agenda política comum expuseram, por sua vez, inúmeras situações de conflito entre os atores, antecipando alguns dos principais problemas políticos do ciclo de lutas do novo milênio, que podem persistir nos dias de hoje. Questões relacionadas à desigualdade de gênero, à hierarquia organizacional dos movimentos, à divergência de interesses pessoais atuaram na construção de uma lógica de estranhamento entre os diferentes atores e movimentos, à época, tendo este sido significativamente superado com a ascensão do PT no governo municipal. Segundo as autoras, a dinâmica de incentivo à escuta e participação dos atores pelo governo favoreceu um processo de interação entre movimentos sociais e o poder público, gerando ainda diversos aprendizados micropolíticos no seio das próprias organizações, o que incluía práticas de representatividade de minorias e horizontalidade na tomada de decisões.

Diante deste cenário, interessa abordar especificamente o contexto político inaugurado a partir de 2013 no cenário municipal, investigando de que forma os acontecimentos relacionados às Manifestações de Junho, ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, à transformação do repertório político dos movimentos de esquerda e ao crescimento da extrema-direita – fatores já abordados nos capítulos anteriores – se relacionam com a cena política municipal no período recente.

4.1 O CENÁRIO POLÍTICO MUNICIPAL NO CONTEXTO DAS LUTAS DO NOVO MILÊNIO: O PAPEL DOS COLETIVOS

Conforme abordado nos capítulos anteriores, os últimos anos representaram uma mudança significativa no modo como a esquerda política se apresenta através de seus atores e movimentos, tendo o surgimento dos coletivos atuado como um fenômeno representativo de tal mudança, por diferentes razões: caráter predominantemente cultural; preocupação com autonomia em relação a outros movimentos; intenso uso do ativismo digital por meio de redes sociais; iniciativas de horizontalidade e de ocupação de espaços públicos. A incorporação de novas agendas, por meio da identificação de formas mais difusas de relações de poder estabelece, por sua vez, o desafio de manter-se como uma identidade política capaz de produção de sentido na sociedade, diante de tantas outras propostas (neoliberalismo, reacionarismo, etc).

No município de Governador Valadares, os anos posteriores a 2013 também representaram um novo período de agitação política, marcados, principalmente, pelo surgimento de diversos coletivos, bem como de novos atores. Assim como ocorrido no âmbito nacional, os coletivos apresentavam mecanismos de organização e engajamento que se conectavam com a proposta de ativismo político do século XXI. Entretanto, é importante refletir sobre a medida em que as condições de surgimento dos coletivos no âmbito municipal refletem as circunstâncias que evidenciaram os coletivos no âmbito nacional.

Conforme visto no capítulo que contextualizou as Manifestações de Junho, os coletivos que se destacaram entre os anos de 2012 até o início de 2014 nos grandes centros metropolitanos possuíam uma tendência ao anarquismo e ao autonomismo político, além de serem compostos predominantemente por jovens. Havia uma forte tendência em reforçar o apartidarismo, bem como de apontar os limites da governabilidade do período lulista. Além destes fatores, os coletivos em questão estavam conectados com determinados aspectos do ciclo de lutas global, no qual a denúncia do neoliberalismo perpassava questões relacionadas ao transporte público, ao funcionamento do capitalismo financeiro, entre outros aspectos.

Essas circunstâncias foram essenciais para definir quais os questionamentos seriam relevantes para serem estudados em relação ao município. Desde o início do ano 2015, data em que se estabeleceu a mudança do pesquisador para Governador Valadares (bem como nos anos posteriores), praticamente todos os grandes acontecimentos de esquerda mencionados no

capítulo 3, como consequência das Manifestações de Junho, repercutiram no município, como o protagonismo de movimentos juvenis e a ocupação do espaço público com protestos. Entre estes acontecimentos, destacam-se as ocupações secundaristas, a primavera feminista, o movimento #elenão, os protestos antifascistas e outros mais. Estes movimentos foram protagonizados predominantemente por uma juventude política, que se apoiava no repertório de ações relacionado aos eventos de protesto do novo milênio e estava inserida no processo de surgimento dos coletivos na cidade.

Ao perceber o fenômeno em questão, outros aspectos das transformações políticas contemporâneas foram se somando ao objeto de pesquisa relacionado a Governador Valadares. Além do mapeamento dos efeitos relacionados às Manifestações de Junho no contexto municipal por meio da seleção dos atores pertencentes a movimentos que melhor representassem o simbolismo e o repertório deste ciclo de lutas – o que levou à escolha de estudar apenas participantes de coletivos – também se tornou importante avaliar o crescimento dessa forma de organização na própria cena política de esquerda da cidade, considerando o fato de que, durante décadas, as subjetividades políticas que mais marcaram a história do município e, conseqüentemente, mais foram objeto de pesquisa, seriam aquelas que orbitaram as lutas pela terra. Dessa forma, o estudo dos coletivos permitiria, ainda, analisar como algumas das críticas relacionadas ao “identitarismo” na formação de uma nova esquerda se aplicariam na realidade desta região, onde os movimentos camponeses, aliados às iniciativas de novos movimentos promovidas nos anos 1990¹³⁹, tradicionalmente já ocupavam a representação social do que corresponderia a uma militância de esquerda na cidade.

4.2 A DEFINIÇÃO DOS ATORES PERTENCENTES A COLETIVOS REPRESENTATIVOS DAS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS DO CENÁRIO POLÍTICO

Diante das questões levantadas na seção anterior, torna-se necessário abordar de que forma foram selecionados os participantes de coletivos que fizeram parte da etapa empírica do presente trabalho. Os primeiros mapeamentos dos coletivos de esquerda atuantes no município foram realizados ainda nos primeiros meses de reconstrução do projeto de

¹³⁹ Sobre este fato, interessava, sobretudo, avaliar se as organizações que serviam como forma de contenção dos antagonismos existentes entre os diferentes sujeitos e movimentos – PT e as comunidades religiosas de esquerda – continuariam a exercer este papel no contexto contemporâneo, tendo em vista as modificações vivenciadas nos últimos anos.

pesquisa, no ano de 2018. O uso intenso das redes sociais por parte dos movimentos facilitava o seu registro, além disso, o contexto universitário no qual o pesquisador trabalhava permitia o contato com participantes de coletivos estudantis e sua rede de ativistas.

O trabalho de Michele Mauner (2020) de mapeamento e classificação das formas de sociabilidade juvenil por meio de coletivos em Governador Valadares foi uma importante contribuição para a delimitação dos entrevistados e dos aspectos relevantes a serem estudados sobre o tema. Ancorando-se em referências teóricas sobre o associativismo juvenil, Mauner estabeleceu diversos padrões de mobilização social por meio dos coletivos na cidade, que variam de acordo com os objetivos do movimento ou com a maneira de realização das ações. Assim, as manifestações desta forma de ação coletiva seriam divididas nas seguintes categorias, segundo a autora: coletivos de cultura, arte e expressão; coletivos de esporte e lazer; coletivos de identidade e inclusão; coletivos articuladores; ações manifesto-socioculturais.

Em razão de grande parte da crítica das transformações sociais ocorridas a partir de Junho se referir ao suposto caráter “identitário” dos novíssimos atores e movimentos sociais, bem como à ingenuidade e à inexperiência política da juventude em sua crítica ao caráter representativo da democracia liberal e hierárquico dos movimentos tradicionais, procurou-se selecionar aqueles atores pertencentes a coletivos cujas pautas remontassem ao uso das identidades, que fossem compostos preferencialmente por jovens, que tivessem surgido no contexto imediatamente posterior ou concomitante às Manifestações, e que não fossem apenas ramificações de movimentos sociais próprios de contextos políticos anteriores. Este último aspecto fez com que alguns coletivos criados no âmbito de sindicatos, partidos políticos e outros movimentos, embora surgidos no contexto que interessa à pesquisa, fossem excluídos do universo de entrevistas¹⁴⁰. O motivo desta exclusão foi tentar trabalhar com as subjetividades que estivessem inteiradas sobre os debates relacionados à autonomia e à horizontalidade dos movimentos sociais. Dessa forma, a expectativa era de que os coletivos que não estivessem vinculados a estes movimentos, ainda que compostos por membros em comum, apresentassem melhores condições conjunturais de explorar as referidas questões.

Outro critério utilizado na escolha dos membros de coletivos a serem entrevistados se referiu à manutenção de atividades no momento em que as entrevistas foram efetivamente realizadas, o que ocorreu entre os últimos meses de 2020 e os primeiros meses de 2021. Ao

¹⁴⁰ Como exemplo, o Coletivo Diversidade, Gênero e Negritude, ligado ao Sind-UTE/GV.

longo dos anos, diversos coletivos que eram ativos antes ou durante o cenário político de 2018 (ano em que começou o mapeamento da pesquisa) foram paulatinamente diminuindo suas atividades a ponto de não produzirem nenhuma iniciativa cultural ou educativa, nenhuma postagem em redes sociais, nem participação em eventos de protesto ao longo do momento de realização das entrevistas, o que dificultava consideravelmente o contato com seus participantes. Além disso, foi percebido como um aspecto importante a ser investigado a forma como os coletivos sobreviveram aos acontecimentos políticos dos últimos anos, diante das próprias dificuldades de mobilização no âmbito dos movimentos sociais.

Como último critério a ser destacado na definição dos atores pertencentes a coletivos que comporiam o recorte estabelecido, considerou-se a necessidade de que os coletivos escolhidos demonstrassem minimamente a existência de objetivos políticos ou de transformação da sociedade em que vivem, e não configurassem apenas uma forma de recreação entre seus membros. A adoção deste critério ocorreu enquanto os primeiros contatos para entender os propósitos dos coletivos, bem como algumas das entrevistas já haviam começado, o que serviu para excluir determinadas iniciativas. Sua pertinência está relacionada à premissa de que os processos de subjetivação que decorrem da participação nesse tipo de movimentos sociais não se relacionariam exclusivamente à satisfação de interesses pessoais, mas à própria construção da cidadania e transformação da esfera pública.

Nesse sentido, como o foco principal da tese está na discussão das transformações do políticas – nos atores e nos movimentos – que, segundo narrativas contestatórias dos efeitos de 2013, teriam gerado o enfraquecimento social da esquerda, pareceu coerente abordar os coletivos que produziam discursos representativos da disputa pelo sentido da própria ação política, ou seja, que produzissem narrativas históricas sobre as estruturas sociais existentes tanto no país quanto em seus contextos locais, que identificassem seus adversários, bem como as razões que impediriam o exercício pleno de seus direitos e que direitos seriam esses. A proposta pode parecer paradoxal, na medida em que a própria emergência dos coletivos como formas de organização guardava, em seu início, uma ideia de ruptura com a ideia de movimento social, conforme abordado na seção 2.4. Todavia, a própria revisão bibliográfica a respeito dos coletivos demonstrou que esta ruptura era demarcada muito mais no âmbito simbólico do que em razão de seu modo de funcionamento ou de uma completa desvinculação

política, além de decorrer de uma visão predominante entre os jovens ligados ao repertório de ação e à ideologia anarquista que, em âmbito nacional, perdeu força após 2014.

Definidos os critérios abstratos de seleção dos coletivos, passou-se à construção propriamente dita do universo de pesquisa, mediante o contato com seus participantes. Os coletivos que tiveram participantes escolhidos foram selecionados por meio de sua inserção nas redes sociais, e os primeiros contatos com membros de coletivos que indicavam a existência de outros foram estabelecidos com os participantes que pertenciam ao contexto universitário, local de trabalho do pesquisador.

De acordo com os critérios utilizados, a seleção prévia ocorrida em 2018, que havia mapeado membros de quinze¹⁴¹ coletivos potencialmente aptos a apresentarem as características correspondentes aos objetivos de pesquisa, se transformou em um universo de pessoas ligadas a 6 coletivos, seja em razão do cancelamento de atividades¹⁴², da vinculação explícita a movimentos sociais tradicionais ou em razão de constituírem iniciativas de caráter associativo não interessadas em construir discursos sobre relações de dominação, conquistas ou manutenção de direitos, apresentando um viés mais recreativo. Os seis coletivos cujos membros foram entrevistados são, portanto: Quilombo, Deck GV, Atlético União Igualdade e Força, Abayomi e NUDIS.

Sobre a adoção dos critérios mencionados, é importante citar que os próprios entrevistados também contribuíram em parte do processo. Conforme os primeiros contatos e entrevistas foram realizados e os participantes percebiam que o trabalho se relacionava com as transformações no âmbito da esquerda e com o ciclo de lutas mais recente de nosso contexto político, as indicações de coletivos a serem abordados pelos próprios membros sugeriam desconsiderar aqueles que não produziam nenhuma forma de discurso político ou potencialmente transformador da realidade social para além de seus próprios interesses, ou ainda os coletivos inseridos dentro de movimentos tradicionais cujos atores não conseguissem desvencilhar a sua atuação nos coletivos da atuação realizada no âmbito dos movimentos sociais tradicionais¹⁴³.

¹⁴¹ Os coletivos inicialmente mapeados eram: Território do Avesso, Kizomba, Quilombo, Cuidado com Elas, Mais mulheres no Poder, Encrespa, Deck Gv, Maloka Socialista, Virada Cultural, NUDIS, Atlético União Igualdade e Força, Coletivo LGBTQI+ da UFJF, Coletivo Pedra Negra, Rexista, Território do Avesso.

¹⁴² Sobre este aspecto, é importante mencionar que alguns dos participantes de coletivos que interromperam suas atividades foram entrevistados como participantes ativos de outro coletivo.

¹⁴³ Embora essa tenha sido uma opção já adotada anteriormente pelo próprio pesquisador e não compartilhada por grande parte dos entrevistados, na entrevista com a participante Gabriela foi reforçada pela própria entrevistada a relevância deste critério.

Considerada essa contribuição dos participantes, tanto a definição dos coletivos quanto a escolha dos atores relevantes a serem entrevistados foram completadas mediante utilização parcial da técnica “bola de neve”. Segundo Dewes (2013), o referido método se mostra pertinente quando o conhecimento sobre uma dada população é dificultado pela marginalização de um determinado grupo, ou por outros fatores que dificultam seu conhecimento a partir de outras fontes. Consiste na consideração do universo de pesquisa a partir das próprias considerações dos envolvidos, e se esgota na medida em que não são apresentadas novas possibilidades de inclusão. No caso dos coletivos, a indicação dos atores atuou como critério final de seleção daqueles que mais se encaixavam no objeto de pesquisa, auxiliando na exclusão dos ligados a movimentos tradicionais, sem perspectiva política ou que tivessem encerrado suas atividades.

No caso dos atores, a utilização da técnica auxiliou na definição dos participantes que efetivamente pudessem contribuir para as questões da pesquisa. Conforme demonstrado na bibliografia a respeito dos coletivos e de acordo com o que demonstrou o próprio relato dos participantes, em geral, há participação ativa de poucos membros na definição dos objetivos e das ações a serem realizadas nessas organizações. De outro lado, há também uma forma de participação mais fluida e pouco engajada por parte de diversos “simpatizantes”, que apenas seguem as redes sociais, participam de determinadas ações quando convocados, mas que não se envolvem diretamente com o planejamento da organização. Diante desse aspecto, foi solicitado aos participantes conhecidos que indicassem aqueles que possuíssem participação mais ativa na condução das atividades, o que girou em torno de dois a cinco participantes por coletivo. Diante disso, entre os seis coletivos que compuseram o universo de entrevistas, foram entrevistados dezoito participantes.

Em relação à forma de obtenção dos dados, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro abordaria aspectos relacionados ao suposto enfraquecimento da esquerda em razão dos motivos apontados pelas leituras críticas a Junho e pelas transformações do ativismo contemporâneo, entre elas, o engajamento digital, o uso das identidades como plataforma política, e a crítica à hierarquia e burocratização dos movimentos tradicionais. Como os coletivos agrupariam, ao menos em tese, as características em questão, as perguntas tangenciaram estes temas ao mesmo tempo em que incentivariam o sujeito a construir o próprio sentido de sua trajetória e motivações políticas. Entendeu-se,

assim, que o caráter semiestruturado e em profundidade da entrevista permitiria uma maior liberdade na construção do discurso por parte do próprio ator, sem comprometer, contudo, os objetivos da investigação.

As entrevistas foram realizadas de modo a preservar o anonimato dos participantes, que receberam pseudônimos. As menções a pessoas por parte dos entrevistados foi substituída pela expressão (nome), com exceção dos personagens públicos e notoriamente conhecidos. Nestes casos, quando a identificação da pessoa, no discurso, não se referia a opiniões ou julgamentos, mas a contextualizações ou indicação de referências políticas, o nome foi mantido. A transcrição das entrevistas, por sua vez, foi realizada preservando a literalidade do discurso, com pequenas adaptações relacionadas à retirada do excesso de oralidade, objetivando o melhor entendimento por parte do leitor.

O roteiro foi estabelecido abordando as seguintes questões: razões do interesse em participar de um movimento, destacando os motivos da escolha pela forma coletivo; modelo de organização, deliberação e financiamento dos participantes dos coletivos; as razões para ingresso e envolvimento na participação política; pautas e ações políticas realizadas nos últimos anos; relação do movimento e do participante com movimentos sociais tradicionais; posicionamento a respeito das transformações políticas atuais. Ao todo, foram realizadas 18 entrevistas, com uma média de três participantes por coletivo. Foi garantido o anonimato aos entrevistados mediante a atribuição de pseudônimos, a fim de que pudessem se sentir mais livres para colocar posicionamentos e opiniões políticas, situações fáticas vivenciadas e menções a outros personagens do cenário político municipal.

4.2.1 Sobre o contexto de criação dos coletivos em Governador Valadares: a importância de Junho na abertura ou na reconfiguração de formas de subjetivação política

Conforme abordado no capítulo 2, as Manifestações de Junho de 2013 foram responsáveis por ressaltar a atuação de uma determinada forma de organização coletiva que valorizava a autonomia em relação a outros movimentos e a horizontalidade em termos de organização interna, protagonizada e que era representada, sobretudo, pelos coletivos. Nos anos posteriores, contudo, viu-se que, em âmbito nacional, a utilização desse tipo de movimento não permaneceu totalmente desvinculada à política tradicional, tendo os anos de 2015 em diante apresentado diversas iniciativas de aproximação entre partidos políticos,

movimentos tradicionais e os coletivos de caráter identitário e cultural. Neste sentido, pretende-se entender os aspectos que caracterizam o aparecimento dos coletivos em Governador Valadares no cenário em questão, por meio das narrativas orais dos atores envolvidos.

O contexto de surgimento dos primeiros coletivos criados em Governador Valadares, segundo Lucas, um dos entrevistados¹⁴⁴, foi por volta do ano 2010. No contexto anterior, entre os anos 1990 e 2000, o funcionamento das organizações coletivas ocorria mediante o entrelaçamento de programas governamentais de juventude, movimentos sociais e até mesmo partidos políticos, sem maiores problemas. Havia uma preocupação em se institucionalizar as ações neste período, tendo os anos finais dessa forma de atuação coincidido com os primeiros anos dos dois mandatos da então prefeita do município, Elisa Costa (PT). A chegada do período mais próximo às Manifestações de Junho, contudo, teria feito emergir o debate sobre a desvinculação dos movimentos sociais em relação aos partidos, trazendo para o contexto local uma série de contradições do ciclo de protestos em questão, que envolveu a captura de discursos e o estranhamento da política institucional (consequentemente, da esquerda) por parte dos movimentos sociais e dos participantes dos protestos, assim como o próprio período de surgimento dos coletivos como forma de mobilização social.

De acordo com Lucas, os anos imediatamente posteriores às Manifestações foram, ainda, bastante ricos na atuação dos movimentos sociais com viés de esquerda, tendo prevalecido as iniciativas de caráter cultural, por meio de feiras, festivais e eventos que privilegiavam a diversidade e a promoção de manifestações culturais locais. As ações destes coletivos ainda contavam com a existência de uma estrutura institucional de apoio tanto da prefeitura quanto de outros movimentos e organizações. Neste período, destaca-se a forte participação dos coletivos Território do Averso e Pedra Negra, que posteriormente teriam se transformado em Coletivo Virada Cultural. Ao final do ano de 2016, entretanto, a articulação institucional entre movimentos sociais e instituições públicas, existente pelo menos desde os anos 1990, teria sido desmantelada.

Reforçando o fenômeno de transformação da forma de organização e articulação dos movimentos sociais em termos mais culturais e identitários, destaca-se o próprio processo de criação dos coletivos Encrespa e Abayomi GV, surgidos entre os anos de 2014 e 2015.

¹⁴⁴ Lucas esteve envolvido na criação de diferentes coletivos em Governador Valadares, entre os quais, Quilombo, Virada Cultural, NUDIS, Coletivo LGTBQIA+ da UFJF, entre outros.

Segundo Carolina, uma das participantes do Abayomi GV, este período também foi responsável por fazer surgir na cidade o coletivo do Sind-UTE, que aborda questões relacionadas à diversidade no âmbito do próprio sindicato, e o Mais mulheres no Poder, que possuía um caráter voltado para a formação e capacitação de mulheres visando a ocupação de espaços de poder (MAURER, 2020).

De acordo com Carolina, o contexto de criação do coletivo Abayomi GV por volta do ano de 2015 se relacionava com o contexto político nacional, o que indicava uma necessidade de educação política da sociedade¹⁴⁵, principalmente nas questões de combate ao racismo. Segundo ela, as inserções e os discursos elaborados na cidade a respeito do dia da consciência negra e outras ações antirracistas eram realizados com bastante improviso, muitas vezes sem o devido preparo. Dessa forma, diversos educadores, assistentes sociais e ativistas relacionados ao feminismo e à negritude na cidade compartilhavam a percepção de que era necessário realizar ações coletivas de educação e formação cidadã e política. Além disso, as participantes envolvidas na criação do coletivo já eram envolvidas com formas de mobilização social em períodos anteriores, o que incluía a participação em sindicatos, partidos políticos e movimentos de igreja. Sua composição é multi-etária, e suas ações são desenvolvidas principalmente no âmbito de escolas públicas.

O coletivo Encrespa, por sua vez, também surgiu no contexto posterior às Manifestações de Junho, por volta do ano de 2014. De acordo com suas fundadoras, o grupo em questão foi inspirado no movimento nacional de mesmo nome e nasceu com a proposta de promover ações de valorização da identidade negra, principalmente entre as mulheres, além de discutir sobre situações de violência e hierarquia de raça e de gênero. Conforme informado pelas participantes, o coletivo ampliou o seu leque de atuação nos últimos anos, abordando ainda ações culturais, educativas e de assistência social ligadas à periferia. Um fato interessante sobre a criação do coletivo Encrespa é que, apesar de suas participantes também possuírem envolvimento com formas de mobilização social em períodos anteriores à própria criação, o contexto de 2013/2014 é ressaltado como um período de fortalecimento dos processos de descoberta e reforço da negritude na cidade, muito influenciado por experiências vivenciadas no ensino superior por parte das coordenadoras, o que confirma alguns dos

¹⁴⁵ Sobre este aspecto da fala da entrevistada, nota-se uma relação com os processos macropolíticos que aconteciam naquele momento, o que envolvia o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o discurso anti-esquerda disfarçado de discussão, bem como o crescimento de uma visão de mundo pautada pela naturalização das hierarquias sociais.

efeitos positivos mencionados no capítulo anterior, relacionados ao período posterior às manifestações.

Ainda no cerne dos coletivos ligados às questões de diversidade e identidade cujos participantes foram entrevistados, destaca-se o coletivo NUDIS, que teve suas primeiras movimentações para a realização de ação coletiva, de acordo com os participantes Lucas e Simone, em momentos anteriores às próprias Manifestações de Junho. Para Simone, no mesmo ano de 2013, contudo, houve uma percepção de que o movimento “LGBT” na cidade precisava se expressar de uma maneira diferente em relação às ações realizadas até então, que compreendiam passeatas, eventos esportivos, paradas e outras formas de mobilização que, em alguns casos, conforme a entrevistada, apenas geravam “*pink money*”. Diante disso, o NUDIS se colocava como uma ação voltada para a realização de semanas acadêmicas e outros eventos de conscientização “LGBT”.

De forma posterior ao surgimento do NUDIS, emerge o coletivo LGBTQIA+ da UFJF, formado por estudantes da instituição, também com caráter ligado à defesa da diversidade por meio de palestras, conferências e outras ações culturais. Conforme contam os participantes, o contexto de criação do referido coletivo se liga ao ano de 2018, e os motivos de sua criação estão relacionados a situações de violência de gênero vivenciadas por estudantes LGBTQIA+ no contexto universitário. A criação do coletivo por seus fundadores foi acompanhada da elaboração, pelos mesmos membros, de uma Atlético Universitária LGBTQIA+, chamada União, Igualdade e Força. Os participantes informaram que o surgimento da Atlético se ligou à tentativa de construção de um espaço de sociabilidade e recreação adequado para as pessoas LGBTQIA+ na cidade, tendo ampliado substancialmente seus objetivos e modos de atuação nos anos posteriores.

A participação dos diversos membros do Coletivo LGBTQIA+ na fundação e no funcionamento da Atlético UIF dificulta, a princípio, a distinção entre as duas organizações. Todavia, conforme demonstraram os depoimentos dos participantes, a forma de organização da Atlético colocou-a muito mais próxima de constituir um movimento social do que o próprio coletivo, o que foge consideravelmente ao que se espera dos objetivos de criação de uma Atlético estudantil¹⁴⁶. Além das iniciativas mencionadas, a mobilização em torno do

¹⁴⁶ Em geral, as atléticas são constituídas para a realização de eventos esportivos e festas universitárias. Quase nunca possuem um viés político, sendo, ao contrário, uma forma de socialização tipicamente de classe média alta, nitidamente inspirada no imaginário cultural do cinema norte-americano a respeito da vida na universidade.

gênero nos anos de 2015 e 2016 gerou a criação dos coletivos Cuidado com Elas e Resixta, além de coletivos ligados ao MST e ao Sindicato dos profissionais de Educação.

O coletivo Deck GV, por sua vez, possui caráter cultural e com foco na valorização da cultura do Hip Hop, e reúne alguns participantes que estiveram envolvidos em coletivos culturais, mas sua atuação permaneceu mais constante ao longo do tempo, ao contrário das ações culturais que dependiam mais de incentivos e apoio institucional. Além de reuniões semanais em praças e outros espaços públicos onde são desenvolvidas as batalhas de Rap, o coletivo Deck também constrói ações educacionais, assistenciais e de formação cidadã, principalmente nas periferias do município. O “Varal Solidário” é uma dessas iniciativas, por meio da qual são conectadas as diversas formas de ação mencionadas. Além do Deck GV, também foi criado no município o coletivo Maloka Socialista, ligado ao PSOL.

O Coletivo Quilombo, conforme Maurer (2020), diz respeito a uma forma de movimento estudantil ligado à UNE, também surgido no contexto posterior às Manifestações de Junho, entre os anos 2015 e 2016. De acordo com o participante Lucas, o seu objetivo é disputar espaço dentro do movimento estudantil, mediante a abordagem de questões relacionadas ao antirracismo, ao feminismo, à formação política da juventude, entre outros aspectos. Embora o coletivo esteja relacionado ao movimento estudantil tradicional, o que, em princípio, excluiria a participação de seus membros nas entrevistas, estes esclarecimentos só foram feitos após o início destas. De toda forma, os participantes entrevistados também participavam em outras iniciativas da rede de coletivos estudada. Além disso, o Coletivo Quilombo participou ativamente das ocupações estudantis ocorridas no município, mediante a realização de diversas atividades culturais e educacionais nas duas escolas ocupadas na cidade.

No mesmo sentido do coletivo Quilombo, o contexto universitário de 2016 também formou o coletivo Kizomba, igualmente focado na formação política de estudantes e na disputa por espaços dentro do movimento estudantil por meio de pautas culturais e identitárias. Ao contrário do que ocorrera com o coletivo Quilombo, contudo, os membros do Kizomba não continuaram sua atuação ao longo do tempo.

Conforme visto, no contexto municipal de Governador Valadares, os anos posteriores a 2013 no município confirmam a ideia de que as Manifestações de Junho produziram consequências positivas para a esquerda, na medida em que o transbordamento dos processos de indignação de 2013 perante a sociedade esteve ligado, também, a um processo de formação

de subjetividades políticas nos anos posteriores, representados, sobretudo, pela criação de coletivos culturais e identitários, autônomos ou ligados a movimentos sociais tradicionais.

No âmbito dos movimentos tradicionais, como sindicatos, movimento estudantil e partidos políticos, os depoimentos demonstram que a criação dos coletivos vinculados a estas organizações estava ligada a duas razões principais: os coletivos surgiram em resposta a certas formas de dominação e hierarquia baseadas na identidade, existentes no funcionamento dos movimentos tradicionais, configurando um processo de subjetivação e tomada de consciência de atores relacionados a tais movimentos; a criação de coletivos serviu como forma de envolver novos atores nestes movimentos sociais tradicionais, mediante o aproveitamento da intensidade política dos últimos anos a respeito questões identitárias e o enfraquecimento das formas de mobilização tradicionais, baseadas no recrutamento de novos membros e no oferecimento de vantagens econômicas ou ameaças de perda de direitos.

No que diz respeito aos coletivos surgidos desvinculados dos movimentos tradicionais, as mesmas possibilidades se aplicam, mas de uma forma um pouco diferente. Alguns participantes afirmaram que o contexto de criação dos coletivos se relacionou como uma forma de reação ou tomada de consciência em relação a situações de opressão vivenciadas por determinado grupo social, como no caso do Coletivo LGBTQIA+ da UFJF, que surgiu mediante uma iniciativa de discussão entre alunos e professores a partir de um caso de homofobia vivenciado no contexto acadêmico, conforme informar a participante Paula:

PAULA: (...) O coletivo surgiu da seguinte maneira... alguns professores identificaram a necessidade da gente falar sobre LGBTfobia dentro da UFJF devido um caso que aconteceu na Nutrição, em que um homem cisgênero homossexual sofreu homofobia no curso por um colega de classe, e aí aquilo ali repercutiu bastante na época e esses professores fizeram uma reunião aberta com os alunos, para os alunos falarem o que eles estão vivendo na Universidade, e aí a gente viu que tinha muita coisa acontecendo, tinha muita LGBTfobia na UFJF Campus Governador Valadares. E aí, por causa disso, a gente continuou se reunindo, falando sobre, discutindo possíveis ações para melhorar esse quadro lá dentro.

O mesmo se aplica ao contexto de criação da Atlético União Igualdade e Força, conforme afirma o participante Luiz, quando indagado sobre as razões de criação do movimento:

LUIZ: Então, sim, a gente tinha pautas e questões LGBT, principalmente em eventos, então eu lembro que teve também um amigo nosso que hoje faz parte da Atlético que sofreu um caso de homofobia no Boteco federal, então, assim, ele

estava beijando um rapaz no boteco e aí chegou um outro cara e deu uns tapas nele. Então teve esse caso também que foi comentado nessas reuniões do coletivo. Então a gente não tinha, naquele momento, um espaço para discutir essas questões, nós não tínhamos.

O fator em questão também se repete em relação aos outros coletivos de caráter identitário, embora a causa de sua criação não tenha sido necessariamente um evento específico, mas um processo de conscientização relacionado a diversos acontecimentos ao longo da vida. É o que demonstra o depoimento de Maria, uma das coordenadoras do Encrespa. Ao contar sobre o seu processo de envolvimento com a mobilização política, Maria destaca ter recebido a influência de seu avô, o que teria contribuído, inicialmente, em sua orientação política de esquerda. Sobre a questão antirracista, contudo, Maria esclarece que seu processo de conscientização a respeito da necessidade de refletir e atuar neste campo veio bem mais tarde em sua vida, já na faculdade, embora ressalve que as práticas de formação dos “bondes” nas escolas já configuravam ações de resistência ao racismo por parte da juventude negra periférica. O contexto de 2013¹⁴⁷, por sua vez, acompanhado de sua rede de amizades já atuantes na Pastoral Afro, teria sido o fator que faltava para a construção de sua subjetividade política ligada à questão racial:

MARIA: Então eu já estava na faculdade, eu atuava no PIBID e eu era do projeto Educação e Diversidade. Então eu já comecei a fazer essa discussão racial nos projetos que eu já estava atuando no PIBID, que já foi até o tema do meu TCC, eu discuti sobre relações étnico-raciais no espaço escolar através da minha experiência no PIBID atuando nas escolas do município. E assim, Murilo, é muito “foda”, porque até então quando você não tem consciência racial, você vive em um mundo em que tipo, as coisas te afetam, mas você ainda não tem consciência daquilo ali. Porque que aquilo ali está te afetando, mas depois que a chave vira aqui dentro, cara, tipo você começa a viver 24 horas muito “puto” com a sociedade. Porque você começa a entender várias questões que para você não fazia sentido e você não se questionava, e eu comecei a me questionar o tempo todo, muitas coisas fizeram muito sentido para mim, a exclusão na escola, a forma que nós alunos pretos somos vistos de maneira marginalizada, agressiva, a hiperssexualização do nosso corpo.

A participante Débora, do coletivo Encrespa, também demonstra de modo nítido como a sua inserção nesta forma de mobilização social contribuiu para a percepção da própria negritude: “antes eu até sofria racismo, mas eu nem me dava conta, e aí essa consciência que hoje eu tenho eu devo ao coletivo.”

Verifica-se, portanto, a partir dos discursos dos participantes, que o contexto de criação dos coletivos começou antes mesmo de 2013, a partir da atuação da juventude de

¹⁴⁷ Em 2013 surgiu o movimento nacional Encrespa Geral, que inspirou a criação do coletivo em Governador Valadares.

esquerda, tendo um caráter ainda institucional e cultural. No período concomitante e posterior às Manifestações, se relacionou com um processo complexo de reconhecimento e afirmação das próprias identidades que, posteriormente, se constituíram como subjetividades políticas por meio da participação nos coletivos, nos quais o compartilhamento de vivências e o reconhecimento das opressões comuns entre as pessoas serviam como forma de mobilização para a construção de iniciativas mais amplas, capazes de gerar em outras pessoas um processo de conscientização política. Este contexto de discussão e engajamento político está compreendido nos anos imediatamente posteriores a 2013, e envolveu as experiências destes atores no ensino superior (no movimento estudantil ou na própria sala de aula), nas redes sociais, e na participação em movimentos sociais mais tradicionais.

Outro aspecto importante a ser mencionado diz respeito à tendência de formação de diferentes redes de atuação entre os coletivos, que promoveu, conseqüentemente, iniciativas de interseção das diferentes lutas sociais, trazendo demandas de outros movimentos para aqueles que se estabeleciam dentro de determinados objetivos. O caso da criação do Slam do Deck é bastante ilustrativo deste processo, na medida em que expõe como o movimento do hip-hop, que já possui um forte caráter voltado pra questões raciais e periféricas elaboradas por homens negros, assumiu a proposta de inserir questões feministas em suas ações:

TIAGO: Então, hoje e desde quando eu cheguei aqui esse é o maior desafio na batalha. Porque as meninas sempre fazem muita coisa, sempre estão na frente das organizações, de tudo, só que acabam ficando sempre vistas como coadjuvantes. E os espaços do hip-hop são muito machistas ainda, são bem LGBTfóbicos. Isso não é do hip-hop, é da sociedade. E a gente luta contra. A gente fala que a luta contra o capitalismo. A luta contra o capitalismo não é uma luta só contra o capitalismo, ela é uma luta contra as opressões no mesmo nível. Então uma luta não é maior que a outra. E no movimento a gente vai trocando ideia mesmo com a galera e falando da importância de combater essas opressões. Esse processo é muito mais lento do que organizar batalha, fazer outras coisas e é um processo que exige paciência, mas também exige criar espaços que as “mina” também podem, que se sintam à vontade, se sintam acolhidas. A gente conseguiu que a batalha participasse de atividades LGBT, de movimentos, para conhecer um pouco, foi a primeira vez em Valadares que participou dos piqueniques culturais e sem ser LGBTfóbico que é um desafio para molecada, que vivem todo dia com essas piadinhas, com o machismo que desde criança é implantado na periferia e as meninas conseguiram, a (nomes) conseguiram fazer um sarau só de “mina”, o Sarau das Mana, e aí era só mulher, desde a organização até cuidar do som, fazer as rima, fazer poesia, fazer tudo. São espaços que têm que ser incentivados e construídos, espaços só de mulheres para elas se sentirem acolhidas, mas tipo assim, como é uma construção da sociedade, isso tem que ser uma coisa permanente nos movimentos. Isso... inclusive a gente debate com a galera que não adianta a gente ser contra o racismo e ser machista, ser LGBTfóbico...

Por último, é importante ressaltar como efeito deste repertório de atuação a politização de algumas iniciativas de associação juvenil culturais pouco caracterizadas como movimento social. É o que demonstra o depoimento de Tiago a respeito das transformações pela qual passou o coletivo Deck GV:

TIAGO: Não, quando eu cheguei aqui estava bem sem debate político. Mas, assim, a batalha só começou a ter aqui por causa de pessoas de partidos de esquerda também. A galera do PT aqui da época do governo da (nome), que estava na cultura, o (nome), estava a (nome) no PROJOVEM... os coletivos que estavam, a galera tinha o Coletivo Quilombo, tinha o Pedra Negra... aí fundaram um coletivo chamado “DMC”, com essa galera. O (nome) impulsionou isso e aí tinha o (nome), depois veio o (nome), uma galera. E aí se iniciou por causa de política públicas. Mas quando começou, acabou o “DMC” e começou a ter a batalha, só a batalha, aí perdeu um pouco essa conexão, tiveram uns problemas aqui também que mudou de governo e não tem... mudou de prefeitura e não tem incentivo. Não leva os debates dos movimentos de periferias, então aí perdeu essas ideias, perdeu as ideias que são a essência do movimento hip-hop, que é o debate político.

Sobre este último aspecto, é importante ressaltar que a criação dos coletivos serviu igualmente ao propósito de incentivar a participação em formas de mobilização coletiva em determinados contextos. Conforme o depoimento de José, dentro das ações dos coletivos Deck GV e Quilombo, são desenvolvidas ações para atrair estudantes e pessoas da periferia para a mobilização política. Neste sentido, verifica-se que a atuação dos mesmos atores em vários coletivos permite que eles desvirtuem alguns dos objetivos iniciais de sua criação, assumindo outros compromissos militantes com base na divulgação conjunta das ações realizadas por meio de seus participantes. É assim que o Quilombo cujos propósitos iniciais estavam vinculados à inserção de pautas e reivindicações identitárias no movimento estudantil, acabou assumindo uma tarefa conjunta – com outros coletivos – de atrair pessoas para questões de conscientização racial, mesmo estas pessoas não pertencendo ao âmbito universitário.

Os exemplos mencionados nesta seção contrariam significativamente as narrativas hegemônicas sobre os efeitos das Manifestações de Junho na realidade política e social brasileira (pessimistas e revolucionárias), mas principalmente aquelas focadas em estabelecer uma relação direta entre as transformações da ação política contemporânea e o enfraquecimento da esquerda, com base nos acontecimentos que levaram ao impeachment de Dilma e na eleição de Bolsonaro.

As narrativas realizadas pelos participantes relacionadas ao contexto de surgimento dos coletivos confirmam a pesquisa de Perez (2019) no sentido de que o processo de

intensificação dessa forma de movimento é um efeito diretamente atribuível ao ciclo das manifestações brasileiras. Além disso, demonstrou que grande parte dos antagonismos sociais entre movimentos sociais tradicionais e novas formas de ativismo contemporâneas não apresentaram o mesmo grau de tensionamento vivenciado durante as ações de rua, pois grande parte dos primeiros coletivos da cidade derivavam justamente do intercâmbio de atuação em movimentos anteriores, como sindicatos e partidos políticos.

Além destes aspectos, foi possível perceber que o processo de criação destes coletivos estava ligado a iniciativas de reconstrução de si por parte dos atores, que descobriam opressões às quais estão ou estiveram submetidos ao longo da vida. Este processo de incremento da conscientização, por sua vez, auxiliou na construção de reflexões sobre a importância de abordar esses temas dentro de movimentos tradicionais, assim como atuou na construção de estratégias de mobilização social. O fato de terem aplicação na realidade local e cotidiana não significa, entretanto, que o surgimento destes temas não esteja relacionado com contextos políticos nacionais e globais, na medida em que estes eram assuntos que geraram engajamentos em todo o mundo durante o mesmo período. Por outro lado, o fato de repercutirem esses contextos não permite concluir que o processo local de construção de subjetividades política tenha sido criado, controlado e avaliado por uma autoridade externa à própria realidade dos atores, como fazem as perspectivas pessimistas. Não é porque existem grandes financiadores de pautas identitárias no âmbito da direita e do ativismo liberal que as opressões simplesmente deixam de existir na realidade concreta destes atores.

O contexto de surgimento dos coletivos em questão também aponta diversos elementos previstos por Bringel e Pleyers (2015) como indícios das transformações da ação coletiva contemporânea influenciadas pelo contexto geopolítico global e pelas Manifestações de Junho. Neste sentido, é possível afirmar que a realidade local foi impactada pelo uso intenso das redes sociais, pela forma de organização mais fluida (por meio dos coletivos), pela adoção de agendas menos vinculadas à política partidária, pelas ocupações de espaços públicos e pela própria juventude dos atores políticos de destaque à frente destes movimentos. Todavia, algumas das ambivalências apontadas como pertencentes a estes “novos atores” não se reproduziram no contexto estudado. Em especial, não foi um elemento de destaque no cenário local a crítica aos movimentos tradicionais e à política eleitoral a partir de uma

perspectiva ingênua ou apolítica, aspecto comum das descrições sobre as características e os efeitos de Junho (CHAUÍ, 2013; 2015).

4.2.2 Sobre a percepção dos próprios atores a respeito dos movimentos sociais tradicionais e sua alegada falta de autonomia e horizontalidade

Conforme mencionado, a maioria dos ativistas¹⁴⁸ ligados aos coletivos já possuía experiências de participação em diversas formas de movimento social tradicionais. É provável, portanto, que este aspecto tenha influenciado em grande parte a visão crítica que estes atores possuem em relação aos sentidos das Manifestações, na medida em que os questionamentos feitos pela juventude de Junho em relação à hierarquia dos partidos políticos, movimentos sindicais e outras formas de mobilização social não refletiram na relação positiva que os membros de coletivo no município já possuíam com estes movimentos mais tradicionais. Diante disso, uma boa parte destes atores adota a perspectiva de que as Manifestações teriam sido um movimento orquestrado para prejudicar a esquerda¹⁴⁹, pois as críticas aos partidos e aos movimentos tradicionais não traduziam as suas experiências de participação nessas organizações.

Todavia, os mesmos participantes destacaram em suas falas, quando provocados, alguns aspectos relacionados às limitações dos movimentos sociais mais antigos na construção de “bases” sociais para a esquerda, sobretudo entre os mais pobres, o que indica uma percepção de que o enfoque nos interesses institucionais e na política eleitoral pode ter contribuído para a própria perda de capacidade de mobilização no âmbito da esquerda em relação ao restante da sociedade. É o que demonstra a fala de Carolina, do coletivo Abayomi GV, quando indagada a respeito das críticas feitas aos movimentos tradicionais no âmbito das Manifestações de Junho:

CAROLINA : Eu venho de coletivo, mas eu também sou diretora de sindicato e eu penso que é... estou tentando medir as palavras, mas não...

(...)

CAROLINA : É, eu acho que, enfim, eu acho que essas pessoas não conseguiram entender nem o processo que eles estavam participando. É muito nítido isso. Eu hoje não estou atuando com ensino médio, mas naquele período eu atuava com ensino

¹⁴⁸ Com exceção do movimento LGBTQIA+ e da Atlético da UFJF Campus GV, composto predominantemente por atores mais jovens, e com pouca experiência em formas de mobilização social de cunho político.

¹⁴⁹ São poucos os participantes que remontam essa crítica ao movimento anarquista, que apesar de existente no município, em 2013, eram de pouca expressão. Ademais, os participantes presentes nos protestos lembram que, no município, também houve a ocorrência de tentativas de captura da indignação política por parte de discursos anticorrupção, elaborado por partidos de direita na cidade.

médio e ao conversar com os meus alunos na sala de aula, eles não conseguiam... eles conseguiam ver assim, dois palmos na frente. Mas eles não conseguiam perceber o que estava por trás de tudo aquilo, e porque eles estavam fazendo aquilo, e porquê aquela rejeição toda ao PT. E, assim, na minha opinião, foi algo construído para se chegar nesse processo, mas eu também não sou ingênua de achar que nos processos eleitorais tanto do governo Lula, como do governo Dilma... existiu um distanciamento da base, o PT chega ao poder a partir de um trabalho muito bacana de base. E aí quando chega ao poder ele distancia dessa base. Então existia um distanciamento dessa base, também, e aí as pessoas que queriam, o pessoal da direita aproveitou dessa lacuna, desse distanciamento da base para fazer esse joguinho que deu certo. E aí, o pessoal da militância, o pessoal da esquerda, eu acho que menosprezou o poder dessas pessoas. E aí ficaram ironizando, eu fui uma pessoa que ironizava determinadas atitudes e, sem perceber que a coisa estava ganhando uma proporção, e acaba que tira a esquerda do poder.

Diante deste cenário, conforme a mesma participante, a adoção de outro repertório de mobilização e conscientização coletiva atuava como um diferencial destes movimentos em relação às formas tradicionais de fazer política no âmbito da esquerda:

CAROLINA: (...) É, então, assim, vamos dizer, os movimentos tradicionais, o Movimento Negro, o Movimento Feminista, de uma forma geral, eles foram distanciando da dona Maria, do “seu Zé”. Até, numa questão, colocando a coisa muito rabiscada, com uma linguagem, assim, de chegar, por exemplo... esse que nós fizemos, que eu citei da (nome), nós juntamos vários grupos, e nós fomos para as praças dos bairros, para conversar. E aí lá surgia, as mulheres falavam sobre violência doméstica, bater papo, as mulheres colocavam umas ‘cadeirinhas’, levavam uma estrutura mínima. A gente avisava uns dois dias antes que ia ter uma roda de conversa naquela praça, e a gente falava com uma linguagem que conseguia atender aquelas pessoas, por exemplo, uma das rodas que eu... cada grupo era responsável por uma roda. Eu fiquei responsável pela roda lá do São Raimundo, não sei se você sabe onde que é o Bairro São Raimundo.

ENTREVISTADOR: Sei.

CAROLINA: E foi, assim, uma delícia, porque qualquer mulher que passava, que estava indo para a igreja, a que estava indo para a missa, a que estava buscando menino na escola, a que chegava e via aquele barulho, aquele tanto de mulher e rodeava, e sentava ali para conversar. E aí existia, por exemplo... foi muito engraçado que uma mulher, uma ‘senhorinha’ evangélica, ela contou a história de vida dela, que ela era espancada, etc. Aonde que eu quero chegar? E aí após contar essa história, e que nós nos apresentamos, falamos que a gente era um grupo feminista, ela falou: ‘Mas feminista é isso?’. Ela ficou, assim, chocada de que aquele grupo de mulheres, que o feminismo que ela tanto temia e tinha uma visão tão negativa, era um grupo que podia discutir a violência que ela passava no cotidiano. Então, assim, eu acho que houve esse distanciamento, de não identificar mesmo. Não sei te explicar em que momento que começou essa ruptura, mas existiu um trabalho bacana de base, tanto que a esquerda chega ao poder a partir desse trabalho de base, bacana. E aí quando começa o governo do Lula, da Dilma, vai distanciando sabe? E aí as pessoas já não conseguem se identificar com aquelas pessoas que estavam ali. “Então eu não estou mais representada “né”, quê que é isso? Quê que esse pessoal está falando “né”?”

O mesmo exemplo deste processo pode ser observado no relato da participante Débora, do coletivo Encrespa, quando descreve as razões da escolha do coletivo como forma de superar a dificuldade de se debater as questões raciais no município no âmbito dos Conselhos:

ENTREVISTADOR: E quais eram os objetivos do coletivo nesse início, assim, o que ele pretendia?

DÉBORA: Era mesmo ter essa questão, trazer essa questão da pauta racial que em Valadares não tinha muito. Tinha o Conselho, mas era bem restrito, e a gente acabou trazendo esse debate de uma forma, digamos, mais popular, mais acessível.

A participante Gabriela, por sua vez, faz um relato muito claro das dificuldades atinentes às duas diferentes formas de organização coletiva. Segundo a mesma, as organizações que possuem um caráter mais institucional, como os movimentos tradicionais, são muito fechados para discutir determinados assuntos que atravessam a sociedade, focando na atuação via instituições. Já os coletivos se prenderiam aos próprios particularismos e relações de poder a partir da percepção individual, deixando de abordar os aspectos estruturais e macropolíticos.

Uma possível reflexão a respeito das limitações das formas de atuação dos movimentos tradicionais é a hipótese de que as Manifestações de Junho elaboraram, de uma forma bastante precária, alguns dos problemas relacionados ao funcionamento do ativismo de esquerda, o que foi traduzido sob a forma de reivindicação por autonomia e horizontalidade. Neste sentido, embora a crítica à ausência de autonomia tenha sido materializada, em alguns casos, pelo estranhamento (apolítico) dos partidos e sindicatos, e a crítica à ausência de horizontalidade pela formação de uma cultura assemblear de participação igualitária e discussões infinitas, havia outros aspectos em jogo, relacionados à desconfiança popular das defesas enfáticas e automáticas de partidos e personagens, bem como da mobilização pautada pela afirmação de uma superioridade moral dos militantes em razão de suas preferências. É assim que a autonomia e horizontalidade passaram a se constituir como uma forma de discurso e posicionamento por parte da militância, que permite aos potenciais novos atores se interessarem por questões que os atingem, sem a necessidade de se vincular imediata e completamente a programas e posicionamentos supostamente superiores.

A entrevista de Elaine elabora em termos mais precisos o modo como essas críticas se materializaram em sua militância. Para Elaine, que já foi filiada a partido político, a adesão a esta forma de organização leva, não raras vezes, a formação de coligações que prejudicariam

os interesses do próprio partido com o fim de garantir a governabilidade. Além disso, levaria a adoção de posturas acríticas, ou, “fanáticas” por parte de seus membros, conforme os termos da própria participante.

O caráter identitário das iniciativas performadas pelos coletivos também é um fator que aponta para alguns dos limites dos modos de atuação dos movimentos tradicionais, na medida em que a ação política centrada na afirmação das identidades corresponde a uma forma direta de percepção das hierarquias presentes nas relações sociais, favorecendo o interesse de pessoas até então desconectadas com as lutas por pautas políticas atuais. Além disso, ao contrário do que defendem seus principais críticos, como Antônio Risério e os discursos que legitimam a ideia de guerras híbridas, as mobilizações em torno das identidades não bloqueiam a percepção de que os coletivos, enquanto movimentos sociais, podem e devem expandir seus discursos e ações para outras questões políticas mais complexas, que atingem um número maior de pessoas e tocam de forma mais profunda no modo de funcionamento das estruturas. No âmbito de dois movimentos que podem ser caracterizados como identitários, no município, esta ampliação de objetivos, visando outros fins, e que extrapolam as transformações ligadas ao reconhecimento de minorias podem ser destacados.

É o caso do Encrespa, que conforme a opinião de Gabriela, deixou de focar processos de transição e aceitação e passou a atacar questões mais voltadas ao racismo estrutural, e da Atlética União Igualdade e Força, que, conforme narra Luiz, saiu de um aspecto mais voltado para a recreação e normalização da sociabilidade LGBTQIA+ e passou a incorporar demandas relacionadas a direitos com reflexos materiais na vida das pessoas ligadas a este grupo, como no caso da luta pela política pública de implementação do PREP, por exemplo, que consiste em uma combinação de dois fármacos profiláticos de pré-exposição ao HIV. Os membros do coletivo também refletem atualmente sobre a necessidade de avançarem na representatividade eleitoral de suas demandas no município, mediante a incorporação de diferentes aspectos políticos (ambiental, antirracista), além de promoverem propostas embrionárias de ampliação de suas atividades em um sentido que vai além das demandas mais relacionadas ao reconhecimento de minorias:

LUIZ: (...) Nós fizemos isso várias vezes. Nós já doamos cestas para várias travestis, nós já compramos fogão, nós demos um fogão para um homem trans que ele falou “Luiz, olha, nós temos comida, nós temos alimentos, mas nós temos...não temos um fogão para cozinhar, você pode, a associação pode doar um fogão?” a

gente comprou um fogão e doamos para essa pessoa trans. Então assim, a Associação ela tem esse papel de possibilitar isso, por isso que eu falei lá atrás, o projeto maior da Atlética é criar uma associação robusta, para que ela consiga de fato amparar essas pessoas, para que ela consiga de fato ajudar essas pessoas no que elas precisarem, se a pessoa LGBT ela foi expulsa de casa, que ela possa no futuro ter um local para ela ficar temporariamente, que a gente consiga criar um centro de acolhimento, que a gente consiga criar um centro de capacitação, que a gente consiga criar modos de inserir essas pessoas no mercado de trabalho para que elas consigam se auto sustentar financeiramente.

Os depoimentos dos membros de coletivos reforçam, portanto, a percepção de que mesmo quando as ações coletivas nascem desvinculadas de pretensões políticas e transformações sociais mais amplas e bem definidas, a formação de redes de atuação com outros movimentos e atores favorece a incorporação de novos aspectos na atuação destes atores, sendo mais direcionados a provocar mudanças nas estruturas sociais. Sobre este último aspecto, é importante mencionar que diversos participantes situaram o contexto municipal como um ambiente extremamente conservador no sentido social e político, que silencia a cultura e a identidade negra e persegue as formas de expressão da sexualidade e de gênero não hegemônicas.

Diante dessas circunstâncias, não há como considerar haver um grau de hierarquia ou importância entre as ações que promovem transformações culturais e as ações que se preocupam com aspectos econômicos no âmbito da atuação destes participantes. No contexto municipal, todas são urgentes e necessárias, sendo as mobilizações em torno da ocupação de espaços, visibilidade de corpos e reconstrução cultural e histórica são, inclusive, tão ou mais difíceis de serem travadas do que qualquer mobilização em torno de reivindicações econômicas.

Um último aspecto ligado ao repertório de ações relacionados às Manifestações precisa ser ressaltado. Os atores ligados a estes coletivos – principalmente os jovens, os estudantes e as mulheres – representam, no município, a rede mais visível de articulação contra o reacionarismo contemporâneo. Neste sentido, considerando o fato de que, pelo menos desde 2013, no Brasil, as mudanças de direção em relação à inclinação ideológica da sociedade passam pela ocupação maciça das ruas por meio de protestos e passeatas, bem como pela formação de redes de informação e cultura política, não há como deixar de mencionar que o papel desempenhado por estes atores em termos de mobilização supera em muito as iniciativas promovidas por partidos de esquerda e, principalmente, por meio de movimentos de trabalhadores, como os sindicatos. Isso reforça a impropriedade das análises focadas em relacionar grande parte das transformações recentes de crescimento do fascismo

contemporâneo às escolhas políticas realizadas pelos novos movimentos de esquerda em seus processos de transformação.

4.2.3 Os limites do repertório das Manifestações em relação à possibilidade de sobrevivência dos coletivos

O processo de ascensão dos coletivos nos anos mais próximos às Manifestações de Junho sofreu uma considerável queda no período mais recente, o que já ocorria antes mesmo da ocorrência da pandemia de covid-19. Nestas circunstâncias, verificou-se que grande parte do processo de criação e manutenção de novos movimentos na cidade decorreria do próprio movimento de aproximação realizado por parte dos partidos políticos de esquerda, principalmente, o PT e o PSOL, com as lideranças, juvenis ou não, previamente ligadas a partidos, que demonstravam interesse para atividade política dentro dos novos repertórios dos movimentos sociais compostos por jovens. É o que afirma Gabriela, por exemplo, uma das principais articuladoras políticas dos diversos movimentos existentes na cidade:

ENTREVISTADOR: Que foi um período muito, assim, que o próprio município meio que incentivou. As políticas funcionavam meio que com estímulo a esses movimentos também, você tem essa percepção, também?

GABRIELA: Tenho. Tenho porque criaram-se espaços, projetos para a poder fomentar essa organização coletiva. E também criou-se estruturas mesmo, por exemplo, quase todas as pistas de skate foram construídas nesse período, os espaços de convivência foram criados nesse período, o Céu das Artes... então houve essa movimentação nessa criação de espaços para que esses grupos se encontrassem. Então foi muito importante, aí teve o espaço mais institucional, que é o Departamento de Juventude, o Conselho Municipal de Juventude e o próprio Plano Municipal de Juventude, que fez esse trabalho de fomentar, levantar e articular esses coletivos de alguma forma, esses grupos, de alguma forma.

Neste sentido, embora a seção anterior tenha mostrado que, de modo geral, alguns aspectos relacionados à autonomia e à horizontalidade tenham refletido em uma maior capacidade de mobilização e atração de novos membros por parte destes movimentos sociais, diversos foram os depoimentos que apontaram para determinados limites desta forma organizativa. A sobrevivência de iniciativas não institucionalizadas, principalmente a dos coletivos que querem reforçar sua autonomia, depende muito do voluntarismo de seus membros mais ativos e da busca por editais de financiamento, tendo em vista que grande parte

das pessoas que se aproximam dessas organizações fazem-no na condição de beneficiário das ações culturais, ou de simples apoiadores.

Alguns participantes expuseram as dificuldades de desenvolver suas ações sem contar com uma estrutura financeira, organizacional e de propósitos que extrapolem a determinação de seus membros mais efetivos. Em sua entrevista, a participante Carolina expõe esta dificuldade:

ENTREVISTADOR: Entendi. E vocês já pensaram em ter algum apoio assim, da prefeitura, do poder público, você já contava com isso em algum momento, ou não?
 CAROLINA: Não, a gente não quer. Assim, o Abayomi, de forma nenhuma, a gente não quer esse apoio, a gente rejeita esse apoio. O que aconteceu, por exemplo, o ano passado, a gente concorreu em um edital, ia ser um dinheiro bacana. E a gente acabou não conseguindo esse edital. Eu estou, inclusive, eu estou de licença. Entrei de licença ontem, até, do mestrado, porque eu estou com problema pessoal, mas a gente estava com a intenção de concorrer a projetos para gente conseguir dinheiro para estruturar o coletivo, porque falta isso para a gente. Você quer tirar, ir para escola fazer uma oficina de máscara, a gente tira do bolso para comprar o material. Para poder levar e eu, às vezes a gente fala “ah você tem tinta aí? Ou você tem alguma coisa na sua escola?”. “Não a gente tem umas tintas aqui”, a gente pega e usa o material da escola, ou de onde a gente for chamado. Que não é muito legal, que às vezes lá não é o material que a gente queria. Então o Abayomi, o que a gente pensa, a gente já olhou em cartório para poder oficializar o coletivo, nem isso a gente tem grana para poder fazer.

Para além das dificuldades próprias relacionadas à inexistência de uma estrutura e de um grau de institucionalização capaz de fazer o movimento perdurar no tempo e promover impactos sociais mais duradouros e constantes, alguns fatores locais bastante interessantes foram destacados por alguns participantes como responsáveis por frear as conquistas possíveis por meio do repertório dos coletivos. Em seu discurso, Gabriela cita como a vinda da Universidade Federal de Juiz de Fora para o município, que, em princípio, apenas favoreceria o surgimento de atores e discursos progressistas e engajados, contribuiu para o enfraquecimento de articulações culturais já existentes na cidade.

GABRIELA: Eu acho que, por exemplo, o a própria universidade federal ela teve um papel de repente contrário a esse movimento de fomentar esses coletivos, porque ela trouxe eventos, megaeventos enormes e grandes, que aí a juventude queria se encontrar nesses eventos, essas coisas grandes que os coletivos faziam pequenos eventos. E aí, eu acho, eu penso que houve essa mudança, assim, a própria universidade trouxe uma outra forma de divertimento ou forma de se organizar nas atléticas, e aí ficou mais interessante, ficou mais é... O jovem quer fazer parte, quer pertencer, isso era muito melhor pertencer a uma atlética e tal do que sair em coletivos por exemplo, sem estrutura nenhuma, sem... e aí a gente já passou por um processo de desde o “rolezinho” no shopping... de uma perseguição e de tirar os coletivos desses espaços, então quê que aconteceu, os meninos foram proibidos de fazer o “rolezinho” no shopping, aí eles não podiam mais se encontrar na praça da

estação e do imigrante. A “Florestinha”, que era uma reivindicação dos coletivos de cultura, para a ser um espaço de cultura, foi transformado em um equipamento hoje que é administrativo, existe um centro lá de tecnológico, mas a juventude não vai acessar aquilo. Então é... foram perdendo esses espaços, a gente foi perdendo os espaços e foi perdendo locais de referência mesmo e poucos foram os coletivos que sobreviveram a essa, esse movimento de tirar mesmo o centro dos jovens, colocar lá eventos grandes. .

O caráter reacionário do município, em muito reflexo das forças políticas que fixaram hegemonia a partir das lutas pela terra nos anos 1960, foi também apontado como um dos fatores mais fortes de desmobilização da atuação destes atores, principalmente quando se tratam de iniciativas ligadas à periferia e à afirmação da negritude em espaços urbanos centrais. É o que diz Tiago a respeito da perseguição da polícia e da classe média da cidade ao Coletivo Deck e suas ações, que já resultou em prisão, agressões, destruição dos materiais do grupo e exclusão de processos seletivos para financiamento de iniciativas culturais.

Confirmando a perspectiva apresentada por Tiago, Gabriela aponta para a existência de medidas de criminalização, estigmatização e perseguição de alguns atores e formas de mobilização, demonstrando que algumas características do período autoritário permanecem como constantes no município, e que dependem dos símbolos invocados e dos atores envolvidos.

Os depoimentos sobre os motivos de diminuição da atuação dos coletivos apontam que a capacidade de mobilização social de movimentos da esquerda é influenciada por um número grande de variáveis, não podendo ser atribuída a determinado fator isolado, como fazem as perspectivas hegemônicas, revolucionárias ou pessimistas. Se, por um lado, a autonomia e a horizontalidade, nos termos descritos na última seção, facilitaram a aproximação destes movimentos com pessoas não politizadas¹⁵⁰, a ausência de institucionalização cria outra série de dificuldades para a subsistência destes movimentos, bem como de sua capacidade de mobilização social. Além disso, fatores macro¹⁵¹, como estruturas sociais, e micropolíticos, como motivos de ordem pessoal, apareceram como motivos relevantes apontados pelos participantes, embora constituam aspectos pouco visitados pelas perspectivas que se debruçam sobre o impacto das transformações políticas contemporâneas.

¹⁵⁰ O que foi considerado como um problema dos movimentos tradicionais, por parte dos entrevistados.

¹⁵¹ Podem ser citados, ainda, como exemplos, a intensificação do neoliberalismo e de tomada das ruas por movimentos de extrema-direita.

A percepção destes fatores permite evitar a interpretação de que a emergência dessas transformações na ação coletiva de esquerda correspondem ao fim das formas de organização política baseadas na institucionalização, na verticalidade e no recrutamento, métodos comumente atribuíveis aos movimentos sociais tradicionais. Como informam Bringel e Pleyers (2015), a construção do “novo”, neste caso, é carregada de ambivalências, sendo uma das mais relevantes a constante presença das formas de atuação consideradas como parte do passado.

Não obstante, a despeito da constatada diminuição da atividade dos coletivos, a criatividade e o empenho de mobilização demonstrados por estes atores ao longo dos anos remontam à possibilidade de construção de uma nova conjuntura política favorável à esquerda e ao progressismo no município, embora não apontem em absoluto para a formação de uma revolução sistêmica, como procuram representar os intérpretes das perspectivas otimistas a respeito do nosso ciclo de protestos e seus impactos. De todo modo, espera-se que algumas destas condições de possibilidade (de fortalecimento do pensamento de esquerda) estejam minimamente representadas, memorizadas e, quem sabe, incentivadas, a partir da conclusão do presente trabalho, como forma de evitar a reprodução de leituras ancoradas em surpresas de cunho otimista ou responsabilizações injustas de novos atores e movimentos.

4.3 OS REFLEXOS DAS MANIFESTAÇÕES NA REALIDADE DE GOVERNADOR VALADARES

Conforme visto no capítulo 3, as consequências das Manifestações no cenário político nacional contrariaram significativamente as teses consideradas neste trabalho como pessimistas, que resumem as transformações políticas pelas quais passou a esquerda nos últimos anos – predomínio das ações de rua, caráter identitário, horizontalidade, crítica à política institucional e representativa – a uma iniciativa orquestrada por determinados grupos para o enfraquecimento da esquerda política e sublevação da extrema-direita no Brasil. A desconstrução dessas teses foi realizada por meio da recuperação de movimentos e eventos de protesto, posteriores a 2013, que apontavam para um sentido de fortalecimento de discursos e símbolos antineoliberais, bem como propunham uma aproximação entre diferentes movimentos, formas e pautas de luta no âmbito da esquerda. Além disso, escolheu-se

demonstrar a pertinência das perspectivas acadêmicas e a produtividade das experiências históricas de interseção entre diferentes lutas pela esquerda.

A pesquisa de campo realizada no município de Governador Valadares, por sua vez, confirmou diversos dos aspectos apontados no capítulo anterior como ilustrativos de consequências positivas no âmbito da ação política de esquerda, influenciadas pelas transformações relacionadas às Manifestações de Junho e defendidas por autores como Pinheiro-Machado (2018), Pelbart (2019), Gohn (2015; 2017), Augusto et al. (2016) e Perez (2019).

Entre estas consequências, destacam-se: i) a ocorrência de uma primavera feminista no município, manifesta pela criação de coletivos feministas, de ciclos de mobilização em redes sociais e nas ruas; ii) o despertar de uma consciência racial e de uma mobilização antirracista em diversos atores e movimentos; iii) a identificação de limites às institucionalidades e à perda de base social por parte da esquerda que atua em movimentos sociais tradicionais; iv) a autonomia e a horizontalidade utilizados como aspectos estratégicos de comunicação entre os movimentos, seus atores e pessoas despolitizadas na sociedade; v) a realização de rolezinhos, ocupações secundaristas e eventos de protesto contrários ao reacionarismo e ao neoliberalismo brasileiro, como expressões do ativismo de esquerda contemporâneo influenciado pelas Manifestações; iv) a adoção de agendas identitárias como forma de discussão de hierarquias dentro de movimentos tradicionais e atração de novos participantes para os movimentos de esquerda.

Além destes aspectos, os depoimentos demonstraram que diversos dos aprendizados posteriores a Junho por parte dos movimentos sociais em âmbito nacional foram incorporados na atuação dos coletivos municipais. Neste sentido, ressalta-se que a crítica aos movimentos tradicionais, quando existentes, se voltaram muito mais para a perda de inserção destas na sociedade, em nada se comparando ao discurso anticorrupção e condenatório da esquerda presente nas perspectivas pessimistas (SOUZA, 2017, 2018; HORTA, 2017; 2018). Da mesma forma, os pequenos episódios de estranhamentos entre os movimentos relatados, não corresponderam ao fenômeno mencionado como atitude purista (FERNANDES, 2019), aspecto comum dos críticos às transformações de repertório no âmbito da esquerda, correspondendo às contradições relacionadas às alianças eleitorais bem retratadas pelos atores de Junho.

Os questionamentos feitos aos participantes dos coletivos a respeito dos motivos de seu engajamento político procuraram, portanto, seguir as orientações definidas por Bringel (2013); Bringel e Pleyers (2015); Castells (2013), no sentido de que os impactos de um movimento de protesto não devem ser medidos pelos seus resultados eleitorais imediatos, mas pela difusão de seus discursos e práticas nas ideias, no funcionamento das instituições e nas próprias relações sociais, de maneira difusa e micropolítica. Os resultados apresentados, contudo, modificaram, de forma positiva, as próprias expectativas da pesquisa a respeito das correlações possíveis entre a atuação dos coletivos e os reflexos de Junho na realidade brasileira, conforme abordado neste capítulo. É preciso ressaltar, entretanto, que diversos dos problemas relativos à captura das pautas progressistas por perspectivas de direita permanecem nos dias de hoje, assim como permanecem as dificuldades materiais de defesa e construção de determinadas formas de vida que fujam ao individualismo, à anomia social e à financeirização em nossa sociedade. De qualquer modo, as iniciativas adotadas por estes atores ao longo dos últimos anos correspondem tanto a formas fundamentais de resistência ao período de retirada de direitos e expansão do reacionarismo na sociedade brasileira, quanto a uma espécie de acumulação de experiências de organização social que podem se mostrar propositivas em momentos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese consiste em uma tentativa de interpretar os acontecimentos políticos da atualidade sem incorrer em algumas das tentações comuns aos analistas políticos e sociais críticos da direita e do capitalismo, que se alternam na proposta de antecipar teoricamente os indícios de um processo revolucionário ou de culpabilização dos próprios atores e movimentos pelos insucessos e transformações que não ocorreram no sentido correto, segundo seus pressupostos teóricos ou práticos.

O caminho adotado foi influenciado pela crítica de Bringel (2013) e Bringel e Players (2015) sobre os defeitos mais comuns da bibliografia nacional a respeito dos efeitos das Manifestações de Junho no cenário brasileiro, quais sejam: o sobredimensionamento do presente para explicação de fenômenos que possuem raízes mais antigas; a redução da vida política à dimensão institucional ou eleitoral; o foco nas ações de rua e nos protestos, ignorando o contexto maior no qual as Manifestações estão inseridas; a medição de seus efeitos a partir, exclusivamente, de resultados eleitorais imediatos.

A revisão bibliográfica inicial confirmou a tendência captada por Bringel (2013), na medida em que uma das principais linhas de interpretação dos acontecimentos políticos brasileiros dos últimos anos – dentro do ativismo de esquerda e das perspectivas acadêmicas críticas ao capitalismo – liga a emergência das Manifestações de Junho ao crescimento da extrema-direita no Brasil e ao respectivo enfraquecimento da esquerda política. Este discurso é formado por diferentes aspectos e perspectivas de análise, passando pela desclassificação dos atores de Junho ou de suas reivindicações relacionadas aos problemas da representação (CHAUÍ, 2013, 2015; HORTA, 2017, 2018; SOUZA, 2020; CASTRO, 2020); pela conexão entre as Manifestações de Junho e as derrotas institucionais da esquerda (SINGER, 2016; FERREIRA, 2020); e pela crítica à virada identitária ocorrida no mundo e, no Brasil, a partir de 2013 (RISÉRIO, 2020; SAFATLE, 2012) ocasião em que a esquerda teria esquecido seu viés de classe em virtude da adoção de pautas estranhas à realidade brasileira.

A segunda perspectiva considerada como hegemônica, chamada nesta tese de otimista ou revolucionária (HARDT, 2014; ALBUQUERQUE, 2014; CAVA, 2013; COCCO, 2014; SANTIAGO, 2015), fez bastante sucesso durante e nos anos imediatamente posteriores às Manifestações, pois parecia retratar um período de mobilização social constante e

irreconciliável, que só se resolveria com uma transformação radical da sociedade e do sistema político, em um sentido progressista. Com o tempo, todavia, a não concretização de suas expectativas diminuiu o seu apelo perante a militância de esquerda, apesar de sua permanência no âmbito da academia.

Seguindo as recomendações traçadas por Bringel (2013) a respeito da melhor forma de investigação sobre o tema, bem como a linha interpretativa de autores como Pinheiro-Machado (2018, 2019); Mendes (2018); Pelbart (2018) sobre a existência de efeitos positivos no âmbito micropolítico nacional, o presente trabalho resolveu manter uma postura otimista a respeito dos reflexos de Junho, porém sem recorrer à procura por indícios de um processo revolucionário. O caráter otimista, no caso presente, refere-se à identificação de eventos e acontecimentos que demonstram como alguns atores e movimentos sociais incorporaram, em suas ações, formas de discurso e organização eficientes para a construção de novas subjetividades, para a manutenção de um pensamento político de esquerda e até mesmo para a inserção social e eleitoral de suas demandas. Não se trata, portanto, de afirmar que amanhã vai ser maior (CAVA e COCCO, 2014; PINHEIRO-MACHADO, 2019), mas de considerar os aspectos concretos por onde passa a construção de um amanhã diferente.

Com base na recuperação dos acontecimentos políticos de grande envergadura ocorridos desde 2009 e considerados por diferentes autores como parte de um mesmo ciclo de protestos (CASTELLS, 2013, 2018; GOHN, 2015), o capítulo 2 foi responsável por desconstruir algumas das visões otimistas sobre os efeitos das Manifestações, ancoradas na ideia de que os movimentos de protesto do novo milênio correspondiam a uma forma de revolução total ou de superação do capitalismo financeiro ou neoliberal, por meio do crescimento do ativismo de ocupações e protestos de rua. A desconstrução foi realizada, inicialmente, a partir do apontamento de diferentes consequências e contextos políticos de ascensão dos protestos ao redor do mundo, o que prejudica a sua caracterização como um de superação progressista do capitalismo. A descrição das diversas etapas das manifestações brasileiras, também realizada neste capítulo, atuou igualmente neste sentido, mediante a demonstração da heterogeneidade dos atores, das forças políticas que disputavam o sentido do movimento, e das contradições que permeiam o funcionamento do sistema político brasileiro. Essa heterogeneidade, por sua vez, também serviu como forma de desconstruir o argumento das perspectivas pessimistas no sentido de que as manifestações correspondiam a um movimento orquestrado para retirada de direitos e fortalecimento da direita no Brasil.

As reflexões adotadas no capítulo 3 foram direcionadas para as perspectivas pessimistas, e demonstraram, por sua vez, que o contexto de intensa e heterogênea mobilização política relacionado às Manifestações, incluindo a emergência das questões identitárias e a crítica aos movimentos sociais tradicionais, antecipava a necessidade de uma nova agenda de mobilização por parte da esquerda, o que envolvia a atração de novos atores ou a provocação de mecanismos de subjetivação política na sociedade. Este processo já se encontrava em curso na dinâmica e na reflexão dos próprios atores e movimentos atuantes durante o período lulista, que colhiam as vitórias de um contexto de mobilização anterior, estruturado pelo menos a partir da década de 1970 (MENDES, 2018). Contudo, as Manifestações ampliaram significativamente o alcance e a aceleração do mesmo, por meio de um processo chamado por Bringel de transbordamento societário (2013), ou seja, de espalhamento dos discursos e reivindicações do evento de maneira difusa em toda a sociedade. Neste sentido, foi possível concluir que o processo de criação dos coletivos de caráter cultural, autônomo e horizontal e identitário, em um primeiro momento, e os eventos de protestos que se seguiram nos anos posteriores – ocupações secundaristas, primavera feminista, protestos universitários, criação de novos movimentos sociais e frentes de movimentos, constituíram tanto um sintoma quanto uma forma de reagir a esta necessidade ampliada a partir das Manifestações, de fortalecimento da coesão do pensamento de esquerda diante dos constantes ataques sofridos na via institucional e eleitoral.

Na parte final do capítulo 3 foi demonstrada a pertinência da aproximação teórica (MBEMBE, 2014; 2016; BUTLER; 2018; FRASER, 2020) e histórica (HAIDER, 2019; RAGO, 1996; TELES, 2017; MCRAE, 2018; GÓES, 2017) entre as diferentes pautas e formas de luta no âmbito da esquerda, o que também colaborou para a desconstrução de alguns dos argumentos principais das perspectivas pessimistas que invocam a complexificação das pautas de esquerda como um aspecto “novo” e “não desejável”, por ser supostamente prejudicial ao próprio campo político progressista ou de esquerda no âmbito eleitoral.

Os acontecimentos narrados pelos participantes no capítulo 4 em suas trajetórias de mobilização por meio dos coletivos, confirmaram, por sua vez, a tendência constatada no capítulo 3, de que a conscientização dos atores realizada a partir das questões identitárias, no âmbito local, aproximou estes mesmos atores de pessoas e discursos já experientes na

conexão entre as diversas formas de opressão, o que permitiu com que o identitarismo atuasse como uma espécie de porta de entrada para uma subjetividade mais coerente do ponto de vista ideológico de esquerda. Além disso, as reivindicações por autonomia e horizontalidade, embora consideradas pelos participantes como armadilhas utilizadas pela “direita” para desconstruir parte das conquistas obtidas no período, foram incorporadas no repertório de ações e na linguagem dos coletivos como formas de manter a mobilização social de esquerda viva na sociedade, incorporando novos atores ou mediante a formação de interseções nas diversas formas de luta existentes nos movimentos tradicionais.

Sobre este fenômeno, é importante ressaltar, ainda, a relevância que o mesmo assume em uma configuração do sistema político-eleitoral e representativo latino-americano, marcado pela associação direta entre grandes líderes e seus seguidores. Em tal configuração, despolitizante, em alguma medida, o surgimento de novos atores, discursos e repertório político serviu como forma de manutenção de uma plataforma política oposta àquela representada pela extrema-direita, defensora explícita do racismo, do patriarcado e do neoliberalismo. Além disso, impede a formação de uma perspectiva derrotista e desmobilizadora das análises que tendem a considerar apenas as transformações macroestruturais, baseadas no processo político eleitoral ou institucional.

A pesquisa também apontou que a adoção de parte do repertório de atuação política das Manifestações por parte dos movimentos estudados encontrou dificuldades relacionadas à sua ausência de institucionalização, o que, com o passar do tempo, pode indicar o deslocamento do ativismo de alguns destes atores para outros movimentos sociais mais institucionalizados, nos próximos anos, ou a própria transformação no modo de funcionamento dos coletivos, visando sua maior sustentação. Este aspecto foi considerado como um possível aprendizado relacionados às consequências de Junho, na medida em que superou determinadas expectativas militantes das perspectivas otimistas no sentido de que a ausência de burocracia e a institucionalização seria suficientes para expandir o pensamento de esquerda na sociedade.

Ao final das entrevistas, constatou-se que talvez tenha sido uma opção equivocada desconsiderar a importância dos coletivos pertencentes a movimentos sociais tradicionais, como sindicatos e partidos, em razão de uma suposta incapacidade de desvinculação das diferentes formas de atuação política por parte dos participantes. Conforme visto por meio dos depoimentos dos participantes, ainda quando os coletivos nascem a partir de iniciativas

contextuais autônomas em relação a outros movimentos preexistentes, as experiências de mobilização social dos atores, bem como sua visão política, interferem muito mais no modo como estes articulam suas atividades em várias frentes organizativas, do que supostamente o seu contexto de criação. Além disso, teria sido relevante investigar entre os próprios termos dos participantes assumidamente pertencentes aos movimentos tradicionais os motivos e as características de criação do repertório de atuação definido pela criação de coletivos.

O histórico de lutas sociais da região aponta, ainda, para o cuidado em estabelecer períodos de transição e/ou ruptura na forma de organização ou nas pautas de movimentos sociais, o que pode resultar na reprodução de evolucionismo e determinismo histórico, seja a partir de perspectivas economicistas ou culturalistas. Neste sentido, grande parte das transformações dos atores e dos movimentos sociais que costumam ser atribuídos às Manifestações de Junho fazem parte das reflexões de diversos atores envolvidos com mobilização social em períodos anteriores, o que exige o reconhecimento de que as ideias, embora floresçam com maior vigor em determinadas épocas – como em 2013 – correspondem a formas dispersas de inquietação políticas existentes há muito tempo, permanecendo em suspensão, até encontrar um contexto favorável para o seu florescimento.

Por fim, espera-se que a presente tese tenha servido não apenas ao propósito de incrementar as análises voltadas para a compreensão de contextos políticos locais e globais, mediante as transformações relacionadas aos atores, aos movimentos e seu repertório de discursos e práticas. Almeja-se, igualmente, que o trabalho de pesquisa aqui realizado possa contribuir para os próprios processos de construção e ampliação das subjetividades relacionadas ao município, bem como sirva para devolver aos atores envolvidos possíveis reflexões que auxiliem na melhoria das iniciativas de mobilização já utilizadas por eles, assim como serviram para o próprio pesquisador em seu processo constante de reelaboração da própria subjetividade política.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, v. 13, p. 52-84, 2011.
- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.
- ABRANCHES, Sérgio. Trinta anos de presidencialismo de coalizão, **Dados**, 2019. Publicado em 31/05/2019. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/trinta-anos-de-presidencialismo-de-coalizao/>> Acesso em: 01/03/2021.
- ALBUQUERQUE, H. T. A.. Poder Constituído: a pacificação como expropriação primeira ou como expropriação ontológica. In '**Amanhã Vai Ser Maior: o levante da multidão no ano que não acabou**'. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. v. 1. 255 a 264p .
- ALCANTARA, Livia; BRINGEL, Breno. Dos zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e231325, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100202&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16/04/2021.
- ALCKMIN diz ser 'intolerável ação de baderneiros' urante protestos em SP. **G1 São Paulo**. Publicado em 12/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-disse-ser-intoleravel-acao-de-baderneiros-durante-protestos-em-sp.html>>. Acesso em: 07/07/2021
- ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. **Sociologia da ação coletiva**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. Um Malcolm X que é preciso descobrir. **Outras Palavras**. Publicado em: 04/12/2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/um-malcolm-x-que-e-preciso-descobrir/>>
- ALTMAN, Breno. O que é, afinal, a Frente Brasil Popular?. **Frente Brasil Popular (site)**. Publicado em: 09/09/2015. Disponível em: <<http://www.frentebrasilpopular.org.br/artigos/o-que-e-afinal-a-frente-brasil-popular-3d24/>>. Acesso em: 03/10/2020.
- ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alexsandro. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 19, p. 75-95, 2017.

AMARAL, J. G. (2014). Coletivos Universitários de Diversidade Sexual e a crítica à institucionalização da militância LGBT. **Século XXI: Revista De Ciências Sociais**, 4(2), 133–179. <https://doi.org/10.5902/2236672517041>

AMARAL, Oswaldo E. do. A organização do sistema político no Brasil na década petista (2003-2013). In: **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 107-123. Publicado em 12/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400107&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/12/2019.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; DA ROCHA RESENDE, Paulo Edgar. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 40, 2016.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós: Retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. Editora Record, 2021.

ÁVILA, Maria Betania. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

BBB 21: 'Esquerda criou palco, ganhou espelho e não gostou do que viu', diz filósofo sobre o reality. **BBC News Brasil**. Publicado em 11/02/2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56014519>> Acesso em 08/01/2022.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Editora Record, 2005.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 303-326, 2004.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?**. Editora Todavia SA, 2017.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. Boitempo Editorial, 2017.

BRAGA, Ruy. As Jornadas de Junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatorio Social de América Latina**, 8, 51-61. Publicado em 11/2013. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf#page=52> Acesso em: 12/03/2021.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. In: **Eccos Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 97-121, 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/715/71512097006.pdf>> Acesso em: 30/06/2021

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, v. 62, p. 42-53, 2013. Disponível em: <<https://inteligencia.insightnet.com.br/miopias-sentidos-e-tendencias-do-levante-brasileiro-de-2013/>> Acesso em: 30/01/2021

BRINGEL B; PLEYERS, G. “Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. **Nueva Sociedad**: democracia e política em América Latina, volume especial em português, nov. 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BULCÃO, Luiz. Cabral diz que protesto tem ar político que não é espontâneo da população. **G1 Rio de Janeiro**. Publicado em 13/03/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/cabral-diz-que-protesto-tem-ar-politico-que-nao-e-espontaneo-da-populacao.html>>. Acesso em: 07/07/2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.

CALDERÓN, Fernando. CASTELS, Manuel. **A nova América Latina**. Traduzido por Eliana Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. **Escolas de luta**. Editora Veneta (Editora Campos LTDA-ME), 2016.

CAMPOS, Antonia Malta. Escolas luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações de escolas em São Paulo. In. **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**, Organizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário et Rúrion Melo. São Paulo: Editora, v. 34, pp. 79-102, 2019.

CARA, Daniel. Por Que 10% do Pib Para a Educação Pública? A Posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Educação em Revista**, v. 13, n. 1, p. 13-30, 2012.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados** [online]. 1997, v. 40, n. 2. Acesso em 01/08/2021, pp. 229-250. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

CASTRO, JCL. Neoliberalismo, guerra híbrida e a campanha presidencial de Bolsonaro. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo (SP), v. 42, n. 1, p. 261-291, 2020.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)**. Annablume, 2013.

CERIONI, Clara. Brasil gasta por aluno menos da metade do que países da OCDE. **EXAME** São Paulo: 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/brasil-gasta-por-alunos-menos-da-metade-do-que-paises-da-ocde/>> Acesso em: 01/07/2021.

CESARINO, Letícia. **Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética**. VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Ubu Editora, 2020.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial, 2015. p. 123-134.

CHAUÍ, Marilena. **Pela responsabilidade intelectual e política**. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho. Revista Cult, São Paulo, ano 16, n. 182, p. 7-15, ago., 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados**. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Laís Modelli. Carta Maior, v. 23, 2016.

COCCO, Giuseppe. Introdução – A dança dos vagalumes. **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Anna Blume, 2014.

COELHO, Marco Antonio Tavares. **Rio doce: a espantosa evolução de um vale**. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova York/Londres, Routledge, 1990.

COSTA, Marcos Rogério Martins. O corpo do manifestante das Jornadas de Junho de 2013: a charge e o editorial da Folha de São Paulo. Galáxia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. ISSN 1982-2553, n. 33, 2016.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 14, 1989, p. 538–54.

CRUZ, Fernanda. Cartel desviou mais de R\$ 1,6 bi de merenda e educação em São Paulo. **Agência Brasil**, 09/05/2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-05/desvio-de-verba-reduz-qualidade-da-merenda-em-30-cidades-paulistas>>. Acesso em: 01/12/2021.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. **Fronteiras - Revista De Teologia Da Unicap**, 3(1), 40–65, 2020.

DA SILVA, Caio Ramos; DA SILVA, Danielle Miranda; DO ROSÁRIO, Nísia Martins. Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas. **Intexto**, n. 37, p. 193-214, 2016.

DA SILVA, Mauricio Roberto; PIRES, Giovani De Lorenzi; PEREIRA, Rogerio Santos. O necroliberalismo, bolsonaro'vírus mental'e a pandemia da COVID-19 como casos de saúde pública: o real resiste?. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 1-18, 2020.

DAMO, Arlei Sander. A tragédia que a Copa legou ao Brasil – as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 22, n. 2, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. Nova York, Vintage Books, 1981.

DE SORDI, Denise N.; MORAIS, Sérgio Paulo. Os estudantes ainda estão famintos!?: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. Religación: **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, Quito/Ecuador, 2016.

DE SOUSA, Leonardo Gomes; DIAS, Carlos Alberto. Microrregião de Governador Valadares: a busca de uma identidade territorial para uma região em crise. In: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 14th Seminar on the Economy of Minas Gerais]. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. 53f. Monografia (Especialização)-Curso de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [online]**. 2007, v. 12, n. 23, pp. 100-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em 24/01/2022.
ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. **Dimensões**, n. 6, 1998.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 4, n. 1, p. 160-206, 2015.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; OLIVEIRA, José Aparecido de. DA COSTA, Itamar Pereira. DA SILVA, José Matilde. MOREIRA, José Gonçalves. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares: retomada da luta pela terra no Vale do Rio Doce (1988-1996).

Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias. Organizadoras: Maria Terezinha Bretas Vilarino, Patrícia Falco Genovez. – Governador Valadares : Ed. Univale, 2019. n. 13, p. 94.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**, v. 24, p. 177-197, 2008.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra ataque na guerra não declarada contra as mulheres.** Rocco, 2001.

FAUSTO, Ruy. **Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução.** Editora Companhia das Letras, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, B. M. (2012). Reforma agrária e educação do campo no Governo Lula. **Revista Campo-Território**, 7(14). Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/17406>>. Acesso em: 05/07/2020

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira.** Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Wilson Roberto Vieira. **Bombas semióticas na guerra híbrida brasileira (2013-2016): por que aquilo deu nisso?** São Paulo: Cinegnose Publicações, 2020.

FONSECA, Helena d'Agosto Miguel. Reflexões sobre um mandato coletivo e feminista na política legislativa de Belo Horizonte. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 398-418, 2020.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. In: G. Deleuze & F. Guattari, **Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia**, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade : a vontade de saber.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana.** Tradução de Lorena Balbino. São Paulo: n-1, 2018.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. **Tem saída**, p. 89-95, 2017.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer.** Autonomia Literária, 2020.

GAMA, Júnia; IGLESIAS, Simone. **Na Câmara, Cunha Monta Pauta-Bomba**. In: O Globo. Publicado em: 27/07/2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/nacâmara-cunha-monta-pauta-bomba-16971948>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

GHIROTTI, Edoardo. Ao procurar velhos aliados, Lula diz que sempre foi um político de centro. Publicado em 30/03/2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/ao-procurar-velhos-aliados-lula-diz-que-sempre-foi-um-politico-de-centro/>>. Acesso em: 15/01/2022.

GHODSEE, Kristen. **Por que as mulheres têm melhor sexo sob o socialismo: e outros argumentos para a independência econômica**. Traduzido por Caroline Freire. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

GÓES, Weber Lopes. Outubro no seio do Movimento Negro nos EUA: da revolução à política de concessões. Ponto-e-Vírgula: **Revista de Ciências Sociais**, n. 21, p. 80-95, 2017.

GÓES, Weber Lopes; GONÇALVES, Renata. À margem de Outubro: comunistas e questão racial no Brasil. **Lutas Sociais**, v. 21, n. 38, p. 192-207, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados no Mundo**. Campinas: Vozes, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. Cortez Editora., 2017.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Movimentos sociais na era global**. Editora Vozes Limitada, pp. 19-36, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação no Brasil. In: **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**, Organizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário et Rúrion Melo. São Paulo: Editora, v. 34, p. 37-52, 2019.

GOLDSTONE, Jack Andrew. **Revolutions: theoretical, comparative, and historical studies**. 1986.

GOMES, Wilson. A esquerda identitária e a satanização da maioria. **Revista Cult**. Publicado em: 9 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/>>

GOMES, Wilson. **Crônica de uma tragédia anunciada: como a extrema-direita chegou ao poder**. Sagga Editora, 2020.

GONÇALVES, Christian Pierre de Brito; RENA, Luiz Carlos Castello Branco. O movimento de ocupação das escolas em Minas Gerais: formação política através da ação coletiva. In: **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**, organizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo. São Paulo: Editora, v. 34, pp. 222-243, 2019.

GREEN, James N.. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GUILLUY, Christophe. **O fim da classe média: A fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constrói sociedades**. Editora Record, 2020.

GUIMARÃES, ANTONIO SÉRGIO A., RIOS, FLAVIA e SOTERO, EDILZACOLETIVOS NEGROS E NOVAS IDENTIDADES RACIAIS. **Novos estudos CEBRAP [online]**. 2020, v. 39, n. 2 [Acessado 16 Janeiro 2022] , pp. 309-327. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004>>.

GUTIERREZ, Bernardo. Três anos de revoltas interconectadas. COCCO, Giuseppe. e CAVA, Bruno. **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Annablume, 2014.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**. Veneta, 2019.

HARDT, Michael. Prefácio: Junho Maldito. **Amanhã vai ser Maior: o levante da multidão no ano que não terminou** . São Paulo: Annablume, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Editora Record, 2004.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILSENBECK FILHO, Alexander. O retomar das ruas e os dilemas nas lutas: movimentos sociais em tempos de governos oriundos da esquerda. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 97-110, 2013.

HOLANDA, F. U. X..Tirando o paletó e a máscara do príncipe: ocupações de escolas no Ceará. In: **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**, organizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo. São Paulo: Editora, v. 34, pp. 149-171, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Introdução. In: **Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HORTA, Fernando. 2013: As selfies revolucionárias horizontais e apolíticas. **Luis Nassif On line**. Publicado em 30/05/2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/artigos/2013-as-selfies-revolucionarias-horizontais-e-apoliticas/>>. Acesso em: 01.06.2021

HORTA, Fernando. O que não entendemos direito ainda sobre 2013? **Brasil247**. Publicado originalmente em Portal CGN, em 30/12/2017. Atualizado em 25/06/2018. Disponível em:

<https://www.brasil247.com/brasil/fernando-horta-o-que-nao-entendemos-direito-ainda-sobre-2013>. Acesso em: 01/016/2021.

INSTITUTO MILLENIUM. "Governo brasileiro gasta mais com inovação do que Inglaterra e Japão" - Marcos Lisboa. Youtube, 20/08/2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p4KCV5dONjE&t=99s>> Acesso em: 01.07.2020

INTELIGÊNCIA, CNT-IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre as Manifestações**. IBOPE. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/ptbr/noticias/Documents/JOB_0948_BRASIL, 2013.

INVISÍVEL, Comitê. **A insurreição que vem**. Edições Baratas, 2013.

INVISÍVEL, Comitê. **Aos nossos amigos Crise e Insurreição**. n-1 edições, 2020.

KALIL, Isabela Oliveira et al. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

KRENAK, Ailton. Genocídio e resgate dos "Botocudo". [Entrevista concedida a Marco Antônio Tavares Coelho]. **Estudos Avançados [online]**. 2009, v. 23, n. 65 [Acessado 27 Setembro 2021], pp. 193-204. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000100014>>.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LISBOA, Marcos. Gastamos muito, mas gastamos mal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2020/06/gastamos-muito-mas-gastamos-mal.shtml>>. Acesso em: 15/07/2020.

LÓPEZ CARILLO, O. R. (2018). Algunas notas para comprender a los partidos políticos del siglo XXI. La experiencia de los Partidos Piratas, el Partido X y los wiki-partidos. **InterNaciones**, 5(15), 169–187. <https://doi.org/10.32870/in.v5i15.7094>

LOVO, Ivana Cristina. GUIVANT, Julia Cristina. Entender as Relações Locais a Partir dos Interesses dos Autores. In: **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias**. Organizadoras: Maria Terezinha Bretas Vilarino, Patrícia Falco Genovez. – Governador Valadares : Ed. Univale, 2019. n. 13, p. 302.

LULA insiste em linha de defesa e critica Bolsonaro: 'Ele não sabe lé com cré'. **BBC News Brasil**. Publicado em 10/05/2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48235802>> Acesso em 08/01/2021.

LUPION, Bruno. O avanço da diversidade na eleição municipal de 2020. **DW** (site). Publicado em: 18/11/2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-avan%C3%A7o-da-diversidade-na-elei%C3%A7%C3%A3o-municipal-de-2020/a-55641506>>. Acesso em: 17/01/2022.

MAIA, Heribaldo. Luta de classes e “identitarismo”: Emocionados no reino da ignorância iluminada. **Lavra Palavra**. Publicado em 08/08/2019. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2019/08/08/luta-de-classes-e-identitarismo-emocionados-no-reino-da-ignorancia-iluminada/>>. Acesso em: 05/01/2021.

MANTOVANI, Flávia. Em 4 anos, PT perde mais da metade das prefeituras. **G1**, Eleições em números, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/em-4-anos-pt-perde-mais-da-metade-das-prefeituras.html>>. Acesso em: 30/06/2021.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. **Desindustrialização precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio**. Texto para discussão, 2011.

MARIA, E. A.; GIACOMINI, Sonia Maria. Coletivo de mulheres universitárias: nova forma de fazer política feminista? Uma análise utilizando process-tracing sobre a criação dos coletivos universitários no contexto da PUC-rio. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 6, p. 8-18, 2018.

MARQUES, M. de S., & MARX, V. (2020). Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, 7(3, jul.-dez.), 08–32. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>

MAURER, Michele Silva. **Coletivos Juvenis: Territorialidades e redes de ação em Governador Valadares**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Federal do Vale do Rio Doce. 2020

MBEMBE, Achille. **Crítica à razão negra**. São Paulo: N1 Edições, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, v. 2, n. 32, 2016.

MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2020, v. 28, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>>. Acesso em 03/08/2021.

MENDES, Alexandre F. **Vertigens de junho: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção**. Autografia, 2018.

MENDES, Pedro B. O verão da multidão. **Amanhã vai ser Maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

MENDES, Igor. **A pequena prisão**. n-1 edições, 2017.

MORAIS, Michelle Nunes de. **Conflitos agrários: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1964)**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MORAIS, Michelle Nunes de. Negociação e resistência dos trabalhadores rurais do Vale do Rio Doce na década de 1950. **Revista Latino-Americana de História-UNISINOS**, v. 4, n. 13, p. 196-216, 2015.

MORAIS, Michelle Nunes de. Golpe Civil/Militar de 1964 e Legitimação dos Discursos Sobre Ações de Fazendeiros: O Caso de Governador Valadares. In: **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias**. Organizadoras: Maria Terezinha Bretas Vilarino, Patrícia Falco Genovez. – Governador Valadares : Ed. Univale, 2019. n. 13, p. 68.

MOTA, Bárbara Maria Farias; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Quem controla a política de ninguém? Anonymous Brasil e o ativismo hacker nas redes de comunicação (Who control the politics of no one? Anonymous Brazil and hacktivism in communication networks) Doi. **Emancipação**, v. 15, n. 2, p. 299-316, 2015.

MOURA, Maria Lacerda de. **Fascismo: filho dileto da igreja e do capital**. São Paulo: | Editora Entremares, 2018. Publicado em 1935.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Carta de princípios**. 2013. Disponível em:<<https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf>>

'NÃO vou dialogar em situação de violência', diz Haddad após protesto. **G1 São Paulo**. Publicado em 12/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html>>. Acesso em: 07/07/2021.

NERI, Felipe; PASSARINHO, Nathalia. Governo tenta barrar votação de 'pautas bombas' no Congresso. **G1 Política**. Publicado em 30/01/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/01/governo-tenta-barrar-votacao-de-pautas-bombas-no-congresso.html>> Acesso em 09 de junho de 2021.

NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta**. Editora Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. Todavia, 2020.

OLIVEIRA, Elida. 'Não há corte, há contingenciamento', diz ministro sobre orçamento das universidades federais. **G1 Educação**. Publicado em: 07/05/2019. Acesso em 01/08/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/07/nao-ha-corte-ha>>

contingenciamento-diz-ministro-da-educacao-sobre-orcamento-das-universidades-federais.ghtml>

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. N-1 edições, 2019.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro: Coderci/Pasquim, 1988. v. 4.

PEREZ, Olívia Cristina. **Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho**. Opinião Pública [online]. 2019, v. 25, n. 3 [Acessado 18 Janeiro 2022] , pp. 577-596. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>>.

PERONDI, Eduardo. **Conciliação e precarização – A política trabalhista do governo Lula (2003-2010)**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2011.

PILATTI, Adriano. O ano das maravilhas e dos pesadelos. **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. Planeta Estratégia, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. (2018). Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do Lulismo ao Bolsonaroismo. **Cadernos IHU Ideias** . Unisinos, n. 16, pp. 3-15.

PINTO, Célia Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In. Bringel, Breno e Gohn, Maria da Glória (orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2ª ed. 2014a.

PINTO, Célia Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 321-333, 2014b.

‘PM prendeu muito pouca gente’, diz prefeito de BH. **G1 Minas Gerais**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/pm-prendeu-muito-pouca-gente-/diz-prefeito-de-bh-sobre-protesto.html>>. Acesso em: 0

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Boitempo Editorial, 2012.

PROCOPIO, Murilo R.. **Privacidade, Anonimato e Autodeterminação: a regulação da participação política na sociedade de vigilância**. 2015. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Março, 2015.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, 1996.

REBOREDO, Daniel. A Islândia sim é uma revolução. **Diário Vasco**, 15-04-2011. Tradução do Centro de Promoção de Agentes de Transformação (UNISINOS). Acesso em 19.12.2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42719-a-islandia-sim-e-uma-revolucao>>

REIS, Josemira Silva; NATANSOHN, Graciela. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 5, n. 10, 2017.

RESENDE, André Lara. O mal-estar contemporâneo. **Valor Econômico**. Publicado em 05/07/2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/o-mal-estar-contemporaneo.ghtml>>. Acesso em 05/07/2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**. Editora Letramento, 2014.

RISÉRIO, Antonio. **Sobre o Relativismo Pós-Moderno e a Fantasia Fascista da Esquerda Identitária**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2020.

ROCHA, Lucas. Lula acusa EUA de promover manifestações de Junho de 2013 com o objetivo de derrubar Dilma. **Revista Forum**. Publicado em 26/10/2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/lula-acusa-eua-de-promover-manifestacoes-de-junho-de-2013-com-o-objetivo-de-derrubar-dilma/>> Acesso em 01.07/2020.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. N-1 edições, 2018.

ROSÁRIO, Miguel do. A guerra híbrida nas eleições brasileiras. **O cafezinho**, 14/10/2018. Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2018/10/14/a-guerra-hibrida-nas-eleicoes-brasileiras/>>. Acesso em: 25/05/2021

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. Três Estrelas, 2012.

SAFATLE, Vladimir. Identitarismo branco. **El País**, São Paulo, v. 4, 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

SANTIAGO, Homero. Multidão, a democracia como potência. **IHU On-Line** (UNISINOS. Online), v. 479, p. 100-108, 2015.

SANTOS, Franciele Amaral Rodrigues dos. **As ocupações secundaristas e a formação histórica e cidadã de jovens estudantes do ensino médio** (Ituiutaba-MG, Brasil, 2016).

2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019a.

SANTOS, Jordana de Souza. **O movimento estudantil na “democratização”: crise da era Collor e neoliberalismo**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.

SANTOS, Maria Stella Galvão. Campo jornalístico e análise do discurso dos meios sobre a universidade pública brasileira no contexto da greve de 2015. **REVISTA 10 ESTUDOS DE JORNALISMO SOPCOM**2019. Pp. 64-95, 2019b. Disponível em: <http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20200101-ej10_2019.pdf#page=64> Acesso em: 15/06/2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Desafios para uma sociologia política brasileira: os elos entre movimentos e instituições. **Sociologias**, v. 17, n. 38, p. 44-62, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Publicado em 08/2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18/09/2019.

SENNETT, Richard; DO CARÁTER, A. Corrosão. **Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. A corrosão do caráter, 2006.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos**, v. 1, p. 21-54, 2016.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Editora Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André et al. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. **Folha de São Paulo**, v. 9, 2020.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/12/2019.

SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, G. O.; CAMPOS, E. C. As redes sociais e a configuração do primeiro fluxo emigratório brasileiro: análise comparativa entre Criciúma e Governador Valadares. **Território, sociedade e modernidade**, p. 197-239, 2010.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Soc. estado.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 541-564, Dec. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06/05/2021.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. Geração Editorial, 2014.

SOUSA, Ícaro Joathan de; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Campanha negativa e formas de uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014.

CECS-Publicações/eBooks, 2017, 249-289. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2528/2438> Acesso em: 26. dez. 2019

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava-jato**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. 2ª ed. Leya, 2018.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Primeira Pessoa, 2020.

TATAGIBA, Luciana; GALVAO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opin. Publica**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, Abril, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100063&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/04/2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda Casa Editorial, 2017.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Trajetória Cultural. Editora da Universidade Federal de Campinas, 1989.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VASCONCELLOS, Fabio; ORTEGA, Rodrigo. PT não elege prefeito em capitais pela 1ª vez desde a redemocratização. **G1**, 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/29/partido-com-mais-candidatos-no-2o-turno-pt-perde-11-das-15-disputas.ghtml>>. Acesso em: 30/06/2021.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta?. MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 53-58, 2013.

VILELA, Jorge Mattar. Ecologias estéticas da multidão. In: SANTIAGO et. al. **Negri no Trópico 23° 26' 14"**. São Paulo, N-1 Edições, pp. 59-70, 2017.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo: histórica, política e teoria da libertação LGBT**. Tradução: Coletivo LGBT Comunista. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

XIMENES, Salomão Barros. Contra quem os estudantes lutam? As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública. In: **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**, organizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo. São Paulo: Editora, v. 34, p. 53-74, 2019.

ZANDONADE, Patricia; MORETTI, Ricardo. O padrão de mobilidade de São Paulo e o pressuposto de desigualdade. **EURE (Santiago)**, v. 38, n. 113, p. 77-97, 2012.

ZANOTTI, Carlos Alberto. Entre baderneiros e cidadãos: a cobertura da imprensa nas manifestações de junho de 2013. **Comunicação & Sociedade**, v. 35, n. 2, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj, et al. O violento silêncio de um novo começo. **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, 15-25.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

- a) Fale seu nome completo e um pouco sobre você (de que cidade você vem, qual curso se for ensino superior, se tem irmãos, onde estuda, se estuda, por que escolheu Valadares).
- b) Na sua família, há muitas pessoas com ensino superior?
- c) Como você se interessou pela atuação política?
- d) Você já participou de ocupações? Performances culturais/artísticas? Protestos? Roletagens? (em caso positivo, perguntar mais sobre como foi)
- e) Por que escolheu participar de um coletivo? Participa de mais de um?
- f) Por que escolheu participar deste coletivo específico?
- g) Quem são os membros mais ativos do coletivo?
- h) Como é a sua participação no coletivo?
- i) Como são tomadas as decisões e divididas as responsabilidades? Existe presidente?
- j) Como é o financiamento das ações?
- k) Como é a interação do seu coletivo com outros coletivos de pautas diferentes? Fazem ações conjuntas?
- l) Como é a impressão que a cidade tem do movimento de vocês? Você acha que a opinião das pessoas varia conforme a idade, escolaridade, classe social?
- m) Como você enxerga os sindicatos hoje em dia? Faz parte de um?
- n) Como você enxerga a política partidária no Brasil?
- o) Tem vontade de se candidatar a algum cargo político?
- p) O que você acha do movimento estudantil tradicional (grêmios, diretórios acadêmicos)? Faz parte de um?
- q) O que modificou na sua vida após a participação nos movimentos dos quais você faz parte?
- r) O que a sua família acha da sua participação política?
- s) Como você enxerga os últimos acontecimentos políticos no Brasil e no mundo?
- t) Acredita na possibilidade de transformar a sociedade por meio da ação política? De que forma (revolução)?
- u) Quais são os seus objetivos profissionais e pessoais daqui pra frente (família, emprego, moradia)?

APÊNDICE B - Entrevistas

ENTREVISTA n. 1 (Beatriz) – 27/04/2021

COLETIVO: Abayomi GV

ENTREVISTADOR: Você estava falando, e aí depois eu... pode ir lá.

BEATRIZ: É, é só pra concluir, é, eu estava te falando da... que a teoria, ela serve pra nos amparar na preparação do material... que a gente vai trabalhar naquele dia. Ou numa palestra, ou numa roda de conversa, ou numa live. A teoria ela é o pano de fundo, mas na hora ali do evento, a gente costuma ter que abordar questões que a gente nem tinha imaginado, porque foge do... entra na área do sentimento e aí foge muitas vezes daquilo que a gente... daquele roteiro que a gente gostaria de seguir.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Que as pessoas ficam ali envolvidas, pelos sentimentos e pelas observações do dia a dia, e a gente acaba tendo que largar o roteiro de lado e cuidar, muitas vezes, daquela situação que tá ali há tantos anos sem ser tratada, sabe?

ENTREVISTADOR: Interessante, mas você falou que tem a ver com a sua área de formação, você podia falar um pouquinho sobre ela, em que você é formada, o que estudou na pós-graduação.

BEATRIZ: Tá. Então, eu sou assistente social. Cada um no coletivo tem uma profissão e eu sou assistente social, já, há uns vinte anos. Não precisa fazer a conta, tá? (risos). Falei isso pra (nome) uma vez, não precisa fazer a conta, eu ainda estou com 18.

ENTREVISTADOR: Perfeito.

BEATRIZ: E nesses anos todos de trabalho na minha área, de formação, eu, nossa... já vivi tantas situações.. que a gente acaba, num tem como deixar pra trás. A gente vai carregando algumas delas junto com a gente porque faz parte, constrói repertório também, a medida que a gente... é uma troca, não é?

ENTREVISTADOR: Sim...

BEATRIZ: Eu estou aqui, eu estou atendendo, mas eu estou trocando com a pessoa, o meu conhecimento e a vivência do outro, e aí vai... E recentemente eu fiz uma, assim, as especializações que eu fiz ao longo da vida, elas me levam de volta pro tema do coletivo, que é a negritude. Então, a primeira especialização que eu fiz foi na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes. E aí quando a gente vai pra, pra estatística né, de violência doméstica, a gente tem aí mulheres vítimas de violência, o maior índice é contra as mulheres negras né, as crianças que são vítimas de violência doméstica é, envolve aí a negligência, a violência sexual, a violência física, em geral né São crianças negras, então as, as... as especializações que eu fiz me levaram pra temática do coletivo. E aí eu vou abordar um, um... mais pra frente eu falo com você direitinho. Porque tudo isso ajudou a construir a minha identidade e isso é muito importante.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Nem todo mundo tem essa oportunidade. Então, e aí essa primeira especialização foi nessa área, e recentemente eu fiz uma outra, fiz uma na área do Serviço Social, Competências... Direitos Sociais e Competências Profissionais e aí no Serviço Social, os atendimentos, se todo ano eu for parar pra pesquisar, eu tenho um material vasto aqui que

envolve a negritude, sabe? Se eu atender, por dia, 10 pessoas, 7 são negras. Então todo ano, todo ano eu invento uma pesquisa diferente.

ENTREVISTADOR: Bacana.

BEATRIZ: E assim, só pra mim. Porque hoje a instituição que eu trabalho não valoriza isso, não tem como aplicar isso na instituição né. Mas eu aplico na vida, no meu fazer profissional, autônomo.

ENTREVISTADOR: Legal demais.

BEATRIZ: Se eu vou fazer uma palestra eu uso meus dados, eu vou fazer uma... eu construo um repertório. Pra eu mesma utilizar lá fora.

ENTREVISTADOR: Muito bacana.

BEATRIZ: E a última especialização foi na área da História... História da África e do Povo Negro no Brasil, que é uma especialização que dá um repertório maior pra conhecer essa história que foi negligenciada pra nós, Murilo. Foi distorcida em muitos pontos, em muitos pontos. Foi adulterada, uma história que ficou ausente. Tem pontos que não foram contados. Então, a especialização, ela deu possibilidade de conhecer melhor, entender melhor essa nossa História.

ENTREVISTADOR: E essa foi a última que você fez?

BEATRIZ: Essa foi a última. Está fresquinha ainda.

ENTREVISTADOR: Legal. Beatriz, e é além do próprio envolvimento seu com o coletivo, você já tinha se engajado em outro, outra forma de movimento social, ou político, anteriormente? Como foi o seu despertar pra uma ação em um grupo?

BEATRIZ: Pois é. Nossa mãe, eu sou membro da Sociedade São Vicente de Paula, você já ouviu falar?

ENTREVISTADOR: Não.

BEATRIZ: Já ouviu falar nos Vicentinos?

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Vicentinos, popularmente a gente é conhecido assim. A Sociedade São Vicente de Paula é um movimento cristão católico é, surgido na, no século XVIII, XIX, na França e veio pro Brasil em, final do século XIX. Então, nós estamos agora completando, essa semana nos completamos 188 anos de fundados, de fundação da Sociedade. Então a Sociedade São Vicente de Paula é um movimento leigo que trabalha com famílias carentes na... a proposta da Sociedade é socorrer famílias carentes. E eu entrei pra sociedade com 12 anos, então, eu estou membro da Sociedade São Vicente de Paula já tem um tempo. Desde a minha, desde o início da adolescência. E aí o que acontece? A Sociedade São Vicente de Paula só trabalha com periferia, trabalha com famílias carentes, prioritariamente de bairros periféricos. Então eu costumo, a minha análise é que eu me tornei assistente social antes da graduação, porque eu tive ali uma escola, tudo bem que voltada pra questão da religião, um envolvimento com a Igreja. Mas é um movimento leigo, a sociedade é um movimento leigo e muito conectado com as necessidades da população mais carente.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então foi aí que começou minha trajetória de conhecimento do povo, do povo negro de um modo geral, porque é na periferia que o povo negro está. Lá, ainda jovem, com tão pouca idade, eu fui entendendo isso muito, assim, de uma forma muito real, porque a gente faz visita domiciliar. Então a gente vai nas casas das pessoas, semanalmente, fazer visitas e aí, tem banca de alimentos, a distribuição de cesta básica, de roupa, de calçado, de escola, de uniforme, de trabalho e aí a Sociedade passa por um caminho de tentativa de promover essa família e eu vi muita gente sendo promovida ao longo desses anos todos, e muita gente não conseguindo se promover por questões voltadas pra, pra oportunidade, pra

história de vida, pra herança, sabe? Aqueles referenciais que as pessoas não têm, não conseguem ter, pela falta de uma liderança familiar, pela falta de alguém que pudesse pegar na mão, sabe, apoiar... e muitas vezes quando a gente chega até essa pessoa, às vezes está tarde demais, às vezes está com tantos problemas pra resolver, que a Sociedade não consegue fazer todo o serviço. E aí depois de ter passado por essa experiência, eu fiquei, então, membro da Sociedade São Vicente de Paula esses anos todos, e fui participar do coletivo, por isso que eu te falei que ao longo desses anos todos, tanto da minha formação como membro da Sociedade São Vicente de Paula, quanto da minha formação profissional, eu fui construindo a minha identidade, a identidade de mulher negra que eu nasci, mas a gente, no Brasil, a gente não nasce negro. A gente nasce não com essa ideia.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então eu fui me fazendo mulher negra com o passar do tempo. É o que a gente chama de construção da identidade. Porque uma coisa é eu olhar pro espelho e me ver uma mulher negra, outra coisa é eu olhar pro espelho e me aceitar como mulher negra e entender os dramas que ser uma mulher negra carrega, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: E o que a nossa história nos conta disso e em que lugar nós estamos nessa história. Então quais são as estatísticas que nos envolvem, então tudo isso leva tempo pra ser digerido, não é?

ENTREVISTADOR: Sim...

BEATRIZ: E faz parte da construção da identidade. Então eu cheguei no coletivo em 2015. Quando o coletivo foi reativado Porque é importante. Pode continuar ou você quer perguntar?

ENTREVISTADOR: Não. Pode continuar

BEATRIZ: Se não perguntar eu vou...

ENTREVISTADOR: Eu ia te perguntar se ele já existia antes de 2015.

BEATRIZ: Então, o coletivo, nós, assim, nós fizemos uma análise e o coletivo... no nosso coletivo tem duas colegas, você vai entrevistar... Você vai entrevistar uma delas porque uma delas já virou estrela. Nós perdemos tem uns dois anos, mas a (nome) era formada em Ciências da Comunicação e a (nome) é pedagoga. É, quem virou estrela foi a (nome), sabe? E elas duas vieram do Movimento Afro, da Pastoral Afro. A Pastoral Afro é da Igreja Católica também, e ela, durante muitos anos, organizou o povo negro na Igreja Católica. Só que a Pastoral Afro aqui em Valadares, ela perdeu essa organização, deixou de existir durante um tempo, agora eles tão retomando de novo.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Depois, inclusive, se você quiser, eu te passo contato, tá? Do pessoal da Pastoral Afro.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então, naquele período, lá em 2015, quando a gente começou, a Pastoral Afro estava desativada aqui na nossa cidade. E aí eu procurei a (nome) falando que eu tinha... que a minha construção... olha como é que eu procurei a (nome). Eu fui lá e falei "(nome) eu estou pronta". Eu fiz o caminho todo, passei por todos os processos e agora me sinto em condições de participar com vocês, num grupo organizado pra falar da negritude, porque a gente carece de referenciais, sabe Murilo? Então, aí a (nome) foi e me falou que não existia mais a Pastoral Afro e que a gente ia ter que fundar um outro grupo, e foi aí que surgiu o Coletivo Abayomi, nós chamamos algumas pessoas, nos reunimos e começamos.

ENTREVISTADOR: Legal, você estava falando dos Vicentinos. Eles têm uma pegada de Teologia da Libertação, como são as CEB's também, ou não? Como Você falou que é um

movimento leigo, mas tem alguma coisa dessa afinidade com certos partidos. Existe esse caráter de esquerda?

BEATRIZ: Não. Afinidade com partidos, caráter de esquerda não. Nós temos membros da sociedade que têm afinidade.

ENTREVISTADOR: Entendi.

BEATRIZ: Mas a Sociedade em si, o nosso regulamento não tem esse vínculo partidário não, sabe?

ENTREVISTADOR: Tem outros movimentos católicos que essa relação é mais intrínseca, não é?

BEATRIZ: Isso, isso... a Sociedade não. Mas eu acho que isso no Brasil se fez assim, sabe? Fora, na sociedade internacional, fora do Brasil eu não sei como é que é, mas aqui no Brasil ela ficou organizada dessa forma. Agora, eu posso te falar, te dar nomes, se você quiser entrevistar. Te dar nomes de algumas pessoas que teriam esse caráter de esquerda, sabe? Porque a Sociedade a gente não fala disso abertamente, mas o caráter da sociedade é social, não tem como. Olha, pra você ver como é interessante. A Sociedade tem uma escola de formação. Chama Escola de Formação Antônio Frederico Ozanam, que é o nosso fundador. Na escola de formação, nós temos temas transversais. Quais são os temas transversais? Conflito social, aí eu, assistente social, fui lá e implantei o tema visita domiciliar, com foco no socorro à família, pra fazer isso ficar mais organizado. Aí, fui lá e criei o tema recursos sociais... recursos sociais não, recursos comunitários da sociedade. Que aí eu faço um mapeamento dos recursos sociais que nós temos em Valadares pra poder encaminhar as famílias que nós socorremos. Isso é um... isso é social. Não tem como ter um viés que não, que não seja voltado para o social, não é?

ENTREVISTADOR: Sim...

BEATRIZ: Mas essa temática dentro da Sociedade, ela é meio que proibida, sabe? A gente não fica discutindo partido não, mas os membros eles vão se encarregando de cada um seguir o seu caminho, sabe? Não é declarado não, é velado...

ENTREVISTADOR: Eu entendo, é porque pra mim é importante saber, como eu não conheço muito, eu percebo que os coletivos, os movimentos que têm um caráter relacionado à negritude em GV, todos estão de alguma maneira, relacionados com a origem em movimentos católicos também. Até agora, todo mundo que eu entrevistei, só que são várias organizações católicas... Eu estou tentando entender aqui cada uma delas e as diferenças, já que eu não conheço elas direito.

BEATRIZ: É, os Vicentinos falam, a gente fala da Doutrina Social da Igreja. A Doutrina Social da Igreja leva a gente pra um viés de esquerda, certo?

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Mas isso não é declarado, assim. A gente não vai lá e fala “oh gente, nós somos o partido... nós somos um movimento leigo da igreja de esquerda”. A gente não faz isso, porque a Sociedade orienta pra não fazer, em respeito às pessoas que não têm essa afinidade né.

ENTREVISTADOR: Sim, entendi. Beatriz, e aí como é que foi a criação do... você chegou no ponto da criação do coletivo. Coincidiu com o seu processo de construção da sua própria negritude, como identidade? E aí como é que foi? O que vocês achavam necessário fazer, à época, e o que justificou a criação desse coletivo?

BEATRIZ: Então, aí a minha construção da identidade culminou com a construção de outras mulheres. E aí juntamos pra começar o coletivo. À época, nós avaliamos, Murilo, que nós não tínhamos aqui, pessoas que liderassem a Semana da Consciência Negra, por exemplo, que ficava tudo solto, quando chegava no Dia da Consciência Negra as escolas saíam ligando pra um e pra outro e não saía nada legal, dentro do que a gente gostaria que fosse feito. E aí,

então, nós começamos naquele ano de 2015, com o foco na Semana da Consciência Negra, tem foto, não sei se você vai querer, depois a gente consegue, a gente manda pra você. Não sei se você vai colocar isso em algum lugar, se seria interessante, mas a gente pode te mandar. Então, naquele ano de 2015, nós começamos a... já focados na Semana da Consciência Negra, e aí divulgamos que o Coletivo Abayomi é... Coletivo Abayomi GV, porque em outros estados, em outras cidades também tem coletivo Abayomi. Por isso que o nosso tem que ter GV no final, porque senão pode confundir.

ENTREVISTADOR: Mas vocês tiraram essa inspiração de outros que vocês viram ou foi coincidência?

BEATRIZ: Pois é, foi coincidência, você acredita? A gente não tinha, a gente não pesquisou sobre isso na internet nem lugar nenhum. Aí quando a gente se reuniu, conversamos sobre as afinidades, chegamos num ponto comum de que a gente queria trabalhar a Semana da Consciência Negra, com foco na valorização da nossa história. A gente não queria trabalhar a escravidão. Ficar só massando a escravidão. Porque a escravidão é um tema que todo mundo já conhece, a escravidão já tá dada, se todo mundo, se for pra trabalhar escravidão. Nós pensávamos naquela época e até hoje a gente continua pensando assim: se for pra trabalhar a escravidão, nós vamos trabalhar a escravidão não contada. Que o que aconteceu que não foi contado, porque o que já foi contado a gente não quer falar. A gente quer falar das conquistas, das coisas boas. Porque isso constrói identidade. Isso o povo não sabe, não é? O povo só sabe da questão da dor, e aí naquela época nós falávamos o seguinte: que precisávamos de um nome que fosse impactante, e desse dia nós saímos pra pesquisar e eu tinha, há pouco tempo eu tinha começado a fazer uma biblioteca pros meus filhos, com livros, com história de origem africana. Então... porque a gente não acha isso nas nossas bibliotecas, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então eu fui comprar, fiquei durante um tempão comprando livros pra eu contar pros meninos e no meio dessa “compração” de livros, veio um livro que chama “Cheirinho de Neném” é de uma editora lá de Belo Horizonte, especializada em temas africanos. E aí no livro, nesse livrinho, um dos personagens chama Abayomi, e o significado da palavra Abayomi é “aquela que traz felicidade”, é uma palavra Yorubá. Uma palavra de origem africana, Yorubá, que significa aquela que traz felicidade. E aí as meninas lá “gente que nome... vamos pôr isso, vamos pôr aquilo” Aí eu falei “gente, vamos colocar Abayomi, o significado é tão importante”, mas não tinha dimensão da história por trás do nome, eu peguei do livro. “Olha, está esse nome aqui e eu acho que é bacana”. Aí (disseram) “uai Beatriz, eu acho que é bacana e tal”. Aí a (nome), a (nome) é a nossa matriarca sabe? Ela tem um bom repertório, sabe... uma identidade construída há muito mais tempo que nós, que as demais. Então a Ana validou o nome, porque ela já foi lá na história do nome. Não somente no significado. E a história do nome, aí você quer que eu te conto?

ENTREVISTADOR: Pode, fica à vontade.

BEATRIZ: A história do nome é que as mulheres... eu vou abreviar, as mulheres, quando eram traficadas nos navios negreiros, o navio negreiro era cheio de compartimento. Então quando as pessoas na África eram capturadas, eram capturadas aleatoriamente. Então, vinha, às vezes, uma família inteira. Como vinham crianças, jovens, adolescentes, mulheres, homens, misturados, ali... e nessa divisão, na hora de separar dentro do navio, separavam os homens das mulheres, das crianças, dos bebês, dos adolescentes, tudo separadinho. E aí o significado, então, é que as mulheres mães de crianças pequenas, bebezinhas, e na primeira infância, os menores... elas rasgavam, ali, um pedaço do tecido das suas roupas, porque em geral né, nós mulheres negras usamos roupas longas e com muito tecido né. Então elas

rasgavam ali da sua própria roupa alguns pedaços de pano, faziam ali um amarrado que se tornava uma boneca...

ENTREVISTADOR: Sim...

BEATRIZ: E ali aquela boneca servia pra consolar a criança, enquanto a mamãe tava longe. Que aí a criança sentia ali o cheiro da sua mãe e aquela memória, aquela lembrança, pra ele saber que ele não tava sozinho, que a mamãe estava ali também, só que estava em outro lugar. Pra criança ficar consolada durante aquela travessia. Por isso que o significado é aquela que traz felicidade, porque a criança consolada conseguia dormir, conseguia passar por aquele momento sem sentir tanta dor da ausência daquela mãe. Então quando a (nome) contou essa história eu falei “gente, somos nós, somos nós porque você precisa ver, Murilo, o olhar das crianças dos jovens e dos adultos que se eu chorar você não repara”.

ENTREVISTADOR: Fica tranquila...

BEATRIZ: É porque, assim, é cheio de significado, então não tem como, não tem como não se emocionar. Então, assim, você precisava ver o olhar das pessoas quando a gente consegue fazer o nosso trabalho, como que é gratificante ver que as pessoas passaram uma vida inteira sem ninguém contar isso que eu estou te contando aqui.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então, sabe, passaram uma vida inteira sem alguém que falasse “olha tem coisas boas na nossa história”. É uma história de luta, mas é uma história de conquista também. E o nosso povo é um povo valente, é povo guerreiro, é um povo destemido. É um povo que tem habilidades criativas, que tem dons inúmeros, que não foi contado pelo colonizador. Que o colonizador, inclusive, tentou apagar. Então as pessoas... é muito bacana, sabe?

ENTREVISTADOR: Legal.

BEATRIZ: E quando a gente fala pra criança e pra adolescente, então, é mais bacana ainda. Porque, assim, a gente sabe que ali nós estamos plantando uma sementinha que eu tive que plantar sozinha.

ENTREVISTADOR: Sim. Aproveitando o gancho, Beatriz, você estava comentando que começaram a construir uma ação voltada pro Dia da Consciência Negra, e agora você está me falando que vocês têm ação com crianças e adolescentes. As ações do coletivo são mais nesse caráter educacional ou têm outras formas de ação também? Assim, outros públicos, outras iniciativas? Como é que funciona?

BEATRIZ: Então, é porque nós começamos com a Semana da Consciência Negra, mas nós expandimos, porque no nosso projeto, na nossa proposta inicial, a gente não quer falar do povo negro só na Semana da Consciência Negra. A gente quer falar o ano inteiro. Porque o ano inteiro a gente tem situações, o ano inteiro nós temos questões pra serem trabalhadas que não cabem só na Semana da Consciência Negra. A Semana da Consciência Negra é uma semana. São cinco dias, e cinco dias não dá pra atender todo mundo, não dá pra falar de tudo, até porque nós somos poucas e a gente tem trabalho e a gente tem família e a gente precisa, precisava expandir isso pro ano inteiro. Para a gente dar conta de atender todo mundo. E com essa expansão, o que que aconteceu? As escolas passaram a nos chamar em outras datas, sabe? E aí nós começamos a atender escola, primeiro. Inicialmente, o foco foi escola. Depois nós passamos a atender grupos organizados. Então a gente já falou, a gente já falou pra morador de rua, pra você ter ideia.

ENTREVISTADOR: Olha só.

BEATRIZ: Pra população de rua. Falamos pra população de rua, a parceria com a Pastoral de Rua. A Pastoral de Rua organizou tudo e nós fomos lá e fizemos oficinas, oficinas de turbante, fizemos oficina de maquiagem e ficamos lá junto com o pessoal da Pastoral de Rua, fazendo o trabalho com o Coletivo junto com a Pastoral de Rua. A gente já falou pro Sindicato de

Professores, a gente... E aí juntamos com o sindicato. O sindicato dos professores depois começou um trabalho também, mas nós fomos lá. Já falamos pra... aqui em Valadares tem o Instituto de Missionários Leigos. Qu tem uma escola de Teologia, nós já falamos pros alunos da Escola de Teologia e aí nós fizemos um trabalho com os alunos do curso de Jornalismo da Univale. E a gente vai onde chama a gente. Aí as escolas particulares, a gente já fala, a gente já falou pra educação infantil, pro fundamental I e II, pro ensino médio. E a gente já foi no Pitágoras e na UNIUBE, e aí a gente vai. A gente atende a demanda que chega pra nós, sabe? Então a gente já fez roda de conversa, já fez palestra, já fez live, já fez oficina de bonce, de máscara, de turbante, de maquiagem. Em todas essas oportunidades abordando a temática de valorização da história do nosso povo.

ENTREVISTADOR: Bacana.

BEATRIZ: A gente já fez oficina de culinária.

ENTREVISTADOR: Legal demais.

BEATRIZ: É de acordo com a demanda.

ENTREVISTADOR: Sim. Entendi. Beatriz, além desse coletivo, hoje você atua só no Abayomi ?

BEATRIZ: Sim. Na Sociedade São Vicente de Paula e no Abayomi.

ENTREVISTADOR: Sim. Mas em termos de coletivo assim, movimentos que se reconhecem como coletivos é só no Abayomi?

BEATRIZ: Só no Abayomi.

ENTREVISTADOR: Sim, e vocês têm algum tipo... Vocês já fizeram parcerias, por exemplo, com o Encrespa, que é o outro coletivo que é de caráter racial da cidade? Vocês têm diálogo com eles, como é que é?

BEATRIZ: Então, temos, temos. A gente nunca fez nada juntos porque nós somos contemporâneos, se eu não estiver enganada. Você já entrevistou eles, eles começaram um pouquinho antes de nós.

ENTREVISTADOR: Um pouquinho antes.

BEATRIZ: Isso, então a gente nunca fez nada junto porque está sempre... é sempre muita demanda pra pouca gente falar. Então o Encrespa está para um lado e nós estamos pra outro, sabe? A gente está atendendo os convites, então alguém solicita, a gente está ocupado, o Encrespa vai e passa o contato de um, passa contato de outro, e aí nós vamos atendendo à cidade. A cidade e fora da cidade também, porque, por exemplo, nós já fomos fazer palestra lá em Conselheiro Pena, lá em... como é que chama aquela cidade? Não, é Vila Nova Floresta e pertence a Valadares, que é um distrito de Valadares. Mas eu fico daqui, por exemplo, dando suporte pra uma, pra umas amigas que são de Ipatinga, pra produzir material lá, sabe, assim.

ENTREVISTADOR: Legal.

BEATRIZ: Dando suporte pra elas fazerem o trabalho lá.

ENTREVISTADOR: Lá também, o Coletivo tem ações em Ipatinga também...

BEATRIZ: É porque vira e mexe eles estão ligando pra gente pedindo “Beatriz, fala pra mim como é que a gente faz isso, como é que a gente faz aquilo”. Então eu conto como se a gente estivesse dando suporte pra eles também.

ENTREVISTADOR: Agora uma questão, assim, mais sobre a própria organização do coletivo mesmo. Como é que vocês estabelecem as tarefas, as funções, as fundadoras têm as atribuições específicas? Tem uma galera que “é” do coletivo, mas é mais de participar, assim, quando tem evento e fica mais distante? Como é que fica essa organização interna do coletivo?

BEATRIZ: Tem. Desse jeitinho que você falou. Desse jeito. Assim, nós temos... cada uma fala de acordo com a sua característica, sabe? Então, assim, eu sou mais da história, mais das estatísticas, mais das memórias, sabe? A (nome) é mais... você vai conversar com ela, você vai ver, é mais da briga, sabe?

ENTREVISTADOR: E todas vocês são fundadoras? Essas que...

BEATRIZ: Somos. Aí a (nome) também é envolvida com escola, mas tem a pegada mais de habilidade artesanal, sabe, ela faz mais coisa nessa área de, de máscara, de criações. Aí tem a (nome) e a (nome) que são da pegada da beleza, porque elas são. A (nome) é esteticista e a (nome) é professora, inclusive de artes, mas antes de ser professora, porque ela foi professora tardiamente né, ela era cabeleireira então quando vem alguma temática voltada pra beleza a gente põe elas duas pra falar. Porque elas têm domínio.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: E a (nome) também é da História, porque a (nome) que inclusive é do mestrado aí da UNIVALE, ela é professora né, então, a (nome) também é professora, pedagoga, professora, então a gente consegue fazer uma divisão legal.. A gente consegue perceber, assim, “ai isso eu não sou tão legal pra falar, vai você, vai a Beatriz...”, fica mais ou menos assim, dividido de acordo com as habilidades.

ENTREVISTADOR: São cinco que são mais atuantes? Atualmente são cinco, seis pessoas?

BEATRIZ: Deixa eu fazer as contas. Espera aí... Somos seis, nós somos seis mulheres e quatro crianças. Os mais atuantes, assim, porque tem o grupo do WhatsApp que tem lá outras pessoas, mas que vão participar das palestras. A gente põe lá no grupo, chama e o pessoal vai junto, mas, em geral, quem está na frente dos trabalhos somos nós. As crianças falam também, sabe?

ENTREVISTADOR: E entre vocês, as fundadoras, existe alguma hierarquia ou não? Vocês tem... porque, tipo assim, em determinadas estruturas de organização, tem o presidente, que talvez tem o voto um pouco melhor que o outro, tem o diretor de não sei o que... Essa divisão de tarefas de vocês tem alguma hierarquia, ou é mais pela função, como você disse mesmo, a especialização de cada uma?

BEATRIZ: Não. Mais pela, mais pelo perfil de cada uma, mesmo. Igual quando eu fiz uma reunião com elas pra explicar sobre você, pra explicar sobre a sua pesquisa. Que você ia fazer contato para a gente fazer uma conversa antes, porque esse ano, a gente, desde o ano passado que a gente não se encontra presencialmente, então... a gente tava precisando fazer uma reunião e eu aproveitei. Nesse dia da reunião a (nome) tinha compromisso, a (nome) também, então eu, eu reuni com a (nome), a (nome) também tinha, então acabou reunindo só eu, a (nome) e a (nome). E eu dei o recado e botei no grupo e todo mundo: “beleza Beatriz, pode mandar o Murilo ligar que a gente já entendeu” então, não tem uma, não tem uma liderança não. A gente se completa. Se tiver alguma demanda, a gente solicita e fala “oh precisamos conversar sobre isso, precisa aparar essa aresta. Tem alguma coisa pra fazer? não tem?”. A gente se divide.

ENTREVISTADOR: E já apareceu gente depois, assim, que não era fundador e depois vocês incorporaram também, ou todo mundo aí dessas seis são fundadoras?

BEATRIZ: É, todo mundo, nós estamos aí. A gente só perdeu a (nome). Nós começamos... aliás, a (nome) foi incorporada depois. Tem uma foto, tem uma foto que é a nossa foto de, que marca o nosso começo, que a (nome) ela não está. Que ela chegou depois mesmo.

ENTREVISTADOR: Entendi. Beatriz, você prefere que te chame assim, ou de (apelido)?

BEATRIZ: Então, eu sou uma pessoa que já nasceu com apelido. Você pode me chamar de (apelido)...

ENTREVISTADOR: Então tá. Beleza. É porque eu vi você se tratando como (apelido)...

BEATRIZ: É, não tem jeito, tá vendo? Já nasce... toda Beatriz já nasce com apelido, não tem jeito, é intrínseco, pode falar...

ENTREVISTADOR: Eu ia te perguntar se vocês, dentro do coletivo, têm alguma proximidade também com a política partidária, ou não? E aí você pode, assim, tanto o coletivo em si, se ele tem alguma preferência, se ele se enquadra... se ele se posiciona ideologicamente como esquerda e como simpático a algum partido ou não, e se não existe isso. Do mesmo jeito que você comentou sobre os Vicentinos, se te membros do coletivo que tem uma atuação também em outros movimentos, de caráter mais político-partidário. E aí eu tô falando não só partido, mas sei lá, algum movimento tradicional tipo o MST, o Sindicato, também, que não é propriamente partidário, o sindicato, mas a depender do sindicato a gente pode considerar que é...

BEATRIZ: É, então, se for patronal não é, se for de trabalhador é...

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então, a gente não conversou sobre isso não, mas eu sei que a (nome), eu acho que é filiada. Eu não sou, mas eu sou roxa de esquerda né... eu sou roxa de esquerda. Mas aí, no geral, eu acho que o coletivo todo é. Umas mais simpáticas, outras menos simpáticas, mas eu acho que por causa de questão de maturidade mesmo.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: De estudo, sabe? De vivência, então eu avalio que mais, assim... De direita não tem ninguém não. Se tem, eu ainda não descobri.

ENTREVISTADOR: E vocês quando vão é, fazer alguma ação, uma palestra, um curso, alguma coisa assim, vocês acham importante não marcar uma posição muito... trazendo um símbolo da esquerda ou de partido? Vocês acham que isso importa quando vocês vão fazer alguma ação, ou não? Porque tem pessoas, tem determinados movimentos que essa ligação já é muito clara. Você vê a pessoa, e ela já faz toda a articulação da fala, do discurso é, que você identifica ali que tá uma pessoa com uma perspectiva mais revolucionária, anticapitalista e tal. Vocês têm essa preocupação em evitar determinados símbolos quando falam com as pessoas?

BEATRIZ: Não. Assim, símbolo, símbolo que faça memória à esquerda a gente não usa não.

ENTREVISTADOR: Entendi.

BEATRIZ: A gente tem uma logo que é nossa, do coletivo, que foi até o pessoal da UNIVALE que criou pra gente. Mas, a gente também não fica cortando volta pra falar sobre questões partidárias não. A gente fala abertamente, sabe? A gente só não tem o símbolo.

ENTREVISTADOR: Entendi.

BEATRIZ: A gente fala da necropolítica, a gente fala da questão do capital, a gente fala até por causa... eu sinceramente não tenho nem como falar de outra forma sem ser assim, não sei falar.

ENTREVISTADOR: Sim, mas...

BEATRIZ: É o meu repertório né?

ENTREVISTADOR: É porque, eu vou retomar 2013, aqui, porque eu lembro que em 2013 uma das coisas que pegou, à época, é que muitos daqueles jovens que estavam se expressando lá, de forma pública, e que eram pertencentes a determinados coletivos, tinham uma certa preocupação com essa questão da autonomia do movimento deles. Em falar assim “eu estou aqui, eu sou de esquerda, mas eu não necessariamente estou fazendo isso aqui pra defender o partido A ou B” e isso até aconteceu à época, assim, de haver até um certo... rechaçaram um pouco uma forma de ação política que já chegava lá com o carro de som da CUT, com a bandeira do PT. E eles meio que reagem, assim, não é isso, isso aqui não é a hora, não é o momento. Então, essa preocupação havia na época e, eu estava te perguntando porque eu

estava querendo saber se isso chegou a ser uma preocupação também, ou não. Parece que pra vocês é mais natural, então, não assumir essa posição, mas não por nenhum cálculo que vocês estão fazendo.

BEATRIZ: A gente não... a gente não pensou por esse viés não, sabe? A gente começou, a gente começou porque estava gritante demais alguns acontecimentos relacionados ao povo negro. E já, e nós já estávamos passando a hora de ter alguma coisa aqui na cidade que tomasse a frente disso, sabe? Eu não avalio, Murilo, que tenha relação assim, o nosso surgimento com esse contexto.

ENTREVISTADOR: Entendi.

BEATRIZ: Do surgimento de outros movimentos não, sabe? A gente lembra do ENCRESPA, o ENCRESPA foi um movimento nacional que começou junto, assim. Mas não o Abayomi não, ele não teve esse, essa intenção não, sabe? A gente quis...

ENTREVISTADOR: Parece que foi uma coisa mais pessoal, que coincidiu a trajetória.

BEATRIZ: É, a gente quis começar porque a gente já estava, estava assim... a culminância que eu te falei... uma já estava conversando com a outra, que já estava cansada disso. Que não estava tendo nada que falasse do jeito que a gente estava querendo falar, e a gente juntou pra falar do jeito que a gente queria. Mas sem uma vinculação.

ENTREVISTADOR: Entendi. Mas aí você podia falar o que... aproveitando... como é que você acha que é a questão racial, especificamente no município de Governador Valadares, como você acha que é o racismo aqui? E, também, como que é esse processo de formação da identidade negra de se reconhecer e ter orgulho da própria história em Valadares, já que vocês perceberam esse problema em 2015.

BEATRIZ: Em Valadares... Valadares é uma cidade grande, com ritmo de cidade pequena. Você já entendeu isso, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: E aí nós temos aqui muitos problemas, muitos problemas mesmo. O racismo hora velado, hora declarado, igualzinho nas capitais. Sempre tem uma situação ou outra na escola, no serviço, sempre tem uma situação ou outra que chega pra nós, sabe? E aí, trabalhar em Valadares é um desafio, porque dá a impressão de que as pessoas querem saber, mas elas não querem se comprometer, sabe? Sabe aquela coisa de venha a nós, a (nome) fala muito disso. A (nome) briga muito com a gente, porque a gente quer falar em escola e ela quer, ela vai te falar isso, ela quer que os professores falem. Mas eu avalio o seguinte, quando a escola chama a gente pra falar, é porque a escola não quer se apropriar desse espaço. Os professores não querem se capacitar pra falar disso, porque não é a minha bandeira, entendeu? Eu quero contar... eu não quero sair por aí declarando que eu sou a favor de preto. Ou eu sou contra... eu não quero sair do meu comodismo. Então, eu sou uma que quando a (nome) fala “não vamos atender escola não, nós não vamos atender escola esse ano não”. Ela fala desse jeito “esse ano nós não vamos atender escola não, porque essas escolas têm que se capacitar pra falar com os meninos”. Eu falo com ela “ô (nome), vamos falar”. Sabe por quê? Porque a gente sabe o que vai acontecer se a gente não for lá falar, é melhor a gente fazer do que os meninos ficarem desassistidos. “É mas eu num concordo, eu num aguento essa cidade” aí ela fica brava e com razão, mas é reflexo, Murilo, da cidade pequena. Onde tem que vir sempre uma pessoa de fora falar. Sabe?

ENTREVISTADOR: Interessante.

BEATRIZ: A cidade, a minha, a minha reflexão é essa. As pessoas elas concordam com a gente mas elas não querem falar com os outros, as outras pessoas do universo delas que concordam com o que ela tá dizendo, então é melhor que eu vá lá e fale. Porque é uma briga que é minha, não é uma briga que é deles.

ENTREVISTADOR: Olha só.

BEATRIZ: Porque, porque a gente tem... é porque isso precisa ficar entendido. Enquanto o racismo não for de todos, uma temática que todas as pessoas entendam como ele, o racismo não vai ser resolvido.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Porque vai ser sempre minha, vai ser sempre o meu problema. Não é o meu problema, é o problema de todos nós, de uma sociedade construída a partir de um povo negro, de um povo que tem uma herança africana e que a gente, as pessoas o tempo inteiro negam. A gente aprendeu a negar nossa herança e, e isso está, isso continua sendo feito de maneiras diferentes, sabe? Então quando os professores não querem se capacitar pra falar é porque, no fundo, no fundo, é um assunto que “eu realmente não quero falar”.

ENTREVISTADOR: Sim, verdade.

BEATRIZ: “Não vou comprar isso pra mim”, entendeu?

ENTREVISTADOR: Uma coisa é a...

BEATRIZ: Pode falar.

ENTREVISTADOR: É a primeira vez né, “não estou preparada a primeira vez” mas aí todo ano continuar nessa.

BEATRIZ: Mas você consegue encontrar uma outra resposta?

ENTREVISTADOR: Não. É verdade, não tinha parado pra pensar por esse lado.

BEATRIZ: Uai, eu já estou parada pensando nisso já tem um tempo. Porque todo ano quando a (nome) vem...

ENTREVISTADOR: Então eu vou te fazer uma provocação...

BEATRIZ: Faça.

ENTREVISTADOR: Você acha, também, que essa questão, por exemplo, do lugar de fala, que é um conceito, talvez, mal compreendido, na questão da militância, de forma geral. Isso também pode, de alguma maneira, deixar os professores e outras pessoas meio que cheio de dedos? Assim, “ah”, porque eu já....

BEATRIZ: Intimidar as pessoas?

ENTREVISTADOR: É, várias experiências, assim, que pessoas que acham que o lugar de fala é não poder falar sobre racismo se você não for preto, por exemplo. Então, assim...

BEATRIZ: Entendi.

ENTREVISTADOR: E às vezes até se escondem atrás de um, de um disso que você está falando, assim, não quer ter o compromisso, aí fala “não, não é o meu lugar de fala”.

BEATRIZ: Aham, pois é, eu...

ENTREVISTADOR: Estou pensando aqui, se pode ser...

BEATRIZ: Então, outro dia eu estava falando sobre isso é, mas tem muitas maneiras de pessoas não negras, de outras etnias, colaborar com o nosso movimento, e mesmo assim eu percebo que não fazem.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Tudo bem, não é? Quando é então que essas pessoas vão construir repertório pra falar? Porque o lugar de fala do racismo, ele pode ser feito desse lugar de alguém que apoia, desse lugar de alguém que compreende a temática, que concorda com as questões. Se for pra somar, de qual lugar que eu estou falando? Agora, o que eu tenho observado, o que vejo muito é que as pessoas não constroem um repertório. E aí na hora que vai falar, não dão conta de sustentar a fala, aí entra num caminho... aí vai depor contra o nosso movimento. Ao invés de nos ajudar, vai avacalhar a nossa vida, aí realmente fica difícil, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então pra você falar, pra uma pessoa não negra falar, ela vai ter que estudar, que é o caminho que a gente faz. Então eu não vejo problema dos professores falarem. Se tivesse esse cuidado, sabe? Se isso ficasse entendido. Que precisa estudar, precisa recontar a história a partir do nosso olhar, eu posso contar a sua história a partir do seu olhar sem ser você. É conhecendo a sua história que eu vou fazer isso. Então eu posso fazer, eu posso participar desse movimento dessa forma, mas o que eu vejo, Murilo, não é isso. Eu estou, olha, não me sai da cabeça... eu ia falar aqui com você igual eu falo com os meus filhos, lá em casa. Sai de vez em quando “velho”, eu ia falar “não sai da minha cabeça, velho” aí eu lembrei que Murilo não é...

ENTREVISTADOR: Não, mas pode falar... à vontade, fica à vontade. Eu também uso o “velho”.

BEATRIZ: É, eu fui fazer uma palestra num colégio, numa escola pública aqui em Valadares, aí tinha uma professora na minha sala e aí ela começou... eu falava uma coisa, ela rebatia, eu falava outra coisa, ela rebatia... Sabe? Num movimento contrário, aí, no final, eu tive que chamar ela e falar “aqui, você não está me ajudando, sabe por quê? Você está me atrapalhando”. Assim, de tanto ela fazer o movimento contrário, eu tive que parar e dar uma olhada pra ela sabe? Que aí ela falou assim: “nossa, fiz merda”. Falei com ela “aqui, porque, se você quer contar a sua ideia da história, não precisava, eu não precisava estar aqui fazendo oficina. Porque pra mim, tudo bem, eu não tenho problema nenhum de ir embora, de voltar aqui numa outra ocasião. Mas é porque, do jeito que você está fazendo, você não está me ajudando, você está me atrapalhando, eu não estou conseguindo nem avançar”, Porque ela, ela me travava, porque toda hora que eu ia avançar, ela vinha com uma questão “mas você sabia que os próprios negros escravizavam outros negros?”

ENTREVISTADOR: O discurso do Olavo de Carvalho...

BEATRIZ: Caraca, velho!

ENTREVISTADOR: Nossa, você deve ter ficado...

BEATRIZ: Não, essa hora eu perdi a... a (nome) fala “Beatriz, você é tão engraçada, que você é toda classuda pra falar” e, nessa hora, eu perdi a classe sabe? Fui lá e... que raiva! Porque essa é uma vertente da história que a gente não vai contar, porque não foi assim que aconteceu.

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: A análise. A esca... Na África existia, sim, a servidão. É diferente de escravidão. Vão lá resgatar na história, vão lá ver como eram organizados os clãs na África, quem era dono de quem, como que acontecia a servidão... como é que a escravidão veio depois. Vamos lá, sabe? Porque, se não estudar, não tem jeito de avançar.

ENTREVISTADOR: Sim, verdade.

BEATRIZ: Eu respondi a sua provocação?

ENTREVISTADOR: Sim, respondeu, respondeu muito.

BEATRIZ: Então está bom.

ENTREVISTADOR: A gente já está terminando tá? Deixa eu te perguntar uma coisa.

BEATRIZ: Sua sorte e a minha sorte é que a professora cancelou a aula de agora.

ENTREVISTADOR: Cancelou? Você tinha aula?

BEATRIZ: Senão eu já tinha que estar lá em casa...

ENTREVISTADOR: Não, mas se você tiver que interromper, também, fique à vontade.

BEATRIZ: Não, pode terminar...

ENTREVISTADOR: Por qualquer coisa, você pode interromper e a gente pode continuar depois...?

BEATRIZ: Pode terminar.

ENTREVISTADOR: Mas eu já estou terminando. Você estava falando sobre essa necessidade, que às vezes surge, de ocupar o espaço, que, talvez, se as pessoas tivessem esse compromisso em construir o repertório, nem precisasse tanto de vocês irem lá sempre. E aí eu te pergunto, em relação aos espaços da política mesmo, você vê essa necessidade de ocupação de um espaço que seja representativo, mesmo, de um outro discurso, de uma outra visão... você também vê essa necessidade?

BEATRIZ: Vejo. Aí eu vejo pelo seguinte, pelo mesmo motivo que o nosso coletivo insiste em trabalhar com a valorização da história. Nós carecemos de referências. Então nós precisamos de ter pessoas em todos os espaços ocupacionais. Porque uma das dificuldades que afetam, uma das questões que afetam o povo negro é não se ver representado. É como se aquele lugar não pudesse ser meu. É como se fosse inalcançável. É como se fosse permitido só pra outras etnias. E aí é um movimento que a gente faz, quando a gente vai falar com criança, com adolescentes e jovens universitários, nós podemos estar onde nós quisermos. Esse caminho é a gente que vai ter que fazer não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então a gente sabe que é muito sofrido, sabe, Murilo? Assim... é difícil demais. Com quantos jovens... quantas crianças, colegas seus, lá na infância, na juventude, você estudou, e que eram negros?

ENTREVISTADOR: Poucas.

BEATRIZ: Vamos contar aí... Na faculdade. Então, o nosso povo, ele vai se perdendo ao longo do caminho, por questões diversas. Então, quando a gente vai falar para as crianças, a gente fala muito disso. Quando a gente vai falar pra adolescente, jovens universitários, a gente foca nisso, também, porque tudo é motivo pra desistir, tudo é motivo. A falta... a pouca renda é motivo, a falta de apoio é motivo, a falta de referencial é motivo, a falta de... tudo é motivo. E a gente acha que é banal, que isso não tem importância, mas tem importância, porque é um reflexo lá de mil oitocentos e borrachinha, quando eles proibiram a inserção do negro na escola, em 1837 tá? Quando proibiram inserção do negro na escola. Então esse reflexo está impactando nosso povo até hoje...

ENTREVISTADOR: Sim.

BEATRIZ: Então na política, aí sim, a gente, precisa chegar lá, sabe? A gente precisa chegar lá, a gente precisa, como em outros espaços, também...

ENTREVISTADOR: Sim. E, por último, para a gente fechar, você chegou a falar, no início da sua fala, que o coletivo é todo tocado, com todas as dificuldades de vocês conciliarem, o trabalho, a família... a vida pessoal, e mesmo assim, vocês têm que dedicar uma parcela do dia de vocês pra essa formação de uma consciência, na cidade onde vocês moram. E aí, pra gente encerrar, eu queria saber quais são os planos da Beatriz para essa conciliação no futuro, você pretende... inclusive pra saber os rumos do Abayomi daqui pra frente.

BEATRIZ: Nossa, meu futuro. Então, meu futuro, eu faço meu futuro todo dia, meu amanhã é meu futuro, sabe? Eu vou me mantendo assim. Mas eu encontro tempo pra poder olhar, sabe, pro meu povo... E o Abayomi, ele está incluído nas minhas... no meu projeto de futuro. Eu não me vejo mais, hoje, e nem no futuro, distante disso. Porque, primeiro, é necessário. Segundo, porque – e nisso que eu acredito – se eu sou uma referência positiva e eu sei que o nosso povo precisa de referências positivas, eu preciso continuar. Com muito tempo, com pouco tempo, eu já tive muito tempo, agora eu tenho um tempo mais restrito. Se mais pra frente, ficar mais restrito ainda, eu vou me ajeitar, sabe? Mas o Abayomi é prioridade pra mim. Porque é muito necessário, sabe, assim, eu não sei se você, quando eu falo assim, eu não sei se você consegue compreender, mas eu vou te dar um exemplo pra você entender. Eu, às

vezes, uso turbante. De acordo com o dia, não tem nada a ver, assim com, com o coletivo não, essa sou eu mesma. Mas houve um período em que os meus filhos estavam menores, e aí o meu filho mais velho virou um dia pra mim, eu arrumada, estava de vestido, estava de turbante... estava toda trabalhada na africanidade. Aí tem dia que a gente levanta mais inspirada, tem dia que está menos, e aí a gente vai de acordo com o dia. E aí ele falou assim “ô mamãe, você vai desse jeito?” tinha reunião na escola e aí ele falou assim “você vai desse jeito na reunião?”. Aí eu olhei pra ele e falei “desse jeito como?”. “Desse jeito, com esse pano na cabeça...”. Ele tem um olhão expressivo, sabe? Um olho grande. “Assim, desse jeito com o pano na cabeça”. Com medo de eu brigar, sabe? Aí falei com ele assim: “Vou desse jeito, estou pronta. Por quê, meu filho?” Aí eu sentei e falei com ele: “Eu estou pronta, mas por que você está perguntando isso pra mamãe?” Aí ele falou assim: “É porque, mamãe, nenhuma outra mãe anda desse jeito”. Aí eu falei: “Pois é, nenhum dos seus outros colegas têm uma mamãe igual à sua. Que bom, porque cada mamãe é de um jeito, não é? A sua mamãe é de um jeito, a mamãe do colega é de um jeito, a mamãe do outro é de outro jeito.”. E fui dando exemplos. Aí ele falou assim comigo: “Então tá”. Porque viu-se vencido. “Então tá, mamãe, então tá bom”. E aí, Murilo, ele começou perceber o seguinte, que a mamãe dele era referência pros colegas dele, porque eu chegava e vinha um colega. Aí me abraçava, aí vinha outro colega, perguntava: “O que é isso no seu cabelo?”. Aí eu falava que isso era da minha herança africana e aí o outro vinha e falava: “Nossa, (nome), que mãe bonita!”. Aí ele começou a entender que eu, ali, estava ajudando a construir a identidade que não era só dele, porque eu estava trabalhando a identidade dele e dela, porque eu tenho um casal. Eu estava ali trabalhando a identidade dele e dela, mas eu estava ali influenciando a identidade dos coleguinhas também, das outras mães, também. E isto é muito necessário, essa referência sabe? É muito necessária, porque eu não tive isso.

ENTREVISTADOR: Sim.

Obs: Neste momento, a internet da entrevistada se desconectou, e o entrevistador procedeu ao encerramento por telefone.

ENTREVISTA n. 2 (CAIO) – 26/04/2021

COLETIVOS: LGBTQIA+ da UFJF; Atlética União Igualdade e Força.

ENTREVISTADOR: É, só mais uma instrução. Embora a gente se trate pelo nome aqui, a pesquisa é anônima. Toda vez que eu me referir ao seu nome e, na transcrição vai ser atribuído um pseudônimo, está “bom”?

CAIO: Ok.

ENTREVISTADOR: Então, Caio. Primeiro, eu queria que você falasse um pouquinho sobre você. De onde você é, se você é de Governador Valadares, mesmo. Qual curso você faz, qual período você está.

CAIO: Entendi. Olha, meu nome é Caio, eu sou natural... nasci na cidade de Resplendor, aqui em Minas mesmo. Só que eu morei a vida toda em Ituita, que é a cidade vizinha a Resplendor. Morei em Ituita até os meu 12 anos. Aos 12 anos me mudei pra Valadares. E é onde eu moro até hoje. Concluí meu ensino médio aqui em Valadares mesmo, e depois entrei na Universidade Federal de Juiz de Fora, no curso de Farmácia.

ENTREVISTADOR: Sim. E tem muito tempo isso, já?

CAIO: Eu entrei no ano de 2014, e aí eu precisei muito [inaudível] trancar, e aí falta um período pra eu concluir.

ENTREVISTADOR: Ah, você já está no fim do curso já?

CAIO: É, falta um estágio, um semestre de estágio.

ENTREVISTADOR: E a sua família, muita gente tem ensino superior também, Caio, como é que é?

CAIO: Sim. Meu pai e a minha mãe, os dois têm ensino superior. Meu irmão não tem, mas [inaudível] de primeiro grau “né”.

ENTREVISTADOR: Sim. E eles moram aqui em “GV” também?

CAIO: Os meus pais sim. Moram em Valadares, e o meu irmão, ele mora com meus pais de maneira formal, mas ele precisa viajar muito. Então ele passa dois meses longe de casa e aí passa uns quinze dias com eles. Então mora, mas os meus pais eles moram sozinhos. Praticamente falando. E eu moro sozinho, também, eu pago um apartamento, e moro sozinho.

ENTREVISTADOR: Sim. Deixa eu te perguntar, você faz parte da fundação da Atlética também, ou você entrou depois?

CAIO: Não. Eu sou um dos membros fundadores da Atlética.

ENTREVISTADOR: É um dos membros fundadore,s também...

CAIO: Sim.

ENTREVISTADOR: E como que você, antes de participar da Atlética, você já tinha se interessado, assim, por engajar em algum movimento político, ou um outro tipo de movimento social? Como é que foi o seu interesse por participar disso?

CAIO: Logo quando eu entrei na Universidade, eu era... eu pertencia, apesar de muita curiosidade, de gostar bastante da discussão política... até eu entrar na universidade, eu não tinha tido a oportunidade tão clara, tão perto, de me aproveitar da situação e, de fato, me envolver politicamente. E assim que eu entrei na universidade, eu já entrei no diretório acadêmico, atuando como secretário. Eu também entrei na Atlética da Farmácia. São maneiras de atuar politicamente, não é? Não no aspecto social, mas de alguma maneira representativa.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAIO: E aí, em 2016, foi quando eu entrei pra Atlética União, Igualdade e Força. Entrei na militância mais identitária, no primeiro momento.

ENTREVISTADOR: Entendi. Caio, eu vou só te propor aqui, porque o áudio está dando uma falhada. Eu não sei se é o lugar onde você está do wi-fi, mas eu perdi umas coisas que você falou, por exemplo, o ano que você entrou na...

CAIO: Pode perguntar de novo.

ENTREVISTADOR: “Tá”, o ano que você entrou na Atlética... eu perdi. Aí se você puder falar de novo, da parte que você entrou para frente.

CAIO: No ano de 2016, 2017, enfim, acho que foi 2017. Os meninos, o Gabriel e o Luiz entraram em contato comigo pra que eu também entrasse pra Atlética. E aí a Atlética União, Igualdade e Força foi a minha experiência política mais de luta identitária. Porque antes eu estava muito envolvido com o movimento acadêmico é, não como uma luta tão identitária. E aí que eu considero, assim, um novo despertar, também. Foi uma nova descoberta da minha atuação política. E considero consequência do meu envolvimento, por exemplo, com o diretório acadêmico, que me despertou bastante politicamente, que me despertou bastante consciência.

ENTREVISTADOR: Mas hoje você está envolvido de alguma maneira, com o movimento estudantil tradicional?

CAIO: Não, hoje eu não estou mais.

ENTREVISTADOR: Mas você tem é... por questões pessoais ou você tem alguma crítica ao movimento estudantil? Como é que você marca a diferença entre o que você chama de movimento social, ou de identitário, de uma luta identitária, ou o movimento estudantil, por exemplo, qual que é a diferença entre eles?

CAIO: Falando praticamente, a diferença está que quando eu estava no movimento estudantil a gente, na prática, o que a gente mais fazia era participar de reuniões, e era uma coisa mais burocrática, praticamente falando.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: E, na Atlética, praticamente falando, eu tive a oportunidade de atuar de uma forma diferente de como eu havia... estava, até então no movimento estudantil. Foi isso que eu quis dizer.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Te respondi?

ENTREVISTADOR: Sim. Pelo que eu estou entendendo, ultrapassa essas questões burocráticas, então? De participar de reunião, rotina acadêmica, não é? É isso?

CAIO: Exatamente. A gente faz é... a gente desenvolvia projetos. Eu falo no passado, porque com a pandemia, o nosso foco ficou muito na internet, mas, antes, a gente tinha muita atuação, fazia muita coisa, tinha bastante projeto. Trabalhava bastante essa questão de trazer o público LGBTQIA+ à vista da sociedade.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Então foi uma experiência prática, uma coisa que eu vivenciei de uma maneira intensa, foi diferente do que eu já tinha vivido até então.

ENTREVISTADOR: Então você podia falar um pouquinho, se você puder, quais esses projetos, os tipos de ação que vocês desenvolveram na atlética nos últimos anos e que extrapolam os limites da própria questão universitária, por exemplo.

CAIO: Olha, a gente tem formatos preestabelecidos e a gente faz diversos eventos, como é, por exemplo, um formato que a gente tem, é o Piquenique Cultural, que é onde a gente pega um espaço público, de preferência uma praça, com lugar pras pessoas poderem sentar, e fazer piquenique, alguma coisa que dê algum conforto pra que ela. Essa pessoa, assiste a shows de diversos artistas, músicos, nós temos meditação, rap, poesia, dança... Então a gente trazia uma programação para o público. Não era exclusivamente direcionado ao público LGBT. São

programas abertos a todos os públicos, todos podem vir. Só que a gente tá sempre levantando a bandeira LGBTQIA+, num sinônimo de reafirmação. Outro formato que a gente tem são as *Gaymadas*, onde a gente chama as pessoas pra brincar de queimada em alguma praça da cidade, a gente faz em praças de bairros periféricos, bairros centrais, a gente tenta sempre variar pra que seja acessível pras mais diversas pessoas. E nas *Gaymadas*, nesse formato que a gente tem de atuação. A gente também faz o *Look Poc Sport*, que é o concurso da pessoa que vier mais bem paramentada, mais bem fantasiada, mais bem divertida. Então, no final da *Gaymada*, no final do campeonato há um desfile e há uma avaliação pelo público presente, através de palmas ou gritos, enfim. Para decidir quem é o vencedor do *Look Poc Sport*.

ENTREVISTADOR: Bacana.

CAIO: A gente também promove eventos mais acadêmicos, exemplo, a gente promoveu evento em setembro de 2019, falando sobre prevenção ao suicídio, um olhar bem desmistificado, com os psicólogos. Enfim, com diversos profissionais, e isso foi um workshop que a União Igualdade e Força organizou. Estou citando esses exemplos pra você entender que a nossa atuação ela, apesar de, por exemplo, quem olhar por fora, um concurso *Look Poc Sport*, pode achar uma coisa completamente fútil ou besta ou infantil de alguma maneira, lúdica, para usar uma palavra menos agressiva. Mas, ao mesmo tempo, que a gente tem esse tipo de atuação, a gente também instrui o nosso público a um conhecimento científico, a um conhecimento de qualidade. As nossas informações no *Instagram* da Atlética são todas muito bem embasadas, são feitas discussões pra cada *post* que é feito, então também é uma preocupação da educação do nosso grupo. E a gente também atua dessa maneira. Aí todos os públicos recebem informação de qualidade, com acessibilidade, enfim...

ENTREVISTADOR: Bacana. Caio, geralmente, com Atlética, a gente fala de uma associação, de um coletivo de pessoas que estão preocupados mais com questões recreativas, assim, de organização de festas e eventos esportivos, e tudo mais. E a Atlética de vocês acabou tomando uma proporção assim, de ativismo, mesmo não é? Além dela pensar nesse caráter de estabelecer uma forma de recreação, ela tem essa preocupação, pelo que você está me falando, com a conscientização para questões relacionadas à *lgbtfobia*, não é? Com a própria conscientização das pessoas do público LGBT, e tudo mais. E como que foi esse despertar para vocês, que vocês precisavam tornar uma Atlética mais politizada? Como é que foi esse processo de criação?

CAIO: Olha, é um processo que começou pouco a pouco, e que continua acontecendo. Assim, é o curso natural, a gente sempre quer melhorar, a gente sempre quer aprender, a gente sempre quer crescer. Então, esse despertar não teve um momento, a gente foi crescendo de acordo com o que as novas visões, enfim, de acordo com que o debate foi crescendo, a gente foi aprendendo com ele, e querendo, buscando sempre o ideal, buscando sempre um posicionamento de melhor qualidade possível. Dentro da nossa luta que é uma luta identitária, pelos direitos LGBTQIA+.

ENTREVISTADOR: E vocês têm relação com outros movimento sociais?

CAIO: Sim... há diversas parcerias, os próprios convidados do piquenique cultural são movimentos parceiros da atlética. Então há, sim, uma relação com a cena local, entendeu? Com o movimento, com os outros movimentos sociais da cidade.

ENTREVISTADOR: Entendi. Caio, e como é que é a relação da Atlética com as outras questões políticas que envolvem, por exemplo, outras instituições? Sem ser propriamente movimentos identitários? Como é a relação da Atlética com partidos da cidade, ou com a própria Prefeitura? Você podia falar um pouquinho sobre isso?

CAIO: Entendi. A gente, a Atlética sempre conta com muito apoio da Prefeitura, a gente tem alguns problemas sim, mas, de uma maneira geral, o que nós solicitávamos à Secretaria de Cultura, sempre nós fomos atendidos. Mas, ao mesmo tempo, a gente mantém uma postura muito crítica em relação aos nossos representantes. Por exemplo, uma coisa que a gente faz desde 2018, relacionado à PREP, marcamos diversas reuniões com a Secretaria de Saúde. A gente se posicionou em uma, no *Instagram* da Atlética, sobre essa situação, explicando que havia... a Atlética tem cobrado da prefeitura, tem cobrado dos nossos representantes, um direito da população, principalmente um direito da população LGBTQIA+. Então nossa relação é uma relação de imparcialidade. A gente agradece, a gente é muito grato pelas vezes que nós fomos ouvidos, mas, ao mesmo tempo, a gente cobra o que ainda acha que deve ser cobrado. O que pode acontecer são intrigas pessoais, que dizem respeito a pessoas de determinados movimentos, com algumas outras pessoas de determinados movimentos. Mas isso são intrigas pessoais, que eu não acho que o movimento da Atlética, ela seja de alguma maneira diminuídas. Veio um cara me falar que eu, como eu enxergo como atritos pessoais, como não foi comigo, então eu não preciso falar sobre intrigas pessoais. Para manter uma posição bastante neutra. A Atlética ela é apartidária.

ENTREVISTADOR: E você, Caio? Você especificamente tem alguma orientação ideológica à esquerda ou à direita? Alguma preferência partidária?

CAIO: Eu sou, sim, o meu posicionamento ideológico é de esquerda, eu sou uma pessoa de esquerda, falando bem geral. De maneira bem geral, eu sou visto da esquerda.

ENTREVISTADOR: E você tem alguma afinidade com partido?

CAIO: Olha, eu já votei em diversos partidos da esquerda. Eu nunca [inaudível] a um específico, mas eu posso citar, eu já votei no PSOL, já votei no PT, já votei no PDT, já votei no PCdoB.

ENTREVISTADOR: Mas você não é filiado?

CAIO: Não tenho filiação em nenhum partido, e também não tenho preferência a um partido político.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Não tenho partido político, sempre me atendo a... não que isso não seja importante. Por favor, não entenda mal, não estou falando que eu desconsidere, é só um dos fatores a serem analisados, não é o único fato que interfere na hora do meu voto.

ENTREVISTADOR: Caio, aproveitando que a gente está falando nesse assunto, a Atlética... Você está falando que ela é apartidária, os eventuais conflitos que existem são mais por questões pessoais de alguns membros com a Prefeitura ou com outras pessoas de outros movimentos. Mas eu queria te perguntar, nesse contexto aí, se vocês acham importante que a Atlética lute por uma representatividade LGBT no município, diante do contexto político de Governador Valadares. Porque, a princípio, ela é apartidária, mas você acha que isso vai fazer parte da luta de vocês daqui um tempo, ou já faz, sabe? Ter uma representatividade política no poder público?

CAIO: Nas duas últimas eleições a Atlética divulgou candidatos LGBTs na nossa cidade. E dos mais diversos espectros políticos. Para que os nosso público se identificasse com aquele que [inaudível] e não foi, de maneira alguma, uma propaganda política porque não houve nenhum tipo de recompensa, e isso de fato se eu não me engano, é proibido. Mas, assim, foi a nossa reunião. A gente discutiu na tentativa de fato pra trazer a “representância” LGBT pra Valadares.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Então, aqueles candidatos que aceitavam, a gente entrava em contato, e aqueles candidatos que se autodeclaravam LGBTs, e que aceitavam ter o material de campanha

divulgado, alguma coisa no Instagram da Atlética, a gente apontava os candidatos LGBTs presentes.

ENTREVISTADOR: E teve muito candidato na eleição passada? Você lembra?

CAIO: Olha, sinceramente eu não. Porque é o seguinte, eu além de estudar, eu trabalho. Em novembro passado era o meu mês de férias, e eu fiquei afastado da cidade, eu não fiquei em Governador Valadares. E eu tive que justificar os meus dois votos, porque eu não votei. Eu pedi, estava de férias, eu pedi para os meninos para que eu não ficasse responsável pelos meus cargos na Atlética.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Então naquela época eu saí do grupo e não me envolvi de nenhuma maneira com o que aconteceu. Então eu não sei te informar.

ENTREVISTADOR: Sim. Mas pelo que você está falando não foi apoio a uma candidatura específica não, vocês estavam apoiando candidaturas LGBT que se autodeclaravam como tal.

CAIO: Exatamente, e eu posso te afirmar que não era pra um candidato específico, porque, em novembro, quando esse material foi divulgado, e eu estava afastado, só que o processo anterior às postagens, enfim, eu estava presente. E eu participei de entrevista com candidatos, perguntando se eles é... queriam participar. Então eu posso afirmar que mais de um candidato foi entrevistado e, se dispondo, se eles tinham algum interesse em ser apontado na nossa página.

ENTREVISTADOR: Entendi. Caio, você acha importante essa desvinculação que a Atlética... continue um pouco afastada de certas, tipo... que ela não seja identificada como um movimento do partido X ou Y? Você acha importante essa autonomia da Atlética?

CAIO: Eu acho importante, falando de uma perspectiva muito pessoal. Eu gostaria que a Atlética tivesse pelo menos um espectro ideológico definido. Mas eu entendo, é uma opinião pessoal e eu entendo [inaudível]. Eu respeito o que é acordado. E o que está no nosso estatuto.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: O que está previsto no nosso estatuto e tomo ele para mim.

ENTREVISTADOR: Entendi, mas...

CAIO: Eu, não me impede...

ENTREVISTADOR: Pode falar, desculpa te interromper...

CAIO: O fato de eu defender esse posicionamento, não me impede de atuar na Atlética e muito menos diminui o que a importância das ações que a Atlética vem desenvolvendo. Eu consigo diferenciar muito bem, porque é um trabalho que eu acredito muito.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Mas eu tenho as minhas opiniões diferentes, eu não acho... eu consigo separar muito bem.

ENTREVISTADOR: Entendi. Mas, assim, você fala em espectro ideológico, não necessariamente a uma vinculação a um partido específico “né”? Eu acredito, pelo que você falou, mais de esquerda “né”? Um viés mais de esquerda?

CAIO: Pelo menos. Pelo menos, entendeu? Na minha opinião, pelo menos um viés ideológico mais próximo da esquerda, pelo menos alguma coisa nesse sentido, mas é uma coisa completamente pessoal.

ENTREVISTADOR: Não, mas eu acho interessante isso, essa formulação sua faz parte mesmo, de eu entender essas questões, das vinculações, do envolvimento. Essa noção da autonomia ela é uma coisa muito presente em 2013. Assim, essa preocupação em não ficar ligado a um determinado símbolo. Mas é uma coisa que se pergunta muito hoje em dia, se é

uma estratégia que cai mesmo, então assim, não precisa ficar preocupado em desvencilhar a sua opinião da Atlética não, porque está claro aqui, na sua fala.

CAIO: Entendi, eu estou tentando, de alguma maneira, firmar que você está me entendendo.

ENTREVISTADOR: Sim, estou sim. Está perfeitamente, Caio, tranquilo. Agora eu queria te perguntar, por que que você acha que essa vinculação, desvinculação não, mas de uma marcação de posição, de posicionamento ideológico à esquerda é melhor pra causa LGBT? Você já conseguiria formular isso?

CAIO: Conseguiria. Eu compreendo que na minha... eu enxergo, eu vou falar na perspectiva de um homem gay. Que eu sou um homem gay. [inaudível] a homofobia, que é o que eu sofro, como uma variante do machismo, ela é um braço do machismo, ela não está em um ramo completamente diferente, por exemplo, que é o racismo, vem de outro lugar. A homofobia ela está no mesmo, na mesma árvore que o machismo e eu entendo que o sistema capital, de capitalismo, se sustenta pelo machismo, o patriarcado é um projeto e o meu espectro ideológico à esquerda ele é muito mais inclusivo nesse sentido. Não há essa dependência.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Por conta disso, eu acho que é coerente a gente defender um sistema que não nos mata. E por isso eu consigo, se eu enxergo um sistema que me mata, por que eu vou, de maneira, ainda que em um âmbito municipal, por quê que eu vou endossar esse movimento? E pra mim é muito mais coerente assumir uma posição à esquerda. Eu gostaria que a Atlética tivesse pelo menos um espectro ideológico definido.

ENTREVISTADOR: Sim, e como é que você enxerga, por exemplo, existe uma crítica que se faz, quando o ativismo LGBT passa por uma lógica neoliberal, assim, do *Pink Money*, de apropriação das demandas, transformando tudo em mercadoria, em marketing. Você enxerga isso como um problema também?

CAIO: Sim, é um problema.

ENTREVISTADOR: Beleza. Deu uma agarradinha no seu som aí, mas eu acho que agora está normal de novo.

CAIO: Ok, qualquer coisa eu posso repetir.

ENTREVISTADOR: Está beleza, Caio, quem que são os membros mais ativos, assim, do coletivo? Vocês tem... pelo que os outros participantes me falaram, tem uma certa estrutura burocrática de divisão de tarefas?

CAIO: Sim, o núcleo administrativo, que é composto pelo presidente, vice-presidente, secretário. Aí tem o núcleo de esportes, tem a comunicação, enfim, diversas diretorias.

ENTREVISTADOR: Você é o quê, atualmente?

CAIO: Quê? Atualmente?

ENTREVISTADOR: É, o seu cargo.

CAIO: Secretário. Secretário geral, eu estou no núcleo administrativo. Eu estou com dificuldade de falar que eu estou no núcleo administrativo, porque, desde novembro, quando eu saí de férias e pedi para não me envolver por um tempo, eu não voltei, então... mas, também não saí, então, nesse momento, eu estou, mas eu não estou atuando. Então eu nem me colocaria como um dos membros mais atuantes.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAIO: Se for a pergunta que você colocou, os membros mais atuantes que eu colocaria, seria o (nome) e o (nome), do núcleo administrativo. E talvez essa resposta minha seja completamente influenciada, por que? São as pessoas que eu mais tenho contato, então são as pessoas que eu mais vejo. Então pode ser isso, são as pessoas que eu mais vejo, por se tratar de uma organização. Organizar é muito difícil. Então, eu considero esse trabalho bem desgastante e atribuo isso a muito trabalho, a um trabalho muito desgastante.

ENTREVISTADOR: Sim. Caio, e outra coisa que eu ia te perguntar é: para mim é importante investigar como funcionam os coletivos nos dias de hoje, porque quando surgiram as Manifestações de 2013, eu me lembro que uma das críticas que se fazia, dos jovens à época, é que eles não se reconheciam em movimentos tradicionais, justamente por causa de uma estrutura meio engessada assim, de organização das funções, sabe? Eles não sentiam que tinha espaço pra eles. Então, tinha toda aquela demanda por horizontalidade, que é uma cultura de todo mundo votar, todo mundo participar, as deliberações são sempre coletivas... em que medida vocês na Atlética se preocupam com isso? E em que medida você acha que não é muito possível ser horizontal na atuação do coletivo?

CAIO: Olha, apesar de ter divisões, todo mundo faz tudo. Vou citar o exemplo, nós vamos organizar um evento, todo mundo atua de alguma maneira, as questões dos cargos têm mais pra questões burocráticas, porque, na parte prática, as atividades são distribuídas para todos. E essa parte organizacional, ela é, de fato, há necessidade de pessoas envolvidas nessa questão organizacional. Não significa que é um diálogo fechado, que há, de alguma maneira, algum tipo de autoridade, ou hierarquia. O nosso discurso é bem aberto e inclusive a gente faz reuniões periódicas com cada membro, fazendo um balanço geral das características que a gente acha positivas na atuação da pessoa, e abre um espaço pra um *feedback* também para gente. No ano de 2020, quando a gente fez essa reunião, e aí pensa, nós somos vinte membros e nós do núcleo administrativo tivemos que fazer 20 reuniões, então foi um processo demorado. A gente busca ativamente saber de que maneira a nossa atuação está soando ou parecendo hierárquica, porque a gente não quer isso. A gente gasta muita energia se assegurando de que a nossa atuação é a mais planar possível. Apesar da divisão de cargos.

ENTREVISTADOR: Olha, interessante.

CAIO: E uma coisa que eu gostaria de citar, que todos os *feedbacks* que a gente recebeu, as pessoas falaram “ah não, pra mim está bom, não tem nada pra falar”. Outras, as que se manifestaram, todas manifestaram para elogiar, trazer características positivas que eles enxergavam a respeito da nossa atuação. E, mesmo assim, eu, até, na época brinquei com os meninos, com o Gabriel e com o Luiz, falei assim... “eu quero, eu quero alguma coisa”. E aí não veio. Aí a gente falou “gente, fiquem atentos, caso vocês queiram falar alguma coisa, por favor nos comunique”. Então eu enxergo de uma maneira muito tranquila essa nossa relação, não há uma figura de poder.

ENTREVISTADOR: Caio, mudando um pouquinho agora o foco da nossa conversa aqui, como é que você acha que é a situação da pessoa LGBT em Governador Valadares, principalmente do homem gay, que é o seu lugar de fala aí, que você comentou.

CAIO: Eu vejo, aqui em Valadares, o LGBT de uma maneira geral, “tá”? Eu sinto que a Atlética, ela precisa trabalhar muito mais pra conseguir despertar a consciência política. Trazer para o nosso público esse senso crítico mesmo, para poder saber interpretar situações, para saber o que exatamente aquela pergunta quer dizer, o que aquela afirmação quer dizer, o que uma manchete quer dizer, e esse problema, apesar de você ter me perguntado do público LGBT é, não é uma coisa só do público LGBT não. É uma coisa que eu gostaria muito que acontecesse em todos os setores da sociedade. Porque é uma coisa muito grave você não ter um cerne político, uma coisa que te baseia, você fica muito suscetível às *fake news*, por exemplo. As desinformações, eu acho que [inaudível], especialmente na nossa comunidade. Na sociedade em geral, mas, especialmente, na nossa comunidade, que é se gente estivesse num cenário ideal. A população LGBT, ela tivesse uma base política consolidada, a gente com certeza teria representantes.

ENTREVISTADOR: Sim... foi até interessante você ir por esse caminho na pergunta, mas, na verdade, eu tinha te perguntado outra coisa. Mas eu acho que é interessante que também tocar nessa questão. eu estava te perguntando propriamente a situação... não é exatamente em termos de consciência política. Mas em termos das relações de poder que existem na cidade mesmo sabe? Como é ser...

CAIO: Não, não entendi.

ENTREVISTADOR: Desculpa... Eu estava te perguntando como é a situação, como é a situação, não propriamente nos termos de consciência política, se tem ou se não tem. Mas eu estava perguntando, assim, você acha que “GV” é uma cidade muito conservadora, é uma cidade em que é difícil ser LGBT por causa das relações de poder que existem? Entendeu?

CAIO: Sim, é. Agora entendi. Eu acho sim que Governador Valadares é uma cidade muito conservadora, acho não, são dados. A nossa população majoritariamente votou no candidato abertamente homofóbico, assim, e sendo muito superficial, só não deu provas, não precisa, não é?

ENTREVISTADOR: Você está falando do prefeito?

CAIO: Eu estou falando do presidente.

ENTREVISTADOR: Ah não, do presidente, desculpa.

CAIO: A nossa cidade, majoritariamente, votou num candidato que é abertamente homofóbico, e elegeu pela segunda vez, um candidato a prefeito que é adepto, que vota no Presidente da República. Então eu nem acho que é uma questão de arrogância, a nossa cidade ela tem uma base homofóbica muito intrínseca. E é difícil um LGBT aqui em Valadares. Eu, um homem gay branco, foram muitos privilégios, tenho muitos privilégios na minha vida em sociedade. Quando eu falo que a vida de um LGBT em Valadares é difícil, eu nem me refiro a mim mesmo, a mim, homem gay.. uma experiência que me chocou muito são as minhas experiências com as mulheres trans. As mulheres trans, elas têm uma vida muito complicada aqui em Valadares, muito complicada. É uma situação triste, não é humano. E essa realidade eu enxerguei.

ENTREVISTADOR: Sim, bacana. Caio, a gente estava falando aí do contexto, do quanto o presidente teve de votos aqui. Agora falando um pouquinho sobre a atuação de vocês nos últimos anos. Você tem visto alguma melhoria nessa situação, por parte dos movimentos sociais que existem? você tem visto alguma luz no fim do túnel, você enxerga alguma possibilidade de mudança pra melhor nesses últimos anos?

CAIO: Eu acho que tudo que a gente fez, com certeza, melhorou um cenário, a gente atua municipalmente não é? Então tudo que a gente fez, com certeza, melhorou o nosso município. O nosso trabalho não foi em vão, eu enxergo, sim, melhora. Só que o que eu enxergo, também, é que tem muito mais a ser feito, para chegar em um cenário ideal. Então, eu acho sim, que a gente está avançando, apesar de difícil, e ser um teste de resistência, por causa do atual representante, principalmente. O presidente da república deixa muito confortável o cidadão médio expressar muita homofobia, muita *LGBTQIA+fobia*, e é muito desgastante, só que, pensando na maneira menos impactante, vamos pensar que tudo que a atlética fez até hoje impactou apenas os LGBTs de Valadares, o que não aconteceu. Nós tivemos presença de várias pessoas, não só LGBT. Mas vamos reduzir, vamos diminuir, falar que o nosso movimento apenas atingiu aos LGBTs. Ainda assim, a gente contribuiu pro bem-estar do LGBT, a gente deu força pro LGBT, a gente se deu força também, porque esse movimento deixa a gente muito alegre. Então, mesmo que tenha sido um trabalho de manutenção interna. Mesmo que tenha sido um trabalho pra comunidade LGBTQIA+, foi útil. Mesmo pensando apenas nisso, foi útil.

ENTREVISTADOR: Bacana.

CAIO: E aí, sem considerar o nosso avanço na nossa presença política, que a gente... se antes não havia, é uma pressão para implementação, para saúde pública LGBT, agora tem. Seria uma demanda para que os equipamentos da prefeitura que são para as manifestações, que são pra serem utilizadas pelos movimentos da cidade, se antes não era utilizado, combater a LGBTQIA+fobia, agora é. Então assim, o trabalho, os resultados não vieram, não vieram de graça, mas vieram. A gente batalhou muito para conseguir chegar a ter os resultados que a gente tem hoje.

ENTREVISTADOR: Sim. Caio, e quais são os próximos passos da Atlética, quais são os próximos projetos, quê que ela pretende fazer daqui pra frente?

CAIO: A Atlética fica muito presa atualmente, por causa da pandemia, a gente não tem condições, por causa dessas coisas sociais, enfim, de promover algum tipo de evento. Atualmente, a perspectiva da Atlética, numa situação de pandemia, é a utilização das redes sociais para postar a respeito de diversos assuntos que podem impactar e que o público LGBTQIA+, a gente encara que deva saber. Mas, pensando em um cenário pós pandemia, a gente tem intenção de refazer uma parada LGBT aqui em Valadares, trazer essa questão do orgulho LGBT pras ruas de um maneira mais... maior, de uma maneira, de maior destaque. A gente tem intenção de fazer isso, a gente tem intenção é de ter representantes LGBTs, ter alianças com os candidatos LGBTs da cidade, enfim, diversas perspectivas para chegar num cenário ideal. Por aliança, não me entenda como aliança política "tá"? Eu entendo como canal de comunicação direta, por exemplo.

ENTREVISTADOR: Tranquilo.

CAIO: [inaudível] um canal de comunicação direta com os candidatos LGBT da cidade, um canal de comunicação direta com o prefeito, como é o caso que nós já alcançamos isso já, a União Igualdade e Força já teve reuniões com o prefeito da cidade. Então assim, crescer nesse sentido.

ENTREVISTADOR: Sim, bacana, e só para a gente terminar, e os seus projetos, Caio, seus projetos pessoais, na militância, profissionais. Como é que você pretende conciliar isso daqui para frente, tendo em vista que você vai formar? Assim, daqui a pouco você vai ter outras preocupações e outros projetos também pra conciliar, como é que você pretende conciliar isso tudo daqui para frente?

CAIO: Eu, sinceramente, eu não sei te responder essa pergunta, eu vou explicar porque. Eu, desde 2019, eu venho passando por... por uma série de transformações internas muito intensas. E que tem me ocupado muito, muita energia. Eu estou extremamente desgastado, sabe?

ENTREVISTADOR: Sei.

CAIO: E, não sei, eu penso que talvez eu consiga me restabelecer de uma maneira que eu gostaria, que seria do ativismo político mesmo, assim, talvez de filiar a algum partido. Político, talvez não, talvez é... não sei, eu não sei te responder essa pergunta.

ENTREVISTADOR: Não tem problema não, mas e na Atlética, você pretende continuar vinculado mesmo depois de sair da faculdade, ou não?

CAIO: Eu tenho um carinho muito especial pela Atlética, a Atlética, eu olho com muitos bons olhos. Então sim, se eu continuar na cidade, eu não vejo motivo de não continuar atuando.

ENTREVISTADOR: Sim, então beleza, era isso Caio, eu vou só interromper aqui para te agradecer direito, só interromper a gravação.

ENTREVISTA n. 3 (Carolina) - 29/04/2021

COLETIVOS: Abayomi, Diversidade Gênero e Negritude (Sind-UTE) e Mais Mulheres no Poder.

ENTREVISTADOR: Joia, joia, pode falar. Desculpa te interromper.

CAROLINA: Não, tranquilo. Então, assim, eu posso falar a partir dos coletivos que eu participo. Todos os três coletivos que eu participo, de forma direta, como foi o coletivo do Sind-UTE, ou de forma indireta, como foi o Abayomi e o Mais Mulheres, ele vem já de um processo político a partir de 2013, exatamente, 2014... aquele processo político, eleitoral que a gente já sabe o que aconteceu. O coletivo mais velho que eu participo, que é o Mais Mulheres no Poder...você tem uma ordem pra eu falar? Eu posso falar os três ou...

ENTREVISTADOR: Pode, pode ficar à vontade...

CAROLINA: O Mais Mulheres no Poder é o coletivo que eu não participei da formação desse coletivo. Esse coletivo surgiu a partir da coordenadora idealizadora, é a (nome). Ela é advogada e trabalha aqui na Prefeitura de Valadares, aí ela surgiu com a ideia de criar um grupo que se autodenomina coletivo. Grupo Mais Mulheres no Poder, para se discutir a questão política e eleitoral da mulher. Juntar, assim, um grupo de mulher para... assim, o objetivo é juntar um grupo de mulheres que eram politizadas, fazer alguns chás e, a partir disso, mulher votar em mulher, e a gente conseguir eleger mulher para trazer essa pauta de gênero. Então, a ideia inicial do coletivo era isso, só que aí foi tomando... “ah vamos fazer uma formação, uma mulher tem dificuldade de falar em público, aí vamos arrumar uma psicóloga, alguém que nos ensine”. Fazia inscrição, e aí dava duzentas pessoas, duzentas e cinquenta pessoas para participar das formações iniciais que nós fazíamos, e aí o grupo acabou tomando uma proporção muito maior do que nós imaginávamos. Atualmente, o grupo, a gente não está fazendo. A gente fazia pelo menos duas formações no ano, sempre nesse sentido, de formar mulheres. A gente fala de alguma coisa em relação ao empoderamento feminino. As formações eram em função disso e ações, mesmo, políticas, em função mesmo desse propósito, que eram o objetivo central do grupo.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: E aí a (nome), que também é do Abayomi, participa do grupo Mais mulheres e aí ela fala: “Carolina, o grupo Mais Mulheres tem uma discussão bacana sobre gênero, sobre pauta feminista, mas eles, esse grupo, invisibiliza a questão da luta da mulher negra, vamos entrar nesse grupo e vamos articular e vamos levar a nossa pauta para lá”. E aí foi isso que, por isso que eu chego no grupo Mais Mulheres, para criar um núcleo de mulheres negras dentro do grupo Mais Mulheres, para poder agregar ao grupo Mais Mulheres as pautas que são específicas da mulher negra. Então do Grupo Mais Mulheres eu sou responsável pelas pautas que se referem à mulher negra, e trazer as discussões e formações, especificamente. Porque esse grupo acabava invisibilizando as outras em relação às mulheres negras. Aí nós fizemos grandes encontros e, enfim, o objetivo maior do grupo, embora ele seja apartidário, é que a gente consiga eleger o maior número possível de mulheres em cargos eletivos, independentemente de partido, tem que ser mulher. Então a gente, a grande política do grupo, é a gente não votar em homem de jeito nenhum.

ENTREVISTADOR: Eu tenho uma pergunta a esse respeito. Eu estou pensando aqui, mas vocês, por exemplo, eu sei que o Mais Mulheres está um pouco parado nos últimos tempos e tal. Mas, dentro da perspectiva de vocês de eleger mulher, da representatividade. Vocês se preocupam, por exemplo, ou se preocupavam, com a questão de eleger mulheres que sejam propriamente feministas? Porque também tem o caso, de eleger certas pessoas que vão ser

totalmente a favor do papel tradicional da mulher submissa, isso passava pelas discussões de vocês?

CAROLINA: Nós tivemos essa discussão, embora a gente não esteja fazendo formação, mas as discussões do grupo... ainda é muito ativa. A gente tem, por exemplo, um grupo no Facebook que tem mais de duas mil pessoas. Do Mais Mulheres no Poder. A última eleição a gente teve uma confusão, digamos assim, no grupo, porque foi eleita uma mulher aqui em Valadares que a gente acha que não representa as pautas feministas. E houve, realmente, essas discussões dentro do grupo “e aí vamos? Tipo assim, vamos apoiar? Como é que vai ficar essa situação?”. E tem essas discussões também, porque o grupo ele apoia mulheres independente de partido. Mas a gente, infelizmente, ou felizmente, a gente percebe que os partidos de esquerda eles têm uma tendência a ter mulheres que levantam a pauta da questão feminista, da questão de gênero e a gente percebe que as mulheres que são ligadas aos partidos de direita não têm muito essa preocupação. Então é uma discussão que a gente faz, umas são contra, umas são a favor, e aí realmente as discussões pegam fogo nos grupos, tanto no grupo do Facebook, como do WhatsApp que nós temos também e que a gente está constantemente falando. Aí a gente tem textos, a gente tem formações, o grupo é um grupo que tem... eu costumo dizer que o grupo é, assim, esse grupo de WhatsApp, a gente tem é praticamente todas as mulheres que têm cargos públicos aqui de Valadares, a gente tem representante de cada uma das áreas, do Ministério Público, tem dos Advogados, Psicólogas. E aí a gente faz essas discussões em torno disso.

ENTREVISTADOR: Nesses grupos as discussões continuam, Carolina?

CAROLINA: Sim. Por isso eu estou falando, assim, a gente não está fazendo formação. Mas, por exemplo, na última eleição, o grupo Mais Mulheres foi... a eleição, eu estou falando municipal, a gente costuma dizer “tem muita treta”. Eu sou uma das mediadoras do grupo, tem muita treta, então, a gente teve muitas tretas nesse processo eleitoral, por causa disso. A política de só votar em mulheres, mas, aí, essa preocupação também: quais são as mulheres que a gente está fazendo campanha? Quais são as mulheres que a gente está participando? Mas o grupo, ele não exclui essas mulheres. O objetivo é que a gente consiga formar essas mulheres, a ponto que elas consigam perceber a importância de se trabalhar essas bandeiras. Lógico que a gente tem um grupo de mulheres que sai do grupo, que não aceita opinião, que não aceita. A gente tem isso, até com uma certa frequência. Mas o objetivo do grupo no geral é isso.

ENTREVISTADOR: Bacana. Eu vou ter que incluir mais gente do Mais Mulheres, porque eu achei que por ele estar sem fazer a formação, talvez não fosse o caso de entrevistar e tal, mas como vocês estão ativas nos “grupos aí”, eu acho que vai ser interessante, então.

CAROLINA: Sim, a gente discute todas as grandes pautas ou qualquer assim, tem algumas... eu, (nomes), nós somos quatro que mediamos o grupos. Então todas as, por exemplo, uma reportagem que sai sobre um, sei lá, uma situação de feminicídio, a gente joga no grupo e aí começa a discussão a partir do que a gente está falando, assim, com aquela reportagem. O processo eleitoral foi um processo bem complicado para gente para poder fazer essa discussão e falar com outras mulheres “não votem em homem de jeito nenhum”. Mas a gente faz esse processo e essas discussões. Teve uma situação, por exemplo, teve uma situação de uma criança de 10 anos, não sei se você ficou sabendo, que o padrasto lá do Bairro Carapina, o padrasto estuprou, ela ficou grávida de gêmeos. Então, o Grupo Mais Mulheres foi um grupo que deu suporte a essa mulher, que foi lá.

ENTREVISTADOR: Eu não ouvi isso não.

CAROLINA: Então, assim, a gente faz umas ações pontuais, mas as discussões hoje estão muito, até por causa da pandemia. A (nome) está passando por alguns problemas pessoais, eu também estou bem sobrecarregada. E a gente não está conseguindo fazer essas formações que nós fazíamos antes. A gente tinha um chá que a gente fazia pelo menos umas três ou quatro vezes no ano, cada uma levava sua “canequinha”, o “chazinho” e aí era... esse chá era especificamente para discutir essas questões. Então tem um tempo que a gente não faz esse chá. E esses chás eram postados em redes sociais, o quê que se discutia nesses chás e “tal”, talvez por isso é que você não...está achando que...

ENTREVISTADOR: É, mas, também, nas eleições de 2018, eu saí do Facebook. Vocês estão no Instagram?

CAROLINA: Tem Instagram também... eu te mando tudo depois.

ENTREVISTADOR: Eu vi que o Mais Mulheres, parece que tem outros movimentos com esse nome também no âmbito nacional, mas tem alguma coisa a ver com o de vocês ou são independentes?

CAROLINA: Não. É independente. Você vai ver... Desculpa, você vai perceber tanto no Facebook como Instagram que as postagens são todas recentes, então as discussões a gente continua fazendo via redes sociais.

ENTREVISTADOR: Beleza, mas então, está ótimo. Depois eu pego os contatos das outras mediadoras e a gente entrevista elas também. Carolina, eu queria te perguntar, você falou mais ou menos em que ano que foi a criação do Mais Mulheres? E como que você avalia? A criação dele foi em razão de uma necessidade que já estava em Valadares, de representação feminina? Foi uma coisa que vocês perceberam que não tinha aqui? Você até começou a falar um pouquinho. Como você avalia a última eleição municipal diante das duas mulheres que foram eleitas?

CAROLINA: Nossa, que pergunta difícil.

ENTREVISTADOR: Qualquer coisa eu te lembro, eu perguntei um monte de coisa.

CAROLINA: É, todos os coletivos que eu participo foram criados entre 2014 e 2015. Eu não sei a data exata, depois inclusive vou te dar o telefone da (nome) que ela pode te dar uma data exata. Mas é tudo assim, sabe, “finalzinho” de 2013, 2014. O mais recente foi o Abayomi, que foi em 2015.

ENTREVISTADOR: Mas ele não teve um contexto? Você falou, acho que da própria (nome), não teve a ver então com o governo (nome), não? Não foi uma iniciativa institucional?

CAROLINA: Não. Não foi uma iniciativa institucional. Na verdade, indiretamente, eu acho que a criação de todos os coletivos tem a ver com a questão da política nacional. A gente estava meio sufocado, por exemplo, o coletivo do Sind-UTE, ele foi criado oficialmente pra combater o Escola sem Partido. Os outros coletivos, o Abayomi, e o Mais Mulheres, essa é a minha percepção, ele não têm um objetivo direto com essa questão, mas de forma subjetiva, eu acho que tem. A gente está vivendo um momento político que a gente está vendo, os ataques e aí a gente precisava, de alguma forma, nos organizarmos. E aí começou a surgir um número significativo de coletivos como forma de nos organizarmos politicamente para enfrentar o momento político nacional que a gente estava vivendo.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Então, de forma indireta eu acho que todos os coletivos surgiram nesse momento. Porque, por exemplo, o Abayomi, a (nome) já trabalhava há muito tempo, que é idealizadora do Abayomi. Que ela já trabalhava individualmente, já fazia palestra em escola e tudo que o Abayomi fazia, ela já fazia individualmente. E eu também já fazia individualmente, porque eu já trabalhava na educação básica, eu tenho dois cargos em escola

estadual, já desenvolvia projetos. Só, que, diante de algumas coisas que estavam acontecendo na política nacional, o momento político que nós estávamos vivendo, a necessidade até desse agrupamento para nos defendermos assim, e de fazer um processo de enfrentamento do que a gente estava passando. Todas as pessoas que criaram esse coletivos são pessoas que são extremamente politizadas e que tinham uma consciência dos caminhos que a gente estava começando a trilhar a partir de ali. Então eu penso que, assim, eu vou te passar o telefone da (nome), pode conversar com ela. Tanto a (nome) como a (nome), que foi a idealizadora do Abayomi, eu acho que elas sabiam do momento político que a gente estava vivendo e falaram: “vamos fazer algo pra gente poder enfrentar isso”. E, aí, por isso surgiu esses coletivos de forma mais organizada e de ações pra enfrentamento disso que estava acontecendo. O Abayomi é o coletivo que eu chamo menos ligado à questão da política nacional, o Abayomi é um coletivo de mulheres, nós somos, acho, que seis coordenadoras. O coletivo tem seis mulheres negras que são coordenadoras, mas, o coletivo tem crianças, por exemplo, a minha filha de doze anos é uma das “oficineiras”. Ela conta história... tem o [inaudível]... que são coletivos compostos de adultos e crianças, homens e mulheres, algumas pessoas não são de Valadares, mas a coordenação do coletivo está aqui. E o objetivo principal do coletivo, se eu for resumir, seria a valorização da cultura afro-brasileira. Então a pegada do Abayomi é uma pegada muito mais da questão de valorização, a gente faz oficina de máscara, a gente faz oficina de boneca, a gente faz roda de conversa, mas bem no sentido de valorização da cultura afro-brasileira. O Mais Mulheres está nessa pegada mais das discussões de formas de se pensar políticas públicas em relação a gênero “né”, assim como o coletivo do Sind-UTE. Eles são ligados mais diretamente às questões políticas.

ENTREVISTADOR: Entendi. Carolina, antes do coletivo, como é que foi o seu despertar para os movimentos ou para engajamento político, para uma militância? Você começou como?

CAROLINA: Bom, eu sou filha... hoje eu moro no Vila Bretas, mas eu nasci e fui criada em um bairro chamado Bairro São Paulo, que é um bairro periférico aqui de Valadares. Eu sou a mais nova de cinco irmãos, eu fui a primeira a fazer curso superior. Meu pai é analfabeto, ele não assina o nome e a minha mãe tem quarta série, consegue ler alguma coisa. Mas a minha mãe foi presidente da Associação de Bairro São Paulo e meu pai foi diretor do sindicato. E aí, quando eu era muito pequena, como meu pai não sabia ler e ele não contava pra outras pessoas que ele não sabia ler, eu ia para o sindicato, para a União Operária, que era na Rua São Paulo, com nove, dez anos. Eu ia para ajudar na leitura de alguns documentos, de algumas orientações, então com nove dez anos eu já frequentava a União Operária. Aos doze/treze anos eu já participava de movimento estudantil, e aos dezesseis anos o meu primeiro voto foi na minha mãe, que foi suplente de vereadora. E aos dezesseis anos, eu era vice-presidente de partido político aqui de Valadares.

ENTREVISTADOR: Nossa mãe, então você é muito politizada...

CAROLINA: Então, a minha trajetória é isso, porque eu costumo dizer que ser mulher e negra no Brasil, você não tem muita opção não, como diz: “ou você vai para o pau mesmo e começa desde muito cedo”. Eu estou te falando, a minha filha, com doze anos, é “oficineira”. Ela é convidada para ir nas escolas contar histórias de rainhas africanas. E faz “live”, faz tudo assim, sozinha. Amanhã mesmo ela vai participar de uma poesia e prosa da Academia Valadarense de Letras. Então, assim, não tem muito caminho, a gente não tem muito outra escolha. E aí, a partir do momento que você se identifica como mulher negra e que você vai tendo consciência disso, você tem que ir para a luta. Não tem uma outra opção, às vezes se você... “sei lá”, se eu fosse branca, hétero e mulher, aí era mais fácil para mim, era normal.

Mas, sendo mulher e negra, é muito complicado não ir para essas lutas. E essas oportunidades da minha família, da minha mãe, de ser de associação de bairro. Então eu vivi muito, eu costumo dizer, eu vivi muito o território do Bairro São Paulo. E movimentos sindicais também, vivi muito cedo e acabei indo e indo... e fui formar em História também. Bem feito para mim, não é?. E aí desde muito cedo eu já participo.

ENTREVISTADOR: Bacana.

CAROLINA: Nos coletivos, gosto muito, estou afastada um pouquinho das situações, mas é uma coisa que eu sei que eu não tive uma outra opção de não fazer diferente.

ENTREVISTADOR: Sim. Bacana demais. Carolina, e você é filiada a partido político?

CAROLINA: Não, não sou filiada a partido nenhum.

ENTREVISTADOR: Eu queria recuperar, eu acho que isso vai ser muito interessante, porque você tem um domínio desses processos muito grande, a partir da própria vivência e da sua formação intelectual também. Mas eu queria te perguntar, que 2013, que foi um pouco, assim, que catalisou, parece que até de forma antecipada, uma série de coisas que estavam acontecendo. Que as pessoas estavam precisando colocar para fora determinadas relações de poder que estavam submetidas e algumas coisas mais. Mas 2013 teve uma forma, assim, um formato que foram duas coisas que me chamaram atenção na época, uma delas é esse estranhamento daqueles jovens que estavam lá, talvez pelas primeiras vezes manifestando, de alguma maneira, um estranhamento deles em relação a sindicatos e partidos políticos, no sentido de rejeição. “Não vem com a sua bandeira pra cá e tal.” Com aquele repertório do carro de som, da bandeira vermelha e tudo mais. Teve um estranhamento nesse sentido e que era também meio conectado com o discurso de horizontalidade, que dizia “não, que aqui todo mundo tem peso igual de voz, um movimento tem que ser uma coisa extremamente democrática, com todo mundo participando na assembleia”. E eu percebi que isso, assim, isso ficou um tempo ainda essas coisas, de 2013/14. Um pouco nas movimentações estudantis. Ainda teve um pouquinho desse negócio da horizontalidade e tal. Aí eu queria te perguntar, o que que você enxerga desse processo? Dessa crítica que foi feita aos movimentos tradicionais, sendo que você, apesar de ser de coletivo, você tem um histórico de atuação nos movimentos tradicionais também? E o quê que você interpreta disso tudo que foi falado, você acha que isso faz sentido hoje em dia? Não faz?

CAROLINA: Eu sou meio suspeita. A gente... não existe nada neutro não é? Vou fingir que eu sou neutra, pode ser?

ENTREVISTADOR: Não, precisa fingir não.

CAROLINA: Vou fingir não. Eu acho que todo esse discurso foi consumido, e de forma muito intencional para acarretar justamente nessa rejeição aos partidos de esquerda. Então eu acho que o discurso, assim, usaram um tanto de massa de manobra, para que conseguisse esse discurso. Isso foi muito, na minha concepção, isso foi pensado sabe? Para ter essa rejeição e para se conseguir o resultado da eleição. Existiu toda uma estratégia política por trás disso tudo. Eu venho de coletivo, mas eu também sou diretora de sindicato e eu penso que... estou tentando medir as palavras, mas não.

ENTREVISTADOR: Não precisa. Pode falar o que você pensa mesmo.

CAROLINA: É, eu acho que, enfim, eu acho que essas pessoas não conseguiram entender nem o processo que eles estavam participando. É muito nítido isso. Eu hoje não estou atuando com ensino médio, mas naquele período eu atuava com ensino médio e ao conversar com os meus alunos na sala de aula, eles não conseguiam... eles conseguiam ver assim, dois palmas na frente. Mas eles não conseguiam perceber o que estava por trás de tudo aquilo, e porque eles estavam fazendo aquilo, e porquê aquela rejeição toda ao PT. E, assim, na minha opinião, foi algo construído para se chegar nesse processo, mas eu também não sou ingênua de achar

que nos processos eleitorais tanto do governo Lula, como do governo Dilma... existiu um distanciamento da base, o PT chega ao poder a partir de um trabalho muito bacana de base. E aí quando chega ao poder ele distancia dessa base. Então existia um distanciamento dessa base, também, e aí as pessoas que queriam, o pessoal da direita aproveitou dessa lacuna, desse distanciamento da base para fazer esse joguinho que deu certo. E aí, o pessoal da militância, o pessoal da esquerda, eu acho que menosprezou o poder dessas pessoas. E aí ficaram ironizando, eu fui uma pessoa que ironizava determinadas atitudes e, sem perceber que a coisa estava ganhando uma proporção, e acaba que tira a esquerda do poder.

ENTREVISTADOR: Sim. Então você faz uma conexão direta dessas demandas, dessas pautas, com algo orquestrado assim, mesmo, com um discurso que já estava pronto para criminalização da esquerda?

CAROLINA: Sim.

ENTREVISTADOR: Sim, beleza. Mas, por exemplo, vou fazer o papel de “advogado do diabo” aqui. Olha só, essa questão, por exemplo, o próprio Movimento Mais Mulheres no Poder ele é uma demanda por representatividade feminina dentro dos espaços partidários, institucionais. Será que, mesmo que de forma ingênua assim, aquela época não havia um certo ressentimento, por exemplo, sobre a ocupação desses espaços, da juventude, de questões feministas, de questões... sei lá, de alguma maneira não se sentiam assim, à vontade e com proximidade desses outros movimentos a ponto de se inserir politicamente neles, você acha que havia isso ou não?

CAROLINA: Não. É o que eu falei com você, a esquerda de uma forma... mas a esquerda, de uma forma geral, os movimentos, eles acabam afastando. Uma das coisas que eu converso muito, eu tive até uma discussão recentemente, o ano passado, eu estou meio assim em relação a datas nessa pandemia, até presa. Não, foi 2019 também, a gente fez um “sarau das manas”, e aí uma das preocupações na organização era ter uma linguagem onde qualquer pessoa que chegue ali consiga compreender o que a gente está falando. É, então, assim, vamos dizer, os movimentos tradicionais, o Movimento Negro, o Movimento Feminista, de uma forma geral, eles foram distanciando da dona Maria, do “seu Zé”. Até, numa questão, colocando a coisa muito rabiscada, com uma linguem, assim, de chegar, por exemplo... esse que nós fizemos, que eu citei da (nome), nós juntamos vários grupos, e nós fomos para as praças dos bairros, para conversar. E aí lá surgia, as mulheres falavam sobre violência doméstica, bater papo, as mulheres colocavam umas “cadeirinhas”, levavam uma estrutura mínima. A gente avisava uns dois dias antes que ia ter uma roda de conversa naquela praça, e a gente falava com uma linguagem que conseguia atender aquelas pessoas, por exemplo, uma das rodas que eu... cada grupo era responsável por uma roda. Eu fiquei responsável pela roda lá do São Raimundo, não sei se você sabe onde que é o Bairro São Raimundo.

ENTREVISTADOR: Sei.

CAROLINA: E foi, assim, uma delícia, porque qualquer mulher que passava, que estava indo para a igreja, a que estava indo para a missa, a que estava buscando menino na escola, a que chegava e via aquele barulho, aquele tanto de mulher e rodeava, e sentava ali para conversar. E aí existia, por exemplo... foi muito engraçado que uma mulher, uma “senhorinha” evangélica, ela contou a história de vida dela, que ela era espancada, etc. Aonde que eu quero chegar? E aí após contar essa história, e que nós nos apresentamos, falamos que a gente era um grupo feminista, ela falou: “Mas feminista é isso?”. Ela ficou, assim, chocada de que aquele grupo de mulheres, que o feminismo que ela tanto temia e tinha uma visão tão negativa, era um grupo que podia discutir a violência que ela passava no cotidiano. Então, assim, eu acho que houve esse distanciamento, de não identificar mesmo. Não sei te explicar

em que momento que começou essa ruptura, mas existiu um trabalho bacana de base, tanto que a esquerda chega ao poder a partir desse trabalho de base, bacana. E aí quando começa o governo do Lula, da Dilma, vai distanciando sabe? E aí as pessoas já não conseguem se identificar com aquelas pessoas que estavam ali. “Então eu não estou mais representada “né”, quê que é isso? Quê que esse pessoal está falando “né”?”

ENTREVISTADOR: Sim. Não, ótimo. E aí você estava falando sobre o Sind-UTE, sobre o coletivo do Sind-UTE, e ele foi criado, mais ou menos, no mesmo contexto. Você disse que o objetivo é discutir... combater a questão da Escola sem Partido. Você podia contar um pouquinho quais foram as ações que vocês já fizeram, como que ele se organiza, como é que funciona?

CAROLINA: Bom, o Coletivo o Sind-UTE é ligado à CUT. E na reunião nacional da CUT e junto, com a CNTE, nesse mesmo processo, e aí foi direto... os outros coletivos, de forma indireta. Eles criaram estratégias para se combater o momento político, esse era o objetivo. E, entre as diversas estratégias, era criar coletivos estaduais para que esses coletivos estaduais pudessem discutir e formar a base, no caso, os professores e profissionais da educação, para combater a Escola sem Partido. Então o, objetivo é direto, está em ata tudo “direitinho”. Aí criou-se o coletivo estadual, eu faço parte do coletivo estadual, que é um coletivo que discute especificamente a questão. Na verdade, são dois coletivos estaduais, um que discute especificamente a questão LGBT, e o outro que discute a questão da negritude. Não temos coletivo específico de gênero, só esses dois coletivos. Esse coletivo estadual a gente é dividido em subséries, esse coletivo estadual tem como objetivo coordenar ações das subséries. Atualmente, infelizmente, o coletivo de Valadares é um dos coletivos mais atuantes. Então, o que nós fizemos desde 2015, foi quando a gente fundou aqui em Valadares? É um grupo pequeno de pessoas e aí para dividir, um fazer um coletivo de negritude, um coletivo de gênero. aí a gente criou o Coletivo Diversidade, Gênero e Negritude do Sind-UTE. Aí discute, abrange todas as pautas. E o objetivo principal é fazer essa formação desses profissionais da educação. Então, uma vez por ano a gente faz um encontro de gênero, um encontro de diversidade e um encontro de negritude. E, por exemplo, o encontro de negritude que nós fizemos em 2019, deu 260 pessoas. Então, a gente chama professores da rede estadual, assim, não só professores, profissionais da educação, e aí a gente chama palestrante, chama convidado e faz oficina. Em 2018, nós fizemos uma parceria com a Superintendência Regional de Ensino, e aí eles foram, os profissionais da educação... eles foram, na verdade, convocados para participar da formação. E aí a gente pegou um profissional de cada escola de Valadares, um professor e um especialista de cada escola de Valadares e era convocação. E aí nós fizemos essa formação lá, foi na própria Superintendência. Então, o coletivo Diversidade Gênero e Negritude, o objetivo maior dele é a formação da base, da formação dos profissionais da educação. Então, todos os anos, a gente faz de cada uma das temáticas que a gente trabalha. Esse ano de 2019, de 20, como nós não conseguimos fazer esse encontro, nós fizemos, montamos durante todo o ano, pelo menos uma vez por mês, nós fazíamos uma *live* com pessoas diferentes. Depois vou te dar o endereço do Instagram para você dar uma olhada.

ENTREVISTADOR: Não, ele eu já sigo. O coletivo eu já sigo já tem um tempo.

CAROLINA: E aí... “Ah” então você viu minha filha lá um monte de vezes e eu um tanto de vezes. E aí nós fizemos tanto de “live” para conversar mesmo com os profissionais da educação. Então assim, o coletivo do Sind-UTE, o foco dele é formação dos profissionais da educação, isso não impede... às vezes, uma escola está fazendo um projeto, fazendo alguma coisa “ah vocês podem vir aqui pra fazer uma roda de conversa?”. A gente vai, no geral, mas não é o nosso objetivo. Ao contrário do Abayomi, o do Sind-UTE é específico para a formação de profissionais da educação.

ENTREVISTADOR: Sim. Carolina, e como é que você enxerga a resistência dos professores a esse tipo de formação aqui? Eu fiquei curioso, porque eu também estou fazendo algum tipo de ação nesse sentido, e as minhas experiências não são muito boas, mas eu queria que você falasse um pouquinho.

CAROLINA: Olha, vou contar sobre a formação da SER que foi convocação, então uma pessoa não foi de livre e espontânea vontade, entre aspas. Aí, num primeiro momento, a gente chamou uma *makota*, que é... não sei se você sabe o quê que é uma *makota*.

ENTREVISTADOR: Não.

CAROLINA: É um cargo do Candomblé, como se fosse o padre do Candomblé. A gente chama *makota*, a *makota serina*, e, para palestrar, para falar sobre a questão da negritude. Então ela foi vestida a caráter e falou sobre a questão do Candomblé. Aí você imagina, primeiro, um pato. E segundo, a gente convidou o (nome), ele deve ter terminado o doutorado, ele é doutorando da UFMG, e ele é do NUH. Não sei se você conhece o Núcleo de Direitos Humanos da UFMG. E ele trouxe o “kit gay” para mostrar pros professores o que é o “kit gay”. Então, assim, foi muito polêmico, e a gente já esperava isso. Não que o objetivo seja polemizar, mas, assim, confrontar mesmo essas ideias. Lá, no geral, a gente teve um número significativo de pessoas que conseguiu. Eu não sei essa porcentagem, mas jogando de a cada dez pessoas, pelo menos umas sete pessoas conseguiram entender o quê que é a discussão de gênero de fato, o quê que é essa questão da negritude. Umhas três tiveram muita rejeição. Muita mesmo, de falar “não aceito”, muito ligado à questão religiosa. Mas, Valadares, eu costumo dizer que, aqui em Valadares, não sei se você é daqui.

ENTREVISTADOR: Não.

CAROLINA: É, então vou te contar sobre Valadares. Assim, amo a minha cidade, não pretendo sair daqui, mas é uma cidade muito, “mega” tradicional. Não sei se você consegue perceber isso.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: E, assim, tanto que se você for analisar, por exemplo, a questão da própria Ditadura Militar, acontece aqui, começa aqui. Então é uma cidade muito difícil, se comparando à maioria de outras cidades do Brasil. Eu tenho uma amiga que é professora de Geografia em Salvador, ela surta aqui. Uma outra que é de Uberlândia. Porque aqui é uma cidade muito difícil de se trabalhar.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: O Sind-UTE fez uma nota de repúdio, semana passada? Semana passada. Um professor de Artes, também não é daqui de Valadares, tomou posse. Aí ele estava conversando sobre diversidade cultural e alguém falou com ele sobre diversidade de gênero. E aí ele foi explicar o que é diversidade de gênero. Uma mãe entrou na sala dele e assim, quebrou o pau com ele. Distratou, falou que não era isso que ele tinha que fazer. Ainda bem que ele estava gravando não é? Ele tinha dito, assim... ele ficou muito... me procurou para poder resolver juridicamente... o que poderia acontecer com ele, porque ele ficou muito assustado.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Só estou contando isso para... e aí eu falei com ele “olha, eu sei que a gente não pode arredar o pé, a gente não pode retroceder, a gente não pode deixar de fazer essas discussões, mas aqui em Valadares você tem que ter um cuidado a mais, porque, no geral, as pessoas têm muita rejeição a esse tipo de discussão, muita mesmo. E ainda melhorou muito com a vinda da Federal para cá, então, assim, existe um número maior de pessoas que querem discutir. As pessoas estão com a cabeça mais aberta, mas, realmente, aqui é algo que é surreal em relação a outras cidades.

ENTREVISTADOR: É isso, a minha percepção é a mesma.

CAROLINA: Bem pesado aqui.

ENTREVISTADOR: Carolina, e aí eu queria te perguntar, também, geralmente, os coletivos se organizam a partir de um número pequeno de coordenadores? Até agora os que eu tenho olhado, com grupos maiores no WhatsApp ou em redes sociais, têm certas pessoas que colam sempre, mas não participam muito das decisões, do dia a dia, do que vão ser as ações. É mais ou menos assim que funciona nos que você faz parte também?

CAROLINA: Tirando o do Sind-UTE. O do Sind-UTE, todas as pessoas do coletivo são bem ativas. Mas o do Sind-UTE, eu acho que tem um diferencial em relação aos outros coletivos, que são professores, que realmente estão legislando em causa própria. Quer dizer, eu sou uma mulher, sou negra. O (nome) é negro e gay. A (nome) é mulher, a (nome) é lésbica. Então, assim, a gente tem parece que um gás maior para poder participar. Então no coletivo do Sind-UTE, a gente não tem um coordenador e esse tipo de organização, é a reunião, por exemplo. Na reunião dia tal, a Carolina vai ser coordenadora, fulano vai ser isso e isso. Então outra reunião, muda tudo.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: De acordo com a organização do Sind-UTE, não tem isso. No coletivo Abayomi, a gente tem uma coordenação, eu estou entre seis e sete pessoas, eu não sei o número exato, eu devia ter me preparado pra conversar com você.

ENTREVISTADOR: Não, está ótimo.

CAROLINA: Mas é eu (nomes). É são seis pessoas na coordenação. No Mais Mulheres, a mesma coisa. É um grupo entre seis e dez mulheres, que faz toda a organização dos eventos, que organiza página e tem um grupo maior de discussão.

ENTREVISTADOR: Carolina, e como que vocês organizam o custo, o financiamento das ações? Eu imagino que, como é de caráter mais cultural, também, de formação, não tenha propriamente muito custo, mas vocês têm algum grau de organização assim, uma estrutura?

CAROLINA: [defeito na gravação]. Eu costumo dizer que nós somos mais pobrinhas, por que nós que organizamos. Por exemplo, o Abayomi tem roupas, quando, por exemplo, quando nós somos chamados pra fazer alguma coisa fora, a gente pede a pessoa, por exemplo, para colocar gasolina no carro da Jaqueline. Aí a pessoa coloca a gasolina e a gente vai. Mas assim, as roupas e o material que a gente produz, a gente tira do próprio bolso. A gente não tem renda nenhuma, mesmo porque o coletivo Abayomi não é um coletivo... o Mais Mulheres também não é um coletivo que tem CNPJ, que tem uma documentação. É um grupo de mulheres que decidiu se reunir, colocar o nome do grupo. A gente não tem nada hoje oficial ainda. O coletivo do Sind-UTE é ligado ao Sind-UTE. Então, esses cursos são feitos, essas formações que a gente faz é feito pelo sindicato, aí é menos tranquilo. O Mais Mulheres, como as formações, as ações do Mais Mulheres são ações maiores, então, a gente pede patrocínio. É, quando a gente vai fazer uma formação maior, a gente vai atrás de lojas, essas coisas, para poder nos patrocinar. Mas dos três coletivos, o Abayomi, a gente tem gasto ainda pra ir aos lugares.

ENTREVISTADOR: Entendi. E vocês já pensaram em ter algum apoio assim, da prefeitura, do poder público, você já contava com isso em algum momento, ou não?

CAROLINA: Não, a gente não quer. Assim, o Abayomi, de forma nenhuma, a gente não quer esse apoio, a gente rejeita esse apoio. O que aconteceu, por exemplo, o ano passado, a gente concorreu em um edital, ia ser um dinheiro bacana. E a gente acabou não conseguindo esse edital. Eu estou, inclusive, eu estou de licença. Entrei de licença ontem, até, do mestrado, porque eu estou com problema pessoal, mas a gente estava com a intenção de concorrer a projetos para gente conseguir dinheiro para estruturar o coletivo, porque falta isso para a

gente. Você quer tirar, ir para escola fazer uma oficina de máscara, a gente tira do bolso para comprar o material. Para poder levar e eu, às vezes a gente fala “ah você tem tinta aí? Ou você tem a alguma coisa na sua escola?”. “Não a gente tem umas tintas aqui”, a gente pega e usa o material da escola, ou de onde a gente for chamado. Que não é muito legal, que às vezes lá não é o material que a gente queria. Então o Abayomi, o que a gente pensa, a gente já olhou em cartório para poder oficializar o coletivo, nem isso a gente tem grana para poder fazer.

ENTREVISTADOR: É caro.

CAROLINA: É caro, então o que a gente pensa em fazer, conseguir concorrer e ganhar um desses editais, que às vezes tem, pra poder ter um caixa, para poder estruturar o coletivo. Ainda assim a gente tem bastante coisa, a gente tem vários instrumentos musicais, a gente tem muito tecido, tem várias roupas de uniforme, mas tudo que nós pagamos e compramos: “ah vamos comprar no cartão do fulano e divide em 10x”. É sempre assim, do Abayomi. O Mais Mulheres, a (nome) é uma pessoa muito bem articulada, os encontros são... as formações que a gente faz são sempre formações... quando fazíamos, eram sempre formações bem grandes. Nós temos, no coletivo, várias pessoas que são pessoas públicas, e que poderiam fazer esses patrocínios para a gente. Donas de empresa, nós tínhamos vereadoras, então eles conseguiam custear aí.

ENTREVISTADOR: Saquei. No Mais Mulheres – voltando a minha pergunta um pouquinho para o âmbito do Mais Mulheres – como é que são as demandas que vocês têm em relação a essa democracia dentro dos partidos para inserção de mulheres feministas? Vocês enfrentam... você eu não sei, você já falou que não é filiada. Mas, aparece essa discussão? Aparecem casos de pessoas que não conseguem crescer dentro do partido ou compor uma candidatura pelo fato de ser mulher? E eu imagino, ainda, se for mulher preta é mais difícil ainda...

CAROLINA: É o que mais tem... É tudo para preencher cota, eles convidam e é muito isso assim. As mulheres são muito assediadas nos processos eleitorais, principalmente os municipais, mas muito porque precisa-se de uma porcentagem, então: “Vamos colocar fulana e ciclana. Eu sou presidente do partido X, então eu preciso de três mulheres pra completar a minha chapa. Eu chamo as três mulheres, mas eu vou focar, enquanto presidente, eu vou focar sempre em campanhas masculinas”. Então é o mais comum, e é essa discussão que a gente faz o tempo todo. Até que ponto os partidos só nos usa para poder preencher cota.

ENTREVISTADOR: Cumprir requisito legal.

CAROLINA: É, só para cumprir o requisito e se eles puderem sacanear essas mulheres eles vão fazer. Boicotar mesmo, eles vão fazer. A última eleição foram duas mulheres só, (nome), que é maravilhosa, minha amiga, ela é de um dos coletivos comigo, mulher preta, de luta, bacana, mas assim, eu percebo uma rejeição, inclusive de parte das pessoas do próprio partido em relação à candidatura dela. Isso ficou muito nítido pra mim. E aí a gente tem uma outra mulher que é, que foi eleita.

ENTREVISTADOR: A “fulana do ciclano”.

CAROLINA: Isso, a “fulana do ciclano” e foi muito complicado porque as mulheres menos politizadas falaram “não, então a gente tem que votar na fulana do ciclano.” “Não, só porque é fulana do ciclano já não merece meu voto”. Mas enfim, é tentar. Não sei até que ponto essa pessoa quer também, tem um querer, não é? É tentar fazer com que essas mulheres, que as “fulanas dos ciclanos”, consigam entender que elas estão sendo usadas, que elas estão lá e que é uma violência, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Uma violência e tentar desenhar para elas esse tipo de coisa, quem sabe.

ENTREVISTADOR: Carolina, a gente está terminando, vou te fazer mais duas perguntas, tá?

CAROLINA: Tá bom.

ENTREVISTADOR: É, se você precisar encerrar você pode falar.

CAROLINA: Não, tranquilo.

ENTREVISTADOR: Então. Primeiro, essa pergunta, na verdade são duas eu imagino que você seja uma pessoa de esquerda, não é?

CAROLINA: Sim.

ENTREVISTADOR: E o que... Diante dessa questão que você estava falando do afastamento das bases e diante do cenário político, também, do crescimento dessa onda conservadora, nos últimos anos, até de maneira organizada, criando movimentos e tudo mais, com um discurso um pouco “revolucionário” de neofascista, como que a esquerda pode fazer para recuperar esse espaço perdido nos últimos anos? Você como militante de três movimentos, de três coletivos pelo menos, como fazer? Eu sei que é uma pergunta difícil, para recuperar esse espaço perdido das bases, das pessoas mais simples e tudo mais?

CAROLINA: Eu acho que a primeira coisa é colocar a sandália da humildade. Eu acho que deu uma... é ir mesmo pra base, para as associações de bairro, como iam. Sabe, voltar para a base, ter a humildade de reconhecer os erros, porque não adianta, por mais que eu seja, levante a bandeirinha vermelha até a morte, a gente tem que reconhecer que teve erros nos governos de esquerda. Ter a humildade de reconhecer os erros, mas que a proposta da esquerda é infinitamente melhor que a proposta que está aí. Então eu acho que nos falta, ainda, a humildade, atingir essas pessoas. Eu estou falando isso em relação aos coletivos, eu estou falando isso enquanto diretora de sindicato, a gente tem uma dificuldade enorme de conversar com a base, a gente fala, mas a gente não consegue dialogar. Então o que aconteceu com a esquerda é que era perderam o poder de dialogar com a base. Eles perderam esse poder de dialogar. Começou (com) uma linguagem, sei lá. Muito diferente daquilo que a Dona Maria e o Seu Zé conseguiam entender. Então é, houve esse distanciamento, esse afastamento.

ENTREVISTADOR: Mas será que isso tema ver também até com o próprio... a esquerda atrair para si esses outros assuntos que antes não eram propriamente uma plataforma de esquerda, as lutas identitárias, por exemplo, embora sempre esteve de alguma maneira conectado. Mas, sei lá, eu estou pensando aqui. Falar para dona Maria antes que ela era uma trabalhadora, explorada numa determinada relação de classe, é uma coisa. Quando a gente acrescenta outras camadas também na situação, será que...

CAROLINA: Dona Maria, homem pode beijar outro homem?

ENTREVISTADOR: É, exatamente... está tudo bem?

CAROLINA: Está tudo bem dona Maria? “Oh”, vou falar, vou te contar uma experiência. Nós estávamos em greve, um pouquinho antes de começar a pandemia, em fevereiro, e aí qual que foi a ação: “venha tomar café com o Sind-UTE”, a gente foi inclusive aquele ponto ali da FADIVALE, sabe onde que é? A gente colocou umas mesinhas, colocou café, colocou biscoito e a gente sentava ali. E aí a gente falava assim: “ô Murilo!. Você estava lá. “Senta aqui, toma um cafezinho com a gente”. Aí você vinha todo alegrinho, sentava, e eu falava “Murilo, meu nome é Carolina, sou professora de educação básica, nós estamos aqui hoje porque a gente está em greve. Você sabe por quê que a gente está em greve? Por causa disso, disso e disso, desse motivo.”. “Olha, é isso?”. Eu não sei se eu sou muito Poliana, mas eu acho que o conhecimento liberta.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Mesmo a Dona Maria, embora ela possa não ter uma escolaridade, meu pai é analfabeto e foi diretor de sindicato. A partir do momento que você explica, a partir de uma linguagem que dê... é acessar a pessoa, de verdade.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Ela pode até não achar muito natural essa questão do homem beijar outro homem. Mas ela também não vai concordar de matar, de bater, esse recurso aqui que foi criado ela não vai ter depois desse conhecimento.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Então eu acho, assim, é fácil? Não, é muito difícil. É muito difícil porque, eu tenho algumas experiências, que... não é fácil tratar disso.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Principalmente de alguns assuntos. Assim, por exemplo, quando eu vou fazer as discussões raciais, eu percebo que existe uma abertura maior para ouvir, não para entender, mas as pessoas ouvem.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Como as pessoas são muito ligadas às questões religiosas, se trata sobre a questão de gênero aí tem uma dificuldade muito maior de entender, porque está ligada à questão religiosa, à crença religiosa. Então é fácil? Não é fácil, mas eu acho que o único caminho é a questão do conhecimento mesmo, de a dona Maria, embora ela não tenha escolaridade, mas ela tem capacidade de compreensão e ela vai compreender e é um trabalhinho de formiguinha mesmo, falando com um, com outro. Essas formações que eu faço do Sind-UTE, que eu criei uma porcentagem para poder te explicar, a maioria dos professores saem de lá com outra percepção. “Nossa, o kit gay foi assim?”. Um sucesso. Porque, assim, eles ficaram, “é isso?”, e, assim, eu estou falando de professores, eles ficaram chocados com o que era o “kit gay”, sabe? Então, assim, teve rejeição? Teve, mas a rejeição foi de uma minoria, então é importante fazer esse trabalho para alcançar o maior número de pessoas possível.

ENTREVISTADOR: Ótimo. Eu acabei lembrando de mais uma, tem problema?

CAROLINA: Não.

ENTREVISTADOR: É que você falou aí como é que tem funcionado nos últimos tempos, você acha que a pandemia piorou muito a atuação dos coletivos, também? Isso prejudicou (o fato de não ter esse contato pessoal com os colegas, com os alunos e com as pessoas de modo geral)? Como é que tem sido isso diante... você como coordenadora dos coletivos, pensar nos coletivos diante desse contexto pandêmico?

CAROLINA: Olha, eu acho que, que foi muito mais complexo, mas eu, também tenho, assim, ações bem positivas. A atuação no Instagram e no Facebook tem dado um retorno bacana, embora, por exemplo, falando do Sind-UTE, o objetivo são profissionais da educação, o professor ele tem acesso à internet e consegue entrar no Instagram e no Facebook com facilidade. Mas, por exemplo, as ASG's, que são auxiliares de serviços gerais, a gente não consegue atingir, porque a maioria... são senhoras que não dão conta de tecnologia, no geral. Então, nesse sentido, que a gente acabou restringindo mesmo aos professores, que são as pessoas que têm mais acesso à internet. Isso é ruim.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Mas isso não nos impediu de fazer ações muito bacanas com número considerável de pessoas que tem assistido, que tem participado da discussão.

ENTREVISTADOR: Bacana, só pra gente encerrar, Carolina, eu estou perguntando isso a todo mundo. Quem se dedica a algum tipo de movimento sempre vai enfrentar o dilema e a

dificuldade de conciliar com os desafios profissionais, pessoais, com a família e tudo mais. E isso muitas vezes vai afastando as pessoas de uma continuidade, do próprio processo de não ver as coisas mudando. E aí eu queria saber quais são os seus planos para o futuro em relação a essa conciliação de tudo, da sua vida e com os movimentos do qual você faz parte?

CAROLINA: Olha eu estava até, tem uns dois dias que eu estava até conversando sobre isso. Eu tenho 41 anos, eu estou nessa desde os 12/13 anos, então eu já estou no momento de me aposentar nesse sentido.

ENTREVISTADOR: Entendi.

CAROLINA: Da militância mesmo, é algo que me faz muito bem, me faz feliz, sabe assim, eu tenho dois cargos e três coletivos e participo de tudo, carrego a minha filha desde pequenininha, eu tenho um filho de 20, mas tenho a de 12, então, assim... Sofia desde muito pequena com ela no colo, ia para manifestação e para tudo. Então, assim, as minhas questões pessoais dificultaram, mas nunca impediram a minha militância. Mas, nesse momento da minha vida, por exemplo, eu comecei o mestrado e aí eu falei com os coletivos “olha eu preciso me distanciar um pouquinho, porque eu preciso estudar, eu preciso escrever, eu preciso coisa”, mas, assim, eu tenho uma consciência muito tranquila que eu já fiz bastante, sabe? E assim, eu não tenho essa perspectiva “ah será que valeu a pena você desgastar, você viajar, você fazer tanta coisa... abrir mão, por exemplo, de prazer”. Eu podia estar num final de semana, sei lá, dormindo, assistindo TV, e você está lá em Brasília brigando, discutindo sabe? Chega morta de cansada. Eu acho que valeu muito a pena, sabe?

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Primeiro, é pelos meus filhos, pela formação que meus filhos têm. Hoje, o (nome), de 20 anos, mais velho, faz história na UFOP, é um menino negro muito politizado e tem, assim, muita consciência do que ele é, do papel social. Eu fiquei, só para dar como exemplo, o (nome) tirou uma nota excelente no ENEM e aí eu falei “oh, você pode escolher o que você quiser, mas não escolhe licenciatura não, porque a gente sofre muito...”. Ele poderia ter escolhido, por exemplo, o curso de medicina, pela nota dele no ENEM, de tão alta que foi, ele falou “não quero, eu quero fazer história”.

ENTREVISTADOR: Que bacana.

CAROLINA: “Quero fazer história porque eu me sinto na obrigação de fazer algo pra mudar esse contexto, assim”. Mas com muita consciência que, por mais que a gente saiba que no fundo é uma utopia, o racismo não vai acabar, mas que a gente pode melhorar. Sabe? Ele sabe que o sexismo não vai acabar, mas que vai melhorar em alguns aspectos. Sofia tem doze anos e tem muito essa consciência. Eu acho que valeu muito a pena, não estou tendo mais força mesmo de fazer, mas assim, sair de tudo eu não dou conta, eu acho que eu infarto e morro. Mas é essa atuação, na sala de aula eu faço isso tempo todo.

ENTREVISTADOR: Sim.

CAROLINA: Não adianta dizer que eu sou a cartinha neutra, o sabonete neutro, que eu não sou sabonete neutro em sala de aula.

ENTREVISTADOR: Nem tem que ser.

CAROLINA: É, eu faço essa atuação política o tempo inteiro na minha vida e quero continuar fazendo, só que em proporção menor e porque eu preciso cuidar de outras coisas e também eu acho que chega num momento que você tem que dar espaço para que outras pessoas venham. Agora já falo “meus filhos que têm que fazer isso, estou cansada”.

ENTREVISTADOR: Vou interromper aqui só pra te agradecer direito.

ENTREVISTA n. 4 (DÉBORA) – 14/04/2021.

COLETIVOS: Encrespa

ENTREVISTADOR: Bom, para começar, eu queria que você falasse um pouquinho de você, a sua experiência com a criação do Encrespa. Foi o seu primeiro envolvimento com a ação política ou você já tinha uma participação em outras formas antes? Como é que despertou o seu interesse de participar de um movimento social?

DÉBORA: Então, eu já tenho filiação partidária, já sou filiada ao Partido dos Trabalhadores. Mas participava ali daquele período eleitoral. Aí, quando foi em 2012, eu entrei para faculdade. Aí, a gente já começa a ter assim, uma visão mais ampla do seu papel na sociedade. Aí surgiu que, em 2013, eu resolvi assumir o cabelo crespo, cortei o cabelo baixinho e deixei crescer o cabelo natural. E aquilo na época era algo bem, tipo assim, chamava muita atenção, as pessoas não estavam acostumadas com as pessoas de cabelo crespo na rua, principalmente, na faculdade. Aí, na igreja eu que frequentava, na época, tinha a (nome), que, também... a gente era amiga de se cumprimentar ali, na igreja, então, tinha amizade. E na mesma época a gente fez a transição capilar, a gente começou já ficar mais amiguinha, trocar figurinha sobre creme e essas coisas. Ai depois falamos assim, “por quê que a gente não cria um grupo no Facebook ‘Crespas e cacheadas’?”. Aí a gente foi e criou esse grupo no Facebook. Nesse grupo, adicionei a (nome), que ela também era crespa, não conhecia ainda pessoalmente, já tinha visto ela em ações e tudo mais, mas não conhecia ela pessoalmente. Aí quando eu adicionei a (nome), no grupo, ela estava... na época estava surgindo o Encrespa Geral, que era uma novidade, também, por conta do crespo, do cacheado. Ela falou assim, “por que a gente não organiza o Encrespa Geral aqui em Valadares?”. Aí foi a partir daí que surgiu a primeira reunião da gente se encontrar para discutir o evento. Ele tem um formato que a gente tem que seguir, aquele padrão, a gente não pode vender nada, tem que ter lanche compartilhado, então a gente entrou em contato com a (nome), que é a idealizadora do Encrespa Geral para poder fazer o encontro aqui. E aí foi que a gente acabou saindo no jornal, daí, depois que a gente saiu no jornal impressão daqui, a gente começou a participar também na televisão, indo ao vivo para falar do evento, e foi aí que a gente estava esperando umas cinquenta pessoas no evento e chegou mais de duzentas pessoas. Nelson Mandela ficou pequeno para o encontro. E a partir dali a gente viu a necessidade de ter mesmo um coletivo para acolher as pessoas que estavam fazendo transição capilar, só que daí, então, a gente viu que a gente estava tendo um outro viés, a gente estava virando um coletivo educador, estava sendo chamado para as escolas falar sobre consciência negra, infelizmente. É mais nessa época, mas a gente ia dar palestra em escolas e a gente já participava de eventos maiores, como foi o Fórum Estadual, a gente foi em 2015. A gente foi a outros eventos, de outros coletivos também, e aí foi assim que surgiu o coletivo. Mas a gente já ficou já com o nome de Encrespa, a gente até pensou em colocar outro nome, mas pegou, “ah as meninas do Encrespa... as meninas do Encrespa...” não vai ter jeito, vai ter que ficar como Coletivo Encrespa.

ENTREVISTADOR: Bacana, mas você estava falando que você era filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 2004?

DÉBORA: Isso.

ENTREVISTADOR: E como é que foi o seu interesse em filiação com o PT ? Você já foi por causa da profissão? Você já tinha alguém na família? Como é que você se aproximou do Partido dos Trabalhadores?

DÉBORA: Olha não tem ninguém da família que é.

ENTREVISTADOR: Não tem não?

DÉBORA: Tem o meu irmão, meu irmão já filiou também. Mas assim, eu cresci na roça até os meus 24 anos, 23 para 24, estava na roça. Mas o meu pai, ele sempre teve aquela pegada de lado esquerdo, ele fala assim “filhinha, quem bate cartão não vota em patrão”. Ele sempre tinha essa... embora ele não seja estudado, teve a quarta série, mas ele tinha essa consciência de classe trabalhadora e tudo mais. Aí quando eu cheguei aqui na cidade, que eu tive a oportunidade, já cheguei aqui no ano eleitoral, não é? E aí foi que eu me apaixonei. Na época era o Fassarella, aí logo depois da eleição eu acabei me filiando ao partido.

ENTREVISTADOR: Você chegou a...

DÉBORA: Vinha com a consciência de classe desde lá da roça, e aí quando eu cheguei na cidade, foi a oportunidade. “Agora eu posso participar de um partido político”.

ENTREVISTADOR: Vocês são de que cidade?

DÉBORA: Eu nasci em Minas mesmo, Santa Maria do Suaçuí, mas aí, na década de 80, meu pai resolveu mudar pro Espírito Santo. Aí eu cresci lá, lavoura de café, tudo mais, embora meu pai seja vaqueiro. Eu, meus irmãos e minha mãe já éramos lavradores na lavoura de café [inaudível].

ENTREVISTADOR: E aí vocês vieram para Valadares em que ano, mais ou menos?

DÉBORA: Dois mil e..., no início de dois mil e quatro.

ENTREVISTADOR: Sim.

DÉBORA: Vim para cá.

ENTREVISTADOR: E aí veio a sua família inteira? Como é que foi?

DÉBORA: Veio a família toda. Aí teve condição de comprar uma casinha própria, não é? Aí a gente veio morar em Valadares.

ENTREVISTADOR: Bacana... E desculpa te perguntar, mas você estava comentando que aí quando você entrou na faculdade, você foi tomando consciência de uma visão mais ampla, inclusive a respeito da sua negritude. É isso mesmo?

DÉBORA: Assim, quando a gente entra na faculdade, a gente acaba abrindo mais a visão, não é? Do seu papel na sociedade, seu futuro profissional, você começa... você também começa a lidar com outro tipo de pessoas, e é um público mais intelectual, você admira muitos professores, os coordenadores.

ENTREVISTADOR: Isso eu não entendi. Você estava em processo de transição capilar antes ou depois que você entrou na faculdade?

DÉBORA: Depois que eu entrei na faculdade. Depois, que eu comecei em 2012, a faculdade, foi no segundo semestre de 2012, e eu cortei os cabelos em maio de 2013, foi no segundo semestre, já cheguei nova aluna lá.

ENTREVISTADOR: E você fez faculdade de que, Débora?

DÉBORA: Eu sou engenheira ambiental e sanitária. E tenho pós em Auditoria e Perícia Ambiental.

ENTREVISTADOR: Você fez na UNIVALE?

DÉBORA: Não, eu fiz na faculdade Pitágoras e a pós eu fiz na FAVENI.

ENTREVISTADOR: Pitágoras. Eu não sabia que o Pitágoras tinha esse curso não, eu achei que era só a UNIVALE.

DÉBORA: Não, tem. A UNIVALE que abriu depois.

ENTREVISTADOR: É?

DÉBORA: Foi.

ENTREVISTADOR: Beleza, então agora eu entendi como é que foi, mas aí foi então no ano de 2013, você começou o processo de transição capilar e encontrou o resto das meninas do Encrespa? E montaram isso.

DÉBORA: “Aham”...

ENTREVISTADOR: E por quê que vocês decidiram fazer um coletivo? Você já parou para pensar sobre isso? Por que o coletivo?

DÉBORA: Não. Na verdade, a questão do coletivo foi para manter as reuniões. Para ter o encontro, das reuniões, a gente não tinha um propósito maior, “Vamos fazer um coletivo para gente, ganhar verba, fazer tipo ONG”, não foi nada disso. Tanto que a gente não tem hoje um e-mail, um CNPJ, não temos. Só mesmo a conta do coletivo. Mas novo de formação. Embora a gente esteja começando no online. Fazendo os encontros online, agora. Mas a gente se encontrava na Praça dos Pioneiros, se reunia. Tinha a Casa da Família também aqui em Valadares, na época, que eles abriam um espaço para gente e a gente se reunia na sala lá, sabe? Mas era isso, era mesmo para gente ter os encontros quinzenais. A gente reunia lá e, assim, cada encontro ia uma pessoa nova, era bem interessante esse movimento.

ENTREVISTADOR: E quais eram os objetivos do coletivo nesse início, assim, o que ele pretendia?

DÉBORA: Era mesmo ter essa questão, trazer essa questão da pauta racial que em Valadares não tinha muito. Tinha o Conselho, mas era bem restrito, e a gente acabou trazendo esse debate de uma forma, digamos, mais popular, mais acessível. Mas, então, foi assim, geralmente assim, “ah tem a data tal, vamos chamar o coletivo”, a gente fio virando uma referência de educação mesmo, formação. Acabou que foi essa... mas, a princípio, era mesmo para acolher as pessoas em transição capilar e trocar fichinhas. A gente fazia oficinas de turbante nos encontros. De toda valorização estética mesmo. Mas acabou tomando outro viés, educador, embora a gente não abandonou também a questão do cabelo, que realmente é importante. Parece que, quando, assim, embora eu até tive a consciência que eu era negra, e até quando eu ia preencher um documento eu colocava que eu era negra, mas quando eu assumi o cabelo, parece que nasceu mesmo a mulher negra, a consciência. Aí você passa a ter percepção, antes eu até sofria racismo, mas eu nem me dava conta, e aí essa consciência que hoje eu tenho eu devo ao coletivo. Que assim, o coletivo foi crescendo e eu fui crescendo também, que foi tudo muito no início, assim que eu assumi o cabelo, embora quando eu assumi o cabelo eu não tinha toda essa consciência racial que eu tenho hoje, mas a partir do coletivo. Então, assim, por que a gente não passa isso para outras pessoas também? Ter esse conhecimento, essa consciência. Então, assim, eu falei, “eu devo muito ao coletivo, eu não sei nem o que seria de mim hoje se não fosse o coletivo”.

ENTREVISTADOR: Interessante você falar que essa questão racial não era muito discutida, não aparece muito em Governador Valadares, você podia falar mais um pouquinho sobre isso? Você estava falando coisas, que você não sabia que era racismo e que depois você começou a perceber. Você tem algum caso, algum exemplo para falar disso? De situações que envolvem a cidade?

DÉBORA: Olha, eu lembro que, quando a gente começou com o coletivo, a gente tinha as meninas (nomes) e eu, cinco. Aí a gente começou a andar pela cidade e aí as pessoas achavam que a gente era artista, por causa do cabelo, “cabelo crespo assim deve ser artista”. Outros achavam que a gente era de salão de beleza, que nós trabalhávamos com beleza. E aí a gente entrou uma vez numa loja, nós cinco, precisa ver os olhares, entendeu? Parecia que a gente estava entrando ali para fazer uma ação, nós saímos assim, com aquele constrangimento, nós saímos da loja e uma falou assim “não, a gente tem que procurar o gerente, nós temos que falar” e aí a gente acabou saindo. Aí uma falou, “não vou voltar, não compro aqui mais”, mas assim, “mas eu vou voltar, porque eu posso” e eu sempre compro lá até hoje, compro até hoje nessa loja. E um dia foi também que eu senti aqui foi na, na loja... eu posso falar o nome da

loja? É lá no shopping, na (nome). Na época eu ainda não conhecia o coletivo ainda, mas já estava com meu cabelo cortadinho, estava curtinho, e aí eu lembro que foi na época de Natal... não, já estava rolando promoção na loja, aí eu fui, peguei um “produtinho”, e ele tinha aquela “tarjzinha” que apita quando você sai. Eu passei no caixa, segundo eles, a menina era novata. Ela não desabilitou o... e quando eu passei, o negócio apitou e eu já tinha... estava com a sacola já, que só tem a sacola da loja quando você está lá no caixa. Mas o segurança quase deu uma voadora em cima de mim para poder me segurar sabe? Aí eu falei assim, eu fui no caixa, que aí ele viu a minha sacola, “Você passou no caixa?”, “Passei”. “Qual caixa?”. Falei assim “no caixa 3”. Aí ele foi até lá, pegou o produto, aí a menina brigou com ele, também, que estava dentro do vidro, o vidro dentro da caixa, não tinha como ela saber que tinha. E ela, segundo ele, novata. Aí ele deu maior “esporro” nela, desabilitou o negócio, me entregou e nem me pediu desculpas.

ENTREVISTADOR: Nossa mãe.

DÉBORA: Nem me pediu desculpa, aí eu achei...

ENTREVISTADOR: Pelo constrangimento

DÉBORA: É, aí eu achei aquilo demais, aí peguei e pensei “gente!”. À época assim, eu tinha saído do telemarketing. Telemarketing foi uma coisa que me ensinou, trabalhar no telemarketing me ensinou a reclamar. Aí eu peguei e procurei a gerente, falei assim, “eu não tive nem um pedido de desculpa”, eu fui na gerente da loja, e aí ela me pediu desculpa, que foi a menina, estava em treinamento, aquela coisa toda, e aí eu falei com ela do caso do segurança, que o segurança brigou com a menina, mas nem se desculpar, já que ele... essa foi a sensação. É outra coisa que tem, assim, até hoje, infelizmente, é segurança ficar te olhando nas lojas, acompanhando, isso aí sempre rola. Outra questão, também, é quanto ao meu curso, quando eu lembro, que eu falo que eu sou engenheira ambiental e sanitária, as pessoas ficam assim. Todo mundo julga que eu sou professora, que eu sou alguma coisa relacionada à Educação, professora de História, mas nunca que acha que você pode ser do curso de exatas. E aí não entendo por quê... “sério mesmo?”. “Sério”. Aí eu lembro uma vez que eu estava lá na FIEMG, na época, aí a gente ia lá para poder pegar as horas. Alunos de faculdade precisam de horas de “ACC”, a gente ia muito lá, aí teve uma vez que estava falando dessa coisa de [inaudível] que é aquele ambiente da Prefeitura. Na época, eu estava lá, até estava lá a secretária de... e ela conhecia muitos colegas meus que estavam lá. Aí ela foi, “gente por que estão aqui?”. “Porque nós estamos fazendo o curso de Engenharia Ambiental e aí estamos aí”. Aí ela olhou para mim e falou assim, “você também?”. “É, eu também”. Não entendi ela, “você também, no curso de engenharia?”. As pessoas nunca esperam.

ENTREVISTADOR: Sim. Por que o espanto, não é? Verdade.

DÉBORA: É uma coisa. Mas o mais, no caso, corriqueiramente mesmo, segurança seguindo em loja e, infelizmente minha mãe, quando eu comecei a assumir o cabelo, ela tinha preocupação de arrumar emprego, ela falava assim “Com esse cabelo você não vai conseguir emprego minha filha”. Mas eu fiquei na cabeça dela uns três anos para ela assumir o cabelo dela, foi depois que o meu cabelo... ela começou a alisar ele eu tinha uns 5 anos de idade e aí e cresci condicionada, casei, continuei com meu cabelo, eu nem lembrava assim da textura, como é que era o meu cabelo. Fui assumir com 32 anos. Para ver o quanto que o racismo é estrutural, ele está impregnado e eu lembro que quando eu alisava o cabelo, quando eu via algumas pessoas com esse cabelo, para mim era normal, o natural era ter esse cabelo. Foi quando eu entrei para faculdade que eu passei a ter esse questionamento, como será que era o meu cabelo? Porque eu aliso o meu cabelo e na faculdade você olha e não tem muitas pessoas negras, aí você já começa a ter... porque, assim, logo nos primeiros períodos, a gente tem

Filosofia, Sociologia, aquelas coisas parecem que já começam a questionar as coisas, começam um pensamento diferente.

ENTREVISTADOR: E é legal que você comentou que na faculdade que você foi criando a sua percepção, eu logo pensei que você estava fazendo um curso de Humanas, também.

DÉBORA: Eu falo, metade de mim é Humanas.

ENTREVISTADOR: Mas aqui, deixa eu te perguntar, você acha que de lá para cá essa percepção das pessoas sobre si mesmas, até com base na atuação no coletivo. O que você acha? Você acha que melhorou isso em Valadares, de forma geral? As pessoas negras, de alguma maneira elas... Você percebe algum aumento nessa consciência? Você viu alguma melhoria nisso?

DÉBORA: Olha eu consigo, principalmente a questão da estética, não sei se politicamente. As pessoas preocupam com a estética, assim, mas a questão do cabelo, assim, aumentou muito. Hoje, graças a Deus, a gente já tem variedade de produtos, naquela época não tinha. Aí a gente percebeu que esse público dá dinheiro, as marcas não são burras nem nada. Hoje a gente já tem questão de produtos para pele, base, que era também uma dificuldade e essa parte também popularizou também até a nível Brasil mesmo, não é? Graças a Deus. Mas naquela época, eu percebia, assim, era novidade para as pessoas. Tinha gente que pedia para pegar no cabelo, tinha outros que pegavam sem... já metiam a mão sem falar nada. Teve um dia, eu estava entrando no ônibus, subindo o degrau, a mulher pegou meu cabelo, assim, quase eu... aquela curiosidade de ver a textura como que é, “ah é macio”, eu falei “Gente o que vocês pensavam? Que é duro? Que ia furar a mão? É macio”. E a gente começou a virar referência. Eu lembro que na minha rua, aqui, a menina chama (nome), ela tinha uns três aninhos, e o cabelinho dela sempre preso, aí quando eu passava com o cabelo, ela falava assim “mãe quero ficar igual, mãe”, tentando desamarrar o cabelinho. Aí você começa a ver, assim, de forma... a proporção que tudo vai ganhando. Então eu imagino assim, que a questão racial melhorou bastante na questão do debate, não é? Entre a gente... a gente teve, assim, um grande avanço. E depois eu fui participar do Conselho Municipal de Saúde, representando os movimentos sociais, então que eu tive muita coisa.

ENTREVISTADOR: E você falou aí que não sabe em termos de consciência política, não é? De consciência dessa questão estética...

DÉBORA: “Uhum”.

ENTREVISTADOR: Até no nível nacional aumentou, mas o que você acha então, o que você entende por consciência política? Por que você fez esse parênteses aí?

DÉBORA: Eu falo da consciência política quanto à sua percepção. Porque a gente fala, assim, que se assumir como negro é um ato político. Então, assim, as pessoas que estão se assumindo hoje, a gente vê um monte por alto, que todos têm essa questão da consciência de classe, da representatividade dela. Significa para sociedade, ela está ali assumindo o cabelo dela, a estética natural dela. Então eu não tenho, hoje... tipo assim, se hoje está mais pela estética... Do que a questão do cabelo, de se assumir “e tal”, aumentou muito, não é? Agora, para falar da consciência política de cada um, entendeu? Desse tornar-se negro, eu não sei para eles, provavelmente o cabelo da moda, que eles falam que é moda, daqui a pouco se eles vão mudar também.

ENTREVISTADOR: Sim. E você acha também que tem a ver, por exemplo, você acabou de falar, com a questão de classe, também, a questão econômica, ou em quem representa também na hora de votar?

DÉBORA: Isso.

ENTREVISTADOR: Você acha que...

DÉBORA: É tem todo esse... se passar, quer dizer, a questão política para mim já é um pouquinho antes. Então não sei se para eles, quando eles passarem a ter essa consciência do cabelo crespo, natural, que é bonito, que é versátil também... se eles passaram nesse processo aí de consciência de classe, representatividade na sociedade, isso aí eu não sei se aumentou. Mas a questão estética, hoje, até por questão de representatividade, igual eu falei antes, hoje a televisão já tem muitas pessoas com o cabelo tipo o meu. Já temos repórter em horário nobre, então isso contribuiu, agora não sei a questão mesmo partidária, como que é.

ENTREVISTADOR: Beleza, deixa eu te perguntar, além do Encrespa, você teve envolvimento com outros coletivos também da cidade ou foi só o Encrespa?

DÉBORA: Assim, de participar mesmo, aqui, do espaço de decisão, assim, só do Encrespa

ENTREVISTADOR: Entendi.

DÉBORA: A gente apoia outros coletivos, dos eventos a gente participa. Igual, tempos atrás teve o Diversidade, Semana da Diversidade. A gente foi como apoiadores, o coletivo entrou, mas, assim, no meu caso, eu fiquei mesmo. Acho que tem uma colega minha que participa do Quilombo, se eu não me engano. Eu fiquei só mesmo no Encrespa.

ENTREVISTADOR: E como é que são tomadas as decisões no Encrespa? Como é que vocês se organizaram para decidir o quê que vocês vão fazer, quais são os objetivos? Inicialmente tinha esse objetivo educador, que você comentou, e aí como é que vocês decidem isso? Eu já tenho uma noção, que eu já conversei com outras pessoas do Encrespa, também, mas eu queria que você também falasse como é que são divididos os papéis, as outras responsabilidades. Vocês tem cargos? Como é que é?

DÉBORA: Não, questão de cargos não, somos todas as cinco coordenadoras. E tem algumas diferenças, somos seres humanos, mas nós sempre entramos em consenso, entendeu? Nas reuniões mesmo. E ali tomamos a... igual, assim, principalmente a (nomes), elas são mais, eu digo porque elas são... Eu tenho as minhas vivências, mas academicamente eu não tenho... Ela é pedagoga, ela tem uma consciência muito mais ampla a respeito de educação, a (nome) também, historiadora. Tem um peso, ela conhece mais a fundo a história, eu teria vivências, igual, eu sou de exatas. Eu sou estudante para aprender mais e mais. Mas, no caso, a gente sempre decide, nós decidimos juntas. É a questão da educação, a gente foi puxada, chamaram a gente para escola e tal, e foi isso mesmo. Então essa formação na escola é um tema, a gente escolhe e a gente decide desse tema. Então é nesse sentido aí de formação, até para a gente ter um discurso bacana para falar quando a gente é chamado. Que são extras, até no Instituto Federal [inaudível], aí eu lembro que eu tinha uma dificuldade enorme de falar em público. Aí fui desenvolvendo nisso aí também.

ENTREVISTADOR: Mas então...

DÉBORA: Mas, assim, no caso das decisões, nós tomamos juntas as decisões. Então agora que nós voltamos com as redes sociais, estavam paradas, eu sou a *social media* do coletivo.

ENTREVISTADOR: É (nomes), não é? São as cinco?

DÉBORA: A [inaudível].

ENTREVISTADOR: Ah sim.

DÉBORA: Não sei se você entrevistou ela, ela está fazendo Humanidades lá. Então deu uma parada mesmo, todo mundo foi estudar. E deu uma...

ENTREVISTADOR: Essa parada que o Encrespa deu, você acha que tem a ver mais com as questões pessoais das coordenadoras ou teve outro motivo também?

DÉBORA: Foi mais pelas questões pessoais mesmo.

ENTREVISTADOR: Entendi.

DÉBORA: A Maria virou mamãe, então foi tudo assim... e ela estuda, ela estuda, ainda, então foi mais essa questão mesmo de estudar. Então agora todo mundo “formadinho né”, vamos voltar.

ENTREVISTADOR: É que eu pensei, será que alguma coisa assim da situação política, ou do município, ou nacional, influenciou também nos coletivos...

DÉBORA: Não sei assim, não tenho essa percepção não. Mas o que eu sinto agora é que o momento realmente pede novamente, assim, essas ações de coletivo, do espaço de debate político, não só aquela coisa de eventos, como ficou um tempo... então eu creio que o momento pede, porque aumentou muito o número de violência psicorracial, tanto lá fora, quanto aqui também. Então o momento pede mesmo, infelizmente não dá para “estar aglomerando”. Aí mostrando aquela força ali, mas aí estamos no online. A proposta do coletivo agora é ter uma formação, pelo menos uma formação por mês, online, fazer um debate e aí reunir a galera e discutir um tema sobre essa representatividade negra, importância da...

ENTREVISTADOR: Como é que é o envolvimento do pessoal que não é coordenador, Débora? Tipo, assim, porque me parece que a estrutura dos coletivos é: tem sempre os membros que são os coordenadores, os mais atuantes, e tem um pessoal que junta quando tem reunião, quando tem algum evento, quando tem alguma manifestação. É muita gente que é essa outra galera?

DÉBORA: Tem o pessoal, igual você falou, mais fixo, mais ativo, que geralmente são pessoas mais próximas da gente. Mas assim, tem aquela que aparece e some das reuniões, tinha isso. Mas tinha aquela galera que sempre está lá no evento, que está no grupo lá do Whatsapp, que está ali sempre conversando.

ENTREVISTADOR: O grupão, que eles falam.

DÉBORA: É, às vezes participa também de outros coletivos, igual você falou, que está lá no grupo também. Então é, mas eles participam assim, por exemplo, podia aglomerar antes, então “ah, vamos fazer uma ação para o Natal”. Então ia a gente, as coordenadoras e também as outras galeras para dar aquele apoio na semana. Eu lembro que a gente fazia praça, Dia da Consciência Negra, a gente ia para lá fazer oficina de turbante e aí ia mais pessoas. Então, assim, está ali o “grupão”, mas sempre aparece um novato, um (que) vai junto. Porque conhece, sempre participa ali do coletivo, mas conhece o trabalho da gente.

ENTREVISTADOR: Sim. E você acha que para esse pessoal que é do grupão... é importante para esse pessoal, que não é muito fixo, mas para esse pessoal que de vez em quando cola com o coletivo, faz diferença se vocês são de algum partido ou não? Se vocês são do PT ou se vocês são de algum, do sindicato, vocês acham que isso interfere na participação das pessoas no coletivo ou não? Ou isso nunca foi um problema, nunca foi uma questão para vocês?

DÉBORA: Não, ser de outro partido assim não, nunca foi um problema para gente não. E eu acho assim que realmente quem cola assim nessas ações e tal, já tem esse viés já do lado da esquerda. Já sabe que se trata de um ato político, não é? Então eu creio que quem vem é porque já tem essa percepção sabe? Não atua politicamente e tal, talvez nem demonstre isso diariamente. Mas, sabe, tem essa noção.

ENTREVISTADOR: Porque eu tenho uma pergunta aqui, como é que você enxerga os partidos políticos, porque como a gente tem essa questão dos coletivos terem sido criados com essa autonomia, deles quererem se desvincular de partido, para alguns coletivos que foram criados nesses últimos anos, eles têm essa participação de tentar não misturar, sabe? De fazer com que os símbolos dos partidos não apareçam muito e tal, como até forma de adesão de outras pessoas. Mas o Encrespa eu percebo claramente que, assim, eu não entrevistei todas as

coordenadoras ainda, mas todas vocês têm um já uma participação dentro do partido, ou antecede a própria criação do Encrespa, ou que foi junto, não é isso?

DÉBORA: “Uhum”.

ENTREVISTADOR: Mas eu percebo assim, de toda forma eu vou perguntar, o que você acha sobre os partidos no Brasil? Sobre a política partidária, você tem alguma crítica a ela? Ou você já parou para pensar sobre isso?

DÉBORA: Eu acho, assim, a questão dos partidos, eu acho até importante para questão da democracia. Ter essas ideias diferentes parece, assim, toda unanimidade parece um pouco burra. Mas a questão dos partidos, o viés ideológico, eu acho importante para a democracia. Agora a questão na política, nós... embora façamos parte de alguma forma de política. Igual você falou, muitos até antecedem, já vieram antes... Eu tenho medo, na questão pessoal, somos diferentes, somos seres humanos, quando a (nome) foi candidatar mesmo, eu fui uma das que assim, não fui tão a favor dela... de levar, não dela participar da política, mas dela colocar o nome do Coletivo Encrespa lá no... no santinho. “Sou coordenadora do Encrespa e tal” . Mas a maioria, como estou dizendo, somos uma democracia, então tudo bem. Porque geralmente assim, no início surgiu aquela questão por conta de ser apartidário. Embora todo mundo que visse a gente ali, sabia que a gente era de esquerda. Mas não ter tanto assim, essa coisa mais... mas é aquela coisa que você falou, hoje, agora o momento pede esse posicionamento. Naquela época a gente não estava em um Brasil polarizado. Era, assim, mais democraticamente... não tinha essa coisa da polarização que tem hoje. Então, hoje, ou você se posiciona ou... Aquela coisa que na vida a gente ouve, “ou libera, ou segue ou sai da frente”. Então hoje realmente pede, hoje eu vejo que é importante o coletivo se posicionar sim como politicamente de esquerda.

ENTREVISTADOR: E apoiando determinados... por exemplo, você falou que essa é uma questão, hoje você pensa de maneira diferente, ou não? Em relação a essa noção de que o coletivo pode ou deve apoiar candidatos específicos ou um partido. Você acha isso importante hoje em dia?

DÉBORA: Não apoiar assim explicitamente um partido. Mas eu acho assim, posicionar como esquerda sim. Gritar lá o “fora Bolsonaro”, hoje eu acho isso, no momento atual, que está muito polarizado, eu acho importante. Ter esse posicionamento político. Antes a gente tinha a coisa de querer ser apartidário, agora difícil desvincular. Só que simplesmente você levantou uma bandeira, você já está ali hoje, nesse momento hoje. Hoje já até você defender o meio ambiente é coisa de esquerda, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

DÉBORA: Está terrível.

ENTREVISTADOR: Débora, você que já é filiada ao PT há muito tempo, como é que você enxerga a democracia interna do próprio “PT”? Tipo assim, em relação à própria distribuição de recursos para candidatos, a escolha de quem vai ser candidato aqui, por exemplo, qual candidato vai lançar é... que o PT tem um estatuto muito democrático não é? Que prevê muitas assembleias e reuniões para tomada de decisão e tal. Mas, assim, se você quiser responder, você fica à vontade, dentro da estrutura de Governador Valadares como é que é a sua percepção sobre isso? E aproveitando a pergunta, eu queria que você falasse também até em relação, por exemplo, se você já percebeu que pode existir alguma forma de racismo dentro da própria estrutura partidária, de machismo... Isso é alguma coisa que você já vivenciou, ou não?

DÉBORA: Olha, eu embora eu seja filiada há muito tempo, eu não participo ativamente do partido.

ENTREVISTADOR: Entendi.

DÉBORA: Só que, ano passado, eu lembro assim “nossa, você está tanto tempo lá, você não participou de uma executiva” mas aí eu apareço lá quando tem as eleições internas, voto... Mas eu não fico assim, não participo das decisões, nas discussões, o que vai ser feito. Eu nunca procurei participar, eu fico mais... Tem gente lá ainda que não me conhece, eu acredito. Embora tenha pessoas que são mais ativas e participam do processo eleitoral, eu conheço os candidatos, eu já trabalhei em algumas campanhas. Então eu conheço, assim, mas a questão lá dentro mesmo eu não conheço, agora falando assim por alto, pelo que eu percebo, eu acho bem democrático, na questão das mulheres participarem do processo eleitoral. Tem até um número grande de mulheres, eu acho isso bacana. Agora, a questão das decisões eu realmente não sei, eu estou até pensando aí essa possibilidade, depois que passar na executiva, depois que a menina me falou... Eu estou lá há tanto tempo e não me envolvi ainda na parte de decisões lá no partido.

ENTREVISTADOR: Não, mas, beleza. É para você falar mesmo o que você enxerga e é isso. Eu também preciso saber como que são as estruturas. Mas, beleza. Você estava comentando que no contexto atual ou a gente se posiciona, ou se posiciona. Não tem muita escolha. E aí dentro... como é que você enxerga a possibilidade atual de reverter essa situação política no Brasil? Você estava falando que as pessoas que atuam em movimento social têm que se assumir de esquerda de alguma maneira. Você acha possível a esquerda retomar a hegemonia política? E por onde passa isso? O quê que ela deve... o quê que ela precisa fazer para isso?

DÉBORA: Olha, esse é um debate bom viu, eu acho que a esquerda ela precisa ver os erros dela, rever onde ela errou. Uma percepção que eu tenho é que abandonou as bases, as bases estavam um pouco abandonadas, não sei se é porque talvez estava no poder e não tinha todo esse tempo de estar lá nas bases. e uma coisa que eu via lá em 2004, eleição de 200, a eleição de 2012. Os líderes do bairro, as lideranças. Eu acho que vai ser preciso voltar para esse início, entendeu? Voltar à origem. Então eu acho que para voltar ao poder também é distribuir poder com as mulheres pretas, que é uma crítica que eu tenho. Eu acho que o Partido dos Trabalhadores discute muito essa questão da diversidade, mas quando você olha para quem está lá na frente, você não vê tanta diversidade assim. Também essa questão de mulheres pretas, embora agora tivemos essa representatividade maior, graças a Deus, das mulheres trans... Mas eu sinto um pouco disso se realmente vai ter que passar pela diversidade, pela questão racial, eu acho que se eles não reverem isso aí, querer continuar sempre os mesmos lá, entendeu? Não vai, eu creio que não vai rolar. Embora a gente perceba a questão Brasil, a questão para classe trabalhadora está muito difícil, pelo menos por conta dos preços. Então eu creio que o pobre que votou no atual governo, ele está sentindo no bolso, a não ser que ele não tenha problema financeiro, eu creio que ele não vota de novo não. Tem essa possibilidade aí, mas o que não isenta o partido de passar por um processo ali de mudança, de distribuição de poder, de passar pela questão racial, principalmente. Porque não é só a questão... tem a questão indígena também, infelizmente ouvir comunidades indígenas apoiando esse atual governo aí, mas eu, pelo que está acontecendo hoje, então eu creio que o próprio governo, a extrema direita... Nem é de toda direita. Eu tenho [inaudível]...

ENTREVISTADOR: Eu também.

DÉBORA: Tem a extrema, eles estão na extrema direita. Então eu creio que se a extrema direita... ela vai perder, ela vai perder pelos próprios atos. Também tem a questão ambiental envolvida. E o Sales aí que o diga...mas, o que não isenta o PT de rever os erros, não dá para continuar com essa, como é que fala, vaidade.

ENTREVISTADOR: Você, como engenheira ambiental, nesse assunto especificamente do ambiental, o quê que você acha do debate político no Brasil? A esquerda e a direita, você acha que também, os candidatos que têm, eles têm um discurso alinhado com o que você considera que seriam pautas ambientais?

DÉBORA: Nem tanto. Parece assim, que essa coisa ambiental fica mais lá na rede de sustentabilidade. Embora o PT tenha, sim, essa questão da defesa do meio ambiente, mas não é tão assim... Mas, digamos, seria bandeira principal, não é. Embora, assim, eu sou engenheira ambiental, eu não tenho aquele viés ambientalista, eu não tenho.

ENTREVISTADOR: Sim, entendi.

DÉBORA: Eu sei do processo, como é que fala, desenvolvimento é importante, os três pilares, ambiental, social e econômico. Tem que ter ali um equilíbrio, só que o governo que está aí agora está indo mais para o econômico, infelizmente. Então você vê aí liberando as madeiras para os madeireiros, está facilitando mesmo o lado dos madeireiros, está muito... a questão mesmo econômica e o ambiental e social estão faltando.

ENTREVISTADOR: Sim, verdade.

DÉBORA: É o que está fazendo agora.

ENTREVISTADOR: E, para terminar, eu tinha te perguntado antes, sobre como que você acha que a esquerda pode retomar a hegemonia nível nacional. E no nível municipal aqui em “GV”, o quê que você acha, são possíveis erros cometidos nos últimos anos e tal e o quê que ela deve fazer para voltar ao poder talvez?

DÉBORA: O principal erro foi ter colocado lá... abrir espaço para outros partidos, ter secretários, em nome da governabilidade você dava espaço aí para os outros. Então eu creio que ali foi um... Que aqui a gente estava virando socio/político, colocou lá qualquer cadeira eleita, infelizmente. Então ressuscitou uns aí e isso foi um dos erros. Assim, a questão democrática demais, foi em nome da governabilidade, abriu muito espaço, então um dos erros do município foi isso. Eu acho também que a questão de voltar está no processo, está acontecendo, na eleição passada tivemos, elegemos um, um vereador, dessa vez foi dois, dessa vez teve 9 mil e poucos votos contra mil e pouco. Meio que dobrou. Então tem que ir, mas eu acho que a questão vai ser assim, aparecer novos, novos candidatos, entendeu? Não ser mais os mesmos. Eu tenho essa previsão, tanto que elegemos dois vereadores que nunca tinham sido eleitos.

ENTREVISTADOR: Nunca tinham sido...

DÉBORA: Antes. Então eu acho o candidato a prefeito também vai ter que ser por esse viés aí também, ter sangue novo. entendeu? As pessoas não querem mais, não querem mais os mesmos. Novos candidatos, acho que vai ser por aí, novas lideranças, no caso, para escolha do prefeito. Quando a gente estava... eu trabalhei na campanha, e muita gente falou que se o Leonardo fosse de outro partido, que votava nele de olhos fechados. Ainda está muito essa coisa do antipetismo, infelizmente. Está aí, indo, mas ainda um pouquinho enraizando ainda, “nossa ele é o candidato perfeito para ser prefeito aqui de Valadares, mas o partido...”. Ainda tem... Então a gente vai ter que trabalhar muito com a questão do antipetismo e ter lideranças novas, colocar gente nova.

ENTREVISTADOR: Beleza, eu vou interromper a gravação aqui.

ENTREVISTA n. 5 (ELAINE) – 17/04/2021.

COLETIVOS: Encrespa

ENTREVISTADOR: Bom, primeiro eu queria que você falasse um pouquinho se você começou a participar de movimentos. Foi com o Encrespa, ou se você já tinha interesse por participação política em algum movimento antes, ou na escola, como que foi o seu despertar para a participação política?

ELAINE: Então, desde criança, na verdade, eu sou criada em uma família de movimento, uma família de militância, uma família política. Então, assim, sou prima da (nome), não sei se ela te falou... só um momentinho [inaudível] desculpa, a minha menina chegou aqui.

ENTREVISTADOR: Tranquilo.

ELAINE: Então, assim, sou prima da (nome). Então a minha família desde sempre vem militando. Aos sete anos de idade eu comecei a participar da Pastoral Afro, por meio da inserção da religião, e então já deu início para a questão da militância no movimento negro a partir da “Pastoral Afro”. E eu fui dos sete até hoje, eu sou da Pastoral, a Pastoral deu uma enfraquecida na cidade, mas eu ainda sou membro da Pastoral Afro. Só que, de coletivo mesmo, eu iniciei através do COCOM, eu participei do Conselho da Comunidade Negra aqui de Valadares, mas o primeiro coletivo que eu dei entrada foi o Coletivo Encrespa em 2014, juntamente com o seu início, eu sou uma das fundadoras junto com a (nomes). Então a minha caminhada de coletivo eu iniciei a partir de 2014, mas, na militância, na política, eu venho desde criança mesmo, acompanhando a minha família.

ENTREVISTADOR: Beleza. Você estava falando que a sua família é uma família de militantes, mas você começou a sua Ação na Pastoral Afro. E a sua família ela é militantes no sentido partidário ou de movimento de trabalhador, como é que é?

ELAINE: Sindicato de Trabalhador, partidários. Meus tios filiados ao Partido dos Trabalhadores desde sempre e tenho dois tios. Eu tenho dois tios que atuaram muito mais, o meu tio (nome) ainda atua muito dentro do PT de Valadares. Um outro tio fora da cidade, hoje ele não está mais vivo, mas quando estava, muito militante. A (nome), que é uma prima minha mais velha, muito militante também. Então a minha família sempre atuou nesse sentido. Pra além da Pastoral Afro, militante, é militância partidária. E sindicato, Sindicato dos Trabalhadores, vários sindicatos aqui. Meus tios têm histórico.

ENTREVISTADOR: Seus tios estão em sindicatos diversos? De camponês, urbano também? Como que é?

ELAINE: Não, todos os meus tios aqui de Valadares, a maioria são servidores municipais.

ENTREVISTADOR: São servidores.

ELAINE: Então eles participam... até os aposentados hoje continuam participando, atuando no Sindicato dos Servidores Municipais aqui de Valadares.

ENTREVISTADOR: Entendi, e a sua família é toda de Valadares? Ela veio de outro lugar? Como que é?

ELAINE: Nós somos daqui, mas fomos espalhando. A maioria se concentra aqui, mas eu tenho tio em Espera Feliz, que é uma cidade menor aqui, tenho tio em Diadema, São Paulo, e ambos são militantes também. Meu tio lá participa do sindicato também dos trabalhadores de Diadema. Meu tio que é de Espera Feliz, ele é político.

ENTREVISTADOR: Olha, que bacana.

ELAINE: Na militância da política. Então a gente é daqui a maioria. Mas espalhamos e continuamos com histórico de militância partidária.

ENTREVISTADOR: E na sua família tem muita gente com ensino superior ou não? Como é que é?

ELAINE: Na geração do meu pai, que eu sou criada com a família do meu pai. Na geração do meu pai, não, somente uma tia minha, que é a minha tia caçula, que tem ensino superior. Os meus tios, temos dois policiais, mas não tem superior. Agora, na minha geração, a maioria dos meus primos já têm superior.

ENTREVISTADOR: Já têm.

ELAINE: Outros estão cursando ensino superior, eu sou formada em Administração pela UNIVALE e, assim, na minha geração muitos têm. A (nome) iniciou até o mestrado, mas ainda não concluiu. E na geração do meu pai só uma tia minha que tem superior.

ENTREVISTADOR: Bacana. Eu queria que você falasse um pouquinho do contexto, como é que você... já que você já tinha uma militância familiar, uma orientação política e tal, como é que foi esse despertar para a criação de um coletivo? Entre vocês, porque vocês já tinham uma atuação creio eu, orientada assim, de proximidade com um partido e com a Pastoral Afro e tudo mais. Por que criar um coletivo? O que levou vocês a fazerem isso?

ELAINE: Então, como base da minha família, eu já fui criada meio que tentando lutar e defender aquilo que a gente acreditava e isso veio muito aqui de casa. E aí em meados de 2013, eu, sozinha, iniciei o meu período de transição capilar e conversando com a (nome), que sempre foi de usar o cabelo dela natural, sempre assumiu a identidade, eu ainda passei por aquela fase de adolescência onde eu me escondi muito, modifiquei a estrutura do meu cabelo. Mas eu tomei a iniciativa de mudar e aí eu conversando com a (nome), a gente morava na mesma casa, na época eu morava com a minha tia, e a gente conversando sobre um coletivo que ia ter... Um evento, desculpa, que ia ter no Rio ou em São Paulo, se eu não me engano, que é o Encrespa geral. Que é a nível Brasil. E a gente conversou sobre a possibilidade de trazer esse evento aqui para Valadares, mas sem perspectiva mesmo, não de a gente conseguir tudo. E aí a gente entrou nas redes sociais, encontramos algumas pessoas que estavam no mesmo período que eu, passando pela transição capilar. E juntamos, que é (nomes) juntamos com (nome), que é aqui do bairro, que também já tinha o cabelo natural e a gente tentou trazer esse coletivo, que na época era para a gente levantar a bandeira de luta mesmo, por aceitação do nosso cabelo. E inicialmente a gente pensou nisso, “vamos trazer o Encrespa pra cá, pra ver como vai ser, se a gente encontrar mais meninas que estão passando por esse período de transição e que para quem passa não é um período fácil, para gente se unir e ver o que a gente consegue dialogar aqui em Valadares”. Então, inicialmente, foi essa conversa. Na época eu estava grávida ainda da minha filha. Então eu ia ficar um pouco afastada, um pouco mais à frente do início do coletivo eu ia me afastar. Mas na verdade a gente nem iniciou assim, com a intenção de montar o coletivo, a gente inicialmente queria trazer o evento Encrespa Geral. A partir do Encrespa Geral, que veio a ideia do coletivo. A gente sentiu a necessidade de prolongar aquela discussão e aquele momento ali.

ENTREVISTADOR: E como é que vocês ficaram sabendo do Encrespa Geral? Foi nas redes

ELAINE: Facebook.

ENTREVISTADOR: Facebook Então era uma coisa, era um assunto, assim, essas questões da negritude, do empoderamento, que vocês estavam “futicando” na rede, na época?

ELAINE: Exatamente, a gente viu que lá em São Paulo, é foi lá em São Paulo mesmo, a gente viu que lá deu super certo, aí tinha o momento de mística, mas também tinha um momento de prática em que a gente ensinava a fazer turbante, técnicas para o cabelo que ainda não estava natural ficar melhor a estrutura. Então a gente pensou que seria o momento mesmo de troca, de experiência e de distrair. Pessoal dialogar e conversar sobre o cabelo. Inicialmente trazer esse evento para Valadares com a quantidade de que desse, porque a gente

não tinha ainda... nem imaginava como seria. Mas a gente queria mesmo era realizar o evento aqui. Nossa cidade é uma cidade que hoje você vê muitos cabelos naturais, mas em 2013 para 2014 ainda não estava assim...

ENTREVISTADOR: Isso que eu ia te perguntar.

ELAINE: É, ainda era minguada, ainda era uma quantidade minguada. Eu aqui no meu bairro mesmo, eu e (nome) fomos umas das primeiras. Eu moro no Carapina. Nós fomos umas das primeiras a assumir o cabelo mesmo. Então, há sete anos atrás, em Valadares, a gente enfrentava muito mais dificuldade em relação a cabelo do que a gente enfrenta hoje “né”, ainda enfrenta. Mas sete anos atrás era muito complicado. Eu trabalhava, sempre trabalhei em escritório, devido a minha formação, que eu tenho técnico e o superior em Administração. Então, assim, para o meu chefe, naquela época, eu chegar lá com o cabelo metade natural, metade alisada, era o caos. Eu passei por isso e eu imaginei assim, a gente trazendo esse evento para cá, outras pessoas que passam por isso também vão se sentir confortável. Vai se sentir representado, então era essa a ideia que a gente tinha mesmo.

ENTREVISTADOR: Sim, então nesse início, assim, quando vocês criaram o coletivo, tinha essa percepção de tentar trazer esse debate da aceitação pra Valadares, parece pela sua fala que Valadares não era um lugar onde as pessoas tinham consciência disso...

ELAINE: Exatamente. Valadares é uma cidade assim, de coronéis, uma cidade meio complicada da gente levantar a bandeira da resistência e da luta. A gente sabe que aqui é bem complicado. Então a gente tinha essa ideia de trazer o evento para a gente agregar conhecimento junto com as meninas que também estavam passando por isso e assim, tentar ver como que estava essa relação, fazer até meio que um levantamento, porque a gente não tinha ideia de quantas pessoas, em Valadares, passavam naquele momento por transição, ou sofriam algum tipo de repressão por causa do cabelo... Tem meninas que participaram com a gente, inclusive uma das idealizadoras, que é (nome), que ela não conhecia como que era o cabelo dela, que desde nova ela já vinha, mãe dela, por motivo também de criação, já vinha modificando a estrutura do cabelo dela, eu ainda não passei por isso. Eu peguei isso na minha adolescência, vaidade, mas ela não, ela não conhecia nem a raiz natural do cabelo dela. Então, assim, várias pessoas, cada uma tinha uma história diferente e era isso mesmo que a gente queria. Querer compartilhar dessas histórias para ver como que seria a partir dali.

ENTREVISTADOR: Sim. Elaine, nesse início que vocês criaram o coletivo, ele tinha, assim, algum incentivo, algum apoio do próprio partido ou de algum político, ou ele foi uma iniciativa bem autônoma de vocês, apesar de vocês terem um vínculo com o PT? Como é que foi isso, teve alguma coisa de ligação?

ELAINE: Não, foi totalmente nosso, totalmente sem apoio de ninguém. A ideia foi nossa, o desenrolar do evento foi nosso, nós conseguimos já nas semanas, assim, alguns apoios pra realização mesmo. Questão do espaço, que a gente usou no Nelson Mandela e aí a gente conseguiu, pela prefeitura, algumas coisas para a gente realizar o evento, a caixa de som, mas assim... isso na semana de fechamento do evento. Porque o desenrolar todo foi nosso, a gente bateu perna no centro, compartilhando boca a boca, fomos para dentro do shopping, um espaço totalmente contrário daquilo que a gente queria mostrar Chamamos as meninas que a gente conseguiu ver que deram uma abertura melhor. Fomos convidadas pelo DRD, na época, o Diário do Rio Doce, e aí a nossa entrevista que deu uma visibilidade maior. Aí veio a Inter TV, essas televisões aí começaram a chamar a gente para fazer entrevista. Mas esse desenrolar foi todo nosso assim. A gente não recebeu de ninguém, ninguém mesmo.

ENTREVISTADOR: Entendi. E aí depois, com o passar do tempo, quem que era a prefeita na época que vocês... era a (nome) já?

ELAINE: É, final do mandato da (nome).

ENTREVISTADOR: Nessa... 2013, que foi a criação. E aí depois disso, o Encrespa conseguiu ter mais ligações com outras instituições? Não só da prefeitura, mas aí vocês tiveram mais relação com outras instituições, movimentos e tal, que apoiaram vocês ou não?

ELAINE: Então, depois que a gente realizou o primeiro Encrespa aqui em Valadares, no dia a gente já sentiu um impacto muito grande, que a gente esperava 30 pessoas e foram 200 pessoas no evento, Nelson Mandela ficou muito cheia. E a partir daí nós nos surpreendemos com a visibilidade que teve o coletivo e aí não só a prefeitura que nos convidava, mas também escola. Nos convidavam para fazer... a gente era convidado para fazer algum tipo de palestra em relação a negritude ou em relação ao cabelo mesmo. Então a gente foi bem convidado pelas escolas. Algumas universidades nos chamaram, a prefeitura também nos convidou, outros coletivos também nos convidaram, o Coletivo Quilombo, pra fazer parceria. O Coletivo Deck, eu lembro que o NUDIS também estava na ativa e convidou a gente pra participar da Feira da Diversidade. Então assim, a gente começou a fazer esses contatos, esses vínculos a partir daí.

ENTREVISTADOR: Bacana, e aí 2013 a gente teve aquelas manifestações no Brasil, que começou por causa do transporte e depois foi assumindo 200 mil bandeiras e pautas diferentes e pessoas diferentes. E aí como é que vocês do coletivo se comportaram na época, vocês chegaram a participar de alguma coisa aqui em Valadares?

ELAINE: Na verdade não porque o nosso... desculpa, desculpa, pode falar.

ENTREVISTADOR: Não, pode ir, depois eu te pergunto.

ELAINE: É porque o nosso coletivo mesmo ele iniciou em 2014.

ENTREVISTADOR: As ações mesmo...

ELAINE: Em julho de 2014. A ideia de 2013 que eu te falei partiu de mim e das meninas, a gente não se conhecia ainda. Mas a gente partiu daquela ideia da transição capilar, e aí um ano depois a gente vem com a formação do coletivo Encrespa aqui dentro de Valadares. Mas naquele patamar de 2013 a gente ainda não estava se encontrando.

ENTREVISTADOR: Entendi. Então aí você especificamente não participou das manifestações? Porque eu sei que teve alguma coisa em GV, chegou a ter...

ELAINE: Teve, eu cheguei a participar da primeira manifestação que teve na Minas Gerais, esquina com Marechal, eu não sei se foi naquela época dos 20 centavos do transporte. Se eu não me engano foi ali. O movimento Vem Pra Rua, que levantou no Brasil e aí aqui em Valadares teve manifestação e eu participei de uma só. Mas, depois, em conversa com algumas pessoas que eu tinha amizade na época, eu comecei a perceber, eu estava achando que era coisa da minha cabeça, mas eu comecei a perceber uma outra história atrás daquela manifestação toda. Que talvez não era confortável para mim compartilhar. Então eu fui em uma só e não fui nas demais. Eu participei de uma, eu e minha família, meus tios foram também.

ENTREVISTADOR: O quê que vocês acharam de estranho na época?

ELAINE: É, porque, inicialmente, era um movimento que estava lutando em prol de todo mundo “né”, é questão do transporte, aí depois começou levantar outras bandeiras, como você falou, que eu lembro que eles discutiram sobre a “cura gay”, se eu não me engano, discutiram sobre a PEC37, mas aí, se eu não me falho a memória, em 2016 que foi o *impeachment* de Dilma, 2016, eles levantam um outro tipo de bandeira “né”, que aí defende a questão do *impeachment*. Mas essa percepção eu tive em 2013 mesmo, eu não lembro exatamente o que foi, mas eu comecei a perceber que o movimento Vem Pra Rua, ele foi modificando, ou ele já era aquilo e a gente não tinha percebido, então eu fui afastando e em 2016 eu fui percebendo que não era... porque eu fui contrária ao *impeachment*, eu sou até hoje, pra mim foi golpe.

Mas eles defenderam, apoiaram aí o *impeachment* da Dilma, tomaram um outro rumo. Eu sou de esquerda, acredito no que a esquerda propõe para a gente e vi que eles de fato não me contribuem.

ENTREVISTADOR: Sim... e aí de 2014 para cá, quais são as coisas que o Encrespa já fez? Como é que ele vem atuando ao longo dos anos? Porque me parece, eu já cheguei em Valadares em 2015, que ele teve esse período inicial assim, de muita atividade e depois, assim como outros coletivos, deu uma diminuída na atuação. Como foi isso? E se você já puder refletir também, porque você acha que teve esse refluxo de ações assim?

ELAINE: Então, em 2014 a gente inicia o coletivo, com muito gás, como você mesmo falou, muito gás, muita visibilidade e aí a gente começa a ser convidado para vários tipos de palestra mesmo, no sentido de abranger e mostrar mais o quê que era o Coletivo Encrespa. E aí a gente começa ir em Universidade, faculdade, a gente começa a ir nas escolas, a gente fez uma parceria muito boa com o Coletivo Quilombo, que, na época, eles começam no ensino médio, que era o Quilombo secundarista. Então a gente começa a participar de várias coisas nesse sentido, a gente atuou mais dentro da educação em Valadares. Mas, assim, se tivesse algum evento e a gente participasse, a gente era convidado através de mística e até mesmo de palestra. Em meados de 2015, eu, (nomes), estávamos todas na faculdade, iniciamos todo mundo, eu acho que algumas meninas já estavam e eu iniciei em 2015, então eu fui dedicando a minha vida na faculdade, a (nome) foi dedicando a vida dela na faculdade, a gente não estava mais conseguindo se encontrar e o coletivo foi miando, miando, até que a gente parou. Eu formo em 2019, assim, a gente formou uma atrás da outra, de escadinha também, então assim, nesse tempo se o coletivo tiver feito alguma coisa, eu te falar verdade nem estou me recordando, nesse período de faculdade, porque eu de verdade me afastei. Eu sou mãe solo, moro só e tinha a faculdade, eu trabalho. Então eu fiquei por conta da minha vida, a (nome) iniciou o Mestrado nesse período, concluindo duas graduações, então assim, foi corrido para todo mundo. Até ano passado... só que, interessante, o grupo do WhatsApp, ele nunca morreu. A gente tinha um grupo no WhatsApp com outras pessoas, além da coordenação. Então uma coisinha ou outra, um evento ou outro sempre era lançado ali. Até ano passado, quando a gente sente a necessidade de a gente retornar. Retornar com o coletivo. E aí já com um espaço definido, com propostas do que fazer e de como agir. E esse ano a gente está tentando colocar em prática o retorno do Coletivo Encrespa, a gente está retornando, estamos nesse momento de retorno mesmo. Mas nós paramos e eu acredito que de vidas particulares, cada uma...

ENTREVISTADOR: Questões pessoais...

ELAINE: Isso, foi focando no que naquele momento... no que acreditava e o coletivo ficou em *stand by*.

ENTREVISTADOR: Das coordenadoras... E por que que vocês... o quê que você acha... você falou aí agora, recentemente vocês acharam a necessidade de retomar os trabalhos de maneira mais ativa. O quê que levou vocês a essa conclusão?

ELAINE: Então, muita coisa acontecendo mundo afora, eu lembro que teve, ano passado, se eu não me falho a memória, teve um acontecimento nos Estados Unidos, que foi... eu não falo inglês, mas teve aquele movimento lá “Black alguma coisa”... E, a gente conversando lá no grupo, a gente percebeu a necessidade, porque a gente estava só na discussão de grupo do WhatsApp e sem movimentar nada. É, aquilo aconteceu lá, mas em várias cidades do Brasil aqui também veio acontecendo essa questão dos movimentos aqui no Brasil mesmo, aqui em Valadares a gente não fez nada e aí a gente levanta a questão. A gente está muito parado, agora está mais tranquilo, a (nome) com a vida mais tranquila, eu também com a vida mais tranquila, então a (nome) me chama, foi até a (nome), partiu dela. “Vão, vão conversar, quê

que você acha da gente está retornando o coletivo agora, várias questões acontecendo e que estão acontecendo com a gente, com o povo preto, tanto no Brasil quanto aqui, tanto no mundo lá fora... e a gente precisa estar atuando aqui dentro de Valadares, não deixar essa história morrer, trazer essa discussão pra cá. Nem que a gente não vai para a rua, mas, assim, fazer um espaço onde a gente consegue discutir e agregar conhecimento...”. E aí, conversando, a gente percebe de fato essa necessidade, de pelo menos, no mínimo, um grupo de discussão ou de formação, para a gente conseguir discutir em outros espaços, entendeu? Então a gente faz essa percepção e volta a conversar. Esse ano a gente começa a colocar em prática o retorno, mas foi devido a essas questões que foram acontecendo. E a gente só em conversas paralelas no Whatsapp e nada formado. Nada que chegava a um consenso nenhum.

ENTREVISTADOR: Saquei. E deixa te fazer uma pergunta, o coletivo de vocês tem uma pauta que é racial, não é? Você acha que o fato de vocês, ao defenderem essa pauta racial... vou refazer a pergunta... Em 2013, uma das coisas que aconteceu ali, que inclusive eu acredito que deve ser um dos motivos pelo qual você achou estranho, é que muitas coisas que aconteciam nas manifestações eram do pessoal, assim, rejeitar bandeiras partidárias, de sindicatos, falando “não, não vem com essa bandeira aqui não” e tal, o que levou inclusive a afastar as pessoas de esquerda da rua, porque estavam sendo rejeitadas e tal. Mas aí, dentro da proposta do coletivo, vocês têm essa preocupação, por exemplo, em não assumir determinadas posições e símbolos partidários e tal, para atrair mais pessoas para pauta racial? Ou essa não é uma preocupação de vocês? Vocês acham que isso tenha relevância? E você, especificamente?

ELAINE: Então, primeiro eu vou falar o que o coletivo acredita . A gente tem essa percepção, a gente acha sim que isso é relevante. Mas dentro do coletivo a gente não discute, por exemplo, a questão partidária. Nós temos pessoas, dentro do coletivo no geral, não falo na coordenação. Que a gente sabe que são de outros... que não levanta essa bandeira partidária, por exemplo, até mesmo que não vota na esquerda. Só que a gente tem, a gente vem tentando tomar esse cuidado, apesar de que a maioria é de esquerda. Não PT, mas de esquerda. A gente vem tentando ter esse cuidado para a gente mesmo não afastar as pessoas do nosso coletivo. Em relação às outras bandeiras, feminismo, mulher, classe, questão “LGBT”, a gente abrange, a gente abarca e a gente defende. Então a gente, a gente consegue dialogar com essas bandeiras. Porque de fato a gente também acredita, o coletivo mesmo. Agora eu, Elaine, eu não vejo problema em dentro do coletivo levantar a minha bandeira, porque de fato eu sou de esquerda, não digo pra você que eu sou PT, igual meus tios são. Mas eu acredito muito e eu vou muito pelo que a esquerda prega. Discordo de algumas coisas em relação ao Partido dos Trabalhadores, específico, que é o partido que eu cresci sendo ensinada a votar, a acreditar, eu discordo. Não vou entrar em detalhes, mas eu sou de esquerda mesmo. E eu lá no grupo do Coletivo Encrespa eu sempre vou me posicionar em relação àquilo que eu acredito. Eu, Elaine, e algumas pessoas que têm essa, essa malícia. Outras pessoas preferem não, (nome) eu já acho ela mais tranquila, ela não debate essas questões. Então eu não tenho problema em me posicionar ali no grupo pelo aquilo que eu acredito. Mas dentro do grupo do coletivo, principalmente de coordenação, a gente tenta ter esse diálogo mais brando justamente pra gente não afastar outras pessoas que estão lá pela nossa causa, mas defende outro posicionamento, entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi, era isso que eu queria saber mesmo. E ao mesmo tempo, eu percebo que essa preocupação dos coletivos em alcançar um número maior, principalmente dessas pessoas que participam dos grupões, que ficam nos grupos de WhatsApp, ao mesmo tempo que tem essa preocupação eu percebo que os coletivos atualmente talvez não estejam rejeitando propriamente a política partidária, não é?. E aí, por exemplo, recentemente, a (nome), que faz parte do Coletivo, mas também tem uma atuação dentro do Partido dos

Trabalhadores, já tem outros campos, outras frentes em que ela atua, foi uma candidata e aí eleita, e aí eu queria te perguntar o seguinte, agora o contrário a minha pergunta, vocês acham que é importante também dentro da pauta racial, que vocês trabalham, também participar da vida política institucional? Ocupar cargos... isso também é uma preocupação do coletivo atualmente?

ELAINE: Não só uma preocupação como uma das nossas propostas para o retorno do coletivo. A gente tem como proposta apoiar o mandato, e não é porque a (nome) é uma das nossas. Mas a gente tem uma proposta do retorno do coletivo apoiar o mandato da (nome), acompanhar o mandato da (nome), porque, de fato, é uma pessoa que representa várias pautas que a gente acredita e alimenta no dia a dia. Então assim, a gente acha que de fato é necessário, é necessário acompanhar, porquê a (nome) é uma das nossas, no sentido de que é uma mulher preta, periférica, que defende várias bandeiras que a gente defende. Então o mandato dela diz muito sobre o coletivo Encrespa. Tanto é que ela carregou na campanha que era uma das participantes do coletivo Encrespa, justamente porque nós permitimos que fosse assim. Porque o nosso coletivo acredita muito nas coisas que (nome) hoje propõe.

ENTREVISTADOR: Houve essa deliberação no coletivo para decidir se ela podia usar o nome de vocês?

ELAINE: Sim, ela trouxe para a gente enquanto coordenação, porque o coletivo ainda nem estava formado, como eu te falei. A gente começa a conversa ano passado, mas ela trouxe para a coordenação e a coordenação de unanimidade aprovou, com certeza, porque se ela, se a gente não aprovasse, de fato, talvez ela não usaria o nome. Ali fomos nós cinco, então nós cinco entramos num consenso, porque a (nome) ia levantar essa bandeira, que era do Coletivo Encrespa... Caí, você me escuta?

ENTREVISTADOR: Deu uma “travadinha”.

ELAINE: Isso. Mas aí ela trouxe para a gente enquanto coordenação e nós aprovamos que ela colocasse na campanha que de fato ela era do Coletivo Encrespa, teve essa conversa sim.

ENTREVISTADOR: Olha, bacana. Então, aproveitando isso, você estava falando aí que foi decidido pela coordenação. Geralmente, as decisões do coletivo, do quê que eles vocês vão fazer, qual vai ser o rumo daqui para a frente, se vocês vão fazer evento ou outra coisa, ou outra inserção... é sempre tomado pelas coordenadoras?

ELAINE: Sim, sempre, sempre. Tudo que vai ter, toda proposta que a gente recebe, inclusive a sua proposta de fazer essa entrevista, foi colocada no grupo de coordenação. Pra gente ter ciência, então nada, nada mesmo, absolutamente nada que acontece com o nome do coletivo Encrespa acontece sem o consentimento de uma das coordenadoras. Nós somos cinco e tem a (nome) que agregou também com a gente. E ela não estava no período de formação do grupo, mas hoje ela participa da coordenação do coletivo, porque ela agrega muito para a gente, ela ajuda a gente, então hoje ela participa da coordenação. Então tudo que a gente vai fazer tem que ter o consentimento e o conhecimento de todas as coordenadoras.

ENTREVISTADOR: mas o resto do pessoal então geralmente é um apoio mais, o do grupão que eu digo, é mais no sentido de ir aos eventos, como é que é?

ELAINE: Participação mesmo. Participação, contribuir, participar, ser do coletivo mesmo, mas o que a gente vai fazer, qual passo a gente vai tomar, isso é decidido pela coordenação.

ENTREVISTADOR: Bacana, entendi. E vocês, entre as coordenadoras, tem alguma divisão de tarefas assim, por função? Tipo assim, alguém vai cuidar da mídia, a outra não sei do que... tem essas divisões?

ELAINE: Nós não tínhamos até o coletivo retornar agora. Mas esse mês a gente já participou de algumas reuniões, hoje a gente já tem definições, nós não temos coordenadora geral, por

exemplo, uma de nós assume todo o coletivo, nós somos igualmente todas coordenadoras. Mas temos a responsável pela mídia, que é (nome), temos a responsável, se a gente for fazer algum evento, igual... a gente ainda não participou de evento esse ano devido a pandemia, mas já participamos de evento, de *lives*, essas questões. Então sempre que vai ter algum tipo de *live* a gente decide quem vai ser a coordenação, ou quem vai dirigir a *live* específica, então ali a gente define. Como a gente não está indo para a rua, não está frequentando nenhum espaço nesse momento, nós não fizemos outras definições, somente da mídia. Questão da mídia que quem cuida é (nomes) contribui, e em relação aos encontros online a gente sempre define uma coordenação diária, por enquanto.

ENTREVISTADOR: Entendi, bacana. E vocês tem alguma intenção de formalização do coletivo, Elaine? Tipo assim, de transformar ele numa pessoa jurídica e tal ou não, essa não é uma proposta que vocês têm?

ELAINE: Nós temos sim, a (nome) até colocou uns projetos lá esses dias para a gente dar uma olhada. Na outra formação do coletivo a gente também já tinha essa ideia, mas a gente nunca conseguiu colocar em prática. Mas a gente tem pesquisado sobre alguns projetos, a gente leu alguns editais esses dias para ver como que vai ser. Mas a gente tem sim essa intenção de formalizar o coletivo e transformar em pessoa jurídica para a gente ter recurso, para a gente conseguir trabalhar melhor e para a gente conseguir colocar o coletivo para andar mesmo, entendeu? A gente tem ideia.

ENTREVISTADOR: Eu ia te perguntar exatamente isso, por que vocês acham necessária a formalização. Tem a ver com questão financeira?

ELAINE: [inaudível] financeira...

ENTREVISTADOR: Sim.

ELAINE: Porque quando a gente tem uma... quando a gente tem essa agregação, esse “valorzinho”, a gente consegue produzir e trabalhar melhor. Eu falo o coletivo mesmo. Então a gente tem essa ideia por oferecer melhor para os nossos, e aí eu falo para o grupão, para todo mundo que participa, para cidade onde a gente está alocado. Então a gente tem essa ideia justamente para isso, para a gente conseguir fazer um trabalho com maior visibilidade, para a prefeitura, para a população de Valadares ver que realmente o Coletivo Encrespa está trabalhando e está atuando em prol da cidade, em prol da sociedade mesmo.

ENTREVISTADOR: Vou retomar uma questão aqui, você fala se você se sentir à vontade. Há uns momentos atrás você falou que você tem certas críticas à questão partidária, especificamente ao Partido dos Trabalhadores. O que te incomoda na questão partidária? Você tem alguma crítica, não estou perguntando especificamente ao PT, mas assim, o que você acha que tem de “porém” dentro da estrutura dos partidos, se é que tem algum?

ELAINE: Na verdade eu já fui filiada ao Partido dos Trabalhadores, hoje eu não sou mais, eu tenho uma certa... uma opinião, assim, eu acho que quando a gente... eu em um olhar na verdade, da questão partidária que eu acho, levanta muito fanatismo sabe? A pessoa que está ali naquele partido e obrigatoriamente ela tem que defender com unhas e dentes, mesmo que o partido tiver fazendo uma coligação que não concorda, levantando ou defendendo, apoiando um cargo de uma pessoa que eu não concordo, mas por você estar filiado ali, é difícil você ser contrário dentro do partido e fora, porque a sociedade te reprime sabendo que você está filiado já levantou tanta bandeira e hoje está criticando. Você já é recriminado por essa questão, sempre no partido rola pressão. Então eu acredito que é literalmente um fanatismo. Pessoa fica cega ou ela é limitada, não consegue andar com a crítica ou não consegue andar individualmente por participar, por estar limitada ali dentro daquele grupo. Então hoje eu tenho essa visão. Eu ainda admiro muito o Partido dos Trabalhadores, ainda admiro, mas não

sou mais filiada, inclusive já consegui votar para além de PT. Os meus primeiros votos foram todos partidários mesmo, eu votei no PT nos primeiros votos. Mas hoje eu já votei para além.

ENTREVISTADOR: Entendi.

ELAINE: Só nunca votei na direita, mas para fora do PT.

ENTREVISTADOR: E o quê que você acha que são os pontos positivos do Partido dos Trabalhadores?

ELAINE: É porque é um partido... vou falar do Partido dos Trabalhadores em si. É um partido que prega, diz muito sobre mim, eu sou periférica, eu sou pobre, não tenho condições financeiras elevadas e é um partido que já fez muito pela população na qual eu me encontro hoje. Já errou? Já errou. Mas fez muito por nós, hoje se a gente tem carro, celular, casa própria, isso para mim é devido à esquerda, em especial ao Lula, ao Partido dos Trabalhadores. Então, assim, é um partido que de fato fala muito da minha vida e ainda fez muita coisa para o meu povo. Eu tenho irmãos hoje que tem casa própria e de fato foi adquirida por essa “Minha Casa Minha Vida”, que são projetos que a gente sabe que foram levantados a partir do Partido dos Trabalhadores... e outra coisa, pensa muito na questão da sociedade, não pensa no lado individual, não prega o capitalismo. Então eu defendo literalmente isso. Eu não concordo que uns devem ter muito e outros menos, eu concordo que todo mundo deve ter e deve ter igual. De forma igualitária. E eu vejo esse benefício dentro do Partido dos Trabalhadores, por essa razão e por outras eu ainda admiro esse partido, eu ainda acredito que ele tem muito a fazer por nós e ainda, se houver necessidade, eu vou votar no partido. Porque, de fato, prega aquilo ali e eu acredito nisso. Eu discordo dessa desigualdade social. E eu acho que isso o partido não... eu acho que o partido nesse quesito ele ainda não falhou, espero nunca falhar, eu acredito, entendeu?

ENTREVISTADOR: Sim. E para você o quê que é ser de esquerda?

ELAINE: Ser de esquerda para mim, o quê que eu posso te responder... Bom, a esquerda, na minha concepção, não sei se eu vou falar bem, que aí você está me apertando...

ENTREVISTADOR: Não, é o que eu te falei, aqui não é uma prova, entendeu? Eu quero saber exatamente porque você, na sua fala, estava falando, “não, mas eu sou de esquerda eu até, eu voto em partidos diferentes, mas eu só voto na esquerda”...

ELAINE: Vou te explicar o quê que eu vejo de esquerda e direita. É, eu vou te explicar de forma rasa, mas eu acredito que você vai entender. A direita para mim defende essa questão do individualismo mesmo. A questão... não pensa no bem comum, pensa no individual, eu tenho e se fulano de tal não tem, problema do fulano de tal. Vou te explicar assim, que é assim que eu acredito. E a esquerda eu acredito que é aquela política que pensa em um todo. Que pensa em todos, que todo mundo tem o direito de ter e possuir. Então, não é que todo mundo tenha que ter é... uns tem que ter mais e uns tem que ter menos, todo mundo merece ter. Então pensando nessa forma bem rasa, que eu sei que eu falei bem raso mesmo...

ENTREVISTADOR: Não, mas não é questão de raso não, entendi tudo.

ELAINE: Eu não falo politicamente. Mas é, eu fui criada assim, com esse entendimento. Então eu voto, igual eu te falei, em partidos de esquerda que são partidos que eu acredito que pregam literalmente isso. Todo mundo tem que ter, vamos pensar na sociedade, no bem comum para todos e não individualismo. Não vão pensar em capitalismo onde uns matam outros de trabalhar para ter aquilo que teve e os que estão lá trabalhando quase não tem nada. Então eu acredito nisso. Em relação à esquerda e à direita eu penso que seja isso.

ENTREVISTADOR: Beleza. Elaine, e como é que você lê a situação da esquerda é, como assim, as pessoas gostando da esquerda ou não, o sucesso da esquerda, tanto em GV quanto

no Brasil, como é que você enxerga isso hoje? Se ela está em alta, está em baixa, ser de esquerda...

ELAINE: Olha, eu não acho que hoje a esquerda está em alta não. Acho que a gente já passou por um período de mais aceitação, de mais valor, visibilidade talvez. Mas eu acredito em um retorno da esquerda, eu consigo perceber que hoje... Um pouco de melhora nas falas, a gente passou um período mais difícil onde o povo não conseguia nem falar, que a esquerda foi reduzida ao PT, que o pessoal não falava de esquerda, era só PT, tudo do PT, o PT nunca mais... eu ouvi muito isso. E hoje assim, eu falo dentro de Valadares, ver a (nome) sendo eleita, levantando pautas complexas e polêmicas, dentro do Partido dos Trabalhadores, eu consigo dizer que a esquerda teve um bom retorno pelo menos aqui nas eleições. Nós tivemos só dois vereadores pelo PT, mas são dois vereadores da esquerda. Então assim, a vereadora (nome) nesse sentido, aí eu falo da (nome), nem é (nome) minha comadre, prima. Foi uma campanha literalmente levantada assim, eu sou de esquerda, defendo essa e essa pauta. E ela foi muito bem votada, então dentro de Valadares eu vejo que é um ponto positivo da esquerda mesmo, uma vitória da esquerda. Agora, dentro do Brasil, a gente vê... eu acompanhei alguns estados, algumas cidades, eu vi Juiz de Fora, vi Contagem. São cidades assim, que a direita reinava. Então eu vou acompanhando que parece que devagar, mas esquerda vem tomando um espaço, vem conquistando um espaço dentro da sociedade. Eu acho que o caminho ainda está longo, vai ser longo. Essa próxima eleição que vai ser presidencial, acho que vai dizer muito sobre essa diferença de esquerda e direita “né”, com a possibilidade de o Lula vir contradizendo o Bolsonaro, por exemplo, que são extremos, então eu acho que vai falar muito sobre essa dúvida que eu tenho. Se a esquerda está de fato retornando ou não. Mas essa é a visibilidade que eu tenho hoje, é a percepção que eu tenho hoje é essa.

ENTREVISTADOR: Sim. E por que que você acha que a esquerda deu uma diminuída no sucesso e por que a direita cresceu muito nos últimos anos? A que você atribui isso? E assim, estou falando não só eleitoralmente, sabe? Não só em questão de... mas estou falando em como as pessoas pensam...

ELAINE: Entendi, eu não sei se isso reduz só às *fake news*, mas eu acho que a esquerda teve um... a direita teve um trabalho muito grande no sentido de desmerecer a esquerda no sentido de apontar umas pautas que a esquerda não defendia, nunca defendeu. E que as pessoas acreditaram muito daquilo ali, mas eu vejo que a esquerda deslizou, aí eu falo a esquerda no total, teve uns deslizos. Eu não sei te apontar agora exatamente. Mas teve uns deslizos e a direita se apropriou desses deslizos, dessas histórias, com as mídias, alavancou e a esquerda despencou. Então assim, isso influenciou muito na última eleição presidencial. E eu acredito que agora, como a esquerda defende muitas pautas que estão em alta, hoje, com vários acontecimentos. Ela vem retomando com essa população mais jovem, que vem defendendo mais e acreditando mais, então isso vem voltando a esquerda para o seu devido lugar, de onde ela não deveria ter saído. Mas isso também não acho que está abalando a direita não. Quem é de direita é de direita, literalmente, e já era sabendo dessas questões. As pessoas acreditam que de fato aquilo que falavam sobre a esquerda, como eu te falei, reduzida ao PT era verdade. Então as pessoas já acreditavam antes da esquerda cair. Então eu acho que, assim, a população mais jovem está dando mais visibilidade para algumas pautas que a esquerda defende, como eu te falei, LGBT, a questão do racismo. A direita abomina muito essas questões, até se apropria disso para ganhar causa, mas abomina, não defende, não luta a favor, quem luta a favor, na minha percepção, é a esquerda mesmo. Então, com isso, os candidatos que têm essa pauta, que defende essa pauta, vem trazendo, as pessoas que acreditam vem acreditando, vem levantando essas pautas e aí vem dando mais voz e vez pra esquerda. Por

isso eu acho que está retornando, mas quem é de direita acredita que isso não funciona, que não é assim que lida...

ENTREVISTADOR: Bacana. E aí eu estou pensando aqui agora, a gente está falando das dificuldades que a esquerda tem enfrentado e você como militante de movimento social de esquerda comentou aí que é mãe solo, que você fez faculdade, vocês tiveram que parar um tempo as ações do coletivo, como coordenadoras e tal. Quais as dificuldades que você enxerga, por exemplo, para se manter assim, a pauta viva, diante das realidades da própria militância? Assim, de ter que conseguir emprego e conciliar com trabalho, com família com tudo. Você acha que isso é algo também assim, que pesa nas dificuldades que o movimento social mesmo enfrenta para expandir as suas ideias na sociedade? Ainda mais agora na pandemia...

ELAINE: Acredito que sim. Que isso contribui para essas dificuldades que os movimentos sociais vêm enfrentando. Eu te falo mesmo pelo meu exemplo, como eu já citei aqui, eu sou uma pessoa só. Para cuidar da minha casa, para trabalhar, para cuidar da minha filha, para educar a minha filha e aí o momento que eu paro para fazer isso é o momento que eu estou falhando onde eu deveria estar, que é defendendo uma pauta, levantando uma bandeira... Ou eu continuo fazendo isso mas não faço de forma íntegra, eu não vou me doar 100%. E aí uma falha minha, com a falha de uma outra mãe solo, uma fala de uma outra mulher que está parando aquilo ali para fazer outras coisas em relação à vida pessoal e individual, somando a isso tudo, que afeta diretamente ao movimento social. Afeta diretamente.

ENTREVISTADOR: E você sofre esse dilema assim, no seu dia a dia, de “ah eu deveria estar dedicando mais a isso, ou mais àquilo”... Você tem esse dilema?

ELAINE: A gente... eu me cobro todos os dias, para te falar a verdade... Às vezes eu me cobro como mãe, falando que está errado, eu tenho que me dedicar mais, às vezes eu me cobro no trabalho, chego no trabalho e com a cabeça aérea, em outro mundo, em outro local, a minha preocupação aqui em casa, alguma dificuldade com (nome), que é minha filha. A dificuldade até onde isso afeta até a minha vida pessoal, questão de me relacionar com... eu não moro com o pai de minha filha, a questão de me relacionar. Então às vezes a gente está preocupado com outras questões e doa, para aquilo, para aquele momento, a gente precisa doar. Então é muito complicado para uma mulher tocar a vida mesmo, sozinha, e ainda principalmente quando tem uma criança. A gente fica literalmente repartida nessa questão. E aí é onde a gente falha, a gente falta ou a gente não se entrega por inteiro. Por certas questões que merecem esforço, merecem dedicação. Porque não é só levantar uma pauta, eu te falo que... a gente falava disso esses dias, eu e (nome) que nós, a gente tem uma vida mais ou menos parecida, da dificuldade que a mulher preta enfrenta, no sentido que eu falei, a gente precisa se doar, não é só levantar uma pauta. A gente precisa de ter estudo, a gente precisa estudar, eu preciso parar para ler... Eu preciso, mas até para isso eu tenho que calcular o tempo. O tempo que eu estou aqui com você, alguém está ali olhando a minha filha. Entendeu? Então, assim, a gente tem tempos calculados. Então eu acho que afeta diretamente a nossa participação no movimento.

ENTREVISTADOR: Joia... Elaine, para gente encerrar, aproveitando esse gancho. Eu queria saber quais são os seus planos futuros, profissionais e de militância, o quê que vocês pretendem fazer ainda dentro do Encrespa, quais são os objetivos do Encrespa e seus também assim, de vida?

ELAINE: Ok, vou começar por mim que é mais fácil eu acho fácil falar da gente, tem gente que não acha não...

ENTREVISTADOR: Estou perguntando que você falou...

ELAINE: Tem gente... pode falar.

ENTREVISTADOR: Que tem essa necessidade de estudar e tal, é um negócio que a (nome) também falou, e aí eu queria saber...

ELAINE: Interessante, olha só, eu sou... Em 2010, 2009, eu formei em técnico de Administração e concluí a minha graduação em Administração em 2019, como eu te falei. Então eu fiquei nove anos com um curso técnico, para concluir a minha graduação. E eu não estudei mais depois disso, eu trabalho atualmente na área administrativa, mas eu sempre tive sonho, e isso desde criança, e isso minhas tias sabem, eu sempre tive sonho de lecionar, eu tenho sonho de ser professora, eu não sei em que área específica, mas eu tenho sonho. E eu sinto necessidade de voltar a estudar, que eu quero fazer algumas complementações. Estudar para uma pós, mas enfim, eu não sei ainda qual vai ser meu ritmo, mas eu sinto muita vontade de voltar para eu concluir o sonho de lecionar mesmo. Eu quero seguir, eu quero me sentir realizada e aí eu de verdade acho que eu vou me sentir realizada o dia que eu tiver na frente da sala de aula. Antes da Administração eu iniciei Serviço Social, não concluí mas é um curso que eu tenho muito interesse em dar continuidade. Ou talvez um curso na área de Humanas, ainda não sei específico, mas o meu sonho hoje é retornar para os estudos, para eu dedicar mais, e está perto de eu fazer isso, a gente fica esperando essa pandemia dar uma pausa para gente começar, mas a gente está vendo que quanto mais a gente espera, mais esse negócio está prolongando. Então a gente vai ter que se adequar a essa pandemia mesmo. Então é um sonho, mas não é em longo prazo, parece que já está perto do que eu imagino, iniciar e retornar aos estudos. Então hoje, para eu te falar profissionalmente, eu vou concluir talvez um dos meus maiores sonhos profissionais e pessoais que é dar aula, então isso tudo tem a ver com o meu retorno aos estudos. E dentro do coletivo eu, eu falo que a gente tem um projeto muito bacana, que a gente está tentando colocar em prática agora, que é a construção do grupo de formação. A gente vem com essa ideia de trazer alguns assuntos atuais e polêmicos, mas também da nossa história, para a gente estudar. Muita gente, inclusive eu falo, nós da coordenação temos muita coisa que a gente não sabe ou não tem propriedade para falar com tranquilidade sobre o assunto por falta de tempo e de estudo. Então a ideia é da gente estudar, estudar e trazer assuntos que a gente precisa saber e assuntos atuais, então a ideia do grupo de formação eu acho muito bacana, principalmente para mim, que eu gosto mesmo de estar ali aprendendo, para mim e para as meninas da coordenação a gente está com um pensamento muito positivo em relação a isso. Então a ideia do coletivo é conseguir formar e colocar em prática os nossos grupos de formação, para a gente conseguir agregar conhecimento a outras pessoas que precisam estudar, que não têm conhecimento, que acha que o Encrespa ainda é só cabelo, é só transição... é muito mais que isso. A gente percebeu isso no primeiro encontro, que o Coletivo Encrespa é muito mais do que falar de cabelo, o cabelo para nós é um símbolo de resistência, é um símbolo de luta, sempre vai ser, assumir um cabelo natural não é fácil, de fato, mas é o nosso fio condutor pra gente seguir para outros rumos. Então, hoje, o nosso maior objetivo do Coletivo Encrespa é a formação do nosso grupinho, para a gente conseguir estudar e conseguir oferecer ensino e estudo para outras pessoas que são ou que vão chegar no Coletivo Encrespa.

ENTREVISTADOR: Bacana, legal demais. Encerrei, vou só cancelar aqui a gravação para te agradecer.

ENTREVISTA n. 6 (Gabriel) – 28/04/2021.

COLETIVOS: Atlético União Igualdade e Força.

ENTREVISTADOR: Boa tarde. Eu queria perguntar um pouquinho sobre você antes da gente começar propriamente sobre a sua atuação no coletivo, no caso é a Atlético, não é?

GABRIEL: Isso, na Atlético.

ENTREVISTADOR: Queria perguntar um pouquinho sobre você, se você estuda, trabalha, qual curso você faz, de onde é.

GABRIEL: Boa tarde. Obrigado por ter me convidado para participar. Meu nome é Gabriel, tenho 23 anos, eu vim para GV em 2016 para estudar na UFJF, hoje eu faço o Curso de Farmácia, estou praticamente formando, ia formar agora mas a pandemia acabou adiando a formatura. E entrei na Atlético em 2018, eu e o (nome) somos fundadores da Atlético, então desde 2018 eu venho participando do movimento. Participei também do coletivo da UFJF, mas hoje não participo mais. Eu participei só no início mesmo, que a galera estava discutindo de fazer o movimento dentro da Universidade, por não ter movimento lá. Mas pela questão da correria, eu estar envolvido em projetos, eu acabei não dando muita atenção e fiquei mais na Atlético mesmo.

ENTREVISTADOR: Beleza, antes de entrar na Universidade e participar tanto do coletivo quanto da Atlético, você já tinha participado de alguma outra organização assim, que parece ou que é um movimento social?

GABRIEL: Não, antes de vir para GV eu morei em Ouro Preto, eu estudei no IFMG, lá. Lá tinha esses movimentos, mais diretório acadêmico... mesmo dentro do instituto, só que eu não participei, porque era uma correria também no IF. Lá eu fazia 18 matérias, então era muita coisa para fazer e eu não tive como participar. Mas eu participava de manifestações, eu ia a manifestações, eu me informava dentro do instituto e também da UFOP, que era do ladinho ali. Então eu acabava me informando assim com os movimentos, mas participar não participei não.

ENTREVISTADOR: Nem do movimento estudantil tradicional deles não? DA (Diretório Acadêmico), essas coisas...

GABRIEL: Na UFJF sim, eu participei. Mas antes da UFJF não.

ENTREVISTADOR: Beleza. Gabriel, e pelo que os outros integrantes do grupo já me relataram, a origem de criação do coletivo, ela veio mais ou menos em conjunto com a Atlético, mas parece que primeiro veio o Coletivo em razão de casos de homofobia que teve na UFJF...

GABRIEL: Sim.

ENTREVISTADOR: Aí, se eu estiver errado, você me corrige. Depois, mais ou menos na mesma época, vocês estavam pensando em relação aos casos de homofobia que existem dentro dos jogos universitários. E aí entre conversas entre vocês fundadores, vocês também decidiram criar a Atlético. Você podia contar um pouquinho disso, desse processo?

GABRIEL: Bom, o coletivo da UFJF realmente veio a partir desse momento de vários cursos, vários integrantes de diversos cursos relataram casos de LGBTfobia. Vindos principalmente de grupos de WhatsApp, os grupos das turmas começaram... falavam alguma coisa, “ah professor falou alguma coisa dentro da sala” ou um aluno atacava o outro... aí acabou criando o coletivo. E aí também pensou-se em criar um coletivo porque dentro da UFJF não tinha movimento, tinha os diretórios de cada curso, tem DCE, que também tem

uma parte do DCE que é voltada para o estudo de gênero e sexualidade, para defesa dessa população, só que não era tão atuante. E eu não vejo o DCE tão atuante aqui, mais lá na sede mesmo. Então a gente acabou criando o coletivo. E a Atlética foi isso, justamente o que você disse. A gente acabou criando a Atlética mais pela questão das festas, da LGBTfobia que ocorria em festas. Nos jogos, também, mas, por exemplo, no Boteco Federal [inaudível]. A galera... todo mundo reclamava, eu lembro que tinha uma página do Boteco Federal no Facebook e a galera reclamava todo final de festa. No outro dia, estava lotado lá de pessoas reclamando, no *Spotted*, também, que é uma página das pessoas denunciarem anonimamente alguma coisa, ou mandar cantada pro “fulaninho”. Eles denunciavam muito caso também de LGBTfobia nas festas. Então a gente pensou em criar, vamos criar, vamos tentar ir para o “rolê”, tentar fazer uma tenda, como tem hoje no Boteco Federal, e também atuar dentro da universidade e no município como um todo, como a gente vem atuando.

ENTREVISTADOR: Sim. Mas você falou um negócio interessante, você comentou que o movimento estudantil, embora tivesse uma ramificação dentro do próprio DCE, que, voltado para questões LGBT, ele não era muito atuante. Então assim, na sua percepção, o movimento estudantil... faz parte da atuação do movimento estudantil, ou deveria fazer... se preocupar com essas questões? E aí eu incluo não só a questão LGBT, mas, sei lá, as questões raciais, feministas também. Você acha que isso deveria ser mais ativo dentro do movimento estudantil tradicional?

GABRIEL: Eu acho que sim, eu acho que a gente tem que fugir da questão “cisheteronormativa”. Sair dessa caixinha e explorar outras também. Hoje nós temos na UFJF o que? Mais de 3 mil estudantes, eu tenho certeza que nem todos são héteros. Acho que todos devem ser cis, porque pessoas transgênero, infelizmente, a gente não... eu não conheço, pelo menos aqui. E temos pessoas pretas, temos pessoas... deve ter pessoas não binárias, enfim... então a gente tem pessoas diversas ali dentro. Então eu acho que o movimento estudantil tem sim que se preocupar com todos. Independentemente da cor da pele, da sexualidade, gênero dessa pessoa. Eu acho que tem que se preocupar sim.

ENTREVISTADOR: Entendi. Mas aí vocês acharam na época então que era mais interessante fazer um coletivo do que propriamente disputar uma chapa do DCE e colocar essa questão lá? Vocês lembram o por que disso? Por que não ocupar o movimento estudantil e com uma outra forma de agir? E por que que o coletivo era algo interessante para vocês?

GABRIEL: Então, o coletivo eu acredito que tenha sido uma forma de juntar todos os estudantes de todos os cursos. Então é saber de cada um o que... as demandas ali. Então a gente poderia ter tentado sim o DCE, só que eu acho que a gente ficaria limitado à UFJF. Muito limitado ali. Mas o coletivo sim, poderia, é uma coisa que eu nem tinha pensado, o coletivo poderia realmente ter tentado o DCE, ou algum cargo lá que relacionasse com isso, seria muito interessante. A Atlética em si não, porque a gente queria atingir o município todo, a gente queria penetrar em todo o município, na periferia... atingir também as universidades, mas fora delas também.

ENTREVISTADOR: Entendi. E aí quando vocês começaram a Atlética, vocês já tinham essa noção de que ela seria algo além de um fim recreativo para pessoas LGBT? Ela tinha esse caráter então de atingir outras pessoas?

GABRIEL: Sim, é, a galera até pergunta para gente porque que chama Atlética. Porque geralmente Atlética está o que? Vinculada a uma instituição, vinculada a um curso. E a gente não está vinculado. A gente escolheu ter uma Atlética para que as pessoas olhassem e pensassem “ah eu sei o que que é uma Atlética, ah geralmente tudo bem, jogam... eles jogam, então eles devem jogar”. Mas a gente não joga, aliás, a gente joga também, mas a gente não compete. O nosso é um movimento mesmo, como se fosse uma ONG, só que a gente utilizou

de uma maneira estratégica o termo Atlética, para a gente conseguir de fato conseguir penetrar na galera jovem também, da universidade, das universidades, que conhecem o termo Atlética e também o município porque a gente recebe muita gente aqui em tempos de jogos, como CAV. então acaba que sabe um pouquinho o quê que é, como está organizado uma Atlética.

ENTREVISTADOR: Sim. E aí como é o funcionamento da Atlética, as ações que vocês fizeram? Eu sei que no início teve a “Gaymada”, aí depois vocês passaram também a fazer eventos, apoiar eventos do coletivo e tudo mais. Tiveram algumas ações populares, também... você podia dar mais exemplos assim, de como que ela veio se transformando ao longo do tempo?

GABRIEL: Sim, bom, a Atlética iniciou comigo e com o (nome) vendendo tirante, os tirantes LGBTs. A gente vendeu dentro da “UFJF” mesmo. Inicialmente a gente conseguiu vender 100 tirantes, inclusive a gente pediu mais 100 e a galera foi comprando, foi mais da parte do (nome), eu estava assim, com muito medo na verdade de iniciar um movimento. Eu ficava assim: “olha, eu acho que a galera não vai participar, acho que a galera não vai ter interesse e a gente vai arrumar é mais tarefas já tirando as tarefas que a gente já tem demais dentro da UFJF”. Então eu fiquei assim “(nome), vamos pensar melhor, vamos estudar melhor essa... vamos amadurecer essa ideia porque eu não sei se vai dar certo”. Mas a gente foi pensando, pensando, pensando... “Ah vamos fazer”. Fizemos. E tem dado certo até hoje, amém. Mas a Atlética, então, nós iniciamos sim, com as Gaymadas, nós fazemos as Gaymadas ainda. Então a gente escolhe vários bairros da cidade, a gente tenta ir para periferia, tenta ir no centro da cidade também. A gente fica mais no centro ou Bairro de Lourdes, que é um espaço melhor, acaba concentrando mais pessoas. Mas a gente tem também atingido outros bairros como o Altinópolis, nós fizemos Gaymada lá, nós fizemos também o Piquenique Cultural, que ocorre geralmente uma vez por semestre. Na praça do Mimi, ali perto daquele clube. Nós temos também a Tenda SAC que acontece no Boteco Federal, essa Tenda SAC também acontece em outros, outras festas dentro da Universidade, como na OABrejas. A gente também faz... a gente trabalha mais online, a gente faz diversas publicações também, com diversas temáticas... É, acho que basicamente é isso que a gente tem feito.

ENTREVISTADOR: Mas você falou esse negócio online, aí, na pandemia vocês têm atuado mais online? Como é que está funcionando?

GABRIEL: Sim, na pandemia a gente lançou a *Livecast*, que era... a gente convidava alguém, acho que você foi até um dos participantes...

ENTREVISTADOR: Fui.

GABRIEL: Eu lembro de você. Então, a gente foi para essa modalidade mesmo, convidamos várias pessoas, conversamos diversos temas e também publicações que a gente tem feito. A gente parou aí, infelizmente teve que parar com todas as atividades presenciais e a gente só está fazendo mesmo reuniões com secretários, Secretário da Saúde, da Cultura, Prefeito, para articular outras coisas.

ENTREVISTADOR: Gabriel, também já me explicaram que a organização do coletivo ela segue é uma especialização de funções. Tem diretorias, cada membro do coletivo não, desculpa, da Atlética... tem diretor de comunicação, diretor financeiro, diversas funções diferentes. E, ao mesmo tempo parece que todo mundo tem voz, não existe propriamente uma hierarquia entre vocês, como é que funciona essa divisão de tarefas e responsabilidades dentro da Atlética?

GABRIEL: Bom, hoje nós temos o núcleo administrativo, que é composto pelo presidente, que é o (nome), vice-presidente que sou eu, tem o secretário. E a gente divide nas outras diretorias, comunicação, esportes, eventos, marketing, financeiro, entre outros. E a gente só

fez essa divisão para gente ter uma organização, para gente dividir tarefas, para não sobrecarregar ninguém, e aí, ter um resultado mais rápido. Mas é bem aberto, a gente tem um grupo no Whatsapp com todo mundo, então quem quiser mandar alguma demanda... “ah eu quero fazer a... eu quero propor que a gente faça uma publicação falando de pessoas transgêneros”, pessoa pode sugerir e a gente vai estar lá.

ENTREVISTADOR: Mas entre os administrativos e os diretores há uma certa hierarquia entre vocês?

GABRIEL: Não, não. A gente não tem essa hierarquia mesmo, é só para gente dividir mesmo as tarefas para gente ter resultados mais rápidos e a gente pegou também modelos de Atléticas, a gente pegava os documentos das Atléticas onde eles... o estatuto, que a gente chama, e a gente via essa divisão. A gente acabou seguindo isso para gente ter um controle. A gente não sabia como a gente poderia iniciar ali, como que a gente faria a divisão. Então a gente trouxe pautando também em um modelo de Atléticas, e tem funcionado.

ENTREVISTADOR: E esse núcleo administrativo então, já teve mudança na presidência, com o passar do tempo ou não? Geralmente, desde que foi criado, é (nome), o vice-presidente é você, como que funciona?

GABRIEL: Então, não mudou ainda. A gente iniciou em 2018, de 2018 a gente contou dois anos para mudar, então em 2020 a gente teria mudado, só que como veio a pandemia a gente acabou adiando isso. Porque a gente vai fazer toda uma eleição presencial, tem pessoas que são associadas à Atlética. Então são pessoas que são de fora, às vezes até fora da universidade e precisaria dessa pessoa presencial para ela votar, para ela concordar ou discordar, da chapa. Então acabou que não, a gente acabou adiando pela pandemia. Mas provavelmente a gente deve tentar mudar, assim, mais rápido, depois que a gente tiver em um quadro, cenário melhor.

ENTREVISTADOR: Entendi. E como é que funciona essa associação, como é que alguém que é, gostaria de entrar para Atlética faz para fazer parte?

GABRIEL: Então, a gente abre seleção, geralmente uma vez ao ano ou duas vezes, geralmente uma vez por semestre. A gente abre a seleção, lança um formulário, a pessoa preenche, indica o cargo que ela prefere, que ela tem mais facilidade, talvez uma pessoa mais comunicativa vai direto para diretoria de comunicação, talvez uma pessoa que já é formada, tem uma formação em Contabilidade, por exemplo, pode ir fazer parte do financeiro. Então é isso, a gente lança como se fosse um edital mesmo, um formulário, a pessoa preenche, a gente marca um horário e faz a entrevista com ela. Se ela tiver dentro dos critérios que a gente julga ser importante para participar, a gente admite essa pessoa na Atlética.

ENTREVISTADOR: E aí, por exemplo, a admissão é votada por todos vocês que já fazem parte, quem vota são só os diretores ou outras pessoas também?

GABRIEL: Geralmente é só o núcleo administrativo.

ENTREVISTADOR: Os três?

GABRIEL: Os três. Ou a gente geralmente... alguma pessoa de algum diretório. Então, por exemplo, se a gente vai fazer uma entrevista com alguém que quer entrar na diretoria de comunicação, a gente chama alguém da comunicação para participar junto com a gente, e aí, em consenso, a gente define. Mas geralmente é definido pelo presidente, vice e pelo secretário.

ENTREVISTADOR: Gabriel, e vocês sentem, vocês sentiram com o passar do tempo, alguma dificuldade de achar pessoas disponíveis para a associação ou, assim, isso sempre foi uma coisa que vocês tiveram bastante gente para dividir as funções, como é que foi esse processo durante esses anos aí?

GABRIEL: No início eu acho que foi mais complicado, a gente estava iniciando também, a galera um pouco confusa do quê que é o movimento, como funciona e acaba não procurando ou fica com receio de pegar mais uma responsabilidade. Mas, depois, não. Depois a gente recebeu muita demanda. Quando a gente lançava um formulário, várias pessoas preenchiam. Tanto que a gente teve até que mudar a forma de seleção. A gente, antes, só fazia o que? Você preenchia o formulário, a gente marcava uma reunião presencial e fazia entrevista. Depois a gente começou a mudar, a gente fez um formulário onde a pessoa respondia e era um formulário, eram perguntas eliminatórias. Se você passasse, aí sim a gente marcava uma entrevista. Porque estava tendo essa alta demanda e acabava que a gente marcava com essa pessoa, a pessoa chegava lá, a gente é ia conversando com ela e a gente já via que não era o perfil, e a gente poderia ver através de perguntas, que aquela pessoa não se encaixava no perfil, ou não estava madura o suficiente, eu acho que todo mundo...

ENTREVISTADOR: Interessante. E o quê que vocês consideram para se enquadrar no perfil?

GABRIEL: Bom, a gente...

ENTREVISTADOR: Pode dar exemplos?

GABRIEL: Posso. A gente considera a pessoa que seja muito comunicativa, então assim, a gente faz eventos, então a gente precisa de pessoas que conversem com outras pessoas, nervosismo bate, a pessoa é tímida, isso é natural. Mas a gente precisa que a pessoa seja mais comunicativa, que ela não tenha vergonha de falar em público, a gente busca também pessoas que têm ou já tiveram alguma experiência com movimento. E aí ela vai conseguir somar mais, ela vai conseguir trazer experiências dela e ajudar na resolução de problemas e conflitos que podem surgir ali. A gente vê, também, pessoas que têm tempo, porque precisa de tempo para dedicar, então a gente pergunta: “como é que é a sua rotina? Você estuda? Você trabalha? Qual o seu tempo livre? Se a gente pedisse para participar de uma reunião presencial com o prefeito, com o secretário, você teria tempo de participar com a gente?”. Então basicamente a gente olha isso.

ENTREVISTADOR: Legal, e dentro dessa entrevista e tal, do processo de seleção, o perfil ideológico da pessoa conta também? Tipo assim, se ela é de esquerda ou de direita, alguma coisa assim?

GABRIEL: Não, a gente geralmente não pergunta. A gente geralmente não faz essa pergunta, dá para notar, na fala da pessoa, mas a gente não se atém a isso não. Geralmente, as pessoas que participam geralmente são de esquerda ou centro-esquerda.

ENTREVISTADOR: Mas e se entrasse... se procurasse para entrar uma pessoa, sei lá, um LGBT que fosse simpatizante do Bolsonaro, “bolsonarista”, por exemplo, isso era motivo para excluir?

GABRIEL: Olha, eu não vejo que seria um motivo, eu. Eu Gabriel eu não veríamos como um motivo, eu faria uma série de perguntas para pessoa... O que ela acha do movimento, como é que é a relação dela com a sexualidade em si, como é que... o que ela acha dos movimentos, o que ela acha da pessoa que é assumida, que não está nem aí para os padrões... se ela é contra isso... como é a relação da família dela com isso... eu faria uma série de perguntas, mas eu não [inaudível] e eu acredito também que a Atlética também não veria problema algum.

ENTREVISTADOR: Entendi. Mas, interessante, você está comentando aí, a princípio essa vinculação com ele em si não seria um problema, mas dependendo como ela enxergasse a própria questão LGBT, e como ela opinasse a respeito disso, aí poderia ser que talvez...

GABRIEL: Eu acho que aí não encaixaria.

ENTREVISTADOR: Eu fico pensando, aí vocês vão montar uma campanha na internet, aí a pessoa posta lá que, sei lá, que não existe ou que é uma escolha...

GABRIEL: É uma opção sexual.

ENTREVISTADOR: É, uma opção. Eu fico pensando nesse sentido, se esse tipo de controle entraria na seleção da pessoa.

GABRIEL: A gente até costuma dizer, a gente fala com o pessoal da Atlético, fala assim: “gente, vocês acabam ficando conhecidos. Assim, não é ficar famoso na cidade, ganhar mil e tantos seguidores não, mas vocês acabam sendo um rosto que é referência para as pessoas”. Então várias pessoas já conversaram comigo e já me perguntaram assim “ah você é o menino da Atlético “né”? Não sabe meu nome, não sabe o quê que eu faço, mas sabe que eu sou da Atlético. O que eu posto, o que eu falo, pode gerar ali conflitos, e os outros movimentos também que nos apoiam eles vão estar de olho. “Será que o presidente tem... qual o posicionamento dele?”. “Qual o posicionamento geral da Atlético, ela é de esquerda? Ela é de direita? Ela apoia o Bolsonaro? Não apoia?”. Então eu acho que tem que levar em consideração justamente por esse histórico. Então a pessoa que geralmente é de direita, centro-direita ali, mais de direita radical, vai ser aquela pessoa que vai bater nos movimentos, discorda, acha que é besteira, acha que é coisa do PT, do Lula. Então é isso.

ENTREVISTADOR: Mas dentro do movimento é possível conviver com pessoas que sejam de centro-direita, por exemplo?

GABRIEL: Sim, sim. Tanto que a gente tem aliado, vereadores, por exemplo o (nome) que é aliado da gente e é centro-direita.

ENTREVISTADOR: Sim. E essa questão que você estava falando de preocupação com a imagem, o que vocês vão defender publicamente... existe uma preocupação, por parte da Atlético, em que vocês não assumam um apoio explícito a determinados partidos ou pessoas? Ou isso é livre entre vocês assim, o quê que cada um ativista faz em relação a... “ah sei lá eu gosto do Lula, então eu sou lulista na rede” “eu gosto do, do Ciro, do... sei lá, do Alckimin...” é, isso é livre ou vocês também têm algum tipo de controle em relação a isso?

GABRIEL: Não, é livre também. A Atlético em si, a associação, a gente define como apartidária, a gente não define assim, não. Mas entre os integrantes, sem problema nenhum, tanto que a gente tem, dentro da Atlético, pessoas que são bem extrema-esquerda mesmo, comunista mesmo, apesar que eu farto com o Socialismo/Comunismo, mas são pessoas que são assim, mais radicais mesmo, e tem pessoas que não são tanto. O (nome) mesmo eu não vejo ele tanto, esse radical demais, eu vejo o (nome) mais centro, por exemplo.

ENTREVISTADOR: E você se definiria como?

GABRIEL: Eu me definiria como esquerda, não tão radical, mas uma esquerda... acho que não centro, esquerda.

ENTREVISTADOR: Mas para você radical seria no sentido revolucionário assim, que defende a superação do capitalismo pela revolução, mais ou menos nesses termos assim?

GABRIEL: Eu acho que, eu não sei se... eu sou a favor dessa revolução, é difícil a gente chegar no Comunismo, a gente sabe que não existe, não tem um país comunista, mas o Socialismo é o caminho para se chegar ao Comunismo? É, mas eu acho que a extrema-esquerda talvez ela não dialoga tanto, sabe? Acho que ela não dialoga tanto com as pessoas ou não quer papo mesmo, não quer nem sentar com um vereador e isso é uma coisa que a gente vê muito dentro da Atlético, talvez tem algumas pessoas que são contra que a gente faça reuniões com vereadores de direita.

ENTREVISTADOR: Entendi.

GABRIEL: E tipo, gente, mas eles estão lá atuando em um cargo público que nós colocamos, eles têm que escutar a gente, a gente tem que procurar eles sim. O (nome), que é o prefeito, a gente não vai conversar com ele, que é o Prefeito da cidade?

ENTREVISTADOR: É no campo das alianças então, assim, para você o radicalismo está aí...

GABRIEL: Em não formar aliança e ter esse confronto. Gente, não, a gente tem que conversar, infelizmente, claro, pessoa que é negacionista, pessoa que vai bater de frente com a gente ali, a gente tenta conversar, mas se não quiser diálogo, tudo bem. Mas eu acho que a gente pode abrir mão de cara de formar alianças, eu acho que é necessário,

ENTREVISTADOR: Entendi, bacana. Gabriel, na cidade tem uns outros movimentos que já existiam, que tem uma pauta também LGBT. Eu já ouvi falar do NUDIS, que nasceu na própria UFJF, mas que também tem uma projeção de ser algo que influencia debates fora da universidade. E tem o coletivo LGBT do Sind-UTE, também, que eu já ouvi falar... Vocês têm algum tipo de interação com esses movimentos ou com outros que eu não conheça na cidade?

GABRIEL: É, então, esses movimentos... tem o NUDIS, acho que ele voltou recentemente, estava parado. Sind-UTE eu também conheço, tenho amigos que fazem parte do movimento. Eu acredito que tem a Frente Ampla LGBT, acho que voltou também, eu não sei como é que está funcionando. É, tem Maloka GV, mas eu acho que o A gente dialoga com esses movimentos, a gente tem dialogado com eles. Só que eu sinto falta de dialogar mais. Eu acho que a gente não está tão enfileirado ali com esses movimentos, de dialogar, de conversar, não. Eu acho que a gente precisaria conversar mais. Esses movimentos nos têm até como referência, já escutei de líderes desses movimentos, não sei se você conhece a (nome), é uma dessas líderes, ela costuma falar “hoje em GV o movimento mais forte LGBT é o movimento da Atlético”, e ela já é atuante há muito tempo.

ENTREVISTADOR: Sim.

GABRIEL: Então eu acho que falta dialogar mais, eu acho que falta criar mais estratégias entre Atlético, coletivo, esses movimentos... a gente debater mais, porque a gente acaba ficando em caixinhas. Então movimento LGBT só vê LGBT, movimento de negritude só vê ali pessoa preta, movimento da periferia... e tem uma interseccionalidade entre eles, tem LGBT pretos, tem LGBT de periferia, tem LGBT pretas feministas. Então a gente tem que criar essa interseccionalidade entre os movimentos, entre as caixinhas para ter essa união mesmo, para ter força.

ENTREVISTADOR: Sim, e assim eu nas entrevistas, eu já entrevistei o (nome), a (nome), então eu sei que existe um certo problema aí entre... que dificultou esse diálogo aí, soube de algumas coisas que aconteceram. Mas é, assim, independente daquele episódio lá do...

GABRIEL: 7 de Setembro.

ENTREVISTADOR: Do 7 de setembro. O quê que você acha que dificulta essa interseccionalidade com que as caixinhas conversem mais?

GABRIEL: Nossa eu acho que tem, é bem multifatorial. É, eu acho que os líderes dos movimentos, talvez pela idade deles, pela diferença de idade na verdade, talvez seja um dificultador. É, talvez o movimento quer seguir de uma forma, agir de uma forma, nossa ação é assim e não vamos conversar. Eu acho que pode ser um dos fatores. Eu acredito também que um movimento não tem interesse em dialogar com outro, “ah eu quero só focar em LGBTs, eu não quero saber do movimento é, periférico...”.

ENTREVISTADOR: Dentro do movimento de vocês há pessoas que pensam assim que vocês deviam ficar restritos à caixinha?

GABRIEL: Dentro da Atlética não, eu não conheço. Não têm pessoas que falam, mas eu suponho que talvez os outros movimentos pensem assim. Talvez vá para um lado mais radical, “ah não quero diálogo, acho que é agir assim”, já tentamos conversar e não deu certo, acabou atrapalhando... eu acho que seja isso, e, por exemplo, esse episódio mesmo do 7 de setembro. A gente estava participando ali do desfile e veio um grupo atrás, que é o “Grito dos Excluídos” que se eu... certamente se eu não tivesse ali junto da Atlética, eu estaria lá com eles. A gente apoia o pessoal do grito, só que eles agiram de uma forma que eu particularmente não concordo. Eles invadiram a gente, a gente estava por último, a gente estava fechando o desfile, e eles passaram por cima da gente. Eles sabiam que a gente estava ali, eles pediram para entrar com a gente, inclusive, e a gente falou que não ia permitir a entrada porque a Prefeitura tinha sido muito clara com a gente, do que a gente estava fazendo ali, o que a gente podia ou não podia fazer. Se eles tivessem conversado com a gente antes, provavelmente, cola na gente, vamos embora, vamos junto... Mas, no momento ali, foi muito, foi uma confusão. A galera toda... prefeitura fazendo ali a corrente de pessoas, que não deixaram eles passarem... a prefeitura também erra nisso, eu acho que a prefeitura exclui eles. A prefeitura não aceita quando eles mandam o pedido para participar do desfile. Então a prefeitura também erra demais nisso, mas aquele momento foi, de fato, algo muito atípico que aconteceu, a gente acabou de fato entrando em conflito com eles e não foi bom a gente ter feito isso, não foi bom para nós Atlética e eles também reconhecem isso, tanto que eles pediram desculpa para a gente depois. Nós fizemos reuniões com os líderes, com a (nome) inclusive, e a gente se entendeu, se entendeu naquele momento ali. Mas é complicado, eu acho que os movimentos, conversarem entre si é difícil, é difícil.

ENTREVISTADOR: A Gabriela você conhece ela como uma liderança do Maloka, como que você colocaria ela assim, à frente de qual movimento de GV?

GABRIEL: Eu não sei qual movimento certo ela faz. É, eu vejo ela fazendo parte de vários, na verdade, que eu vou em várias manifestações e sempre ela está lá presente. É, eu acho que ela é LGBT, se eu não me engano, acho que ela é. Então provavelmente deve fazer parte de algum movimento. Mas eu acho que ela faz parte do Maloka, acho que ela faz parte do NUDIS, não sei, acho que ela faz parte do NUDIS, também. Eu acho que ela está em vários. Em vários movimentos.

ENTREVISTADOR: Gabriel, vocês têm alguma preocupação e ocupar o espaço de poder institucional, partidário assim, de gerar uma candidatura, de ter um espaço, seja na Câmara, seja na Prefeitura... vocês têm essa preocupação? A Atlética tem essa preocupação de ocupar um espaço do poder político tradicional como forma de melhoria das coisas que vocês percebem?

GABRIEL: Olha é, a gente nunca discutiu ao certo em talvez, sei lá, alguém da Atlética lançar uma candidatura a vereador. Mas seria algo interessante, inclusive eu e o (nome), a gente mora juntos, então, a gente conversa bastante e acaba que ele até fala isso, que ele participaria, que entraria em uma campanha. Mas a Atlética, a associação, a gente tenta, tentou duas vezes, se eu não me engano, entrar no Conselho de Direitos Humanos daqui de GV. Só que precisa de CNPJ e a gente não tinha, e não temos ainda. A gente vai oficializar, acredito eu, que mês que vem, inclusive. Então a gente vai tentar sim entrar na esfera institucional aí, por exemplo, através desse Conselho. Mas pegar um cargo, algum partido, eu lembro que a gente já teve pequenas discussões, mas nada muito certo, a gente só “ah o que vocês acham da gente fazer isso?”. Acho que um partido novo aqui em GV, que eu esqueci o nome, que é mais de jovens, então tem, por quê que a gente não tenta alguma coisa? A gente já pensou uma coisa assim, mas a gente não discute muito sobre não.

ENTREVISTADOR: Entendi. Uma coisa que me ocorreu aqui agora, vocês já foram convidados para fazer algum tipo de fala, inserção, assim, em escola? Para crianças ou adolescentes?

GABRIEL: Não, em escolas não. A gente nunca foi chamado, mas em centros da... a Prefeitura é responsável, por exemplo, como CRAS, nós somos chamados para fazer uma capacitação lá. Inclusive vai acontecer... a Secretaria Municipal de Saúde tem conversado com a gente bastante sobre essas capacitações. Eu, particularmente, faço parte de um projeto de extensão da UFJF, com pessoas transgêneros. Então a gente capacita profissionais da saúde aqui da cidade, da Estratégia da saúde da família, que são aquelas... os postinhos de saúde dos bairros. Então a gente faz essa capacitação e também tem a ajuda da Atlética. A Atlética é parceira também, os movimentos sociais são parceiros desse projeto de extensão, mas em escolas, mesmo, não. Nós nunca fomos procurados ou também nunca solicitamos ali algum tema para falar sobre. Que também é bem interessante, apesar de que eu acho que teria muita crítica, por parte dos pais principalmente falando de crianças. Pessoal de GV é extremamente conservador, e setenta, oitenta por cento da população votou em Bolsonaro. Então é complicado pensar uma atuação assim, eu imaginaria que daria muito... [inaudível]

ENTREVISTADOR: Beleza. Gabriel, só para gente encerrar, quando a gente faz parte de um movimento social, assim, a gente tem que conciliar carreira, estudo profissão, vida pessoal e tudo mais. E aí eu queria de você quais são os seus planos para, em relação à continuidade da sua militância depois que você formar. E se vocês se preocupam em que a Atlética de alguma maneira exista independentemente de vocês, ou se vocês nem tem... “Já sei que somos nós mesmos que vamos ter que tocar e vamos embora com isso o resto da vida”, sei lá... queria que você refletisse um pouquinho sobre o futuro da sua militância diante das suas escolhas profissionais.

GABRIEL: Sim, então, hoje na Atlética nós somos 20 pessoas. Eu acredito que o trabalho que a gente vem fazendo também vem trabalhando de formação dessas pessoas. Temos hoje na Atlética pessoas que já são de muito tempo, de movimento, como a (nome), não sei se você conhece... tem o (nome), também. Então, assim... são pessoas que já vem de movimento e a nossa ideia, pensando na Atlética, especificamente, é que ela não morra, que ela permaneça aqui na cidade, que ela continue funcionando, mas se ela também não funcionar, *okay*, deu certo até onde era para dar e é isso aí, passa a bola para outra pessoa e vai. Acho que os movimentos são isso, os movimentos eles começam e também acabam, e não é porque não deu certo, deu certo, deu certo naquele tempo. Então pode acontecer isso com a Atlética. Eu, particularmente, eu quero continuar demais nessa militância, eu não pretendo viver em GV. Não é uma cidade que eu goste tanto assim, mas se for para ficar aqui também fico, sem problemas. Mas eu quero ir para o lado do mestrado. Que seja estudo de gênero, sexualidade... Doutorado... e continuar fazer pesquisa e continuar diante esses movimentos também, seja onde eu estiver, quero tentar conciliar minha carreira com movimento. Acho extremamente importante e eu como LGBT acho que eu nem falei isso, sou um homem cis gay. Eu acho importante a gente, minorias, também não gosto de falar em minorias...mas somos, somos muitos, mas minorias menos assistidas, acho que a gente tem que reivindicar todo momento os nossos direitos, já que são negligenciados em grande parte deles .

ENTREVISTADOR: Está ótimo, eu vou interromper a gravação aqui só para te agradecer direito.

ENTREVISTA n. 7 (Gabriela) – 20/04/2021.

COLETIVOS: Encrespa, Deck GV, NUDIS.

ENTREVISTADOR: Beleza, bom, primeiro eu queria saber de você quantos coletivos você participa de alguma maneira, além do Deck e do Quilombo também parece que você faz parte?

GABRIELA: Sim, eu faço parte hoje do Coletivo Deck, do Coletivo Quilombo e do Coletivo Encrespa.

ENTREVISTADOR: Do Encrespa também.

GABRIELA: Isso.

ENTREVISTADOR: Desses três.

GABRIELA: De organização em termos de coletivo sim, são esses três.

ENTREVISTADOR: Beleza. E fora isso você também tem alguma filiação partidária? Você participa de outra organização sem ser coletivo?

GABRIELA: Participo, eu participo de uma tendência do Partido dos Trabalhadores chama Esquerda Popular Socialista, EPS. E participo da Frente Brasil Popular. Que são as organizações que não são coletivos, organizações tradicionais, que eu já participava antes de dois mil e treze, que eu era da Juventude do Partido dos Trabalhadores e a Frente Brasil Popular foi depois de dois mil e quinze, porque aqui em Valadares teve dois fatos bastante marcantes para mudar essas formas de organização. Foi em dois mil e treze que aí... a gente estourou essa questão dos coletivos, mas dois mil e quinze por causa da Samarco, do crime da Samarco, e ali se organizou as frentes. Então hoje eu estou nessa frente. E nesses coletivos e nessa organização que está mais ligada ao movimento partidário.

ENTREVISTADOR: Joia. Mas aí depois a gente recupera um pouquinho desse contexto de criação da frente em “Gevê” também, mas era só para saber se eram os coletivos que você faz parte são esses três. Mas então antes disso, já que você falou que já tinha uma atuação anterior à criação dos coletivos, eu queria que você falasse um pouquinho assim, como é que foi o seu despertar para a política, participação em movimentos, em protestos. Você tem um contexto familiar de militância ou foi na escola? Como foi esse processo na sua vida?

GABRIELA: Então, é o contexto familiar, os meus pais são das CEBs, das Comunidades Eclesiais de Base. Então eles foram, muito tempo, dirigentes da CEBs, e depois a partir da Pastoral da Juventude eu comecei a me organizar enquanto juventude na cidade. Então eu sou assessora nacional da Pastoral da Juventude e a Pastoral da Juventude tem uma atuação muito forte aqui, sempre teve uma atuação muito forte aqui. Então foi a partir dos grupos de jovens da Igreja Católica, das pastorais e comunidades foi que eu despertei para a organização, para a luta.

ENTREVISTADOR: “Saquei”. Então foi a partir da influência da pastoral, então veio primeiro a sua atuação dentro da pastoral, dentro do movimento eclesialístico?

GABRIELA: Sim, primeiro foi a Pastoral da Juventude.

ENTREVISTADOR: E aí depois você chegou a filiar ao Partido dos Trabalhadores você era mais nova... Como é que é?

GABRIELA: Eu ainda era assessora já, já era assessora nacional da Pastoral da Juventude e recebi um convite para a conhecer a juventude do Partido dos Trabalhadores. E aí, a partir de então, movimento de jovens dentro do partido dos Trabalhadores. Eu filiei, então me filiei ainda na juventude, enquanto eu estava militando na juventude do Partido dos Trabalhadores. Então já tem muito tempo.

ENTREVISTADOR: Gabriela, deixa eu te perguntar, os seus pais eram, você falou que eles já eram da CEBs, e qual que é a profissão deles? Ele são trabalhadores urbanos, rurais... Como é que é?

GABRIELA: São. Eles vieram do campo, então o meu pai ele é mestre de obras, trabalha na construção civil e minha mãe era “sacoleira”, então eles foram, migraram do campo para a cidade e são trabalhadores urbanos. É... mestre de obra e ela “sacoleira”, hoje ela tem uma pequena loja, mas é em casa mesmo. Mas veio desse processo. Eles não têm estudo eles têm quarta série lá do interior ainda, sem nenhuma forma de comprovar isso.

ENTREVISTADOR: Isso que eu ia te perguntar...

GABRIELA: Eles são alfabetizados na verdade. E não têm estudos, mas aqui na minha região a gente teve um trabalho de pastoral, da CEBs, que aqui a gente tinha um centro de formação, tinha uma igreja que “nucleava” os grupos de jovens e grupos de leigos. Então aqui a gente teve padres que vieram com essa missão. Então meus pais foram muito cedo essas lideranças de CEBs, lideranças de comunidade, então a partir daí que foi a minha construção enquanto...

ENTREVISTADOR: Entendi... E você lembra mais ou menos que ano ou quantos anos você tinha? Ou que ano foi quando você começou a participar da juventude?

GABRIELA: Eu não lembro, mas foi ali para o ano 2000. Eu não lembro exatamente assim...

ENTREVISTADOR: Beleza. Não, mas é só uma ideia mesmo.

GABRIELA: Foi no final, na verdade, no final da CEBs. Porque a CEBs, ela foi. Final não, porque ela ainda atua aqui na Boa Nova, mas a gente ainda estava, estava naquele finalzinho ali aonde que já existia um movimento já muito forte da Teologia da Libertação, eu tive um rompimento com a igreja, até por causa desse processo, dos padres, dessa mudança tão chocante desse modelo pastoral para um modelo mais... Um modelo diferente, um modelo que é mais meritocrático, que acreditava na salvação individual. Então assim, eu tive um envolvimento com a igreja e eu acho que isso foi por ali.

ENTREVISTADOR: Foi tipo final da década de noventa, início de dois mil? Agora nem estou perguntando de você, mas a época que ela era mais intensa assim, em Governador Valadares, era final da década de noventa e início dos anos dois mil por aí?

GABRIELA: Foi por aí. É, foi por aí. Até esse rompimento com a igreja meio que me encaminhou para a essa organização, que até então ela tinha mais dentro desse marcador que era a juventude, dentro da qual que me organizava, que era o Partido dos Trabalhadores.

ENTREVISTADOR: Entendi, beleza. E aí é, qual que foi o primeiro coletivo que você participou? Foi o Encrespa?

GABRIELA: Então, não foi o Encrespa, porque em dois mil e treze a gente estava dentro, ainda, da luta... quando estourou dois mil e treze, eu fazia parte, eu estava dentro da instituição, da luta mais... porque a gente tinha um governo aqui e a gente tinha políticas de juventude, a gente estava implementando departamento de juventude, eu fazia parte da Coordenadoria da Juventude, Conselho da Juventude. E tinha o espaço chamado “espaço da cidadania” onde você juntava todas as políticas ali e tinha o recorte de juventude, gênero... e aí eu estava nesse debate. O primeiro coletivo que a gente começou a organizar aqui, aí já dentro da necessidade das subjetividades, foi o NUDIS, que era... eu também faço parte do NUDIS, esqueci de comentar esse, que era o Núcleo de Debate sobre Identidades e gênero, e era o recorte LGBTQ+ e a gente começou a se organizar nessa pauta, enquanto coletivo. Então foi o primeiro coletivo que eu participei assim da fundação e da organização foi o NUDIS, na verdade.

ENTREVISTADOR: E aí como é que foi esse processo para você, de se envolver com essas pautas que tem uns que chamam de identitárias, tem gente que... você falou em subjetividades... Como isso foi nascendo assim em “Gevê”, como que você teve contato com isso? Foi rede social? Foi algum congresso que você participou? Você lembra como que foi esse processo?

GABRIELA: Primeiro que a gente já tinha os recortes, que a gente chamava de recortes, a gente não chamava de identidades, que era um recorte de juventude, aí dentro do recorte de juventude a gente fazia o debate, principalmente, sobre a questão do extermínio de juventude e sobre a questão da redução da maioridade penal, do encarceramento. Então ali já havia o debate sobre o sobre o racismo, já havia um debate sobre gênero, já havia um debate, mas não era a pauta, eu não tinha isso muito identificado, sabe? E não identificava com essas pautas, por exemplo, o próprio Encrespa, eu não participei da criação do Encrespa porque quando as meninas do Encrespa traziam demanda a respeito do cabelo, eu já não alisava o cabelo há anos, eu nunca a alisei o cabelo, então não era uma pauta que eu entendia que me atravessava.

ENTREVISTADOR: Entendi.

GABRIELA: Até que o coletivo foi amadurecendo de que o cabelo era uma das questões, que a questão do racismo ela é muito mais estrutural. Então foi um processo mesmo de descoberta enquanto mulher, mulher negra, enquanto é... e aí também já saindo da juventude porque aí já não era mais para eu estar lá protagonista desse papel. Então eu já não estava mais nos conselhos, que eu já tinha passado os vinte e nove anos, e aí eu fui tendo alguns marcadores. A questão da orientação sexual, a questão da raça a questão do gênero, então esses marcadores foram surgindo, eu acho, é de acordo com que não bastava mais na luta, a juventude não se... E aí a internet trouxe muito isso, a rua trouxe muito isso em dois mil e treze, aquelas organizações que eram só a luta de classes, que eram só os direitos trabalhistas, não eram mais suficiente, para a para a poder responder as demandas. A galera queria um política de cultura que não fosse tão institucional, queria autonomia, queria autonomia dos corpos. Então eu acho que eu fui sendo atravessada, assim. Fazendo esse processo da luta mais formal, mais dentro da classe trabalhadora, do recorte de classe, para esses marcadores que a gente fala, ou identidades, que atravessam a gente e que de repente eu não discutia elas de forma assim, tão... Eu vejo que até segmentadas mesmo, até dentro da própria luta LGBT tem vários seguimentos ali. Eu discutia ela porque ela sempre me atravessava de alguma forma, mas estava sempre ali dentro da questão do extermínio, da questão da pobreza, da questão social.

ENTREVISTADOR: Sim.

GABRIELA: É, e aí ela foi surgindo a partir disso, a partir das necessidades de cada grupo ali se organizar por aquilo que atravessava mais diretamente, acho que foi isso.

ENTREVISTADOR: Entendi, bacana. Eu não, quando eu estava perguntando sobre seus pais eu esqueci de perguntar, e você falou que eles não tem estudo e tal. E você, você tem ensino superior?

GABRIELA: Tenho, eu tenho. Eu fiz Direito na, na FADIVALE. Fiz privado, ainda não existia a UFJF, não existia universidade federal com essa política aqui. Então eu fiz direito, então eu fui a segunda da minha família, a primeira foi a minha irmã a ter curso superior e eu fui a segunda da geração aqui.

ENTREVISTADOR: Entendi. Bom, então pelo que você estava falando, essa questão da ampliação do escopo da atuação foi ocorrendo, já tinha dentro da discussão da juventude e deu uma amplificada em “Gevê”, por volta de dois mil e treze “né”, parece que foi isso, mais gente se envolvendo. Pode ir lá...

GABRIELA: É porque em dois mil e treze já existia aqui em Valadares coletivos que não, não pela pauta identitária, mas até pela cultura. Tinha o coletivo “Território pelo Averso” e o “Coletivo Pedra Negra”. Que eram coletivos de intervenção de rua, coletivo mais ligado à questão cultural. Eles já traziam outras pautas que não as identidades assim, mas que já se organizavam de forma em que é diferente, tipo mais horizontal do que a gente conhecia das organizações tradicionais. Então em dois mil e treze a gente já tinha esses coletivos, um coletivo de hip-hop, um coletivo... tinham esses coletivos que já se organizavam de forma horizontal, sem essa estrutura tão formal e que tinham a internet como aliada.

ENTREVISTADOR: E eles tinham algum propósito, algum propósito, assim, esses coletivos você chegou a fazer parte deles ou não?

GABRIELA: Não, eu só acompanhei muito de perto porque na época a gente tinha esse espaço, chamado Espaço da Cidadania. Que era onde os coletivos se encontravam, a gente tinha uma associação de juventude que era um coletivo de juventude do campo e da cidade, mas ainda com uma organização muito institucional. Mas aí como tinha o Espaço da Cidadania, aí a gente acabou fomentando um pouco da construção desses coletivos, indo para a onde eles se reuniam, lugar onde que eles se encontravam.

ENTREVISTADOR: O (nome) estava me falando que esse período da (nome) foi muito assim, também..., foi o governo da (nome) no município, não é?

GABRIELA: Foi.

ENTREVISTADOR: Que foi um período muito, assim, que o próprio município meio que incentivou. As políticas funcionavam meio que com estímulo a esses movimentos também, você tem essa percepção também?

GABRIELA: Tenho. Tenho porque criaram-se espaços, projetos para a poder fomentar essa organização coletiva. E também criou-se estruturas mesmo, por exemplo, quase todas as pistas de *skate* foram construídas nesse período, os espaços de convivência foram criados nesse período, o Céu das Artes... então houve essa movimentação nessa criação de espaços para que esses grupos se encontrassem. Então foi muito importante, aí teve o espaço mais institucional, que é o Departamento de Juventude, o Conselho Municipal de Juventude e o próprio Plano Municipal de Juventude, que fez esse trabalho de fomentar, levantar e articular esses coletivos de alguma forma, esses grupos, de alguma forma.

ENTREVISTADOR: E o que você atribui que eles deram uma sumida, principalmente os culturais, Gabriela? Eu lembro que quando eu comecei a mapear, eu achava as redes desses coletivos, eles ainda funcionavam, alguns anos atrás, mas muitos deles pararam a atuação. A quê que você atribui que esse período de efervescência deles assim tenha dado uma diminuída nos últimos anos?

GABRIELA: Eu acho que, por exemplo, o a própria universidade federal ela teve um papel de repente contrário a esse movimento de fomentar esses coletivos, porque ela trouxe eventos, megaeventos enormes e grandes, que aí a juventude queria se encontrar nesses eventos, essas coisas grandes que os coletivos faziam pequenos eventos. E aí, eu acho, eu penso que houve essa mudança, assim, a própria universidade trouxe uma outra forma de divertimento ou forma de se organizar nas atléticas, e aí ficou mais interessante, ficou mais é... O jovem quer fazer parte, quer pertencer, isso era muito melhor pertencer a uma atlética e tal do que sair em coletivos por exemplo, sem estrutura nenhuma, sem... e aí a gente já passou por um processo de desde o “rolezinho” no shopping... de uma perseguição e de tirar os coletivos desses espaços, então quê que aconteceu, os meninos foram proibidos de fazer o “rolezinho” no shopping, aí eles não podiam mais se encontrar na praça da estação e do imigrante. A “Florestinha”, que era uma reivindicação dos coletivos de cultura, para a ser um espaço de

cultura, foi transformado em um equipamento hoje que é administrativo, existe um centro lá de tecnológico, mas a juventude não vai acessar aquilo. Então é... foram perdendo esses espaços, a gente foi perdendo os espaços e foi perdendo locais de referência mesmo e poucos foram os coletivos que sobreviveram a essa, esse movimento de tirar mesmo o centro dos jovens, colocar lá eventos grandes. Tirar... hoje eu acho que é só o Deck e eu acho que o Deck também tem sofrido esse ataque, essa perseguição, inclusive com a prisão de um dos integrantes do coletivo. Mas foi um processo, que foi vindo de desocupação, do jovem não poder estar no shopping mais enquanto “rolezinho” organizado, na praça. Então os coletivos foram perdendo esses espaços, o Horto não pode mais fazer evento, e aí teve alguns coletivos que resistiram, que é a virada do Deck, o coletivo “Brocas”, mas que também ficaram presos na questão do fazer o evento. E aí a organização acaba ficando mais prejudicada, também acho que muita gente saiu da cidade. Os coletivos iguais ao Quilombo, saíram desse processo de ocupação, da escola de ensino médio, e foram todos para a universidade, viver a universidade, aí vai viver uma universidade que não tem campus, uma universidade que não tem identidade, e aí eles acabam também diluindo aí e se desorganizando. O Encrespa passou por esse processo, que é o processo que o coletivo começa a ficar mais politizado e que ele começa a ter as derrotas, as derrotas porque ele vai enfrentar aí uma cidade conservadora, uma cidade que te persegue. Então eu vejo que tudo isso foi dando essa esfriada nos coletivos. É, poucos realmente sobreviveram, assim, organizados e conseguindo fazer alguma atividade, poucos conseguiram. E eu acho que o poder público também dando as costas para esses espaços, até o cuidado do espaço, e ele ajudou, colaborou um pouco para que esses coletivos se desfizessem ou não conseguissem mais fazer intervenção nos seus territórios.

ENTREVISTADOR: Bacana. É, você estava falando aí sobre é, você falou um monte de coisa que eu não...

GABRIELA: você me corta...

ENTREVISTADOR: Não, não. Que eu nem imaginava, estou achando muito importante inclusive. Mas uma das coisas que você falou também que é a dificuldade de organização dos coletivos “né”. E aí diante disso, pensando aqui que dois mil e treze meio que tinha essa questão da horizontalidade “né”, uma crítica à questão dos partidos e de movimentos tradicionais e tal. E aí eu queria que você recuperasse um pouquinho disso, já que você vivenciou dois mil e treze também aqui e tal. O quê que você acha dessa crítica que foi feita e de que maneira isso ajuda ou atrapalha o engajamento assim? Sabe, essa questão da crítica à burocracia ou a crítica aos símbolos também de esquerda, como é que você avalia isso?

GABRIELA: Eu avalio que foi um movimento muito positivo no sentido de que das próprias organizações tradicionais olharem para dentro e falar “olha a gente não comunica mais com essa geração, a gente não comunica mais com essa juventude, não comunica mais com essas pessoas que tão na rua”. Mas eu percebi a dificuldade também que eles tinham de ter um objetivo, daquela organização. Então foram várias, inúmeras reuniões na praça, aquela coisa muito legal mas que no final foram sobrando duas ou três pessoas ou quatro que não conseguiam mais fazer aquela mobilização de massa e aí perdia um pouco o sentido, porque eles queriam tudo, mas às vezes não conseguiam direcionar as pautas. É, e isso levou também o pessoal a não conseguir se manter por falta de ter um objetivo ou de ter o porquê se organizar, estavam ali todos, todos tinham alguma coisa que fazia estar ali, se encontrar, mas não tinha o porquê se organizar, por que eu vou me organizar enquanto coletivo? Foi um movimento que não conseguiu sair das praças, não conseguiu sair daquele momento ali de explosão, de euforia. E aí é criticar uma forma de organizar, mas também ter muita dificuldade de trazer outras formas. Quando você tem muitas pautas se atravessando e você não consegue direcionar, não tem estratégia, na verdade, não tinha estratégia nenhuma de

como fazer, era ir praça todo mundo e então às vezes alguns movimentos, por exemplo, o movimento “Vidas Negras Importam”, que aconteceu aqui foi assim. Bem no *boom*, a galera “vamos todo mundo para a praça”, foi e aconteceu. Mas aí depois a gente foi, tentou se organizar enquanto um coletivo, que fizesse as lutas, na pauta mais antirracista, mas a galera ainda não tem essa paciência que é a paciência mesmo de planejar, de encontrar, de reunir. Então funciona muito bem a chamada, o ir para a rua, o se posicionar, mas depois é não conseguem manter essa rotina mesmo que é uma rotina que tem que ter um coletivo, que tem que ter a suas atividades, as suas... Enfim, eu vejo isso, eu vejo que eles tinham muita vontade, muito desejo, nós tínhamos, mas tínhamos pouca estratégia para a lidar com essas coisas.

ENTREVISTADOR: E eu não perguntei isso ao (nome), aqui tinha uma galera de orientação mais anarquista assim, na época? Você lembra disso?

GABRIELA: “Ah” tinha. Eu não sei muito bem se eles entendiam o que era, mas a gente tinha uma galera assim que fazia esse enfrentamento maior dessa organização da sociedade. Estava muito ligado ao pessoal ali do PCdoB, por exemplo, dos *punks* que se organizavam na praça. Estava muito ligado. Mas eu não sei se eles tinham uma visão ideológica anarquista.

ENTREVISTADOR: Entendi.

GABRIELA: Mas que eles tinham isso do quebrar tudo e fazer uma, sabe... um enfrentamento, mas eu não sei se tinha um grupo específico. Eu acho que não, viu.

ENTREVISTADOR: E você lembra se aqui em “Gevê” tinha assim uma atmosfera, por parte de alguns jovens, como se tivesse acontecendo um processo revolucionário durante aquele tempo?

GABRIELA: Ah tinha, tinha. Até eu achei por um dado momento. Que era um processo que não tinha volta mais, tinha despertado ali. Eu até achei, depois eu fiquei realmente muito frustrada, assim, até com a própria condução que aquilo foi visivelmente cooptado. Que a gente, uma característica em Valadares que era um governo de esquerda... e aí a gente tinha um problema do transporte público, que é um problema que gente tem até hoje e que... mas eu senti isso assim, eu senti e poucas vezes eu senti que poderia ser algo que fosse movimentar e fosse mover é... para um outro lugar, assim...

ENTREVISTADOR: Eu também. Eu estava no Rio na época, eu tinha a mesma percepção. É, mas o que eu queria te perguntar também, você falou aí da cooptação.. Como é que foi isso, essa cooptação aqui em dois mil e treze? Por pautas de direita que você está falando? Discurso anticorrupção?

GABRIELA: É, foi cooptado por lideranças é...

ENTREVISTADOR: “Ah”, lideranças...

GABRIELA: Por lideranças da direita assim, carimbadas na cidade. Tanto que a nossa manifestação mais forte aqui ela teve já carro de som com estrutura, com essas lideranças no carro. Quem estava no chão ali era uma juventude que queria estar na rua, que queria, que nem sabia o que eram aqueles líderes, mas que é a gente teve frutos como o (nome) como o manifestante revolucionário, um cara que é “171”, que dá golpe em todo mundo, deu golpe no DCE da UNIVALE. Enfim, então foram consagradas esses tipos de lideranças e aconteceu que como a gente tinha já uma galera que se organizava, que já era taxada como ser de esquerda. Em um primeiro momento, essa galera foi retirada... “ah vocês vão defender a Valadarense, vocês isso, vocês aquilo”... Vão querer fazer o diálogo ali com a prefeitura e a gente não quer, mas depois foi todo mundo tirado. Teve ocupação na Câmara, mas aí nem a galera que era mais de esquerda, “STU”...pode mais participar. Então assim, claramente aqui, evidente, que os meninos tiveram uma certa liberdade , no início, quando eles... era massa,

mas aí quando foi afunilando só existia uma juventude assim, que parecia não organizada, que tomou conta e fez todos esses processos. Foi...

ENTREVISTADOR: Gabriela, você que faz parte tanto de partido quanto de coletivo, e tem uma inserção em movimentos tradicionais, populares, vamos dizer assim, como é que você vê a influência de um movimento no outro? A ligação das pautas tipo assim, como você vê dentro do PT essas questões de gênero, de raça, você acha que esse debate é feito lá? E, ao mesmo tempo, dentro dos coletivos, você acha que é possível formar uma discussão relacionada, por exemplo, à importância de ocupação de espaços políticos ou até mesmo uma questão de classe, você acha que esses diferentes movimentos conseguem fazer essas interseções?

GABRIELA: Não.

ENTREVISTADOR: Não?

GABRIELA: Não conseguem e eu acho que a dificuldade maior é por parte dos movimentos tradicionais, de se abrir para a essas pautas, o se abrir para esse novo movimento. É, eu vejo que quando a gente pauta assuntos que são importantes para a cidade, como a proteção do Rio Doce, como a própria questão da fome e da cultura, a gente consegue dialogar muito melhor com a sociedade, com periferia, com os espaços. Quando a gente tenta fazer o contrário, levar isso para dentro das organizações, a gente encontra uma dificuldade enorme, porque não dialoga, não dialoga porque escolheu que a luta tem que ser via institucional e ali existe uma organização muito fechada e não dialoga. Então é falta, eu acho dos coletivos, de um pouco de maturidade mesmo para avançar para algumas pautas, para sair um pouco dessa caixinha que às vezes fica ali, a galera LGBT, a galera de Gênero e fazer uma discussão que seja contra a estrutura, contra o patriarcado, contra o capital, enfim. Mas, por outro lado, falta, também, partidos e movimentos acolherem o próprio, e fazer de dentro para a fora. Estou vendo um movimento pequeno agora assim, dentro dos movimentos populares, principalmente da questão de gênero, na questão de orientação sexual, mas é muito pequena. É muito pequena, então eu acho que não dialoga ainda, não há nada hoje, por exemplo, que unificaria uma pauta aqui.

ENTREVISTADOR: Entendi. E dentro dos coletivos também esse movimento inverte assim, porque geralmente o coletivo se preocupa com as caixinhas que você comentou. Mas até por influência de dois mil e treze, tem meio que essa crítica ao poder institucional, assim, “não, não posso, não quero e tal”. Você acha que isso, em alguma medida, teve alguma mudança? Enfim, teve a (nome), que agora conseguiu, embora ela também tenha uma atuação fora coletivo, mas eu fico pensando se isso pode ser algum exemplo de que há uma certa preocupação com essa ocupação de poder também...

GABRIELA: Sim, eu vejo que essa luta coletiva ter essa, eu vou chamar de vitória, ela traz um gás. A gente enquanto coletivo ter uma representação lá que dialoga, que representa, que é um mandato seja que dialogue com esses coletivos, dialogue com essa massa. Mas ainda assim, por exemplo, dois movimentos que foram dois mil e dezesseis, antes da pandemia, que foram os movimentos a favor da educação, foram os maiores os dois maiores. É, ainda assim, mesmo com a mesma pauta, os coletivos tiveram dificuldade de ter a presença lá dos partidos, de ter a presença lá das lideranças políticas, de terem a presença lá dos movimentos. Então, e foi para o ato, foi mas não quis mais dialogar. A gente tentou ir na universidade, tentou fazer diálogos e só os representantes dos grêmios, essas pessoas dos diretórios, e que foram, a juventude em si foi nos atos, mas houve em si, até uma questão no último ato, houve até uma questão porque eu usei a camisa do PT, por exemplo. Eu estava no ato e acabei usando a camisa e aí houve uma questão até de afastamento de parte do coletivo. Então acho que ainda há uma dificuldade muito grande de dos coletivos compreenderem que a representação

política também é importante, que a gente precisa também ocupar esses espaços. Eu acho que há também essa dificuldade muito grande e quanto mais, se a gente tem essa dificuldade na, na universidade por exemplo, citando esse movimento que teve, a gente tem ainda maior na periferia. Com o Deck, por exemplo, fazer qualquer discussão relacionada à questão político-partidária é um desafio muito grande, que pensa que é uma juventude que não tem esperança no Estado, nada, zero. Então é um desafio muito grande e a (nome), a campanha da (nome) ela conseguiu romper um pouco com isso sabe, olha que bacana uma pessoa como nós pode ser, estar nesse espaço e a gente também constrói os nossos próprios líderes aqui no nosso bairro. Então rompeu um pouco, mas muito pouco.

ENTREVISTADOR: Ainda tem que ter uma certa preocupação então do modo como chegam os símbolos, as camisetas e isso você acha que isso ainda... Tanto nos coletivos quando na periferia, vamos falar assim, na sociedade isso não é tão politizado. Tem que ter esse...

GABRIELA: Sim.

ENTREVISTADOR: Tem que chegar... Entendi.

GABRIELA: É... O antipetismo é algo que parece que é relacionado a um partido, mas esse partido é só um nome e um símbolo maior para a isso. A gente tem um contexto muito aqui em Valadares, mas não, existe uma desconfiança mesmo, nessas representações políticas e aí não é só da esquerda mesmo, eles desconfiam de toda representação política, tudo que envolve partido. Mas como você tem alguns partidos que são mais atuantes nesses espaços, eles acabam não conseguindo dialogar também, por causa dessa antipolítica.

ENTREVISTADOR: Sim, beleza. E aí eu queria agora, se você pudesse, você falar um pouquinho do contexto de criação do Deck, como é que foi, como é que vocês perceberam essa demanda, que ano que foi mais ou menos.

GABRIELA: Então, o Deck na verdade ele chamava “DCM”... “DMC”, do Mergulhão para cá, que era um coletivo de hip-hop que se organizava do lado de lá do mergulhão e fazia umas batalhas e depois esse coletivo amadureceu e tomou ali aquele centro e começou a fazer as batalhas ali. O (nome) ele está mais dentro dessa construção do “Coletivo Deck”, eu cheguei depois, cheguei agora na verdade, é justamente para poder pautar essa questão da mulher no hip-hop, da questão de gênero da questão do machismo enfim, de várias pautas ali. Que é um coletivo que é basicamente de homens que fazem batalhas de, homens negros de periferia, e que as mulheres tinham pouquíssimo espaço e eu fui nessa construção. Então o Deck se organiza deve ter mais de sete ou oito anos que ele se organiza. E ele sobrevive ali no centro, hoje, como um coletivo que está mais... Ele consegue ter uma organização mais, assim, ele já tem um coletivo de comunicação, ele já tem o coletivo do Slam, ele já tem mulheres que... pautas que atravessam. Então ele conseguiu resistir ali enquanto coletivo e continuar fazendo intervenção na rua. Eu venho através do coletivo Quilombo e a Maloka Socialista que se organiza aí junto com o PSOL, a gente traz, o meu papel na verdade veio mais dessa assessoria deles escreverem projetos, deles captarem recurso, deles conseguirem recurso. E aí além da questão de gênero, além de ajudar na organização que é mais de captação de recurso, de autonomia, de fazer lá e colocar, fazer seu portfólio para concorrer edital. O Deck hoje já consegue fazer ações nos bairros, ele já consegue, tem duas ações que é o Varal Solidário e tem a Cinemateca que ele faz nos bairros dos jovens do Deck. Então é um coletivo muito importante que... É como se ele funcionasse como uma família daqueles jovens que estão ali e, literalmente, assim, funciona como uma família. Existe muita “autoviolência” desses jovens, suicídio, enfim. E eles, eles se ajudam e se mantêm ali nessa organização. Então o Deck, eu cheguei depois mesmo dessa construção, que ela é muito antes, pelo DCM. E que hoje ele amplia mais desse contexto só de batalha, para poder levar essa discussão mais da

periferia e de fazer as intervenções nos bairros dos jovens. Fazer lá em cada bairro uma intervenção que com a arte, enfim. E buscar essa autonomia, que o Deck hoje busca essa autonomia através de projetos, de parcerias, enfim.

ENTREVISTADOR: Mas você sabe quem foram tipo os fundadores do Deck aqui?

GABRIELA: Foi o (nomes). Eles ainda... o (nome) ainda está na organização do Deck, mas aí é pai de três filhos, aí o (nome) se organiza mais hoje com o grafite. O (nome) não está mais no movimento do hip-hop, está tocando samba e aí foi que foi trocando, essa galera mais antiga por essa galera jovem. Então uma galera jovem assumiu há uns cinco anos assim e que é o que toca a batalha mesmo de MCs e são a nova geração do hip-hop na cidade, são as bancas que eles chamam.

ENTREVISTADOR: E tem lideranças?

GABRIELA: Tem.

ENTREVISTADOR: Que tem essas pessoas que são mais organizadas?

GABRIELA: Eles têm uma equipe de organização, o líder deles é o (nome). O (nome) é o líder deles. E tem uma equipe de comunicação, e uma galera que cola... E tem os MCs do Deck. Então eles têm um... dentro desses MCs tem a organização, tem a comunicação... Eles já conseguem fazer uma...

ENTREVISTADOR: Bacana, e essa transformação deles de uns cinco anos para cá coincide com essa mudança de... Coincide com a entrada do (nome) ou não?

GABRIELA: Coincide. Porque o (nome) ele é organizado também, ele é organizado. Ele é organizado, é filiado a partido também, é filiado ao PSOL, é da Maloka Socialista e ele já tem uma experiência de organização. Então ele traz essa experiência para dentro do Deck, então coincide sim.

ENTREVISTADOR: Isso foi 2016 por aí?

GABRIELA: Por aí, para cá. Mas eles sempre se organizaram do jeito deles, da forma deles, eles sempre se organizaram, eles mantiveram, por exemplo, frequente a batalha, na quinta e no domingo. Isso durante anos, sem muito pensar como seria isso, sem muito... “ah você leva a caixa, eu levo isso” e aí chegou um dado momento com a chegada do (nome), que eles conseguiram. “Ah a gente tem que lutar para a ter uma caixinha melhor, que lutar para a ter um ponto de tomada”... eles: “ah então não preciso ficar fazendo só com uma caixinha”, com o celular a batalha, eu posso ter um som se eu precisar, eu posso exigir da prefeitura um banheiro químico aqui no dia da batalha, para as meninas”. Eu posso exigir aqui um ponto de energia que eu não tenho, que eles ficam pegando energia do pipoqueiro. Então aí o (nome) traz essa perspectiva, olha a gente pode fazer e pode exigir do poder público, por exemplo, que tenha uma estrutura mínima aqui na praça. Então eu acho que o (nome) traz essa perspectiva para essa galera.

ENTREVISTADOR: Entendi, bacana. Beleza. Então o Quilombo é um coletivo que você tem mais papel de liderança assim como é que é?

GABRIELA: O Quilombo na verdade ele se organiza mais dentro das universidades. Então, ele é um Quilombo que disputa o DCE, é um coletivo que está no movimento estudantil, é o coletivo que ocupou aqui o Arabela... na época das ocupações secundaristas. E junto... E a minha história com o Quilombo hoje é fazer essa conexão com essas ações mais de rua, essas ações de intervenção mais na periferia, as ações do Guerrilha G”, que são ações mais de enfrentamento, mais de puxar atos na rua, de colar lambe, de pichar. Então o Quilombo eu faço mais esse papel lá. Mas lá dentro eles têm a pauta deles, que está bem mais ligada à questão do movimento estudantil. Que aí é o IFMG, o grêmio do “IF” a gente tem representantes, a gente tem representantes do DCE, e aí eu tento fazer essa ponte com os movimentos que são de intervenção de rua, que são fora da universidade.

ENTREVISTADOR: Entendi, mas você estava no contexto de criação do Quilombo ou não?

GABRIELA: O Quilombo ele, aqui em Valadares sim, mas é porque como ele é uma organização nacional... a gente é núcleo do Quilomb”, um coletivo do Quilombo que já tem uma organização.

ENTREVISTADOR: Mas como é que foi esse processo de trazer ele para a cá? Isso que eu queria saber...

GABRIELA: Foi porque a gente tinha corrente, a Esquerda Popular Socialista e a gente tinha que fomentar a juventude, então fomos assim fomentar a organização da juventude. A organização da juventude que não precisa estar filiada, o Quilombo se organiza sem ser filiada. A maioria do Quilombo não é filiada ao PT, porque eles são bem a geração antipetismo. Eles são bem novos, bem jovens e existe realmente um vácuo entre eu, a minha construção pastoral e essa galera que chega agora. É realmente muito diferente a forma como a gente aprendeu a se organizar e como eles trazem, como eles tentam se organizar. Então a gente fala assim “oh a gente está ficando velho, a gente não tem uma juventude organizada na EPS, a nossa pauta sempre esteve aí atravessada pelas políticas de juventude, então a gente precisa é fomentar essa organização”. Então algumas pessoas veio da “JPP” para o Quilombo a gente marcava reuniões na praça, foi pós dois mil e treze, mesmo, a gente... agora tem universidade federal, a gente precisa ocupar esses espaços de alguma forma e o Quilombo surgiu assim dessas pessoas das nossas do convívio ali. Era um jovem que participava do PROJOVEM comigo, era uma jovem que era do Coletivo Encrespa, uma jovem que me conheceu assim, olha tem o Quilombo que organiza assim, vamos... E a gente pode disputar esses espaços e fazer essas construções.

ENTREVISTADOR: Mas o objetivo, porque assim, eu conheço um pouco do Quilombo Nacional. Mas o objetivo em si do Quilombo é disputar espaço dentro do movimento estudantil? De formação de novas lideranças juvenis? Como é que é?

GABRIELA: É disputar espaço dentro do movimento estudantil. É, para mim, é o objetivo principal do Quilombo, porque ele nasce para disputar é o DCE da Bahia. Bem na pauta racial, então o coletivo lá nasce de uma chapa cem por cento preta, para a disputar o DCE e fazer a discussão da questão de raça dentro das universidades.

ENTREVISTADOR: Dentro do movimento, dentro da universidade.

GABRIELA: Então o Quilombo nasce nessa questão da cota racial, disputar o DCE, de ter uma chapa preta e tal. Então o Quilombo tem essa característica também de ser muito preto. Aqui a maioria é do coletivo, ela se vê no Quilombo porque se vê o coletivo muito preto mesmo, que faz esse enfrentamento, mas o objetivo principal do Quilombo, hoje, a meu ver, é disputar o movimento estudantil.

ENTREVISTADOR: Entendi, e hoje em dia quem está na linha de frente? É o (nome) mais quem? Ou ele, não sei se é ele...

GABRIELA: É o (nome), o (nome) é hoje quem está mais na linha de frente é o (nome), aí a gente meu deus do céu, como é que é o nome, o menino do grêmio, no...

ENTREVISTADOR: O...

GABRIELA: O (nome)...

ENTREVISTADOR: Aí o coletivo do secundas, o “Quilombo Secunda”...

GABRIELA: Isso, e a (nomes), aí tem as meninas. Houve, eu acho que houve um desgaste no Quilombo dentro da universidade. Então o Quilombo sai de uma ocupação de uma escola secundarista e assume o DCE da UFJF aqui no campus de Valadares, uma relação que eu realmente não compreendo que é de dependência do DCE de Juiz de Fora, e aí eles se desgastam muito naquele processo das lutas de rua e a gente tem uma quebra. Por exemplo, a

(nome) acho que nem está mais na cidade, e a (nome) vai também pro... O que acontece aqui, eu não sei se você percebe esse movimento, a gente tem lá lideranças que apontam, aí elas começam a assumir um monte de espaço, aí a (nome) começa a ocupar a coordenação da frente, que começa a ocupar a Conferência Popular, que começa a ocupar... E isso faz com que a pessoa fala “gente, que horas que eu vou estudar que horas que eu vou fazer”... E aí eu acho que houve esse desgaste mesmo dessa galera. Porque chegou um dado momento que o Quilombo ocupava todas as os movimentos. Todos os movimentos ao mesmo tempo, e aí veio essa construção da Frente e a luta, e vai a CNB, vai a Conferência e aí tudo e sempre as mesmas pessoas. E aí houve esse desgaste, precisa aquilombar-se de novo, voltar para dentro e fazer de novo esse processo de não se perder, de não assumir tudo que acaba que não tem as pessoas para... Tem, mas as pessoas não estão disponíveis para poder e é muito difícil ficar nessa... Hoje por exemplo, eu estou em quatro frentes... Uma frente e aí tem as ações desses espaços, então eu tenho uma sobrecarga assim de estar... Então se você pegar as últimas manifestações, deixa eu ver... de dois mil e quinze assim para a cá, não há nenhuma que eu não estive na organização. Então isso vai causando uma sobrecarga quando a pessoa não tem uma estrutura mesmo. Aí é mais pessoal, para poder dar conta desses espaços. Então de um tempo para cá, por exemplo, eu quase todos os finais de semana antes da pandemia eu tinha atividade de uma ou outra, instituição. Então isso foi desgastando eu acho um pouco e falta a gente organizar, diversos coletivos e frentes para a gente tentar pelo menos alinhar, essas pautas de alguma forma, para a gente não ficar todo mundo brigando lá no seu espaço, enfim.

ENTREVISTADOR: Entendi, Gabriela, é e qual que é a diferença... Eu percebo que nos coletivos a gente sempre tem uma forma de organização que é um pouco assim, você tem ou coordenadores ou lideranças, ou umas três pessoas, quatro no máximo, que efetivamente se reúnem, projetam ações, planejam. E geralmente uma galera que é, assim, simpatiza com o movimento, mas é sempre no sentido de colar quando tem algum evento. Isso me parece que é algo assim, bastante comum na forma de funcionamento dos coletivos, existe diferença disso, além dessa, se existir, quais as outras diferenças na forma de organizar dos coletivos para as frentes que você organiza, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, não sei se você tá nessa também, mas... Existe, mais ou menos desse jeito que funciona?

GABRIELA: Não, os coletivos eles não tem essa, essa pauta fechada de, por exemplo, os coletivos eles não tem realmente uma pauta de luta, esse ano a gente tem que fazer o Primeiro de Maio, esse ano a gente tem que fazer enfrentamento por “Vacina Já”, a gente tem que... Não, os coletivos eles não tem essa pauta, eles tem uma pauta antirracista e aí às vezes, por exemplo, no caso do Coletivo Encrespa, um mês, determinado mês eles vão ter mais atuação porque aí é o mês para discutir a questão racial e enfim. Mas eles não têm muito isso, eles têm uma pauta muito livre e aí dentro daquilo que eles trabalham, dentro do hip-hop, dentro do... Eles vão alinhar aí em algum momento com a ação da frente, alguma ação da universidade ou com alguma ação. Mas é muito livre, eles não tem essa pauta que os movimentos têm, fechada, de ter que, por exemplo, vamos privatizar os Correios, aí as frentes e sindicatos já chama para a gente fazer luta nessa pauta. Eles não têm isso, eles têm mesmo é dentro da cultura ali, dentro da questão racial, mas principalmente da questão da cultura, eles têm dentro dessas pautas. Eles se organizam, então eles se encontram por causa da arte, eles se veem para a... E ali dentro eles vão discutir a pobreza, a miséria, o extermínio, ali dentro eles vão discutir tudo isso. Mas não há o compromisso de fazer uma luta em relação a isso.

ENTREVISTADOR: Entendi, e ao mesmo tempo você acha que isso interfere com que as frentes tenham sejam mais vistas com desconfiança por parte da população Valadarense ou não? É, tipo, porque talvez elas, até pelo anti-esquerdismo que existe, preconceito que as

pessoas têm com as frentes, é o mesmo em relação aos coletivos? Ou há uma possibilidade de mais gente simpatizar por causa deles não terem isso assim? Esses programas essas...

GABRIELA: Eu acho que as frentes é... como a gente tem sindicatos, aí é “um bando de esquerdistas mesmo, um bando de vagabundo que não quer trabalhar, não é”? Que faz manifestação em um dia de trabalho, todo mundo está trabalhando, enfim. É os coletivos não, eu acho que os coletivos, por exemplo, a gente fez uma ação de colar lambes. Colar lambes na cidade... Que é uma ação que é um pouco afrontosa, que a gente vai colar lambe, pedir autorização para a colar lambe. Então a gente fala, o que você falou em casa que você vai fazer? Não, estou com o coletivo, estou com o coletivo, então é uma forma... “ah eu estava lá com o coletivo Deck fazendo uma batalha, a polícia chegou”... Então é uma forma assim de organização que não sofre esse olhar que é assim, “ah eu estava ocupando um hospital com o movimento, eu estava ocupando a linha do trem com o movimento” entende? Eu acho que os coletivos eles têm menos essa carga nas costas dessas ações que às vezes a sociedade não compreende, às vezes a sociedade acha que mais atrapalha do que ajuda. Essas ações que são mais de enfrentamento, eu acho que a diferença talvez seja essa. O preconceito que os coletivos sofrem eu vejo que é mais por parte do Estado, do Poder Público. Então é a violência policial, é o comerciante que não quer eles ali, fazendo aquela bagunça, que não querem eles no shopping porque eles não consomem, eles não são vistos como pessoas porque não são consumidores, então eu acho que isso eles sofrem muito. Então a própria prefeitura cortou do edital, aí eu acho que aí eles sofrem porque eles não são vistos como importantes para a economia.

ENTREVISTADOR: Sim.

GABRIELA: Acho que às vezes até pelo contrário “né”, eles são vistos como alguém que deve que tirar o turista ali da Feira da Paz porque tem um bando de jovem ali. Então o que eu acho que eles sofrem mais é em relação à sociedade esse tipo de preconceito.

ENTREVISTADOR: Saquei. Gabriela, eu me lembro aqui do contexto de criação das frentes, principalmente dois mil e quinze/dois mil e dezesseis, no âmbito nacional, estava um pouquinho ligado também a um rompimento do governo Dilma com as questões é antineoliberais, vamos dizer assim, para a garantir um pouquinho de governabilidade começou a mudar de rumo nas políticas econômicas e os movimentos reagiram a isso. Principalmente as duas frentes que a gente estava falando aqui. E aí, pensando num contexto municipal, essas questões de governabilidade sempre afetam os políticos, assim, sempre vão fazer parte do cálculo político. E aí, com base nisso, o quê que você acha que houve de aprendizado, se é que houve, em relação a essas questões de, do cálculo, da governamentalidade, diante de tudo que aconteceu tanto no contexto nacional quanto municipal? Porque a (nome) também passou por diversos problemas relacionados a isso, os apoios que ela tinha e de repente o mundo vira contra ela, cai uma tempestade. Mas você acha que isso é algo, discutir dentro do Partido dos Trabalhadores aqui em Governador Valadares? Houve alguma reflexão a esse respeito nos últimos anos?

GABRIELA: Não, na verdade eu acho que o PT, por causa justamente desse contexto municipal, que o contexto nacional ele caiu aqui em nós até de uma forma muito pesada. Então não, o partido não conseguiu fazer essa reflexão, entendeu? Não conseguiu fazer essa reflexão nem estando dentro da frente, ele não conseguiu fazer, eu não digo nem... Ele não conseguiu criar estratégias para lidar com essa realidade, sabe, que nos atingiu aqui em cheio. Eu lembro de uma reunião da frente, uma das primeiras reuniões. A gente estava fazendo “CRB” na época, o Curso da Realidade Brasileira, quando a barragem estourou, naquele momento ali quando as frentes começaram a, final do [inaudível] eles já sabiam que ia

acontecer o golpe, eles tinham uma percepção de que até a legenda do PT poderia ser caçada. E de que precisava criar um partido muito rápido.

ENTREVISTADOR: “Do zero”?

GABRIELA: “Do zero”, e para isso a gente tinha que estar de certa forma mobilizado em frentes e tal para poder a gente não sofrer também esse golpe. É, então as frentes conseguiam enxergar isso, conseguiam ver isso, conseguiram fazer esse movimento, o Partido dos Trabalhadores em Valadares não, ele não consegue fazer essa reflexão, que as frentes viram nacional, só que a gente vivia o local aqui em um contexto muito difícil, que era pós barragem romper, aí após Mar de Lama, que foi uma ação judicial. Então a gente não conseguia é fazer essas reflexões para além da realidade que a gente vivia no momento. E acho que até hoje a gente não consegue fazer. Enquanto Partido dos Trabalhadores, não.

ENTREVISTADOR: E aí eu aproveito para a te perguntar, nesse contexto, quais são as possibilidades que você enxerga de a esquerda é, pode ser o Partido dos Trabalhadores ou pode ser uma outra visão, sei lá, não sei quem você considera de esquerda do município, quais são as possibilidades concretas de recuperar espaço político por parte da esquerda em Governador Valadares? Assim, e aí eu queria que você pudesse falar se você acha que tem chance, qual que é o caminho, o que precisa ser feito e tal, e também se você quisesse isso é fazer nível nacional assim também. Mas mais importante em “Gevê”.

GABRIELA: É em Valadares eu acho que a gente perdeu essa conexão com o povo, por exemplo, os dois últimos candidatos que a gente teve, que foi o (nomes), não teve conexão com o povo, é muito diferente da (nomes), então a gente perdeu a conexão com o povo. Isso é um processo longo e demorado. Por outro lado, aqui, a gente também tem uma característica, que é uma característica nacional também, que a gente não construiu lideranças, nossas lideranças envelheceram. E o que a gente vê aí nas prescritivas é um novo surgindo, um novo candidato do nosso atual prefeito que vai vir com a cara nova de jovem de juventude. Um novo que vai disputar com ele e a gente não tem também essa figura carismática, essa figura jovem. E acho que a gente não terá. Então duas coisas, a gente não tem mais conexão com o povo, com o povo de Valadares e a gente não tem para o povo de Valadares essa figura carismática, que vá fazer essa disputa com esses novos quadros que surgem. Então na minha avaliação, a esquerda vai ter que fazer esse movimento que é o que o MST está fazendo, o MMC está fazendo, que é de ir para a base, dar cesta básica mesmo, dar quentinha e fazer de novo essa conexão. E aí eu acho que, como uma militante de esquerda, que essas lideranças vão surgir dessas lutas. Mas hoje com as lideranças que a gente tem, com o que a gente tem de quadros hoje da política de Valadares, eu não vejo que a gente tem condições de recuperar a governabilidade, apesar da gente já ter aí hoje, por exemplo, o Mar de Lama, todo mundo sentenciado e todo mundo absolvido. E a gente ter projetos, obras e projetos de governo muito bons e a gente não consegue, não tem essa ponte mais com a população de Valadares. Então eu vejo muita dificuldade. A nível nacional, a gente tem o Lula que também é um problema. O Luiz não é um problema de certa forma, porque a gente não tem outra liderança, a gente não tem outra perspectiva de ter outra liderança. A gente tem um partido que não foi construído da noite para dia, então ele não vai conseguir construir outra coisa não sendo que vá substituir o que é o Partido dos Trabalhadores. É, lá eu vejo que, de repente, a gente possa ter uma chance por causa dessa figura carismática, só por isso, porque eu acho que todas as forças vão se juntar, se mover, como se move aqui em Valadares, para a que a gente não volte a ter essa governabilidade. Aqui em Valadares eu só vejo a possibilidade se a esquerda realmente continuar nesse caminho mesmo, é despretensioso mesmo da luta institucional, saber que ela é importante, saber que a gente tem que ter pessoas lá, de certa forma, mas é não é esquecendo

desse contato com o povo, desse contato com a sociedade, que a esquerda aqui em Valadares eu acho que perdeu.

ENTREVISTADOR: Sim. Eu estou terminando, “tá” Gabriela? Daqui a pouquinho a gente acaba. É... eu queria saber é agora num aspecto cultural, assim, você que já passou por diversas fases de Governador Valadares, sempre muito consciente dos processos políticos que estavam acontecendo, pelo que eu estou vendo aqui. Em um aspecto cultural, moral assim, aqui a minha pergunta passada foi no sentido de recuperação de capacidade de ocupar um espaço de poder, mas você enxerga nisso assim, algum avanço nos últimos tempos? Na questão feminista, na questão racial e nesse contexto de retomada aí desse fascismo contemporâneo, assim, dessa reação deles até como movimento organizado mesmo, como que você avalia isso no contexto de “Gevê”? Há motivos de evolução em algum sentido? Há transformações positivas nesse caráter mais cultural da política?

GABRIELA: Não, e eu acho que a própria vitória que a gente teve que é a eleição da (nome), trazendo fortemente essa pauta feminista, ela vai sofrer muito, como ela está sofrendo já nas redes sociais. O ataque é justamente dentro da representação de uma mulher preta, que é falar essa vereadora defende a Marielle, essa vereadora só defende essa pauta que é a Marielle. Então isso não é atoa, se você pegar todos os comentários do *facebook* em relação a (nome) não vai ser sobre o trabalho dela, vai ser sobre isso, a questão da racial, a questão da pauta da mulher, a questão da pauta de orientação sexual. Eu acho que a gente, inclusive, culturalmente, a gente está muito é... Eu não sei nem como dizer, por exemplo, a gente já tinha expressões culturais aqui, diversas, variadas. Aqui era a cidade do *rock and roll* aqui a gente tinha várias ações, tinha o Rock do Leite, Tinha o Rock do Ônibus, tinha o Rock da Nave, tinha vários espaços culturais, tinha o samba, tinha não sei o quê... Hoje a gente é uma cidade que só tem praticamente um estilo musical. Um evento na cidade que é o evento único. Então a gente tem uma resistência com a Virada Cultural, Deck e tal que não consegue fazer mais, que não tem apoio da... Enfim, eu vejo retrocessos, eu não vejo que a gente tem aberto espaço para falar sobre a questão de gênero, para a falar sobre a questão de orientação sexual, de identidades, racial. Muito pelo contrário, teve, uma matéria da filha da (nome), ela ganhou como sendo a arquiteta negra, é uma mulher de Valadares, e os comentários na matéria eram todos no sentido não de reconhecer ela como uma arquiteta, só porque a matéria trazia que ela era uma arquiteta negra. Então Valadares é hostil e está cada vez mais hostil para essas pautas. Então, sim, é sim não. Eu não sei nem se a pergunta é sim ou não, mas eu não vejo ainda uma abertura para a gente uma, como é que é, um motivo para comemorar, nesse sentido de avançar. Inclusive os coletivos feministas, feministas que a gente conseguiu fazer a discussão, eles ainda têm muita dificuldade de fazer discussões quando está atravessando pautas morais, porque o nosso feminismo aqui ele está muito ligado às mulheres do campo, está muito ligado à questão da igreja, questão da religião. Então, enfim, é um processo ainda muito lento. E que eu contava muito mesmo com essa vinda da universidade de ter esses espaços, de ter essa contribuição da academia, até porque o feminismo se difundiu na academia. Então eu achava que a gente teria uma pipocada de coletivos aqui para a discutir pautas, enfim... E não teve, e, assim, eu falo da questão da cultura, eu acho que a gente tinha mais diversidade cultural antes por exemplo da própria universidade chegar aqui.

ENTREVISTADOR: Muito interessante. E agora nesse contexto de pandemia então pior ainda, essas ações ficam mais limitadas, não é? Como é que vocês tem feito no nos que você participa de alguma maneira, como é que vocês estão se planejando nas ações nesse contexto de isolamento? Teve o episódio do (nome) lá, de ser expulso, ser preso, inclusive, na praça.

Como e que vocês estão elaborando estratégias para a continuar algum tipo de atuação nesse contexto?

GABRIELA: A gente saiu do centro, a gente tem feito as batalhas nos bairros. Então são cinco bairros, aí é longe da polícia, lá não vamos incomodar os comerciantes, mas, ainda assim, é a periferia, não estou falando a periferia em um todo, não estou fazendo julgamento moral, mas há uma dificuldade muito grande, todas as ações que a gente fez nas periferias, de usar máscara por exemplo. Eles não se preocupam com esse tipo de cuidado, então por diversas questões que eu observei. Então em ações até de solidariedade, o Varal Cultural, então tudo que a gente fez na periferia só a gente usa máscara, só a gente da organização usa máscara. A galera que cola não usa, porque no dia a dia eles não usam mesmo na comunidade. Então a gente chega lá e não vou impor, eu estou de máscara mas não vou impor a eles uma... a gente tem feito nas periferias, fez o slam *online*, estamos aí de novo com projeto para a fazer o slam *online* e as batalhas *online*. Mas de qualquer forma, tem que ter uma certa organização presencial, estão tentando fazer, mas a galera também não tem acesso. Então para eu fazer *online* eu tenho que levar eles pros lugares que eles tenham acesso à internet. Então estou tentando ver essas parcerias aí com a União Operária, para a gente tentar fazer online de uma forma segura, de uma forma que a gente consiga levar poucas pessoas para esse espaço, tenha álcool em gel, porque no bairro, de fato eles não tem essa, não sei o que aconteceu. Não dá para a avaliar ainda. Mas eu vejo que, assim, vendo as manifestações nacionais em que basicamente foram feitas por pessoas pretas ou por entregadores, é uma galera que já está acostumada, com a sua vida ameaçada, já está na linha de frente para morrer, já está pegando ônibus lotado, então, eles não acham realmente que uma máscara vai salvar eles. Então você chega lá na periferia tem esgoto aberto, tem não sei o que, a pessoa não tem dinheiro. Ela acha mesmo que uma máscara. Então são, mesmo, várias reflexões que a gente vai fazer, mas a gente tem feito aí de forma clandestina nos bairros. A gente não, porque eles mesmos se organizam e fazem, a gente tenta levar um pouco de estrutura, a gente dá a máscara, mas é bem difícil. E *online*, a gente fez algumas coisas *online* também. Só que os meninos, mesmo sem a batalha acontecer eles se encontram na praça. Eles vão sempre estar na praça, eles vão sempre estar nesses lugares porque é um lugar de socialização que eles têm.

ENTREVISTADOR: E vocês têm conseguido avançar no sentido de politização desses jovens dentro do Deck, para que eles reflitam sobre coisas além daquelas, das próprias inquietações da juventude e do caráter do hip-hop e tal? Vocês têm conseguido que eles reflitam sobre outras questões também?

GABRIELA: Demais, muito. Inclusive de posicionamento mesmo, de chegar a época eleitoral várias pessoas procurarem, mas vocês não procuram nunca o Deck e hoje vocês querem oferecer lanche para a poder patrocinar. Eles avançaram, eles já conseguem não fazer batalhas em que eles vão ser homofóbicos, que eles vão ser machistas, eles não diminuem mais as mulheres, eles não... eles já se politizaram nesse sentido e eles fazem já uma leitura muito política da cena cultural de Valadares, do espaço é que eles ocupam hoje, daquela resistência e de como eles se veem como artistas e artistas que não são reconhecidos e que nunca foram na cidade. Então até na própria música deles, que a maioria ali é Mc, a maioria tem música gravada, mudou, então antes eles faziam uma música que é o *trap*, que não tem nenhum problema fazer, que é da putaria, do ter dinheiro. Hoje eles já têm vários que fazem uma música que fala “olha, pesado é eu querer dinheiro, querer isso em um país que nunca vai me dar isso”. Então a cidade que... até essa construção artística deles tem mudado, assim, dessa visão de mundo deles mesmo. Aquele de “quero colar, quero um tênis”... Isso já mudou muito e a gente vê isso e percebe isso muito na própria música deles, nos cliques, é bem legal.

ENTREVISTADOR: Legal demais. Gabriela, a gente está encaminhando para o encerramento, vou só te fazer uma última pergunta que eu faço para todo mundo que eu estou entrevistando. Queria que você falasse um pouquinho assim dos seus planos de vida, profissionais, políticos também, nesse sentido assim, até porque todos vocês de alguma maneira, que eu estou entrevistando, abordaram um pouquinho desse conflito da pessoa se engaja no movimento, mas tem que cuidar da vida, tem que enfim, da profissão, vai ficando mais velho e tal. E aí dentro disso, como que você avalia assim o seu futuro diante desse monte de frentes e coisas que você...

GABRIELA: É, eu negligenciei sim a minha formação por muitos anos, eu formei em Direito, mas foi a faculdade que eu pude fazer, que eu pude pagar, eu sempre quis fazer jornalismo, publicidade e propaganda, que tinha na UNIVALE, mas era muito caro. O que era barato era Direito e Administração, então eu escolhi uma das duas para a não ir para a área da educação, para a não dar aula, para não ser professora. E aí quando eu me formei, eu não me vi naquele espaço, não que eu ache que Direito é para a você ser advogado ou juiz ou sei lá. Eu acho que não me limito a isso, mas eu não me via naquele mundo do Direito que tinha aqui em Valadares, aí eu vi como possibilidade trabalhar com projetos, aí fui trabalhar com projetos e hoje trabalho com projetos, sou analista de projetos. E aí estou me especializando nessa área, comecei uma especialização, mas sim, negligenciei a minha formação, negligenciei boa parte da minha vida profissional me dedicando mesmo a esses espaços de luta e tal. Mas hoje o que eu tenho, eu trabalho com projetos desde juventude que é uma coisa que eu gosto, fiquei três anos sem trabalhar que foi o processo de transição para mim mesma que eu fui estudar, que eu fui ver se eu queria ou não voltar para o Direito, se eu queria fazer outra coisa. E tem o projeto hoje, que eu estou iniciando com a minha família, a minha família é uma família de mulheres que costuram. Então a gente vai iniciar um, a minha mãe tem uma loja, então a gente vai iniciar um projeto de confecção, de mulheres, de fazer uma marca mesmo, criar uma marca de roupas e esse é um projeto que tem começado agora e que também vai transpassar essas pautas da questão de gênero, da questão... as mulheres da minha família são mulheres que até hoje eu tenho primas que estão no trabalho doméstico, como faxineiras. Então várias mulheres passaram por essa fase, então a gente está tentando criar, às vezes a gente pensa tão longe... E às vezes aqui do lado a gente não consegue fazer um projeto para ajudar essas mulheres que estão aqui do lado. Então hoje o meu projeto é esse, tentar fazer com que essas mulheres da minha família que trabalham que vendem a força de trabalho, muito barato, a ter o seu próprio meio de produção assim, que é ter a sua marca. Mas trabalho no terceiro setor com projeto de juventude e comecei a fazer um MBA nessa área que é de gestão de projetos, que é o que eu acho que eu gosto. Mas sim, negligenciei por muitos anos a minha formação e a agora fui criar um... nossa é só, rapidinho...

ENTREVISTADOR: Não, tranquilo.

GABRIELA: *LinkedIn*, esse negócio de *LinkedIn*, falei “gente quê isso”, fui criar esse negócio. Porque antes era o tal do *Lattes*, que foi “meu Deus”... Agora eu vi que tudo é *LinkedIn*, você tem que ter uma rede de contatos ali para você arrumar um emprego na vida. Aí quando a gente vai fazer, de fato eu negligenciei muito a minha formação, que aí eu vou colocar as minhas coisas e as minhas coisas estão sempre ligadas aos movimentos, às formações assim, às palestras, mas sempre a questão que a gente fala dos marcadores, do feminismo, da mulher, do Direito. E aí a gente fala gente eu me afastei tanto da minha formação que eu nem sei voltar, não sei nem como que volta, mas eu acho que é isso, minha vida é de estar nesses projetos, nesses espaços, nem que seja muito técnico assim a formação, eu vou tentar colocar dentro do meu caminho da administração e...

ENTREVISTADOR: E dentro do dos partidos e dos coletivos assim?

GABRIELA: Enfim, é.

ENTREVISTADOR: Mexendo com isso muito tempo...

GABRIELA: Não, os coletivos é o que a gente fala aqui, se a gente não tiver espaço, um espaço onde que a gente abriga esses coletivos, um centro cultural, um lugar... Os coletivos vão passar e vão vir outros e a gente também vai passar, eu acho que a gente falta essa referência para a gente ter de espaço de construção coletiva. A gente não conseguiu fazer isso nem nos nossos governos, de ter esse lugar, ter esse centro de referência, então os coletivos são algo que eu não me vejo daqui certo tempo nos coletivos. Eu me vejo de repente nesse lugar de estar colaborando para a essa autonomia, para que ele tenha a sua autonomia, para que ele se desenvolva, para a que ele tenha a sua própria forma de ganhar sua grana e fazer a galera movimentar. Eu me vejo nesse lugar, em questão da vida política partidária, eu ainda acho importante o Partido dos Trabalhadores em Valadares, ainda acho importante fazer essa disputa partidária porque a gente ainda enfrenta aqui forças muito grandes, mas caminho para ... Eu costumo dizer que o PT é igual à “caverna dos dragões”, toda vez que eu tento sair acontece alguma coisa sabe? “Ah, vou sair”, aí tem Mensalão, “vou sair”, aí a Dilma é golpeada, “vou sair”, e o Lula vai preso, então eu vou ficando, vou ficando. Mas tenho muitas críticas em relação a forma de organizar do PT, não é uma forma que eu vejo que tenha estratégia para a sair do buraco que a gente está e eu fico dando murro em ponta de faca literalmente, mas a EPS, que é a minha corrente, faz uma discussão mais pé no chão e a gente tenta fazer com que o PT tenha essa preocupação, ele discutir estratégias que estejam ligadas, conectadas com o povo. Não aqui nos mandatos, nos gabinetes, mas conectados, o PT que já era, que não existe mais, que tem que sair da cabeça da galera, esse PT ai não dá, a gente tem que voltar e dialogar. Então eu não me vejo no futuro no PT, não me vejo. Mas estou lá ainda.

ENTREVISTADOR: Bacana, vou interromper aqui para te agradecer direito, interromper a gravação.

Entrevista n. 8 (José) - 28/03/2021

Coletivos: Deck GV. Quilombo

ENTREVISTADOR: Beleza, começamos. Bom, José, antes de a gente falar propriamente sobre a sua situação aqui nos movimentos, eu queria que você falasse um pouquinho de você, , se você é de Governador Valadares mesmo, como que você começou se interessar por política, se tem alguém na sua família, foi na escola? Como é que foi?

JOSÉ: Não, beleza. É, quando eu dei início mesmo, assim, a minha avó e meu avô, eles já participavam, a minha avó participa hoje ainda do movimento MST, que é até um movimento de ocupação ali depois de Frei Inocêncio, Jampruca, e sempre foram pessoas, assim, que não estavam ocupando as câmaras, espaços governamentais, espaços que decidem, que fazem leis, enfim, mas eram pessoas que estavam ali na base, e como liderança daquele movimento, daqueles pequenos movimentos. Então, assim, sempre teve esse debate político na minha família, de quem que era mais aconselhável votar, de quem estava dando aquele auxílio para a gente, a gente sempre teve esse conhecimento de qual partido ou qual política que trazia um benefício para a gente, que ajudaria a gente naquele período. Minha família sempre muito pobre, então acho que é por isso que o pessoal ficava ligado nessa questão de buscar mesmo, reivindicar mesmo o que é necessário, o que é direito nosso. Mas, assim, eu comecei mesmo a ter um posicionamento a partir de um programa social que é o PROJOVEM, e que me deu uma base mesmo. A minha chefe, eu chamava ela de chefe, ela ficava assim “ó aqui não tem esse negócio de hierarquia não, aqui é tudo horizontal, cada um tem a sua função aqui para cooperar no serviço mas não tem essa hierarquia” e, assim, no início eu não entendia muito bem qual que era a ideia dela. Hoje em dia eu tento melhor, que foi uma construção bem minuciosa sabe, de vir com calma, de tentar tirar essa ideia de hierarquia, que ela é uma militante que constrói essa ideia e construiu isso no serviço. Então ela que até hoje me deu essa base, essa construção, Murilo.

ENTREVISTADOR: Quem que te deu essa base, que você falou?

JOSÉ: Foi a (nome).

ENTREVISTADOR: A (nome)...

JOSÉ: Isto! E aí tem também a participação do (nome) e da (nome), que hoje é vereadora, que eu até ajudei e ajudo no mandato dela nessa construção do mandato coletivo.

ENTREVISTADOR: Sim.

JOSÉ: E foi...

ENTREVISTADOR: (nome) é o do DCE?

JOSÉ: O diretor do DCE, exatamente. Eles que são a trindade, que me deram essa base, que me deram esse apoio, que sempre me dão esse apoio politicamente, assim, eles que dão essa formação. Sempre deixando claro sobre, assim, “ó José, acho que é interessante você entender esse outro lado”. Eles nunca me cobraram uma posição assim, nunca impuseram alguma coisa. Sempre foi bem aberto, sempre mostrando o outro lado da moeda propriamente dita assim. São pessoas... trazem até hoje a formação e têm muita consideração nesse processo de formação que eu venho fazendo até hoje nos movimentos.

ENTREVISTADOR: Bacana. E que ano que foi esse... o PROJOVEM que você... que você entrou no PROJOVEM? Você lembra?

JOSÉ: Foi em dois mil e dezesseis, foi depois do “TG¹⁵²”. Olha só, foi muito bacana porque quando eu me formei, eu tive que alistar, eu fui recrutado, eu entrei num espaço que era

¹⁵² Tiro de guerra.

totalmente contrário ao que eu venho construindo hoje. E, assim, foi bem bacana, porque o PROJOVEM veio no final do ano, entrei mais ou menos no final do ano e o “TG” foi no início, então, no início, eu vim com as ideias, mantendo os mesmos pensamentos e aí entro no PROJOVEM, e fiquei assim... aquilo foi, assim, um conflito e é uma experiência, assim, que foi muito pertinente, Murilo, que eu acho que é muito válido falar, eu fiquei assim, “meu Deus do céu, agora eu começo”. Quando eu comecei de fato a entender o outro lado e que agregou muito, foi uma entre... que lá no PROJOVEM eu ficava por conta do atendimento dos jovens, e o programa é para pessoas que são, assim, minorias mais marginalizadas, são ex-detentos, mulheres do campo, trans, o público LGBT, enfim. E aí, Murilo, eu ainda enraizado aquela ideia muito machista, hoje eu tento fazer essa construção, mas àquela época não abria a minha mente mesmo. Até que veio uma moça fazer a entrevista, porque ela queria adentrar na escola, fazer a matrícula dela e ela contou a vida dela toda, aí eu fiquei muito emocionado, falei assim: “não, moça, eu vou te arrumar a vaga aqui sim e tal...” e aí eu falei assim “eu preciso do seu RG”, quando ela me deu o RG que ela se apresentava com nome social, acho que era de (nome), se eu não me engano, algum nome assim. E aí quando eu vi na identidade dela estar um outro nome, como registro masculino, enfim, é aí que eu tive o choque de realidade, que eu ficava pensando por que eu me comportava, por que eu ficava propagando uma ideia sem conhecer a fundo, assim, uma outra realidade. Aí isso aí foi um divisor de água mesmo, que trouxe para mim essa ideia de que eu tenho que entender o outro, eu tenho que começar a ver esse outro lado também.

ENTREVISTADOR: Então, em dois mil e dezesseis, mais ou menos?

JOSÉ: Isso!

ENTREVISTADOR: E esse PROJOVEM era um programa do governo? Como é que era?

JOSÉ: Isso, era um programa do governo do PT, do Partido dos Trabalhadores, e eles logo finalizaram assim que mudou, assim que teve o golpe da Dilma. Aí quando teve esse golpe cancelou esse projeto...

ENTREVISTADOR: Então era da prefeitura da (nome) então?

JOSÉ: (nome), exatamente.

ENTREVISTADOR: Entendi. Saquei. E aí lá naquela época, dois mil e dezesseis, isso deve ter sido próximo das ocupações secundaristas também.

JOSÉ: Isso, foi o período que eu participei, foi muito massa, foi na época das PECs. E aí teve uma mobilização aqui em Valadares, eu até participei à frente, assim, junto com o Movimento Quilombo. A gente ocupou a escola Arabela. A primeira discussão nossa era qual escola que seria ocupada, que traria uma visibilidade. Que traz mais visibilidade aqui em Valadares, por ser uma cidade conservadora, é o centro, mas também a gente não queria pegar uma escola central, queria pegar uma escola que estava na periferia e a gente conseguiu juntamente com os alunos de lá, com os secundas de lá, se mobilizar e ocupar a Arabela que fica ali no Vila Mariana, que é próximo ao shopping e a gente usou essa estratégia mesmo para trazer uma visibilidade, mas também de manter nossas bases que são na periferia. E a gente ocupou, teve apoio do MST, com os alimentos, porque, quando a gente chegou lá, por ser secundarista, ninguém tinha um emprego, ninguém tinha uma renda. Então, assim, os movimentos MST, agricultura familiar, eles se dispuseram a participar tanto fazendo a doação de alimentos para que a gente mantivesse ali a ocupação, quanto também com palestra, com formação e outros movimentos também fez essa formação. Além de profissionais, até da UFJF, se eu não me engano, até você esteve lá.

ENTREVISTADOR: Não, eu fui, mas eu não participei propriamente das palestras na ocupação não, mas eu participei mais das passeatas contra a PEC. Eu dei palestra também em outros lugares, mas acho que lá no “aulão” eu não fui não.

JOSÉ: Aí a gente teve bastante apoio dos professores da UFJF, foi muito significante, sabe?

ENTREVISTADOR: Veio pessoas que são, bem... que tem uma autoridade, que tem um renome, assim, na sociedade, ocupando com a gente e dando essa força de, tipo assim, que era necessário a gente recorrer mesmo e fazer essa movimentação. E depois teve outra escola que ocupou... Que foi a UJS, que fez sua ocupação. Até então, na Arabela, que foi no Vila Mariana, foi o Quilombo que fez essa ocupação e no Nelson de Sena foi a UJS que foi outro movimento que fez essa ocupação lá, que também teve um apoio, uma participação nossa, participação minha também naquele momento.

ENTREVISTADOR: Mas você fazia parte da UJS ou não?

JOSÉ: Não, somente do Quilombo. A gente entrou... A UJS ele era um coletivo dos secundas aqui e universidade. Eles tinham mais base assim, mais pessoas filiadas, enfim. É e aí como a gente fez essa mobilização antes, eles queriam, por a gente ser secundas, eles queriam que a gente tentasse fazer essa conversa com os secundaristas do Nelson de Sena e fazer essa mobilização para que ocupasse lá também. Lá mesmo foi muito repercutido, nosso Deus, foi muito barulho mesmo ali.

ENTREVISTADOR: Eu já até conversei com a diretora de lá, com o pessoal dos professores da época também. Mas deixa eu te perguntar um negócio, a UJS ainda existe em “Gevê”? Ainda é ativo ou não?

JOSÉ: Hoje em dia eu não vejo. Depois dessa última mobilização deles no Nelson de Sena eu vi que foi a última mobilização que eles tiveram aqui em Valadares.

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: É um coletivo muito conhecido nacionalmente e tal, mas aqui em Valadares não vejo participantes, assim, atuando.

ENTREVISTADOR: Entendi, beleza. José mas eu estou gostando muito cara, eu preciso só entender um negócio. A gente já foi para a sua atuação no coletivo, só pra gente recuperar então, você comentou que a sua família, os seus avós eram do MST, como é que eles foram pra “Gevê”? Os seus pais moram aqui? Você mora com eles? Eu queria que você contasse, vamos recuperar um pouquinho do passado, depois a gente volta aí de novo.

JOSÉ: Joia. Então, avô e avó parte de mãe, que sempre foram esse lado mais político. Parte de pai nunca foram de mobilizar, sempre foram omissos, bem neutros. Mas eles vieram da Bahia, aí da Bahia eles vieram pra Valadares, fizeram essa ocupação que até hoje ocorre lá depois de Jampruca. E, de Jampruca, que é a ocupação que eles fizeram, assim, por minha vó e meu vô tiveram sete filhos, eles começaram a tentar aqui a vida na cidade. E aí, eles deixaram o movimento, tiveram novas lideranças nesse movimento, eles vieram pra Valadares e fizeram meio que esse intercâmbio, de Valadares e Jampruca, para fazer essa mobilização lá.

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: Aí, hoje, minha vó bastante velhinha, ela só fica lá na roça e às vezes ela vem cá para questão de médico, essas questões de saúde.

ENTREVISTADOR: Aí você mora... Você já nasceu em “Gevê”?

JOSÉ: Nasci em Valadares, sou de Valadares.

ENTREVISTADOR: Entendi. E aí então embora você participe, você comentou que na sua casa então já, pelo menos da parte de mãe, é todo mundo politizado e você já foi gostando... e aí a sua entrada no movimento social foi quando você participou do PROJovem, você estava com dezessete/dezoito anos, por aí?

JOSÉ: Sim. Estava com dezessete. Eu estava com dezesseis anos para dezessete.

ENTREVISTADOR: Beleza. E aí você entrou, primeiro participou do PROJOVEM, aí você entrou no Quilombo? Como é que foi? Qual que foi o primeiro movimento que você procurou?

JOSÉ: Então, quando eu entrei no PROJOVEM, aí a (nome) que era a coordenadora daquele projeto, ela me propôs de participar de uma reunião do Quilombo, que até então o (nome) era a coordenação, assim, estadual e aqui do Quilombo. E aí, posterior a esse projeto que eu consegui, conhecer o movimento, de entender mesmo como que funcionava esse movimento, que era o movimento secundarista. Hoje é um movimento universitário também. Mas foi posterior à entrada no PROJOVEM, que, até então, eu participava bem avulso... Precisava de mobilização? Ia, mas eu não entrava como uma pessoa que estava ali militando mesmo, só era, assim, participante, literalmente participante.

ENTREVISTADOR: Entendi. E o quê que te chamou atenção no Quilombo? Por que você gostou?

JOSÉ: Então, eu acho que por conta do PROJOVEM, por conta de entender o projeto e entender que era muito significativo o projeto de trazer essa educação. E aí também foi logo no período em que o PROJOVEM foi ameaçado a ser extinto, eu vi o Quilombo como uma, uma... assim, eu falei “poxa, existe então uma... um meio de mobilização do povo, um meio efetivo, de pessoas assim, que têm as mesmas propostas, mesmas ideias e aí se a gente se alocar ali, combinar, se articular e fazer chegar na Câmara e na Câmara trazer essa decisão”. Porque, até então, eu não entendia mais ou menos como é que funcionava esse processo de, tipo assim, como é que a gente faz para chegar, para fazer merecer nossos direitos? Para fazer correr atrás desses direitos. Então a gente pode fazer um coletivo, pode fazer essa articulação e conseguir ir atrás. Eu acho que, por ver pessoas que estavam com aquele mesmo fogo de buscar, de tentar construir algo que principalmente para os secundaristas, que também teve aquela ameaça também da escola integral, que foi uma escola bastante significativa, em tempo integral, foi bastante significativa para mim, até o nono ano. Aí eu vi que quando foi ameaçado, a gente ir com os secundaristas a gente poderia ter espaço para falar, tinha lugar de fala e o coletivo ele dava essa oportunidade, dava essa base. Foi por isso que eu acho que, aliás, acho não, foi por isso que eu acredito que eu adentrei mais no movimento. Foi entender que ali eu poderia conseguir um lugar de fala, conseguir articular, não somente com minha família, mas com mais pessoas de outros movimentos.

ENTREVISTADOR: Saquei. Pode falar o que você ia falar.

JOSÉ: É aí eu acho que isso foi bastante pertinente, de entender que é a partir daquele movimento eu conseguiria trazer outras pessoas, que poderia auxiliar nessa luta nossa, foi sempre uma luta geral, nunca foi uma luta individual, uma proposta individual minha. Sempre foi uma conclusão geral daquele coletivo e aí... Conseguir esse apoio foi bastante significativo até mesmo para manter o espaço aí e o coletivo ativo até hoje.

ENTREVISTADOR: E o Quilombo já existia há muito tempo? Ele foi criado mais ou menos nessa época? Como é que foi?

JOSÉ: Então, o Quilombo... A raiz mesmo é lá da Bahia, que é o pessoal daquela universidade, a UFBA. Lá eles montaram esse coletivo, até então era um movimento tipo como o DCE e era uma chapa e eles viram que era bastante... de lá a história, assim, bastante significativa nesse movimento e aí foi disseminando no Brasil. E o (nome), se eu não me engano, o (nome), a (nome) e a (nome) trouxeram a proposta do Quilombo, do Coletivo Quilombo aqui pra Valadares. Que era um coletivo universitário, que o pessoal daUFJF participava muito, tem bastante pessoas que participavam antes. Hoje em dia já foram para outros movimentos. E aí, o secundarista mesmo que entrou assim, a pegada foi logo no meu período, no período de outros companheiros que eu... que seguem nós até hoje. Mas o

secundarista surge na minha época e o universitário já tinha , já existia aqui que foi mais ou menos... acho que foi o (nome) que trouxe em dois mil e nove, dois mil e dez, eu não sei assim a data exata... mas a universitária foi em dois mil e dezesseis , que vem essa ideia. Aliás, dois mil e quinze/dois mil e dezesseis que vem essa... dois mil e dezesseis, mesmo, que ele surge como movimento aqui, mas tinha uma conversa antes de fazer aquela formação que era como Quilombo universitário somente.

ENTREVISTADOR: Sim, e você participa hoje em dia só do Quilombo, ou você faz parte de outros também?

JOSÉ: Então, depois do Quilombo, por entrar também em outros, igual eu falei, por conseguir outros vínculos, com outras pessoas colaborando, eu acabei, assim, me encantando, eu falei assim “vou participar de tudo”. Aí eu participei da Virada Cultural, que era um movimento que acontecia aqui também em Valadares, acabou também logo depois que saiu o governo do PT, que dava um auxílio aqui pra gente. Que é um evento, um movimento, Murilo, que acontece sem fins lucrativos, por exemplo, eu era da produção, ajudava a fazer tudo, mas a gente não recebia nada, a gente ficava até com contas. É um movimento para tentar trazer visibilidade para o pessoal do hip-hop aqui de Valadares, para os cantores de Valadares, de qualquer estilo, desde gospel até um rock. Então assim, sempre focado na galera de Valadares, essa que era a ideia, que a gente traz na Brasil Cultural. Da Virada Cultural eu entrei no Coletivo DECK também, que eu participo até hoje, na parte da comunicação, e do Coletivo Deck a gente também montou o *Slam* do Deck, que é uma vertente do hip hop também. E aí, do *Slam* do Deck, a gente começou a ter como é que é o nome... o Cinemateca, que é uma ferramenta, assim, que hoje a gente avalia que é uma ferramenta muito importante para a gente adentrar na periferia. Como que ela funciona? A gente assim, por meio de um varal solidário, que é de doação de várias pessoas que a gente pega, faz um varal, literalmente, em alguma comunidade, a primeira foi lá no Santos Dumont, que é um lugar conhecido como “favelinha”. E a gente, primeiro, conversa com a comunidade que está ali, pergunta se é possível, se a gente pode estar usando aquele espaço para fazer um varal solidário, para fazer um cine, e a gente faz essa discussão. A gente coloca um varal, faz uma roda de conversa ali com os próprios moradores mesmo e depois coloca um filme para passar, um documentário, e o pessoal tem abraçado muito essa ideia, tem sido uma ferramenta da gente voltar a entrar, nas periferias, de ter a comunidade mesmo do nosso lado. Que é um movimento que eu acho que é bastante pertinente hoje, juntamente com o Deck, que também vem falar com a galera mais marginalizada, enfim.

ENTREVISTADOR: Maneiro, mas você está falando aí, você comentou do Quilombo, do *Slam* do Deck, que veio da Virada Cultural, e do... qual é o outro?

JOSÉ: Vem o Coletivo Deck, *Slam*, a Virada e o Cinemateca.

ENTREVISTADOR: Sim, mas o Cinemateca é um coletivo ou é uma ação dentro desses coletivos que você vai participar?

JOSÉ: O Cinemateca está sendo um pouco confuso, porque olha só, ele surgiu como uma ação do Quilombo mais a Maloka, que é um coletivo de São Paulo, que tem raízes em São Paulo, que até o (apelido), que é o (nome), que traz. Só que ele está começando a ser movimentado pela comunidade. Então a gente espera que seja um coletivo que várias... Os espaços que a gente conseguir ocupar, que, por exemplo, foi a Favelinha, depois vamos tentar fazer lá no Santa Paula, que a própria comunidade, ela acolha esse movimento e esse coletivo. Mas até então é uma ação que a gente trouxe.

ENTREVISTADOR: E qual que é o propósito do Quilombo? Assim, qual o foco dele e o que ele faz hoje em dia?

JOSÉ: Então, atualmente o Quilombo, quando ele surgiu aqui, ele veio com a ideia de trazer a pauta do movimento preto, do movimento LGBT, nas escolas e, principalmente... como a gente foi nas escolas secundaristas. E trazer, de fomentar as palestras e também trazer as ideias da importância do Grêmio Estudantil nas escolas. Aí como... isso é uma ferramenta bastante importante e decisiva na construção mesmo do espaço escolar. Ele veio como secundarista, nesse propósito. Aí hoje, com a ação, com a maioria do Coletivo Quilombo estando na universidade, tem poucas pessoas que estão ocupando o IFMG, são os secundaristas. Mas a maioria está no espaço universitário hoje, nosso quesito, a gente vem pra ocupar os espaços que vai conseguir dialogar com o reitor da faculdade, que é o DCE. Tanto que a mobilização que a gente faz no DCE, a maioria da galera é parte propriamente do Quilombo Universitário. E aí o Quilombo está sendo, assim, uma ferramenta que a gente até também acabou meio que se perdendo, por adentrar em vários espaços, no justificar a presença que é o Quilombo, mas ela estava em como essas ações na periferia. Tanto que, por exemplo, o Cinemateca, ele surge mesmo com o propósito do Quilombo, mas a gente usa a ferramenta, outro coletivo, que é o Deck, ele vem nesse propósito, não sei se deu pra entender.

ENTREVISTADOR: Não, entendi. E o Deck e o *Slam*, o quê que é o objeto deles?

JOSÉ: Eles vêm como uma forma cultural. De chegar, eles não fazem tanto vínculo com a área escolar, assim, naquele espaço, não faz vínculo com a universidade, mas ele tenta trazer, através da cultura, através do *rap*, através da rima, esses debates. A importância do estudo, a importância de ocupar, de buscar os direitos, ele vem com essa proposta através de rimas, trazendo a perspectiva da daquela pessoa, os MCs, eles trazem a perspectiva de vida deles trazendo essa ideia de necessidade de ocupar esses espaços para conseguir esses direitos.

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: De forma cultural, de música, de forma mais teatral.

ENTREVISTADOR: Sim. José, por que você acha... Na verdade, não é por que você acha, mas por que você se interessou por coletivos? Não sei se você também está vinculado ao movimento estudantil tradicional, ou sei lá, associações de bairro, partido... Mas qual que você acha que é o diferencial do coletivo, que te chamou atenção?

JOSÉ: Murilo, sinceramente, é... Porque, assim, o quê que eu vejo desde dois mil e treze, anterior a dois mil e treze, eu... hoje, a minha visão é que os movimentos, os coletivos aliás, os movimentos, eles eram muito vinculados a decisões partidária, e o coletivo, até então o coletivo que a gente trouxe aqui, ele tem um vínculo mais com a esquerda, mais com o PT, com o PSOL, mas ele não assume completamente as propostas dos partidos. A gente segue, eles trazem uma ideia do que a gente espera, do que a gente acredita, mas a gente não segue, assim, a mesma ideia. Tanto que se precisar fazer oposição... eu acho que eu adentrei mais no coletivo por saber, por entender que se a gente puder fazer oposição, a gente conseguiria, mesmo sendo de qualquer...

ENTREVISTADOR: Isso para você é importante? Assim, não estar completamente condicionado a um partido? Para você, como é que você enxerga isso? Para você isso é importante nos coletivos ou não, você acha que essa... sei lá, se ele fosse mais vinculado também não faria diferença? Como é que você enxerga isso?

JOSÉ: Então, eu acho que é necessário a gente entender os partidos que dão esse apoio, que estão sempre na luta com a gente, mas eu acho interessante não manter esse vínculo, assim de fazer as reuniões propriamente nos sindicatos, nesses espaços assim, para não ter uma manipulação, para não ser uma ferramenta de massa de manobra, de massa. Para não ser, por exemplo, um MBL da vida, que eu vejo que deixa muito, assim, se distancia do propósito de movimento, de coletivo, para ir pra uma ideia bem mais partidária, muito mais, assim, a fundo mesmo. Vai perdendo os propósitos, até mesmo de oposição, enfim.

ENTREVISTADOR: Sim, mas eu tenho visto, pelo que você me falou, e algumas movimentações assim, é que parece que algum apoio sempre teve, da estrutura partidária dessas ações...

JOSÉ: Não, sim, sim. Tanto o PSOL quanto o PT vêm sempre dando é... eles, por exemplo, quando a gente fez a ocupação, tanto a questão da renda, quanto a questão estrutural, por exemplo, eles dão o apoio jurídico. Dão apoio, por exemplo, é garante para a gente, essa estrutura mesmo, se a gente quer fazer uma mobilização e precisa de um carro de som, os partidos daqui conseguem fazer essa articulação e conseguir para a gente fazer essa mobilização. Nisso que tem a participação dos partidos nos movimentos.

ENTREVISTADOR: Bacana que você falou isso, porque agora eu poderia te perguntar. E como é que os coletivos organizam as atividades deles mesmo, já que não tem essa estrutura formal, eu imagino, não está registrado, não tem estatuto propriamente..

JOSÉ: “Aham”..

ENTREVISTADOR: Como é que é organizado assim, os papéis de cada um dentro, o que cada um vai fazer dentro do coletivo, sabe? Se tem cargos, se tem presidente, diretor, e como é que faz para se financiar também, geralmente?

JOSÉ: Então, Murilo. A questão de... deixar o financiar porque é uma questão mais complicada. Mas, assim, tem as diretorias, que a gente define a partir de um voto, mas também tem a opção de se candidatar. Tanto que, por exemplo, quando eu entrei no Quilombo, tinha umas diretorias em aberto e a pessoa ela se candidatava, por exemplo, uma pessoa que é um LGBT ele se candidataria, ele se candidataria para estar vinculado às pautas LGBT, por vivenciar, por ter aquele lugar de fala. É, eu por exemplo, eu sempre fiquei mais na diretoria de *rap*, de periferia, por morar no Mãe de Deus, por ser uma periferia, assim, marginalizada, um bairro bem complicado assim. Então eu consigo ter mais uma visão bem, saber o que eu posso estar... conseguindo fazer. Essa questão de financiar, Murilo, é uma questão que a gente traz até hoje e está tentando ver esquemas para a gente conseguir ter recurso, por exemplo, para as camisas, por exemplo, do Quilombo. Fazer ali uma faixa. Que, até então, tem um recurso assim que os vereadores que estão com a gente conseguem dar esse apoio financeiro, mas a gente está tentando hoje, na universidade, a gente está conseguindo fazer mais aliás, a partir da universidade, acho que a gente conseguiu ter mais essa ideia, de conseguir, a partir de projetos, que a gente conseguiu ter ampliar mais o nosso mundo, sabe, de entender que a gente poderia participar de projeto, projetos de pesquisas, pra conseguir esse financiamento e essa formação. Tanto que hoje em dia, por exemplo, o Deck, o *Slam* do Deck, a gente, através de formação que a gente fez, que até mesmo os partidos eles colaboraram outros vereadores, a gente conseguiu escrever propostas e projetos para a gente conseguir editais e conseguir financiamento para, por exemplo, recorrer a um som, a um microfone, hoje em dia a gente. Depois da faculdade que eu percebi que a gente conseguiu ter essa ajuda financeira mesmo, por conta própria, por mobilização e participação nossa mesmo, independente de partido.

ENTREVISTADOR: Sim, José, só retomar um pouquinho aquela questão da autonomia, do sindicato, do partido. Qual que é o sentido dessa preocupação? Por que você acha importante, se é importante para você, ter essa relativa autonomia? Vou fazer uma pergunta melhorando, assim, você acha que é uma questão estratégica para o movimento conseguir mais adesão das pessoas? Ou você acha que é mais uma questão, assim, vamos por outro lado assim, de evitar ser manipulado? Ou as duas coisas? Enfim, ou tem algum outro motivo... I que você acha?

JOSÉ: Então, eu acho que entra nessas duas, principalmente, Murilo, hoje em dia é mais estratégica de não levantar uma bandeira e tentar trazer mais gente e a partir dessa galera

entrando a gente fazer essa formação da necessidade de apoiar um partido, da necessidade de partidos. Isso é, tipo assim, hoje a gente leva bastante estratégia, a gente não levanta uma bandeira como coletivo, a gente levanta bandeiras pessoais, fulano se define como PSOL, o outro se filia ao PT, enfim. Mas como coletivo a gente não levanta explanando para a galera, para a gente tentar fazer essa adesão desses jovens, dessa galera mais jovem para a gente fazer essa formação. Porque, por exemplo, a galera... eles criam bastante estereótipo, teve toda essa desarticulação, esse golpe que aconteceu com o PT, isso acabou manchando o partido e a galera não consegue, quem não está propriamente no movimento, quem é só participante, como eu era antigamente, quando vê esse movimento levantando a ali a bandeira do PSOL, do PT, de qualquer outro partido, eles já logo associam àquele golpe, aquela corrupção ou qualquer devaneio que tenha acontecido. Então hoje a gente tenta trazer como estratégia, até mesmo para a gente também conseguir outros espaços institucionais.

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: Logo que a gente chega, assim, quando é associado ao movimento, assim “ah o movimento é do Bolsonaro, o movimento é do Lula” e tal, o pessoal já não vê com bons olhos. Quando a gente mostra essa independência de, tipo assim, “não, o movimento ele traz essa ideia aqui ó, é uma ideia sempre voltada para esquerda mas não tem tanto esse vínculo assim não”.

ENTREVISTADOR: Entendi. E o quê que você acha da horizontalidade, o que você pensa disso hoje em dia?

JOSÉ: Murilo, olha só, a partir da faculdade é, até então eu acho que assim, eu falo propriamente em questão de articulação mesmo, por participar do movimento à frente, eu acho que é necessário a gente manter essa forma horizontal. Mas também acaba que, eu não sei se é por causa que como a gente está enraizado com a ideia de, tipo assim, “ah tem que ter um líder, tem que ter um mandatário ali, sabe”, de ter uma pessoa que está mandando, de estar cobrando, acho que é mais dessa questão de estar enraizado, que a gente perde muito, sabe? Tanto mesmo na articulação de movimento, falando, assim, na articulação do nosso movimento e até mesmo companheiros e companheiras minhas que deixaram, que saíram propriamente do coletivo Quilombo, do Levante Popular, da UJS, foi justamente sobrecarga. Por ter essa ideia horizontal que a gente prega, que eu acho muito bacana de cada um contribuir da forma que puder, só que aí tem uma sobrecarga em uma pessoa que sempre é vista como liderança. Eu acho que é uma proposta boa, mas é uma proposta que a gente ainda não consegue colocar muito em prática assim, na prática não. Teoria é muito bacana, mas não vem assim...

ENTREVISTADOR: Acaba sobrecarregando algumas pessoas.

JOSÉ: E, trazendo... tanto que tem pessoas que saíram do Coletivo Quilombo, que eram pessoas, assim, bastante referência, que estavam sempre na correria. Só que por ter essa sobrecarga e ver isso, afastaram do movimento, sabe. E por essa ideia de ser horizontal.

ENTREVISTADOR: Saquei. José, bacana. E o quê que você acha da situação política de Valadares e do Brasil hoje em dia?

JOSÉ: Complicadíssima, está bastante ruim, bastante ruim mesmo. Principalmente por não ter participação ativa do povo, de a gente ver que a gente... O governo que está hoje, o pessoal que está ali acima, eles conseguiram uma estratégia, de fato, assim, que a gente não conseguiu entender, a princípio, sabe? E essa estratégia que eles usaram até hoje faz essa manipulação, até mesmo eles vendo, passando aperto, entendendo toda essa dificuldade mas, assim, eu não sei como eles conseguem chegar propriamente em quem tem mais voto, em quem tem mais poder, que a gente que é a periferia, que é a pessoa pobre, eles conseguiram e conseguem ainda fazer essa manipulação. Eu não sei, assim, uma saída do quê que a gente pode estar

fazendo, eu vi assim, por mais simples que seja, Murilo, mas a ação, por exemplo, do Cinemateca, do Varal Solidário, são ações que a gente achou, muito pertinente de chegar, de não levantar uma bandeira, mas de chegar com formação na comunidade sabe, eu acho que a gente tem que tentar ver propostas assim, mas, hoje a visão que tenho do Brasil está muito difícil mesmo, está muito aquém das propostas para o povo. E Valadares está sendo nessa mesma pegada. De ser uma pessoa, daquela pessoa que está acima do próprio povo, isso é muito ruim, muito ruim mesmo.

ENTREVISTADOR: Como é que você acha que Valadares enxerga, assim, a esquerda, de forma geral?

JOSÉ: Murilo, acho que afeta muito a questão nacionalmente, por ter toda aquela mancha que foi feito, todo aquele golpe, todo aquele movimento que foi feito, acima, presidência, isso afetou bastante interior e cidades assim igual Valadares.

ENTREVISTADOR: Na periferia também? Você acha que tem um certo bloqueio da esquerda? Queria saber a sua...

JOSÉ: Eu acho que a gente distanciou bastante, Murilo, da periferia, falando até aqui. Tanto nacionalmente, questão de Brasil, até em questão de Valadares, os movimentos, eu acho que eles... Eu falo, assim, eles, mas me incluindo também, a gente construiu bastante pautas, bastante movimentos centrais no centro, trazendo visibilidade para a galera que mora no centro e a gente deu esse mole de entender que quem geralmente mora no centro não é o pessoal que apoia a gente “né”. E tanto a gente trouxe cultura, trouxe formação, trouxe tudo para a galera central, que é uma galera, assim, que não está... que consegue ter essa formação e informação com mais precisão e facilidade do que na periferia. Então eu acho que a gente não fazer essas mobilizações propriamente em bairros, em comunidades, acabou distanciando muito as pautas, que a gente fala assim “não... poder ao povo, tem é que sempre lembrar da periferia”, mas todas as nossas pautas, todos os nossos movimentos era em...

ENTREVISTADOR: Então isso é uma coisa que você percebeu que mudou na ação de vocês?

JOSÉ: Isso.

ENTREVISTADOR: Nos últimos tempos?

JOSÉ: A gente começou a mudar essa estratégia, o nosso movimento mesmo, que eu participo, a gente começou a mudar essa estratégia a partir da visão da eleição que aconteceu aqui em Valadares, de termos um prefeito, um possível prefeito, um candidato a prefeito, que trouxe o IFMG, que também trouxe uma articulação com a antiga prefeita, a UFJF, que são instituições assim, bastante importantes. Trouxe aqui para Valadares, e não conseguir nem aproveitar um segundo turno, ter uma possibilidade de segundo turno. Então essas informações elas não chegam na periferia. E, partir do momento que agora, depois dessa eleição, que a gente começou a fazer essa mobilização em comunidades, de trazer assim “ó gente, a UFJF ela traz esses propósitos aqui ó, o IFMG ele também traz essas oportunidades e quem é que trouxe essa instituição para cá...”. Está sendo assim, uma construção que daqui quatro anos, que na próxima eleição, vai ter um candidato de esquerda, que vai conseguir tomar ali o rumo para o povo, com essa base nossa, com esse movimento nosso.

ENTREVISTADOR: Entendi. E aproveitando que a gente está falando disso, eu queria também a sua opinião a respeito desses movimentos partidários, no Brasil e em Valadares, eu acho que aí, em Valadares, talvez os partidos que são propriamente de esquerda mesmo, você considera que são quais?

JOSÉ: Então, tem o partido mesmo que eu vejo assim, participando de manifestações com a gente mesmo é o PSOL e PT. Que eu vejo assim, eles estando mesmo e participando.

ENTREVISTADOR: E no nível nacional? Como é que você acha essa movimentação partidária de esquerda, como é que estão as chances da esquerda, quê que você acha nisso?

JOSÉ: É que 2022 está aí... então, Murilo, é uma coisa que eu me questiono até hoje também, que vai entrar nisso aí, como que a gente não consegue conciliar, juntar nossas pautas, de tipo assim, de tentar colocar alguém dos nossos ali na frente e tentar, a partir de colocando alguém dos nossos lá dentro, tentar depois fazer essa articulação. A gente traz essa desarticulação antes do processo eleitoral, traz essas pautas, essas brigas e aí isso prejudica muito. Tanto que, por exemplo, voltando aqui em Valadares, por ter outros movimentos que trazem assim, uma pegada de esquerda e a galera não entender que era necessário a gente tentar unir, unir força, unir a mesma pauta, para depois a gente conversar, a gente perdeu o mandato aqui na Prefeitura de Valadares...

ENTREVISTADOR: Você podia dar um exemplo disso? De quais movimentos que não uniram força e que você acha que faria diferença, por exemplo?

JOSÉ: Então, olha só, essa questão da gente, como é que volta... essa questão, por exemplo, o Coletivo Quilombo não levantar uma pauta de ser assim “é do PT” ou ser do “PSOL”, daquela ideia que eu te falei, cada indivíduo do movimento levanta... então dentro do coletivo, falo do Quilombo, por estar ali presente, tinha gente do PSOL, tinha gente do PT e aí quando a gente é... Não sei se pode falar os candidatos...

ENTREVISTADOR: Pode, qualquer coisa a gente...

JOSÉ: Por exemplo, o (nome) que veio se candidatando, a gente falou assim “gente vamos apoiar, vamos apoiar” tanto que a gente ia fazer uma nota do DCE apoiando, porque era um cara que foi bastante significativo para trazer a UFJF para cá. Só que aí, dentro dos próprios coletivos, do DCE, do movimento DCE e do Quilombo, a gente acabou tendo umas rixas de, por exemplo, “não, vamos por a (nome), porque ela foi oposição”.

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: E aí o pessoal que é já anterior, por exemplo, (nome) e outros nomes assim, que já estão no movimento há bastante tempo e conhecem a pegada dessa galera, eles pegaram. Eles meio que alertaram “gente, a gente não pode sair das nossas bases, a gente tem que pegar quem está sempre com a gente, quem está com a base que sempre está na rua com a gente”, e teve essas rixas a nível aqui municipal. Tretas assim, de gente que está caminhando com a gente, votou nela, fizeram voto nela, em outra candidata e a gente fez voto em outro candidato e aí isso aí a gente viu nas urnas, não foi nem um nem outro.

ENTREVISTADOR: Nem um, nem outro para o segundo turno.

JOSÉ: Exatamente, se a gente tivesse...

ENTREVISTADOR: E se somasse o voto dos dois será que eles iam? Não lembro...

JOSÉ: Murilo, eu acho que a gente conseguiria.

ENTREVISTADOR: Não lembro agora...

JOSÉ: A gente conseguiria o segundo turno.

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: Não falo que a gente sairia ali como candidato, para, de imediato, mas acho que a gente sairia com o segundo turno e com possibilidade assim, de reverter, ganhando mesmo, por ter mais gente mobilizando para a mesma pessoa. Tanto que, por exemplo, aconteceu pior ainda. Quando viu que... que o pessoal viu, que veio por exemplo, nível nacional, quando vê lá, Bolsonaro, e Haddad. Em vez da galera apoiar o Haddad, o PT, por exemplo, o pessoal do PSOL e outros partidos, apoiar o Haddad que vem com uma proposta da mesma ideia e tal... Eles colocam uma neutralidade, se mantém a par. Eu não acho que isso aí vai ser bacana, só que eles criam uma ideia de, tipo assim, eu vou ficar nessa neutralidade e eles não assumem a responsabilidade de ter o governo que é hoje... Que isso é muito pertinente e, não sei como,

mas tem que ser trazido para as pessoas essa responsabilidade, principalmente os movimentos que estão aí e que passam, que traz essa neutralidade e abdica do voto, que poderia trazer uma mudança. Deixando na mão de outro governador.

ENTREVISTADOR: Agora vou te perguntar um negócio, se você não quiser responder, porque envolve essa questão eleitoral aqui, você fica à vontade. Mas, por exemplo, você acha que o pessoal do coletivo, da galera que rompe com o (nome), por exemplo, tem alguma razão de ser, em razão dele já ser um político de muito tempo e, tipo assim, alguma questão crítica ao fato dele ser uma liderança de Valadares, de muito tempo e que talvez necessitaria de outra pessoa? Ou você acha que foi só, por exemplo, pela questão que você falou na sua fala, que é enquanto a (nome) esteve atuando ela foi mais oposição do que outra pessoa? Mas você acha que rola isso também? De uma questão de renovação, ou não passa por isso?

JOSÉ: Murilo, nossa, esse negócio é muito bacana, tanto que, por exemplo, temos críticas demais ao candidato que foi o (nome). Tanto que, por exemplo, a comunicação que ele trouxe para cá, o pessoal mesmo que fazia as artes, que fazia aquele... Que estavam com ele, são pessoas de fora. Então, por exemplo, ele não usava, não usou, não fez essa contratação, não pegou ninguém de movimento, que está aqui fazendo a base, que está aqui fazendo construção aqui. Trouxe gente de fora para fazer essa comunicação aqui e deu no que deu. Tanto que eles não conseguiram ninguém assim, de movimento, do Coletivo Quilombo, Levante, por exemplo, para estar apoiando, para estar ali falando assim “ó gente, a gente está com isso”. Mas questão da sua pergunta aí, eu acho que... Como é que foi a sua pergunta, agora eu esqueci...

ENTREVISTADOR: Não, que eu estou perguntando isso porque uma coisa que eu acho que tinha na...

JOSÉ: Lembrei...

ENTREVISTADOR: Na renovação, de uma certa crítica ao político profissional, entendeu, assim, pelo menos a galera mais jovem, há uns anos, atrás... tinha isso muito em mente assim, sabe...

JOSÉ: Sim, tanto que eu acho que... Murilo, por exemplo, as pessoas que fazem e que fizeram essa construção comigo, lá com meus dezesseis anos, dezessete anos, viram mais posicionamento, por exemplo, do (nome), dessa construção de trazer a “UF”, de trazer o “IF”, que foi bastante significativo naquele momento e eles acompanharam isso, eles acreditam assim, nas propostas dele, do que eu, por exemplo, eu venho do que ele fez. Eu vejo, assim, no relato dele, de projetos, enfim, que ele fez, mas eu não vejo uma atuação de agora. Por exemplo, a candidata (nome), que... Oh a candidata não, a vereadora (nome), eu vejo que ela ganhou justamente por ela ser uma renovação no PT, que se tem uma pessoa que está acompanhando desde a época, por exemplo, quando eu tinha dezesseis anos, até hoje, eu vi é sempre a (nome) em movimento, sempre a (nome) pautando sabe, sempre estando em todos os lugares sabe? Na UFJF, na periferia, na igreja... então eu acho que, por exemplo, daqui um tempo se a (nome) não “manter” essa atuação, outras pessoas que hoje estão adentrando ainda, estão naquela caminhada de construção, não vão ter tanto essa representatividade que eu vejo na (nome) hoje, sabe? Eu acho que é sempre necessário a gente não criar essa sombra de tipo, trazer uma pessoa que já está muito tempo. Igual uma vez eu vi até um professor que comentou, por exemplo, a nível nacional, do Lula, dele ser uma pessoa bastante significativa, mas ele trazer uma sombra para o partido e uma sombra para novas lideranças... De, tipo assim, ele é muito importante, não é, ele é muito justificável mesmo, mas ele criou uma sombra, qualquer coisa que acontece, que ele faz, na época que ele estava na prisão, que

estava preso, era mais importante que um posicionamento do Haddad, que era o candidato a presidente. Então isso é ruim também...

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: E aí, por exemplo, o (nome), ele vem como deputado. Eu, por exemplo, não via ele assim, aqui em Valadares, fazendo. A nível estadual eu via ele, ele fazendo algumas articulações, mas aqui em Valadares eu não via ele trazendo essas propostas, não via ele em manifestações, não via em movimentos, isso aí foi bastante significativo.

ENTREVISTADOR: Sim, só lembrando que ninguém vai ser identificado “tá”, José? Fica tranquilo.

JOSÉ: Mas também, Murilo, até esqueci o que eu ia falar...

ENTREVISTADOR: Você estava falando do (nome) que acha que também está se envolvendo menos com...

JOSÉ: Daqui a pouco eu vou lembrar assim, do nada...

ENTREVISTADOR: Não, beleza, se você lembrar, você me interrompe.

JOSÉ: Mas, assim, lembrei. Mas acompanhando mais com a galera do PT, o (nome) ele também foi uma proposta estratégica, Murilo. Por exemplo, aqui em Valadares o pessoal é muito conservador, muito conservador. Então o (nome) ele veio com uma ideia de, tipo assim, ser aquele cara íntegro, de família, que, que tem todo uma construção de ser deputado, de ser cristão, e Valadares apoiar tudo isso então também foi uma estratégia para tentar trazer de novo o PT como prefeito.

ENTREVISTADOR: Entendi, então a construção dele como um candidato viável passou também, se eu estou entendendo, se eu não tiver você pode me contestar, mas tipo assim, por ele ser um perfil mais tradicional, não ser alguém muito identitário, assim...

JOSÉ: Tanto que, por exemplo, na época foi cogitado a (nome) ser uma representatividade, como uma prefeita, só que aí por acompanhar o governo, do governo atual... De trazer os princípios morais, de trazer esse conservadorismo, o (nome), ele sendo de esquerda e as pautas dele sendo de esquerda, mas ele traz aquela imagem ainda como uma pessoa assim, mais conservadora, como pessoa mais tradicional.

ENTREVISTADOR: Entendi. Saquei. E o que você acha, assim, como é que você acha que... Você tem esperança que dá para transformar a sociedade, mas a esquerda que é a sua orientação política. Você tem esperança que isso é possível? E aí eu queria também te ouvir um pouquinho, qual é o papel que você acha dos movimentos sociais e da luta mais direta e qual que é o papel da política partidária, de governo mesmo nisso assim, quê que você acha mais importante, ou os dois tem a mesma importância nesse processo?

JOSÉ: Sim, Murilo, é esperança a gente sempre tem, e a gente sempre tenta trazer essa esperança para outras pessoas. Às vezes, assim, falar com você abertamente mesmo, sendo bem sincero, dá para desacreditar muito, dá para desacreditar muito, porque você vê pessoas que você apoia também tendo umas outras propostas... Não é se vendendo, mas seguindo alguma linha porque vai ser condicional, vai ser assim, uma estratégia política, uma estratégia que futuramente... mas, sabe, meio que distancia da proposta inicial e dá uma desanimada, mas assim, eu falo isso com você, mas quando eu falo, por exemplo, com os meus primos mais novos eu tento sempre trazer essa esperança, tento trazer assim, uma proposta nova, desse movimento e dos partidos. Mas eu, que estou participando hoje, que eu participo bem próximo, eu não sei porque que acaba distanciando quando a gente consegue um cargo sabe, quando a gente consegue colocar alguém, quando a gente consegue um cargo, não sei porque que dá esse distanciamento. Naquela ideia de, tipo assim, dê o poder para a pessoa que a gente vai saber como vai se comportar, enfim. Eu acho que é mais essa pegada. É, a questão dos movimentos, eu acho eles são a base, Murilo, para a gente fazer essa formação para as

peessoas, de trazer assim, informações mesmo. Informação com o povo, com a base mesmo, eu acho que anteriormente as pessoas dos partidos eles batiam em casa, fazia aquele contato com o povo, hoje em dia eu vejo mais os movimentos que fazem essa construção de base. Acho muito fundamental que através da participação deles, que eles conseguem também ter mais entrada aí nas comunidades, em periferias, nesses outros espaços.

ENTREVISTADOR: Entendi.

JOSÉ: O partido eu vejo ele como fundamental para garantir o básico da nossa vida assim, que é, por exemplo, universidades. Mas eu vejo o partido como uma ferramenta mais... eu vejo os movimentos, os coletivos, como os que trazem as propostas e o partido como uma ferramenta de construir essa ideia sabe, de conseguir financiamento, de literalmente construir mesmo de tudo que a gente propõe, de que a gente tenta construir tanto nas comunidades ou universidade ou nas escolas.

ENTREVISTADOR: “Massa”. Cara, é a última pergunta então... Você comentou comigo que você estava “trampando” essa semana, você estava trabalhando, aí, atualmente, hoje em dia você trabalha e estuda?

JOSÉ: Isso, estou na UFJF, aí, assim, Murilo... a UFJF traz bolsa, assim, traz o “PNAES”, que é quinhentos reais, traz também um auxílio-alimentação ou de transporte e aí é muito bom, muito bom mesmo. Mas, por exemplo, ainda não atende a minha realidade, tanto que, por exemplo, acho que é válido até falar, antes de entrar na faculdade eu tive que sentar com o meu pai e falar assim; “pai, vou sair do meu serviço, que eu passei na faculdade e eu vou precisar de um apoio do senhor”, e antes de eu entrar na faculdade, Murilo, eu já estava pesquisando, já estava conversando com outros universitários como que eles conseguiam renda lá. Então, tipo, a minha preocupação de entrar na universidade não era tipo o quê que eu vou estudar não, era primeiro eu tenho que conseguir uma renda, para eu poder entrar na faculdade, porque é uma coisa que até aconteceu foi, tipo assim, quando eu cheguei na minha mãe e falei “mãe passei na federal”, minha mãe falou assim “massa” e aí quando eu cheguei e falei assim “mãe eu consegui é, eu não falei projeto para ela, eu falei emprego, dentro da faculdade”, que é o projeto de Libras, de interpretar, enfim, nas palestras que eram presenciais. Eu consegui um emprego dentro da faculdade, minha mãe se alegrou bem mais do que eu falar que eu consegui a faculdade. Mas eu entendo “super” ela. Porque você chega na periferia é mais válido você ter carteira assinada do que ter um estudo. É o que te dá pão. Mas assim, aí hoje eu estou trabalhando para complementar, a UFJF ela traz bastante benefício, querendo ou não, que é dar essa bolsa e dar também, quando era presencial, dar computador, ter uma biblioteca, enfim, tem monitoria. Dá esse amparo, mas assim, eu tenho que trabalhar, fazer uns “tramos” extras para poder não deixar a peteca cair, tipo, conseguir estudar, mas também tem essa parte aqui, eu não sou uma pessoa com a renda “ah pai toma aqui o dinheiro para ajudar em alguma coisa”, não, eu sou uma renda que é necessária para manter a casa, entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi. E diante disso, quais são os seus projetos de futuro? Assim, tanto político, você se imagina participando de movimento por muito tempo? E qual que é o seu projeto de futuro também depois que você sair da faculdade? É, quê que você pensa em fazer, você pensa em trabalhar em que? Você pensa em mudar de profissão?

JOSÉ: Murilo, hoje por estar, assim eu estudo Ciências Contábeis, mas eu também estou estudando Libras, e eu estou começando. Começando não, eu já estou fazendo bastante movimentação nessa categoria, principalmente para os surdos. E é muito mais triste, por exemplo, quando a gente vê uma mulher preta de periferia, é uma realidade muito difícil, só que aí também tem uma mulher preta, de periferia e surda, e hoje em dia a Libras, por

exemplo, ela não é reconhecida, ela é, aliás, ela é reconhecida, mas ela não é colocada como usual. Não é colocada a língua em prática. Então é um movimento que eu estou tentando trazer aqui, a gente está até tentando construir uma associação aqui de intérprete, para dar esse amparo para os surdos, e aí eu acho que é uma área que eu estou começando a adentrar e é um movimento que eu estou começando a comprar. Tipo, meio que eu estou, por exemplo, hoje em dia eu estou participando do Quilombo, participo do Quilombo, mas eu estou fazendo uma formação de passar o conhecimento assim, “ó quê que é necessário vocês entenderem”, para os secundas, para eles conseguirem assumir essa posição de liderança, para eu migrar para outro movimento, que agora é o Movimento Surdo, que é um movimento de língua minoritária, enfim, estou tentando trazer isso. E a contabilidade que é o que eu estudo, quando eu entrei mesmo na contabilidade eu pensei mesmo numa proposta de tentar arrumar meios de empreendedorismo para esses movimentos sociais, de dar esse amparo, de criar associação, de ajudar em edital, eu vi que a contabilidade pode fornecer essas ideias, essa formação.

ENTREVISTADOR: E você tem vontade de trabalhar na área como contador?

JOSÉ: A Contabilidade eu vejo como uma ferramenta que... eu queria mesmo fazer Letras/Libras. Só que é em Juiz de Fora que tem, e assim, não tem como eu ir para Juiz de Fora, porque é muito caro o custo de vida lá. É até válido falar, por exemplo, a minha prima passou em Maceió, em Medicina, a família toda se juntou para mandar um dinheiro para ela nesse processo todo, para ela estudar até hoje. Então, tipo, já é difícil a gente conseguir manter, mandar um dinheiro para a minha prima que passou lá e que é um curso mais considerado, bem mais visto assim, que é a Medicina. Então eu pensei assim, se eu for para Juiz de Fora e pedir ajuda eu vou ter esse apoio? Não, eu contador... Então não é muito bem visto em um grau de Medicina, não é? Mas é uma área, Murilo, que hoje eu estou ajudando assim, um pessoal que é artesão, umas meninas aí que estão tentando construir um negócio para elas e eu estou, por estar fazendo custos, eu estou conseguindo dar essa visão por conta da Contabilidade, por causa dessa formação que eu estou tendo na UFJF. E a Libras eu vejo também como uma ferramenta de luta, sabe? De trazer essa informação e essa formação para pessoas surdas, para construir lideranças surdas também e principalmente, trazer essa formação, essa informação. Quando tiver movimentos de esquerdas aqui ou quando tiver movimentos culturais, de estar, ali, interpretando e trazendo essa informação pra esse, para essa minoria aí.

ENTREVISTADOR: Maneiro. Olha, posso te fazer mais uma pergunta só?

JOSÉ: Murilo, estou por conta, pode fazer, estou por conta...

ENTREVISTADOR: Cara, uma coisa que eu estava pensando aqui enquanto você estava falando, você acha que é possível a gente se tornar, não capitalista, ou pelo menos não neoliberal, assim, você acha possível reverter esse processo?

JOSÉ: Murilo, eu entrei nessa discussão quando eu fiz o meu primeiro período, que eu estudei Teoria Geral da Administração, que, na UFJF é muito, tipo assim, porque eu sempre via essa... Sobre como é o sistema capitalista, mas eu não sabia como é que surgiu e como é de fato acontece, e é muito bem estruturado, é muito bem estruturado, essa ideia de tipo de ter, de construir status enfim... eu acho muito difícil a gente conseguir trazer um outro regime, uma outra forma de sistema, a não ser esse capitalista. Mas eu acho que é necessário, por acreditar que é um meio que está matando muita gente, deixando muita gente assim aquém, muita gente desamparado nesse sistema. Acho que esse sistema deixa muito isso. Mas é um sistema que tanto teve essa estrutura... essa construção, a gente tem que tentar estudar isso também, entender como que eles fizeram, para a gente tentar construir um outro sistema, tanto que, por exemplo, um dia meu primo falou para mim assim que “beleza, vamos sair do sistema capitalista, vamos fazer o socialismo, como é que começa José?”, e tipo assim, eu

fiquei, realmente, eu fiquei pensando como que começa, por não ter essa formação naquele momento, de saber qual que vai ser o primeiro passo, e esses caras que vieram com a ideia de capitalismo, essa ideia, eles estruturaram tudo, tem tudo estruturado, então eu acho que a gente precisa ter. E a universidade eu vi que é uma ferramenta bastante importante nisso para, por exemplo, hoje em dia eu entendo melhor por causa dela, que a gente tem que ter um projeto mesmo, criar um projeto para trazer essa ideia de como é que eu vou explicar isso para a minha mãe? Como é que eu vou explicar isso para o meu pai, para a minha vó, que fazem parte desse regime desse sistema capitalista que é hoje.

ENTREVISTADOR: Massa, era isso mesmo. José, eu vou interromper a gravação aqui e aí a gente conversa mais um pouquinho só para...

ENTREVISTA n. 9 (Lucas) – 30/03/2021

Coletivos: DECK GV, NUDIS, Quilombo

ENTREVISTADOR: Bom, Lucas, a gente pode começar. Eu queria que você contasse um pouquinho sobre você, sobre a sua vida, de onde você é, onde você nasceu, se você é de Valadares mesmo, quê que você faz hoje em dia. Eu te conheço da universidade, do movimento estudantil, mas eu queria saber o que mais você faz além de ser estudante, de participar dos movimentos, você pode me contar o que você achar relevante.

LUCAS: É... não vai ficar muita coisa... Eu sou daqui de Valadares mesmo, tenho 37 anos, então, assim, para dizer um pouquinho da minha atuação, eu tenho que falar um pouco da infância. Eu morei... eu acho que você já ouviu falar ou eu devo ter falado em algum espaço que eu fui interno do orfanato, Cidade dos Meninos, por vários anos, por causa dessa experiência, eu entrei no espaço da educação, assim, no debate da criança e do adolescente, espaço de discussão de criança, adolescente e juventude. Então, logo que eu saí da Cidade dos Meninos, em 97, um ano depois eu entrei, eu fui convidado a participar da Pastoral da Criança, até porque a minha família já era atendida pela Pastoral da Criança, e aí eu fui convidado a fazer parte, porque mesmo lá no orfanato a gente tinha uma formação muito ligada à Teologia da Libertação. As irmãs eram, as freiras, até hoje, eu ainda tenho ligações com elas. E aí essa formação meio que me direcionou um pouco para essa atuação comunitária. Foi na comunidade do Bairro São Paulo e aí foi uma bola de neve, vamos dizer assim. Pastoral da Criança, aí depois eu estava no grupo de jovens da comunidade, que é muito ligado às Teologias da Libertação. Pastoral da Juventude, e aí eu fui ressignificando a minha infância e eu fui entrando na área da educação, por causa também da Pastoral da Juventude eu fui discutindo também sobre educação, sobre políticas públicas, sobre juventude, sobre sociedade, sobre dimensões da vida social, a relação da Igreja com as questões políticas e aí eu fui inserindo depois tardiamente, depois em partido político por causa desse processo iniciado na Pastoral da Juventude. Na infância, também, mesmo não tendo consciência crítica, a gente tinha uma relação bem forte com o MST e isso me trouxe um pouco de base para buscar essa atuação mais próxima de compromisso na juventude é, e também porque existe um ramo das PJ's, a PJR – Pastoral da Juventude Rural, que tem uma ligação com os movimentos do campo. Então a gente sempre fazia essa relação mais próxima da atividade, então eu comecei com quinze anos na PJ, na Pastoral da Criança, na Sociedade São Vicente de Paulo e aí eu fui entrando na estrutura de representação desses movimentos, coordenação local, diocesana, regional, nacional, enfim. Eu entrei no convento depois, mas continuei dentro mesmo, atuando nessas esferas, eu fui educador em algumas favelas, estando no convento eu atuei no Carapina, no Morro do Querosene, em Santa Helena, naquela região ali depois do Mergulhão. E, por causa da PJ, eu também conheci a cidade e a região que eu ia dar formação, reuniões, enfim. Eu saí do convento e voltei para minha atuação de assessoria na Pastoral da Juventude, depois meio me aprofundi na minha profissionalização enquanto educador. Então, eu atuei naquele antigo projeto Agente Jovem, um movimento social... eu nem me lembro, faz um tempo que terminou, mas atuei naquela época, depois entrei, depois disso eu...

ENTREVISTADOR: Esse era um projeto da prefeitura no governo da (nome), esse Agente Jovem?

LUCAS: Não, o Agente Jovem nasceu na época do Fernando Henrique Cardoso.

ENTREVISTADOR: Eu estou confundindo então com o PROJOVEM.

LUCAS: PROJOVEM, ele só juntou esses programas que estavam dispersos no Governo Federal e formou o PROJOVEM Adolescente. Depois, eu participei desse projeto de reformulação. Mas aí eu atuava lá no Bairro Planalto, no Agente Jovem e depois virou PROJOVEM Adolescente e foi para o... não, mentira, estava no Altinópolis e depois fui para o Planalto. E aí naquele processo também de 2006/2007 eu me filiei ao P” e aí eu não queria, eu entendi, enquanto PJ, eu fazia a ressalva de mais autonomia enquanto movimento social, eu não queria naquele momento. Eu tinha naquele momento, eu tinha esse entendimento, não sei, não me lembro porque eu baseava nisso, mas eu queria me desvincular do partido, eu gostava, eu tinha amizade, a gente construiu muita coisa junto, até porque MST, muita gente da PJ, das CEBS tinham ligação, eram filiadas, mas eu tinha mais era uma paixão pela PJ do que realmente querer entrar em partido, eu acho que era mais isso. Mas aí eu entrei, foi até a (nome) que me convidou, na época, foi bem na época que a (nome) lançou a candidatura dela e nós organizamos pela base de apoio... pela base de articulação que nós tínhamos de desenvolvimento de juventude na cidade, um grupo grande para aprovar uma proposta de plano de governo de juventude para (nome). Nós fizemos isso em 2008, no mesmo ano eu entrei como educador no processo seletivo e ainda era o governo Aécio ou Anastasia, eu não lembro, acho que era Aécio... No Poupança Jovem eu entrei como educador. Eu saí do PROJOVEM Adolescente e entrei no Poupança Jovem como educador, eu atuava no Bairro Santa Teresinha com as escolas do Darci Ribeiro, com os alunos, e aí eu fiquei pouco tempo e fiz... e aí nessa trajetória de articulação da base de apoio da (nome), majoritariamente com os movimentos de dentro da cidade, tanto os partidários ou não, a gente acabou sendo chamado para compor o governo em 2009. Só que aí não era institucionalizado, era uma coordenação especial, mas ela não tinha lei própria, aí a gente conseguiu construir o espaço da cidadania, que era um pouco da nossa relação com todos os movimentos, não só de juventude, mas que seria um espaço de atuação dos movimentos sociais. Que era atrás do fórum, é atrás ainda,. Aí lá tinha os programas de juventude, de movimento negro, de mulheres, programas, Poupança, PROJOVEM pros adolescentes, Proteja... foram programas que a gente foi conseguindo arregimentar durante o governo, durante os oito do governo, oito anos do governo (nome). Nesse momento eu era coordenador especial de juventude, 2009 a 2012, esse movimento que a gente articulava de movimentos de juventude, 2008, de antes, anterior a 2008, que eu tinha de referência da PJ. Até 2012, várias referências desses movimentos me lançaram como candidato a vereador.

ENTREVISTADOR: Isso foi em que ano, mais ou menos?

LUCAS: 2012.

ENTREVISTADOR: 2012.

LUCAS: E além das bases de apoio dos programas, tinham os coletivos também que eu tinha apoio, do coletivo e da juventude da cidade. Alguns ainda existem, outros meio que fundiram com um ou outro e nasceram outros. Os coletivos eles nasceram nessa época de 2010, a gente teve uma certa participação deles. Enfim, a gente usava mais o espaço institucional para fazer articulação política, porque não adiantava fazer um debate tão novo de juventude sem uma organização forte, que demandasse essas questões de juventude. Ficava disperso, a gente precisa institucionalizar, além do mais, criar o conselho, fazer conferência, então a gente precisava fazer uma articulação política forte, então assim, a nossa atuação não era muito burocrática, não tinha esse caráter vertical, muito institucional, legalista, a gente usava mesmo para poder fazer articulação para juventude e tentar estruturas de apoio dentro do governo, para fazer evento, para fazer atividade mais de debate ou conseguir tipo, pessoal do *break* precisava de um espaço como aquele hall da Câmara. E precisava da luz, então a gente ia usar

o nosso departamento para falar “olha, coloca luz lá para eles...”, e assim que eles ficaram, acho que até hoje eles têm acesso. Então a gente usava mesmo para poder fazer essa articulação com os movimentos de juventude, fizemos um seminário Redes de Juventude, durou mais ou menos um dia inteiro ou uns dias, eu não lembro, e tinham estudantes da UFJF que estavam chegando aqui naquele momento, tinha uma relação muito grande com o... com os cursos, porque não existia ainda os DA’s e CA’s articulados, relação com professores... Eu ainda era mais militante do que realmente coordenador ou diretor de juventude, que depois em 2013, depois das eleições, por causa da campanha, esse grupo grande, ganhou movimentação tão grande que no final de 2012, a gente conseguiu, na reformulação...na reforma administrativa da prefeitura, inserir a criação do departamento de juventude na Secretaria de Cultura. E depois, em 2013, a gente vai e começa a atuar e já cai naquelas Jornadas de Junho.

ENTREVISTADOR: Sim, interessante você falar isso e, por exemplo, você foi falando aqui que a atuação sua e de outras pessoas durante esse período aí, tanto da década de 90, quanto do início dos anos 2000... é uma atuação que era muito dentro dos programas governamentais, aproveitando essa estrutura que existia dos programas de município, de juventude e tudo mais. Ao mesmo tempo, na sua fala, você comentou que você tinha uma certa preocupação com a autonomia na época, assim, mesmo estando dentro dessa estrutura e tal. E aí a gente tem 2013 é, que tem uma certa...

LUCAS: O barulho, está fazendo um barulhão aqui...

ENTREVISTADOR: Não, mas está tranquilo... vou esperar.

LUCAS: Rapidinho que já vai... Ela só está batendo...

ENTREVISTADOR: Tranquilo.

LUCAS: Pronto.

ENTREVISTADOR: Beleza. E aí o que você acha que essas Jornadas de Junho então causaram de diferença nessa atuação, em termos... tanto dentro desses programas, e aí se for possível você falar se eles se mantêm, se eles diminuíram, se essa estrutura, de alguma maneira, foi modificada de lá para cá, e também o que que você percebe que modificou até em relação à própria preocupação dos movimentos sociais com essa questão da autonomia, se Junho remexeu nesse potinho aí...

LUCAS: São duas perguntas que a gente debateu muito dentro da... Eu lembro que naquele movimento... eu acho que foi anterior, foi anterior ao...não me lembro bem, o GV tem Voz... Que foi anterior ao GV tem voz, era um movimento de dentro da UFJF, acho que foi anterior ao junho. Mas depois disso eu estava muito indo com a galera, principalmente com quem eu acompanhei o início das articulações das Jornadas de Junho, a gente estava nas praças. Vou continuar falando, se você não entender, aí você... que senão o barulho vai atrapalhar bem...

ENTREVISTADOR: Tranquilo...

LUCAS: E aí eu tinha uma preocupação muito grande enquanto militante de esquerda, porque apesar de ter aquela preocupação de autonomia, eu me entendia de esquerda. Tinha um debate na PJ que era da institucionalização da militância, não no sentido, assim, quando eu falo da autonomia, não é que eu não ache interessante a estrutura partidária. Mas eu acho que a dinâmica e a pedagogia do movimento popular, ele dá mais respeito aos processos do que uma dinâmica partidária, então assim, porque a gente tem que sempre correr atrás de tempo que não são próprios do movimento social. É claro que tem diferenças e os dois são importantes, mas eu acho que o que me assustou na época foi que faltava estratégia para aquele movimento de Junho, faltava estratégia no sentido que tinha estratégia real, mas não tinha consciência plena de quais estratégias estavam sendo jogadas ali. E aí eu entrava nesse processo porque eu achava que o movimento tinha que ser disputado, porque eu via a associação comercial, CDL, um monte de empresas dando suporte e ganhando os meninos,

não sabendo que muitas pautas deles eles eram contrários. E aí tinha a juventude Turma do Chapéu, que era juventude do PSDB, que fazia uma entrada que... foi naquele momento que eu via que a direita “empresariada” estava entrando no movimento social para poder, de alguma forma, dar um rumo... e aí eu entrei no processo, mesmo sendo diretor de juventude naquela época eu não era diretamente questionado porque eu estava junto à galera, porque eles questionavam a prefeita, o secretário e estava lá e não era questionado, e aí eu entrava, debatia, batia boca etc... Mas eu via essas articulações fora, eu conhecia algumas figuras da elite de Valadares que estavam nas reuniões e tentavam dar rumo e conseguiram, na verdade. Conseguiram porque aí demonizou a participação partidária, demonizou o governo e aí eles entravam, não sabendo que muitas dessas pessoas faziam parte de outros mandatos, deputados, governos do estado naquela época, enfim. É e aí eu não vejo que eles tinham autonomia sabe. Porque eles, como eles não tinham essa maldade do jogo político, da estratégia, do porquê que eles estão ali, o que que eles estão trazendo, porquê que eles oferecem ou propõem algum tipo de ação e aí eu falava, eu que chamava num canto e falava que era, e aí eu falava assim “gente, tomem como referência Porto Alegre, Belo Horizonte na UFMG, São Paulo, acho que eu falei até da UFRJ. O pessoal fazia pequenos grupos de trabalho para poder conseguir afunilar as demandas e conseguir trazer o movimento mais para periferia, porque esse era a parte do grupo que estava na Praça dos Pioneiros. Só que aí não, eles não conseguiam fazer isso, eles acabaram... como o pessoal estava muito em cima deles, o pessoal da Turma do Chapéu, CDL... Então eles acabavam fazendo as atividades só no centro e acabavam sendo... naquele dia 26 de junho, 26 de junho foi aquela grande passeata que teve muita gente... e aí tinha quem acabou no final, nos palanques... tinha um carro na frente e outro no meio, quem acabou foi o pessoal da direita, são todos. A turma da direita com a Turma do Chapéu, o CDL e a Associação Comercial de Valadares com microfone, aí ficou na frente da prefeitura, um grupo foi para BR(116), para Ponte São Raimundo e outro ficou disperso, então assim, não teve ganho político. Não teve ganho político..

ENTREVISTADOR: Mas aqui, eu vou aproveitar esse gancho, mas se a gente tiver que voltar na outra questão das transformações, da questão institucional, depois a gente aborda de novo. Mas, aproveitando seu gancho, além dessa questão da falta de *expertise*, de maldade política dos jovens envolvidos ali, que permitiu uma certa captura e tal, quais outros defeitos estratégicos, se é que existem, dessa atuação de 2013, você enxerga tanto aqui no contexto local, quanto nacional, assim, além dessa falta de maturidade... ou há outras deficiências das escolhas do ativismo da época?

LUCAS: Nossa, é bem complexa essa pergunta, eu vou trazer algumas que a gente já falou. E a gente pode refletir. No caso de Valadares, as pessoas que estavam organizando o ato no centro da cidade, ou que se encontravam ali na Praça dos Pioneiros, teve uma vez que foi também, se eu não me engano, na Câmara, no Horto também e eu acho que teve alguma outra rua. Não sei se foi na Serra Lima ou na Praça da “Mulher da Boca Aberta”. Eram jovens da periferia, majoritariamente, diferente de outros lugares como Belo Horizonte, das capitais, eram jovens de classe média baixa para cima. No caso especificamente de Valadares, a maioria era de jovens dos coletivos mas, não eram os dirigentes dos coletivos, eram pessoas que faziam parte dos coletivos, que não tinham essa maturidade política de militância mas estavam ali, mas eram de periferia. Quem conseguiu desvirtuar o processo foram os jovens de classe média. É, então além do erro...

ENTREVISTADOR: Por que, Lucas, você acha que eles desvirtuaram? Em que sentido? Em um sentido estético, em um sentido de pauta?

LUCAS: Na estratégia da organização, de que não sei se afunilar é a palavra certa, mas de elaborar o discurso para saber realmente quais eram os problemas. Os problemas reais, no sentido daqueles que nos afetavam diretamente e quais interesses estavam em jogo, porque isso estava sendo debatido e estava tendo aquele turbilhão de narrativas da mídia. Enfim, eu acho que nem é... eu não posso dizer que é erro, porque senão eu vou culpabilizá-los.

ENTREVISTADOR: Sim, entendi.

LUCAS: Mas eu acho que muita coisa contribuiu para desarticulá-lo, entendeu? Eu acho que é essa ingenuidade, a compra desse narrativa de fora.

ENTREVISTADOR: Que tinha a ver com a questão de anticorrupção, demonização do Estado, por aí?

LUCAS: Exato, uma negação da política, negação da participação partidária, negação do posicionamento ideológico, eu falava assim “gente vocês me...” eu falava aos gritos... “Vocês sabem que sou de esquerda, que eu sou marxista!” Eu gritava. “Vocês não só me conhecem, mas conhecem várias outras pessoas, qual que é o erro de me posicionar? Qual que é?” Eu gritava... eu bravo, só que aí eu acho que estava no calo, a gente ficava muito angustiada com várias munições que caíam sabe? Pessoal se reunia a noite, eu via que o pessoal procurava eles de madrugada, então assim, a gente ficava desesperado. Fora que era cansativo, porque a gente também era bombardeado por setores da esquerda. Porque a gente via as contradições do movimento, mas eles entendiam que a gente estava... o grupo, pelo menos o público ali, a gente tinha que continuar o processo de disputa, mas também disputar a narrativa.

ENTREVISTADOR: E o que que você acha que levou essa galera, sobretudo a galera mais de periferia, de classe baixa, a despertar um processo de indignação nesse contexto da época? Porque a gente estava vivendo um governo Dilma, no plano nacional, e aqui já era a (nome)?

LUCAS: Já. No segundo ano.

ENTREVISTADOR: O que pode ter despertado um desconforto nas classes mais populares, nas classes mais pobres, a ponto dela sentir uma necessidade de ir para praças e tal? Assim, antes da captura, sabe, mas de despertar essa mobilização, você já pensou e discutiu sobre isso?

LUCAS: Já. A má oferta do serviço público, não é? Essa era a primeira.

ENTREVISTADOR: Aqui também você acha que tinha isso?

LUCAS: Tinha muito, eram falas bem dispersas, assim: “Não tem médico suficiente” ou “não tem enfermeiro suficiente”, “não tem remédio no posto de saúde...”. Tem a questão do ônibus que ganhou, da passagem de ônibus que ganhou o Brasil inteiro, não é? Que ganhou... que eles fizeram, pessoal fez várias paradas de ônibus e tal, mas era tudo, tipo, enfim, tinha um atendimento ao cidadão que não era bem feito, era escola que não funcionava, então tudo, eu acho que isso juntou tudo, essa insatisfação do funcionamento do serviço público e que trouxe... por que quem é que usa o serviço público? São trabalhadores, a periferia, lá no posto de saúde, na escola. É a relação com a polícia, aquela época que também muito forte de relação contra a polícia. Era a primeira que ia lá fazer o embate com os manifestantes, aqui não teve tanto. Mas a gente tinha policiais sem a farda que acompanhavam. A gente sabia que tinha os “p2”¹⁵³... É, mas era central a insatisfação assim, fora, acho que tinha a questão da negação da política, mas isso estava muito margeado, muito escondido atrás da atuação dessa direita. Mas a principal ferramenta que foi usada foi a insatisfação com o serviço público, com o Estado.

ENTREVISTADOR: Você que estava aqui na época, você lembra se tinha uma moçada assim, de uma inspiração assumidamente anarquista?

LUCAS: Tinha.

¹⁵³ P2 era o termo utilizado para designar policial infiltrado, nas manifestações.

ENTREVISTADOR: Tinha?

LUCAS: Foram os que ocuparam a Câmara.

ENTREVISTADOR: E onde que está essa galera hoje em dia?

LUCAS: Como antes, porque eles são dispersos. Não tem uma organização... não posso falar assim “ah aquele ali é o movimento anarquista”, são pessoas que têm uma, sei lá, uma...

ENTREVISTADOR: Mas eles continuam, ainda, nos coletivos que existem?

LUCAS: Nunca estão, eles são tipo, quando tem eventos eles estão presentes.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUCAS: Eles não têm esse compromisso com a organização dos coletivos, eles estão presentes, eles iam muito na Virada Cultural, nos *rocks* que a gente organizava na praça, nos *raps* lá na praça do shopping, aquela praça lá que a gente faz o *rap*, no skate que tivemos na praça do da Ilha, ali. Eles sempre estavam... o único momento que eu via que eles tiveram uma intervenção maior foi a ocupação da Câmara, nenhum outro coletivo ocupou, só eles. Eles dormiram lá e tudo.

ENTREVISTADOR: Entendi. Mas então eles ficaram dispersos, de certa forma eles não continuaram nos outros movimentos e nas outras ações que vieram, por exemplo, dos “secundas” ali em 2015, já não era eles mais não? Assim, não tinha uma interferência direta deles?

LUCAS: Eles não participaram em movimento nenhum.

ENTREVISTADOR: Entendi. Legal. Não sabia dessa parte não, você é a primeira pessoa que eu estou conversando que tem uma memória clara desses eventos.

LUCAS: Tenho.

ENTREVISTADOR: Desses eventos todos. E produz um sentido também muito claro sobre eles sabe?

LUCAS: Foram os momentos mais angustiantes da minha vida.

ENTREVISTADOR: Lucas, então vamos recuperar aquela outra pergunta que eu te fiz e aí depois a gente avança um pouquinho mais, se você puder. É, e essa questão dessas ações que eram feitas dentro de uma institucionalidade, como que elas estão no município de 2013 para cá?

LUCAS: Daqui?

ENTREVISTADOR: É.

LUCAS: Então, nós fizemos, assim, muita coisa. A gente fez evento em toda... Nas atividades identitárias, a gente fez vários eventos. Tem a Semana da Diversidade, com o Festival da Diversidade, nós tínhamos algumas atividades dispersas na área da cultura, de produção cultural, não diretamente, ou muito indiretamente a gente dava estrutura e articulação, que era vereador cultural, tinha o dia do rock, o rock na praça que era do coletivo Pedra Negra, que a gente fez junto. É, atividade de fotografia, então a gente teve várias atividades, com esses coletivos urbanos que dependiam dessa articulação da rede de coletivos que a gente organizou. O Departamento de Juventude, hoje, ele foi modificado pelo governador para uma nova gerência, mas, na verdade, desde 2016, ele não organiza nada. Ela foi e virou realmente um cabide de emprego, de troca de valores. O PDT pegou uma época, depois o PSDB queria mas não ficou, enfim, não sei como é que.. Mas, depois, acho que nenhum deles era um jovem, só eu que acho que eu fui o primeiro Diretor de Juventude jovem que... Depois os outros os outros dois... fui eu que criei a lei, eu estava com, com 28... 27 anos e claro, 2013... foi 2013? Depois no segundo mandato eu já era, eu já saí da parte de juventude, mas a gente fez uma articulação muito grande para que depois eu pudesse passar a etapa para outras pessoas e aí tivesse pessoas para que pudessem ocupar essa parte referente. Mas, de hoje, não

existe nada assim, de nada. Não tem PROJOVEM Adolescente, não tem Poupança Jovem, Poupança Jovem era do Governo do estado. O PROJOVEM Urbano, o Temer acabou, o PROJOVEM, programa nacional, acabou. O próprio Temer já tinha finalizado ele. O Proteja também finalizou naquela época, a ideia de criar uma gerência de igualdade racial e de diversidade também morreu, porque a gente estava fazendo o processo na Câmara, nós criamos o Plano Decenal de Juventude que foi para Câmara e não continuou no governo seguinte do (nome), eles não continuaram. A Semana da Diversidade acho que foi feita mais uma edição no primeiro ano, acho que no governo do (nome) e morreu também. Os coletivos não encontraram assim, um ou outro encontrou, como o pessoal do Skate, mas outros não encontraram apoio estrutural e de debate, e de articulação do governo. Assim, dispersaram e houve somente um no ano passado, assim, campeonato de skate.. Mas os outros não tiveram mais. Existe o Coletivo do Deck que é uma ramificação do coletivo BMC, que era da nossa época, que depois desarticulou e voltou como ali como Coletivo Deck. Aí, nessa época, nós éramos do Coletivo Pedra Negra, que depois virou o Coletivo da Virada Cultural. Que também não conseguiu o apoio do governo municipal para poder fazer virada, teve que fazer com as próprias pernas. O coletivo Encrespa só teve atividade no nosso governo, depois não conseguiu apoio. Conferência de Juventude também não teve, nem municipal nem regional, no governo (nome), tanto de mulheres... não, acho que de mulheres teve, que ela dependia da assistência social, mas assim, igualdade racial, de diversidade sexual da população LGBT e de Juventude não teve, não teve mais. .

ENTREVISTADOR: Saquei, você que é muito ativo, tanto na criação desse aí que você tem falado “né”, assim, tanto dos que existiam, das transformações...Hoje, você poderia... os que você lembra, assim, quais são os coletivos que você considera de esquerda, que são ativos no município, que ainda produzem algum tipo de ação?

LUCAS: O Encrespa, o Coletivo Quilombo, o Coletivo Deck.

ENTREVISTADOR: O Maloka Socialista é uma ramificação do Deck, como é que é?

LUCAS: Não, o Deck ele tem dois coletivos juntos, articulando. Ele é um coletivo próprio mas que tem uma atuação de dois, que é o Maloka e o Quilombo.Tem também...

ENTREVISTADOR: Tinha um que chamava “Quizomba”...

LUCAS: A “Quizomba” ela não tem organicidade aqui na cidade, ela só tem referência. Ela tem alguma referência, não é mais.

ENTREVISTADOR: Entendi. Então não tem muito... Hoje em dia não tem muito funcionamento, nada disso não?

LUCAS: Não, não, não... Não tem organicidade, não são orgânicos.

ENTREVISTADOR: Entendi. Esses você acha que são mais ativos, você consegue lembrar de mais algum?

LUCAS: Tem o...

ENTREVISTADOR: Que, assim, você falou da questão de ser orgânico, mas, enfim, o que você quer dizer com orgânico nesse sentido?

LUCAS: Que tem uma base de pessoa. uma base de pessoas que tem vida, tipo, pode se reunir de quinze em quinze dias, uma semana, um mês.

ENTREVISTADOR: Sim, entendi.

LUCAS: Que tem uma vida, que são orgânicos, que tem uma base para ir... Entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi. Tem um também que eu já ouvi, já vi aí nas redes sociais...

LUCAS: Tem o do MST.

ENTREVISTADOR: MST. Tem, tem um LGBT do Sind-UTE, se eu não me engano, você conhece?

LUCAS: É, mas não. A gente chamou eles para fazer parte do Coletivo, da rede de coletivos, mas eles entendiam que eles eram um núcleo do sindicato.

ENTREVISTADOR: Sim.

LUCAS: Entendeu? Comissão de Gênero e Raça do Sind-UTE. Que eles não se viam como coletivo.

ENTREVISTADOR: Entendi. E tem um também que chama “Abayômi”...

LUCAS: Abayomi.

ENTREVISTADOR: Abayomi, isso.

LUCAS: É, eles são coletivo.

ENTREVISTADOR: Eles são?

LUCAS: São, não pode esquecer dele também.

ENTREVISTADOR: Saquei, e o que você acha do Coletivo LGBT da UFJF? Você também frequenta?

LUCAS: Sim.

ENTREVISTADOR: E da Atlética também, que eles são uma coisa meio juntas...

LUCAS: É uma coisa híbrida, assim, aí dá até cócegas... Então...

ENTREVISTADOR: Por isso que é bom, você...

LUCAS: Então, eu tive que mediar atenção, porque no Grito dos Excluídos, 2019, acho que 2019 ou 2018, não lembro bem... Eles, Atlética, ajudaram em um cordão, junto com os seguranças da prefeitura, para não deixar outros... o Grito dos Excluídos passar.

ENTREVISTADOR: Eu fiquei sabendo disso.=

LUCAS: Então, assim, isso gerou uma tensão muito grande que ainda perdura. E aí quem é da Atlética, encabeça também o coletivo. E são pessoas... Fora uma ou duas referências, que (nomes), que são pessoas que têm uma... eles não são orgânicos de movimento popular. Mas eles têm uma proximidade de compreensão, de posicionamento. Fora esses, os outros são mais ativistas, que eu vejo como ativismo só. Ativismo institucionalizado, que é o da Atlética, que eles não são movimento popular, eu não vejo que assim, eles tem uma movimentação muito distante, sabe? De Valadares, com as outras... não tem uma relação popular de engajamento com as outras pautas, de envolvimento com as outras... de envolvimento com os outros debates, tem uma relação pessoal, individual, a gente vê que eles têm uma leitura assim, muito distante da nossa, ou dos outros meninos. É, uma fala foi do tipo... fala não, posicionamento. A Atlética colocou a saída deles do lado oposto da saída do Grito, e aí o próprio Grito falou assim “não gente, vem para cá, vocês também somos nós...” e eles não aceitaram, aí rolou a briga, no 15M (15 de maio) também, ele que... apesar de que na assembleia, na primeira assembleia que não foi feita junto com professores... na primeira ou na segunda, foi falado assim “olha, surgiu um debate de não levantar bandeira...” aí o pessoal “não uai, aqui é um espaço plural, quem quiser...” eu mesmo peguei a fala: “não se alguém da, do Vem para Rua” – que ainda existia naquela época – o pessoal do... eu esqueci o nome meu deus... do “Kataguirria” lá, como que é o nome?

ENTREVISTADOR: Do MBL.

LUCAS: Do MBL... se eles vierem lá com a bandeira, deixa... Mas se tiver a defesa contra os cortes orçamentários, vem juntos e tal... Eles não iam, porque não querem estar nesse espaço, não é? Quem constrói é a juventude do PT, do PCDoB, são os coletivos, pessoal de esquerda, anarquistas, enfim... E aí no dia, acho que foi no “30M” eu estava com bandeira de diversos partidos e aí pessoas da Atlética abandonaram a organização porque acharam aquilo desrespeitoso, então, assim...

ENTREVISTADOR: Eu estava na manifestação, não vi isso, não vi esse processo acontecendo...

LUCAS: A (nome).

ENTREVISTADOR: Mas agora...

LUCAS: Não sei se você lembra dela, ela foi vestida de (inaudível) com a camisa do PT e tinha gente com a bandeira do PT. Eu via isso, eu estava lá.

ENTREVISTADOR: Eu vi, na época eu vi e ainda falei assim... refletindo sobre algumas coisas de 2013 para cá, eu pensei “oh o negócio está acontecendo de uma maneira... sem choque agora, sem esse choque de sem partido, não sei o que...”. A minha interpretação foi essa, mas o choque houve, então?

LUCAS: Houve. Um deles estava no DCE e se retirou do DCE por causa disso.

ENTREVISTADOR: Entendi. Lucas, mas interessante essa questão agora, me ocorreu... eu estou pensando uma outra coisa, fazendo um paralelo com 2013. Essa busca assim, por uma crítica aos partidos, uma crítica aos movimentos populares tradicionais, como MST, sindicatos, que estava muito presente, eu me lembro quando eu participei em 2013, e muito presente nas manifestações e eu confesso, inclusive, que eu, à época, pensava que isso era importante, inclusive era um “q” de estratégia política. Era uma imaturidade minha porque eu pensava, em certo sentido, que isso poderia facilitar uma adesão de pessoas, de mais pessoas, por exemplo, quando você oculta determinados símbolos permitindo com que mais pessoas, que seriam reativas àquele símbolo, se unam e promovam algum tipo de diálogo ali e tal... E eu penso, agora, hoje em dia.. queria que você falasse um pouquinho disso. Você acha que esse tipo de estratégia se passou por parte desses membros do Coletivo LGBT, se eles pensavam nisso em termos estratégicos, falar assim: “oh eu vou evitar me misturar com certos símbolos de esquerda para conseguir um avanço maior, propriamente nessa pauta que eu estou tendo aqui”. Que, no caso deles, no Grito dos Excluídos, era uma, uma visibilidade LGBT, imagino eu, a partir da estética que eles propuseram e no caso do “15 M”, de forçar na questão estudantil como se não fosse uma pauta do PT, do MST e tal. Aí eu quero saber se você acha que esses jovens têm também um lado de divisão de estratégia política, ou se eles mesmos tem uma reação à esquerda, enfim, não sei... E eu queria que você pensasse sobre isso e também que você me falasse um pouquinho se você acha essa estratégia válida ou não. Se você acha que isso mais ajuda do que atrapalha ou mais atrapalha do que ajuda.

LUCAS: Eu acho que é muito cedo ainda para poder fazer uma leitura assim do que é real mesmo, sabe? Eu trago as minhas, como diz é, as minhas “fritações” dessa época, porque essa, esse desvencilhamento ou demonização dos partidos, eles vieram meio que escondidos em um debate sobre horizontalidade. E aí isso muito, a pessoa “ah a gente precisa dar voz a outras pessoas, a organizar atividades nos, nas praças...” eu achei positiva essa questão de encontrar na praça, porque a gente já vinha fazendo há alguns anos, reunir na praça, de não ter alguém que manda, de não ter um coordenador... apesar de que nós tínhamos, cada coletivo tem seu coordenador, suas referências de coordenadores. Mas eu acho que é interessante, só que, por trás dessa proposta de horizontalidade dos movimentos, vinha a negação da política e isso foi realmente danoso. Para mim danoso até hoje. E que deu suporte, inclusive, eu não sei se a gente reproduziu ou se a gente deu força para isso. A gente, que eu falo, assim, eu não fiz isso, mas o movimento fez. Jornadas até 2015, eu acho, assim, questão da horizontalidade de não ter envolvimento com o movimento tradicional, movimento tradicional qual? Não pode com o MST, não pode tal... Mas pode com outro. Aí não pode com esse, não pode ter referência com... Aí veio depois 2015 com a...acho que 2016 pior, com a demonização do vermelho. Então acho que teve esse ponto positivo que era de ocupar as cidades, de ocupar as vias pública, sabe? De trazer pessoas, elas têm o direito de não

associação. Não precisa, só que a organização do movimento popular ela é bem direta, ela é bem escrita, ela é bem, quem quiser fazer parte, existem... não digo diretrizes, mas existem rumos, elaborações, não é? Base dialética, divisão da sociedade, enfim... Eu acho que isso foi... a esquerda não conseguiu disputar isso para se explicar bem e aí ganhou espaço esses movimentos horizontais e depois muitos morreram. Não tiveram uma relação profunda com a cidade, não tiveram... tiveram um relação provisória. Não sei se eu consegui...

ENTREVISTADOR: Está perfeito. E, na sua fala aqui, você estava comentando também que depois de 2013, os coletivos passaram por transformações. No sentido de assumirem um caráter mais identitário, pelo que eu entendi. E assim foram surgindo propriamente ações voltadas para o movimento negro, voltado para o caráter feminista e você que isso é reflexo dessas coisas, tanto da horizontalidade quanto da negação da política, mas assim, essa transformação talvez seja uma tentativa de, pelo menos não parecer que é, vinculado a certos partidos, ou não? Essa questão da identidade tem a ver com outros processos que a cidade estava vivendo?

LUCAS: Então, já vi outros processos assim, juventude é uma relação de décadas... De... com relação ao movimento negro, também tem uma relação com a Pastoral Afro-brasileira, e aí tinha outros movimentos dentro do próprio sindicato, dentro da igreja mesmo, em alguns partidos já tinha algum debate sobre a questão racial, de combate racismo... de feminismo também tinha uma, mesmo dentro do espaço da cidadania, você tinha o debate de mulheres, principalmente vinculado à questão da violência doméstica, então assim... tinha uma certa, mesmo que fosse mais tímido, mas tinha um debate identitário. A questão da diversidade, a população LGBT aqui já antes de 2010, já tinha... já tinha atividade de “Drag”, campeonato, festivais... A primeira parada foi em 2010, mas já tinha uma certa movimentação, assim. Eu acho que depois o pessoal meio que se apropriou, entendeu? Essa questão identitária, e se apropriaram eu falo do...

ENTREVISTADOR: Outras classes, outras ideologias também quiseram defender isso, pessoas...

LUCAS: Também, pelo histórico a gente vê que esses movimentos nasceram da periferia, não é uma simples defesa, eles nasceram dos movimentos que eram mais... eu acho que esse também aí é como se eles tivessem fazendo defesa, não é... eu não vejo por aí, eu não...

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUCAS: Eles não fazem defesa, eles fazem somente um roubo do debate para poder se inserir de alguma forma.

ENTREVISTADOR: Saquei. É, Lucas, a gente está falando aqui de horizontalidade, autonomia, eu já entendi um pouco da sua visão sobre o assunto e aí eu queria que você falasse um pouquinho da sua visão sobre a atuação partidária. Você enxerga assim, enfim não precisa falar propriamente do partido que você é filiado e tal, mas, assim, de forma geral, dentro da estrutura partidária, você tem alguma crítica, voltada para esse lado da horizontalidade, você vê algum problema nisso?

LUCAS: Eu acho que, com todas as contradições da nossa relação de... como que fala gente... de acordo entre partidos e essa questão toda da nossa cultura política brasileira, eu acho que tem que fazer defesa de organização partidária ainda hoje. Eu acho que a crise um pouco que nós temos hoje é a negação disso. Eu acho que a gente poderia ir por um outro ideal de participação política, com um debate muito maior. Mas o que nós conseguimos conquistar, pelo menos quando eu estava na minha infância e adolescência, que eu falo dos anos 90, é o direito de participar desses espaços e se posicionar de alguma forma. E hoje você tem medo, as pessoas têm medo de participar, então, assim, eu acho que a crítica que eu faço é mais

vinculado com a relação econômica da sociedade do que estritamente dos partidos, assim, eu acho que os partidos, ainda, pelo menos hoje, de esquerda, precisam se reposicionar, no sentido da sua organização, até para poder garantir a sua aproximação com as camadas mais populares. Porque os partidos pararam aquela estrutura dos anos 80 e 90 que não está muito próximo do povo.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUCAS: E aí ficam ainda naquelas disputas focadas somente no parlamento assim, eu não vejo, de fato, principalmente os partidos de esquerda, disputando os trabalhadores, sabe? Eu acho que, ainda... eles foram institucionalizados politicamente, eles estão disputando somente o espaço eleitoral, eleições etc. Apesar de que eu acho que os partidos fazem isso, mas não a organização partidária, mas os mandatos dos partidos fazem isso, entendeu? Então, assim, os mandatos de todos os partidos mandam nos partidos, não há uma... os partidos não elaboram politicamente, não tem essa discussão política de projeto de país. São grupos políticos dentro dos partidos que são vinculados aos mandatos, então isso é uma das críticas que eu faço. Não há a discussão de projeto de país que a esquerda fazia antes, ela meio que se igualou aos partidos de direita, porque os partidos de direita, eles fazem isso. Pequenos grupos da elite que definem os projetos de economia de, enfim, qualquer âmbito das políticas, mas aí a esquerda, ou a centro-esquerda, como o PT, quando ocupou esses espaços institucionais acabou pegando esses vícios, então, hoje, é importante a existência dos partidos, demarcar o espaço político, mas eu faço a crítica aqui na vida cotidiana dos partidos, eles ainda estão nessa relação de coalizão ou disputa meramente eleitoral.

ENTREVISTADOR: Bacana essa ideia, essa questão da falta de projeto e tal, não tinha passado aqui ainda não, nas entrevistas. E outra questão dentro do partido também que eu gostaria que você falasse, se você souber é...

LUCAS: Se importa se eu fumar?

ENTREVISTADOR: Não, tem importância nenhuma não... fica à vontade. Você está falando de disputar trabalhador, é disputar num sentido dele propriamente compreender o mundo a partir de uma visão de esquerda, que você fala? Ou disputar no sentido dele realmente se filiar, dele participar ativamente das questões partidárias?

LUCAS: Os dois.

ENTREVISTADOR: Os dois.

LUCAS: Mas eu acho, assim, eu lembro de uma fala do Dom Pedro Casaldáliga, que ele falava assim “a política é tudo, mas o político não é todo”, existe política de uns e política dos outros, é basicamente isso a disputa. Porque o que está sempre em jogo na disputa política são os interesses e quando eu falo de trabalhadores, eu falo de um grupo que tem interesses e que acabam na história sendo subjugados. Estão, assim, sendo atropelados, “tratorados”, de alguma forma, e muitos acabam comparando um discurso de um outro grupo que tem interesse, mas que muitas vezes se esconde para falar que não tem interesse, para falar que não tem posicionamento político, que não é nem de esquerda, nem de direita. Então essa disputa é real, para falar... eu venho da Pastoral da Juventude, a gente não fala lá, explicitamente nem indiretamente, que a pessoa precisa ser de esquerda assim, o processo de dimensão na formação na fé já nos leva a ter uma leitura de mundo que nos força a nos posicionar, força no sentido de processo mesmo, a gente tem várias dimensões de formação na PJ, muitos inclusive vão... eu conheço vários que foram também para partido de direita, que tem uma noção de justiça social muito forte assim, que ainda ficam naquela de ter medo de ser de esquerda, mas tem outros que vão, claro, muitos para partido de esquerda, mas eu acho que tem que fazer essa disputa mesmo de interesse. Qual projeto de mundo, de sociedade que

eu estou construindo? O que eu estou fazendo parte com consciência? É esse tipo de disputa que eu acho que tem que procurar.

ENTREVISTADOR: Saquei... E para você o quê que é ser de esquerda?

LUCAS: Nossa é muita coisa, muito subjetivo. Tem uma questão objetiva mas... ser de esquerda eu acho que é ver que as pessoas são pessoas, assim. Não são produtos, não são objetos para venda, eu acho que questões como felicidade ou como é... o direito ao afeto, eu falo assim até por ser LGBT, pelo afeto, por moradia, por ter alimentação, ou por ter um trabalho digno, ou por ter suporte, eu acho que a esquerda, ela faz essa defesa assim, ampla, com debate, espaço para se posicionar ou espaço para me associar e a uma visão de mundo que eu possa ser eu, ou eu possa estar num lugar onde eu possa discordar ou não. É, a direita ela unifica todo mundo, é como se ninguém tivesse rosto. Eu me vi gente quando eu estava em 92, acho que eu estava com 8 anos quando, no orfanato, o MST, olha eu ficando até emocionado... quando o MST levou a gente para BR para colocar fogo nos pneus, com as irmãs, por causa, foi antes daquele processo do assentamento, da reforma agrária, lá no Oziel. Eu me vi gente ali, sabe? Foi um momento, assim, foi na época que eu descobri meu nome, inclusive, que antes eu era só chamado pelo meu apelido. Então, assim, aquilo foi para mim assim... é claro que tem toda a questão da carga da carência, da orfandade e tudo, mas isso até na própria esquerda eu fui podendo me ver e me relacionar com a minha história a partir dessas experiências, eu me deparei com crianças ou adolescentes ou jovens que são de classe média, que são ricos que são um “CTRL+C, CTRL+V” na vida. Ou reproduzem ou estão num luxo, em um gozo no seu status quo que eu não vejo assim, uma mudança de postura muito fácil. Se elas não veem a realidade como ela é dada, então é um pouco disso, eu não tenho uma resposta assim...

ENTREVISTADOR: Está ótimo. E como você vê a situação da política da esquerda no Brasil e em Governador Valadares nos dias de hoje? Há motivos para ter alguma esperança de melhoria? E passa por onde?

LUCAS: Eu acho o seguinte, existe um debate muito grande dessa questão do debate marxista, da relevância da leitura econômica em cima das questões identitárias. E tem alguns que são interseccionais, que falam que tem que fazer esse debate junto com o debate econômico, político. Mas eu acho que perpassa esses dois grupos, eu acho que tem muita gente, inclusive autodeterminação geracional que está trazendo esses questionamentos, vai dar um fruto, mas a gente está em crise da organização partidária. Principalmente depois desse... eu acho que a gente ainda está nesse turbilhão de 2013, 2016, 2019... A gente ainda não... os movimentos, pelo menos as referências que eu vejo aí da Frente Brasil Popular, ainda ficam meio, assim, tipo, “como é que a gente vai disputar a sociedade agora, diante de uma narrativa que nos desarticula de alguma forma?”. Então assim, eu acho que passa pela juventude, passa pelo movimento negro, pelo movimento LGBT. Não tem como fazer negação desse debate, a gente tem que fazer esse debate junto com o debate econômico. Nunca... eu acho que é muita burrice achar que consegue fazer uma coisa sem a outra. Eu acho que tem alguns movimentos que fazem, hoje em dia, principalmente depois do governo Lula e Dilma, que fazem uma disputa que eu acho que não cabe mais, que é uma disputa de hegemonia, não cabe mais uma disputa de hegemonia entre trotskistas, entre leninistas e o “carai a quatro”... eu acho que hoje a gente precisa fazer... claro que todo mundo tem essa dinâmica de fazer uma análise, elaborar discurso, eu acho que cada um tem, mas eu acho que a gente precisa é nos posicionar de uma forma que dá para fazer o enfrentamento a essa conjuntura de forma mais massiva. Que a gente se perde, a gente não sabe como fazer intervenção na sociedade do bolsonarismo, enfim, e a gente fica tentando fazer... “ah tem uma atividade”... vou dar um exemplo que ocorreu

antes da pandemia, tinha uma atividade lá com todos os sindicatos falando sobre uma qualificação, aí ficavam brigando para saber, para ver quem tinha mais tempo de fala ou quem não tinha mais tempo de fala... tipo, quem não aparecer não apareceu. Não gente, não precisa disputar esses eventos, a gente tem que disputar as ruas, as portas das universidades, ou as portas do sindicato... com tudo aí desmantelado, a gente precisa disputar esse povo, não é ficar disputando evento. Então eu acho que a gente precisa se reorganizar nesse sentido, eu não estou falando de uma reorganização estrutural, eu estou falando de uma reorganização estratégica. E vai acabar fazendo uma mudança estrutural, mas eu acho que nesse momento é uma mudança de estratégia que eu acho que é para ontem. Então assim é...

ENTREVISTADOR: Você acha que GV tem essa disputa por hegemonia também no campo da esquerda ou não?

LUCAS: Tem.

ENTREVISTADOR: Em termos partidários ou só dos movimentos que tão aí na...

LUCAS: Dos dois.

ENTREVISTADOR: Dos dois?

LUCAS: Dos dois, aqui, historicamente, desde os anos... e olha que eu já vi história assim, entre a Pastoral, como que chama gente? Esqueci o nome... uma pastoral com um nome... ah o “CPP”. “CPP MST”, já ouvi caso aqui nos anos 80 ou 70, cuidado para não sair isso para fora... Mas de coordenadores de movimento mandar matar outro. Então assim, há relatos e tem gente viva que eu conheço até hoje que sabe e que é testemunha disso. Inclusive o que tentaram matar naquela época foi o que morreu, acho que dois mil e... 2018 ou 2017, que é o Calazans lá do MST. Na época lá em 70, 90, tentaram algum movimento ou outro tentou matar ele. Então, assim até hoje tem, o MPA tem dificuldade com o MST. O MMC tem dificuldade com o MPA, ou o Sindicato Rural tem dificuldade com o MST... que mais? É, tem o PSOL e o PCB, organizam a Frente Brasil Sem Medo, aqui, mas são cinco pessoas que não têm base social, não tem base sindical, não tem base de nada. E aí fazem isso só para poder, sei lá, não sei se eu estou fazendo uma fala arrogante, mas eu nunca... eu só vejo eles se organizando, fazendo reuniões em apartamentos ou no centro da cidade, então assim, não tem relação com sindicato, com particular. E aí fica, meio que fica essa briga entre eles e os movimento que fazem parte da Frente Brasil Popular e aí ficam assim. Tem essa disputa de hegemonia sabe? Muito...

ENTREVISTADOR: Saquei. Lucas, eu acabei de lembrar uns outros movimentos que tinha aqui e eu queria saber se você sabe se eles ainda estão aqui, que não são propriamente coletivos, mas que tiveram um papel nas ocupações e tal, teve a União Juventude Socialista, Levante Popular da Juventude... Eles não estão funcionando atualmente não?

LUCAS: Na verdade, quem fez a ocupação aqui em Valadares de fato foi o Coletivo Quilombo...

ENTREVISTADOR: Foi o Coletivo Quilombo?

LUCAS: Lá no...

ENTREVISTADOR: Na Arabela e na Nelson de Sena?

LUCAS: No Nelson de Sena foi a “UJS”, mas foi uma ocupação branda. A escola não foi desativada.

ENTREVISTADOR: Saquei, mas aos olhos dos profissionais lá foi super radical...

LUCAS: Não. Eu sou do Coletivo Quilombo, mas sou da ala universitária. Naquela época, os secundaristas fizeram ocupação 100% no Arabela. Fechou tudo, a polícia foi lá, bateu boca com a (nome) e com a (nome), depois disso que a UFJF entrou. Lá na Nelson de Sena foi um acordo com o diretor, estava ocorrendo aula e o diretor liberava os alunos para participar das palestras, então...

ENTREVISTADOR: Entendi, não foi propriamente o mesmo teor nas duas não. hoje em dia você é mais ativo no “Quilombo”, no “Encrespa” e no “Deck”? Posso dizer isso em relação aos coletivos?

LUCAS: Na verdade eu participei da criação de todos ali. Eu estou organicamente no Quilombo.

ENTREVISTADOR: No Quilombo. E o que o Quilombo faz hoje em dia assim, quais são as ações que ele desenvolve? Qual é o foco?

LUCAS: A coordenação do Coletivo Deck, da batalha do Deck. Nós temos o Varal Cultural, aquele que ocorreu lá no centro, no Bairro São Pedro e ocorreu no Turmalina. Nós temos... nós ocupamos o DCE, também na UFJF, e também no IFMG. No Grêmio do IFMG. O presidente do Grêmio é do Quilombo, é, a gente constrói... que mais? Atividade de formação, de intervenção de rua, fazendo a denúncia da falta de vacina, a gente fez várias intervenções aí no tempo da pandemia, os debates online, virtualmente, a gente tem... A gente participa também na coordenação da Frente Brasil Popular. Além de outras, outras atividades que a gente é convidado...

ENTREVISTADOR: Está certo. Lucas, estou terminando, mas se você precisar ou quiser dar uma descansada, depois, aí eu termino, você que sabe.

LUCAS: Não. Só tenho uma entrevista às sete horas da noite.

ENTREVISTADOR: Está beleza. Qual que é a diferença que você acha dos movimentos que você ajudou a criar e que são denominados coletivos, para os movimentos tradicionais que já existem há muito tempo?

LUCAS: Eu acho que a criação dos coletivos ajudou os movimentos tradicionais a abrir espaços de organização interna desses grupos específicos, entendeu? Foi só depois de 2010 que o MST organizou a Juventude, um coletivo de juventude interno... que o PT criou a Secretaria de Juventude do PT... que é uma secretaria executiva. Que o PSOL, o PCdoB, enfim, outros partidos criaram espaços específicos, então eu acho que é essa a contribuição dos coletivos para os movimentos mais tradicionais. Porque não tinha esse espaço, se diluía assim internamente, não tinha espaço de posicionamento geracional, ou de impacto de decisões internas sabe?

ENTREVISTADOR: Você acha...

LUCAS: Só através dessa exigência de, que foi a iminência dos coletivos, que os partidos reconheceram a necessidade de criar espaços específicos para juventude, para diversidade.

ENTREVISTADOR: Então, aqui em GV, eles são um processo de adaptação interna desses outros movimentos que já existiam? É isso que, tipo assim, setorizando, organizando em outro assunto... É nesse sentido que você enxerga? Porque eu estou te perguntando porque tem uma certa visão que essa questão dos coletivos eles nascem como uma forma de desburocratização dos movimentos sociais, então, assim, eu tenho uma certa forma de atuação que é mais fluida, que eles não exigem aquela organização de quem é o líder e tal. Mas aqui então o contexto não foi propriamente isso? Foi uma própria adaptação dos movimentos e essas demandas?

LUCAS: Sim, porque os coletivos quando foram criados, tinha muitos jovens que não eram, e ainda há, jovens que não são partidários, assim, sabe? Mas que tem uma relação profunda, uma relação de respeito de, de compromisso com as pautas dos movimentos tradicionais. Então não houve esse ataque, assim, pelo menos esse que a gente citou, não houve esse ataque ou distanciamento, houve mais uma aproximação.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUCAS: Até porque alguns movimentos têm as coordenações, tem as lideranças internas. Seja do Coletivo, antes o Pedra Negra e depois o coletivo Virada Cultural, tem o Coletivo

LGBT da faculdade que tem a sua coordenação, que são as pessoas que se envolvem mais. O Quilombo tem as suas coordenações também, tem sua própria coordenação. Até na época a [inaudível] também tinha, hoje em dia ela não está tão movimentada, na verdade acho que ela nem existe de fato, mas acho que todas elas tiveram. Em outros espaços que a gente se relacionava com coletivos da capital ou de outros estados, a gente via realmente esse distanciamento, essa crítica à organização tradicional de precisar de alguém para falar, alguém para coordenar, alguém para dar um direcionamento, que é aquela questão da centralização monocrática. Tem muita pessoa que não gosta de ser centralizada, eu tenho muita crítica à centralização, à centralização democrática, assim... Mas, de alguma forma, ela também foi demonizada assim, que a centralização é um tipo de estratégia, inclusive para não vazar a estratégia. Então, assim, e os coletivos também foram elaborando isso, precisavam de estratégia para poder se organizar, porque era atacado pela polícia, pela prefeitura, ou pela própria elite de Valadares, então assim, aqui não teve, mas em outras capitais isso era mais nítido, mais clara essa distância, esse envolvimento. É uma “operalidade”.

ENTREVISTADOR: Sim. Só para gente terminar, a última então, a gente comentou no início, sobre é, esse processo de captura do jovem, uma falta de maldade e tal. Hoje, entre as pessoas que são ativistas, políticas no município e que de alguma maneira estão envolvidos e tal, você enxerga que essa maldade, se ela foi adquirida, se permanece uma rejeição à política, uma despolitização? Como é que você acha que é a situação dos jovens que são ativistas nos dias de hoje, passadas essas experiências todas que a gente visitou por aqui? Embora você seja jovem, eu estou te perguntando dos mais jovens ainda...

LUCAS: É, eu vejo mais uma dificuldade de se envolver, no sentido de se comprometer com o posicionamento partidário ainda. Ainda existe essa... acho que muita gente ainda tem um certo cuidado de não demonizar a política, não demonizar. Mas, a gente tem dificuldade de que haja esse posicionamento que tinha na minha geração de tipo “ah é uma opção fazer parte do partido, massa, vamos lá e tal”. Hoje em dia as pessoas ainda têm essa dificuldade, ou pelas suas famílias, que muitos jovens são tutelados ainda, pela família, por medo, porque ainda tem esse ataque muito do que é o PT... Mas ainda tem essa dificuldade de fazer parte do partido, de fazer uma defesa mais à esquerda, mais explícita de alguma forma, mas ela está menor do que anos atrás... pelas lideranças desse coletivos. E não precisa ficar tateando mais.

ENTREVISTADOR: Entendi. Dá para falar... dá para falar o que pensa com eles sem...

LUCAS: [inaudível].

ENTREVISTADOR: Lucas, é isso cara, muito obrigado viu. Vou desligar aqui só para eu terminar de te agradecer, vou interromper a gravação.

ENTREVISTA N. 10 (Luiz) – 29/03/2021.

COLETIVOS: LGBTQIA+ da UFJF e Atlético União Igualdade e Força

ENTREVISTADOR: Bom dia. Luiz, eu queria começar a nossa entrevista te perguntando de quais coletivos e outros movimentos sociais assim que você faz parte...

LUIZ: Certo, hoje eu faço parte do Coletivo LGBTQ+ da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, e faço parte também da Associação Atlético União Igualdade e Força.

ENTREVISTADOR: Sim. E você ajudou a fundar também ou você fez parte depois?

LUIZ: Eu ajudei a fundar as duas associações, digamos assim. O coletivo eu ajudei a fundar e a Associação Atlético, também, eu ajudei a fundar. A diferença é que, no coletivo, a proposta partiu de professores de Direito da UFJF-GV, foram os professores (nome) e o professor (nome). À época, tinha acontecido um fato com o colega de faculdade da Nutrição, que sofreu algum tipo de homofobia. Ele estava fazendo trabalho em grupo e aí um dos colegas em grupo dele falou com ele que não aceitava ele na casa dele, porque ele era gay, e não aceitava aquele tipo de pessoa lá na casa dele. E aí, por conta dessa homofobia que aconteceu naquele ano, os professores então fizeram uma reunião aberta e aí muitos alunos... eu lembro que era uma reunião que aconteceu 11:30 da manhã, um pouquinho antes do horário de almoço, digamos assim. O ICV tem aula, por exemplo, de oito às dez, e de dez a meio dia. E aí a sala foi pequena, porque tinha tanta gente que queria participar da reunião que, assim, a gente teve que se desdobrar para enfiar todo mundo dentro da sala. Aí a gente teve essa primeira reunião, onde a gente discutiu o caso, discutiu propostas. Depois a gente foi tendo outras reuniões, conseqüentemente, e aí por conta de limitação de espaço, lembro que a gente fez até reuniões no... até então não se chamava coletivo, até aquele momento era só reuniões que eram... onde alunos de vários cursos, tanto da saúde como das sociais, se reuniam para discutir pautas LGBT's e tudo mais. Então, eu lembro que a gente chegou a se reunir no prédio ali da Biblioteca Municipal, o Centro Cultural Nelson Mandela, a gente chegou a se reunir lá algumas vezes e aí depois então a gente criou, a partir dessas reuniões, o coletivo LGBT da Universidade, e aí os professores eles deram meio que uma afastada, digamos assim, e aí ficou mais o protagonismo mesmo dos alunos. Acho que o (nome) foi para algum país da Europa para fazer o mestrado ou doutorado dele, e eu acho que o (nome) foi para UNB fazer algum mestrado ou doutorado também, acabou que ficou só nós mesmos fazendo as reuniões.

ENTREVISTADOR: Você lembra...

LUIZ: Surgiu o coletivo, já a Atlético surgiu de uma maneira diferente. Eu lembro que uma época, quando eu entrei na Universidade em dois mil e dezessete, eu notei que tinha muito LGBT dentro da Universidade, só que quando eu ia para festas da Universidade você não tinha nada voltado para pessoas LGBT's. Você não tinha um time de *cheerleader*, você não tinha eventos, você não tinha nada voltado para esse público, e eu tinha percebido que tinha muita gente. Então aí eu brinquei com um amigo meu na fila do RU, que é o (nome), falei assim, “nossa, o que você acha de a gente criar uma Atlético só para LGBTs ou para o público LGBT?”. Aí ele brincou e a gente “ah seria legal, seria interessante, eu super toparia”. Aí, na seqüência, apareceu o (nome), a gente sempre se via na fila do RU, apareceu o (nome), eu comentei com o (nome). (nome) gostou aí a gente reuniu depois no outro final de semana,

com vários outros colegas e amigos nossos e aí a gente fez uma reunião, montou a Atlética e aí iniciou a Atlética.

ENTREVISTADOR: Legal e você lembra que ano foi isso?

LUIZ: Olha, o da Atlética eu lembro que foi em dois mil e dezoito. Em maio de dois mil e dezoito a gente criou a Atlética, já o Coletivo, se eu não estiver enganado, ele foi em dois mil e dezoito, também. Eu não lembro assim, o mês, mas eu acredito que foi em dois mil e dezoito, porque eu entrei na faculdade em dois mil e dezessete, então, no segundo semestre de dois mil e dezessete... e eu lembro que foi mais ou menos tranquilo aquele semestre, então eu acredito que foi em dois mil e dezoito no primeiro semestre que se deram essas reuniões que iniciou assim o coletivo.

ENTREVISTADOR: Saquei. E deixa te perguntar, Luiz, além desse evento, esse episódio que desencadeou as reuniões que você comentou e a criação do coletivo, existia algum burburinho assim é, questões LGBT que eram discutidas entre vocês? Vocês já se sentiam incomodados com algumas coisas no contexto universitário nessa época? Quais questões vieram à tona quando ocorreu o episódio?

LUIZ: Então, sim, a gente tinha pautas e questões LGBT, principalmente em eventos, então eu lembro que teve também um amigo nosso que hoje faz parte da Atlética que sofreu um caso de homofobia no Boteco federal, então, assim, ele estava beijando um rapaz no boteco e aí chegou um outro cara e deu uns tapas nele. Então teve esse caso também que foi comentado nessas reuniões do coletivo. Então a gente não tinha, naquele momento, um espaço para discutir essas questões, nós não tínhamos.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: Então o coletivo criou esse espaço para as pessoas evidenciar, as pessoas apontarem, as pessoas falarem “olha no meu curso, eu faço o curso tal, e a gente tem sim casos de LGBTfobia. É tanto que, nas primeiras reuniões, a gente tinha mais como se fossem desabafos... eram muitas pessoas falando casos que estavam acontecendo. Então a gente num tinha muitas deliberações ali naquelas reuniões. Nas primeiras, principalmente, eram muitos casos de desabafo tipo: “aconteceu isso, aconteceu aquilo, eu presenciei isso, eu presenciei aquilo e tal”. Então a gente não tinha esse espaço. Aí começou a criar esse espaço e até então não tinha assim, nada. Eu entrei dois mil e dezessete ponto dois. No segundo semestre de dois mil e dezessete e não tinha nada dentro da Universidade, e aí foi o que eu falei agora a pouco, olha eu entrei dentro da Universidade e vi assim, um monte de gente LGBT, uma galera e não tinha-se nada, não tinha-se uma Atlética, não tinha-se um coletivo, as pessoas LGBT elas existiam, sempre existiram, claro, mas elas eram soltas, não tinha nada que agrupasse elas ou que desse algum tipo de voz, de perspectiva de melhorar as coisas dentro da Universidade. Por mais que a gente esteja dentro de uma Universidade Federal, a gente sabe que existe muitos preconceitos ainda, apesar... que se a gente comparar isso a uma Universidade privada, ou faculdade privada, a gente tem uma distância, um distanciamento um pouco menor assim nessas questões. Mas, mesmo assim, a gente já até discutiu isso em algumas reuniões, como é que às vezes, a nossa Universidade... A gente brincava assim, a gente ia para o RU, às vezes, à noite, e a gente parava e falava assim “gente, olha só para essa galera aqui, é quase todo mundo igual”, assim, um bando de gente branca, um bando de gente assim, classe “média”. Você não via... A gente sentia falta de pessoas pretas, a gente olhava, a gente sentava no RU e falava “gente olha o quê que é a nossa Universidade, é quase todo mundo igual... é todo mundo igual, as roupas, estilo, o modo de vestir, a...”, sabe? A gente ficava meio que fazendo esse questionamento assim.

ENTREVISTADOR: Sim.

LUIZ: Então foi isso.

ENTREVISTADOR: E deixa eu te perguntar, você é de GV mesmo? Você é de Governador Valadares?

LUIZ: Não.

ENTREVISTADOR: Não? Você é de onde?

LUIZ: Cotia, São Paulo.

ENTREVISTADOR: De Cotia? Então você veio para cá para estudar?

LUIZ: Isso. Na verdade, a minha família é natural de São Paulo, todo mundo é de São Paulo, aí meus avós vieram para cá e depois meus pais vieram para cá. Então eu moro em Valadares, deixa eu ver, desde uns doze anos de idade. Quando eu tinha 14 para 15 anos, aí eu saí de Valadares e fui morar em Belo Horizonte, fui estudar em Belo Horizonte, então eu fiquei três anos em Belo Horizonte. Eu sei que eu saí daqui com quatorze, quinze anos, e fui voltar para cá em dois mil e dezessete que eu fiquei uns três anos fora de Valadares e voltei para cá em dois mil e dezessete, que foi quando eu iniciei na Universidade.

ENTREVISTADOR: Você foi para “BH” para estudar...

LUIZ: Isso, para estudar, exatamente.

ENTREVISTADOR: Entendi. E a sua família é uma família de classe média, você poderia classificar ela assim?

LUIZ: Olha...

ENTREVISTADOR: Os seus pais têm ensino superior, ou não?

LUIZ: Então, o meu pai tem ensino superior, a minha mãe não tem ensino superior é... como que eu classificaria a minha família? Ah eu não classifico a minha família como classe média, naquela época que eu estava morando em Belo Horizonte, eu poderia dizer que era uma classe média, assim, porque meu pai pagava todos os meus custos em Belo Horizonte. Então, naquela época, ele tinha uma empresa de cosméticos que custeava todos os meus custos em Belo Horizonte. Então eu formei lá em Química, por exemplo, Técnico em Química, tudo custeado por ele. Então, naquela época era uma família sim de classe média. Só que aí depois a empresa quebrou e hoje não existe mais essa empresa, então, assim, hoje não me considero mais a minha família como uma família de classe média, não mesmo.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: Eu acho que... não sei em qual classe a gente está, mas eu tenho certeza que na média não é onde a gente está.

ENTREVISTADOR: E antes disso, antes de você se envolver na Universidade com o “Coletivo LGBTQI”, você já tinha interesse assim por participar politicamente em movimento social ou isso nasceu na Universidade?

LUIZ: Então é, olha... Esse movimento LGBT nasceu na Universidade, mas eu já tive episódios no ensino médio, eu estudava em uma escola no ensino médio, chama Escola Estadual Nossa Senhora do Belo Ramo. Uma escola meio que de periferia, lá de Belo Horizonte. E aí lá em Belo Horizonte, eu não sei se você chegou a acompanhar, eu não lembro o ano também, mas teve um ano que teve um movimento muito grande de estudantes de escolas públicas que estavam fechando as escolas, paralisando e fazendo algum tipo de movimentação nesse sentido. Então nessa escola também eu fui um dos, eu fui o que puxou esse movimento para paralisar as aulas, para aderir essa... era tipo uma greve nacional dos estudantes que estava tendo, então tinha muitas escolas estaduais que estavam...

ENTREVISTADOR: As ocupações secundaristas, que a gente chama hoje...

LUIZ: Isso. Exatamente. Então eu fui protagonista em uma escola estadual em Belo Horizonte, de uma ocupação secundarista. Então a gente ficou quase uma semana, parados lá. Essa escola de periferia. Então, assim, aí eu sempre me questionei muitas coisas, sempre fui

uma pessoa de questionamentos, e aí quando eu via uma movimentação... eu sempre trouxe para os meus colegas essas discussões. E aí acabou que eu participei dessa movimentação que eu tive que mobilizar pessoas, fazer reunião com os alunos, explicar para os alunos a importância daquelas ocupações naquele momento, naquele contexto, o quanto era importante. Negociar com os professores, negociar com a escola, que a escola não estava nada satisfeita com aquela situação e tudo mais. Então foi uma situação bem delicada, então, assim, essa característica de me envolver com movimentos sociais ela “anteveio” à Universidade. Agora especificamente com a pauta LGBT já foi dentro da Universidade mesmo.

ENTREVISTADOR: Entendi. E lá em “BH” quando você liderou, assim, de certa forma puxou, você acha... O seu interesse nessa participação ele tinha qual sentido assim? Por que você se envolveu com isso na, à época?

LUIZ: Bom, eu me envolvi porque o interesse era para mostrar para os alunos que ser estudante era muito mais que ser só estudante “né”. Ser estudante também era você lutar por um ensino de qualidade melhor, era lutar é por uma escolha melhor, por uma estrutura melhor, essa escola, principalmente, que eu estudei era uma escola que tinha condições estruturais bem ruins. Então, assim, era uma escola de periferia. Lá em Belo Horizonte tem, não sei se é favela que fala, uma comunidade e “tals”, que chama Morro das Pedras, então era uma galera muito assim, da periferia, então era uma galera que não tinha... num tinha muito acesso às coisas. Então a ideia era mostrar para eles que se nós uníssemos forças nós conseguiríamos melhorar o nosso ensino, nós conseguiríamos avançar em várias pautas. Então era mostrar para eles que a união dos estudantes ela, de alguma forma, poderia melhorar a qualidade de vida estudantil nossa ali dentro daquela escola.

ENTREVISTADOR: Bacana, e deixa eu te perguntar. Nessa época, não sei se você lembra, você lembra se a ação de vocês lá em “BH” teve alguma participação assim de um outro movimento que já existia, alguma influência de algum partido político ou de sindicato ou de, sei lá, de outro movimento mais antigo e que de alguma maneira estimulou, ou partiu de vocês mesmos como estudantes?

LUIZ: Partiu de nós mesmos como estudantes. Eu lembro que, na época, a gente até teve a presença, não lembro se foi da UNE ou se foi da UBES, mas foi uma das duas instituições, mas eu tenho quase certeza que foi da UNE. É, e aí eles até foram lá na nossa escola e demoraram um pouquinho para ir, eu achei até... na época eu até fiz uma crítica “gente, nossa, poxa, desorganizados”. Porque a gente enquanto estudantes aqui fazendo a movimentação, partiu de nós, partiu da gente. Então a gente foi para frente, fez o movimento, a escola estava fechada, a escola não estava funcionando, isso gerou uma... Porque era uma escola que atendia tanto alunos do ensino médio no turno da manhã e no vespertino tinha os alunos que os pais precisavam deixar lá. Então, assim, é aquele menino, aqueles meninos do primário e tudo mais. Então acabou que a gente gerou um transtorno para comunidade, porque a escola ficou parada.

ENTREVISTADOR: Sim.

LUIZ: Então os pais não podiam mandar os alunos para escola, porque a escola estava fechada, porque os alunos estavam ocupando. Aí a gente teve esse problema com o pessoal da organização estudantil, de sindicato, não foi ninguém lá. Lembro que foi alguém da organização estudantil, depois de um tempinho que a gente já estava pedindo para eles irem lá... Porque a gente estava tendo uma pressão muito grande, por parte da direção da escola, para retomar as atividades. Por parte dos professores também, então sempre tinha aqueles professores que apoiavam, sempre tinham os professores que não apoiavam, que achavam que aquilo era uma baderna, uma bagunça e que a gente tinha que retomar as aulas. Então tinha esse movimento que a gente sofria, essa pressão interna que a gente sofria, e aí a gente queria

esse apoio da nossa associação, digamos assim, para fortalecer o nosso movimento dentro da escola. E a gente sentiu deles demorarem e quando eles foram a gente não viu, assim, o apoio que a gente queria que nós tivéssemos. Então, assim, foi um momento muito delicado, principalmente para mim, porque quando eu morava em Belo Horizonte eu estudava de manhã no ensino médio, eu fazia Técnico em Administração à tarde e eu fazia Técnico em Química à noite. Então eu estava nas três turmas, e aí eu tive que faltar nesses meus outros cursos para me dedicar a esse momento de movimentação estudantil, digamos assim. Então tinha dia que eu não fui no meu curso de técnico em Química, tinha dia que eu não fui no curso de Administração, que eu que conversar com os alunos, porque a gente também tinha lá na escola e educação para adultos. Então você tinha alunos no noturno, que eram alunos adultos, e aí imagina um menino de, sei lá, eu tinha dezesseis, dezessete anos ir conversar com um cara de quarenta anos explicar para ele que a gente não ia ter aula naquele dia. Ele não ia ter aula naquele dia porque a gente estava na movimentação, e tipo assim, ele estava meio que “foda-se”... Porque o cara já tem família, o cara já está trabalhando, ele vai lá para estudar e está lá o menino de dezessete anos fazendo movimentação estudantil, parando a aula dele, atrasando a vida dele... Então, assim, foi um momento bem delicado também de convencer essas pessoas mais adultas, digamos assim, que geralmente no noturno era a maioria, para aderir à movimentação. Com muito custo nós conseguimos convencê-los, convencemos eles também, então isso foi legal. Houve uma parte positiva também que parte da população apoiou a gente então... eu lembro que na época teve gente que doou bastante coisa para nós, levaram comida, deram arroz, levaram biscoitos, levaram coisas para a gente se manter durante o tempo que nós estávamos lá. Então foi uma experiência bem interessante.

ENTREVISTADOR: E lá vocês tinham preocupação com essa questão da horizontalidade na época? Das decisões assim, isso passou por vocês?

LUIZ: Sim. É tanto que quando acabou foi porque a maioria decidiu que queria acabar... Até, por mim, acho que se dependesse de mim eu estava lá até hoje. Mas a gente fazia as votações, então nós chamávamos todo mundo e aí explicávamos e falava “gente, é assim assado, e aí o que a gente vai decidir? Tem que ser a votação e a maioria quer o quê? A maioria quer isso, a maioria quer aquilo... a maioria quer que retomar? A maioria quer que não retomar?”. Então, era dessa forma, era bem horizontal mesmo, não tinha nada muito vertical, por eu estar liderando aquilo eu falava “nós vamos fazer isso, nós vamos fazer aquilo”... Não, era algo bem horizontal mesmo, a gente decidia por tudo mundo digamos.

ENTREVISTADOR: Luiz, e você se considera alguém politicamente de esquerda, de direita, de centro, como é que você se definiria?

LUIZ: Olha esse... essa pergunta é interessante. Mas vamos lá, as pessoas... É incrível, as pessoas me definem como de direita. E aí quem é da direita me define como de esquerda. Isso é extremamente problemático, mas como eu me defino então? Eu me defino de centro-esquerda, eu sou uma pessoa muito movida pela razão, então assim, tem momentos que eu concordo com os posicionamentos da direita e tem momentos que eu concordo com posicionamentos da esquerda. Então acaba que por isso que talvez quem é da direita fala assim “ah não, você é da esquerda, você é esquerdista” e aí quando eu estou em algum movimento da direita, eu vou fazer alguma interlocução, eu vou conversar porque eu não tenho nenhum problema em dialogar com a galera da direita, não tenho problema em dialogar com qualquer tipo de movimentação, de lado... É, às vezes eu acho que essa dicotomia até meio problemática, mas... Tudo bem, então assim aí eles falam “ah você é da direita, ah você é de esquerda”, então assim, o quê que eu sou? Eu me defino como centro-esquerda, essa é a minha definição.

ENTREVISTADOR: E qual que é o seu critério?

LUIZ: Qual que é o meu critério... Olha é, outro dia a gente estava até comentando sobre isso e aí tinha uma amiga nossa, que já um pouco mais vivida em movimento social também, e aí tem um amigo dela que ele é claramente de direita e ela é de esquerda. Ela é claramente de esquerda, ela é petista, ela tá muito ligada aos movimentos do PT, do MST, não que isso seja uma característica das pessoas que são de esquerda, mas é... Mas é o caso dela e aí ela estava falando “gente, fulano de tal ele não tem motivos nenhum para não ser de direita, sabe? É uma pessoa que viajou vários países mundo a fora, é uma pessoa que tem uma condição socioeconômica ótima, é uma pessoa que tem uma estabilidade financeira perfeita, então assim, ele não tem motivos para ser de esquerda, ele tem todos os motivos para ser de direita mesmo”. Então assim, eu acho que as pautas que a esquerda defende, são as pautas que eu me identifico. Que é mais voltado para... por exemplo, a gente tem movimento muito forte que eu percebo, voltado para equidade social, voltado para questão de discussão das pautas de gênero e sexualidade, que são movimentações que eu não vejo muito dentro da galera da direita. Eu vejo outro tipo de movimentação assim, pelo menos é o que eu sinto e vejo. Então eu me defino hoje por centro-esquerda, porque eu tenho pautas que vão muito de encontro com o (nome) que a esquerda defende, essa equidade social, essas questões de gênero e sexualidade. Tem algumas características que eu acho que são importantes dentro da direita que eu acredito e que eu acho que são importantes também. Então é por isso que eu me defino assim, centro-esquerda, por conta disso... Mas, talvez eu também não esteja me definindo bem, nesse sentido, porque eu entendo que existe uma deficiência também, não só de mim, eu vejo isso também nos meus colegas que são da área da saúde, principalmente. A gente não tem base, se você não teve um bom ensino médio, um ensino básico bom, você fica meio perdido nessa dicotomia entre esquerda e direita... então, assim...

ENTREVISTADOR: Você acha que o pessoal, quando eles te rotulam de direita é pela questão do diálogo? De você conversar com pessoas que são declaradamente de direita? Seria esse o motivo que o pessoal te enquadra geralmente?

LUIZ: É, geralmente sim, geralmente sim. Pelo menos, assim, a nível Governador Valadares esse é um dos critérios que a galera usa para me incluir como um cara da direita, porque eu vou lá e converso com o (nome), porque eu ou lá e bato na porta do secretário e converso com ele, dialogo com ele e faço eventos com ele e tenho apoio da Prefeitura e não tenho nenhum problema em divulgar isso. E às vezes divulgo “olha, a prefeitura nos apoiou aqui, a prefeitura fez uma movimentação positiva nessa pauta nossa, a prefeitura fez isso, a prefeitura fez aquilo...”. Então eles acham que, pelo fato de ter esse diálogo com a prefeitura, me caracteriza como alguém da direita. Que é o que eu vejo que algumas pessoas... Aí eu as defino como extrema esquerda, porque elas não movimentam, se tiver oito anos de governo (nome), elas não vão conversar com o prefeito (nome), elas não vão dialogar com ele. Então, assim, eu já sou o contrário. Se me chamou para diálogo “oh Luiz, convidaram a associação para um diálogo, vamos discutir sobre isso, vamos reunir com o prefeito? Vamos reunir com o prefeito, vamos dialogar, vamos ver o quê que a gente pode avançar e tudo mais”. Então é eu acho que talvez seja isso o ponto. E às vezes também tem muita gente maldosa, por exemplo, outro dia eu estava ficando com um rapaz que ai ele é de um partido, não é do PT, de um partido que conversa com o PT, que também... ele é tipo de um partido que é “centrão”, não sei que partido que é dele, mas ele até candidatou a vereador, e aí ele falou assim que numa reunião que estava a galera do PT e estava o partido dele, que no primeiro turno o partido dele apoiou o (nome), mas no segundo turno o partido dele apoiou o (nome). Esse primeiro turno, onde houve uma reunião com a galera do PT, com a galera desse partido dele e com outras lideranças de partido e tudo mais, eles citaram que o (nome) da Atlético estava apoiando, que

nós estávamos apoiando a prefeitura, tipo assim, nós estávamos... Que o nosso apoio já era dado ao (nome), e isso foi mentira, isso foi uma mentira. Eu falei “cara, isso foi mentira, a gente não apoiou ninguém”, se fosse olhar assim, em quem a Associação apoiou, em quem a Atlético apoiou, a gente apoiou o (nome), que foi o único candidato a prefeito que a gente divulgou nas nossas redes sociais, que tinha pautas para população LGBT. A gente tentou dialogar com o (nome), a gente tentou dialogar com o (nome), a gente se reuniu, inclusive, com o (nome), a gente tentou reunir com o (nome) mas a gente não conseguiu se reunir com o (nome). E aí o único que a gente divulgou nas redes sociais foi o (nome), e a gente também tentou se reunir com a (nome), mas também não conseguimos nos reunir com a (nome). Não, também não entendi o porquê, porque não conseguimos reunir com ela. Mas a gente tinha tipo, até pessoas que eram ligadas, próximas a ela, mas mesmo assim ela não demonstrou interesse em se reunir conosco, nem ela nem o (nome) se reuniram com a gente. Ao contrário do (nome), por exemplo, pelo menos se reuniu conosco, mas também não quis assinar o termo, porque a nossa reunião era o seguinte: “olha vamos nos reunir com você, queremos que você assine um termo de compromisso, que se eleito você vai é... avançar nessas pautas aqui ó”. E aí você tem o apoio da nossa Associação. Então, o (nome), apesar de ter se reunido com a gente, ele não quis assinar o termo... não (inaudível) mas no final das contas não apoiamos ninguém. Mas olha só, esse rapaz comentou que essa galera que se reuniu lá, falou que a gente, na minha figura, porque eu sou o presidente da associação, estávamos apoiando o (nome), e isso era uma mentira. Então, assim... Existe uma *fake news* também, que a galera da esquerda espalha... Não sei o que eles, enfim, o que eles acham... eu acho que eles, na percepção, aí é minha percepção, acho que eles ficam putos e eles não gostam que a gente dialogue com a prefeitura. E aí eles tentam deslegitimar o nosso movimento, nos rotulando como de direita e aliados ao governo, nós não somos aliados ao governo. Nós nunca fomos aliados ao governo, nós elogiamos quando é preciso elogiar e nós criticamos quando é preciso criticar. E aí eu acho que eles não gostam disso e acabam nos rotulando dessa forma.

ENTREVISTADOR: O coletivo então não tem nenhuma, assim, afinidade com partidos específicos? Assim...

LUIZ: Não.

ENTREVISTADOR: O coletivo não tem relação com partidos?

LUIZ: Nem o coletivo e nem a Atlético. Nenhuma das duas instituições, digamos assim, elas têm isso. Essa questão partidária. Tem pessoas que são partidárias, por exemplo, vamos citar, o (nome) é do coletivo. Ele é uma pessoa partidária.

ENTREVISTADOR: Sim.

LUIZ: Ele é filiado ao PT. Mas os demais, por exemplo, não tem mais ninguém dentro do coletivo que eu me lembre assim, que é filiado a algum partido.

ENTREVISTADOR: E você tem alguma preferência partidária ou não?

LUIZ: Eu tenho, eu sou... eu me considero assim, um pedetista, mas assim...

ENTREVISTADOR: E dentro do coletivo tem gente de diversas preferências partidárias e político-ideológicas também, ou essa diversidade não é tão grande assim? É mais todo mundo esquerda, centro- esquerda, você acha?

LUIZ: Então isso também é interessante. Porque, assim...

ENTREVISTADOR: Só, rapidinho... quando eu falar coletivo, você pode entender coletivo e Atlético tá?

LUIZ: Beleza. Olha, dentro da Atlético a gente tem uma heterogeneidade maior. Já no coletivo, a gente tem uma hegemonia um pouco maior, então dentro do coletivo as pessoas são mais assim de centro-esquerda e de esquerda, bem definidas. Centro-esquerda, assim, tem

alguns, tipo eu e mais um ou outro, e a maioria assim esmagadora bem esquerda mesmo. Então dentro do coletivo esse é o cenário, não tem, até onde eu sei, ninguém de direita, dentro do coletivo. Não tem. É já na Atlética já é mais heterogêneo. A gente tem uma galera que a gente percebe que já é mais esquerda, a gente tem uma galera que já é mais voltada assim para direita, a gente tem uma galera que é centro-esquerda, então assim, é mais heterogêneo. Uma coisa que eu percebo que é diferente, do coletivo e da Atlética, é que dentro da Atlética a gente defende essa pluralidade de ideias. Então, assim, a gente fala “olha se você é... o fato de você ser de direita, você pode fazer parte da nossa associação, o fato de você ser da esquerda não tem problema nenhum não. A nossa Associação não tem um posicionamento ideológico, nós não temos um posicionamento, olha todo mundo aqui é de esquerda, todo mundo aqui é de direita”. Entendeu? Não... Então assim, se você é de esquerda, ótimo, se você é de direita, ótimo, se você é de centro-esquerda ótimo. Estamos todos aqui. Dentro do coletivo eu já percebo que existe uma, como que eu posso dizer... um certo julgamento das pessoas. Então se você é um pouquinho voltado para direita, você já sente um certo julgamento da galera do coletivo, sabe?

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: Porque assim, quando a gente olha para o coletivo, também, ele é muito formado por pessoas das Sociais, e aí como eu disse, a galera que é das Sociais, eu acho que vocês têm mais o *know how* para falar de direita, de esquerda, de posicionamento e tudo mais. Então assim, é... talvez seja isso também.

ENTREVISTADOR: Eu fiquei pensando aqui, enquanto você falava, será que tem a ver também com a própria questão das razões de ser dos movimentos, a Atlética e geralmente se cria uma Atlética para fins recreativos, estou pensando, se não for você corta. E o coletivo LGBT, quando se cria um coletivo, fico pensando se não era justamente um propósito político de questões LGBTs, assim, de conquistas de direitos. Então você acha que isso influencia também?

LUIZ: Com certeza. Até por conta da formação mesmo, por exemplo, no coletivo é só pessoas da Universidade, na Atlética eu tenho pessoas que são da UFJF-GV, eu tenho pessoas que são da UNIVALE, eu tenho pessoas da PITÁGORAS, eu tenho gente que não está associado a nenhuma instituição de ensino, que são pessoas da sociedade comum que trabalham, que, enfim... não estão associadas a nenhuma faculdade ou instituição. Então, assim, a Atlética, no início, quando a gente fundou, ela atinha essa pegada, essa pegada assim “recreativo”, com o passar do tempo ela tomou outros formatos. Então hoje ela não tem mais, ela tem essa pegada recreativa, mas hoje ela é uma associação mesmo, sabe? De defesa, de promoção dos direitos LGBTQIA+ no município de Governador Valadares. Então, assim, a gente faz diversas ações. A gente, dois anos de movimento, a gente está atuando desde dois mil e dezoito, desde maio de dois mil e dezoito, a gente já realizou mais de 50 eventos ou ações aqui na cidade, só a Atlética. E eventos variados, então, por exemplo, a gente tem eventos acadêmicos, a gente realizou debates sobre suicídio, que é um evento acadêmico que a gente realizou na UNIPAC, a gente tem eventos esportivos, que a gente fazia antes da pandemia, que era uma vez por mês, “Gaymadas”, onde a gente ia para as praças e ocupava essas praças com “bandeirões LGBT”, com muitas coisas LGBT, dentro de praças, ocupando o centro da cidade, e tudo mais. Então tinha festas também, teve uma festa que a gente fez que chama “Festival Lotus” que é uma festa especificamente voltada para pessoas LGBTs e foi na exposição, foi no Parque de Exposições, foi uma festa muito legal também. Então perceba que, dentro da Atlética, a gente consegue transitar entre vários movimentos.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: A gente tem um movimento acadêmico, a gente tem um movimento esportivo, a gente tem movimento de luta. A gente precisa fazer uma reunião com a prefeitura, para discutir pautas de saúde LGBT, a gente vai lá e faz essa reunião, a gente se movimenta. A gente precisa fazer uma manifestação, a gente vai... a gente fez uma manifestação, por exemplo, em frente ao Shopping, ao GV Shopping por causa de transfobia, então a gente levou uma galera para lá, colocou um carro de som ao Shopping, fez toda uma movimentação e tudo mais. Então, no início, a gente tinha esse pensamento, depois a gente notou também que... extra muros, ou seja, fora da Universidade, não tinha nenhuma associação voltada para defesa dos direitos LGBT na cidade. Então por que não tornar a Atlética essa associação? E acabou que, ela acabou se tornando essa Associação.

ENTREVISTADOR: E por que você acha que é interessante manter os dois, as duas associações, os dois movimentos assim, o quê que justifica isso hoje em dia? Ter o Coletivo e ter a Atlética?

LUIZ: Olha, a Atlética ela está mais voltada para extra muros, então ela lida muito com o fora da Universidade. O coletivo não, o coletivo ele fica muito intra muros, é muito dentro da Universidade, então são ações voltadas mesmo dentro ali da Universidade. Então, por exemplo, o coletivo tem o Congresso de Gênero e Sexualidade. É um evento que acontece, anualmente, antes da pandemia. Então, assim, é um evento do coletivo. E a gente fazia também um outro evento, chamava “Cine Diversidade” que também era voltada para comunidade acadêmica da Universidade. Então são ações mais voltadas para a Universidade. Já a Atlética não, já é algo extra muros, fora da Universidade. Então por isso que justifica. Por que ainda temos as duas instituições? Uma é dentro da Universidade e a outra é para o município, é para fora da Universidade.

ENTREVISTADOR: Luiz e além da própria questão da representação, dos interesses da comunidade LGBT em Valadares, a Atlética, e talvez o coletivo também, mas eu penso que mais a Atlética... porque você falou que ela atua mais extra muros. Quais os outros objetivos que ela tem em relação aos direitos LGBT? Vocês planejam uma inserção ou uma participação na política partidária, por exemplo assim, de lançar uma candidatura ou apoiar candidatura? Vocês tem algum planejamento nesse sentido? Como é que você enxerga o papel da Atlética e talvez do coletivo dentro da política partidária de GV?

LUIZ: Bom, excelente. Olha, dentro do coletivo a gente ainda não teve essa discussão, mas dentro da Atlética sim, nós já temos, já tivemos essa discussão. Dentro da Atlética é muito... dentro do coletivo é horizontal, no coletivo nós não temos hierarquias, nós não temos nada, não temos o presidente, não temos nada, então o coletivo é extremamente horizontal. Na Atlética não, na Atlética é vertical, então nós temos o presidente, vice-presidente, secretário, segundo secretário, aí depois nós temos as demais diretorias. Então é bem hierarquizado. Então, dentro do núcleo administrativo, que é composto pelo presidente, vice-presidente e os secretários, nós já discutimos sobre isso, da importância, a gente viu o fiasco que foi a eleição da (nome). Só um minuto... estou tossindo um pouco... Então, a gente viu o fiasco que foi a eleição da (nome) Gomes que nós a apoiamos. É mas, foi um fiasco, assim... uma série de fatores, por questões de posicionamento, por questões de manobra política, por questões que a gente identificou ao longo do processo. Então a gente já identificou que se a gente quiser avançar em pautas LGBT no contexto municipal valadarense, sobretudo o legislativo, nós temos que inserir pessoas LGBT na Câmara Municipal. É claro que hoje tem várias pessoas LGBT na câmara, isso é claro, mas assim... São as pessoas que não defendem a bandeira e que, simplesmente não são LGBTs. Elas... a gente sabe que elas são, mas, para a comunidade externa elas não são LGBTs.

ENTREVISTADOR: Bacana. Interessante isso.

LUIZ: Então a gente já identificou isso, tanto que a gente já traçou, a gente falou assim, porque por exemplo, dentro da Atlética igual eu falei com você, por exemplo, tem eu que, por exemplo, “ah eu toparia a sair como candidato a vereador? Toparia”. Mas por onde? Pelo PDT. Aí tem a (nome), também toparia, mas a (nome) sairia por onde? Pelo PT. Aí vem o outro, o (nome) ah o (nome) toparia também, mas ele não sairia pelo PT e nem pelo PDT, ele sairia pelo... eu esqueci o nome do partido...

ENTREVISTADOR: PSOL?

LUIZ: Não, não é o PSOL, é o partido que é aliado ao PSOL, mas tem também gente que só sairia pelo PSOL” então um ponto que a gente identificou também que é o seguinte, para que nós conseguíssemos eleger uma pessoa, seria preciso que nós reuníssemos todas as pessoas, essa foi a estratégia até então que a gente definiu, olha nós precisamos definir, em um dado momento, todas as pessoas que vão querer se candidatar, “ah são 5 pessoas LGBTs, beleza. cinco pessoas LGBTs”. Então quê que a gente vai fazer? Pelo menos a estratégia inicial foi essa. A gente não teve outras reuniões, nós vamos então definir com essas pessoas um partido, para todas elas saírem pelo mesmo partido, porque parece que hoje o modo de votação ele mudou. Parece que existe um tal de coeficiente eleitoral e não sei o que... Então, por exemplo, se eu sou candidato e ganho mil votos, o outro que é também do mesmo partido e ganhou 500, o outro que ganhou 300... ele acaba possibilitando que o meu partido me dê uma cadeira, então a gente já identificou que se a gente quiser eleger uma pessoa LGBT, a gente pode lançar várias candidaturas LGBTs. Cada uma numa pegada diferente, olha o Luiz com uma pegada mais voltada para área ambiental, é a Mônica mais voltada para área de eventos, é o Marcos com uma pegada mais social e aí todos pelo mesmo partido. E aí que a gente encontrou a dificuldade, como é que a gente vai lançar várias pessoas com candidaturas LGBTs, com pegadas diferentes, para pegar votos, tipo assim, a ideia é pegar votos de várias instâncias, digamos assim, e eleger pelo menos uma pessoa LGBT. E aí teria que colocar todo mundo dentro de um mesmo partido. Então foi a primeira dificuldade que a gente encontrou, como é que pessoas...

ENTREVISTADOR: Sim.

LUIZ: Cada um tem a sua preferência por partido, como é que a gente iria agrupar todo mundo dentro de um partido só para lançar várias candidaturas. Mas a princípio a gente definiu que seria dessa forma, que a gente só conseguiria avançar assim... Porque aí a gente conseguiria pegar votos, muitos votos de várias áreas para, pelo menos, eleger uma pessoa LGBT. Então a gente já identificou isso, já traçou estratégias, falta fazer outras reuniões e definir realmente se isso vai acontecer na prática, se as pessoas estão dispostas a fazerem isso e aí ver se isso vai funcionar.

ENTREVISTADOR: Bacana. Deixa eu te perguntar, você estava comentando comigo que na Atlética tem uma questão um pouco mais hierarquizada assim, mais vertical, porque existem os cargos, as funções. E no coletivo é algo bem horizontal, se reúnem, todo mundo tem fala, pelo que eu entendi. E nessa estrutura da Atlética, quem são as pessoas que estão em cargos de diretoria assim, além de você? Você é o atual presidente? E as outras pessoas?

LUIZ: Isso, exatamente, então hoje eu sou o atual presidente, inclusive, já era para ter tido uma eleição, mas por conta da pandemia a gente vem postergando essa eleição. Então hoje nós temos eu presidente, tem o (nome) que é o vice-presidente, tem é o (nome) que é o secretário e tem a (nome) que é a secretária também. Então somos nós, quatro aí, nessa posição. Assim...

ENTREVISTADOR: (nomes)?

LUIZ: Isso. Que compõem o núcleo administrativo.

ENTREVISTADOR: Beleza e aí o restante da galera que está ligado à Atlética qual que é o papel deles? A participação deles?

LUIZ: Bom, o papel deles, cada um tem a sua diretoria, então por exemplo, nós temos Diretoria de Eventos, o que a Diretoria de Eventos faz? Ela tem que criar eventos, promover eventos, então é assim que funciona. Diretoria Financeira, prospecção de dinheiro e lida também com a contabilidade assim, da Associação. O que mais? Eventos... Marketing, que trabalha as questões de marketing da associação... Então, assim, cada diretoria... Comunicação trabalha as redes sociais, então a comunicação vai publicar, a comunicação vai falar nos eventos e tudo mais. Aí cada diretoria tem as suas funções e aí elas trabalham dentro das suas funções para desenvolver esses trabalhos e esses projetos.

ENTREVISTADOR: E lá no coletivo quem são as pessoas mais ativas, além de você?

LUIZ: Olha é, no coletivo as pessoas até confundem muito, porque todas as pessoas que estão no coletivo... não, todas as pessoas que estão na Atlética, estão no Coletivo. Então tem gente que fala “você num é do coletivo, você é da Atlética” gente... ai acaba confundindo, somos dos dois. Mas, por exemplo, tem eu, (nomes)...

ENTREVISTADOR: E essa galera maioria foi embora de GV?

LUIZ: O (nome), não sei se formou, sei que...

ENTREVISTADOR: Eu também não sei...

LUIZ: ... que rumos tomou o (nome) não, mas eu sei que o (nome) saiu, a (nome) saiu, eu acho que o ele também, se não saiu vai sair. Vai sair esse semestre aí, porque ele era da turma do (nome), então já era para ele ter formado também. Então assim, a galera está indo embora...

ENTREVISTADOR: A Atlética hoje em dia é mais ativa, nesse sentido assim, do que o coletivo ?

LUIZ: Sim, hoje em dia ela é mais ativa, a gente é mais ativo.

ENTREVISTADOR: E vocês têm uma estrutura, pelo que você tá falando aí, vocês têm uma estrutura formal na Atlética, Luiz? Vocês conseguem se registrar no cartório, manter uma certa formalidade, vocês como associação?

LUIZ: Olha, nós temos caixa... ainda nós não temos o registro, a gente está no processo de registrar, mas a gente está postergando, tudo por conta da pandemia. Já era para gente ter se registrado, todos os trâmites até aqui já propiciaram para isso, só que aí a gente entra em um paradoxo, por quê? A minha gestão acabou já, ela já acabou, eram dois anos.

ENTREVISTADOR: Sim.

LUIZ: Só que aí a gente está postergando por conta da pandemia, aí teria que ter novas eleições, aí a gente está tipo assim, aguardando. Aí a gente fica em um meio assim, sabe? É... a gente ia até fazer...

ENTREVISTADOR: Vocês vão ter que fazer duas alterações, não é? Às vezes é melhor já fazer com a nova...

LUIZ: Entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: É tenso, mas a gente já tem tudo praticamente pronto para fazer o registro. A gente só está aguardando a pandemia realmente passar, para gente conseguir fazer o registro e tudo certinho.

ENTREVISTADOR: Você já falou, mas eu vou insistir em uma pergunta aqui, só para você explorar um pouquinho de novo, se você quiser, mas essa questão que você falou que a organização administrativa da Atlética, ela ter esses cargos, essas funções fixas e tal... Em que que você acha que isso auxilia vocês mais do que na horizontalidade? Por que você acha que

isso facilitou de alguma maneira o trabalho? Você começou a falar aí sobre avançar na conquista de direitos e tal, aí eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre isso de novo, se você quiser.

LUIZ: Não, beleza. Olha as coisas funcionam, as coisas andam, as coisas... a gente vê que, que as coisas vão para frente, que tudo anda dentro da Atlética, por que? Porque as pessoas precisam de um norte, as pessoas precisam de uma liderança, as pessoas precisam de serem cobradas, as pessoas precisam de responsabilidades. Então quando você assume uma responsabilidade, você assume atribuições e aí aquela pessoa ela passa a ser cobrada, ela passa a ser questionada, então você pode cobrar, você pode questionar, você pode exigir. Então isso facilita o trabalho da Atlética, prazos, demandas e tudo mais.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: Então isso facilita muito. Na Atlética também, por exemplo, a gente tem várias facetas, digamos assim, então a gente consegue vender tirante, vender canecas para fazer ações, para mobilizar coisas e coisas que a gente tem. Então assim, hoje a gente tem um almoxarifado da Atlética e assim, tudo começou do zero. Então a gente hoje tem vários materiais, a gente empresta para outras associações. A gente já chegou a emprestar caixa de som nossa para o pessoal do DCE inclusive. Então assim, a gente consegue fazer na Atlética uma estrutura organizacional de uma associação boa. É tanto que a gente já chegou num momento, a cogitar a possibilidade, por exemplo, de tornar... equipar a Atlética de uma forma que a Atlética seria uma espécie de uma associação que pudesse ajudar todas as outras associações, tipo, olha nós vamos equipar a Atlética de uma tal forma que a gente vai possibilitar que outras associações hoje, que são deficitárias em várias questões, elas consigam ter o apoio da Atlética. “Ah eu preciso, por exemplo, ah o pessoal do DCE precisa de uma caixa de som para fazer um movimento no centro, não tem”. Não tem, a Atlética pode emprestar. “Ah é preciso de uma câmera para fazer a filmagem de um evento não sei aonde, preciso de uma câmera para isso...”, a Atlética pode emprestar. “Ah eu preciso fazer isso, preciso fazer aquilo outro”, a Atlética pode auxiliar. Então a gente passou por um momento também de equipar a Atlética, de montar uma associação mais robusta para ela possibilitar também que outras associações dentro da cidade pudessem enxergar nós como uma aliada e avançar em outras pautas também. Tanto... não só na LGBT como outras pautas raciais, que a gente entende que também precisam avançar, e que hoje também são deficitárias. A grande diferença que a gente vê da Atlética para esses outros movimentos é exatamente essa, que dentro da Atlética é possível ter essa estrutura hierarquizada, que essa estrutura que a gente consegue ter um fluxo de caixa, porque, querendo ou não, as coisas funcionam através do dinheiro, não tem lógica. Não tem outro meio, gente. Se a gente não tiver dinheiro para pagar um carro de som para fazer um movimento, não vai ter o carro de som. Se a gente não tiver um dinheiro para fazer as faixas, não vai ter as faixas. Então assim, a gente consegue fazer isso dentro da Atlética, a gente consegue fazer a roda girar, digamos assim. Que é o que eu vejo que em outras instituições, isso não rola.

ENTREVISTADOR: Entendi...

LUIZ: Isso não funciona, isso não anda.

ENTREVISTADOR: Bacana. Luiz, se estiver cansado você fala que a gente interrompe.

LUIZ: Não, que é isso, está tranquilo.

ENTREVISTADOR: Beleza. É aproveitar que você falou isso, e vocês têm relação com coletivos de outras pautas? Já houve esse processo de ajuda? De realização de evento conjunto, por exemplo? Já houve alguma iniciativa nesse sentido?

LUIZ: Olha, a gente vai em alguns eventos, mas o que acontece é o seguinte, houve um problema... houve um problema muito emblemático em um dado evento que aconteceu aqui

em Valadares, que foi um Desfile de Sete de Setembro. Então a Atlética foi desfilar no Sete de setembro, porque a gente falou assim “ah, poxa, igreja desfila, é... todo mundo desfila, por quê que nós LGBTs também não podemos desfilar o nosso orgulho no Sete de Setembro?”. Então a gente conseguiu, e fomos... quando a gente foi para esse desfile, aconteceu um problema da Associação com um grupo que estava no desfile, que era o Grito dos Excluídos. E aí foi muito problemático aquele desfile, por quê? Porque tinha, nós da associação, tínhamos feito todas as ações, Murilo, elas são extremamente pensadas, sabe? Elas são pensadas, elas são articuladas, a gente reúne exaustivamente, a gente pensa tudo estrategicamente para as coisas funcionarem, a gente faz reuniões e reuniões. Então assim, a Atlética possibilita também que, pelo fato da gente ter uma estrutura com pessoas de várias “ideologias”, digamos assim, então a gente consegue fazer os nossos eventos, eles são muito bem formatados, eles funcionam, eles são bem interessantes. E aí o quê que acontece, quando a gente faz uma ação, a gente já discutiu aquilo dali muito antes, aquilo dali foi discutido, sabe, exaustivamente, a gente já pensou, a gente já idealizou, a gente já esgotou com a galera que pensa mais alinhado à esquerda, com a galera que pensa um posicionamento mais à direita, então a gente une todas essas vozes para formatar os nossos eventos para chegar em um formato legal, e aí a gente foi para o desfile de Sete de setembro e chegamos lá meses formatando o desfile, pagamos e trouxemos, por isso que eu falo que o dinheiro dentro da Atlética ele funciona, por que? Nós conseguimos trazer um grupo de Drag Queens, de Belo Horizonte, pagamos hotel, pagamos tudo aqui para elas desfilarem com a gente no Sete de setembro também. Então trouxemos esse grupo, mobilizamos as pessoas, articulamos com as pessoas, tinham pais, tinham famílias dentro da nossa ala, que iam desfilar com a gente lá no Sete de setembro. E aí, beleza, estávamos indo... e aí a gente recebe então a menina do grupo dos Excluídos, eu não lembro o nome dela, me procura e fala assim “Luiz, o grupo dos excluídos quer entrar com a Atlética dentro...”, é porque a prefeitura tinha barrado o Grito dos excluídos, porque... como que acontece o desfile do Sete de setembro? Só para você entender, a Prefeitura ela abre uma chamada pública, ela fala assim ó “pessoas que queiram fazer parte do desfile do Sete de setembro esse ano, venham, venham e apresentem as suas propostas que nós vamos permitir que vocês participem”. Então houve várias reuniões que eu inclusive participei, que várias associações, instituições quiseram participar, foram nessas reuniões e protocolaram pedidos e todo mundo participou. Eu lembro que teve até uma última reunião que nem possibilitava mais as associações participarem, que aí foi um representante de uma associação e que pediu para participar. E aí o (nome), que era o diretor de cultura na época falou “gente, olha é, eu enquanto diretor de cultura não posso permitir que vocês participem porque o prazo já passou”, eu acho que era uma escola escoteira não sei das quantas... que tinha perdido o prazo, e aí eles falaram assim, aí ele falou assim “mas se todas as associações que estão aqui permitirem que vocês participem, vocês podem participar”... “Vocês participem pessoal, alguém tem alguma coisa eles entrarem agora?” Já tinha passado a data já tinha acho que um mês já de data passada, aí a gente falou assim “não, gente, para mim tanto faz, uma associação a mais ou a menos no desfile para nós não vai fazer diferença”. Então todo mundo aprovou a entrada daquela associação, então aquela associação entrou. E aí o Grito dos excluídos não foi em nenhuma dessas reuniões, então a prefeitura também ela se planejou, para quê? Para que aqueles grupos que tinham se inscrito, sido inscrito, eles desfilassem e o grupo dos excluídos surgiu no dia lá do nada para fazer a ocupação deles e...

ENTREVISTADOR: Queria...

LUIZ: Queriam entrar no desfile porque a prefeitura, querendo ou não, ela fez um evento muito bem organizado e isso é um ponto positivo, por isso que eu acho que o pessoal não

gosta de mim, fala que eu sou da direita, porque eu elogio quando é preciso elogiar, eu acompanhei o governo (nome)... O Governo (nome)... o governo (nome) fez um desfile de Sete de setembro maravilhoso, foi muito bacana, eles colocaram arquibancada para as pessoas sentarem, o público foi gigantesco, quase dez mil pessoas participando, então eles fizeram um evento muito bacana, muito bem organizado. Isso foi muito positivo e eu reconheço esse mérito deles, foi um evento muito bem organizado. E aí o Grito dos Excluídos me procurou antes da gente entrar no desfile lá, antes da gente ir para avenida desfilar. A menina lá falou “Luiz olha, tem como o grupo dos excluídos entrar junto com a Atlético? Desfilar junto com a Atlético? Porque a prefeitura não vai permitir que a gente desfile” aí eu virei para menina e falei “olha, não tem como o grupo (grito) dos excluídos participar, porque a Atlético já formatou a sua proposta de evento de hoje, ela já veio formatada. Não tem como eu chegar aqui e falar gente vamos mudar tudo que a gente definiu há dois meses atrás, todas as nossas estratégias para atingir o nosso objetivo final vão ser mudadas agora, nós vamos colocar o grupo dos excluídos dentro do nosso grupo”. E aí a menina ficou puta comigo, “você estão lutando do mesmo lado que a gente, nós somos da mesma luta, nós somos da mesma pauta, nós lutamos o mesmo, não sei o que...” aí eu falei para ela “olha, sim, nós lutamos é as mesmas lutas, as mesmas pautas, mas deixa eu te explicar, hoje a proposta que nós colocamos hoje aqui é uma proposta que não vai de encontro com o que vocês estão colocando. Então não é que nós estamos defendendo outras propostas, é que hoje o nosso formato de proposta ele é um, o de vocês é outro. Então eu não posso permitir que vocês entrem junto com a gente numa proposta que já foi discutida exaustivamente, que já foi formatada, não posso fazer isso.”

ENTREVISTADOR: Você...

LUIZ: Aí beleza, o quê que aconteceu? Seguimos, entramos na avenida, nisso que a gente entrou na avenida, eram muitas pessoas. Aí eles entraram dentro da nossa ala, aí houve uma confusão, porque queriam entrar dentro da nossa ala de qualquer jeito, aí eu e uns meninos que estavam atrás, nós fizemos tipo um cordão para não permitir que eles entrassem dentro da nossa ala, porque a ala deles eram muito grande, a nossa ala em vista da ala deles era uma ala pequena. Então a gente ia sumir dentro da ala deles, então a gente fez tipo um cordão para não permitir que eles passassem e entrassem dentro da nossa ala para estragar o nosso movimento que a gente já tinha formatado. Então desde aquele dia, ali, então essas pessoas que estavam lá criaram ranço da gente, falaram que a gente era de direita, que a gente lutou contra eles, que não sei o que... Inclusive hoje tem uma vereadora eleita, que inclusive falou que na época eu peguei ela pelo pescoço, isso nunca aconteceu... Ela afirmou categoricamente que eu fiz isso, que eu a peguei ela pelo pescoço, que eu segurei ela... falei “gente, onde que eu vou fazer isso?”. E aí uma outra menina confirmou “ah não, ele fez isso mesmo”, aí essa menina inclusive, que ela é bem... como que eu posso dizer, ela gosta de arrumar problemas, ela tem problema em entrar no meio de confusão. Eu fiquei assim “gente se eu fiz isso, você viu e não fez nada, assim, eu estava fazendo isso, eu sou, sou pequeno, não é?”. Todo mundo viu isso acontecendo e ninguém fez nada, mas tudo bem. Então desde aquela época, estou só contextualizando para você entender, e aí essas pessoas que faziam parte desse movimento, do grito dos excluídos, elas também fazem parte de vários movimentos aqui. Então por conta desse incidente aí elas tomaram ranço de nós, porque elas acharam um absurdo a gente não ter permitido que elas participassem daquele momento que a gente já tinha programado e tudo mais. Então elas tomaram ranço da gente, e aí a gente não tem um diálogo bom com eles hoje, por conta disso, porque eles não querem dialogar com a gente, eles não dialogam com a gente, então a gente não consegue...para responder a sua pergunta, só para você entender o por quê que.. você perguntou, “você dialogam com outros coletivos, com outros movimentos?”, a

gente até vai nesses movimento deles, a gente tenta ir para apoiar e tudo mais. Mas eles não dialogam com a gente, porque existe essa birra de nós, por conta desse incidente que aconteceu nesse evento. Então acaba que a gente não dialoga, a gente não propõe eventos e ações juntos por conta disso. Então esse é o motivo.

ENTREVISTADOR: Entendi... Você acha que o fato de, por exemplo, o grito dos excluídos, eu imagino as pessoas que estão à frente dele, tenho certeza. Você falou da vereadora eleita, deve ser a (nome) também. E você acha que é uma preocupação da Atlética, também, o fato de misturar determinados símbolos? Você falou que vocês já tinham formato definido. E que vocês então tinham essa preocupação de manter essa expressão do jeito que vocês planejaram. Você tinha uma preocupação, por exemplo, com que eles capturassem o desfile de vocês a partir de outros símbolos, outras mensagens? Vocês tinham essa preocupação?

LUIZ: É, vocês.... eu não digo vocês, mas eu tinha... porque eles me procuraram. Os guardas, as outras pessoas não tiveram acesso a isso, mas eu tive. Então, quando eles me procuraram, eu imaginei o seguinte, por que eu neguei ali, naquele momento? Primeiro porque realmente a gente já tinha definido um formato, então assim, pensa só, todas as pessoas que estavam ali, elas já estavam sabendo de como seria o formato, aí do nada me surge dezenas de pessoas de não sei onde, com várias outras pautas, com símbolos e coisas. Então assim, as pessoas que são externas à Atlética, se eu tivesse no lugar delas, eu iria me sentir traído, eu iria me sentir manipulado. Porque espera aí, a Atlética me chama para fazer parte de um movimento X, aí chega lá surge outras movimentações que eu não fui avisado? Então quando me procuraram eu pensei nisso, e eu pensei exatamente isso que você trouxe, que o Grito dos Excluídos ele tem toda uma roupagem, ele tem toda uma característica, ele traz simbologias, quem vê ele fala assim “oh essa galera aqui é a galera petista, é a galera do MST, é a galera não sei o quê, é a galera disso, é a galera comunista, é a galera ‘esquerdalha’, é a galera não sei o quê, a galera não sei o quê, não sei o quê...”. Então assim, quem vê o movimento deles... eu não estou dizendo, Entrevistador, que eles são isso... Não estou dizendo que eles são isso, eu estou dizendo, assim, qual é a percepção do público, qual que seria a percepção do público em relação à Atlética, se a Atlética estivesse desfilando junto com o grupo dos excluídos? O que aquela simbologia, o que aquilo traria para nossa Associação? É o que a gente não queria naquele momento, que eu enquanto presidente tive que tomar a decisão de não querer que aquilo fosse atribuído a nós. Porque o que permitiu, só para você entender, a Atlética não é o primeiro movimento LGBT de Governador Valadares, não é. Mas já houve outros movimentos, mas é o que mais avançou em tão pouco tempo. E por que a Atlética é o movimento que mais avançou em tão pouco tempo? Pelo *modus operandi* que a Atlética opera, é um *modus operandi*, é o nosso formato que possibilitou isso, então, assim, é inegável que a Atlética alcançou algo que outros movimentos da cidade LGBTs que tiveram. fracassaram. Nós alcançamos, mas, por quê? Pelo *modus operandi*, que o que a gente definiu como... que é o que a gente definiu como na nossa estratégia de inserção na comunidade valadarense, ela é pelas beiradas. A gente entra nos inserindo pelas beiradas... como assim, Luiz, pelas beiradas? Funciona assim, o cenário valadarense é o seguinte, é uma cidade conservadora, é uma cidade preconceituosa, é uma cidade “problematicazíssima” em relação a pautas LGBTs. Nós temos dois cenários, o primeiro: vamos ser o movimento LGBT tradicional, nós vamos chegar com duas voadoras nas portas dos municípios, de Valadares, e engulam o movimento LGBT, engulam nós, como os tradicionais fazem? Ou nós vamos fazer diferente? Nós vamos pelas beiradas, nós vamos ir para as praças, nós vamos levar o movimento para o esporte, nós vamos dialogar com as pessoas, nós vamos levar essa característica da Atlética que é uma característica legal, de trazer as pessoas para o nosso lado,

de convencer as pessoas... Então esse é o nosso formato, é pelas beiradas, a gente vai devagar, a gente vai pelas beiradas. Então a gente não poderia, naquele momento, permitir a inserção do grupo dos excluídos porque traria toda uma simbologia que a nossa associação desenvolveu um formato que iria cair por terra. O que as pessoas iriam associar? Alá, olha lá, LGBTs, esquerdas, comunistas, baderneiros, olha lá o pessoal do MST, não sei o que... Então assim, a população, não há como negar, infelizmente o cenário valadarense é esse. As pessoas olham para essas pessoas e enxergam isso, elas são isso? Eu não acho que elas são isso, mas as pessoas enxergam isso. Então assim, eu tenho que partir do pressuposto que eu preciso mudar esse cenário, então a gente traça estratégias para mudar ele. E aí naquele momento ali não era interessante para a gente que a causa deles, a simbologia se inserisse dentro da nossa, porque traria para Atlético uma visão que a gente não queria naquele momento que fosse passada para as pessoas, não é?

ENTREVISTADOR: Eu entendi, mas para vocês isso não seria um problema para futuras parcerias e alianças?

LUIZ: Não. Não seria um problema, não seria um problema, a gente entende que naquele momento foi um problema por conta do nosso formato. Mas nós não teríamos nenhum problema em articular com o grupo dos excluídos, com o grupo dos excluídos uma ação futura, onde nós definíssemos uma estratégia que funcione para fazer um evento, para fazer uma manifestação. Não seria... não teríamos nenhum problema em fazer esse tipo de movimentação. Só que naquele momento a proposta deles era uma e a nossa proposta era outra. Eu não sei, você chegou já a ver essa manifestação do Grupo (Grito) dos Excluídos?

ENTREVISTADOR: Já cheguei sim.

LUIZ: Então, pois é, assim dentro daquela roupagem que eles carregam, caixões, botes... é uma coisa bem assim, impactante mesmo. A nossa roupagem naquele dia é outro, quê que a gente levou naquele dia? Nós compramos rosas, inclusive foi uma estratégia da (nome) que hoje ela é filiada ao PT. Ela falou assim “Luiz, o que nós vamos fazer? Nós vamos comprar rosas e nós vamos pegar as Drag Queens e nós vamos dar as rosas para as Drag Queens e vai ter as pessoas nas arquibancadas, e as Drag Queens vão entregar rosas para as pessoas nas arquibancadas, demonstrando ali um sinal singelo de amor, de paz, de que nós LGBTs queremos... e vários cartazes de falas importantes.”. Então, assim, tem até uma foto que é uma Drag entregando uma rosa para o Prefeito da cidade. Então isso também foi uma estratégia que a gente definiu. Dentro do nosso formato, então, veja só, como que a gente estava trabalhando dentro do nosso formato. Era um formato de levar amor, de levar paz, de levar consciência, de levar para as pessoas que nós estávamos querendo reivindicar o nosso direito de amar pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Então assim, era uma proposta completamente antagônica ao que o Grupo dos Excluídos estava defendendo, naquele momento. Por isso que quando a menina me procurou eu falei “olha eu concordo com você, nós defendemos as mesmas pautas, mas hoje o formato de vocês é um, o meu formato é outro, eu não posso permitir que vocês participem do nosso é... dentro do nosso formato, porque o formato de vocês é um...”, entende? Tinham famílias que estavam ali porque elas foram acreditadas dentro do formato que a gente passou para elas. “Oh a gente vai ser assim, vai ser dessa forma, vai acontecer assim...” E aí tinham pais, tinham avós...

ENTREVISTADOR: Para vocês não precisava tensionar mais ainda do que já estava...

LUIZ: Você está entendendo? Então assim, foi essa a situação. E aí depois desse dia aí que criou-se... porque, até então, essa galera aí do Grito dos Excluídos ia nos nossos eventos. Eles apareciam, assim, eles eram um grupo bem aliado nosso. Eles iam bastante, eles participavam e tudo mais, que é quem? (nomes)... enfim, outras pessoas, eles iam bastante nos nossos eventos. E aí depois desse incidente aí eles não foram mais, eles começaram a divulgar *fake*

news. Tem várias pessoas dentro da Atlética que são aliadas a eles, digamos assim, que fazem parte do movimento deles, que estão aliados ao PT, que estão alinhados ao PSOL, que estão aliados a outros grupos e que falaram “gente, esse pessoal está louco, esse pessoal está inventando...”, que, na época, eles inventaram um monte de *fake news* nossa, falaram um monte de mentira a respeito da Atlética para difamar a gente, para prejudicar a nossa imagem. A gente ficou assim, como é que pode, o pessoal fala tanto... que naquela época estava aquelas *fake news* loucas do Bolsonaro, e o pessoal a gente comentando, poxa como é que pode, pessoal fala tanto de *fake news* de mentiras, tudo mais e agora estão aí divulgando um monte de mentiras da Atlética e a galera da esquerda fazendo isso. Então assim, é a própria galera da esquerda ficou puta com eles mesmos, assim... Com o grupo deles assim, poxa, não estou reconhecendo meu grupo, como é que eles estão falando essa mentira, estavam espalhando coisas que não tinham acontecido. Estavam espalhando coisas que a gente não fez. Enfim, e com simplesmente de deslegitimar o nosso movimento.

ENTREVISTADOR: E como que vocês criaram essa percepção estratégica de até onde eu posso tensionar? O quanto eu posso misturar com outras pautas e o quanto eu não posso? De onde vocês tiraram essa consciência, essa estratégia? É de alguém trouxe isso para vocês? É de alguma leitura? Teve um papel específico de um dos membros ou todos vocês? Foi na prática mesmo, como é que foi?

LUIZ: Como eu disse, a nossa associação ela é bem heterogênea. Então não foi de nenhum... Não foi de ninguém assim, específico. Não foi de “ah tiramos do autor X, tiramos do fulano Y”, é simplesmente assim, as nossas reuniões elas são extremamente pragmáticas. A gente parte de um problema e a gente parte para soluções. Problemas, soluções. Temos esse problema, então a gente discute, é uma discussão, então assim, “olha temos esse problema gente, o que a gente pode fazer para melhorar? O que a gente pode fazer para fazer as coisas funcionarem?”, e a gente chegou nesse formato. Então a gente partiu de um problema, “olha, a cidade ela é conservadora, a cidade ela é problemática, a cidade ela tem esse cenário, esse é o cenário. Eu vou fazer o quê? Eu vou falar: não, o cenário não é esse. Gente o cenário é esse, vamos encarar a realidade, ponto, esse é o cenário. O que eu enquanto militante, ativista posso fazer para mudar isso, para melhorar isso? Quais que são as estratégias?”. Aí é aquela coisa, eu vou continuar fazendo aquilo que está dando errado? Não vou, não vou. Então a gente sempre discutiu isso nas nossas reuniões. Então esse formato, Murilo, ele partiu das nossas reuniões mesmo.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: Foi um formato nosso, que nós definimos, mas ele surgiu não de uma pessoa específica, mas de um grupo de pessoas que naquela discussão, ali, entenderam que no cenário Governador Valadares, a melhor estratégia para avançar em pautas LGBTs é pelas beiradas. Não tem como eu chegar na voadora na casa da senhora de setenta anos que é conservadora, na casa do senhor... na casa do Joazinho que é conservador. Não tem como. Então a gente tem que traçar outros modos.

ENTREVISTADOR: E esses movimentos LGBT tradicionais que você fala que já houve na cidade, eles não existem mais? Não são mais ativos? Você tem notícia disso? Porque eu só conheço o de vocês mesmo, o coletivo e a Atlética.

LUIZ: Tinha um que chamava NUDIS, que inclusive era da...

ENTREVISTADOR: Sim, lembro desse também.

LUIZ: Então, eu não sei te informar porque ele é um coletivo aí coordenado pela... que é mais a (nomes)...é essa galera aí sabe? Então, assim, eu não tenho muito notícias, eu vejo que eles fazem algumas postagens, mas não, nunca vi nenhuma reunião, assim, presencial, desde

quando a gente iniciou o movimento aqui em dois mil e dezoito, eu nunca vi nenhum tipo de movimentação específica deles, presencialmente, sabe?

ENTREVISTADOR: Saquei. É... nós estamos acabando, “tá”, Luiz?

LUIZ: Não, aqui, pode ficar à vontade. Vai fazendo as perguntas, se você quiser também eu posso falar também da minha experiência, eu atuei um pouquinho no DCE também. Inclusive, teve um problema parecido com o que a gente teve na Atlética, em uma manifestação. Eu não sei se você foi naquela manifestação que teve na praça, que reuniu os alunos do IF, os alunos da UFJF também...

ENTREVISTADOR: Fui, lembro.

LUIZ: Enfim, também participei do DCE um tempinho, depois tive que sair, mas também tem essa experiência, não sei se é interessante.

ENTREVISTADOR: Sim... no movimento estudantil essa questão sectária assim, essas brigas que têm dentro de pessoas que estão supostamente no mesmo campo e tal, você também vivenciou isso no DCE de alguma maneira?

LUIZ: Sim, vivenciei e saí do DCE por conta disso. Eu fazia parte do DCE, eu nunca tive assim, um partido político assim. Eu falo: “ah eu me encontro hoje, eu vejo que eu tenho propostas legais que eu acho que são interessantes dentro do PDT”. Mas eu não sou pedetista sabe?. Então assim, dentro do DCE, tem uma galera que eu não concordo com o que eles fazem. Por exemplo, naquelas manifestações que havia sido acordado com todo mundo? Nós fizemos uma reunião na quadra do RU com uma galera, e nós definimos que nós iríamos para rua manifestar. Beleza, vamos para rua. E aí foi falado isso na reunião, tinham pessoas ligadas ao PT lá, teve uma fala do menino da Medicina, não lembro o nome dele. Mas ele falou “gente, olha, a cidade”, porque é o que eu comentei, a Atlética ela tem aquele formato que eu comentei agora a pouco com você. Por quê? Porque o cenário valadarense é esse cenário. Quando a gente discutiu na Assembleia Geral do DCE com muitos estudantes, a estratégia de ir para ruas manifestar, foi falado que nós não iríamos defender um partido, foi falado isso exaustivamente, por pessoas que inclusive falaram “gente, eu sou petista” as pessoas elas iniciavam as falas desse jeito “gente, eu sou petista, eu votei no Lula, eu sou Lulista, eu voto no Lula e tal... mas agora não é hora da gente ir para rua gritar Lula, agora não é hora para gente ir para rua gritar PT. Agora não é hora para gente ir para rua fazer esse tipo de manifestação, então assim, quando a gente for amanhã para manifestar nas ruas, vamos para as ruas manifestar outras pautas, não vamos gritar... a cidade ela é extremamente conservadora, a cidade é assim, assim...”. Então todo mundo tinha essa consciência e foi isso que foi definido. Que nós não iríamos ir para rua naquela manifestação manifestar pautas políticas, políticas no sentido assim, defender PT, defender aquilo... porque a cidade é extremamente bolsonarista. Nós queríamos trazer a população para o nosso lado, nós não queríamos que a população virasse as costas para nós. Nós queríamos que a população tivesse do nosso lado, então por isso que a gente definiu em assembleia geral do DCE, que nós não iríamos falar de PT, que nós não iríamos fazer isso. Então assim, as pessoas elas sempre tiveram uma.... eu sempre fui muito transparente, Murilo, então as pessoas sempre confiaram no meu trabalho, confiaram no meu posicionamento. Eu tive muitas reuniões dentro do movimento estudantil, tive grandes avanços, por exemplo, eu estive à frente daquelas tendas que colocaram no RU. Aquelas tendas só foram colocada porque eu fui para televisão, chamei a televisão, chamei um monte de aluno e enquadrei o reitor, e muitas reuniões... aquela ampliação do RU de colocar mais uma ilha de comida para desafogar os estudantes também foi uma movimentação minha. Então eu tive muitos avanços dentro da Universidade, do movimento estudantil, que as pessoas viam e falavam “não, eu confio no Luiz porque o Luiz ele fala e corre atrás e as coisas acontecem” as pessoas viam que as, as mobilizações que eu

estava à frente elas funcionavam, elas andavam.”. Porque eu sempre trabalhei com estratégias que funcionem, coisas que vão funcionar, eu pensava “ah poxa o reitor não quer andar não? Então está bom, então nós vamos chamar aqui a TV Leste, nós vamos chamar aqui a TV Record, nós vamos fazer uma reportagem e nós vamos expor ele, porque ele não quer colocar, os alunos aqui nessa fila gigantesca, é um absurdo isso”. Rapidamente ele dava o jeito dele surgir as tendas, rapidamente surgiu as ilhas de comida, rapidamente ampliou o RU. Enfim, então as pessoas tinham uma segurança no trabalho, na defesa que eu fazia dentro da Universidade. E quando a gente saiu naquela reunião para ir manifestar no outro dia, as pessoas tinham essa segurança, de que nós iríamos para rua em prol da pauta estudantil em prol da pauta dos estudantes, em prol de uma Universidade melhor, em prol de condições melhores de estudos e tudo mais, por corte na educação e tudo mais. Então as pessoas tinham essa segurança de que a gente estava indo manifestar para isso. Só que aí o quê que aconteceu? A gente chega na praça para manifestar, quem é que está lá? Um monte de carro do PT, um monte de gente do PT, um monte... Sendo que nós já tínhamos discutido na reunião anterior que nós não iríamos levar ninguém de PT, não ia ter falar petistas, não ia ter esse tipo de coisas no nosso movimento. Um monte de aluno vira para mim e fala “Luiz, como assim, não foi discutido ontem que não iria ter...” porque a Universidade você sabe, ela é gigantesca. Tem gente que é contra PT, tem gente que é a favor do PT, então assim, naquele dia ali nós conseguimos reunir todo mundo, era todo mundo. Então por isso que não. As pessoas ficaram putas comigo “Luiz, poxa, vocês fizeram sacanagem com a gente, falaram que não iria ter ninguém do PT aqui, falaram que não ia ter manifestação petista, que não sei o que... e olha só aí carro de som do PT, bandeira do PT, bandeira do MST, bandeira não sei o que...”, e realmente, eu também me senti traído, porque o que a gente tinha discutido na reunião do movimento estudantil, é que não iria ter esse tipo de coisa e teve. A gente foi para as ruas, a gente se manifestou, com um monte de gente do PT, com (nome) falando aos montes pela rua, xingando, fazendo falas de ataque... Enfim, estratégias que nós tínhamos definido no movimento estudantil que não funcionam, porque aqui não funciona. Aquilo não funciona, como é que eu vou para rua, numa cidade que votou setenta por cento no Bolsonaro e grito “pau no cu do Bolsonaro”, um bando de estudante, aí vem uma pessoa ligada ao PT coordenando o movimento gritando isso no meio da rua, então assim, a as pessoas ficaram extremamente chateadas comigo. Se sentiram traídas e eu me senti traído também. Por quê? Definimos uma coisa, foi no dia e outra coisa totalmente diferente do que aquilo que a gente acordado. E aí a gente foi para rua e a gente teve a adesão da população? A gente não teve, a gente não teve “né”. A gente foi para rua, as pessoas ficaram com raiva da gente, as pessoas não aderiram ao nosso movimento. Por que? Por que a gente estava ali gritando “pau no cu do Bolsonaro, Bolsonaro é o carai, não sei o que...”. Gente isso é ridículo, na minha opinião, naquele momento era ridículo fazer aquilo. Numa cidade que votou setenta por cento Bolsonaro, vai um bando de estudante para rua gritar “pau no cu do Bolsonaro, não sei o quê Bolsonaro”. Não funciona, a população não vai nos abraçar e foi isso que aconteceu, não nos abraçou e depois eu decidi sair, porque aquilo dali eu me senti traído, então eu decidi sair do DCE por conta desse tipo de coisa que acontece. Que foi, eu não sei quem foi que fez aquilo, mas eu só consegui enxergar uma pessoa, o (nome), que não sei o que ele arrumou, o que ele chamou, na minha opinião foi ele que chamou aquela galera para ir lá, porque ele que era a pessoa que estava ligada ao PT, que ainda é ligado ao PT e que ainda era ligado àquela galera lá, (nome) e tudo mais, não sei se foi ele que os chamou para ir lá, mas na minha percepção é, eu acredito que seja ele. Porque aquele pessoal surgiu do nada lá, antes mesmo da gente

chegar, antes mesmo de chegar no movimento eles já estavam lá, com os carros de som e tudo mais.

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: Aí depois disso eu saí do movimento estudantil e foquei mesmo só dentro do movimento da Atlética, o movimento LGBT e dentro do coletivo.

ENTREVISTADOR: Ótimo, agora eu quero te fazer uma pergunta com base nesse contexto que você estava falando, me parece que você tem uma percepção pragmática e estratégica nesse sentido, de que em determinados contextos você precisa avançar pelas beiradas, eu entendi que você falou. E ao mesmo tempo você falou em outra oportunidade aí que vocês perceberam que para avançar na pauta LGBT vocês têm que ter candidaturas e tal, de alguma maneira participar da política partidária também, eleitoral. E aí eu fico pensando como que... porque por mais que a gente verifique tanto no nível nacional, quanto no nível local, na hora da eleição mesmo esses partidos tradicionais, o PT por exemplo, eles têm uma certa... as pessoas por exemplo, votam na (nome) porque ela representa a pauta racial e também por ser uma mulher negra, então ela tá ali representando o feminismo, talvez muita gente LGBT deve ter votado nela, creio eu, mais até do que na (nome), enfim... Então como, já que você está falando isso, que razão você explica as pessoas continuarem fazendo essa associação na hora do voto nas candidaturas, nas pessoas que estão dentro dessa estrutura mais fechadinha ideológica? Assim, De eu ser petista, de eu ser de esquerda, de eu ter essa estética, esse símbolo... Por quê que na hora do voto acaba fazendo isso? Assim, como que você lê essa situação? Você acha, e isso é uma pergunta, vocês acham que o movimento de vocês ele tem inserção na periferia? É para emendar, se isso faz parte da discussão também.

LUIZ: Entendi, bom. Eu acho que no caso da (nome), a gente tinha realmente duas candidaturas ali, a gente tinha a (nome) que era vista como a candidata LGBT, claramente LGBT, ela defendeu isso muito claro dentro da sua candidatura, mas que estava ligada dentro da direita, tipo assim, a direita valadarense. Ela ia para as ruas com o (nome), ela tirava fotos com o (nome)... Então assim, para muita gente isso era inadmissível. Isso era incontestável, isso não... então assim, ela ter sido aliada ali ao (nome), especificamente ao PSDB e também por ela estar ligada ao partido, qual que é o partido dela gente? Esqueci qual que é o partido...

ENTREVISTADOR: PROS?

LUIZ: O PROS, isso, então assim, o pessoal realmente votou, eu vi muitos colegas LGBTs que votaram na (nome), por conta disso. Falaram “Luiz, eu não vou votar na (nome), porque ela está apoiando o (nome) e ela está super alinhada com o projeto da direita valadarense”. Então, assim, muita gente deixou de votar nela por conta disso, mas mesmo, assim, eu considero os votos nela assim, razoáveis para uma cidade conservadora, valadarense, ela é uma mulher travesti. Então, assim, querendo ou não, 345 pessoas que votaram na (nome), eu considero como uma quantidade expressiva para Governador Valadares. Mas, de fato, as pessoas... muitos LGBTs, colegas e amigos deixaram de votar nela e votaram na (nome). Não só porque a (nome) ela reunia ali dentro do conglomerado de propostas dela, não só propostas da comunidade LGBT, mas também algo mais voltado para periferia. Então, hoje nós temos... eu tenho percebido que existe uma moção social das pessoas em dar visibilidade, em dar oportunidades, porque as pessoas elas enxergam os seus privilégios, então hoje acho que as pessoas conseguem enxergar os seus privilégios e elas falam, “poxa, eu tenho que eleger alguém da periferia, eu tenho que eleger alguém que dê possibilidade para as pessoas das periferias chegarem aonde eu consegui chegar com as oportunidades que eu tive e tals”. Então eu acho que a proposta de governo da (nome) ela foi muito mais formatada. E por isso que eu comentei, olha, o fiasco da candidatura da (nome), porque a (nome) ela teve até uma certa proposta, mas não foi algo muito bem alinhado com a comunidade LGBT e tudo mais. Por

isso que a gente falou “olha, para as próximas eleições nós vamos ter que definir sim as nossas candidaturas, nós vamos ter que trabalhar como é que a gente vai colocar essas pessoas para se elegerem aqui na cidade, como é que a gente vai definir isso, que a gente precisa eleger uma pessoa LGBT. A gente considera que a (nome) ela é uma aliada, mas ela não é uma pessoa que ela vai ser protagonista. Então hoje nós não temos ninguém protagonista no movimento LGBT dentro do legislativo. Nós temos aliados, a (nome), nós temos outras pessoas que são aliadas aí do nosso movimento, mas não...

ENTREVISTADOR: Quem mais que vocês consideram que é aliado dentro da Câmara?

LUIZ: Dentro da Câmara? Olha é, por incrível que pareça, até aquela pergunta que você me fez. De direita ou de esquerda? O (nome) também reclamou, uma vez eu perguntei isso para o ele, reclamou “Luiz, quando as pessoas perguntam isso, as pessoas falam...” acho que você pode falar isso também, você é colega de faculdade dele... Eu não sei como que o (nome) é visto dentro do curso de Direito aí pelos docentes. Mas quando eu perguntei para ele, ele falou assim “Luiz, quem é da direita fala que eu sou da esquerda, quem é da esquerda fala que eu sou da direita”.

ENTREVISTADOR: É tipo isso.

LUIZ: Então eu não sei “né”... mas enfim, o que acontece? O (nome) hoje a gente vê como uma pessoa que ela é aliada nossa. Assim, e eu enxergo hoje até mais do que a (nome). Porque eu fiquei assim, impressionado, no dia 28 de janeiro, foi o dia Internacional da Visibilidade Trans, quatro horas da tarde de uma sexta-feira, o (nome) estava dentro de uma república de travestis e transexuais aqui de Governador Valadares fazendo uma ação, é... com essas pessoas. Tirando fotos, fazendo vídeos e querendo ou não, Murilo, a gente sabe que o (nome) ele representa uma elite valadarense. Ele representa uma elite intelectual. Ele representa uma elite valadarense. Isso é claro para mim, eu não tenho qualquer sombra de dúvidas disso. E ele estar ali dentro daquele local, representando essas pessoas, que claramente o elegeu, eu fiquei assim, extremamente impactado, falei assim “nossa, extremamente interessante”. Em contraponto, a gente não viu sequer uma postagem da (nome) naquele dia, em menção às travestis e transexuais. Então, assim, hoje eu enxergo ele como um aliado, e várias outras pautas também ele tem buscado ser o interlocutor nosso em, por exemplo, saúde LGBT, com pautas relacionadas à PREP e prevenção. Em contraponto, a (nome) ainda nós não tivemos, não vi ainda nenhuma movimentação dela nesse sentido. Então eu considero assim uma pessoa que é bem aliada, ele sempre está disposto, sempre que eu procuro ele sempre está disposto a nos ouvir, a abraçar os pontos e enfim...

ENTREVISTADOR: Entendi.

LUIZ: E você fez uma outra pergunta, você me perguntou “vocês estão inseridos hoje dentro da periferia”;

ENTREVISTADOR: Estão?

LUIZ: Sim, estamos. Hoje nós fomos, foi até interessante isso, que a gente até ficou com medo. Porque assim, a gente foi para o Altinópolis, o Altinópolis é um bairro de periferia. Então nós fomos para o bairro Altinópolis, nós levamos uma bandeira gigante LGBT, que é uma bandeira que eu acho que são uns trinta metros e estendemos essa bandeira lá nessa praça. Então, olha só, a loucura, a gente sai do centro, vai para um bairro de periferia que a gente nunca tinha ido, leva os nossos militantes, leva uma galera LGBT, leva música, leva dança, leva bandeira e vai para lá para o Altinópolis. Então a gente ficou assim, meio temeroso do quê que poderia acontecer ali, se a gente seria bem aceito, se a gente não seria bem aceito. E nos surpreendeu, porque a periferia nos aceitou de uma maneira assim, muito grandiosa. As mães foram, porque lá tem uma praça, tem uma quadra que é coberta, e foram

as mães, foram os pais, foram os avós, e falaram com a gente “você precisam vir aqui mais vezes. Você precisam estar aqui, é preciso que fale sobre isso, é preciso que a gente discuta sobre isso... E a gente conversou com essas pessoas e foi muito legal, ser abraçado por essas pessoas ali naquela comunidade.

LUIZ: E as crianças foram, as crianças brincaram com a gente, a gente foi, brincou, jogou... Então, assim, a gente hoje consegue se inserir dentro da periferia e ver que as pessoas também elas têm a consciência de que é preciso falar sobre isso. É preciso discutir sobre isso. Então, assim, é o formato que a gente leva, está vendo? A gente não foi bater na porta da pessoa para falar sobre gênero e sexualidade, a gente não foi lá levar isso... A gente leva essa discussão só do fato da gente colocar uma bandeira gigante, só da gente estar ali jogando, só da gente estar ali expressando... Porque ser LGBT também tem toda uma expressão, tanto musical, artística, cultural... Então só da gente tá ali naquele espaço, ocupando aquele espaço, já coloca a comunidade em discussão “olha tem gays...”, “olha, tem travestis...”, ali eu vi, tem pessoas LGBTs aqui. E dá força também para que as pessoas que são LGBTs daquele ambiente, elas possam ser quem elas são de verdade dentro da sua comunidade e mostra também que existem outras pessoas que são iguais a elas e que estão ali se movimentando e que estão ali se ajudando, que estão ali juntas, e que podem fazer um movimento bem legal e bacana dentro daquela comunidade.

ENTREVISTADOR: Show. Luiz, eu tenho mais duas perguntas só, mas a última é bem rapidinha, ok? É... primeiro, essa também enfim, se você souber, se você achar que vale a pena responder... Lá atrás você tinha comentado comigo que você tem uma preocupação também com a equidade social, com a igualdade material, econômica em alguma medida. Mas os movimentos são mais pautados pelas questões LGBT em si. Agora qual que é o papel mesmo assim, qual que é a importância que você dá para essa questão econômica assim, na sua vivência e do movimento também, assim, qual o peso que isso tem para sua posição política? A igualdade econômica, assim, em algum sentido você é crítico desse capitalismo que está aí? Você gostaria que ele mudasse?

LUIZ: Olha essa questão... eu não posso falar sobre capitalismo e sobre essas questões, essas questões econômicas, porque eu não tenho bases teóricas para falar sobre isso. Eu não consigo te falar: olha o capitalismo é um problema, o problema do mundo é o capitalismo... não sei, não consigo te falar sobre isso. É o que eu consigo te dizer é que hoje a gente criou uma associação para avançar dentro da comunidade LGBT em um cenário municipal e para tornar essa associação um alicerce para a Comunidade LGBT. Por exemplo, hoje nós temos um projeto que chama “Todes Juntas”, quê que é esse projeto? Esse projeto ele doa cestas básicas para pessoas LGBTs, pessoas LGBTs que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Então assim, outro dia nós fomos no Bairro Altinópolis, essa semana agora que passou, semana passada, entregar uma cesta para um rapaz gay, LGBT, que estava sem alimentos em casa. Então nós fomos lá e doamos para ele uma cesta. Nós fizemos isso várias vezes. Nós já doamos cestas para várias travestis, nós já compramos fogão, nós demos um fogão para um homem trans que ele falou “Luiz, olha, nós temos comida, nós temos alimentos, mas nós temos... não temos um fogão para cozinhar, você pode, a associação pode doar um fogão?” a gente comprou um fogão e doamos para essa pessoa trans. Então assim, a Associação ela tem esse papel de possibilitar isso, por isso que eu falei lá atrás, o projeto maior da Atlética é criar uma associação robusta, para que ela consiga de fato amparar essas pessoas, para que ela consiga de fato ajudar essas pessoas no que elas precisarem, se a pessoa LGBT ela foi expulsa de casa, que ela possa no futuro ter um local para ela ficar temporariamente, que a gente consiga criar um centro de acolhimento, que a gente consiga criar um centro de capacitação, que a gente consiga criar modos de inserir essas pessoas no

mercado de trabalho para que elas consigam se auto sustentar financeiramente. Aí você me pergunta “você é crítico”, não critico do capital, do dinheiro, do capitalismo, não sei... Eu sei que hoje o mundo funciona assim, é preciso ter dinheiro para sobreviver, quê que eu enquanto associação posso fazer para possibilitar que essas pessoas tenham um mínimo de dignidade? Ah hoje eu posso através dos recursos que nós conseguimos levantar, doar cestas para essas pessoas. Estamos trabalhando para num futuro próximo possibilitar que essas pessoas tenham um local para que elas, quando estiverem em situação de vulnerabilidade social e não tiverem condições de pagar um aluguel, de serem expulsas de casa, elas possam ficar nesse local. Amanhã nós pretendemos criar uma capacitação para que elas consigam dominar o mercado de trabalho melhor. Então assim, isso é o que eu consigo te responder hoje, com o conhecimento que eu tenho, que é bem raso nesse quesito aí social.

ENTREVISTADOR: Não, mas era isso mesmo, está ótimo. Agora só para a gente terminar, você já falou aí em algum sentido nisso, nesse ponto, mas eu queria que você emendasse também com outra coisa. Quais são os seus planos, do Luiz, profissionais, o que você pretende fazer depois que você formar na faculdade, e o quê que você pretende fazer no âmbito da sua atuação política também. É, continuar sempre ligado no movimento? Você também tem pretensões eleitorais? E profissionais também eu queria saber...

LUIZ: Beleza, olha no profissional, eu pretendo... hoje eu trabalho como técnico em química em uma empresa de cosméticos aqui em Governador Valadares, adoro a área de cosméticos, amo, adoro trabalhar com cosméticos, minha família já teve uma empresa de cosméticos. Então, quando eu fui trabalhar na área, eu fiquei assim, muito feliz, porque é uma área que eu gosto muito, então na área profissional eu pretendo fazer mestrado e doutorado na área de cosméticos ou farmacologia, que são duas áreas que eu amo muito e que eu gosto muito, então eu pretendo seguir carreira acadêmica. Eu também já tive oportunidade de dar... tinha um cursinho, não sei se tem ainda, tem o cursinho camponês... “Cursinho Comunitário Camponês da UFJF”. Eu também dava aula de Química lá e tal, então adorei e adoro dar aula, acho muito legal. E... então assim, no meu futuro profissional pretendo fazer um mestrado e doutorado. Já para a carreira, digamos assim, social, nesse sentido, eu pretendo, no futuro, não sei quando, porque nessa pandemia a gente... já ano que vem eu estaria formando, mas agora eu estou só na metade do curso, está uma loucura... Mas eu pretendo continuar atuando no movimento LGBT, mas de uma maneira menos, protagonista, digamos assim. A Atlética que a gente criou é uma associação que a gente, amanhã eu não vou estar aqui, amanhã eu posso fazer um mestrado fora, um doutorado fora daqui, eu não estarei aqui. Mas é uma associação que a gente cria para ficar para cidade, que a gente pretende é manter ela com arrecadações das pessoas que fazem parte e tudo mais, para que elas se mantenha aqui na cidade, para que ela fique como uma instituição para cidade mesmo. Então eu pretendo continuar atuando no movimento LGBT, mas de uma forma menos incisiva e aí eu acredito que quando eu me tornar de fato um cientista, eu acho que aí eu vou defender outras bandeiras mais incisivamente. E isso a depender, se eu for analisar historicamente a minha trajetória, quando eu estava no fundamental e no médio eu estava ali defendendo os movimentos relacionados ao médio e fundamental, quando eu fui para graduação eu estou aqui no movimento LGBT defendendo essas pautas e tudo mais. Então acredito que quando eu me formar e tudo mais eu vou me defender, eu vou defender mais pautas relacionadas às minhas condições de trabalho, às minhas condições da ciência brasileira como um todo. Então talvez no futuro eu deixo de ser menos ativista LGBT e mais ativista pró-ciência e pró-defesa do ensino público, do Brasil como um todo. Então pelo menos é isso que eu enxergo hoje. Não sei, hoje está tudo tão difícil. Então a gente não sabe como é que vão ser as coisas...

ENTREVISTADOR: Bacana, show. Era isso, vou interromper a gravação aqui e aí a gente...

ENTREVISTA n. 11 (Manuela) – 27/05/2021

COLETIVO: Atlético União Igualdade e Força

ENTREVISTADOR: Bom, para a gente começar eu queria saber um pouquinho da sua história assim, do seu envolvimento com a militância. Você começou já na Atlético ou você já tinha algum tipo de militância antes? Seja na causa “LGBTQIA+”, em outros assuntos... Você já militava de alguma maneira em alguma associação, algum movimento?

MANUELA: Então, eu nunca participei de nenhum movimento “né”, já participei de ações filantrópicas de paróquias. Mas tem doze anos que eu estou nesse processo de transição, que eu me tornei uma mulher trans, travesti. E quando eu comecei a me entender por gente, que o Brasil é o país que mais se mata LGBTs no mundo e também é o país que mais se mata população trans no mundo, isso começou a me preocupar. Que eu sabia que eu estava, que eu estava não, que eu existo em um país que mais se mata travestis no mundo, então eu comecei a enxergar para mim mesma “não eu tenho que me cuidar, eu tenho que cuidar das outras trans que também são iguais a mim, que trabalham na linha de frente da comunidade LGBT.”. E eu queria fazer por mim, mas, sozinha eu via que eu não conseguia, então eu vi que existia essa associação LGBT na cidade, então me veio o interesse. Porque eu vi que eles fazem eventos voltados para essa comunidade, que é uma comunidade muito vulnerável, uma comunidade carente. E me veio o interesse de entrar por isso, de querer montar projetos, de participar de ações, de projetos que possam favorecer e principalmente incluir a gente na sociedade. Então o meu interesse principal que veio foi esse, de saber que existe um país LGBTfóbico e que as minhas atitudes, os meus projetos, podiam fazer a diferença nessa associação. Porque nós trans, homens trans, mulheres trans, estamos aí na linha de frente da comunidade LGBT, nós somos o maior alvo de preconceito da sociedade. Eu posso falar isso porque eu vivencio isso todos os dias. Um homem gay cis ele consegue se esconder em qualquer lugar ele consegue... agora, mulher trans e homem trans não. Pelo modo de se vestir, de se comportar...

ENTREVISTADOR: Sim. Manuela, parece que o seu fone está dando um pouquinho de interferência, se você puder mexer nele aí um pouquinho... Talvez está mal encaixado... Agora melhorou.

MANUELA: Ah não, é que meu... Foi.

ENTREVISTADOR: Aí, melhorou, estava bem falhando... está ótimo!

MANUELA: Quer que eu repita?

ENTREVISTADOR: Não, mas deu para escutar. É que de vez em quando dava uma interferência, mas agora está ótimo.

MANUELA: Entendi.

ENTREVISTADOR: Beleza. Então você estava falando que tem mais ou menos doze anos que você está em um processo de transição e que nesse processo você foi adquirindo uma conscientização política, não é?

MANUELA: Sim. Eu fui tendo conhecimento, buscando...

ENTREVISTADOR: E aí quanto tempo tem, mais ou menos, que você procurou se associar a um movimento mesmo?

MANUELA: Então, eu entrei na Atlético em dois mil e dezenove. Nós estamos em dois mil... porque a Atlético foi criada no ano de dois mil e dezoito, parece, não foi?

ENTREVISTADOR: Foi, foi isso mesmo.

MANUELA: Então é, no começo de dois mil e dezenove, que eu falo que tem três anos mas não tem, eu falo finalzinho do ano dois mil e dezenove, vinte, vinte e um... Então tem dois anos que eu estou empregada na Atlética, que foi um desejo meu de estar rodeada por pessoas que entendem do movimento e da comunidade. Que buscam por direitos, acho que o principal é esse. A gente buscar... o intuito principal é esse de buscar por direitos, de trabalhar inclusão. Porque, também, eu busquei o coletivo porque enquanto nós sozinhos a gente não consegue. A gente sozinho não tem ouvidos. Agora, quando a gente se junta em grupo, em companhias, a gente começa a ter voz.

ENTREVISTADOR: E como é que você tomou conhecimento da existência da associação?

MANUELA: Então, foi através de eventos que a Atlética fazia. Eles começaram com a primeira “Gaymada” e eu participava do “FutDrag” que era feito a dez anos atrás, na Chácara Mutirão. Mas não era com movimento social, era entre amigos. E eu participava, então me identifiquei. Mas eu não me identificava jogando a “Gaymada” junto com os integrantes. Porque eu sou humorista, então eu me imaginei é... como é que chama gente, não é contando não é... Como é que fala esse jogo da cabeça?

ENTREVISTADOR: Narrando.

MANUELA: Narrando uma queimada. Que eu tenho uma personagem cômica que é a (nome), então eu propus para os meninos, “olha eu tenho a minha personagem, ela é assim assim assado... eu acho que tem tudo a ver como madrinha gay de quem for jogar a ‘gaymada’, vamos?”. Aí eu sei que na primeira semana que eu entrei para a Atlética, eu vim com essa proposta da (nome), e deu “super” certo, foi “super” bem receptivo, o público foi... o que a gente não esperava. Veio bastante gente. Então, também desse lado, questão de eventos voltados a essa comunidade, que me veio o interesse. Que acho que é uma comunidade que não tem acesso a eventos. E quando tem é maltratado, é boicotado. Então isso também foi o meu interesse.

ENTREVISTADOR: Bacana. E deixa eu te perguntar, além da atuação na associação, eu sei que você foi candidata a vereadora no ano passado.

MANUELA: Sim.

ENTREVISTADOR: Então você também tem uma certa atuação no âmbito dos partidos políticos também?

MANUELA: Sim.

ENTREVISTADOR: E qual partido que você é filiada hoje em dia?

MANUELA: Então, o que me trouxe para o mundo político é [inaudível]. Saber que nós temos direitos, e que a política está à disposição da inclusão de qualquer tipo de movimento, seguimento, religião. E me veio esse interesse, porque se eu estava fazendo pouco, o muito que eu faço, que eu falo... mas ainda é pouco o que eu faço com a associação. Eu tinha para mim que na política esse pouco meu poderia se tornar muito e está se tornando muito. Então eu recebi um convite do partido Podemos, que é um partido centrado, que foi o único partido também que teve interesse na minha pessoa, que eu não vou esconder isso.

MANUELA: Muitos me perguntam “ah por que você não foi em um partido assim, assim assado...” porque eu não tive esse convite, sabe?

ENTREVISTADOR: Entendi.

MANUELA: Se eu tivesse tido um convite de um partido X, claro que se, se eu tivesse suporte assim como o Podemos me deu, que eu não escondo isso... eu iria sim. Então eu acho que foi muita falta de interesse também, sabe? Eu acho que as pessoas não acreditam que Governador Valadares pode sim ter uma cadeira LGBT, que eu acho que pode sim nós temos eleitores que pode colocar aí de dois a três vereadores LGBT sim, que de acordo com o (nome), não sei se você conhece, ele é Presidente da “Comissão OAB Diversidade” aqui de Valadares, estimam-

se que tem cerca de vinte mil LGBTs na nossa cidade. Então imagina esses vinte mil “LGBTs” votando em duas, três pessoas...

ENTREVISTADOR: Sim, verdade.

MANUELA: Então me veio esse interesse, também, por estratégia também do Podemos. Porque quando eu entrei no partido, pelo fato de ter o meu nome retificado, de eu ser reconhecida hoje, perante as leis, como mulher, com o meu gênero feminino, então isso me favoreceu entrar no partido na chapa de mulheres. E tive respeito entre os colegas, entre os presidentes do partido, fiz as honras da casa, sabe? Para eles, assim como eles fizeram para mim. Me deram uma estrutura, não cem por cento do que eu precisava, mas uma estrutura que eu procurei, me cederam. E também por estratégia, em saber que todo partido tem o seu coeficiente, de seis mil e quinhentos votos para poder puxar uma cadeira, e por mais que tinham duas, três pessoas ali conhecidas, eu também me considerava conhecida e pensava “nossa, se tem três, quatro, cinco pessoas conhecidas e nós puxamos bastante votos cada um, o por que não?”, de repente vir um cadeira para o meu lado, ou para o colega que trabalhou a mais do que eu...

ENTREVISTADOR: Sim.

MANUELA: Mas foi uma importância imensa, sabe, a minha eleição, porque eu falo que eu não perdi a eleição, foi Valadares que perdeu uma candidata a vereadora igual a mim, porque dentre os 600 candidatos eu fui a única candidata LGBT, e eu acho uma vergonha para o município. Candidato que eu falo de levantar essa bandeira mesmo.

ENTREVISTADOR: De levantar, de assumir essa uma identidade...

MANUELA: Exatamente.

ENTREVISTADOR: De candidatura LGBT.

MANUELA: Que é raro isso, a gente tem aí, a gente teve outros candidatos que se candidataram em prol da sua religião e os membros abraçaram e ali conseguiram puxar essa cadeira. Mas eu vi que realmente o que falta dentro dessa comunidade é a união sabe, a união ela tem que estar em todos os lugares, tanto dentro do seu ambiente familiar, do seu ambiente de amigo, do seu ambiente de trabalho... Então eu senti falta dessa união, nesse meio político. Não sei se é o motivo de eu estar em partido centrado, ou se é pelo motivo de ser uma travesti e as pessoas não se sentirem representados porque é uma travesti, sabe? Porque tem disso também, desse preconceito no nosso meio sabe, que é imenso. Mas para mim foi uma experiência incrível, os quase 400 votos que eu tive eu não esperava, sinceramente, primeira viagem, sabe? Me surpreendeu... porque quando eu fui para a rua, porque eu fui uma candidata LGBT que foi para a rua mesmo, sabe, não sou igual a outros que eu já vi que ficavam só no virtual porque tinham receio de ir pra comunidade e ser apedrejado, ser julgado... Não, eu quis ter essa experiência de perto e eu vivenciei, não senti o preconceito na minha pele. Que eu esperava isso, eu já ia preparada, mas eu não senti isso. E foi uma experiência incrível para mim, sabe, que...

ENTREVISTADOR: Legal.

MANUELA: Cada voto que você via tendo para mim e que foi muito significativo sabe, foi produtivo porque quem viu a minha campanha, viu o quanto eu me dediquei, trabalhei, tive apoio de algumas pessoas, principalmente as pessoas “hétero”, que hoje acho começa a enxergar a nossa comunidade LGBT não através da minha pessoa, mas através de nós, porque quando eu falo a minha, eu não quero que as pessoas associem somente a minha imagem, que só eu estou fazendo. Porque todo mundo fala “nossa Manuela você está fazendo tanta coisa, que não sei o que...” mas eu não faço nada sozinha sabe, eu faço pensando nas outras gerações que estão por vir, nas que não tem esse acesso assim como eu tenho e é isso, foi muito

gratificante em saber que na última eleição nós tivemos sim uma candidata, hoje é uma candidata suplente, por mais que é terceira suplente, mas é uma candidata travesti suplente. No dia da eleição, quando eu cheguei para poder digitar na urna, que eu digitei o meu número e eu vi uma foto de uma travesti na urna, eu fiquei assim “gente, a minha cidade vai vir votar hoje e vai ver pela primeira vez a foto de uma travesti na urna e vai digitar, eu voto Manuela”. Mas eu gosto de me rotular sabe, de que sou uma pessoa trans, travesti. Principalmente a palavra travesti que ela se associa a coisas tão boas e também ruins. Mas, eu, juntamente com as 400 pessoas que votaram em mim, acho que tiveram essa sensação “estou votando na primeira travesti daqui de Governador Valadares, que deu a cara a bater, que eu estou gostando, que eu quero fazer isso...”, então para mim foi um significado imenso esse dia e eu nunca vou esquecer.

ENTREVISTADOR: Legal, Manuela. Você comentou aí que hoje em dia, que além a sua atuação na associação, no coletivo, você também achou que poderia contribuir no âmbito da política partidária, institucional, enfim. E eu queria saber um pouquinho qual é a sua contribuição hoje em dia para a Atlética, você tem algum cargo? Geralmente quais as funções que você exerce lá, como é que é isso?

MANUELA: Então, hoje em dia eu sou diretora, desde quando eu entrei, eu sou Diretora de Comunicação da União, Igualdade e Força, na qual eu tento ir até onde eu consigo, buscar os parceiros que eu tenho para poder incluir para a Atlética, fazer o conhecimento do meu mundo artístico também para dentro da Atlética. Hoje eu sou contratada, sou servidora municipal aqui na Secretaria de Cultura, eu trabalho na coordenação de eventos culturais... Então também aqui eu consigo dar total suporte que a Atlética precisa para qualquer tipo de evento, qualquer tipo de ação que nós vamos fazer. Então antes se a gente tinha esse acesso, juntamente com os outros integrantes também que eu não posso deixar de falar. Mas hoje a minha atuação como Diretora de Comunicação, e estar trabalhando dentro de uma secretaria do governo e ter acesso, sabe... até mesmo para poder dar andamento aos nossos projetos, às nossas ações que a gente quer fazer, de uma forma mais rápida. Sabe, antigamente a gente tinha que montar ofício, mandar para a secretária do Secretário, depois chegar no Secretário, ele ia ver se aprovava. Hoje em dia não, hoje em dia comigo aqui, eu estou como a Coordenadora de Cultura e também estou como a Diretora de Comunicação, que eu já chego até o Secretário e falo “olha a gente tá querendo desenvolver isso, isso, e isso... tem como?”. Então a resposta que ele já me dá, eu já mando o ofício que já é o certo, entendeu? A gente já não fica mais na dúvida, então é uma vantagem muito boa aqui que a gente tem com isso, eu acho que depois que eu estou nesse cargo, eu acho que a Atlética está recebendo melhor as coisas, está dando andamento melhor...

ENTREVISTADOR: Entendi. Outra coisa que eu ia te perguntar, e isso tem um pouco a ver com 2013, eu me lembro que à época tinha uma juventude que estava se envolvendo com manifestação assim, como primeiras vezes que estavam indo para a rua e primeira vez que estava experimentando se politizar e tal e que na época tinha um pouco. Um pouco não, tinha muito isso de talvez não querer se misturar com determinados movimentos que já existiam, ou com determinados partidos. Então instalava-se aquele clima de colocar um monte de gente na rua, aí a pessoa via a bandeira do PT e falava assim “ah não, eu não quero me misturar aqui” aí via do MST, “ah eu não quero me misturar com isso” e tal, via da CUT e começava a gerar aqueles antagonismos. Principalmente com movimentos populares, tradicionais e partidos de esquerda à época, acontecia isso... Você estava falando aí na sua fala que falta diálogo às vezes, muitos partidos nunca procuraram uma liderança trans ou uma liderança que assumisse a causa LGBT como bandeira de campanha e tal. Você acha que existe nos partidos e em outros movimentos de modo geral, assim, algum motivo ou preconceito em relação à causa

LGBT? Ou isso está mais atrelado mesmo a essa questão da rotulagem “ah eu sou de esquerda então não posso ficar aqui, eu sou de direita então não posso misturar com aquilo ali” o que você acha que influencia nesse processo?

MANUELA: Então, não sei se você sabe, mas nós tivemos mais de duzentas candidaturas trans no Brasil, na última eleição... e esse barulho?

ENTREVISTADOR: É porque estão furando aqui, um vizinho está furando alguma coisa na casa dele, eu vou desligar meu microfone enquanto você fala.

MANUELA: Está bom, está me escutando? Então está. Não sei se você sabe, na última eleição nós batemos o recorde, do ano, bateu recorde de candidatos LGBT no Brasil, o último ano, tivemos mais de duzentas candidaturas trans, espalhadas pelo Brasil afora, e eu acompanhei essa pesquisa, nós tivemos candidaturas de pessoas trans, tanto homens quanto mulheres, mas a maioria mulheres trans, em diversos partidos, tanto de direita, esquerda, centrado... Então, eu posso falar que hoje em dia o preconceito ele ainda está ativo em x partidos, eu acho que agora com a última eleição que nós tivemos, onde nós tivemos acho que no estado de São Paulo e até aqui em Minas Gerais, as candidaturas mais altas do Brasil e eram de pessoas trans. Então, assim, foi um marco histórico para todo Brasil, porque eu fico imaginando gente, a Duda em Belo Horizonte, teve lá quase cinquenta mil votos, eu fico imaginando gente o que os prefeitos pensaram, estão pensando sabe, dessa trans, dessa travesti... O que o governador está pensando dessa travesti sabe, será que algum deles vai ter planos pra próxima eleição? Igual ela já veio como senadora de Minas na última eleição presidencial, a Duda teve quase seiscentos mil votos, sabe, meio milhão de pessoas votaram nela, foi quarto lugar no Senado. Então, pelo fato de ter mais de duzentas candidaturas trans em diversos partidos, tanto direita, quanto esquerda e de centro, de um lado e de outro, eu estou vendo que o preconceito está diminuindo, porque o preconceito ele nunca vai acabar, nós somos também o país mais preconceituoso do mundo. Então o preconceito ele está sim moderando, eu acho que o respeito ele está começando a entrar dentro desses partidos, aí através desse respeito está vindo o apoio de algumas pessoas dentro desses partidos e, após esse apoio, está vindo a união com essas pessoas. Então as pessoas estão deixando o preconceito de lado, estão ficando mansas perante essas pessoas, porque sabem que essa era já acabou sabe, nós estamos conquistando esses espaços, nós estamos tendo oportunidade de inclusão. Então quem ainda não está aberto a esse diálogo, a essa inclusão, ele pode dar para trás, porque eu não falo somente de dar essa oportunidade, ter esse tipo de diálogo como a comunidade LGBT, nós temos diversos movimentos, diversas comunidades, de indígenas, negros, por todo o mundo à fora. Então se não tiver essa inclusão, a pessoa pode só dar para trás, porque não é mais novidade, não mais, na última eleição tivemos a prova disso, com acho que quase cinquenta pessoas trans eleitas no Brasil, então... E as mais votadas viu?

ENTREVISTADOR: Sim, bacana. E você acha que em Governador Valadares a causa LGBTQI+ avançou quanto nesses últimos anos? Para além da sua própria candidatura e tal, porque eu já ouvi falar que pelo menos no ambiente da Câmara ainda é muito complicado, tem muito vereador... ao mesmo tempo que tem essas candidaturas surgindo, tem muito vereador com discurso homofóbico, explícito, dentro da Câmara dos Vereadores e tal, como que você avalia isso?

MANUELA: Então, vou ser bem sincera para você, eu ainda não vejo nenhum avanço dentro de Governador Valadares, eu vejo muita luta e esforço de pessoas como a mim, de dentro da nossa comunidade querer trazer essa inclusão dentro da nossa cidade. Então hoje eu posso considerar, tipo assim, que eu tenho acesso de umas cinco pessoas que não fazem parte da comunidade, que estão no poder, que são profissionais que estão abertos a esse diálogo de

querer ter conhecimento sobre a nossa comunidade para poder ajudar de alguma maneira. Isso que está acontecendo até o momento, mas de avanço, eu como mulher trans/travesti, eu ainda não vi nenhum avanço. Porque se eles acham que ceder para a gente um espaço, para colocar uma bandeira em um dia, isso é um avanço para a nossa cidade, não, isso não é um avanço para nossa cidade. Um avanço para a nossa cidade vai ser no dia que tiver um projeto de lei que se a gente tiver um espaço público, aberto, fechado, o que for e acontecer alguma coisa LGBTfobia ser presa ou a pessoa vai ser culpada por esse tal motivo, aí sim vai ser um avanço para mim. Então eu ainda não considero que a nossa cidade está avançando, eu considero que a nossa cidade está caminhando em busca desses direitos, entendeu? Posso estar errada, não sei o que os meninos, os outros integrantes falaram, mas eu busco muito ainda por esse avanço, ainda mais aqui na Secretaria de Cultura onde eu estou, estou trazendo todo esse conhecimento que tenho para o nosso Secretário, que está aberto a um diálogo imenso, igual ele falou “olha, eu sou um Secretário, mas é difícil eu levantar uma bandeira, mas em apoiar, em estruturar eu não vejo objeção” e... mas é triste, eu escutar isso só de um secretário, enquanto são acho que mais de quinze ou dezoito secretários. Então é um trabalho de formiguinha que a gente está fazendo. Mas é o que eu falei, voltando lá. O que a gente busca primeiro é o respeito de todos os movimentos. Mas o principal é o apoio que nós precisamos também, é a união seja de onde vier, entendeu?

ENTREVISTADOR: Legal. Manuela, como é sua relação com os outros movimentos sociais da cidade sem ser a Atlética, você tem alguma interlocução com os membros deles e tal?

MANUELA: Então a nossa Atlética ela não é movida por apoio do empresarial e político nenhum, eles optaram por isso. Às vezes eu até cobro isso dos meninos porque eu acho que já fica chato, igual quando acontece a situação com a gente da bandeira, eu vi que outros movimentos começam... não sentiram a dor, mas começaram a se reatar sobre nós, divulgar e eu achei isso bacana sabe, eu até falei assim, eu até pensei “gente mas a gente nem tem acesso a esse movimento, a gente não apoia esse... não apoia assim, no sentido de não ter o conhecimento sobre ele sabe, o diálogo”. Mas eu achei bacana isso e pensei “gente nós não fazemos isso” eu cobre dos meninos sabe, não quer dizer só porque a gente não tem um apoio partidário de esquerda ou de direita, que apoia ou não, que eu acho que se outros movimentos apoiam outros lados, por que não da gente dar esse suporte? Porque eu acho que nós temos que buscar é por isso, esse apoio e união entre os movimentos, entre as comunidades. Eu até cobro isso, hoje a gente tem uma reunião, vou cobrar isso deles também, porque fica chato, porque ter esse complô se são movimentos sociais e assim, eu fiquei muito, muito desnorteada também que eu fui convidada para participar de um outro movimento que é o Conselho Municipal da Mulher, de quem sofre violência doméstica em Governador Valadares. Então assim, está sendo muito gratificante pelo fato de ser uma mulher trans e estar dentro desse conselho da mulher, eu estou trazendo conhecimento, já que é o Conselho Municipal do direito da mulher, da violência doméstica, então eu vou trazer então a mulher trans pra poder ser incluída dentro desse conselho municipal. Porque a gente se enquadra na Lei Maria da Penha, para quem não sabe, hoje em dia toda mulher trans/travesti ela tem o direito de estar incluída na Lei Maria da Penha. E ter eu como suplente dentro do Conselho Municipal da Mulher, eu estou trazendo esse conhecimento para elas, da vida da mulher trans, dessa inclusão dentro desse movimento social bem bacana. E eu ainda por eu ser muito ocupada com minhas produções culturais, eu não tenho... e a Atlética quando me dedico toma muito tempo, eu não tenho acesso aos outros movimentos, então por enquanto é só mesmo o Conselho Municipal da Mulher e a Associação União.

ENTREVISTADOR: Legal, então pra gente encerrar eu queria que você falasse um pouquinho quais são os próximos passos da Atlética, o que a Atlética tem elaborado de lutas e

projetos para os próximos meses e aí você pode falar da sua perspectiva dentro da Atlética, e também quais são os planos da Manuela em relação à militância, como é que você vai fazer isso também concomitante com a sua vida pessoal. Porque é uma coisa que eu sempre pergunto ao pessoal que eu estou entrevistando, a gente quando se dedica a uma causa, você acaba abrindo mão de horas da sua vida que você podia estar fazendo outras coisas e isso é uma coisa que às vezes tenta conciliar mas nem sempre consegue, às vezes os compromissos profissionais consomem mais, os compromissos pessoais, enfim. Então, repetindo para você não ficar perdida que eu falei muito, quais são os próximos planos da Atlética e seus também dentro de carreira política.

MANUELA: Sim, entendi. Então, os planos dentro da Atlética, eu como Diretora de Comunicação, nós estamos trabalhando com o diálogo entre todas as secretarias do governo, principalmente a Secretaria da Saúde, onde a gente está batendo já tem quase dois anos na implementação da PREP, que é um medicamento essencial pra toda a população de Governador Valadares, que é um medicamento que vai, não sei se você sabe, mas hoje em dia nós estamos batendo cada ano o recorde de pessoas infectadas pelo vírus HIV em Governador Valadares, isso é preocupante sabe? Tem divulgação disso, então o que falta realmente é a falta de comunicação sabe? De levar isso para as pessoas, das pessoas se conscientizarem de que isso é sério. Então a Atlética está fazendo um papel maravilhoso através, juntamente com a Secretaria da Saúde que nos escudou, está trabalhando nessa possível inclusão da PREP aqui em Governador Valadares, que é um medicamento que previne que a pessoa seja infectada pelo vírus da HIV. E também a gente vai trabalhar futuramente esse diálogo com outras secretarias, porque por ser um movimento social a gente não quer englobar somente a comunidade LGBT. Nós temos uma população em geral que abrange essa população LGBT, então a gente tem um papel muito grande de também dialogar com essas outras secretarias para poder receber os nossos projetos, as demandas para gente dar continuidade. Porque nós temos também projeto muito grande, que é trazer para nossa cidade a Semana da Diversidade, que é feita no mês de Junho, assim como todos os estados e cidades aí fazem o Mês do Orgulho LGBT, que é o mês da Parada com aquele percurso de trio elétrico, então a gente tem toda essa estrutura, a gente tinha para o ano passado, mas aí veio a pandemia, não deu certo. A Prefeitura iria entrar com o suporte para nós, então, está nos nossos planos a Atlética trazer a volta dessa Semana da Diversidade, com a Parada do Orgulho, com shows nacionais para nossa cidade ter mais conhecimento sobre o mês do Orgulho LGBT e também a continuidade da nossa “Tenda SAC”, que é uma tenda que a gente tem somente no evento Boteco Federal, que é uma tenda que fica à disposição sobre assédio, preconceito que tem dentro desse evento. E eu como diretora de comunicação e até aqui mesmo através da Secretaria de Cultura, eu vou lutar para que essa “Tenda SAC” seja expandida em todos os eventos que vier pela cidade, como a “Expoagro”, “GV folia”, por que ser num evento só do Boteco Federal? Não é só no Boteco Federal que tem esse tipo de ocorrências, de reclamação. Então eu acho que seria bacana e trabalho a inclusão da “Tenda SAC” nos eventos de cultura na nossa cidade.

ENTREVISTADOR: Bacana.

MANUELA: Você me perdoa que naquela hora que você me perguntou sobre avanço, se eu via aqui em Governador Valadares e eu falei que não, mas me veio aqui na cabeça que no dia 17 de maio nós tivemos a criação da Ouvidoria da Igualdade Racial aqui de Governador Valadares, que é uma ouvidoria que está disposta a receber queixas, denúncia voltada à população negra de Governador Valadares. Mas dentro dessa ouvidoria está incluída a Comunidade LGBT. Eu acho que faltou um pouco mais de comunicação sobre a Ouvidoria, já que vai abranger a comunidade LGBT e nos últimos anos nós tivemos aí certa de dois, três

assassinatos de pessoas trans/travestis em Governador Valadares, diversas ocorrências de preconceito entre homens gays, lésbicas, mas que não tem divulgado isso. Então eu tenho para mim, por mais que a Ouvidoria se chame igualdade racial, se fosse uma Ouvidoria com outro nome que eu como LGBT me identificasse, seria assim, um avanço. Então para mim está sendo uma conquista agora, termos uma Ouvidoria que vai colocar esse movimento dentro onde ele vai receber... vai poder receber a queixa e eu vou estar por dentro também, por causa do departamento. Então mais para a frente se a gente puder trabalhar a questão do nome, incluir mais falas. Dentro dessa Ouvidoria... Essa conquista pode sim se tornar um avanço. Mas é isso, a gente agora está com Ouvidoria à disposição da população de Governador Valadares, que vai incluir a população LGBT, para poder ter o andamento da política, mais prático, jurídico... E os meus planos... é continuar aqui na Secretaria de Cultura, tendo essa visibilidade para poder ter esse acesso a diversos departamentos, pessoas que estão tendo conhecimento com a minha pessoa, estão buscando respeito com a minha pessoa, porque esse respeito perante a minha imagem para eles terem também com outras pessoas trans, principalmente, porque hoje o que falta nos ambientes são as formas corretas de nos receber, de nos tratar, usar os pronomes corretos. Por mais que a gente não vê como preconceito, como maldade, mas ainda por falta de conhecimento no assunto da pessoa. E eu tenho plano sim de a cada dia me tornar mais forte, de a cada dia eu receber sim machadadas nas costas, para eu continuar, porque não é agora que eu vou receber rios de flores, mar de flores e, na próxima eleição espero vir com tudo, ter o apoio que eu não recebi da comunidade “né”. Porque eu acho que durante o meu político eles me respeitaram, mas não me apoiaram... Então eu espero desenvolver um trabalho bacana, social, para ter esse reconhecimento sabe. De tudo que nós até enquanto Atlética estamos fazendo, foi até bom também da Atlética a gente abrir mais a cabeça entre os diretores, de o quão importante é o apoio. Porque é triste quando não só se candidatar, quando você vai fazer algo para fora e você não tem apoio dos de dentro, se é que você me entende. Então eu acho que pra próxima eleição eu espero esse retorno sabe, de mais apoio, de mais união, de interesse também, porque, hoje sim com a situação da bandeira a gente viu o quanto foi é... não tinha necessidade e nos fez falta um representante LGBT dentro da Câmara. Porque todo mundo acha que a gente só foi lá e pendurou. Não, sabe, a gente teve que correr atrás de documentos, de vereadores, de ofícios, porque a gente não tinha nenhum lá dentro que tinha o conhecimento que a gente tem o Dia do Combate à LGBTfobia. Então se a gente tivesse alguém eleito, com uma cadeira LGBT lá dentro, a gente não teria passado por aquilo.

ENTREVISTADOR: Verdade.

MANUELA: Então eu acho que, quem sabe, a gente tenha vários candidatos, eu espero vários candidatos... é um desejo meu também ter vários candidatos LGBT, quiçá um partido que só tenha pessoas LGBTs, para a gente poder fazer essa união de que esse partido eleja uma pessoa LGBT, seja ela Manuela ou não, sabe? Então servir de experiência também, que já que muitos não se identificaram com X partido ou então não querem pegar o partido que já foi certo e hoje em dia não é mais... E porque não, então, juntarmos os movimentos, os coletivos sociais e dentro desse partido a gente colocar todas as bandeiras, todos os movimentos pra que esse candidato não atenda e não faça projetos somente LGBTs. Mas de todos esses movimentos que estão vinculados. Então isso é o que eu espero pros próximos anos.

ENTREVISTADOR: Joia, vou encerrar a gravação aqui, só um minuto.

ENTREVISTA N. 12 (Maria) – 31/03/2021.

COLETIVO: Encrespa

ENTREVISTADOR: Bom, Maria, eu queria primeiro que você falasse um pouquinho de você, se você é daqui mesmo, de Governador Valadares... quanto tempo você se envolve com movimento social, se você já tinha algum interesse de participação política antes da criação do Encrespa... como é que foi a sua preocupação com questões políticas ao longo da vida?

MARIA: Eu sou daqui de Valadares mesmo, nascida e criada no Morro do Carapina, a única periferia conhecida como favela na cidade. Tenho trinta anos, sou mãe, sou mãe solo. Graduada em Pedagogia e especializada nas áreas da infância e agora estou me especializando em História e Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais e Sociais. Sempre envolvida na comunidade, eu venho de uma família pioneira aqui no Carapina, meu avô um dos primeiros moradores da comunidade, ele traz a igreja católica para comunidade e começa a catequização na comunidade. O meu avô foi líder comunitário por mais de sessenta anos aqui.

ENTREVISTADOR: Olha.

MARIA: Sim. E ele sempre teve uma relevância política muito grande dentro do bairro, como é a busca de recursos para periferia aqui, criação da capela, que é a nossa capela, a primeira capela da cidade. Foi a primeira capela velório da cidade, é a nossa aqui do Carapina, e o meu vô traz essa construção para comunidade, então eu cresci vendo toda essa movimentação do meu avô, ele concorreu para vereador. Ele teve votos para ser eleito, mas não permitiram ele exercer, porque eles alegaram que ele era analfabeto...

ENTREVISTADOR: Deixa eu te perguntar, desculpa eu te interromper, depois vou querer que você continue de onde você parou, mas o seu... ele é daqui, ele tem alguma coisa a ver com aqueles movimentos trabalhadores rurais e depois ele foi para o Carapina? Como é que foi a história dele?

MARIA: Então cara, a história do meu vô é bem complexa, bem complexa. O meu avô vem de uma família originária da fazenda do João Monlevade, fundador da cidade de João Monlevade. E ele é filho bastardo de um fazendeiro muito rico que a mãe dele foi em tese, abusada, engravidou e foi expulsa da fazenda, alforriada, e ela teve que sair e o meu avô ele foi criado sozinho na mata. Tanto que o apelido do meu avô era Lagoa, porque após a morte da mãe dele, ele ainda criança foi morar na mata sozinho em uma gruta, então ali ele cresceu, se criou, educou, e ele trabalhava para as fazendas ali naquela região de João Monlevade, Itabira. E o meu avô cresceu muito porque os fazendeiros contratavam ele para poder prestar serviços, como tocar gado daqui de Minas até o Espírito Santo, que o meu avô fazia esse trabalho de comboio armado. Um homem preto, retinto, extremamente forte, muito alto, então o meu avô tinha isso. E só que o meu avô sempre trabalhou assim, ele era trabalhador rural, meu avô morou em trinta em oito cidades, ele passou em trinta e oito cidades com a minha avó e dez filhos pulando de cidade em cidade, trabalhando. E ele era autodidata. Meu avô se alfabetizou sozinho, alfabetizou a minha vó e os filhos menores. E ele é um cara assim, tudo que eu sei da história do meu avô é porque ele deixou registrado para nós, e eu também pude acompanhar ele até a hora da morte dele, cuidei e tudo mais. Então assim, ele deixou também muitos escritos para a gente, então muitos detalhes da história dele ele traz para nós e aí a minha avó, uma mulher branca, filha de italianos, que resolveu se casar com meu avô... meu avô trabalhava na fazenda do primo dela e ela abriu mão de tudo para poder casar com meu avô, de herança de tudo... e casou com meu avô. Porque na época não era permitido ainda a miscigenação, quando eles se casaram. E aí de pulando de cidade em cidade, Valadares ainda

nem era Valadares, quando meu avô chegou aqui só tinha a Avenida Minas Gerais de rua, o Carapina ainda era pasto de uma fazenda. Tanto que para eles chegarem aqui em cima tinha que ficar cortando “colonhão” para poder subir. E como as pessoas pretas, a gente já sabe como se dá essa construção, elas chegam nas cidades e vão se aglomerando nos morros e construindo as periferias, então quando a minha família chegou aqui no Carapina, chegou o meu avô, o (nome), a família da (nome), eles chegam tudo junto. As três famílias mais antigas aqui no bairro é a nossa família e o meu avô, um homem extremamente religioso, então ele, como começou a chegar outras famílias vindas do campo, essa migração do campo para a cidade. O meu avô, como ele foi um homem muito religioso, ele começou a fazer esse trabalho. As rezas, a minha vó benzia, minha vó era benzedeira. E tudo mais... E foi crescendo a comunidade até que eles criaram a capela, que é a igreja. A gente é conhece até hoje como igreja, porque ela é bem pequeninha, era um lugar onde que os moradores se reuniam. E acabou que o meu avô ficou sendo essa figura da comunidade. Então, assim, todos os acontecimentos da comunidade passavam pelo meu avô. Se algum político queria fazer algo na comunidade, eles vinham na casa, eu cresci vendo prefeitos, vereadores, indo na casa do meu avô, buscando primeiro a permissão do meu avô para poder atuar aqui dentro do bairro. Então assim, eu via essa figura política no meu avô e isso me influenciou. Desde criança dos netos, eu sempre fui a mais envolvida, sempre gostei mais, sempre atuei mais. Só que o nosso processo... nós, como pessoas pretas e periféricas, Murilo, a construção da nossa identidade ela sempre é tardia. Por que? É, primeiro, como agente vem da periferia, a nossa família ela nos enxerga que a única forma da gente sobreviver é nos criando dentro da igreja. E a igreja, ela é uma doutrina, é uma cultura branca, feita por pessoas brancas, criada por pessoas brancas que demonizam a cultura negra. Mas a forma que as famílias periféricas elas encontram de criar seus filhos dentro da igreja, longe das drogas e da prostituição é a igreja, não adianta. Então a gente cresce dentro desse ambiente, a gente cresce nesse ambiente e o que acontece com qualquer outra pessoa preta no Brasil, que é privado, pois os nossos pais são privados de formação, de educação, com a educação que eles têm é o mínimo, é a alfabetização mesmo até a quarta série, então a gente não tem esse contato. Então o nosso processo de “racialização” é tardio. Porém, a gente vindo desse movimento, que eu já tinha esse envolvimento, eu via esse movimento político dentro da casa dos meus avós, que eu morava lá e tudo mais, então isso sempre me aquietou e sempre chamou a minha atenção.

ENTREVISTADOR: Mas então a gente pode dizer que nesse primeiro momento o seu interesse não era propriamente de um caráter assim, racial...

MARIA: Não.

ENTREVISTADOR: Era político, de esquerda talvez, mas...

MARIA: É porque antigamente na verdade, o meu avô na época, o PMDB era o que comandava, era PMDB e PSDB. O meu avô ele nunca foi tucano, era como se o PMDB fosse a esquerda, a oposição do PSDB.

ENTREVISTADOR: Entendi.

MARIA: Então assim, a questão do meu avô, as prioridades dele eram a periferia.

ENTREVISTADOR: Locais...

MARIA: Era a questão dele da política era voltada para favela. Que é ter rua, pavimentação, escola, atendimento médico, esses eram os envolvimento dele dentro da periferia. Não era a questão da dessa política legislativa. O envolvimento dele mais era por questões da periferia. E então o meu processo de “racialização” se deu tarde. Na escola eu sempre fui, eu sempre gostei muito de ler, eu sempre fui muito à frente dos meus amigos e tudo mais, por conta desse meu interesse em leitura. E eu era muito inquieta dentro da escola em relação às ações dos professores. Por que? Eu estudei até uma certa idade aqui no Carapina. Até a terceira

série. E a escola aqui do bairro, ela não fechou turmas, como que o governo sempre faz, ele sempre dá um jeito de sucatear as escolas das favelas. Fechou turmas e nós tivemos que ser transferidos para as escolas mais próximas, escolas do centro. E as escolas do centro, na minha época, elas ainda estavam dentro do regime tecnicista. Não sei se você se lembra, quando o pessoal formava o ensino médio, eles formavam em contabilidade. Entendeu? E era uma escola, as escolas de Minas elas... hoje elas meio que o currículo mudou, mas elas estavam totalmente ainda dentro do regime militar. Totalmente tecnicista e quando eu fui estudar no Estadual, que é a Escola Prefeito Joaquim Pedro do Nascimento, mais conhecido como Estadual, lá era uma escola de elite, tanto que para ter vagas, pais tinham que dormir lá na porta de madrugada e tudo mais. E só que eles tiveram que nos aceitar, foram obrigados, porque foi uma transferência do Estado. E não quiseram, foi uma briga, não quiseram nos matricular, falaram que não queriam aluno do Carapina lá, porque na época só estudava aluno de classe média lá, entendeu?

ENTREVISTADOR: Isso era em qual série, você está referindo, mais ou menos?

MARIA: Terceira série.

ENTREVISTADOR: Terceira série!

MARIA: Eu lembro como se fosse hoje quando a pedagoga virou e falou assim, “isso que dá ficar matriculando essas neguinha do cabelo tossido na nossa escola”.

ENTREVISTADOR: Nossa!

MARIA: Ouvi claramente, e tipo, eu sempre fui uma aluna com notas altas e tudo mais. E quando eu fui para lá, era como se a gente não existisse, a gente sentava no fundo da sala, o fundo da sala era nosso e os professores davam aula somente para os alunos da frente. E quem eram os alunos da frente? Eram os alunos brancos. A gente não existia. Então eu questionava muitos os professores, eu cresci ali dentro do Estadual tendo um embate muito grande com direção, com professor. E chega um ponto, Murilo, que nós alunos pretos, que somos estigmatizados dentro da escola, a gente cria uns mecanismos de defesa agressivos. Então, a maneira que a gente a gente via de se defender ali dentro, diante das coisas que eles faziam conosco, eram através da agressividade. Que aí que começava que a gente formava as nossas comunidades dentro da escola, que era os “bondes”. A gente chamava de bonde. Então a gente só andava de bonde, que era a forma da gente se proteger ali dentro e tipo, a gente não existia ali dentro, então eu vivi um inferno até terminar o ensino fundamental.

ENTREVISTADOR: E ninguém achava que tinha racismo na época?

MARIA: Não.

ENTREVISTADOR: Esse monte de racismo silencioso, simbólico...

MARIA: Cara, o racismo era tão explícito que eu lembro que na sétima série, eu nunca vou me esquecer, eu nunca vou me esquecer, eu sentada, sentava eu mais quatro amigos na janela. E todos nós éramos pretos, aí um amigo nosso, o (nome), ele estava olhando para fora e aí a professora de Geografia falou “e aí está boa a viagem preto, ô (nome), cuidado que na hora que você chegar você não tiver mais preto ainda de minério”.

ENTREVISTADOR: Nossa...

MARIA: Sabe? Falou desse jeito dentro da sala de aula. Aí aquilo ali meu sangue ferveu, eu já levantei, já comecei a discutir com ela, fui expulsa da sala. Então assim, eu vivi um ensino fundamental horrível. E quando eu completei 15 anos, eu comecei a trabalhar fora. Eu comecei a trabalhar fora, como toda adolescente de periferia faz, então eu trabalhava de sete da manhã às seis da tarde. E eu tive que começar a fazer o ensino médio à noite. Então assim, por mais cansativo que era para mim, o ensino médio à noite foi muito melhor, porque quando eu fui estudar à noite, todos os que estudavam à noite eram trabalhadores. A maioria era de

peessoas mais velhas, mães de família que estavam retornando aos estudos, então eu me senti mais incluída ali e era a maioria eram pessoas pretas estudando à noite. Então eu me senti em casa, só que o segundo ano do ensino médio foi extremamente pesado para mim, porque eu estava trabalhando na lapidação, eu trabalhava com pedras preciosas e era um serviço extremamente pesado, cansativo, eu não aguentei, eu não consegui evoluir bem na escola e acabei repetindo o segundo ano do ensino médio, e aquilo para mim foi o cúmulo, para mim foi o fim. Foi o fim porque eu sempre fui muito dedicada aos meus estudos, mas o trabalho pesado ele acabou me prejudicando, mas eu não tinha outra alternativa Murilo, eu tive que ir estudar. Quando eu termino o meu ensino médio, eu tive a oportunidade de trabalhar na Associação Samuel Domingues Gomes, aqui no Carapina, ASDOG. Então a ASDOG ela foi um divisor de águas na minha vida, porque até então, eu fui criada aqui dentro da periferia, só que eu fui criada dentro de uma educação muito conservadora. Mas por que? A minha fase da infância e da adolescência foi a pior fase daqui. Foi uma fase extremamente violenta para o nosso bairro, muito violenta, Murilo, muito violenta. Violenta ao ponto de ter toque de recolher, da direção ter que liberar os alunos da escola mais cedo, porque ia ter troca de tiro. Então assim, muito tiroteio, gente, não tinha um dia que não tinha tiroteio, não tinha um dia que não tinha morrido alguém. Então assim, a minha infância, essa transição da minha infância para minha adolescência aqui no Carapina foi muito pesada.

ENTREVISTADOR: E isso foi no início dos anos dois mil aí, dois mil e pouquinho...

MARIA: Foi, dois mil, até dois mil e onze, dois mil e doze... foi assim, um período assim pesadíssimo, pesadíssimo para o bairro. Então era algo surreal, até a gente já estudando lá embaixo chegava mensagem no celular das meninas “oh tá dando tiro, vocês, vocês não subam agora não da escola não”. A gente ficava aqui na Minas Gerais esperando até alguém falar que estava de boa e a gente subir. Então, assim, foi a nossa vivência, essa nossa vivência, você está vindo da escola de tarde, subindo as escadas, começa a troca de tiros, a gente tem que ficar caçando muro de vizinho para a gente pular, para a gente não ficar no meio de fogo. Então essa foi a minha adolescência e a minha infância, então os meus pais me criaram de uma forma muito conservadora para não me deixar solta pelo bairro, entendeu? Então quando eu venho trabalhar aqui em cima na ASDOG eu conheci uma outra faceta da comunidade Porque a ASDOG ela atua na área da Assistência social. Era mantida pelo *Child Fund* que é o Fundo Cristão Para Crianças, que é uma das cinco maiores ONGs do mundo, então a gente trabalhava com apadrinhamento, a minha mãe foi criança apadrinhada da ASDOG. A ASDOG atua aqui na comunidade há mais de quarenta anos, então quando eu fui trabalhar na ASDOG eu tive um contato muito maior com a comunidade e eu fui trabalhar no meio de pessoas que eram assistente social, professoras, a galera que já estava nessa área há mais tempo. Então eu fui conhecer uma outra faceta, eu comecei a entender questões de políticas públicas. Eu fui trabalhar como auxiliar de escritório e ali eu aprendi tudo, tudo, coisas que eu não sabia, passei a minha formação todinha escolar sem conhecer o ECA, sem saber o que era o “ECA”, sem saber direitos humanos, entendeu? Depois que eu fui trabalhar na ASDOG que eu comecei a passar por esse para o cesso, a a Pedagogia social ela mudou totalmente a minha visão de mundo. E aí eu comecei a conhecer as mazelas da minha comunidade, eu comecei a fazer visitas em lugares na comunidade que eu não podia ir, porque era de extrema violência, por exemplo, eu passei nascida e criada aqui, há trinta anos eu não conhecia a área do Buracão, que eu não podia ir lá, que era uma região extremamente violenta. Mas depois que eu comecei a trabalhar na ASDOG eu tinha que ir lá fazer as visitas às nossas famílias, então eu comecei, Murilo conhecer um outro lado da periferia e, de fato, entender como é que funcionava o sistema. Entendeu? Aí que eu decidi prestar vestibular, prestei vestibular para pedagogia e iniciei o meu processo na pedagogia como docente, o meu primeiro contato com

a academia foi desesperador, eu tive experiências terríveis com professores extremamente elitistas e preconceituosos. Desisti do curso, eu nem tranquei nem nada, eu desisti mesmo. Falei assim isso não é para mim, porque a gente vem da rede pública, nós alunos da rede pública, nós somos educados para ser mão de obra assalariada, nós não somos formados ali dentro para vislumbrar um futuro através da educação. De continuar na academia, de graduar, pós-graduar, mestrado, não nos dão essas opções, a todo momento o discurso dos professores é voltado para o mercado de trabalho. Então quando eu vou para academia o meu mundo desmorona e eu tive contato com professores que “fuderam” com meu psicológico. Saí, fiquei um ano e os meus amigos falaram assim “preta, volta, vai de novo”, aí eu decidi, “não, eu vou fazer, foda-se, vou fazer” e fiz o meu... eu prestei vestibular novamente e retornei para pedagogia, só que aí já foi diferente. Eu já estava mais madura e eu já estava passando pelo meu processo de “racialização”, de me enxergar enquanto mulher preta. Então assim, foi outro “rolê” agora para mim. Então eu comecei a ter consciência que a única forma de me emancipar seria através da educação. E eu defendo isso, Murilo, a única forma que nós, pessoas pretas e periféricas, de nos emanciparmos é através da educação, não tem outro jeito.

ENTREVISTADOR: Sim e deixa...

MARIA: Porque... pode falar...

ENTREVISTADOR: Eu queria te perguntar, esse seu processo de descoberta da sua identidade racial e tal, ele teve influência de colegas? Foi alguma leitura que você fez? Foi algum contato com algum evento ou com esses próprios funcionários aí da associação onde você trabalhava? Como é que foi?

MARIA: Então, o que acontece, eu conheço a (nome) desde que eu nasci. E ela já vinha da Pastoral Afro. Eu estudava com as primas dela e a gente sempre foi muito amigas mesmo, muito amiga e as meninas também eram da Pastoral Afro, e a Pastoral Afro ela fazia muitas apresentações culturais nas escolas, então a gente sempre tinha aquele contato ali, mas não tinha discussão racial. A pastoral Afro era mais voltada para as questões, apresentações culturais na época nas escolas e tudo mais. E ela já tinha passado pelo processo de transição capilar e tudo mais e eu sempre com contato com elas e tal, ela sempre foi essa referência para mim. E aí quando começou o movimento do Encrespa Geral, quando começou movimento dentro do Encrespa Geral, no Brasil, ela quis fazer aqui em Valadares, só que o Encrespa Geral ele tem a fundadora que é a Eliane Serafim, e para gente poder realizar o evento a gente tem que ter a permissão dela. Aí a gente tem que fazer um cronograma de ação, enviar para ela aprovar e tem que estar todo dentro dos moldes do Encrespa Geral. Aí a (nome) vendo aquele movimento, ela já sabia que eu estava iniciando o meu processo de transição capilar. Ela foi e me chamou, falou “Maria, vamos trazer o... vamos fazer o Encrespa Geral aqui em Valadares?” aí eu fui pesquisar o que era Encrespa Geral que estava acontecendo no Brasil e tal e a (nome) já estava também no processo de transição capilar, a gente não se conhecia, e ela já tinha criado até um blog onde ela dava dicas de cuidado com cabelo e tal, e ela e a (nome) moravam no mesmo bairro e tal, elas se conheciam. A (nome) foi, chamou a (nome), conheceu a (nome) pelo facebook, chamou a (nome) também, aí veio a (nome) e a (nome) que já era próxima nossa, que é prima da (nome), a gente já amigas e a gente começou a se reunir, passamos o ano de 2013 todo se reunindo para poder realizar o Encrespa Geral em Valadares. Naquele momento eu já estava no meu processo de transição capilar, na verdade eu não fiz transição, eu não tive paciência, eu preferi raspar meu cabelo. Então falei, não, vamos raspar esse trem, vai crescer. E a gente já começou a fazer essa discussão entre nós. Então eu já estava na faculdade, eu atuava no PIBID e eu era do projeto Educação e Diversidade. Então eu já comecei a fazer essa discussão racial nos projetos que eu já estava atuando no PIBID,

que já foi até o tema do meu TCC, eu discuti sobre relações étnico-raciais no espaço escolar através da minha experiência no PIBID atuando nas escolas do município. E assim, Murilo, é muito “foda”, porque até então quando você não tem consciência racial, você vive em um mundo em que tipo, as coisas te afetam, mas você ainda não tem consciência daquilo ali. Porque que aquilo ali está te afetando, mas depois que a chave vira aqui dentro, cara, tipo você começa a viver 24 horas muito “puto” com a sociedade. Porque você começa a entender várias questões que para você não fazia sentido e você não se questionava, e eu comecei a me questionar o tempo todo, muitas coisas fizeram muito sentido para mim, a exclusão na escola, a forma que nós alunos pretos somos vistos de maneira marginalizada, agressiva, a hiperssexualização do nosso corpo. Nós mulheres pretas, entendeu, aquilo que eles traçam para nós como caminho que, a gente para eles vai ser um produto daquele meio, que a gente vai crescer, ter filho antes do casamento. Porque a base tem que ter filho só depois do casamento, então a gente vai ser só mais uma mãe solteira, uma mãe solo, os nossos meninos ou eles vão ser presos ou vão ser mortos, ou vão trabalhar como ajudante de pedreiro, não que essa profissão não seja digna, mas é sempre nos vendo em situações subalternas. E então você começa a entender tudo isso, eu comecei a entender relações minhas em que eu não fui assumida como namorada. O porquê que eu não era assumida como namorada. Mas por que? Porque nós mulheres pretas somos pegadas só no sigilo, na hora de assumir um relacionamento é com a mulher padrão, a mulher padrão é a mulher da pele clara. Então, assim, quando essa chave virou para mim e tudo começou a fazer sentido, eu cheguei à conclusão de que o meu lugar era na discussão da pauta racial. Eu precisava fazer com que outras pessoas também enxergassem aquilo ali e comesse o processo. E o coletivo Encrespa foi o meu lugar de encontro. Porque quando a gente faz o Evento Encrespa Geral, nós não tínhamos intencionalidade nenhuma de nos tornar o que nós nos tornamos. Foi a gente querer fazer apenas um encontro, e aí tomou uma proporção que a gente não esperava. Porque quando a gente traçou o evento, o negócio explodiu de um jeito que aí começou o “G1” querer fazer entrevista com a gente, um monte de tevê local querendo fazer entrevista conosco, um monte de *site* divulgando nosso trabalho e foi aquilo ali uma coisa assim, que conseguimos parcerias e coisas que a gente não esperava. E no dia do evento “caraca”, foi assim, um papo de duzentas pessoas dentro do Centro Cultural Nelson Mandela. A gente ficou assustado, a gente ficou assustado, que a gente não esperava, Murilo. Porque a gente não tinha nada, a gente só queria fazer um encontro e quando eu cheguei, a gente viu chegar senhoras de idade, mulheres, homens, pessoas LGBT, crianças, chegando ali pessoas ali que quando a gente fez a fala sobre a importância, foi até no dia de Tereza de Benguela, dia vinte e quatro de julho, cara, nós fizemos menção a Tereza de Benguela e tudo mais, “caralho” a gente olhando ali e vendo pessoas, mulheres, mulheres já velhas sabe, senhoras, chorando, elas choraram porque elas estavam se vendo ali, mulheres decidindo fazer o “BC” ali naquele momento. “BC” é o *Big Chop*, que é o corte para tirar tudo. Nós tínhamos pessoas que fizeram o “BC” ali na hora cara, porque se encontraram ali. E quando terminou o evento, um monte de gente veio, e aí quando é que vai ser o nosso próximo encontro? E aí como é que nós seremos... E aí foi aí que a (nome) falou “gente nós vamos ter que formar alguma coisa”. Porque não pode ficar só nisso, porque foi algo tão impactante para nós, tão assim, forte, e aí foi aí que a gente decidiu criar o coletivo. E o Coletivo a gente começou a fazer os nossos encontros que...

ENTREVISTADOR: Só te interrompendo, rapidinho... isso que você acabou de contar foi 2013? Ou foi antes, foi depois?

MARIA: Foi esse período entre 2013 e 2014, essa transição de 2013 para 2014.

ENTREVISTADOR: “Tá”, aí vocês decidiram fazer o coletivo.

MARIA: Sim, decidimos fazer o coletivo e o Governo Municipal na época, era o PT. E foi um período assim, cara, que Valadares cresceu muito em termos de coletivo. Tinha muitos coletivos crescendo na cidade, nós tínhamos o NUDIS, nós tínhamos o Coletivo Pedra Negra, tínhamos vários coletivos “bombando” porque o governo municipal, na época, deu toda essa abertura cultural, ele dava toda esse aparato, ele dava todo suporte aos eventos culturais, não importa se você era do PT ou se você era de outro partido, todos os movimentos culturais na cidade tinham um espaço. Isso aí a gente não pode negar, entendeu? Então foi um momento muito importante culturalmente para Valadares, foi esse período do mandato... os dois mandatos do PT dentro da cidade, foi um período que cresceu muito, assim, os movimentos sociais dentro da cidade.

ENTREVISTADOR: E nessa época você tinha alguma proximidade com o Partido dos Trabalhadores ou não? Como que era a sua relação?

MARIA: Foi através... na realidade a minha relação com o partido dos trabalhadores é assim, o meu pai ele conhece o Lula lá em São Paulo, quando meu pai chegou em São Paulo estava no meio do crescimento do sindicato, meu pai trabalhou na metalurgia, meu pai desde então que ele conheceu o Lula, só vota no PT. Então o meu relacionamento com o partido foi através do meu pai. Entendeu... a figura do partido foi o meu pai, mas eu me filiei depois que eu entrei para o coletivo, movimento sociais, que eu decidi me afiliar ao partido. E foi assim, o meu amor com o partido foi através mesmo desse espaço que ele abriu para nós do coletivo. Que nós tínhamos todo o apoio, entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi.

MARIA: Então assim, foi onde que ele me deu o espaço e ele, e através desses movimentos que eu pude participar de várias ações que partido proporcionou. Então assim, o meu amor pela política ele só foi crescendo, e a necessidade de atuar dentro do coletivo foi muito maior, por que, Murilo, quando o Coletivo Encrespa ele se funda como um coletivo, nós conseguimos fazer algo que até então nenhum coletivo aqui da cidade fez. Nós conseguimos construir espaços em todos os setores, nós ocupamos Conselho da Saúde, nós tínhamos a (nome) nos representando dentro do Conselho da Saúde, o Conselho de Igualdade Racial, nós estávamos dentro da Universidade, nós estávamos no mestrado, nós estávamos nas escolas de educação infantil atuando com as crianças, nós estávamos dentro das escolas particulares, dentro das faculdades particulares, dentro das faculdades públicas, dentro das escolas do Estado, dentro das escolas do Município, então a gente estava em todos esses espaços. Falar sobre discussão racial, eles queriam o coletivo Encrespa lá, entendeu? Então a gente começou ocupar esses territórios e as pessoas que começaram vir e colar conosco, do coletivo, elas galgaram outros voos muito maiores. Porque através da influência do coletivo, que muitos decidiram fazer uma faculdade, decidiram prestar um vestibular, porque a gente sempre falava, sempre bateu na tecla, a Universidade Federal é nossa, ela tem que ser ocupada por nós. E hoje nós temos inúmeras pessoas que nasce do coletivo e estão na UFJF ocupando espaço dentro da UFJF. Então, assim, hoje nós temos ainda algo maior, nós temos a (nome) no Legislativo nos representando, entendeu? E, assim, o coletivo Encrespa hoje, a gente enxerga ele como um movimento negro educador dentro de Valadares. É isso que nós somos, hoje nós somos um espaço de formação, nós não somos apenas um lugar de acolhida, começa através da estética do cabelo, o cabelo literalmente ele foi o fio condutor. Hoje nós atuamos como um espaço de formação, nós não somos apenas um coletivo que atua com momentos culturais não, nós somos um espaço formador, nós formamos pessoas nós contribuimos para construção da identidade racial dessas pessoas, porque como Neusa Santos mesmo fala, no Brasil você não nasce negro, você se torna negro, porque a nossa identidade ela nos é tirada desde que nós

nascemos, e toda identidade ela é construída no coletivo e a identidade negra ela não seria diferente. Então hoje o coletivo Encrespa atua como um coletivo educador, ele foi um divisor de águas na minha vida enquanto mulher preta, entendeu?

ENTREVISTADOR: Deixa eu perguntar...pode ir lá...

MARIA: Não... pode falar.

ENTREVISTADOR: Não, como vocês criaram ele próximo de 2013 e em 2013 a gente teve aquelas manifestações, e eu fiquei sabendo que em GV também teve. Nessa época você participou delas de alguma maneira? Você se envolveu?

MARIA: Participei. Participei de todas as manifestações de 2013.

ENTREVISTADOR: Mas já como coletivo Encrespa, já envolvida?

MARIA: Não.

ENTREVISTADOR: Mas nesse processo de descoberta da própria “racialidade” e das... foi nesse momento aí?

MARIA: Eu já estava envolvida com o coletivo, ele só não estava formado ainda como coletivo.

ENTREVISTADOR: Ah sim, entendi.

MARIA: Só que eu vou ser muito sincera, se eu soubesse, se a visão que eu tenho hoje, se soubesse que as manifestações de 2013 eram o traço de um golpe, eu não teria participado. Real, porque a intencionalidade dela, a gente não percebeu, mas ela foi um traçado do golpe, o golpe se deu através dela, toda aquela coisa que aconteceu. Sinceramente, Murilo, com a concepção que eu tenho hoje eu não teria, não teria participado das manifestações de 2013, real.

ENTREVISTADOR: Sim, você acha que elas desde o princípio já foram idealizadas para outra...

MARIA: Porque é aonde ganha força, onde ganha força o MBL gente, o MBL veio com aquele discurso, Movimento Brasil Livre... e ele veio e ganhou força cara, você pode perceber que de 2013 que começou o crescimento desses caras, eles começaram entrar na política e começou traçar tudo aquilo ali, o golpe ele ganhou força naquilo ali. Aí quem era o presidente naquele momento? Dilma, então quê que acontece, começa o ódio “anti-PT”. E aquilo ali, a extrema direita começou a ganhar, ela começou a ganhar espaço, porque até então nós tínhamos a direita. Aquela direita liberal, e tudo mais... Mas foi através desse movimento que a gente viu que a extrema direita, tipo, ela teve uma explosão no país. Ela teve uma explosão no país, a extrema-direita, entendeu? Aí que nasce essas figuras aí, essas figuras do MBL, aí o Bolsonaro da vida começa a nadar, surfar nessa onda. E até então ele era apagado, ele só aparecia em entrevista para falar coisa polêmica, mas aí essa galera toda começou a surfar nessa onda, aí começou o ódio a PT, o ódio ao PT e foi dando, foi criando força, foi criando força. Eu Maria eu vejo as manifestações de 2013 como o início, é igual quando começa manifestação do pessoal aqui do interior de Minas que vai crescendo até se dá no golpe de 64. Real.

ENTREVISTADOR: E aí depois durante o governo da (nome), aí você já estava atuante no coletivo Encrespa. E você participou de outros coletivos? Ou o Encrespa fez algumas parcerias com outros coletivos? Como é que era a relação de vocês com esses outros coletivos que foram criados nesse mesmo tempo? Você estava falando que teve muito coletivo cultural na época, várias ações...

MARIA: Então, a gente sempre se relacionou, os coletivos em si sempre se relacionaram muito bem. Nós tivemos muita galera do coletivo Encrespa que fazia parte do Quilombo, da EPS, entendeu... Então assim...

ENTREVISTADOR: O que era o EPS?

MARIA: Esquerda Popular Socialista.

ENTREVISTADOR: Sim.

MARIA: É um movimento dentro do Partido dos Trabalhadores.

ENTREVISTADOR: Então, aí começa assim... a gente sempre teve essa integração entre os coletivos. O NUDIS fazia a discussão LGBT na cidade... O NUDIS ia fazer um evento, o Coletivo Encrespa estava lá. O Coletivo Encrespa ia fazer um evento, então estava o NUDIS, o Quilombo. Então a gente sempre conseguiu dialogar, até porque todos eram da mesma vertente política, esquerda.

ENTREVISTADOR: O NUDIS foi criado por quem nessa época, você lembra?

MARIA: Cara, eu lembro que a (nome) era dele, a (nome) era dele. Tinha uma galera muito “foda”, e ele que fazia o Festival de Diversidade na cidade, era organizado pelo NUDIS. E o Festival de Diversidade era algo muito... não sei se você já ouviu falar ou participou, chegou a pegar algum festival da diversidade aqui na cidade, cara...

ENTREVISTADOR: Não... Eu já ouvi falar assim, muito por alto mas eu não lembro.

MARIA: Maravilhoso, sensacional. Todos os coletivos fechavam com o Festival da Diversidade, era maravilhoso. E ele era organizado pelo NUDIS, maravilhoso.

ENTREVISTADOR: O (nome) também estava nele ou não? Você lembra?

MARIA: Sim, ele fazia parte do NUDIS, se eu não me engano. Porque na época ele era o secretário de juventude.

ENTREVISTADOR: Então vocês tinham essa parceria, mas você mesmo atuava mais no Encrespa?

MARIA: O meu lugar de atuação, porque a minha pauta de discussão é a racial. Então o meu lugar de atuação era dentro do coletivo, sempre foi dentro do coletivo Encrespa.

ENTREVISTADOR: Sim. Maria, tem um pessoal que pensa assim, que pensa sobre essas questões relacionadas a 2013, essa demonização do PT, da esquerda, que ocorreu nas manifestações... tem uma galera que acha que isso não é, assim, que isso poderia ser uma outra coisa para além de algo orquestrado e tal, por uma direita. Porque tinha, eu lembro que tinha um pessoal preocupado em não trazer os símbolos de movimentos como o Partido dos Trabalhadores, o MST, a CUT e tal, como se fosse uma estratégia para angariar mais pessoas que têm um certo preconceito com esses movimentos populares. E você acha que isso rolou em GV também? Que tinha gente que estava nessa, talvez até você, não sei... embora você já estava de alguma maneira próxima ao PT... mas você acha que tinha uma galera aqui que pensava que isso era melhor, na forma de manter um certo distanciamento de partido?

MARIA: Sim, tanto que não tinha bandeira de partido nas manifestações que eu participei. A maior manifestação que teve que a gente marchou até a ponte São Raimundo e fechou a Ponte São Raimundo, não tinha bandeira de partido não. E tinha muita gente da direita nas manifestações. Muita mesmo.

ENTREVISTADOR: E no Encrespa isso chegou a ser uma estratégia de vocês em algum momento?

MARIA: Não.

ENTREVISTADOR: É... Não vincular a partido ou vocês, enfim...

MARIA: Na realidade...

ENTREVISTADOR: Vocês definiram que vocês tinham uma ligação e tal...

MARIA: Então, na realidade, Murilo, quando você é de um movimento social e você faz uma discussão política, você tem que assumir um lado, não tem como você ser neutro. Então assim, o coletivo a gente nunca carregou a bandeira do partido, mas todas nós éramos, eu, (nomes), todas nós filiadas do partido, entendeu? Tipo, só que a gente sempre deixou claro

que o nosso posicionamento é de esquerda. Mas lá dentro tinha pessoas que eram de outros partidos. Mas a gente sempre deixou claro que o nosso posicionamento é de esquerda. Porque não tem como você ser um movimento social de luta de igualdade racial e ser da direita. Nossa, para mim o cúmulo do absurdo é esse movimento “TucanAfro” meu deus, do PSDB, meu Deus aquilo, ali é o cúmulo do absurdo.

ENTREVISTADOR: Mas a ideia de TucanAfro é daqui ou você tá falando a nível nacional?

MARIA: A nível nacional. A líder do TucanAfro é uma pessoa branca, pelo amor de Deus gente. É incoerente demais. Então assim, não tem como, esse negócio de falar “ai eu sou uma pessoa do movimento preto, eu não levanto uma bandeira partidária...” Não existe isso, a gente tem que se posicionar. A gente tem que se posicionar e eu me posiciono hoje, é o partido que me representa, até mesmo porque eu tenho altas críticas ao PT, eu tenho uma relação de amor e ódio ao PT. Mas o partido que me representa, que eu me enxergo, é dentro dele. É lá onde está o movimento negro, é lá onde está o MST, é onde está a discussão das mulheres, é onde eu vejo pessoas como eu. A maioria dos partidos de esquerda, os outros demais, eu vejo uma esquerda classe média branca. Não é o meu lugar, então o PT é o lugar onde que nós trabalhadores temos lugar de fala, e o que mais me fez aproximar ainda mais do partido foi o espaço que ele abriu para o nosso coletivo, entendeu? A abertura, eles, todos os eventos ele queria o Coletivo Encrespa lá participando das discussões. Ele queria o Encrespa na discussão das pautas, entendeu, tinha discussões de construção coletiva na Secretaria de Cultura, o nosso coletivo estava lá. Entendeu? Então, assim, ele que nos deu espaço, a minha construção política nasce no partido e é onde que eu me vejo representada, é onde eu me vejo acolhida, é onde eu tenho o meu lugar de fala, onde eu sou ouvida.

ENTREVISTADOR: E como é que é a divisão de tarefas, de responsabilidade dentro do coletivo Encrespa? Vocês têm algum tipo de divisão de funções? Têm presidente e tal? Ou é um negócio assim, não burocrático, como...

MARIA: Não, nós não temos.

ENTREVISTADOR: Não estou falando burocrático no sentido negativo não, tipo de..

MARIA: De hierarquia...

ENTREVISTADOR: É, organizado...

MARIA: Então, nós não temos, como eu posso dizer, presidência e tudo mais. Mas nós temos a coordenação, a coordenação somos nós as fundadoras, somos nós a coordenação. Só que toda construção passa através de nós. Então assim, a gente se reúne, a gente traz as propostas... é construída entre nós, a nossa rede social também é construída no coletivo entre nós da coordenação. E quando a gente tem um planejamento a gente vem e apresenta para o grupão. Quem é o grupão? É a galera que está no nosso grupo do WhatsApp, são aquelas pessoas que estão presentes em todas as nossas reuniões, que participam de todos os nossos eventos, que querem estar somando ali conosco e tudo mais. Então assim, a gente constrói, passa para eles a nossa proposta, a galera comprou a ideia, então a gente segue adiante. Então a coordenação do coletivo ela é composta por nós, as fundadoras do coletivo.

ENTREVISTADOR: Entendi... Que é.. (nomes)?

MARIA: E a (nome), hoje ela está conosco...

ENTREVISTADOR: A (nome) também como coordenadora...

MARIA: É, a (nome) está conosco como coordenadora. Então, assim, “ah mas é porque vocês não abrem para outras pessoas?”. Não, não é isso, é porque na realidade a gente observa muito, sabe Murilo, a atuação das pessoas. Então nem todo mundo quer assumir essa responsabilidade, então por exemplo, quem era a formação original era eu, (nomes), nós cinco. A (nome) ela está fora morando em Diamantina estudando, e como a gente percebeu que a (nome) estava mais envolvida conosco, a gente percebeu esse envolvimento maior, o

que a gente fez, a gente chamou ela. “(nome) vamos fazer parte da coordenação conosco, a gente vê que você tem muito para somar e tudo mais. Puxamos a (nome) para a coordenação, então a gente ficou observando, a gente observa muito as pessoas que têm o comprometimento com o coletivo, entendeu? Porque não tem como eu delegar tarefa de um coletivo a alguém que não tem um comprometimento. Então a gente observa muito, mas quando a gente tem eventos e tal, a gente envolve todo mundo e a galera participa mesmo, só que a coordenação somos nós, as fundadoras do coletivo, hoje somos nós a coordenação. Só que a gente hoje está fazendo esse movimento para a figura do coletivo não ficar centralizada somente em nós, entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi.

MARIA: A gente quer criar o espaço para vir outras pessoas, para crescer, porque não pode centralizar só em nós. A gente tem que fazer os frutos darem mais frutos ainda.

ENTREVISTADOR: Essa galera que faz parte do grupão e que vai mais nas reuniões, elas são quantas pessoas mais ou menos, você sabe?

MARIA: Poxa, Murilo, é difícil a gente ter um controle, porque tipo, tem muita gente que não está no nosso grupo no WhatsApp mas todo evento está ali conosco. E é muito complicado a gente ter esse controle, porque quando a gente fala o coletivo Encrespa vai estar em tal lugar, vai gente demais...

ENTREVISTADOR: Eu mesmo já fui nesses eventos de vocês sem estar no grupão.

MARIA: Então, aí é mais assim, hoje, deixa eu ver, dentro do nosso grupo do WhatsApp nós temos uma média aí de umas vinte, vinte e cinco pessoas, quase trinta.

ENTREVISTADOR: Beleza. Maria, se eu estiver te atrapalhando, demorando demais, você me interrompe está bem?

MARIA: Não, esquentar não, eu fico conversando com você, mas de olho no meu filho, ele tem dois anos e é só Jesus na causa, então tenho que ficar de olho nele.

ENTREVISTADOR: Não, mas ele está bem tranquilo, nós já estamos falando tem um tempão.

MARIA: Você que pensa, eu estou assim e ele já estava mexendo nas vasilhas na pia...

ENTREVISTADOR: Entendi, mas aí você me interrompe, está bem? Qualquer coisa, sem problema.

MARIA: Não, tranquilo.

ENTREVISTADOR: E aí você estava falando que teve esse período muito efervescente dos coletivos e tal e aí depois essa intensidade dos movimentos sociais diminuiu em GV e acredito que no Brasil também. A que você atribui isso, no nosso contexto aqui, além da própria saída do governo da (nome), quê que você acha que as pessoas estão se mobilizando menos?

MARIA: Olha, aqui dentro de Valadares caiu com o governo atual.

ENTREVISTADOR: E mesmo com o governo atual, antes mesmo da pandemia, os grupos, os coletivos ainda mesmo capangando eles estavam ali fazendo o movimento deles. Porém, vai enfraquecendo porque não tem apoio, não tem recurso, não tem investimento e o governo atual ele é um governo de direita, governo de direita ele não se preocupa em investimento e cultura popular

ENTREVISTADOR: A cultura popular para eles é totalmente marginalizada, então a gente perde espaços, a Secretaria de Cultura é assumida por pessoas que não dialogam com os movimentos culturais da cidade. Quem está na Secretaria de Juventude não tem diálogo com os grupos de juventudes da cidade. Então o que fez cair foi o atual governo municipal.

ENTREVISTADOR: Entendi. Maria... está tranquilo. Você acha que tem possibilidade desses coletivos de esquerda se fortalecerem em GV novamente? Por onde que passa isso?

Você enxerga alguma coisa boa também além da... Eu imagino que você vai falar da candidatura da (nome) ter sido dado certo, mas principalmente assim, em termos de conscientização da população mais à esquerda assim, tomando uma consciência de esquerda. Você vê algum motivo de esperança nesse sentido?

MARIA: Cara, vou ser muito sincera com você, a liberdade do Lula ela trouxe uma esperança para nós. Ela trouxe um fôlego para esquerda, ela trouxe um fôlego, e ela trouxe um fôlego tão grande que o efeito Lula está aí grande nesse governo atual, porque ele está desmoronando. Então os movimentos de esquerda eles começam a ter um fôlego nesses últimos tempos porque... não que a força da esquerda esteja centralizada somente no Lula, mas uma coisa que a gente não pode superestimar, Murilo, que o PT é o maior partido político do mundo. Então não tem como você é falar que ele não tem relevância dentro da política brasileira. Vamos lá no alto ódio ao PT, no anti PT, a gente conseguiu ainda levar as eleições para o segundo turno. Sem a figura aí do Lula. Mesmo com o Haddad, com aquela coisa toda, o Lula preso, a gente ainda levou as eleições para o segundo turno. Então é um partido que, querendo ou não, por mais que a gente tenha um monte de partido de esquerda, ele ainda é referência de esquerda no país. E ele ainda tem um número gigantesco de eleitores, de pessoas que são pessoas filiadas ao partido e que agora com a soltura do Lula e a suspeição do Moro, gente o número de pessoas que filiaram ao partido foi lá no alto. Então a gente começa a ver que nada está perdido, porque com a extrema direita no poder, a gente começou a ser sufocado. E começamos a perder espaço através de repressão mesmo. Eu falo dentro mesmo da nossa cidade, a gente perdeu totalmente os espaços, Murilo. Lugares de ações públicas foram dados nas mão de pessoas que não tem atuação social nenhuma na cidade. Entendeu? E a gente, então quê que acontece, os movimentos eles começam a trabalhar por conta própria, comendo pelas beiradas e se virando do jeito que pode, e ainda vem a pandemia. Veio a pandemia e acaba que as pessoas durante esse período da pandemia, não só pelo fato do isolamento social, mas assim, desemprego e tudo mais, quem é acometido a isso? Somos nós trabalhadores dos movimentos sociais, então a gente milita ou a gente trabalha para comer.

ENTREVISTADOR: Verdade. Falando nisso, e como é que vocês mantêm uma estrutura para financiar as ações do coletivo?

MARIA: É tudo parceria, cara.

ENTREVISTADOR: Parceria?

MARIA: Tudo parceria, todas as nossas ações é parceria, sabe, concessão de espaços, entendeu? É tudo parceria. A gente trabalha com parcerias.

ENTREVISTADOR: Entendi, vocês não tem caixa, não...

MARIA: Não, não.

ENTREVISTADOR: Sim, beleza. É, estou acabando, “tá”? só mais duas perguntinhas.

MARIA: Relaxa.

ENTREVISTADOR: A gente estava falando dessa questão da conquista dos espaços de poder dentro dos movimentos sociais e você estava comentando também, lá na sua infância, que eu acho que é uma realidade que ainda se mantém nas periferias, o pensamento de esquerda, ele atualmente, além de ser demonizado, perde muito espalho para o pensamento religioso, eu penso assim...

MARIA: Não, “tá” certíssimo.

ENTREVISTADOR: E como a gente... como você acha que é uma possibilidade de reconquistar esse espaço que foi perdido nas periferias? O Encrespa se preocupa com isso? Vocês já pensaram, discutiram sobre isso alguma vez?

MARIA: Então, o Encrespa é o que eu estou te falando, o nosso diferencial é que a gente consegue dialogar dentro da academia e consegue dialogar na periferia. A gente consegue

falar a linguagem da periferia e a linguagem da academia, então isso faz uma diferença. E a esquerda ela peca muito nisso, a esquerda ela precisa entender que a classe trabalhadora ela é conservadora porque ela é religiosa, e como eu tive... Só um momento, Murilo... e como eu te disse, dentro das favelas, quem está atuando? Não é nem a Igreja Católica, são as igrejas evangélicas e as igrejas neopentecostais, porque elas fazem o que o Estado não faz. Quem mata a fome do morador da favela que está passando necessidade é a igreja. Se uma mãe está com filho nas drogas, é o pastor que vai lá na boca de fumo tirar o filho dela da boca de fumo, se o filho dela vai preso, quem vai lá na cadeia visitar o filho dela são os membros da igreja, entendeu? Então o lugar onde que as nossas mães, nós mães encontramos de criar os nossos filhos longe da violência e da criminalidade é dentro da igreja. Então o trabalhador ele é conservador por conta da religião, então a gente precisa entender que nem todas as pautas ele vai compreender de cara. Então quais são as necessidades dessa população? A gente precisa ir onde essa população tem necessidade, eu não tenho... o coletivo Encrespa não tem condições de matar a fome, mas ele tem condições de politizar aquela comunidade a ponto dela se organizar e reivindicar as suas necessidades para o governo público, para o poder público. Então a nossa função como um coletivo é de trabalhar nesse processo de formação, de educação da comunidade, é dialogar com eles, é apresentar os direitos humanos, entendeu? De saber que a polícia não pode entrar dentro da minha casa sem um mandado, que é o que acontece aqui na periferia. Cinco horas da manhã, polícia chegando na casa de morador, arrombando porta entrando dando busca sem um mandado, entendeu? Apreendendo bem de morador sem mandado, entendeu? Eu falo porque a gente teve experiência com uma amiga nossa, trabalhadora, mulher trabalhadora, o filho dela que é envolvido com tráfico e nem mora com ela. A polícia simplesmente entrou dentro da casa dela, o salário que ela sacado... o salário dela, a polícia apreendeu como dinheiro de droga.

ENTREVISTADOR: Nossa...

MARIA: As contas dela daquele mês ficaram sem pagar, você está me entendendo? Então, sem mandado nenhum, é isso que é o nosso papel, de levar informação para a periferia, porque é isso que eles querem, Murilo, eles querem uma organização, que a gente contribua na organização da associação comunitária, entendeu? É isso que eles querem, eles querem ver um projeto social atuando dentro da comunidade, onde ao invés do meu filho estar fazendo aviãozinho, ele vai estar jogando futebol, ele vai estar praticando uma capoeira, então é isso que os nossos moradores querem. Então a esquerda ela precisa entender... “ah Maria mas a gente não vai defender as bandeiras que tem que ser defendida?” Não é isso, mas a gente tem que ter estratégia, a gente tem que ter essa estratégia porque...

ENTREVISTADOR: Você fala a LGBT por exemplo...

MARIA: Não só LGBT, várias outras, legalização das drogas... Como que eu vou falar para um morador da periferia de legalização das drogas, quando o filho da minha vizinha está lá dentro da boca usando crack?

ENTREVISTADOR: É.

MARIA: Ela tem ódio disso.

ENTREVISTADOR: É uma situação de prejudicar a própria estrutura familiar também, não é? De ficar violento e tudo...

MARIA: Exatamente. Ela não entende, ela não consegue entender que a guerra contra as drogas, na realidade não é contra as drogas. É uma guerra contra a população preta e periférica, mas eles ainda não conseguem entender, eles não estão cientes que o racismo é estrutural. O racismo no Brasil não é apenas eu não gostar, uma ação minha, “ah eu não gosto de gente preta”, não é isso, o racismo no Brasil ele é estrutural. Esse é o diferencial no Brasil,

entendeu?. Ele é legitimado, não tem leis como eram as leis segregacionistas como tinha nos Estados Unidos, mas a estrutura que a sociedade brasileira se constitui, o racismo nela ele é estrutural e nos exclui e nos mata. Então a periferia não compreende isso, Murilo, então o nosso papel é mudar essa visão através da politização do nosso povo. Que é o que? Primeiro passo, o reconhecimento enquanto população preta. É conhecer a nossa história, a nossa trajetória enquanto povo preto no Brasil. Então a nossa emancipação ela começa através disso, a construção da identidade enquanto povo preto, porque só assim que a gente vai começar a compreender que a estrutura que a gente vive, que nós estamos inseridas, nós fomos colocadas naquela condição, eu não estou ali porque eu quero, é uma condição que me foi colocada. Só para você ter uma ideia, como eles chamam a pessoa, eles colocam o escravo, ele sempre se refere “ah eu era filho de escravo”, por quê? O racismo ele é tão estrutural que ele coloca, quando você fala que uma pessoa ela é escrava, ali coloca como uma condição natural dela. E não é, nós fomos escravizados. Nós fomos escravizados, nós não nascemos escravos, é totalmente diferente. Então, cara, é algo, hoje eu estava aqui em casa meditando, é algo tão surreal que para mim era naturalizado como a minha vó falava “ah a minha mãe, minha mãe era índia, ela foi laçada no mato”

ENTREVISTADOR: Toda... a minha família também tem isso, tem também “a minha tataravó era escrava”, coisas assim...

MARIA: Então, “a minha mãe era índia e ela foi laçada no mato”. Ela não conseguia fazer a leitura de que a minha vó ela foi pega à força. Ela estava no habitat natural dela.

ENTREVISTADOR: Que foi um estupro...

MARIA: Um estupro, a gente não consegue fazer essa análise. Então eu hoje, eu consigo compreender isso, entendeu? Então eu penso que a esquerda ela só vai conseguir, só para você ter uma ideia, no segundo turno das eleições, o Haddad só conseguiu ir para o segundo turno porque no processo de vira voto aí que eles subiram os morros e foram para as periferias. Eles não tinham feito isso ainda, Murilo. Esse é o erro, então o Lula ele se torna essa figura emblemática, ele se torna essa figura emblemática porque o Lula ele consegue pegar qualquer conversa sobre economia sobre política e transformar em um bate papo de “botequim”, onde que pobre vai entender o que ele está falando..

ENTREVISTADOR: Bem diferente do Haddad.

MARIA: Ele consegue dialogar com diplomatas, com o trabalhador, o trabalhador rural, ele conseguia dialogar com todo mundo. Então é isso que a esquerda precisa compreender, o Lula entendeu desde o primeiro mandato dele, o meu povo tem fome então eu vou matar a fome do povo, o povo quer estudar, então vamos dar escola para o povo, o povo quer trabalhar, então vamos dar trabalho para o povo. O povo quer construir, vou te dar um exemplo, o Carapina teve uma transição muito grande aqui hoje Murilo, eu não sei o que é barulho de tiro, quantos anos que a gente num houve falar que matou alguém aqui, mas por quê? Essa transição no governo Lula, o que aconteceu? O nosso bairro era um bairro muito pobre, sempre foi muito pobre. Então quando veio o governo Lula, pera aí Murilo... quando veio a transição do governo Lula começou os feirões das casas, os feirões, cara eu lembro como se fosse hoje, o primeiro feirão do Construcard foi na praça de esportes, no domingo, Murilo você não tem noção do tanto de gente que tinha naquele lugar, nesse dia a minha mãe ficou tão feliz, que o sonho da minha mãe era bater laje na nossa casa, a nossa casa ela era... gente eu tinha quinze anos, já... a nossa casa ela era de telhado e tudo mais, aí veio o feirão da Construcard, minha mãe veio em um domingo, minha mãe pegou toda a documentação, minha mãe foi para praça de esporte e na hora lá liberaram crédito para ela, na época foi o que? Oito ou nove mil reais, que era muito dinheiro, muito dinheiro. E na época era assim, ele liberava o dinheiro na sua conta, aí vinha o valor para material de construção e um valor para mão de obra ainda. E você

tinha que terminar pagando a menor prestação, meu pai terminou pagando cinquenta e dois reais, ele começou pagando duzentos e terminou pagando cinquenta e dois reais, era decrescente as parcelas. E foi a época que explodiu aqui no Carapina a construção civil, todo mundo reformando casa, todo mundo batendo laje, a facilidade de tirar habilitação e todo mundo começou, eu com dezoito, dezessete anos e meio eu já estava na autoescola, eu já estava na autoescola tirando a minha habilitação, com dezoito anos eu já tinha tirado a minha habilitação e já tinha comprado a minha moto. Entendeu? Então todo mundo começou a comprar carro, todo mundo começou a comprar moto, todo mundo começou a reformar as casas e o bairro foi desenvolvendo, foram crescendo os comércios aqui no morro. Então aquele ambiente de extrema pobreza mudou, nós temos ainda, igual nós temos a região do Buracão, mas a região do Buracão é o seguinte, o problema do Buracão é a infraestrutura urbana, mas se você for ver, for lá, você vai ver inúmeras casas maravilhosas. O problema é o descaso público com a infraestrutura urbana. Mas o bairro cresceu tanto que, conseqüentemente, a violência foi caindo. O tráfico ainda existe, porém hoje, o tráfico literalmente, é organizado, a questão de várias gangues rivais, tiroteio... Esse “trem” não existe mais, não existe mais. Então aí a gente consegue fazer uma leitura que a violência ela está ligada à desigualdade social. Porque no momento que o nosso bairro conseguiu... e hoje Murilo aqui tem muita gente fazendo faculdade. Os que não passaram na federal estão fazendo pelo FIES ou ocupando outros espaços, a galera está estudando, você vê aqui os meninos subindo e descendo vindo da faculdade e tudo mais. Então assim, o bairro, a nossa comunidade ela cresceu muito nesse período. Então a gente mudou a nossa concepção, a nossa visão de periferia.

ENTREVISTADOR: Bacana. Maria, para terminar, você é atua junto com a (nome), e aí eu queria saber se faz parte dos seus planos e dos planos do grupo de vocês construir um espaço maior de candidatura de mulheres pretas em Governador Valadares? Você acha que essa é uma meta de vocês? Conseguir alcançar, aumentar esse espaço, de uma candidatura e efetivamente de uma política?

MARIA: Nós tivemos outras candidatas...

ENTREVISTADOR: Vocês tiveram...

MARIA: Nós tivemos outras candidatas, nós tivemos a (nome), nós tivemos a (nome), nós tivemos a (nome), nós tivemos outras candidatas.

ENTREVISTADOR: Sim.

MARIA: Mas a (nome) ela conseguiu pleito porque ela já vem de uma trajetória muito maior já dentro da política, então ela tem uma trajetória muito maior já percorrida e já era a segunda tentativa dela e graças a Deus conseguiu.

ENTREVISTADOR: Mas você acha que tem espaço para conseguir mais?

MARIA: Não, nessas últimas eleições as candidaturas de mulheres pretas cresceu se eu não me engano, 1,3%, pode ser pequeno, mas para população preta já foi um crescimento muito grande que não tinha. A gente podia era zero vírgula zero alguma coisa, agora a gente já está em outra porcentagem, eu não sei é futuramente das meninas, como que a gente ainda não sabe, tem muita coisa ainda acontecendo, o nosso coletivo hoje ele tem outro direcionamento. A gente está remodelando as nossas ações, reestruturando porque hoje a gente tem um outro olhar sabe, sobre o coletivo. Quando a gente começou era algo muito novo ainda para nós, e ainda éramos muito imaturas nessa trajetória de lutas políticas. Hoje nós temos outra visão, por exemplo, eu já estou formada ocupando outros espaços, hoje nós temos a(nome) que já é uma engenheira graduada, já está ocupando outros espaços. Então o nosso olhar hoje é um olhar muito diferente, hoje a gente entende o coletivo como de outra forma, hoje a gente

percebe que o coletivo ele tem um potencial muito maior de produzir para sociedade. Quando eu falo produzir é produzir conteúdo mesmo de cunho científico, entendeu?

ENTREVISTADOR: Então, eu perguntei isso para todo mundo que eu estou entrevistando e eu esqueci de fazer essa pergunta para você. Quais são os seus planos daqui para frente? Porque todo mundo que se envolve com movimento social tem que conciliar a vida profissional com a vida familiar, do trabalho, o a atuação política. Quais são os seus planos, Maria, agora não estou falando mais em nome do coletivo, daqui para frente é profissionais e da atuação política? Você pretende ficar no Encrespa para sempre? Você pretende trabalhar como professora... como é que é?

MARIA: Eu já sou professora, eu já sou pedagoga. E hoje eu estou estudando para tentar o mestrado, já estou fazendo as minhas leituras, já construindo o meu projeto, então agora atualmente o meu foco é o mestrado. E na realidade, Murilo, eu sempre vou estar dentro do movimento, do movimento negro porque eu sou mãe de uma criança negra. Então é o espaço que eu enxergo que eu vou criar o meu filho e ele desde pequeno tendo contato com a sua identidade. Como um homem negro, a maneira como a sociedade ela enxerga um homem negro é diferente. Então eu sempre vou estar dentro do coletivo, talvez não na linha de frente, porque a gente tem que abrir espaço para nova geração que vai chegando. Porque aí a gente vai construindo mais, a gente vai construindo pontes, não é? Mas assim, o meu espaço mesmo, o meu desejo de atuação é a área da pesquisa. Hoje eu já estou construindo um projeto com um grupo de amigos onde a gente vai atuar nessa área de produção de conteúdos mesmo para internet, cursos, consultoria para empresas para gente dar curso para empresas sobre diversidade, mas a gente é um grupo diverso, todos nós somos pretos mas fazemos discussões diferentes dentro da educação: feminismo, LGBT, autismo, PCD, então a gente é um grupo diverso e hoje a gente está estruturando esse projeto que hoje é o meu projeto piloto de vida é esse.

ENTREVISTADOR: Bacana.

MARIA: Trabalhar com a plataforma de cursos de formação e assessoria para empresas e o mestrado, por quê? Essa questão da educação para mim ela é muito forte, por que, Entrevistador? Eu sou filha de empregada doméstica e foi limpando chão que a minha mãe me formou. Quando comecei na faculdade não tinha os pólos de federais que nós temos aqui hoje. Então ou a gente ia embora para fora para tentar estudar, ou a gente tinha que pagar para estudar. A UNIVALE é uma universidade que em termos de qualidade a gente pode equiparar ela a uma universidade federal, em termos de qualidade de ensino, então, tipo, eu quando eu estava estudando, quando a gente é pobre, eu venho de uma família muito pobre, eu fui a primeira da minha família a graduar, aí depois de mim que veio a minha tia e agora a minha prima vai se graduar, entendeu? Mas eu fui a primeira, tanto assim, a minha vó ela foi na minha formatura, ela chorou a minha formatura toda, porque eu fui a primeira, ninguém na minha família tinha se graduado., sabe? Nós somos de uma família muito pobre e a minha mãe mesmo com toda pobreza, minha mãe ela sempre pegou pesado em relação aos estudos comigo e com o meu irmão, sabe, Murilo? Eu nunca vou me esquecer da minha mãe, a minha mãe todos os dias ela limpava três condomínios, três prédios sozinha, e não é prédio pequeno não. São prédios muito grandes, sozinha, todos os dias. E mesmo muito cansada a minha mãe chegava a noite tinha que dar conta de casa, janta, éramos pequenos, mas a minha mãe nunca dormiu sem ler para nós. Ela sempre me estimulou a leitura, entendeu? Então eu devo muito isso ela, então a maneira que eu me dedico aos estudos é por conta disso. Como eu falei lá no início para você, a única maneira que eu enxergo de nós pessoas pretas se emanciparem é através da educação. Então tudo que eu posso fazer para investir na minha formação na minha, porque, Murilo, infelizmente, a gente chega em um espaço, eu como mulher preta,

para eu ser legitimada eles querem saber dos meus títulos. E mesmo assim eles duvidam da nossa capacidade intelectual, entendeu? Então a gente sabe muito bem como a academia nos vê. Um mestrado, um doutorado não foi feito para nós. Não foi feito para nós estarmos lá, não foi. Não foi. Só que é um lugar que é meu por direito, então assim, tudo que eu posso fazer para poder investir na minha formação, igual agora eu já estou indo concluir a minha quinta pós, sabe? Não é fácil, porque eu ainda sou mãe solo, eu sustento uma casa sozinha, eu crio um filho sozinha, eu tenho dupla jornada. Então assim, hoje o que eu me vejo, futuramente, o meu foco é a área de pesquisa é produzir conteúdos voltados para nossa pauta, a pauta racial.

ENTREVISTADOR: Joia, Maria, eu quero te agradecer, eu vou interromper aqui que aí eu te agradeço decentemente.

ENTREVISTA N. 13 (Paula) – 23/04/2021.

COLETIVOS: LGBTQIA+ da UFJF E Atlética União Igualdade e Força.

ENTREVISTADOR: Prefere que te chame de Paula?

PAULA: Pode ser Paula, fico mais à vontade.

ENTREVISTADOR: Então está “bom”. Paula, primeira coisa que eu queria ter perguntar é como que foi o seu interesse me participar... você faz parte só da Atlética ou da Atlética e do Coletivo LGBT?

PAULA: Faço parte dos dois, sou cofundadora dos dois também.

ENTREVISTADOR: Você é cofundadora dos dois. Então eu queria te perguntar como é que foi o seu contexto de fundação, por que você fundou... e se você já, talvez até antes disso, se você já fazia parte de algum movimento político... não necessariamente movimento estudantil, mas se você já fazia parte de alguma outra organização coletiva de caráter de movimento social?

PAULA: Bom. O coletivo foi o que surgiu primeiro, não só antes da Atlética mas foi a primeira manifestação política organizada da qual eu fiz parte, foi o coletivo. E logo depois a Atlética. O coletivo surgiu da seguinte maneira... alguns professores identificaram a necessidade da gente falar sobre LGBTfobia dentro da UFJF devido um caso que aconteceu na Nutrição, em que um homem cisgênero homossexual sofreu homofobia no curso por um colega de classe, e aí aquilo ali repercutiu bastante na época e esses professores fizeram uma reunião aberta com os alunos, para os alunos falarem o que eles estão vivendo na Universidade, e aí a gente viu que tinha muita coisa acontecendo, tinha muita LGBTfobia na UFJF Campus Governador Valadares. E aí, por causa disso, a gente continuou se reunindo, falando sobre, discutindo possíveis ações para melhorar esse quadro lá dentro. Aí acabou surgindo o coletivo, a gente decidiu fazer daquelas reuniões um grupo de fato, para gente ser reconhecido enquanto movimento dentro da Universidade. A gente sentiu a necessidade de ter um coletivo voltado para a população LGBT. Nas próprias reuniões iniciais do coletivo a gente viu que tinha muita coisa acontecendo em relação às Atléticas, as Atléticas tendo posturas LGBTfóbicas nas festas, por exemplo, no sentido de serem omissos mesmo com a LGBTfobia dentro das festas, entende? E a galera sempre se mostrou que não ficava à vontade com a Atlética, então não participava muito de jogos, das festas promovidas pelas Atléticas... A gente viu que estava acontecendo essa relação ali nada boa né. A Atlética ela é uma organização estudantil ali que empodera os estudantes dentro da Universidade, então a gente ficou triste com o fato daquilo que estava acontecendo e o (nome) e o (nome), que atualmente são presidente e vice-presidente da Atlética, eles vieram com essa ideia de fazer uma Atlética não acadêmica, ou seja, a Atlética ela não é ligada à Universidade. Ela é um movimento aqui de Governador Valadares, e aí os meninos eles decidiram criar essa, essa organização, essa associação, me convidaram para ir para a diretoria de comunicação, eu aceitei, outras pessoas também foram chamadas para a ideia e assim a gente fundou a Atlética. Então a fundação foi basicamente isso, antes de participar dos dois movimentos eu sempre me considerei feminista, sempre fui aquela militante tipo boca a boca mesmo sabe? De não tolerar certas falas dos amigos e tal, sempre fui essa pessoa assim, mas nunca participei de uma militância, de uma associação, de um grupo voltado para os movimentos sociais, entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi, bacana. Outra coisa que eu queria te perguntar é que nesse processo aí de formação do coletivo, então me parece que essa divisão dos dois movimentos,

das duas organizações fica o coletivo LGBT mais pra questões universitárias e a Atlética para questões de fora da Universidade e tal que envolvem o município talvez?

PAULA: Isso.

ENTREVISTADOR: E aí dentro dessa perspectiva do coletivo LGBT, vocês disputam o movimento estudantil também? Vocês participam do movimento... tipo, vocês têm alguma pretensão de ocupação do movimento estudantil tradicional, seja, seja disputando chapas ou interferindo no debate? Tem essa participação por parte de vocês?

PAULA: Então, a gente tem sim essa preocupação, a gente tem sim esse foco, de estar participando ali com outros movimentos estudantis, entretanto, nunca foi a nossa intenção, por exemplo, de formar uma chapa. A gente entende que a gente tem que ter aliados nos DAs, no DCE, e com os outros movimentos, mas a gente entende também que não é o momento, sabe? Tem muita coisa pra gente fazer ainda somente enquanto coletivo. E aí o nosso coletivo, o Coletivo LGBTQIA+ da UFJF-GV, ele tem atingido o público de outras formas, por exemplo, o Congresso, você palestrou lá, eu não sei se você ficou e assistiu a outras palestras, mas a nossa intensão ali é chegar até os estudantes também sabe? De uma forma direta, sabe? E isso ali proporcionou que a gente fosse reconhecido dentro da Universidade, também como parte dos movimentos estudantis, sabe? É garantir também educação voltada não só ao público LGBT, mas tratando a sexualidade, esses debates como um todo sabe, isso faz parte do Direito, isso faz parte das várias partes da saúde, enfim... então, no momento, a gente não tem esse foco de, por exemplo, formar uma chapa, de fazer a chapa LGBT para o DCE, por exemplo. Mas a gente está sempre presente, eventos institucionais que chamam os movimentos, eles chamam a gente também. A gente está sempre presente ali.

ENTREVISTADOR: Entendi, então você me corrige se eu estiver interpretando alguma coisa diferente. Você acha que, pela sua fala aí, que o fato de vocês não se colocarem como chapa, como alguém assim, ligado a diretório acadêmico, DCE, de alguma maneira, facilita o contato, a aproximação com outros estudantes? É isso que você falou, não entendi direito?

PAULA: Não, é... isso também. Mas a questão maior não é nos aproximar de outros estudantes, mas o DCE, por exemplo, ele tem outras demandas além das demandas que o coletivo por si tem, sabe? E o número de pessoas que a gente tem hoje no coletivo e o número de ações e tal, não é o momento para a gente agora ir por essa via, entende? A gente consegue chegar nos alunos de outras formas também. O congresso é o melhor exemplo que eu posso dar, porque o congresso ele não é como os congressos da medicina, por exemplo, que é o que eu estou mais habituada a ver, que é o curso que eu faço. Mas esses eventos têm aí dez mil livre de patrocínio de evento sabe? Dependendo de quem apoia, e o Congresso de Gênero e Sexualidade não tem essas coisas, sabe? A gente vai conseguindo, por exemplo, que o evento foi gratuito, a gente conseguiu os *coffee breaks* na base de ir lá na padaria e pedir a doação de um bolo, “bota fé”? De ir no *Soul Rock* e pedir. Então, assim, a gente tem outras dificuldades agora e tem outras ações que aproximam também os alunos, sabe? Não é o momento para a gente se inserir nos movimentos estudantis dessa maneira como chapa, como outra forma institucional ali.

ENTREVISTADOR: Mas então isso pode ser algo que...

PAULA: Futuramente, quem sabe?

ENTREVISTADOR: Que venha a fazer parte dos planos...

PAULA: Sim, quem sabe?

ENTREVISTADOR: Entendi. Outra coisa, em relação a funcionamento, você começou a falar aí, quais são as dificuldades que vocês têm tanto no Coletivo quanto na Atlética de

organização das atividades, no sentido assim, financeiro, de logística e também até de engajamento das pessoas? Quais são as dificuldades organizacionais de um e de outro?

PAULA: Olha, eu acredito hoje que a Atlética ela tem menos dificuldades como um todo. Porque a Atlética cresceu muito como movimento social da cidade, a gente tem um bom contato, uma boa relação com a prefeitura hoje, facilita muito a nossa vida para fazer evento, para conseguir apoio sabe? E não estou dizendo apoio financeiro, apoio de, às vezes, ter um banheiro químico na praça, ter limpeza da praça, entende? A gente tem uma boa relação já, é não só com a prefeitura, mas com instituições parceiras também. A Atlética está muito bem fundamentada no município, mas ela está também até dentro da Universidade, mesmo não sendo acadêmica, por causa dos eventos das outras Atléticas. Ela foi criada para conviver nesse espaço, entende? E então a gente tem um bom “*networking*”, vamos dizer assim. O coletivo hoje encontra maiores dificuldades. A gente tem sim reconhecimento na UFJF, entretanto as dificuldades são maiores, financeiras mesmo, tudo mais agarra, sabe? E também a questão de não ter o mesmo *networking*, sabe? A gente não tem essa mesma visibilidade que a Atlética tem. Eu acredito que isso tem a ver com vários fatores, o primeiro deles é pelo fato do coletivo ser restrito à Universidade e a Atlética não. Para mim esse é o primeiro deles, o segundo é que a Atlética, por ela ter cargos específicos, hierarquia, eu acredito que a gente consiga é trabalhar mais, promover mais ações, fazer mais coisas. O coletivo infelizmente acontece muito de ter novos integrantes e esses integrantes não durarem muito, participarem lá, tipo, um ano, nem isso às vezes. Pararem de participarem e ficam sempre os antigos ali, que são as mesmas pessoas.

ENTREVISTADOR: Volta os antigos...

PAULA: Enquanto na Atlética tem vinte que participam de verdade, no coletivo tem seis pessoas e aí sempre tem ali três, quatro, migrando...

ENTREVISTADOR: Que estão indo embora de “GV ou que cansaram...”

PAULA: É, ou então calouro que entra animado e depois desanima, entende?

ENTREVISTADOR: Entendo.

PAULA: Tem muito disso. E o coletivo não tem essa hierarquia, não tem cargos específicos, a gente atribui cargos de liderança por exemplo, a depender da ação. No congresso, por exemplo, eu estou na liderança, mas em uma ação que a gente tinha no Soul Rock era outra pessoa que estava encarregada daquela ação, entende? Aí sim, mas como organização a gente não tem hierarquia, a gente não tem cargos separados e eu acredito que isso também influencie bastante.

ENTREVISTADOR: Entendi. Paula, eu vou te perguntar mais uma coisa do coletivo, depois a gente pode falar mais da Atlética um pouquinho. Mas eu queria saber, diante disso que você está me falando aí, das dificuldades enfrentadas pelo coletivo, eu queria saber daquele de contexto de criação do coletivo, lá, por um caso de homofobia ocorrido na Nutrição e que surgiu... os alunos viram, na época, que tinham outras coisas, também, pelo que você falou. Hoje, o que você avalia que mudou para melhor no contexto universitário em relação a homofobia, por exemplo? Ou não mudou muita coisa, está a mesma coisa dentro do contexto universitário da UFJF?

PAULA: Olha, eu acredito que há uma maior naturalização hoje, que é basicamente pelo que a gente luta, a gente só quer ser visto e vista como qualquer outra pessoa ali dentro. Então eu acredito que tenha melhorado sim, tem as pessoas estão naturalizando isso muito mais. Infelizmente, por a gente não ter um campus físico, eu atribuo a isso, mas acredito também que por termos poucos alunos, não são muitos, são poucos cursos, a gente não tem aquela coisa assim de Universidade federal que todo mundo fala, aquela desconstrução, sabe? Ainda mais que a gente tem esse contexto de Governador Valadares, uma cidade super antiquada,

não é? Uma cidade super conservadora, poxa... Então os processos eles são mais lentos, eu acredito, eles acontecem mas eles são um pouco mais lentos. Mas a gente tem conquistado o espaço, o respeito, o reconhecimento mesmo das nossas identidades e orientações. E para além disso, a discussão dentro da sala de aula também aumentou. Hoje, na medicina, o assunto é tratado na Psicologia e Saúde, que é Bases Psicossociais do Trabalho em Saúde, Psicologia em Saúde, também em Antropologia e são três matérias, e Bioética, são sobre o assunto. Então assim, tem uma melhora aí sabe? Então é isso, acho que é isso.

ENTREVISTADOR: E será que tem a ver essa inclusão curricular no curso de medicina e talvez em outros da saúde, com esses eventos que aconteceram, com o fato da própria organização de vocês, ou isso não tem nada a ver, foi uma iniciativa dos próprios professores? Você acha que de alguma maneira influenciou essa “curricularização” desses assuntos?

PAULA: Olha eu não posso afirmar com certeza, mas eu acredito que a gente tenha uma importância sim, sabe? Por essa questão de naturalizar mesmo, das pessoas verem que não está “ok” ser homofóbico, lesbofóbico, bifóbico... não é “ok”, sabe? É ter levado esse debate entre os alunos, e também, é claro, o contexto de forma geral né? Internet, as mídias estão trazendo mais esse conteúdo de sexualidade como um todo...

ENTREVISTADOR: Não, eu estou perguntando porque eu acho...

PAULA: Então eu acredito que tudo isso tenha influência para os professores terem acrescentado essas aulas sim, entende?

ENTREVISTADOR: Entendi.

PAULA: O contexto, a nossa luta, tudo...

ENTREVISTADOR: Há um tempo atrás eu estava pesquisando outros PPCs da UFJF e vendo quais deles abordavam isso de alguma maneira e fiquei muito surpreso que o da Medicina tem essas questões de maneira muito claras como parte do currículo. Então, na época, eu fiquei com essa curiosidade, se essa transformação ou se sempre foi assim né, desde que a faculdade foi criada, ou se isso foi incorporado a partir desses processos políticos né, que a Universidade viveu aí de criação do coletivo e tal. Mas enfim, aí eu não sei nem se tem como a gente saber disso...

PAULA: É, mas eu acredito que o que mudou também foi a abordagem, entende? A Abordagem, em Bioética, por exemplo, o professor ele é filósofo. E ele de vez em quando era irônico, sarcástico com alguma coisa para provocar a gente, para ver a nossa reação, sabe? Aí ele falava alguma coisa transfóbica só pra ouvir a gente debatendo ele, sabe... Então, eu acredito que eles também estão mudando a abordagem, eles estão procurando o que acontece, a Medicina há um tempo atrás ela era “biologicista”, hoje o ensino ele é humanizado, ele é humanista, ele não “biologicista”. Então a gente aprende não a tratar de uma doença, mas a cuidar de um ser como todo, seu paciente ele não é aquela doença, é um ser muito mais complexo que aquilo. Então essa pegada mais humanizada de uns anos para cá eu acredito que tenha mudado muito a abordagem dos professores em si sobre aquele conteúdo. Tem conteúdo, hoje. Eu acredito, sabe?

ENTREVISTADOR: Beleza, Paula, agora eu quero falar sobre a Atlética, e aí eu queria te perguntar o seguinte, as Atléticas em geral, elas não são talvez enquadradas como movimentos sociais, porque em geral se constrói uma Atlética para se preocupar com questões recreativas entre alunos, de organização de festas.... Então há uma certa desconfiança da Atlética ser um movimento social ou não, no campo abstrato, teórico. Contudo, eu já conversei com outras pessoas da Atlética e conheço o trabalho de vocês também. Vocês são um caso *sui generis*. Porque além de terem construído a Atlética para tratarem questões LGBTfóbicas, dentro desse contexto recreativo, me parece que hoje a Atlética assumiu um

outro papel social mesmo, ela se preocupa com outras coisas além da própria organização de eventos. Como que foi esse processo em que vocês descobrem que, por meio da Atlética, é possível fazer uma militância LGBT que tem um alcance muito maior do que simplesmente tratar disso em festas? Como que vocês descobriram isso e quais são essas formas de atuação que extrapolam o ambiente universitário?

PAULA: Então, as formas de atuação que ultrapassam esse ambiente são várias. Mas a gente já tinha esse foco desde a primeira reunião, a reunião de fundação da Atlética em que a gente estabeleceu exatamente a função de cada um, o nome da Atlética e as funções da Atlética também, a gente deixou bem consignado naquele momento em que ia ser uma pegada por [inaudível], não era algo para a Universidade exclusivamente. Que o formato da associação, como assim formato? Formato em Atlética mesmo, proporciona muita flexibilidade, sabe, da organização como um todo, em que a gente consegue se inserir em ambientes diferentes, em ambientes diversos. Mas, o que acontece, foi criado assim, inicialmente, a ideia no final foi aquela necessidade que a gente viu de quebrar um pouco essa questão heteronormativa das Atléticas, não só nos eventos, mas na Atlética como um todo, na composição da Atlética e tudo, nas músicas... Enfim, várias coisas foram debatidas na época, esse foi o formato também que a gente achou de crescer dentro da Universidade, afinal de contas, a ideia veio de dentro da Universidade. Só que aí, com o tempo, e aí eu dou muito crédito ao (nome), porque o (nome) ele tem uma capacidade de ter boas relações como ninguém. Então foi graças a ele que a gente foi conseguindo se inserir nos outros espaços. Muito disso veio com a “Gaymada”. A “Gaymada” estava rolando uma vez ao mês, cada mês em uma praça diferente, um mês na Praça dos Pioneiros, outro mês na Praça do Bairro de Lourdes, do Altinópolis... cada mês em uma praça pra gente ocupar mesmo uma parte da cidade. Enfim, acho que pouco a pouco a gente foi crescendo dentro da cidade, mas muito também foi graças à Universidade, sabe? A gente se inseriu, por exemplo, no Boteco Federal com a “Tenda SAC” e o Boteco Federal, apesar de ele ter surgido da UFJF ele é um evento da cidade, ele não é um evento da Universidade né. Então a gente ter se unido a ele também ajudou muito, porque a cidade, os jovens como um todo na cidade passaram a se conhecer também, sabe? Enfim, acho que foi tudo isso.

ENTREVISTADOR: E quais são os objetivos da Atlética hoje em dia?

PAULA: Olha, vários. A gente tem objetivos a curto, médio e longo prazo. O nosso objetivo hoje, curto a médio prazo... hoje a gente vê que não é tão curto prazo assim, é a implementação da PREP em Governador Valadares. É um objetivo que a gente tem aqui dentro da cidade, mas os nossos objetivos, mais a longo prazo, eles vão crescer mesmo aqui dentro, fazer muito do que a gente faz, só que com uma proporção maior, ou seja, conseguir essas coisas, como a PREP, que a gente já está aí há quase dois anos correndo atrás disso... conseguir essas coisas com mais facilidade, ter um maior *networking*, uma maior visibilidade não só dentro da cidade, mas na região também, tanto que a gente tem alianças com outras formas organizacionais como, por exemplo, a OAB Diversidade, é nossa parceira, a Aliança Nacional LGBT é nossa parceira. Temos coletivo em Ipatinga que é parceiro nosso, tem coletivo em Vila Velha, enfim... Então a gente quer crescer muito, não só na cidade, como na região, de repente nos unir com outros projetos outras coisas para a gente... Acho que quando a gente une forças, acho que as coisas acontecem mais rápido, não é? Mas, por exemplo, hoje eu participo de um projeto dentro da UFJF, que é o Projeto Saúde para Todes, onde a gente procura orientar profissionais de saúde quanto à atenção à pessoa trans, e orientar também os usuários do sistema de saúde, pessoas trans do município, com aspectos à saúde deles. E, por exemplo, se a Atlética tivesse uma maior visibilidade, tivesse maior alcance, maior poder dentro da cidade, ia ser uma ótima parceira pra esse projeto, sabe? A

gente ia conseguir alcançar, por exemplo, o público trans muito mais fácil do que hoje, porque infelizmente a população trans ela está tão descrente do sistema de saúde que o projeto mesmo, a gente orienta aí oitenta a noventa profissionais de saúde, porém três quatro, cinco talvez usuários. Então assim, a Atlética a gente quer isso, a gente quer maior visibilidade, a gente quer maior poder de mudança mesmo sabe, na cidade e na região. É isso.

ENTREVISTADOR: Beleza. Paula, outra coisa, como é que é a relação de vocês com outros movimentos, tipo partido político, vocês têm algum membro na Atlética que é filiado a partido e quais são esses partidos? Vocês têm uma boa relação com partido? Como é isso aqui em GV?

PAULA: Então, a Atlética não é filiada, Não partidária. A Atlética em si não é partidária, só que somos de esquerda, mas não somos partidários. Entretanto temos integrantes da Atlética filiados a partidos de esquerda e também filiados a partido de direita. É... a gente entende que a gente tem que ter uma boa relação dos dois lados. Por que? Isso não é ser centro, porque centro não existe, vamos conversar, mas isso não é também ser de direita e querer ser populista, não é isso. É porque a gente entende que Valadares é uma cidade de direita, é uma cidade conservadora. E quem está hoje na Prefeitura é um partido de direita, é um partido que apoia o presidente genocida que a gente tem hoje. E para a gente conseguir as coisas aqui a gente percebeu que brigar não adianta, tipo assim, adianta para algumas coisas sabe, mas para nem tudo, nem tudo, sabe? Não dá, tem coisa que a gente só vai conseguir, adquirir nosso espaço à base da... eu não quero usar politicagem, não é isso, politicagem está errado, mas na base do diálogo mesmo, sabe? De dialogar com quem está na prefeitura hoje, a gente tem que dialogar com todo mundo. Então a gente não tem parceria com nenhum partido político, a Atlética em si não está com nenhum partido político até por isso também. Primeiro porque nem todos os integrantes dentro da Atlética estariam de acordo com isso, e outro, que no contexto que a gente vive dentro de Governador Valadares a gente ganha mais dessa maneira, entende?

ENTREVISTADOR: Entendi, sim.

PAULA: Constrói um diálogo melhor...

ENTREVISTADOR: Mas esses integrantes que têm filiação e que, de alguma maneira, estão envolvidos, eles têm cargo de direção ou alguma coisa assim? Ou não?

PAULA: Se eles têm cargo de direção dentro dos partidos?

ENTREVISTADOR: Não, dentro da Atlética...

PAULA: Dentro da Atlética, não. O (nome), por exemplo, ele é filiado ao PT e ele é diretor de marketing, esses são integrantes, que eu falei que são, a (nome) ela é diretora de comunicação, eu esqueci qual partido que ela é filiada, mas...

ENTREVISTADOR: A (nome) que foi candidata?

PAULA: Isso.

ENTREVISTADOR: É do PROS ou PSDB, se eu não me engano...

PAULA: Não é PSDB. Eu esqueci. Ela é suplente de vereador aqui hoje e ela não estava na prefeitura...

ENTREVISTADOR: AVANTE, alguma coisa assim...

PAULA: Ela tem um cargo na Secretaria de Cultura, desculpa. E ela é diretora de comunicação na Atlética. O (nome) ele está inserido no ativismo mesmo do PT, na militância do PT, mas eu não sei se ele tem algum cargo no PT”por exemplo. Eu acredito que ele já teve.

ENTREVISTADOR: Entendi, mas isso é algo que entre vocês é “de boa” no funcionamento da Atlética?

PAULA: É, porque os nossos objetivos são os mesmos, sabe? Não tem ninguém ali que, por exemplo, apoia o Bolsonaro, amém. Uma coisa que não vai ter, a pessoa não ia conseguir conviver com a gente entende. Mas a gente lida bem com essas coisas sabe...

ENTREVISTADOR: Sim. Outra coisa, Paula, na cidade “né” assim, tem uns coletivos que tratam da temática de maneira mais explícita como o NUDIS, por exemplo, embora ele tenha parado de funcionar um tempo aí e tem também, eu já identifiquei, por exemplo, tem o coletivo LGBT do Sind-UTE, mas que parece que tem uma atuação voltada pras questões profissionais e sindicais mesmo, voltadas para o...

PAULA: Para educação.

ENTREVISTADOR: Isso, mais lá dentro do contexto deles. Vocês tem relação com esses outros movimentos que tratam da mesma temática? Vocês são parceiros de alguma medida? Já fizeram coisa em conjunto? Como é que é?

PAULA: Olha... A gente tem uma parceria mesmo com a OAB diversidade, essa é uma parceria assim, muito bem estabelecida.

ENTREVISTADOR: Com os outros movimentos, além do coletivo, que coletivo e da Atlética por ter alguns integrantes em comum, eu, por exemplo, a parceira é certa. No congresso do coletivo a Atlética conseguiu patrocinar alguma coisinha, no negócio da Atlética o coletivo vai participar também, enfim... Mas com os outros movimentos, além da OAB Diversidade, dentro da cidade, a gente não tem nenhuma parceria assim, firmada, bem consolidada. O que a gente tem é uma boa relação. A gente tem uma boa relação com os outros movimentos da cidade... um bom diálogo também, em vários eventos a gente fez parceria, a gente trabalhou junto, a gente foi parceiro. Mas em eventos específicos, não. A gente tem um bom diálogo mas não tem uma parceria firmada, entende?

ENTREVISTADOR: Sim. E não tem membros em comum também não?

PAULA: Não, com a Atlética... Aliás, com a Atlética tem o (nome), que é o diretor de marketing, eu não sei se ele está no Sind-UTE ainda, mas ele fazia parte do Sind-UTE. O (nome), que ele já saiu da Atlética e ele participou um bom tempo na Atlética também, ele também é do Sind-UTE... O (nome) também, ele é da Frente Ampla LGBT daqui de Valadares.

ENTREVISTADOR: Eu não sabia que tinha essa frente ampla não.

PAULA: Tem Frente Ampla LGBT, virou um grupo de WhatsApp. Virou um grupo de WhatsApp, mas assim, se tiver que chamar a galera no grupo para fazer alguma manifestação, alguma coisa que tiver, a galera levanta e vai... Então, assim, não está morto o grupo.

ENTREVISTADOR: Mas quem compõe a frente ampla?

PAULA: O (nome) e outras pessoas que eu não sei te dizer. Mas o (nome) que é do DCE da UFJF e é do Coletivo também, tem outras pessoas mas...

ENTREVISTADOR: E ela era uma tentativa de unir esses atores de diferentes, desses diferentes...

PAULA: A Frente Ampla?

ENTREVISTADOR: É...

PAULA: A Frente Ampla, quando eu vim pra Valadares, a frente ampla já tinha virado um grupo de WhatsApp, já estava bem assim, sem ações próprias, sem reunião nem nada. Mas é um grupo entre LGBTs de esquerda da cidade, basicamente isso. Eu acredito que funcionava parecido com o Coletivo antes, mas eu não sei te falar assim, com total propriedade, porque quando eu cheguei já tinha virado um grupo de Whatsapp. Entendeu?

ENTREVISTADOR: Beleza. Deixa eu ver aqui, você podia falar só um pouquinho como que funciona a organização burocrática do trabalho da Atlética. Você estava falando que tem diretor e hierarquia. Na verdade eu quero saber é se vocês acham que de alguma maneira isso

melhora a eficácia e até a possibilidade de prolongamento do movimento no tempo? Quando se tem essa hierarquia? Em vez de uma coisa muito horizontal igual é no coletivo?

PAULA: Eu acredito que sim, porque gera maior compromisso. De quem resolve entrar na Atlética, infelizmente quando a gente tem um grupo muito grande, hoje nós somos vinte e... não sei, deixa eu olhar aqui. Hoje nós somos dezenove, achei que a gente era mais de vinte. Hoje nós somos dezenove. Quando tem um grupo desse tamanho, se não tiver muita ação, muito produto para vender, muita coisa para fazer, acaba ficando gente a toa mesmo, não tem como. Então acaba que às vezes a pessoa acaba desligando um pouco da Atlética quando isso acontece. Mas, de forma geral, ter cargo específico, “ah eu sou diretor de comunicação, ou então ah eu sou secretário da Atlética”, você tem aquela função específica e tudo, vão surgir demandas em que você sabe que você é a pessoa responsável, não tem como jogar para outro. Então isso gera compromisso e também ter alguém em cima para cobrar, delegar tarefa. Por exemplo, o vice-presidente, o presidente ou o secretário, na ausência deles. Ou, então, também... por exemplo, a diretoria de comunicação, agora, durante a pandemia... muitos diretores de outras diretorias foram repassados para a comunicação, para a gente manter um ativismo mais virtual mesmo. É a opção que a gente tem hoje. Então a diretoria de comunicação ela tinha quatro pessoas, hoje, agora durante a pandemia, ela deve ter aí oito. Dobrou o número de pessoas.

ENTREVISTADOR: Nossa, mas inclui um tanto de gente, não é? Do grupo do WhatsApp, parece que tem bastante gente com funções... oito só em uma diretoria, eu achei que era só um por diretoria...

PAULA: Não, não. Tem mais pessoas por diretoria, depende da diretoria. A diretoria de comunicação eu já fui a única diretora de comunicação, mas a gente ia começar a Atlética com duas, eu e uma amiga minha, ia ser a única diretoria com duas pessoas, por que? Porque tem que cuidar do Instagram, da página do Facebook, que num dá muito trabalho, porque o Instagram já posta lá sozinho, mas de vez em quando tem que dar uma olhada. E aí o Instagram é muito movimentado, e também tem que dar conta das atividades, das ações e tudo. Então, inicialmente, a intenção era ter duas, uma cuidar dos eventos externos e a outra cuidar das redes sociais. Aí acabou ficando só eu e tal. E eu também participando do coletivo e um monte de coisa, a comunicação ela é demanda espontânea, sabe? Não é, por exemplo, eventos. Eventos se a Atlética tem pouco evento um diretor de evento dá, se a Atlética tem muito evento, dois diretores de evento. No máximo três. A gente já teve quando tinha muita coisa para fazer. Mas a de eventos, por exemplo, “ah quando você tem um tempo livre você vai lá e faz as coisas que você tem que fazer”. Comunicação não, comunicação é o tempo todo. É demanda o tempo todo, gente mandando mensagem, é o tempo todo você tendo que responder alguma coisa, entende?

ENTREVISTADOR: Sim.

PAULA: Então sempre tem que ter um. Depende da diretoria, dependendo da diretoria tem mais, dependendo da diretoria tem menos. Hoje todas as diretorias têm duas pessoas. Porque a Atlética cresceu e a gente viu que uma pessoa não dá. Até a de esportes, que hoje a gente só tem a “Gaymada”, tem dois diretores de esporte.

ENTREVISTADOR: Paula, e como é que é o uso de tempo de vocês de dedicação da Atlética? Assim, como é que é conciliar a vida de estudante com militante, e aí você vai encaminhando para o fim do curso de Medicina, tem que começar a fazer outras preocupações profissionais, também tem sua vida pessoal. Quanto tempo é dedicado à Atlética nesse processo e ao coletivo, e como é que é conciliar isso tudo aí?

PAULA: Então, hoje 2021, pandemia, não está tendo muita coisa pra fazer. Então não tem atrapalhado em nada a minha vida, tenho seguido me dedicando até mais a outros projetos pessoais e da faculdade também. Mas, assim, na minha rotina normal, do dia a dia, às vezes eu tenho que deixar alguma coisa de lado. Hoje essa coisa é a Atlética, eu não me desliguei da Atlética pelo fato de, primeiro ser muito apegada à associação, segundo que eu também dou as minhas contribuições. Mas eu tenho me ausentado muito, talvez aí nos últimos dois anos, pensando aí um ano antes da pandemia quase, um pouco menos. É, eu percebi que eu preciso dar foco ao meu curso e a projetos que tenham mais a ver com o meu curso e com a minha formação acadêmica, a gente sabe que militância é muito importante, mas às vezes ela tem que ser colocada em segundo plano para você alcançar outros objetivos, isso infelizmente acontece. Mas, assim, o coletivo, a Atlética eu tenho me dedicado menos a ela, mas, de início, é assim tempo todo, dia inteiro praticamente dedicado à Atlética. Ia pra faculdade assistir aula, carregando um monte de tirante pendurado em mim para ver se eu vendia aqueles negócios, conseguia dinheiro para a Atlética e tal, era o tempo inteiro pensando na Atlética, hoje nem tanto. O coletivo, o Congresso é o que mais me dá trabalho, são muitas noites mal dormidas fazendo as coisas e estudando, durante o dia correndo atrás dos “trem” do congresso. Então, assim, quando aí vai chegando o congresso, uns dois meses antes do congresso, aí eu fico louca, só me dedico ao coletivo, especialmente ao congresso. Aí a Atlética fica de lado, algumas coisas ficam de lado. Aí são sei lá quantas horas por semana me dedicando a isso. Então depende da demanda entende, depende de algumas coisas.

ENTREVISTADOR: Beleza. e aí diante disso, como que você se vê assim, no futuro da Atlética? Não sei se você é de Governador Valadares... E se não for na Atlética, também, como que você pretende trabalhar essa questão também daqui a pouco, você começar a trabalhar e tudo mais? Dessa conciliação, você pretende depois na sua vida se afastar do movimento social? Ou continuar? Continuar em outro lugar, continuar de outra maneira... Você tem esses planos para o futuro?

PAULA: Tenho, sempre tenho. Eu tenho buscado mais incluir isso na minha vida acadêmica e na minha futura vida profissional. Como eu disse, a militância, ativismo, é muito gratificante, entretanto não dá para eu colocar isso no meu currículo. Tem uma grande diferença, então eu tenho buscado levar essa parte da minha vida também para minha vida acadêmica, esse projeto que eu falei, da inserção de pessoas trans no sistema público de saúde, orientando os profissionais e tal. E isso é bom para a minha vida profissional futuramente, para a minha vida acadêmica também, está dentro desse ativismo, entende? Eu ainda não sei como vai ser a minha carreira depois, não sei que caminho eu vou seguir... apesar da ginecologia e da sexologia, como um todo, me encantam muito, pensar em talvez seguir essa carreira. Tem outras áreas que me encantam, pediatria é uma delas. Então assim, eu não sei. Mas independentemente do caminho que eu for seguir futuramente, eu vou levar isso comigo sempre, eu não consigo ser outra pessoa, não tem jeito.

ENTREVISTADOR: Entendi. Paula, eu esqueci de te perguntar um negócio lá atrás, a respeito da sua relação familiar. Você vem de uma família de classe média? Seus pais têm ensino superior? Como é que é isso na sua vida?

PAULA: Então, eu sou uma pessoa muito privilegiada, primeiro que eu sou uma pessoa cis, branca, mas também por ser de classe média. Meus pais sempre me deram muito conforto, estudei em escola particular a minha vida inteira, e meus pais sempre me deram muito apoio, não só financeiro, mas como um todo mesmo sabe?

ENTREVISTADOR: Em relação à sua militância também?

PAULA: Em relação à minha militância também. É, antes de entrar nessas associações e organizações e ir para uma militância mais organizada, eu sempre fui aquela pessoa, que eu te

descrevi, de não tolerar ouvir certas coisas, educar o amiguinho e tal. Mas, ainda nessa época, foi quando eu me assumi, quando eu me assumi, eu não estava ligada a nenhuma organização. Enfim, e aí de início não foi fácil, minha mãe não lidou bem com ter uma filha que se atrai por mulheres, e aí foi barra... mas com o tempo ela foi vendo que eu sou a mesma pessoa, só uma outra característica minha. E aí ela passou a aceitar melhor quando eu entrei na faculdade e fui entrando na Atlética, no Coletivo, fui conquistando espaços. Aí ela foi vendo a minha conquista desses espaços, as minhas conquistas... ela foi vendo que está tudo bem falar sobre o assunto, ela foi naturalizando. Entende? Hoje na minha família materna como um todo, são muitos LGBTs assumidos, tenho três primas assumidas, um primo assumido também, a minha irmã se assumiu para a minha mãe, tem menos de um ano, se assumiu na pandemia agora, na quarentena. Então, assim, o assunto ele é muito mais leve hoje, entende?

ENTREVISTADOR: Sim.

PAULA: Mas é isso, é um passo de cada vez sabe? Minha família é católica, minha mãe é muito católica, minha mãe é tão católica que quem leva o padre para poder rezar a missa. É ela, entende?

ENTREVISTADOR: Nossa...

PAULA: Ela é essa pessoa, ela é ministra da Eucaristia, da igreja mesmo. Então é isso.

ENTREVISTADOR: Está joia, era isso mesmo, muito obrigado. Vou interromper aqui para te agradecer direito.

PAULA: “Tá” bom, obrigada.

ENTREVISTA n. 14 (Simone) – 27/05/2021.

Coletivos: NUDIS

ENTREVISTADOR: Beleza, bom, eu cheguei até você por meio da sua atuação no NUDIS, e aí eu queria entender um pouquinho, antes da gente falar propriamente sobre o NUDIS e como ele funciona, como é que é a sua história no engajamento em alguma associação ou movimento social. Essa foi a primeira vez que você se interessou ou você já tinha participado de outros movimentos antes, como é que é a sua história assim com a participação política de alguma maneira?

SIMONE: Então movimento social, propriamente dito, o NUDIS foi o primeiro. Mas, assim, eu já participava do Partido dos Trabalhadores. Já fazia parte do Partido dos Trabalhadores h[a mais tempo e, assim, tinha participado de movimentos que não tinham muito esse nome, de juventude... sabe? Era mais uma reunião de jovem, não tinha muito aquele objetivo, aquela coisa de movimento social mesmo não. Mas a gente tinha as nossas causas ali, mas eu acho que também foi final da década de 90, acho que era um outro escopo político, eu acho que a gente não tinha essa consciência, necessariamente. Aí depois que eu vim para cá, porque eu não sou de Valadares, eu vim pra Valadares estudar, e aí eu me engajei mais politicamente, que também a minha família não gostava que eu participasse, foi muito tolhida. Agora, movimento social, propriamente dito, foi o primeiro... foi o NUDIS.

ENTREVISTADOR: Entendi.

SIMONE: E aí depois veio o Encrespa também. Mas, atualmente, não sei se a (nome) e o (nome) chegaram a comentar, o NUDIS está retomando.

ENTREVISTADOR: Comentaram. Sim, e você veio pra cá.

SIMONE: Quando eu não te responder, desculpa, quando eu não te responder, você pergunta de novo.

ENTREVISTADOR: Tranquilo.

SIMONE: Porque às vezes eu sou prolixa... e pode devagar um pouco...

ENTREVISTADOR: Nada. Fica tranquila, está tudo certo. E você estava comentando então que você veio aqui para "Gevê", você é de onde?

SIMONE: Eu sou de Ipatinga. Pertinho, não é? Mas eu morei até os vinte anos em Ipatinga e depois vim para cá.

ENTREVISTADOR: Entendi, e desculpa, eu não sei da sua profissão ou de estudo...

SIMONE: Psicóloga.

ENTREVISTADOR: Você é psicóloga?

SIMONE: Eu sou psicóloga, formei. Eu vim para cá com vinte anos, eu fiz Psicologia na UNIVALE. Tranquei um tempo, depois voltei e concluí. Trabalhei aqui um tempo. E no início de 2018 eu fui pra "Beagá".

ENTREVISTADOR: Fiz uma pós lá e no início do ano passado comecei o mestrado. Mas só que tive duas semanas de aula... tive duas semanas de aula e aí veio a pandemia. Espera aí só um pouquinho que eu vou tirar a minha cachorrinha daqui.

ENTREVISTADOR: Tranquilo.

SIMONE: Ela está... Ela não sabe se ela vai, se ela fica.

ENTREVISTADOR: Ela não tá entendendo com quem você tá conversando.

SIMONE: É, toda vez que eu estou conversando com alguém ela fica assim mesmo... Mas então eu fui pra Belo Horizonte, entrei no mestrado no CEFET, fiz duas semanas de aula e veio a pandemia e meu mestrado está sendo online por ensino remoto.

ENTREVISTADOR: Nossa...

SIMONE: Mas, assim, quando começou a pandemia eu voltei para Valadares, que eu tenho uma companheira de algum tempo. Só um minutinho de novo, Murilo.

ENTREVISTADOR: Tranquilo.

SIMONE: Aí como eu estava lá, assim, a minha proposta era terminar o mestrado em “Beagá” e ficar por lá. Mas aí com essa história de pandemia, minha companheira sozinha aqui, eu sozinha lá e sem aula presencial, trabalhando online, não é? Aí resolvi voltar, tem um ano que eu estou aqui.

ENTREVISTADOR: E você estava comentando que você já é filiada... Já participava do PT de alguma maneira...

SIMONE: Filiada.

ENTREVISTADOR: Mas a sua família tem histórico de envolvimento com partido ou é algo que veio de você mesmo?

SIMONE: Não, assim, basicamente veio mais de mim a ação, o movimento propriamente dito, de participação política, de acompanhar discussões, câmara. Acompanhar em quem você está votando, essas coisas. Os meus pais, o meu pai era funcionário da Usiminas, hoje ele já é aposentado. E tinha essa questão da empresa ser muito fechada na década de oitenta em relação à esquerda. Mas, Ipatinga, não sei se você conhece, tem um histórico que foram assim dezesseis anos de governo do PT.

ENTREVISTADOR: Sim.

SIMONE: Desde... Até início dos anos dois mil. E aí o meu pai, quando o PT começou lá em Ipatinga, no início da década de oitenta, meu pai ia em alguns comícios, e aí ele foi tolhido por causa da empresa e parou. Mas continuava votando, mas também não se falava disso em casa porque era meio que um tabu, sabe? Existia um cerceamento muito grande da empresa e, de vez em quando, saia comentários de funcionários que tinham sido demitidos porque estavam em engajamento político, ou por causa dos filhos que estavam em engajamento político. Então isso era bloqueado assim, sabe?

ENTREVISTADOR: Olha...

SIMONE: E aí quando eu saí dessas garras e vim para cá que eu me entreguei mais assim. Mas eu lembro quando eu era criança, deles irem em comício. Mas era só isso também, sabe? Não era aquela coisa de acompanhar... em função dessas questões aí.

ENTREVISTADOR: Entendi. Beleza. Simone, e como é que foi o contexto de criação do NUDIS, que ano que era, você lembra?

SIMONE: Então. A ideia surgiu em dois mil e onze, mas o pontapé foi em dois mil e treze. Antes dos movimentos de junho. Aqueles movimentos de junho a gente já estava assim... já tinha iniciado uma articulação. Foi o seguinte, eu sou bissexual, e em dois mil e nove, se eu não me engano, ia ter a primeira Parada LGBT em Valadares, e aí aquilo causou um certo alvoroço na cidade, na época eu trabalhava na Secretaria de Assistência Social, e conversando com algumas pessoas lá eu falei “ô gente eu acho muito bacana e tal, eu acho que é melhor ter isso do que não ter nada, mas eu acho que tinha que ter uma discussão, uma semana da diversidade, alguma coisa que antecedesse essa parada”. Porque senão continua aquela, perpetuar aquela ideia de que é LGBT é só “oba oba”, promiscuidade, festa, sexo, droga e “rock and roll”... Eu não lembro mais se foi dois mil e dez ou dois mil e nove que aconteceu essa primeira parada. Mas quando foi em dois mil e onze teve uma convocação da SEDESE, da Secretaria de Desenvolvimento do Estado, para conferências regionais e dessas conferências, desse rol de conferências. Conferência sobre criança e adolescente, sobre drogas... e tinha conferência LGBT também. E aí, como eu já tinha feito essa fala, já tinha

feito assim, alguma conversa no grupo de trabalho e trabalhava na Assistência Social, me pediram para participar dessa construção. Mas só que ainda não tinha, assim, a gente não tinha conhecimento em Valadares de um movimento LGBT organizado, existiam pessoas que se reuniam para fazer festa, para fazer uma queimada, para fazer um miss gay, sabe? Alguma coisa assim, e teve essa parada que nem foi uma pessoa LGBT, que foi bem *pink money* mesmo assim, a pessoa criou para ganhar grana, para entrar na onda. E aí, assim, participei da organização da conferência e aí fui para a Estadual, e aí chegou lá estadual e meu olho brilhou, e aí eu fui vendo um monte de movimento, de vários lugares do estado. E o engajamento, as pessoas muito mais livres, e os caminhos que elas estavam percorrendo para conseguir construir um coletivo, também não é só, assim, dessa temática, até hoje é assim, imagina a dez anos atrás...

ENTREVISTADOR: Sim.

SIMONE: E aí, poxa, dez anos. E aí nós fizemos... Eu fui com essa amiga Luciane, ela foi uma das pessoas que foram comigo para essa conferência e lá ela também já conhecia algumas pessoas engajadas nesse movimento e a gente voltou com essa ideia. Vamos criar alguma coisa aqui, mas isso adormeceu, passou, cada um foi seguir sua vida, foi cuidar da seu trabalho. E aí quando foi em dois mil e doze, na campanha, essa história começou de novo, entende? De ataques políticos.... E eu falei “gente, tem que dar um cala boca nesse pessoal”, e aí quando começou o ano eu chamei a (nome), para a gente conversar, nós até sentamos em um boteco, anotamos as primeiras ideias num guardanapo, aqueles “guardanapozinhos” de lanchonete. E aí a gente falou “não, a agente vai começar por onde? Vamos começar fazendo um seminário, alguma coisa e tal”. E aí depois a gente chamou a (nome), no segundo encontro, também em um outro boteco, e aí foi... nós fomos agregando algumas outras pessoas... “mas aí nós vamos ser o quê? Nós vamos ser uma ONG? Nós vamos ser um movimento social? Qual que é o nosso objetivo? É só para debater? É só para fazer evento?” E aí assim, enquanto a gente não chegava nesse denominador comum, de ser uma associação, de ser uma ONG, de ser um coletivo, de ser um movimento, de ser o que a gente ia ser... foram acontecendo eventos, foram acontecendo eventos... nós fizemos quatro Semanas da Diversidade, nós trouxemos outras pessoas dentro da... Aí teve conferência também. A gente teve até o material aí, também se você quiser depois posso te passar, mas nas redes acho que tem também. Mas aí fomos fazendo articulações políticas e aí assim, o meio que o entornar do caldo do NUDIS foi por questão política, foi um racha assim, que as pessoas falaram que o NUDIS era do PT, mas não era. Mas não tem como você falar de um movimento social de esquerda, principalmente que milita de direitos humanos e LGBT, sem falar de esquerdas, não tem como um bolsonarista participar de uma coisa dessas, naquela época ainda não existia o bolsonarismo, estava começando ainda.

ENTREVISTADOR: Mas desde o início então houve essa, tipo assim, esse estranhamento pelo fato de vocês terem proximidade com o PT, de pessoas não quererem aderir por isso?

SIMONE: Alguns. Não no início, no início mesmo não, foi depois que o “trem” ganhou corpo. Na verdade depois que... começou mais tímido e depois que o “trem” fez sucesso, aí incomodou. Na verdade isso aconteceu foi em dois mil e quinze, que a gente fez o maior evento que a gente conseguiu. Porque, além da Prefeitura ser a nossa parceira, nós conseguimos a participação do estado, que também era do governo Pimentel, na época. Também tem essas causas. Aí começou aquela coisa “ah é do PT”, “ah vocês não sei o que...” e a gente tentou mostrar que não, e aí outros coletivos foram surgindo, alguns se sustentam ainda, ou não. Eu acho que aí a gente queria, tinha essa intenção de levar os outros para Universidade ou ajudar a fomentar, criar, causar para que se criassem nas universidades daqui grupos que debatessem essas questões. Então assim, aí foi acontecendo, a professora (nome) e

a (nome) também fizeram um convite para gente participar de um projeto de extensão com algumas pessoas, nós entramos... por alguns motivos, muitos não tiveram condições de acompanhar muito de perto, mas assim o que eu ia falar? Faz outra pergunta...

ENTREVISTADOR: A gente estava falando um pouquinho... eu te reforcei a questão da resistência pelo fato de vocês terem ligação, mas vou até fazer outra pergunta. No início, quando vocês bateram o martelo que seria um coletivo, vocês tinham essa preocupação, de alguma maneira, demarcar que vocês não eram um movimento de partido assim, vocês...

SIMONE: Sim.

ENTREVISTADOR: Até por conta dos objetivos...

SIMONE: Porque os quatro, o núcleo duro ali do NUDIS, assim... Coletivo é coletivo, é horizontal, mas sempre tem, o povo fala “ah você é a coordenadora do “NUDIS” eu falo “não gente, eu idealizei a parada, comecei a somar tudo, mas não quer dizer posse da coisa”. Mas então as quatro principais pessoas articuladoras do NUDIS são filiadas no PT. E aí isso que foi que gerou... Mas a gente conseguiu trazer pessoas, professores, professores de rede particular, gente da Igreja Metodista, da Igreja Anglicana, pastor, sabe? Assim, para exatamente desvincular essa questão e para quebrar o paradigma também que você não precisa ser LGBT para lutar pela causa LGBT. Você não precisa apanhar do seu companheiro para aprender a não violência contra a mulher, por exemplo.

ENTREVISTADOR: Sim, legal.

SIMONE: Mas, no final, a coisa começou depois de dois mil e quinze, começou a ficar um pouco mais complicado, tanto que em dois mil e dezesseis foi a última Semana da Diversidade, mas eu faço uma avaliação hoje, que como eu estava mais à frente e as pessoas que estavam na cena política municipal eu estava próxima dessas pessoas... o Coletivo sofreu mais atravessamentos, mas eu avalio hoje que também foi uma conjuntura nacional, foi na época do Impeachment da Dilma.

ENTREVISTADOR: Sim.

SIMONE: Foi a época do antipetismo, do surgimento do bolsonarismo com mais força. Tanto que na última Semana da Diversidade nossa, tinha um funcionário da prefeitura, da Secretaria de Cultura, que ajudava a organizar, porque a gente tinha esses parceiros, tanto Universidade como... e, assim, ficou muito evidente que era ele. A gente não provou porque a gente não quis entrar nessa seara, mas pelas postagens que ele tinha nas coisas dele. Foi pichado lá no Horto Municipal, onde aconteceu a Semana, “Bolsonaro 2018”. Eu não lembro se isso foi em dois mil e quinze ou dois mil e dezesseis, mas eu acho que foi dois mil e quinze que ele fez isso. Dava para provar por causa da caligrafia, sabe? Ele nem fez questão de mudar. Mas aí eu acho que foi um pouco dessa conjuntura. Não foi só a situação de ter pessoas X ou Y, foi um pouco da conjuntura da “anti-esquerda” e que agora as pessoas estão começando a fazer *mea culpa*, estão começando a perceber que não era muito bem por aí.

ENTREVISTADOR: Entendi.

SIMONE: E é isso.

ENTREVISTADOR: Beleza, Simone, você que então que vivenciou essa questão do coletivo como algo que demarca uma diferença dos outros movimentos, em razão da suposta horizontalidade. Depois de alguns anos atuando dentro do coletivo e verificando também como que funciona o partido, o quê que você pensa da horizontalidade hoje em dia? Há um pouco essa preocupação...

SIMONE: Acho um pouco fictícia, utópica sabe. Mas na verdade, assim, se for algo horizontal demais parece que não caminha, porque aí fica uma coisa... Deixa usar umas melhores palavras, para não... não, psicóloga....

ENTREVISTADOR: Não, pode falar, não precisa usar as melhores, pode usar a que vier na cabeça.

SIMONE: Na verdade assim, eu penso que existe uma horizontalidade necessária para as coisas funcionarem, mas também existe uma hierarquia necessária para que isso funcione. Porque, assim, determinadas situações não andam, alguns conflitos de ideias emperram, unanimidade não é interessante, como o próprio Nelson Rodrigues escreveu... “Toda unanimidade é burra”, unanimidade não funciona, mas existe. Tem que ter um mínimo de consenso e para ter esse consenso, para ter essa organização das coisas, sempre tem que ter alguém que tome a frente, que tem uma liderança, nem que... mesmo que essa liderança seja rotativa, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

SIMONE: Seja randomizada, cada momento uma pessoa vai assumir em determinada atividade de acordo com o perfil, de acordo com aquilo que for acontecer naquele momento. Se é uma campanha política, se é uma organização de um projeto para ser votado na Câmara, eu estou dando alguns exemplos de forma geral. Aí, às vezes, tanto as pessoas que estão, de certa forma, fora dessa hierarquia, estão mais alinhadas com o coletivo, com o todo, se incomodam com a hierarquia, como quem também está na, aí eu falo por mim, eu me incomodava demais com algumas leituras que as pessoas faziam é que não eram exatamente a realidade.

ENTREVISTADOR: Entendi.

SIMONE: E quando você tentava, no meu caso, quando eu tentava ser muito democrática, a coisa não saía, não andava. Acabava sobrando pra mim do mesmo jeito, sabe?

ENTREVISTADOR: Sei.

SIMONE: Mas, tipo, mas... isso eu estou falando bem em termos gerais. Respondendo a sua pergunta, acho que é utopia certa horizontalidade, é necessário hierarquia, é necessário horizontalidade. Mas as coisas precisam caminhar juntas, nem que tenha, igual eu te falei, essa rotatividade para que todo mundo participe.

ENTREVISTADOR: Bacana. Outra coisa que eu queria te perguntar também é que uma certa desconfiança que havia em relação aos partidos naquela época, de dois mil e treze, por exemplo, é que, a suposta, nem tão suposta, eu sei que isso existe muito... a dificuldade de inserção dentro das estruturas de poder que já estão ali das pessoas que ocupam cargos. Então, sempre que uma pessoa quer começar em um movimento social, ou partidário, às vezes tem todo um caminho para se traçar lá dentro e uma série de dificuldades para superar até ela conquistar um espaço, são as correntes que existem, de poder, nem estou falando corrente ideológica, mas corrente de poder...

SIMONE: Sim..

ENTREVISTADOR: Isso, considerando que o NUDIS é um coletivo, um movimento que tem como objetivo tratar de questões LGBT, você acha que os partidos, de modo geral, e aí nem estou perguntando o PT especificamente... Eles tinham um bom trânsito em relação a essas outras causas que não eram já as causas tradicionais, assim, sindicais...

SIMONE: Moradia...

ENTREVISTADOR: Isso... é, reforma agrária, se eles dentro da estrutura partidária mesmo, municipal, eles tinham esse diálogo, ou isso foi algo que vocês precisaram ir construindo também?

SIMONE: Bem, a gente precisou cavar.

ENTREVISTADOR: É?

SIMONE: Até hoje existem umas pessoas que acham que isso não tem importância.

ENTREVISTADOR: Entendi.

SIMONE: Por exemplo, vou, vou citar a vereadora que nós elegemos, a (nome). Ela foi eleita, na minha opinião, por causas identitárias, porque ela está engajada nas causas identitárias. Além de tudo que ela é, são vários marcadores, ela é educadora, ela é negra, é periférica, e isso tudo são vários marcadores. Mas esses marcadores que fazem dela, por exemplo, uma corrente principal que “ah porque ela tá na educação e ganhou muito voto” não, ela ganhou muito voto porque ela é uma mulher, porque ela é negra, porque esse contexto que a gente precisa aqui e dentro até da campanha dela na época as pessoas desmereciam isso. Entende? E ela foi a única, ela que levou o segundo.

ENTREVISTADOR: É verdade.

SIMONE: Entendeu? Então foi um tapa de luva, sabe? Porque, assim, aí eu acho que talvez hoje as pessoas estão começando a acordar um pouco mais, depois dessa eleição, por exemplo, principalmente o PT, agora que o Jean Wyllys veio para o PT. É um parlamentar assumidamente gay, que a gente tem na esquerda e tudo. Então assim, eu acho que agora... Mas naquela época “ah não, vocês vão falar de diversidade? Ah, diversidade cultural”... Para criar logomarca do evento foi uma briga, queriam colocar coisas coloridas, mas colorido aleatório, falei “não, é colorido tipo a ordem do arco-íris”. É diversidade sexual que nós vamos falar. A gente pode incluir diversidade religiosa, diversidade cultural, diversidade étnica. Mas o nosso foco é diversidade sexual. Então tinha uma dificuldade em assumir essa pauta, por medo de se denunciar algumas pessoas, de serem arrancadas do armário. Por achar insignificante, por achar que não dá dinheiro, não tem poder, os interesses passam por longe disso.

ENTREVISTADOR: Bacana, agora retomando...

SIMONE: Conseguir verba então...

ENTREVISTADOR: Eu ia perguntar exatamente isso.

SIMONE: “Não, tá tudo bem ‘pô’ fazer, mas não com o dinheiro nosso”.

ENTREVISTADOR: “Ah, mas você me empresta então, me empresta então o teatro, podemos usar então a impressora da secretaria, o computador do partido ou do órgão público que está apoiando”, enfim... Porque o nosso objetivo principal era movimentar a sociedade para incentivar a construção de política pública.

ENTREVISTADOR: Sim, e complementando um pouco, considerando também que o coletivo ele tem um pouco esse “Q” da informalidade, ao contrário do partido, você recebe contribuição, você tem a verba e tudo. Como é que o coletivo tem feito para financiar as ações, é com dinheiro do vocês mesmo e tal?

SIMONE: Foi por isso que acabou também, porque a gente não tinha dinheiro, a gente tinha gente com boa vontade. Tínhamos recursos materiais, que já estavam disponíveis, por exemplo, como eu te falei, um computador, uma impressora, uma coisa assim. Uma cópia de um vereador em gráfica. Dinheiro mesmo nunca passava na nossa mão. Não tinha, a gente não conseguia, quando a gente conseguia era assim “ah vamos fazer uma camisa e vamos vender?” “ah vamos fazer bandeirinhas e vamos vender?”. “vamos fazer uma rifa, um bingo...uma festa”. Era assim que a grana circulava para a gente, e doações... E do bolso da gente, muitas vezes, e aí ficou meio que inviável diante desses conflitos de esquerda e de se contaminar porque é do PT, porque você está do lado de não sei quem, porque não sei o que... E essa dificuldade financeira que foi acabando, mas acho que hoje está todo mundo mais maduro para tentar retomar, até por outros caminhos também. De buscar até emendas parlamentares, projetos, essas coisas assim...

ENTREVISTADOR: Você acha...

SIMONE: Na época a gente não tinha muito.

ENTREVISTADOR: que isso faz parte das reflexões do pessoal que atua em coletivo? Tipo, porque eu imagino, pelo que eu já li sobre o tema, essa informalidade ajudava também a você trazer gente interessada, o pessoal que fica lá no Whatsapp e de vez em quando “cola”...

SIMONE: É, tipo assim os militantes virtuais que de vez em quando colam com a galera.

ENTREVISTADOR: É, eu acho que isso ajuda, mas eu acho também...

SIMONE: Ajuda e atrapalha.

ENTREVISTADOR: É, a longo prazo, essa estrutura não ser formal, eu imagino que isso seja algo que a galera esteja percebendo, que isso também vai desestimulando, assim... quando você tem um movimento organizado, as coisas meio que duram no tempo também, não é?

SIMONE: Sim, até porque você tem consistência, você tem uma estrutura financeira que dá estrutura nas ações, você pode fazer uma cartilha, você pode pagar um design para fazer um material visual de postagens, porque a gente foi articulando com um advogado, com um professor... Com uma psicóloga, com educador físico, com... sabe? E fomos... cada um o que sabia fazer, a produção.. a produtora de eventos, sabe? E aí cada um que sabia fazer foi fazendo, mas aí quando você tem a questão... eu concordo você, acho que talvez por ser... tanto que quando a gente começou também nessa situação “gente vamos organizar, o que a gente vai ser, vamos fazer uma assembleia para a gente decidir?”. Aí também já foi nesse momento, eu acredito que é possível futuramente ser diferente. Mas tem gente que realmente gostava de estar ali para não se comprometer, para não ter ali “ah eu estou aqui eu sou... “né”, apoio a causa, e tal, não sou...” não estava filiado ao NUDIS, digamos assim. Mas a estrutura formal ela ajuda a manter, dar consistência, dar corpo, corporeidade, para as outras situações. Dar materialidade, corporeidade não, materialidade para as ações. Porque as pessoas falam assim “eu não vejo nada que o NUDIS faz...”, mas como é que vai fazer? Não tem dinheiro.

ENTREVISTADOR: São clientes, não é?

SIMONE: É.

ENTREVISTADOR: Poxa NUDIS, estou aqui esperando.

SIMONE: Exatamente, basicamente isso.

ENTREVISTADOR: Bacana. É, outra coisa que eu ia perguntar como é a relação de vocês com os outros movimentos, e aí eu incluo não só o movimento LGBT, mas os tradicionais, os partidos... Pelo que você já falou eu entendi que tem algum grau de interação com um partido principalmente.

SIMONE: Sim. Não, a gente sempre tentou, inclusive vários, vários movimentos são muito mais abertos, assim. O MST do Oziel criou um grupo ali dentro que também se movimenta, que participava e também, sabe... eles fizeram até uma canequinha do MST, do MST local, hoje já é no MST nacional. O coletivo de negritude, a gente também tinha, tem proximidade desse diálogo, algumas pessoas do movimento de moradia que também participavam... Era uma interlocução, às vezes, até mais fácil que dentro do partido.

ENTREVISTADOR: Olha.

SIMONE: Apesar que, na verdade, essas interseccionalidades elas atravessam tanto dentro do partido que às vezes a mesma pessoa está ali no coletivo LGBT...

ENTREVISTADOR: E está lá.

SIMONE: É... exatamente! Está no, no Conselho da Criança e do Adolescente... Porque assim, são poucas pessoas e as que tem também são muito boas, então elas acabam estando em vários espaços ao mesmo tempo. Mas institucionalmente era mais fácil dialogar com os coletivos.

ENTREVISTADOR: Sim. Simone, você estava comentando também que o NUDIS deu uma parada e tal, por diversos motivos. E quais são as próximas ações que vocês estão elaborando

assim, para os próximos tempos? Vocês estão pretendendo retomar? Vão manter um caráter, vamos dizer assim, cultural, de inserção na sociedade mesmo... De construção de consciência de defesa de direitos ou vocês pretendem fazer outras coisas também? Quais são os projetos do NUDIS pros próximos tempos?

SIMONE: Eu não tenho condição de te responder isso, porque não tenho uma resposta coletiva.

ENTREVISTADOR: Entendi.

SIMONE: É... faz pouco tempo, acho que não deve ter nem dois meses que nós criamos um grupo de Whatsapp, com esse núcleo duro de cinco pessoas, esse núcleo de cinco pessoas que sempre estiveram aí, para a gente pensar como nós iremos retomar a cena. Sabe? Então, por exemplo, nosso primeiro ato como retorno, a gente está nesse Instagram, (nome) controla acho que o Instagram, faz as postagens... E aí qualquer pessoa, independente se é NUDIS ou não é “ah achei isso aqui bacana”, ela vai lá, reposta, compartilha e tal, então ela tá fazendo isso bacana. A primeira coisa que a gente tá fazendo mesmo vai ser o “29M” aqui ó “Fora Bolsonaro”. Aí nós vamos estar lá e dentro da peça de chamada para o evento tem nossa logo lá... Mas assim, nós pretendemos retomar, ainda não sabemos quais os caminhos. A princípio, em uma conversa preliminar, nós entendemos que é importante a gente começar a voltar para as redes. Pra trazer alguns parceiros e tudo. Que algumas pessoas também desistiram porque não via continuidade, a pessoa tinha lá o ímpeto, tinha potência mas tipo assim, não via a coisa andar e desistiu, partiu para outra coisa, entendeu? Então a gente tentar resgatar essas outras pessoas aí, para a gente tomar decisões coletivas, horizontais, da melhor forma possível...

ENTREVISTADOR: Você têm alguma meta de construir mais candidaturas ou sei lá, de conquistar uma representatividade na Câmara? Assim, tem algum projeto nesse sentido? Conquistar filiação partidária LGBT, alguma coisa assim, que envolve a política institucional?

SIMONE: Assim... Não, nós nunca tivemos essa discussão não, nós nunca tivemos essa discussão.

ENTREVISTADOR: Entendi.

SIMONE: Acredito que é importante que se tenha. Mas não necessariamente que vem do NUDIS, a gente está com essa questão de uma das coisas dessa retomada é firmar mesmo essa questão da pluralidade de ideias. Desde que não sejam discriminatórias. Mas a nossa... só um minutinho... é um amor comigo essa cachorra que...

ENTREVISTADOR: Ciumenta.

SIMONE: É, ela tem nove meses, mas assim, ela me escolheu como a tutora principal dela. Não posso me afastar que ela me incomoda...

ENTREVISTADOR: Sim... Simone, só duas, só para a agente terminar, mais duas perguntinhas. Uma delas é que depois de dois mil e treze a gente viveu um contexto de ascensão do pensamento e de movimentos reacionários mesmo. A extrema... a direita como um todo se organizou, começou a gostar da rua e adotar uma estratégia mesmo de protesto, diria até revolucionário em algum sentido, assim, de ação direta...

SIMONE: Usando algumas armas não tão éticas, mas que era aqueles tinham...

ENTREVISTADOR: Exato. Mas e aí eu fico pensando assim se vocês refletem sobre isso, se essa retomada que vocês estão tendo agora é um pouco nesse sentido também, de recuperar um certo espaço de engajamento que foi, de alguma maneira, capturado por esse pensamento... falei reacionário, mas fascista propriamente...

SIMONE: É, porque assim, eu tenho até saudade do povo que defendia o Aécio. Era muito melhor para dialogar, entendeu? Eles construíam, eles têm projeto, não é? A direita, centro-

direita e direita tradicional, ela tem projeto. Não é o mesmo da esquerda, mas ela tem um projeto.

ENTREVISTADOR: Sim.

SIMONE: Não é só de poder, minimamente. Não é esse fascismo, esse genocídio, essa barbárie que a gente vê por aí. Eu acho que não é exatamente de disputa não, porque não cabe, eu acho que não cabe disputar. Você ter que disputar ideia de uma pessoa que... não é para falar aquela coisa assim de desistiu, sabe? Ainda mais eu como psicóloga não desisto nunca do ser humano. Mas eu penso que não é necessariamente de disputa de pessoas, mas de narrativa, de construção de projeto de país, de projeto ético, de respeito a direitos humanos, de garantia a políticas públicas, de garantia da nossa sobrevivência, não é? A nossa liberdade de ir e vir, de amar quem a gente quiser amar. E de transitar sem que isso aqui vire um *Gilead* de *The Handmaid's Tale*, sabe? Tipo isso.

ENTREVISTADOR: Mas aí, interessante você respondendo, eu posso até ter soado mal, porque fica parecendo que eu estava falando assim, de disputar no sentido de recrutar pessoas para votarem na esquerda, entendeu, mas eu falei no sentido de ocupar o espaço de narrativas mesmo, de construção de mundos.

SIMONE: É, de certa forma é, de certa forma é. Porque assim, tem gente da minha família que já votou na esquerda, minha mãe por exemplo, e votou o Bolsonaro, porque estava desacreditada da política. Se arrependeu, ela foi uma das únicas que eu ouvi da boca que arrependeu.

ENTREVISTADOR: Que bom.

SIMONE: Que a maioria não fala, até arrepende mas não fala.

ENTREVISTADOR: Sim.

SIMONE: Mas ela diz sobre isso, que se enganou, que estava não sei o que... Então, assim, essa disputa de narrativa realmente ela é importante, acho que talvez eu não tenha levado muito ao pé da letra a sua pergunta, mas eu acho que eu respondi dentro do que você imaginava.

ENTREVISTADOR: Não, tranquilo. E para a gente terminar eu estou encerrando com uma pergunta que diz respeito à sobrevida dos coletivos também, mas diante de um dilema que é pessoal. Quando a gente milita, principalmente em um coletivo que é meio sem essa estrutura, sem apoio, uma das coisas que pesa é justamente conciliar a falta de recurso, a visa pessoal, o esgotamento psicológico também, de você se achar responsável por uma mudança social e coisas que fogem ao próprio controle às vezes. Então diante desse dilema específico, das dificuldades pessoais de tocar um movimento social, como é que são as suas pretensões em relação ao seu ativismo daqui para a frente assim, você pretende dar um tempo, você pretende continuar nisso a vida inteira? Como é que é?

SIMONE: Então, eu acho que como a vida vai fluindo e é dinâmica, eu penso que o meu ativismo hoje ele mudou um pouco de lugar, mas ele não mudou de função. Eu penso que assim, vou continuar participando, mas com um desprendimento de energia e de consciência menos utópica, de dez anos atrás. E todas as posições em que uma pessoa pode ocupar dentro de uma militância são importantes, são essenciais, uma pessoa que está no Legislativo, uma pessoa que está ali entregando panfleto, uma pessoa que está escrevendo, construindo conhecimento, uma pessoa que está, sabe? Então, assim, eu penso que a minha militância mudou um pouco de lugar nesse tempo, mas não sei se depois que eu finalizar meu mestrado como é que vai ser, sabe? E também no meio dessa situação eu tenho muita vontade de que o NUDIS retome. Como coletivo, com essa função de garantir, defender e difundir essas políticas públicas e o respeito à diversidade. É, mas eu não tenho mais aquela utopia e disposição também de estar na rua sempre, de estar indo em reunião todo... ainda mais agora

que a gente descobriu o Google Meet... Plataforma Teams, essas coisas, às vezes eu... e o povo tem muito disso de fazer reunião para decidir o que vai fazer na outra reunião...

ENTREVISTADOR: Na outra reunião...

SIMONE: Então agora, assim, eu acho que a vida ficou um pouco mais fácil com essa questão do online também. Mas eu não me vejo com a mesma disposição mais, mas não necessariamente com menos vontade. Pode ser que seja um momento.

ENTREVISTADOR: Entendi. “Tá” joia, vou encerrar a gravação aqui e te agradecer...

SIMONE: Desculpa se eu fui muito prolixa.

ENTREVISTADOR: Nada, pelo contrário, foi ótima.

ENTREVISTA n. 15 (Tiago) – 29/04/2021

COLETIVOS: DECK GV

ENTREVISTADOR: Vamos começar aqui. Beleza, Tiago primeiro que queria que você contasse um pouquinho da sua vida, você mora em “Gevê” há muito tempo? O que você faz da vida, como é que você se interessou pela atuação política? Conta um pouquinho de você aí e depois a gente a vai conversando propriamente as perguntas.

TIAGO: Claro, eu moro em “Gevê” faz uns quatro anos mais ou menos, quase quatro anos. Eu sou de Campinas, São Paulo, e...

ENTREVISTADOR: Não estou te ouvindo...

TIAGO: Está ouvindo agora?

ENTREVISTADOR: Estou, agora eu estou.

TIAGO: Microfone aqui é meio ruim. Então, eu moro em Valadares tem uns quatro anos mais ou menos, eu sou de Campinas, São Paulo, e eu comecei a militar nos movimentos através do movimento hip-hop, mas fui colando com o grupo de Rap, depois fazendo grafite e cantando depois também, aí parei de cantar e parti mais para focar em organização de movimento. No hip-hop... o hip-hop é militante, mas tem pessoas que não entendem isso e tentam separar. Mas eu comecei a colar com... Faz uns oito anos mais ou menos, com uns doze eu comecei a militar além do hip-hop, militar politicamente também. Eu fui filiado ao PT na época, depois de muito tempo eu saí e sou do PSOL hoje, filiado ao PSOL. E nessa construção, entendendo que eu entrei em um partido para representar o movimento, entendendo que os partidos eles precisam ter representações de movimento, que a periferia tem que estar nesses partidos também.

ENTREVISTADOR: Bacana.

TIAGO: É isso, vim antes de dois mil e treze, e eu participei do início da construção do movimento do Passe Livre lá em São Paulo.

ENTREVISTADOR: Olha...

TIAGO: Bem no início mesmo, eram outras correntes que se reuniam e foi o início e dois mil e treze. Teve aspectos bons e ruins. Acho que a gente vai debater e vai fazer as perguntas. Eu participei dessa construção aí, movimento estudantil, frente de grêmios, movimento do Passe Livre, luta... Lembro que eu comecei a militar politicamente em partido em um Fórum de Luta pela Democratização da Educação. Para você ver o tempo que a gente está ainda lutando para educação ser mais democrática...

ENTREVISTADOR: E você lembra quando que foi isso mais ou menos? Mais ou menos...

TIAGO: Não vou lembrar de data... “vish”, faz muito tempo “mano”. Hoje eu tenho trinta e três anos, antes eu tinha doze anos, doze organizando... organizando na escola, na quebrada, organizando o hip-hop. Estou aí...

ENTREVISTADOR: E aí você então... A sua aproximação com o partido então veio antes do seu envolvimento com o Passe Livre?

TIAGO: Sim, quando veio o movimento do Passe Livre a gente já estava nessa luta tinha muito tempo já. Organizava carreatas em Campinas pelo passe livre, a gente fazia muito adesivo, lambe, fazia discussão na escola e tinha jornalzinho dentro da escola, a gente era até processado porque era jornal de estudante, mas estudante fazia e é isso é a voz da galera mesmo. E aí no Movimento do Passe Livre a gente já estava em um processo desses movimentos que tinham, pelo menos em São Paulo”, dos movimentos se juntar para lutar. Aí dois mil e treze eu até assustei quando eu vi aquele movimento todo do Passe Livre, aí eu falei “é, tem alguma coisa estranha aí”.

ENTREVISTADOR: Mas aí você que já tinha uma história, uma militância dentro de partido, como é que você lidou aquela época com esse negócio daqueles movimentos que estavam chegando, assim, o Passe Livre era um deles, e que tinham uma certa assim, faziam questão de se manter meio distante de partidos e de figuras partidárias e como é que você interpretou isso na época?

TIAGO: Então, isso teve alguns momentos, não é? Teve algumas etapas. De início é claro que teve uma revolta de muitas pessoas de, que não era por causa do governo que estava, que era porque as pessoas estão sofrendo desde quando os portugueses chegaram no Brasil, “tá” ligado? A quebrada nunca deixou de ser reprimida, nunca deixou de ser reprimida, nunca deixou de pagar caro nas passagens, as passagens têm monopólio desde sempre, são as mesmas empresas que cobram caro... então era um descontentamento que estourou naquela luta ali, como eu falei que já estava muito tempo sendo feita. Em São Paulo era muito forte isso. Todo estudante passava pela luta pelo passe livre e depois os estudantes de periferia, porque lá em Campinas, em São Paulo, as escolas de ensino médio elas não têm nas quebradas, as da periferia não tem estrutura para ter ensino médio nas quebradas. Então a gente tinha que ir para lugares longes e muita gente desistia porque não tinha dinheiro para pagar passagem. E aí melhorou um pouco, não tinha dinheiro para comprar material, melhorou um pouco depois dos governos do Lula, que deu aquela... que dava os kits de material aí alegrava um pouco. Mas a passagem continuava cara. E aí estourou nisso, e no início teve muitos movimentos de periferia que foram para as manifestações, que foram reivindicar. Só que depois...

ENTREVISTADOR: Deu uma travada aqui.

TIAGO: Começaram a dominar as pautas... tanto que quando a Globo começou a falar “não, os *Black Block* estão quebrando as coisas”... essa galera que nem era *Black Block*, que eles se colocaram como se fosse *Black Block* era a galera de periferia que estava ali para lutar pelos nossos... não estava para conversinha e levantar cartaz. Estava ali porque estava revoltado, estava passando fome, estava sofrendo e aí eles viram oportunidade de atacar o governo do PT, claro...

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Que era um governo que fazia políticas públicas tal, mas não. Sistema nosso ele tem que ser derrotado para conseguir acabar com esse negócio de uma passagem, cara. O capitalismo tem que acabar com isso, porque senão não vão acabar os monopólios. Aí a tarifa foi tomando conta, e aí surgiram vários movimentos de periferia naquele tempo. A galera mais nova começou, teve a primeira experiência de estar em manifestações. Só que quando a direita começou a tomar as pautas, aí veio pedido de intervenção militar, pedido de privatização, vieram as pautas que não eram daqueles movimentos que começaram. Aí a gente parou e falou “opa!”, aí o quê que usaram? É um golpe. O que a gente tem hoje é a situação que o Brasil viveu em dois mil e treze. Eles começaram a focar no “antipartidarismo”. Por que? Porque era um partido de esquerda que estava no poder. E a única forma de atacar é fazendo as pessoas terem raiva de partido. Você vê que os partidos já estavam nessa luta... do passe livre, já estavam fazendo essas lutas

ENTREVISTADOR: Já tinha...

TIAGO: Quem começou essa luta éramos nós dos partidos que estava na periferia, a gente puxava grupos naquela época, inclusive a gente do PT, quando eu era do PT. Eu comecei nessa luta do Passe Livre, do início do Movimento do Passe Livre em São Paulo através do PT. Do movimento estudantil.

ENTREVISTADOR: Tiago, eu posso sugerir da gente tentar fazer sem o vídeo? Porque a minha esposa está dando aula aqui também e eu estou achando que tá dando umas “travadinhas”. Você se importa de a gente fazer assim?

TIAGO: Não, está suave.

ENTREVISTADOR: Vamos ver como é que vai. Então aí você estava falando do processo de dois mil e treze, do Passe Livre, da captura... mas durante aquele tempo você não acha que esse cuidado que eles tinham lá de não aparecer que eles eram partidários, isso era tipo uma estratégia para eles conseguirem colocar a pauta do transporte público para um número maior de pessoas? Você acha que tinha a ver com isso também?

TIAGO: Eu acho que não, eu acho que foi uma estratégia da direita. Inclusive da direita empresarial, principalmente em São Paulo com os mesmos que financiam, que fazem acordos com essas empresas. Quem tem essas empresas no poder, colocaram patinhos na rua, a galera do MBL que é da direita, próximo a esses empresários, foram para rua tentar dominar as pautas. Só que quando viram que no início era a esquerda que direcionava as pautas e junto com os movimentos da periferia, que são de esquerda também, movimento hip-hop, outros movimentos que estavam surgindo... aí eles usaram esse momento para... ali foi o início da desinformação em massa, não é? Quando focou... você viu que teve uma época que focou na repressão e focou nos *Black Block*, não nas pautas.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Tinha que colocar como se o governo estivesse reprimindo as pessoas. Claro que teve, o governo não... os governos vendo as manifestações no Brasil, todos cometem erro. Mas isso foi uma estratégia, por que? Porque os partidos estarem lá pela luta, os movimentos estarem lá pela luta é um fortalecimento também. Porque quanto mais partidos, quanto mais movimentos tiverem, é um fortalecimento. Só que focaram tanto nessa pauta de apartidarismo, porque eles tinham sim objetivo de chegar no “antipartidarismo”. Porque os partidos que estavam ali, os partidos que tinham gente para por na rua, eram partidos de esquerda. A direita ia para rua, a classe média, mas não era pessoas ou grupos de partidos organizados, eram grupos empresariais, esses grupos começaram a tomar as ruas. E aí as manifestações ficaram grandes e eles tomaram as pautas. É preciso lembrar de que, em dois mil e treze, essa pauta do transporte e as lutas pela população eram puxadas pela esquerda. Antes de dois mil e treze já, há muito tempo. Desde quando eu começava a militar eu já peguei a segunda ou a terceira geração que já fazia essa luta. Inclusive entrei nessa luta porque passaram o bastão de pessoas que já estavam fazendo isso, a luta. Então não era para trazer mais pessoas, era um processo de desinformação.

ENTREVISTADOR: Mas, na época...

TIAGO: Falando que a culpa era do PT...

ENTREVISTADOR: Na época você não acha que a reação do Haddad que era prefeito de São Paulo, da própria Dilma foi um pouco assim, de surpresa com esses movimentos, parecia que eles não soubessem de onde que vinha? Eu me lembro até que a Dilma sancionou à época uma lei antiterrorismo e também um pouco nesse sentido de criminalizar o *Black Block*. Você acha que os quadros do PT na época estavam alinhados com esse caráter de esquerda do movimento e que, tipo assim, que eles podiam somar de alguma maneira?

TIAGO: Então, ali houve esses erros, não é? Eu acho que faltou chamar mais os movimentos para trocar uma ideia e até por isso mesmo que você falou, alguma surpresa, porque foi uma coisa muito bem orquestrada e que no início tinha bases dos movimentos, dos partidos e depois foi crescendo como pautas de atacar mesmo a esquerda, de atacar os partidos, aí eles assustaram. Mas havia também um distanciamento dos partidos de esquerda com os movimentos. Apesar dos movimentos, maioria dos movimentos organizados sempre todos

foram dos partidos do PT ou do PSOL e tinha um pouco desse distanciamento. Eu acho, aí eu acho que vieram erros que [inaudível] e “aí galera, o que a gente vai fazer para fortalecer e tal?”. A gente sabe que vive em uma gestão no sistema capitalista, ele segue regras do sistema capitalista. É muito difícil derrubar esses empresários, isso tem um custo e o custo é você ser assassinado ou você ser “impeachemado” ou essas coisas aí...

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Só que faltou chamar eles para trocar ideia mesmo, os movimentos, e dar uma contraproposta uma contrapartida a esse, a essa monopolização dos movimentos, que os empresários e a direita estava tendo. Por que? Eles acharam, a direita começou a dar o golpe de uma forma que começou perfeita para eles e terminou no Bolsonaro, que eles também não esperavam. Eles achavam que iam usar dois mil e treze para atacar a Dilma, usar antipartidarismo para ter aquela política que não discute política.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Porque os partidos de esquerda, quando alguém vai e vota nos partidos de esquerda, eles sabem no que eles tã votando. Eles sabem. Da direita não, eles votam “ah vou votar em um empresário aqui e tal, cara me deu não sei o quê, me deu não sei quê lá”, então para eles é importante essa política. Eu acho que faltou para os partidos de esquerda, e não é culpando, julgando... eu acho que esses... os empresários e os outros partidos tinham uma máquina muito maior na mão, que é serviço de inteligência, que teve muita coisa por trás. Na época eu participava do *Anonymous* também.

ENTREVISTADOR: Que isso, que massa!

TIAGO: E...

ENTREVISTADOR: Você estava em várias frentes?

TIAGO: E o *Anonymous* tinha um caráter de classe média alta, mas eu ouvi dentro do *Anonymous* a galera, “ô mano, você que é de um partido”, foi um cara até que não curtia partido, falou assim “você que é de um partido, seguinte, os cara lá da ‘ABIN’ pegaram uma liderança do *Anonymous*...”, não tem liderança, porque é uma ideia, mas uma pessoa que cuidava das páginas, de uma página das páginas maiores, e pegou o cara, não sei o que, fez e o cara começou a colocar coisa de direita nas páginas do *Anonymous*...

ENTREVISTADOR: Sim, eu lembro.

TIAGO: E não era um do grupo. Aí a gente começou perceber mesmo que tipo, teve uma monopolização das manifestações e das pautas e estava rolando o início de um golpe. Porque a ABIN estava no meio, então não era coisa pequena. Como assim a ABIN em cara do movimento, não prende, de um movimento internacional inclusive, porque a gente fazia as ações internacionais. E não prende, se fosse pego ele “ó o cara é hacker, vai ser preso”... e do nada ele muda as páginas. Então eu percebi um golpe, a gente descobriu fotos da Marinha do Rio de Janeiro com faixas de intervenção militar dentro da Marinha do Rio de Janeiro. Então essa ideia foi orquestrada, que os partidos de esquerda não deram conta de dar uma contraproposta. E se completou... Para você ver, a gente estava na luta pelo Passe Livre muito antes, construindo, ficou perigoso para gente estar na luta em dois mil e treze. Porque a galera queria bater, a galera [inaudível]... E teve muita gente que caiu nessa ideia também, que a desinformação é isso, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Imagina na periferia que nunca pode fazer um debate. Começa nas manifestações por uma causa justa. Aí começa a ouvir todo dia na Globo, todo dia nos grupos, que não é para sair para partida... molecada vai nas ideias.

ENTREVISTADOR: Sim. Tiago, o som abaixou um “cadinho”, não sei se você mudou de posição aí.

TIAGO: Melhorou agora?

ENTREVISTADOR: Melhorou de novo. Show. Mas aqui, e aí você estava envolvido com isso tudo e aí como é que você veio parar em “Gevê”?

TIAGO: Então, eu sempre quis morar em “Gevê”, é coisa de criança, tinha parente daqui e tal, gostava de vir na roça. Aquela, o lúdico da criança de curtir o lugar e aí eu me sentia bem.

ENTREVISTADOR: Você tinha parente aqui, então?

TIAGO: Tenho, tenho... A origem da minha família é daqui. Ela saiu, começou sair com migração de fazendeiro tomar terra nesses “bagui”... Aí a minha família foi para São Paulo, que teve muito disso também, de fazendeiro tomar terra de pequeno produtor.

ENTREVISTADOR: Então sua família é daquele contexto da luta agrária aqui, dos posseiros e grileiros e tal?

TIAGO: Sim, minha família... inclusive meu tio ele foi perseguido na região do Marilac, entre o Marilac e o São José do Safira. Meu tio é do assentamento Urucu do Safira. Aí eles tomaram a terra de muita gente lá, aí ele brigou e ele conheceu o Movimento Sem Terra nessa briga, e com o apoio do movimento eles conseguiram reaver a maior parte das terras que eles tinham tomado lá.

ENTREVISTADOR: Saquei, abaixou um pouquinho seu som de novo.

TIAGO: Aí ele começou [inaudível] para fazer a... [inaudível] para luta para um monte de lugar com o MST também. E conseguiram reaver a terra de lá, mas teve gente que não voltou, porque teve muito assassinato aqui. O pessoal ficou com medo, aí uns voltaram, outros não.

ENTREVISTADOR: Saquei, eu te interrompi. Então você tinha a vontade de voltar, porque sua família é daqui, aí como é que foi esse processo de mudar para cá?

TIAGO: Então, aí em São Paulo, como nunca dava para conformar, fazer militância. Quando você é militante você não sai tipo rápido assim “vou deixar o trabalho aqui e vou embora”, a gente fica mantendo. Aí quando deu uma suavizada, separei de um casamento que eu estava aí, eu falei “ah vou para lá, vou para Valadares agora, estou precisando sair daqui, estou precisando viver lá, eu preciso viver lá” eu tenho isso na cabeça, antes de eu morrer eu tenho que viver em Valadares. Aí eu vim para cá, peguei e coloquei a minha mochila nas costas e falei no serviço “estou indo” e vim.

ENTREVISTADOR: E isso foi em que ano mais ou menos?

TIAGO: Dois mil e dezesseis, cinco de novembro de dois mil e dezesseis.

ENTREVISTADOR: Saquei, então aí nesse contexto você estava lá até você vir para cá. Depois de dois mil e treze, você continuou vinculado ao PT e você estava mais em algum coletivo, algum movimento social lá, sem ser o partido?

TIAGO: Dois mil e treze eu já era do PSOL. Eu saí do PT bem no início, eu fiquei um tempão sem partido e depois eu entrei no PSOL com a estratégia de construir uma sede social no meu bairro. Aí sempre teve esse sonho e aí a gente construiu lá o Quilombo Urbano Iris de Jesus e tá firme e forte até hoje.

ENTREVISTADOR: Massa.

TIAGO: [inaudível] ... festival da música negra, fazia [inaudível] e sempre levando o debate político. Como eu falei, a gente é de movimento, pelo partido para ter coisas que não teria se não tivesse acesso. O capitalismo não [inaudível] tem acesso à informação...

ENTREVISTADOR: Tiago, eu não estou te ouvindo agora, cara.

TIAGO: Que parte você ouviu?

ENTREVISTADOR: Então, essa última coisa que você falou aí do... Primeiro eu entendi que você estava no PSOL, já em dois mil e treze, e que você fez lá uma ação cultural, lá na sua quebrada, mas aí depois quando você falou alguma coisa aí do capitalismo e tal aí cortou.

TIAGO: Eu falei que o capitalismo dificulta que chegue o debate político na periferia.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: E quando a gente quer tipo entrar em um partido é para ter mais acesso a isso também, que é mais fácil de estar no debate, de influenciar e de levar também para periferia o que está acontecendo. Além de ter esse... o militante de quebrada é o condutor entre a periferia e esse espaço que parece uma montanha, uma pirâmide, é uma pirâmide, não é? Que coloca os líderes que tem grana lá na frente, lá em cima, a política lá em cima e a quebrada aqui embaixo sem acesso. E o capitalismo precisa disso para as pessoas não contestarem também o massacre que faz com a gente, a escravidão que faz com a gente. Então nós somos o fio condutor disso.

ENTREVISTADOR: Saquei, e aí você chegou em “Gevê” em dois mil e dezesseis e procurou o PSOL daqui? Se filiou? Se inteirou? Como é que você começou sua militância política aqui?

TIAGO: Então eu cheguei aqui em Valadares, aí a galera de São Paulo já tinha ligado aqui e falado que eu ia vir, para o “PSOL” aqui.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Aí eu cheguei aqui, conheci a galera, estava em processo de reconstrução. Ainda está... E fui me inteirando mais, aí eu fiquei sabendo que tinha uma batalha de rimas, uma pessoa do PSOL que é professora falou “oh meus alunos fazem, participam de uma batalha tal, você é do movimento... acontece no deck, ali”. Aí eu coleí, fiquei naquela, no movimento você tem que chegar no “sapatim” que a gente fala, de mansinho, de boa. Com respeito a todo mundo. Aí eu coleí, fiquei curtindo e coleí umas três vezes. Aí eu comecei a ter contato com os movimentos mais perto de partidos, conheci uma galera que estava fazendo aqui a “Frente Ampla LGBT”. E aí uma das pessoas que estava na frente, ela era irmã do apresentador das batalhas, que é a (nome), irmã do (nome), do (apelido). Aí ela me passou o contato dele, eu conheci, comecei a colar e logo já fui fazendo os debates políticos, veio um mano meu de São Paulo para cá e a gente chamou a galera para trocar uma ideia sobre a importância de ter debate político no movimento, na batalha, no hip-hop. A importância deles procurarem políticas públicas que podem ajudar eles viajar e ir para outros lugares, a gente falou do ID Jovem para a galera fazer e ir cantar nos outros lugares. E aí foi indo, entrei na organização e estamos aí.

ENTREVISTADOR: Quando você chegou aqui o movimento hip-hop da cidade ele não era tão organizado politicamente não? Como é que era aqui?

TIAGO: Não, quando eu cheguei aqui estava bem sem debate político. Mas, assim, a batalha só começou a ter aqui por causa de pessoas de partidos de esquerda também. A galera do PT aqui da época do governo da (nome), que estava na cultura, o (nome), estava a (nome) no PROJOVEM... os coletivos que estavam, a galera tinha o Coletivo Quilombo, tinha o Pedra Negra... aí fundaram um coletivo chamado “DMC”, com essa galera. O (nome) impulsionou isso e aí tinha o (nome), depois veio o (nome), uma galera. E aí se iniciou por causa de políticas públicas. Mas quando começou, acabou o “DMC” e começou a ter a batalha, só a batalha, aí perdeu um pouco essa conexão, tiveram uns problemas aqui também que mudou de governo e não tem... mudou de prefeitura e não tem incentivo. Não leva os debates dos movimentos de periferias, então aí perdeu essas ideias, perdeu as ideias que são a essência do movimento hip-hop, que é o debate político.

ENTREVISTADOR: Eu conversei com o (nome) e com a (nome) também, eles me contaram um pouquinho desse processo que o movimento nasceu dessas iniciativas culturais “né”, mas que depois foi perdendo um pouquinho esse caráter “né”, continuava fazendo música de protesto, mas não tinha muito uma orientação política, uma organização “né”. E aí então você colou com eles e aí começou a conseguir construir isso dentro do movimento. E aí eu queria te perguntar, Tiago, hoje em dia como é que é organizado o movimento hip-hop aqui? Ele é o “Coletivo Deck” que, vamos dizer assim, o organismo principal? Ele tem subdivisões? Como é que funciona?

TIAGO: Então, aqui o movimento hip-hop... Os quatro elementos do movimento são bem separados. aqui em Valadares tem várias tretas antigas, tipo, uma galera não cola com a outra, essas coisas...

ENTREVISTADOR: Aí isso aí eu não sabia não.

TIAGO: Tem, a galera do *break*, ficava ali embaixo da Prefeitura, mas não colava muito, não trocava ideia, não colava muito com o Deck. A galera do grafite tem sua caminhada também, mas tipo, era cada um na sua. Quando se via não conversava, aí o Deck hoje é o principal coletivo, é o coletivo que consegue trazer todas essas pessoas, a galera do grafite está vindo com a gente, voltou a fazer um trabalho com a gente, o (nome), tem uma menina “foda” no grafite aí agora também, que estão representando demais, a gente ainda tem muita dificuldade com o *break* que a galera até não está ficando na Prefeitura, também não tem incentivo e tal. E tem uma... algumas meninas do coletivo que dançam, a (nome) e a (nome), só que também conseguem pouco incentivo, aí tem que trabalhar muito, aí acaba prejudicando. E a batalha ela é a principal atividade, a gente trouxe o *slam* que também é um elemento, um dos novos elementos da cultura, e a gente trouxe o *slam* para Valadares, foi a gente que trouxe. Ideia da (nome), a gente puxou e a gente se organiza, agora deu um passo acima que é disputar editais... a gente tinha só as batalhas, aí começou a fazer eventos maiores, a gente conseguiu entrar na seletiva para o Campeonato Nacional de Rimas, primeira vez que Valadares entra.

ENTREVISTADOR: Massa.

TIAGO: Então a gente disputa isso e trouxe o *slam*, depois, e aí a gente começou a disputar editais agora para tentar fortalecer a galera. Porque a vida da molecada aqui é bem sofrida mesmo, tipo, faz as coisas na raça mesmo e sem recurso. Se Valadares tem uma potência muito forte no Movimento Hip-hop, ali no Deck, tem gente que qualquer pessoa que eu conheço para fora até gente mais famosa que eu mando as músicas, a galera curte para “carai”, só que não tem estrutura. Aí a (nome) escreve os projetos para a gente. A gente está participando de editais e a gente hoje está fazendo um movimento de fazer um grupão que acho que vai ser o nome Deck Arte mesmo, você vai ver umas artes nossa escritas Deck Arte, você vai ver um grupo maior que engloba batalha, que engloba o Slam e tem uma equipe de comunicação agora que está trabalhando só com comunicação, é nova mas já tá fazendo um trabalho muito bom. Aí a gente vai fazer esse movimento de trazer a galera do grafite para dentro, para fazer um coletivo de hip-hop mesmo e das culturas de rua, para ser um lugar só para a gente se reunir. A gente está nesse movimento agora, aos poucos é claro. Mas estamos tentando.

ENTREVISTADOR: Massa. Tiago, como é que você enxerga a visão das pessoas que não são de uma cultura de rua, que não são do hip-hop, sobre o movimento de vocês? Como é que você percebe que Valadares enxerga vocês, a galera que não tem muito a ver já com a cultura assim, pessoal mais de classe média, mais de elite, que não é da periferia, como é que eles enxergam o movimento de vocês?

TIAGO: Mano, Valadares é muito louco, tem um mundo dentro de Valadares. Então não tem um... tem um mundo dentro de São Paulo, mas tem um mundo aqui também. Assim, tem

categorias. Tem tipo, as pessoas geralmente dos bairros de periferia, elas mesmo tendo críticas, algumas falas da molecada que sai, essas coisas. A galera tem apoiado muito a gente. Mas isso veio depois que a gente começou a se engajar com outros movimentos, ter um debate político e mostrar que o movimento ele não era o que é, o que uma classe mais média, o que a polícia, o que a prefeitura falava, que a gente é, sempre tido como bandido. A polícia não quer a gente fazendo o movimento, já jogou a gente de cima do Deck, já deram tiro de *airsoft*, já quebrou caixinha, já me prendeu esses dias aí.

ENTREVISTADOR: É eu vi.

TIAGO: Me prendeu, já bateu na molecada, já fez uma molecada que estava próximo engolir maconha. Então, não querem a gente lá. A prefeitura não dá apoio e faz de tudo para boicotar nosso movimento, a Secretaria de Cultura deixou a gente de fora da Lei Aldir Blanc, falando que a gente não apresentou todos os documentos, sendo que no dia a gente apresentou todos os documentos, inclusive mais documentos do que a maioria, e eles falaram que estava *ok*, depois falou que faltou alguma coisa, fui lá, levei de novo, levei o recurso e não colocou a agente na Lei Aldir Blanc e isso causou indignação em todos os movimentos de cultura de Valadares.

ENTREVISTADOR: Olha, isso eu não sabia não.

TIAGO: Teve um evento que eles marcaram no mesmo dia o evento nosso do *rap* e a galera do funk, eu tenho certeza que foi feito isso para dar treta entre o *rap* e o funk. Porque eles também não querem o funk, é preciso lembrar que o hip-hop ele tem os quatro elementos principais, mas ele também engloba o funk que é cultura periférica, o skate, o *slam*, a cultura de rua mesmo. E eles não queriam que a gente colasse porque o funk está crescendo muito em Valadares, é muito maior do que o hip-hop, inclusive, e estavam vindo para o centro. Então não querem o funk no centro, assim como não querem o hip-hop, eles marcaram esse evento e falaram “ah se vira aí, faz vocês dois juntos”, sendo que a gente contratou gente para ir, tanto nós, quanto eles. Não daria para os grupos cantarem, a gente tentou mesclar, mas não deu. Aí chegou dez horas desligaram o som e é isso. Não querem a gente. A prefeitura não quer a gente fazendo hip-hop, fazendo cultura de rua no centro. A classe média...

ENTREVISTADOR: Pode falar...

TIAGO: ...ela odeia o hip-hop, para eles a gente é um bando de moleque que fica fumando maconha na praça. Que é isso que a gente ouve, eles fazem questão de quando vêem a gente, chamar a polícia, de falar que a gente está usando droga, em todo lugar que a gente está, mesmo quem não usa droga e mesmo sabendo e vendo que a gente todo evento fala para a galera “ô galera, a gente não é contra ninguém fumar maconha, mas não fuma aqui no evento, porque vai dar B.O tal, a gente”... e também tem pessoas que não fumam, tem famílias que vão no Deck com criança e então a fumaça ela impacta a criança, causa outras impressões, e é ruim. Então a galera já não fuma tanto, separado tal...e o Deck é um espaço que o movimento ocupa para justamente quebrar esse momento da galera também ficar usando droga a noite lá, “tá” ligado? A galera pára para ouvir cultura, para ouvir rima, a galera pega a referência de um livro. A gente chegou a distribuir livros para galera, a gente faz bibliotecas em geladeiras e também é uma coisa que a gente tem que falar. A gente cola nas quebradas, distribui alimento, então a visão deles é que a gente... mesmo sabendo de tudo que a gente faz e vendo que a gente faz, a visão dele é que nós somos tudo vagabundos e maconheiros e que ficamos na praça só para fazer isso.

ENTREVISTADOR: E por quê que você acha que esse tratamento é feito com vocês especificamente? Assim, você acha que outros movimentos que não tem um caráter de periferia assim e que tem uma outra estética são perseguidos como vocês?

TIAGO: Assim, Valadares qualquer movimento que não seja Igreja ou agronegócio é perseguido. A Virada Cultural foi perseguida, a prefeitura boicotou um patrocínio para não ter a Virada Cultural. A gente fez o “Brotas” que era evento dentro das casas dos nossos amigos, que proporcionava um espaço para molecada cantar para outros grupos, para outras pessoas, eles todos começaram mandar a polícia oito horas da noite, sete horas da noite, seis horas da noite para acabar com o evento.

ENTREVISTADOR: Que é isso, cara.

TIAGO: Então qualquer movimento em Valadares que faça algum debate político ou que coloque músicos que fazem crítica ou que... qualquer movimento que faz alguma crítica política e que não é envolvido com agronegócio ou igreja em Valadares é perseguido. Os movimentos de periferia mais ainda, porque a burguesia do centro não quer a periferia no centro, não quer ver a molecada de *bike* colar. Tem um coletivo gigante no Santo Dumont II, “Tropa da 29”. A molecada vem para o centro de *bike*, é um negócio que era para ser patrimônio histórico de Valadares, um grupão de molecada andando de *bike*, bicicleta, é um patrimônio de Valadares. A batalha toda quinta e domingo, era para ser um patrimônio de Valadares, a galera do funk dançando passinho, que é reconhecido o funk e o passinho é reconhecido internacionalmente. A batalha de rima disputando o Campeonato Nacional de Rimas que também é conhecido internacionalmente, a gente tem pessoas que quando a gente transmite que faz a batalha na *live* ou faz o *slam*, tem pessoas de Moçambique, de Portugal, tem pessoas de Angola, dos Estados Unidos que veem a gente. E aqui eles perseguem porque é a periferia no Centro e é a periferia que faz debate político. A gente, nas eleições, no segundo turno, fez uma batalha no meio da praça, porque a gente fazia todos os domingos, a gente falou “não vamos sair daqui, vamos fazer” e ficou rodeado de eleitores do Bolsonaro e a polícia batendo em artistas de rua e a gente continuou lá. E isso eles não aceitam de jeito nenhum.

ENTREVISTADOR: Saquei. E deixa eu te perguntar, esse coletivo aí que você acabou de mencionar, que é a galera da bicicleta e tal, “Tropa 29” que você comentou, como é que é o caráter deles, é mais para promover uma forma de recreação e tal ou eles são engajados politicamente também?

TIAGO: Então, a galera é uma galera muito nova, eles não têm os debates políticos ainda. A gente está colando agora para tentar levar algumas ações para lá e é claro, respeitando a autonomia deles tal. A gente está fazendo esse contato agora, mas eles têm o caráter recreativo mesmo, da galera se juntar, da galera que é discriminada na periferia ter um grupo que eles se juntam e eles são muito envolvidos com o funk. Tem muita gente do funk, eles têm equipamentos próprios de música que é difícil os grupos conseguirem. Eles se juntam, faz vaquinhas, faz as próprias camisetas para sortear, eles têm uma sede lá no Santos Dumont II, na Rua Vinte e nove e é uma molecada muito nova assim que é um grupo que a galera se une mesmo porque não sente acolhido nos lugares e ali são uma família mesmo. Mesma coisa com o Deck, tem gente que tem a vida tão ferrada em casa que o único espaço que tem é o Deck e muita gente nessa pandemia de lá sofre, “tá” ligad? Por não estar tendo batalha e não tem condições e vida nos bairros boa, não tem opção de lazer para a periferia.

ENTREVISTADOR: “Pode crer”. Cara deixa eu te perguntar, também... E hoje no Deck, além de você, quem que está na frente do movimento assim? A (nome) também, você falou que ela está cuidando dessa parte do Slam, tem outras pessoas responsáveis por determinadas iniciativas dentro do Deck?

TIAGO: Tem, tem uma galera lá do Santos Dumont I, que é a que mais participa. Tem o (apelido), o (nome) que era apresentador, agora ele está mais nessa parte de edital, de apresentar... ele voltou a apresentar tem pouco tempo também. Tem o (nome), que é da

comunicação, da comunicação tem a (nome), (nome)a... Aí da galera que faz a batalha é tem o (apelidos), tem uma galerinha, tem uma galerinha boa. Tem a gente e está conseguindo aos poucos se organizar por equipes, tem equipe de comunicação, tem equipes de batalha da rua e a gente tem o objetivo de organizar por regiões também. Agora começou a colar junto com o coletivo a galera que estava fazendo outra batalha, começou nessa pandemia, era na casa de um “mano”, com a galera do bairro dele, a “Batalha do Escolhido” e também entrou a “Batalha do 7 gang”, está junto com o Deck também, que entrou agora para esse grupão nosso. Então tem vários setores, várias pessoas que ajudam, que pensam e que organizam mais. A galera colocou eu como coordenador geral. Até porque eu também tenho esse contato com outros coletivos, tenho mais experiência nisso, mas cada um tem sua função e não tem muita gente, mas a galera que tem consegue fazer valer.

ENTREVISTADOR: Mas quem define assim, os rumos? Igual essa questão que você falou... Por exemplo, eu percebo, na sua fala que além de usar o hip-hop como uma forma de protesto e intervenção cultural, vocês estão fazendo outras coisas também, a questão da cesta básica, assim, coisas de um movimento social mesmo. Então quem participa dessas decisões dos rumos do movimento e tal é só você? Tem mais gente que ajuda a pensar essas paradas? Esse caráter político dele mesmo.

TIAGO: Então, esse caráter político é mais eu, a (nome) e o (nome), que a gente entrou através do... eles entraram através do *slam* e também fortalecer essa parte política que a gente pensa e faz. Não tem muita ideia. E a galera aí tem um grupo de organização da batalha, o grupo da batalha tipo tem autonomia para tomar as decisões e aí, tipo... o Deck Arte é um todo e que tem o grupo da batalha e tem a equipe de comunicação e a gente faz essa troca. Mas quem puxa mais as decisões é eu, (nomes).

ENTREVISTADOR: Maneiro. Tiago, e retomando um pouquinho aquele negócio de dois mil e treze e tal, eu lembro que naquela época tinha uma busca assim por horizontalidade. Pessoal achava que dava para ficar discutindo todo mundo mil horas em assembleia na praça para tomar todas as decisões de forma coletiva e tal, sem... e como é que você enxerga isso dentro de uma organização hoje em dia, passados esses anos assim, olhando para trás, que você acha dessa parada que rolou naquela época lá?

TIAGO: Então “mano”, isso é uma coisa que a gente debate, eu falo muito com a (nome), é um medo que a gente tem no Brasil. Dois mil e treze foi uma experiência, qualquer revolta, qualquer protesto, qualquer revolução sem direção ele é facilmente cortado pela burguesia. É facilmente mudada a estratégia, mudado o caráter, tenta fazer isso com os movimentos de periferia igual fizeram com Samba, Blues, Jazz, Rock ou um Hip-Hop, com o Funk... A burguesia pega tudo que tem em protesto e transforma em algo que eles aceitem. Para eles continuarem nas linhas deles e sem ter uma direção, sem ter um corpo que é focado nisso, “ó galera, a gente está saindo do rumo, Vamos fazer isso, vamos debater isso, ó você tem que colocar na letra debate político. Não é curtição só, não é ‘gastação’ só, hip-hop não é isso...”. É, e pode ser... pode e deve ser horizontal, mas tem que ter uma direção, tem que ter um encaminhamento político e os objetivos claros e diretos, que a gente chama no movimento de “papo reto”. Hoje se a gente não tivesse no Deck, o Deck já tinha se tornado palco político para vereador de direita, que os caras chegam e oferecem dinheiro para molecada.

ENTREVISTADOR: É mesmo cara?

TIAGO: Oferece até pizza, tirando a galera da molecada. Achando que o irmão vai vender a arte por pizza. Então até com a gente lá aparece isso sempre, tem várias “treta” e a prefeitura querendo pegar os moleques e fazer cadastro para ganhar dinheiro de fora e depois não repassa para molecada.

ENTREVISTADOR: Olha só.

TIAGO: Já chegou ao ponto de eu ir falar na prefeitura, até a gente precisava de uma força para ir pro Campeonato Nacional, aí a galera vinha com os papéis para eu assinar falando “não, vocês tem que entrar nesse, nesse grupo... nesse coletivo aqui, fazer esse cadastro, porque aí a gente pede verba para não sei quem, para não sei onde tal”, aí eu fui ver e era para usar o nome dos coletivos, falar que tinha coletivo de periferia, para pedir verba para grupos nacionais que são importantes, que são sérios, mas eles queriam usar o nome. Então a molecada que não está no debate partidário, estrutural, a direita usa bem isso, tem uma galera, tem um cara na verdade, tem um cara do funk aqui que ele é “fechadão” com os caras que reprimem “nois”, “tá” ligado? Ele nem é do funk na verdade, ele fala que é, tem nome como se fosse do funk, mas tipo, o cara esconde tinta para não dar para os grafiteiros. É “foda”. Ai a gente cola e troca ideia com essa galera “ó galera, vocês são uma potência gigante”. E é difícil, por quê? O movimento não ter uma direção, o próprio movimento também ele não se reconhece como um movimento forte, um movimento que pode conseguir as coisas. A galera não tem é, a maioria, a maioria do Deck não tem nem noção do tamanho que é o Deck, da potência que tem o Deck. E chegar da gente e tipo, da gente postar as coisas e o [incompreensível] compartilhar, “tá” ligado? Que é uma das potências do hip-hop nacional e um mano de Moçambique querer fazer participação no som dos moleques aqui, das meninas do *slam* virem pesado, menina que nunca escreveu, que nunca participou e escrever um slam a nível de disputa nacional mesmo, “tá” ligado? Então, a direção, ela serve para isso, para manter os rumos do movimento, para levar o movimento para fazer outros movimentos também, porque senão vira só colar na batalha, curtir e sair fora. Aí a gente trouxe isso “oh galera, a gente vai distribuir cesta, mas a gente está marcando com a molecada de ir conhecer os movimentos que estão distribuindo com a gente”. Que é o Movimento de Mulheres Camponesas, MMC, o Movimento Sem Terra, a molecada vai lá tirar mandioca lá da terra. E vai lá conhecer o trabalho das mulheres lá que rodam o dia inteiro coletando alimento na roça para trazer aqui para as quebradas que estão passando necessidade. A gente faz essa ponte, para molecada crescer no movimento, que tem uma molecada muito nova aqui, crescer no movimento sabendo que não é algo aleatório, que o hip-hop é uma força política e que o rap é um, mesma coisa que um fuzil na mão. Que o moleque da quebrada ele vai seguir o que o *rapper* falar, ele não vai seguir o que o presidente fala.

ENTREVISTADOR: Sim. Eu tenho duas perguntas e depois uma só para gente encerrar, mas eu já estou acabando “tá”? Se tiver te incomodando também e você precisar fazer outra coisa também você me fala que a gente interrompe, depois a gente retoma se for o caso, tranquilo?

TIAGO: De boa mano, “tá” suave.

ENTREVISTADOR: Ah, então beleza. Bom, uma coisa que eu fiquei pensando aqui enquanto você estava falando é que o movimento Hip-hop de maneira geral, ele é um movimento assim, historicamente tem uma forma de agir que é um pouco transgressora da lei e você que é um cara rodado também nos movimentos sociais, já passou por dois mil e treze, Passe Livre e tudo... a gente sabe que os movimentos, de forma geral, tem um pouquinho de desobediência civil neles, assim, esse caráter de, às vezes, enfrentar a própria lei. E o movimento hip-hop tendo essa característica, eu queria saber um pouquinho da sua opinião assim, o quê que você pensa a respeito desse negócio de transgredir a lei como forma até de ação política. Como é que você enxerga esse essa ferramenta, você acha que isso é válido? Não é? Isso aparece nas discussões de vocês também? Até onde pode ir o que não deveria ser feito, vocês discutem sobre isso?

TIAGO: Sim, a gente discute, porque como eu falei, o medo nosso de qualquer revolta sem direção ela... no Brasil essa é uma previsão que algumas pessoas fazem e a (nome) faz e

algumas pessoas da minha corrente política também.[Vai acontecer, a periferia está sufocada e a cada dia mais, então vão ter revoltas e vão transgredir a lei muito mais do que é hoje. Hoje a gente é muito pacífico, historicamente os movimentos no Brasil, são muito pacíficos. E assim, a gente discute. Para causar qualquer tipo de mudança na sociedade, isso historicamente também, tem que ter a transgressão da lei, principalmente quando quem faz as nossas leis são um monte de velhos brancos, ricos, de classe alta, que não faz leis para beneficiar favelado, que a Constituição não é cumprida. Então a gente não se beneficia das leis que estão escrita, quando as leis elas não são acolhedoras, quando as pessoas não se sentem parte de uma sociedade, ela não vai seguir, elas não vão seguir as leis dessa sociedade. Elas não vão se reconhecer nessas leis, não vão ver como obrigação seguir essas leis. Então a lei ela nos movimentos, e no movimento hip-hop, ela é transgredida quando as pessoas não têm mais recurso, igual eu falei, aqui nós somos muito pacíficos ainda, extremamente pacíficos.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: A gente teve, faz em média cento e trinta anos que a gente saiu da escravidão institucional, a gente teve quase trinta anos de ditadura, o nosso povo ainda é escravo, nossas mães ainda são trabalhadoras domésticas em regime de escravidão e a gente faz protesto nas músicas, nos movimentos, mas somos bem pacíficos ainda. A gente vai cantar uma música, corre o risco de tomar um tiro no palco igual o “Daleste” tomou. A gente corre risco. A gente é que... só não me mataram aqui naquele dia, porque eles fizeram o mesmo procedimento do George Floyd, mesmo procedimento que pisaram no pescoço da mulher em São Paulo, de sufocar mesmo. Então, essas leis, são para quem? Um cara branco no mesmo dia não quis entregar o documento da polícia e não aconteceu nada com ele.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Então elas são transgredidas, porque elas não são cumpridas, elas não são cumpridas nem pelo Estado. A partir do momento que um moleque de periferia, que é um moleque de periferia, não tem seus recursos, casa, um trabalho digno, moradia, acesso à educação, acesso...

ENTREVISTADOR: Deu uma falhada aqui...

TIAGO: Eu falei, a partir do momento que as pessoas de periferia, dos movimentos, uma mulher de periferia, um moleque de periferia não têm seus direitos garantidos, eles vão fazer o quê? Estão passando fome... então a luta dos movimentos de periferia ela é uma luta pela vida. E isso às vezes passa por transgredir algumas leis, só que até para isso precisa ter estratégia. Até para transgredir a lei tem que ter um objetivo, tem que ter uma estratégia, não é só chegar “ah vou fazer isso e pronto”, esse é o medo, porque quando não tem estratégia passa a ser uma coisa que não vai dar resultado e o resultado que a gente vê é só o massacre do nosso povo. Por isso que é importante os movimentos se organizarem, os movimentos levarem o estudo também das leis, dos direitos para a periferia e é importante a gente também fazer, a gente estimular na periferia também, que é que a periferia participe da política. Porque as leis só vão parar de ser transgredidas quando elas forem escritas por pessoas de periferia, por pessoas que passam necessidade e conhece as coisas.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Então é isso, até a transgressão da lei ela tem que ter, senão não acontece nenhuma mudança, não aconteceu nenhuma mudança no mundo seguindo corretamente as leis criadas pela burguesia. Nem a burguesia segue, então a gente vai sim continuar transgredindo o que for necessário para libertar o nosso povo e para denunciar o que a gente passa e para acabar com esse sistema capitalista, machista, LGBTfóbico, patriarcal que massacra a gente todo dia.

É justamente a frase: “é vida ou morte”. Quando a gente da periferia vai fazer alguma coisa, alguma manifestação, quando vai fazer qualquer movimento para protestar, não é só um debate político, é um debate da nossa vida, tem a ver com as nossas emoções, com a nossa vivência, com o nosso dia a dia e com o que a gente passa de escravidão e perseguição, de massacre.

ENTREVISTADOR: Sim. Acabou que você falou aí e eu pensei em mais uma pergunta. Então, eu queria saber se você acredita na possibilidade de revolução, no sentido de superação do capitalismo. Você acha isso possível de alguma maneira? No contexto brasileiro...

TIAGO: Cara, eu acho possível. Eu não acho possível a curto nem a médio prazo. Eu acho que vai acontecer, tenho certeza que vai acontecer. Mas antes a gente vai passar por vários processos, hoje a única coisa boa que eu tiro disso e tudo de dois mil e treze é que muita gente de periferia que não tinha um debate político passou a ter, passou a pensar, debater, algumas pessoas que foram na ideia da burguesia que tomou as pautas. Elas foram debater política e algumas foram para o lado da defesa mesmo da periferia, algumas reconheceram erros, outras entraram em coletivos, a gente teve uma mudança na esquerda, na esquerda no geral quanto a isso. Porque até nos partidos, nos movimentos de esquerda, quem chegava normalmente no poder era quem tinha mais... aos cargos de poder era quem já tinha mais acesso, quem tinha acesso à internet, quem já tem um carro para ir em reunião. Hoje a periferia reivindica isso quando a periferia entra em um movimento ou em um partido, a periferia fala “não mano, eu quero lançar candidatura, eu quero debater esse ‘bagui’, eu quero influenciar, eu quero estar em um cargo, eu quero votar”. Então há uma juventude periférica e movimentos periféricos, indígenas, que sempre teve, mas hoje tem a cada dia mais ido para o enfrentamento junto com outros coletivos e entre eles mesmo, se unindo mais. O movimento negro está bem mais unido do que antes, mesmo tendo as divergências, vários debates. Os movimentos de periferia, do hip-hop, por mais que tenham uma galera, como um “vacilão” que foi lá no Faustão, como o Hungria, falar que chegou lá porque não fazia protesto, tem esses “vacilão” no hip-hop mas ele passou a ser mais ativo politicamente de novo. Porque sempre foi muito forte no Brasil, muito mais que nos Estados Unidos, mas deu uma amenizada com o tempo tal, e agora passou a ser mais militante mesmo de novo, a Velha Guarda voltando a fazer os debates, participando. E eu vejo possibilidades reais, nessa geração vem já com a vontade de saber, de participar e o capitalismo percebeu isso. Esse momento que a gente passa hoje é justamente porque eles sabem que a periferia está tentando se organizar de uma forma que eles não viam há muito tempo. E eles querem explorar ao máximo sem que a gente se organize, porque por isso que está tendo as perseguições, hoje posta alguma coisa na internet, você corre o risco de ser preso. Foi denunciado porque foi... a Polícia Federal chamou um cara porque ele postou um negócio no Facebook “tá” ligado? Então eu acho que é isso, superar o capitalismo é uma coisa que vai acontecer, mas eu acho que a gente e até uma autocrítica de nós dos movimentos de esquerda, os partidos de esquerda, a gente está muito atrasado. A periferia ouve quem está permanentemente do lado, todos os dias. E a gente tem que estar fazendo debate político, às vezes a gente vai na emoção de ajudar, porque a gente faz isso porque a gente ama, porque a gente é de periferia, porque a gente só está em um partido porque entende que a periferia tem que estar nesse espaço para levar políticas que sejam para o nosso povo. A gente muitas vez faz as ações e faz a luta, mas a gente fala pouco dessa importância de debater a política, de estar nos partido, de estar dentro dos movimentos. Então eu acho que o momento agora é da gente preparar essas novas gerações para um patamar mais, não é nem mais ativo, é um patamar diferente na luta contra o capitalismo. A gente já entendeu que não tem acordo com a burguesia. A burguesia, quando quer dar o golpe, e eles têm todas as máquinas. Então a gente tem que se unir, unir a periferia para lutar e eu acredito que a gente precisa, nem sei se é bom

falar isso pela internet, mas e falo a gente precisa de pensar também de preparar essa galera para uma revolução armada algum dia.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: O capitalismo mata a gente com arma, o capitalismo não mata a gente com carinho, com debate político. Mata a gente de fome, mata a gente de trabalhar doze, treze horas por dia. Então a gente tem que preparar uma nova geração militante sabendo quem são os inimigos. E isso é importante, mas que vai acontecer, vai. Eu acho que primeiro vai acontecer um levante negro de periferia e provavelmente sem muita direção política e infelizmente vai ser um massacre. E o capitalismo não deixa... os burgueses, mercado internacional, os empresários não deixam nada que vá ameaçar o poder deles. Mas eu acredito na ditadura do proletariado, na ditadura dos trabalhadores e trabalhadoras de periferia. E uma que eu e a (nome) debatemos muito é que o momento hoje é a gente também pensar na questão de trabalho. Porque a revolução ela parte também por mudar a relação de trabalho, mudar como a gente é explorado no trabalho e como a gente produz porque a gente não é dono. Eu acredito muito em cooperativas, eu acho que a gente, os movimentos e os partidos de esquerda têm que fortalecer cooperativas. Ao invés da galera trabalhar com o Uber ou para esses aplicativos, ter uma ajuda para formar suas próprias cooperativas regionais, de periferia, cooperativas de música, de estudos comunitários, esses cursinhos populares, cooperativas de confecção, de tudo que tiver de cooperativa. E que seja um modelo de trabalho que as pessoas trabalhem e que recebam pelo que elas produzem e o justo, dividido igual para todo mundo, não o que é hoje no capitalismo que vai o dinheiro todo para mesma galera que está aí desde sempre explorando a gente e ficando cada dia mais milionário.

ENTREVISTADOR: Saquei. Cara, outra coisa que eu estava pensando aqui, vocês trabalham muito com juventude, principalmente uma juventude de homens. Lógico que o movimento de vocês também tem participação feminina e tal, mas o movimento hip-hop tradicional é um movimento que aproxima de rapazes, os caras mais novos. E aí você estava falando aí dessa formação que a periferia está tomando consciência, ela está pressionada. E aí eu fiquei pensando como que o discurso, assim, um discurso de esquerda pode convencer esse jovem e a gente, e não cair por exemplo... que ao mesmo tempo que existe essa consciência por parte de você e de outras pessoas de trazer esse jovem para uma consciência política, eu imagino que tenha também toda uma galera que é seduzida pelo discurso tipo assim, igual Hungria, da ostentação, de se você batalhar você vai ficar rico sozinho e tal. E também até também um certo incentivo ao machismo também “ah porque tratar a mulher igual um lixo mesmo é...” enfim, essas coisas de masculinidade. Como é que vocês fazem para trazer esse jovem para perto de vocês e que ele não vá para esse outro lado, sacou?

TIAGO: Então, hoje e desde quando eu cheguei aqui esse é o maior desafio na batalha. Porque as meninas sempre fazem muita coisa, sempre estão na frente das organizações, de tudo, só que acabam ficando sempre vistas como coadjuvantes. E os espaços do hip-hop são muito machistas ainda, são bem LGBTfóbicos. Isso não é do hip-hop, é da sociedade. E a gente luta contra. A gente fala que a luta contra o capitalismo. A luta contra o capitalismo não é uma luta só contra o capitalismo, ela é uma luta contra as opressões no mesmo nível. Então uma luta não é maior que a outra. E no movimento a gente vai trocando ideia mesmo com a galera e falando da importância de combater essas opressões. Esse processo é muito mais lento do que organizar batalha, fazer outras coisas e é um processo que exige paciência, mas também exige criar espaços que as “mina” também podem, que se sintam à vontade, se sintam acolhidas. A gente conseguiu que a batalha participasse de atividades LGBT, de movimentos, para conhecer um pouco, foi a primeira vez em Valadares que participou dos piqueniques

culturais e sem ser LGBTfóbico que é um desafio para molecada, que vivem todo dia com essas piadinhas, com o machismo que desde criança é implantado na periferia e as meninas conseguiram, a (nomes) conseguiram fazer um sarau só de “mina”, o Sarau das Mana, e aí era só mulher, desde a organização até cuidar do som, fazer as rima, fazer poesia, fazer tudo. São espaços que têm que ser incentivados e construídos, espaços só de mulheres para elas se sentirem acolhidas, mas tipo assim, como é uma construção da sociedade, isso tem que ser uma coisa permanente nos movimentos. Isso... inclusive a gente debate com a galera que não adianta a gente ser contra o racismo e ser machista, ser LGBTfóbico...

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: E também a postura nas músicas, a galera, às vezes, fica com raiva que eu vejo um som e falo “mano isso aí não tá legal não mano”, não rola não... a (nome) dá um salve também. Mas esses dias teve a batalha de São Pedro, os “mano” foram machista e aí a gente, o (nome), as “mina” já cobrou na hora... é bom isso também. As “mina” não tem que educar a gente, a gente que tem que parar, buscar a consciência e parar com isso “né” “mano”? E passar a não ser aceitar as piadinhas, essas coisas e com o tempo a galera vai pegando, vai falando “oh não posso falar isso...ou, isso aqui não é legal!” teve na batalha o “mano”... o apresentador falou “oh, ô galera a gente tá num movimento que faz a luta, mas não adianta a gente fazer a luta pela periferia e ser machista, ser LGBTfóbico e tal. Então prestar atenção aí e ‘pah’”. Eu como juiz eu não voto, não dou ponto quando tem isso. Porque a gente tem que deixar bem nítido, bem explícito isso. Porque o capitalismo ele faz um movimento de fazer, de injetar grana em letras que não tenha protesto, de injetar grana em letras que tenha conteúdo que objetifica a mulher porque dá “ibope”. Que dá para fazer comercial, dá patrocínio e mantém o machismo que... letras que fazem piadinhas LGBTs, então eles investem grana nisso, investem na ostentação para criar ilusão que todo mundo pode ficar rico e a gente sabe que não é assim, que eles não querem que a periferia fique rica. A gente luta contra uma máquina muito potente, mas tem que ser permanente esse debate, e a gente tem também nos partidos de esquerda, nos movimentos de esquerda, quem é homem tem que entender que é privilegiado “mano”, porque nossas figuras públicas a maioria são homens, homens brancos, “tá” ligado? E os movimentos, movimento negro, movimento de mulheres, LGBT, têm cobrado bastante isso e eu acho que cada dia mais tem que cobrar e não aceitar mesmo, falar “isso é inegociável”. Tem que ser de igual para igual e senão não é para ninguém. É difícil. São espaços que reproduzem a sociedade. Não eram para ser, mas são. Então a gente tem que construir uma nova geração política que coloque no mesmo patamar a luta antirracista, a luta antimachismo, anti LGBTfobia, antigordofobia e anticapitalista que coloca tudo igual. Desafio grande “mano”, tanto que eu falei.

ENTREVISTADOR: É.

TIAGO: Tanto que a gente já fala já buscando alternativas.

ENTREVISTADOR: Sim, sim.

TIAGO: Vê que editais que tem para movimentos beneficia muito homens e tal, a gente tem que bater de frente com isso também e a cada dia mais homens, da gente homem, quando tiver uma mulher no debate, quando tiver uma mulher para aparecer a gente sai, a gente sai de canto “mano”, eu acho que é inegociável tipo, todo homem é machista, “tá” ligado? A gente herda mesmo, então pelo menos nesses espaços a gente tem que ter a consciência que já tem muito, “mano”, de nós. Então sai, deixa uma “mina”, “mano”. Se a “mina” tiver preparada ou não a gente sai e vai preparando, sai de cena mesmo e larga o osso do machismo e “vamo que vamo”. Eu penso que, a princípio, criar espaços que tenha só mulheres é melhor para as menina, porque tipo, chegar já numa batalha que tem um monte de homem, sofrer machismo é traumatizante. E nas batalhas, no geral, a gente tem que cobrar mesmo, se o “mano” falar

alguma coisa, se foi machista, se foi LGBTfóbico, a gente chegar trocar ideia depois, falar não é legal isso e tal e levar os debates também “né”. Não adianta a gente cobrar a galera e pedir para galera procurar na internet, que a internet ela vai ter uma informação, mas ela tem que conversar, participar dos debates que a gente participa também. Não adianta pegar num espaço político, que em um partido a gente debate isso, nos movimentos a gente debate e chegar na periferia e a gente só cobrar a galera que não tem esse debate.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: E o debate que eles têm é machista, do pai batendo na mãe, do pai que pega todo mundo e vai para o boteco beber e a mãe fica e casa cuidando dos filhos... É isso que a galera vive na periferia. E nos movimentos a gente tem que mostrar que dá para ser diferente sem ser menos homem, dá para ser diferente sem ser gay e se for também tudo bem, que a gente está junto, que a gente luta junto e que tem que respeitar todo mundo. Por mais que seja demorado para galera mudar isso, tem uma questão muito de aceitação, tipo, a galera está num lugar que todo mundo faz piada LGBTfóbica, todo mundo é machista, até a pessoa mudar isso e começar cobrar é um tempo, já tem pessoas no Deck que fazem isso. Que até mudou conteúdo de letra porque a gente trocou ideia, a (nome) apontou uma coisa na letra e eu falei, aí o moleque falou “mano fala para ela que desculpa aí que da próxima...” tipo, aí ele começou perguntar como que é o debate e aí a gente vai trocando ideia.

ENTREVISTADOR: Cara, agora só para gerente terminar, a última pergunta. Todo mundo que milita de alguma maneira em movimento social tem que dividir muitas vezes a vida pessoal com o trabalho, com a militância e tal e isso de alguma maneira às vezes chega a ser até uma barreira para pessoa continuar na militância, assim, ter que conciliar esse monte de coisa. Às vezes não vê o resultado da atuação, ou a necessidade bate pesado e a pessoa tem que largar e tal. E aí eu queria saber como é que você administra isso, e se você de alguma maneira pretende algum dia se afastar e cuidar mais de um aspecto do que de outro, ou se você pretende o resto da sua vida conciliar isso tudo e se dedicar para sempre assim, a uma militância ativa mesmo, mais pesada.

TIAGO: Então, a vida do militante de periferia ela é muito mais difícil do que da maioria da militância=, porque a maioria da militância partidária, até de esquerda hoje, ela é mais do centro e tal. Ela é mais, que tem mais condições de ter esse tempo, não é?

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: A periferia ela teve um, até a construção do PT, foi muito periferia, foi um fervor, mas mesmo, assim ,as figuras públicas que eu te falei, quem foi, quem ia evoluindo no partido eram as pessoas que já tinha melhores condições para ter um tempo para fazer essas coisas.

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Porque a gente, até isso é tirado da gente, a possibilidade da gente se tornar figuras públicas e defender nosso povo. Porque tem épocas que a gente ou milita ou come. E a gente não tem como ficar saindo da quebrada para ir fazer reunião no centro, para ir militar sempre e normalmente militantes de periferia deixam o sonho de entrar em uma faculdade, de ter uma profissão, deixa meio de canto e quando acorda já está... tipo, está bem atrasado nesse processo, “tá” ligado? E isso hoje, dentro dos partidos de esquerda, a gente já tem uma outra visão, a gente não vai só ficar “tramando” e ficar para trás no “rolê”, a gente está exigindo cargo mesmo. Está exigindo a grana para financiar projeto, é claro que também é uma luta, todo movimento tem a luta interna, a gente não está nem perto do nível que tem que estar, mas eu acho que se os movimentos, os partidos de esquerda, eles querem fazer algum tipo de revolução. O foco tem que ser criar condições para periferia militar e para periferia às vezes, quando é preciso, ter liberação, ser profissionalizada e se tem que fazer um vídeo, fazer, ver

que a periferia está fazendo, se tem que comprar alguma coisa, comprar para a periferia e tem que parar de colocar só gente do centro e classe média nos cargos de poder e vai receber grana, “tá” ligado?

ENTREVISTADOR: Sim.

TIAGO: Acho que passa por isso, por não ter condições de sobrevivência impede a pessoa de militar também. Tem pessoas muito “foda” que eu conheço que parou de militar e foi “trampar” no “trampo” comum, parou de cantar rima, parou de cantar *rap*, parou de fazer grafite, parou de dançar, tem muita, principalmente mulher, mulher preta de periferia “mano”. O tanto de militantes “foda” que a gente tem e perde e por não ter como foco mesmo “tá” ligado? Eu acho que qualquer revolução ela só vai ter um adiante quando essas pessoas tiverem condições de militar. O capitalismo ele já faz a gente trabalhar demais para não ter tempo de pensar, de estudar ou de militar. Então as organizações elas têm que dar um pouco de condição para essa galera. Mas deixei, deixei sonho de faculdade, fui deixando, fui focando na militância que era necessário, sim, a luta é extremamente necessária. Mas a gente percebe com o tempo que as pessoas do centro, as pessoas que têm um pouco mais de grana já, apesar de serem nossos aliados, de estar na luta junto com a gente, elas se dedicam, acabam se dedicando menos porque pensam mais na vida pessoal. E como para gente é uma questão de vida ou morte a luta, a gente deixa a vida pessoal um pouco de lado. Hoje eu estou fazendo uma faculdade EAD, mas todas as outras pessoas que eu conheço que tinham um pouco mais de condição já têm mestrado, doutorado, já tem um monte de coisa. Eu não tenho grana para estudar, não tenho grana para militar, não tenho grana para comer, não tem transporte. Eu tenho uma moto com trinta anos, com a ajuda de outras pessoas ainda, “tá” ligado? Você pode ser inteligente, o engenheiro... tudo que você for, o capitalismo, quando você é da periferia, tem poucas chances de evoluir, e no movimento é isso que eu falei, se o movimento deixar essas pessoas de periferia, militâncias que recebem para militar, vai estar fora do processo da revolução.

ENTREVISTADOR: Saquei. Vou interromper a gravação aqui para te agradecer.

ENTREVISTA n. 16 (VALÉRIA) – 23/03/2021

COLETIVOS: Encrespa

ENTREVISTADOR: Bom, vamos começar a nossa entrevista aqui, toda vez que a gente tiver alguma menção ao seu nome ou alguma coisa assim, isso vai ser suprimido na hora da transcrição, “ok” Valéria? E aí eu queria te perguntar se você está ciente dos termos do “TCLE”, do Termo de Conhecimento Livre Esclarecido, se você leu direitinho, se você concorda em realizar a entrevista.

VALÉRIA: Sim, estou ciente, concordo.

ENTREVISTADOR: Então “tá” beleza. Como eu já passei para você também na leitura do termo, essa é uma pesquisa que trata de investigar a ação política de pessoas que têm ligação com coletivo, no contexto da cidade de Governador Valadares. E aí eu queria conversar um pouquinho com você sobre a sua atuação em movimentos sociais e especialmente nos coletivos, mas a gente pode começar com você falando um pouquinho sobre você assim, de qual cidade você é? Como é que você chegou em Governador Valadares e o quê que você faz aqui atualmente?

VALÉRIA: “Tá” bom, meu nome é Valéria, eu sou natural de Juiz de Fora, é minha formação foi toda lá e eu vim para Governador Valadares porque eu passei aqui, eu fiz PISM na época, assim, é uma história longa, mas aí foi o único lugar que eu achava que dava para eu ter com a nota do “PISM 1” que eu tinha, e aí a nota de corte na época era bem mais baixa. E aí eu tirei nota boa, dos outros, e consegui é jogar para cá, aí eu passei.

ENTREVISTADOR: Então sua...

VALÉRIA: Aí é isso... Tem mais coisa? Você quer eu fale mais o que?

ENTREVISTADOR: Sua ligação com Valadares então começa com o vestibular, você passou aqui no curso de Direito?

VALÉRIA: “Ah”... é muito mais coisa que você me perguntou. Eu acho que a gente está com *delay*, não é?

ENTREVISTADOR: Estamos, será que se a gente desligar a câmera melhora um pouco? Deixa eu ver, você me ouve bem agora? Fala comigo, deixa eu ver.

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Vamos ver se a gente fala sem *delay*...

VALÉRIA: Melhorou.

ENTREVISTADOR: Acho que sim, a gente tem que ver a questão do *delay*, só.

VALÉRIA: É, está...

ENTREVISTADOR: Você está me ouvindo assim, simultaneamente?

VALÉRIA: Estou, acho que agora foi.

ENTREVISTADOR: Então acho que é melhor a gente fazer assim, não é?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Beleza. Então você estava falando que você veio para cá no vestibular, que foi uma escolha baseada na sua pontuação. Aqui onde você passou. Você fez o curso de direito não é?

VALÉRIA: Isso.

ENTREVISTADOR: E depois... Você já formou agora ?

VALÉRIA: Não.

ENTREVISTADOR: Você não está formada ainda não?

VALÉRIA: Não.

ENTREVISTADOR: Ah entendi. Mas você está nos últimos períodos? Como é que é?

VALÉRIA: Estou. É porque eu atrasei, eu tomei pau e eu atrasei, eu vou entrar no próximo período agora que é praticamente só TCC, eu vou fazer TCC e Prática Civil. Mas é meu último período esse que vai terminar em setembro, se não me engano.

ENTREVISTADOR: Entendi. E na sua família você foi a primeira pessoa que fez ensino superior ou tem mais gente também?

VALÉRIA: Não, não. A minha mãe tem ensino superior, o meu pai tem ensino superior. Eu tenho dois irmãos mais velhos que também tem ensino superior. É isso.

ENTREVISTADOR: Entendi. Então isso na sua casa, essa questão do ensino superior era algo assim, bastante planejado para vocês assim, e era algo que você tem desde muito tempo?

VALÉRIA: Sim. Porque a minha mãe é professora, o meu pai é professor. A minha mãe é da área de Educação, ela já dava aula para faculdades lá em Juiz de Fora, chegou a dar aula para UFJF. O meu pai é enfermeiro de formação, mas ele é também da área de educação. Então o ensino superior assim, sempre foi algo, a maior questão. A minha mãe e o meu pai, a preocupação deles na verdade era que a gente estudasse, eu e a minha irmã. Estudasse em escolas boas desde sempre, para poder conseguir passar na universidade pública.

ENTREVISTADOR: Sim, bacana. E Valéria, atualmente você está envolvida com alguma questão política? Com algum movimento estudantil ou partidário ou de coletivo?

VALÉRIA: Sim, é... Eu faço parte da assessoria jurídica da Vereadora (nome) Santos, “né” eu sou uma das coordenadoras também “né”, do coletivo Encrespa, coordenadora e integrante e me considero parte do movimento estudantil porque eu ainda estou na universidade. Mas eu ainda estou, estou mexendo numas documentações assim, para poder me filiar ao PT.

ENTREVISTADOR: E durante, durante a sua trajetória na faculdade... eu me lembro que você se envolveu no movimento estudantil...

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Você fez parte de que ao longo da faculdade? Além do diretório acadêmico? Quê mais que você se envolveu ao longo da faculdade?

VALÉRIA: Nossa, eu acho que assim, formalmente, eu só fui representação discente do curso de Direito. Mas é eu nunca fui do DCE, por exemplo.

ENTREVISTADOR: Entendi.

VALÉRIA: Eu nunca compus chapa... Mentira, eu acho que eu já compus chapa uma vez, mas a nossa chapa perdeu. Mas eu sempre, assim, me considerei uma pessoa muito, muito ciente e consciente nas pautas do movimento estudantil. Tanto é que eu participava muito das assembleias que tinham é... na, porque eu entrei em dois mil e quinze, e em dois mil e quinze a gente teve uma série de questões, teve greve...

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: A gente pegou greve, então a gente pegou “PEC241” que depois virou “55” e corte de gastos. A gente pegou Dilma, impeachment, Temer, golpe, enfim. A gente pegou bastante coisa, então foi bem movimentado e eu lembro que eu estava assim, muito ativa, muito participativa também com o movimento estudantil.

ENTREVISTADOR: Sim. E antes de você participar do movimento estudantil aqui em “Gevê” você já tinha alguma atuação política em Juiz de Fora que é a sua cidade natal? Você já se interessava por política, de alguma maneira?

VALÉRIA: Eu acho que já, porque isso é uma coisa que eu falei também no evento que a gente teve semana passada. Que a minha formação assim, a minha iniciação, digamos, no movimento social e na [inaudível] no movimento social, ela vem muito por causa da minha mãe e do meu pai. O meu pai não é brasileiro, o meu pai ele é de um país da África, que chama Guiné-Bissau, e meu pai já tinha uma atuação política em Guiné-Bissau, meu pai lutou

no golpe que teve lá. Acho que não foi independência, mas foi um golpe militar que teve em Guiné. E depois ele veio para o Brasil. E a minha mãe muito, muito consciente, assim, a minha mãe... Na verdade, a minha inserção no movimento social ela se dá por causa da pauta racial e por causa do meu pai e da minha mãe. A minha mãe é professora, ela é formada em Ciências Sociais, mas ela tem mestrado em História e doutorado na área de educação.

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: Ela estuda clubes sociais negros.

ENTREVISTADOR: Olha só.

VALÉRIA: Então assim, isso sempre como.... clube sociais negros como espaço de formação e etc... Mas isso sempre foi uma pauta lá em casa.

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: Desigualdade racial, desigualdade de classe, governos, assim... acho que sempre, mesmo que eu não entendesse na época, hoje essas coisas fazem muito sentido. A minha mãe me levou, quando ela fez doutorado, a gente não estava morando em Juiz de Fora. Ela fez doutorado na Universidade Federal do Ceará, mas ela levava eu e a minha irmã para vários lugares e hoje a gente lembra, a gente fala “nossa, caraca”. Então, naquela época a gente foi em um quilombo, nossa, então a gente foi em um terreiro. Nossa, a gente foi isso... E a gente tem fases, assim, e eventos que hoje eu participo e às vezes eu organizo. Então assim, isso é algo que foi muito natural, acho que eu não teria ido para outro caminho, digamos assim, porque é algo muito latente.

ENTREVISTADOR: Sim, bacana. Eu ia te perguntar exatamente isso, como que foi o seu interesse pela atuação política, mas pelo visto vem de berço. Você já nasceu em um lar onde as pessoas, seus pais eram muito engajados, não é?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: E eu imagino que eles sejam pessoas de esquerda.

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: E você também... Você se considera de esquerda?

VALÉRIA: Sim, me considero de esquerda, muito.

ENTREVISTADOR: Por que, Valéria?

VALÉRIA: Nossa, é uma pergunta que parece fácil de responder, mas eu... Que a questão racial que assim, sem querer colocar uma por cima da outra, mas a questão racial para mim e como ela é tratada e o que eu acredito a forma que eu acredito que a gente deve lidar com isso, ela só é abarcada pela esquerda. A direita e seus ideais e suas formas de perceber a sociedade e os dilemas da sociedade, ela não abarca os problemas que eu trago. A sociedade ela... Quando isso acontece, ela não tem a solução que a gente acha que devia ter, muito pelo contrário, é um processo assim de individualização e de, como é que eu posso dizer? “Desresponsabilização” do Estado, se é que a gente pode dizer assim... E eu não acredito nisso. Eu acredito em uma relação mais estreita, não sei se a gente pode dizer assim, mas mais responsável entre sociedade e Estado. E que, como é que eu posso dizer... que o Estado tenha atribuições com as pessoas, não... eu não acredito nessa forma livre, liberal, de entender as relações, assim, como se as coisas não tivessem consequência. Como se as ações não tivessem consequências. Então isso tem custo, você acreditar nisso, nesse processo de direita e liberal, isso tem custo. Eu não posso... eu não posso pautar a questão racial e achar que a direita vai conseguir dar conta disso. Porque como eu disse, a gente está falando da vida das pessoas. Eu estou falando de falta de política pública, eu estou falando de falta de, assim, de uma série de coisas que levam as pessoas a morrerem, cotidianamente. E pessoas negras. Então, assim, eu não vejo um caminho diferente disso.

ENTREVISTADOR: Não, está ótimo... Deixa eu só te fazer uma interrupção e perguntar, esse barulho de construção que está aqui na minha casa está te atrapalhando? No ambiente?

VALÉRIA: Não, não estou ouvindo.

ENTREVISTADOR: Então beleza. Então só retomando aqui, você estava falando sobre o porquê de você se reconhecer como uma subjetividade de esquerda... e eu percebo na sua fala, você falou que você estava fazendo uma relação entre a questão racial e a questão de classe. Da importância de como você se reconhece em um discurso de esquerda mais representado por essas questões. E aí eu te pergunto, você acha que na sua vida, o seu interesse político ele veio, ele foi despertado primeiro por uma questão racial ou mais por uma questão de classe ou de injustiça social, assim, de maneira mais geral ou mais... Ele veio primeiro por uma questão racial na sua vida?

VALÉRIA: Racial.

ENTREVISTADOR: Racial vem primeiro?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Entendi. Beleza. Bom e aí durante a faculdade então você foi se aproximando do movimento estudantil, você citou aí diversas situações que a gente estava passando e que teve protestos. Você poderia falar um pouquinho mais sobre quais você participou? Dessas ao longo da trajetória. Você já participou das ocupações estudantis também que tiveram, por exemplo?

VALÉRIA: Sim. Particpei na escola Arabela.

ENTREVISTADOR: Como é que era lá, Valéria?

VALÉRIA: Então eu...

ENTREVISTADOR: Como é que foi essa experiência?

VALÉRIA: Foi assim, foi bem importante. Porque eu agora, eu vou até pedir a sua ajuda, eu não lembro se teve a ocupação na Arabela e depois as manifestações para Brasília, que a gente foi para Brasília.

ENTREVISTADOR: Eu acho que foi isso... As manifestações, seu eu não me engano, foram depois mesmo.

VALÉRIA: Foram? Entendi.

ENTREVISTADOR: Elas já foram no finalzinho, se eu não me engano, eu também não lembro exatamente, mas parece que foi.

VALÉRIA: Eu tenho que ver isso para poder te responder melhor, mas as ocupações na Arabela ... deixa eu pensar.... foi muito intere..

ENTREVISTADOR: Isso, movimento secundarista...

VALÉRIA: Movimento secundarista? Isso. Foi muito interessante ver o pessoal do movimento secundarista junto com a gente. Foi muito, muito... Os alunos estavam nas escolas e ficaram lá. Isso foi "PEC", isso foi "PEC241" não é?

ENTREVISTADOR: Foi.

VALÉRIA: Não é?

ENTREVISTADOR: Na verdade, pelo que eu me lembro do contexto, tinha a questão da PEC do congelamento de gastos. E aliado a isso tinha também uma discussão da reforma do currículo do Ensino Médio, então tinha toda aquela discussão de tirar as disciplinas de Sociologia, Filosofia e também parece que com a reforma, a própria PEC do congelamento implicava em diminuição dos recursos para educação. Então eu acho, na minha lembrança da época, esses assuntos estavam interconectados.

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: E eu queria saber como é que foi esse contato do movimento estudantil da universidade do qual você fazia parte, com o movimento secundarista. Como é que vocês ficaram sabendo? Quem incentivou vocês a irem lá participar? Como é que foi isso assim?

VALÉRIA: Nossa, Murilo, eu não vou lembrar. Mas eu não sei assim, vou jogar um pepino na sua mão. Eu não sei se você conhece o (nome).

ENTREVISTADOR: Conheço.

VALÉRIA: Eu não sei se ele está na sua lista de entrevistados, mas o (nome) vai saber responder isso melhor, porque o (nome) está... [inaudível] Mas isso... porque isso eu não lembro. Eu lembro que assim, a gente estava na época, tinha uma série de manifestações e gente estava.... Ah sim, porque a Universidade entrou em greve, não foi?

ENTREVISTADOR: Isso.

VALÉRIA: A gente estava pelo menos em um período para poder forçar todo mundo, corpo discente, corpo docente, TAE, a entrar em greve. E aí paralelo a isso, as escolas estavam sendo ocupadas, então eu lembro que na época uma das justificativas que a gente usou para convencer o pessoal que a gente não ia assim, ficar parado, era que a gente estava parando a universidade e a gente ia fazer ações nas escolas que estavam sendo ocupadas. Então eu acho que havia uma certa comunicação entre esses seguimentos assim, universidade, movimento estudantil, movimento secundarista. Porque é a área de Educação que estava sendo afetada, e assim, a gente tinha questões em comum, apesar de a universidade ser é diferente. Mas o assunto era o mesmo, estava tocando na educação e corte de gastos. Aluno de escola pública sabe, assim, eles tinham bem consciência até. Então a gente chegou a fazer algumas ações nas escolas e eu fui bastante, eu lembro que eu fui, acho que eu cheguei a fazer sala, tinham eventos assim, depois foi diminuindo. Teve alguns problemas na Arabela, o pessoal no final estava indo, não estava ficando todo mundo... A escola estava ficando desprotegida, tinha gente assaltada e tudo mais. Acho que eles chegaram a ser assaltados um dia lá.

ENTREVISTADOR: O pessoal que ocupou?

VALÉRIA: É, isso. E aí depois parou, teve que parar.

ENTREVISTADOR: Entendi. E como é que eram essas ações que você participou? O que você fazia assim, o que rolou lá? Eram “aulões”? Como é que era, você lembra?

VALÉRIA: Eram tipo aulões, mas era uma coisa mais dinâmica. Assim, a gente tinha contato com os meninos e a gente... eles eram muito conscientes na época. A gente tentava estabelecer um diálogo com eles e desenvolver atividades. Então, assim, eu acho que eu fiz algumas falas sobre questão de gênero, sobre questão racial junto com eles. Tipo uma roda de conversa mesmo, tinham atividades culturais tipo música, eu lembro que a (nome), uma menina da Medicina, ela tocou violino lá para o pessoal. A (nome) esteve lá também, a gente fez várias atividades nesse sentido assim, mas também promovendo debate com eles. Para não ficar tipo, a gente está aqui ocupando a escola e depois esquecer o motivo de estar ocupando a escola. E fazer aquilo é... algo também produtivo. Porque não é só parar, é parar por um motivo e fortalecer, a gente chegou até a fazer algumas reuniões lá no Arabela. Tinha reunião com o pessoal do próprio movimento estudantil.

ENTREVISTADOR: Mas aí você lembra se essas escolhas dos “aulões” assim, e os temas, se isso tinha uma coordenação por trás ou isso era decidido mais ou menos assim, de forma mais fluida sabe, sem muito direcionamento? Como é que era? Vai... nós vamos escolher a Valéria para falar lá, por exemplo... Como é que era esse processo de escolha? Você tinha alguma função em algum movimento específico e aí esse movimento estava ditando quem iria, ou não? Como é que era essa escolha?

VALÉRIA: Não. Eu não tinha uma função específica, essa função específica, vamos dizer, ela acontece mais agora, no coletivo Encrespa, que eu me aproximei mais das meninas e a gente está montando a coordenação. Então em algumas atividades a gente se reúne e tudo mais, mas antes, eu acho que assim, tinham as pessoas que eram mais cabeça e eu estava próxima a elas, porque eu estava no movimento e quando a gente conversava sobre as atividades, eu me prontificava para desenvolver debates com os meninos, mas não por eu estar encabeçando alguma parte, não, não lembro disso não.

ENTREVISTADOR: E o (nome) era do DCE, você sabe?

VALÉRIA: Não, não era do DCE. Na época quem era do DCE eram (nomes). O (nome) é do Direito da UFJF e a (nome) da Medicina daqui é...

ENTREVISTADOR: Então essa participação de vocês assim, nessas ocupações, elas não vinham propriamente de uma função que vocês exerciam no DCE não, era mais daquele ativismo de greves?

VALÉRIA: É.

ENTREVISTADOR: Então era uma, posso dizer que era uma coisa mais ou menos espontânea, quem ia surgindo como destaque, como cabeça que você falou, ia sugerindo, era mais ou menos?

VALÉRIA: É, eu lembro que teve uma assembleia “super”... “Super” tensa, que o pessoal da medicina não queria, assim, porque a (nome), você vai tirar os nomes, não vai?

ENTREVISTADOR: Sim. Não vai aparecer nome nenhum.

VALÉRIA: A (nome) ela é da Medicina e tal e a gente “tretou”, a gente brigou porque ela estava empacando o... Na minha visão, ela estava empacando o negócio, assim, e uma visão muito... Na época eu era favorável à greve, na época eu era muito favorável à greve e briguei com todo mundo que falava que não era. Ela era do DCE e acho que ela estava sendo assim, sendo “super” parcial, entre aspas, em induzir as coisas para não ter greve e a gente ficou “não gente, não é assim” e a gente ficou do lado do pessoal que era a favor da greve e aí... Eu nem lembro porque que comecei a falar isso... acho que eu me perdi. Isso, porque depois a gente chegou a ter uma aliança. Mas eu lembro que eu tive falas nessa assembleia específica... Que aí você falou meio que de lideranças que iam surgindo, eu lembro que eu tive falas assim, nessa assembleia, que o pessoal achou legal, na época eu nem lembro o que eu falei. Hoje eu nem lembro o que eu falei. Mas eu acho que eu tive uma participação bem ativa em relação a isso, devo... Acho que na época eu encabecei assim algumas ações. Mas mais por espontânea vontade, não por uma organização sistemática.

ENTREVISTADOR: Entendi. E olhando para trás, hoje em dia, você consegue fazer um balanço desses dias aí de... Você foi também lá em Brasília depois?

VALÉRIA: Fui.

ENTREVISTADOR: Então antes de falar isso você podia contar isso... E lá, como é que foi? Como é que foi essa ida a Brasília também? Você lembra quem organizou? Como é que surgiu a ideia? O que vocês foram fazer lá?

[trecho suprimido]¹⁵⁴

VALÉRIA: Aí a gente subiu a escada da rodoviária assim e o pessoal xingando a gente de vagabundo na rodoviária, do Plano Piloto.

ENTREVISTADOR: Nossa mãe.

¹⁵⁴ No trecho em questão, a entrevistada contou detalhes da ida do movimento estudantil à Brasília, o que envolve personagens próximos à mesma. A participante pediu para que o trecho fosse considerado “em off”, como não transcrito, durante a gravação.

VALÉRIA: Foi doido. Mas, assim, eu não sei se eu respondi a sua pergunta, mas eu lembro que na época eu fiquei chocada assim, fiquei triste, abalada, pensei “meu Deus o quê que vai acontecer com meu país”. Mas eu falei assim cara, foi a primeira vez que posso dizer que eu tive contato com violência policial. Eu já estava com vinte anos na época eu acho e não tinha nem perspectiva disso acontecer de novo. A não ser que eu continuasse participando assim, das manifestações e tudo mais. Então assim, eu acho que apesar da nossa... isso tem muitas camadas, mas assim, apesar da nossa, de estarmos ali reivindicando as coisas eu tenho quase certeza que a maior parte dos alunos de Direito e Medicina também nunca presenciaram algo parecido com aquilo. E assim, então a tinha uma série de dicas para poder... não levar mochila, é... uma série de coisas. Acho que foi pouco tempo depois da (nome), aquela menina que ficou cega de um olho, porque lá em São Paulo... Não sei se você lembra disso, tinha umas manifestações em São Paulo e aí teve uma estudante que levou uma bala de borracha no olho, o vidro... ela estava de óculos, o vidro quebrou e ela ficou cega.

ENTREVISTADOR: Lembro.

VALÉRIA: E o pessoal falou para gente daquele olho, o pessoal falou para gente, deu um monte de dica. Então assim, a gente estava amparado, tinha advogado, a gente não precisou ter contato com eles, mas o pessoal tinha advogados... Então assim, a gente estava muito amparado, sabe? E muito, muito, digamos assim, “privilegiadinhos”. Porque a gente estava, vou me incluir nisso também, a gente estava no apartamento do (nome) então acho que podia dar errado, mas não era nada tão errado assim. Podia ter dado... até morrer

ENTREVISTADOR: Entendi. Mas nessa época aí, depois que passou esse protesto e tal, você ainda participou de mais algum tipo de ação direta em Valadares? Teve aqueles protestos, primeiro do “EleNão”, depois se eu não me engano teve também aquele “15M” que era contra os cortes na educação... Eu presumo que você estava presente também neles.

VALÉRIA: Sim, sim... Eu estava.

ENTREVISTADOR: E...

VALÉRIA: E isso até... pode falar...

ENTREVISTADOR: Pode falar... Vá lá, o que você ia falar?

VALÉRIA: Não... falei que eu ia até olhar aqui, eu acho que eu postei uma foto no Instagram, que aí tem data.

VALÉRIA: É melhor, mais fácil de lembrar. Mas pode falar.

ENTREVISTADOR: Não, e aí eu ia te perguntar se a sua participação política inicialmente, pelo que eu estou entendendo “né”, então ela era assim, mais difusa no movimento estudantil, mas sem propriamente pertencer a um cargo, ou a um órgão específico, embora você mesmo tenha comentado aí que você chegou a fazer parte do DA... e, mas ela era mais difusa, assim, e nessas ocasiões em que trabalhava com ação direta? Pelo que eu estou entendendo... É isso? Posso falar isso?

VALÉRIA: Sim, sim.

ENTREVISTADOR: Beleza... E aí como foi a sua ligação com o coletivo do qual você faz parte hoje, que é o Encrespa, em que momento você começou a ter contato com as meninas participar dele?

VALÉRIA: Então, assim que eu cheguei em Governador Valadares, que foi em dois mil e quinze, acho que... Eu lembro que logo depois disso teve um evento no Nelson Mandela, na Biblioteca e era um Sarau de Poesia do Coletivo Encrespa, e aí eu fui. E ali eu vi (nome), vi (nome), acho que (nome), não sei se (nome) estava, mas tinha algumas pessoas assim, que hoje fazem parte da coordenação. E ali eu já falei “nó, pô que massa né”, porque assim... Governador Valadares é uma cidade bem conservadora e tudo mais, e apesar da Universidade

ser um espaço de pessoas que são parecidas comigo, eu sempre fui a única negra retinta, nos espaços em que eu estive. Apesar de que eu tinha, eu tenho amigos negros, a minha sala tem a (nomes), acho que são umas quatro pessoas negras da turma, eu acho que entre eles, a questão racial para mim sempre foi, assim, já é algo que eu falava bem antes e eu acho que eu enfrentava mais também. E tanto é que assim, a (nomes) foram iniciadas nesse processo de descobrimento da inserção da questão racial no dia a dia acho que comigo. O (nome) não sei, não sei tanto. Mas existe uma carência, quando você é negro e quando você estuda a questão racial, de estar com pessoas que são parecidas com você.

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: É, e aí eu lembro que eu fui, nossa eu achei massa, porque eu me sentia muito sozinha na faculdade, é, apesar dos amigos que hoje a gente tem. A gente é bem parecido ideologicamente falando, isso demorou um tempo. E ainda assim, mas eu lembro que na época eu achei muito interessante e aí a gente esteve junto uma outra vez? Sim, nós fomos para o... ai meu Deus, teve um evento em “Beagá” só de pessoas negras, esqueci o nome... Acho que é o “Encrespa de Beagá”, alguma coisa assim. Que a gente foi, e aí eu fui com o Coletivo, eu (nome), (nome), (nome) e várias pessoas. E aí a gente já se conhecia. Depois dali a gente afastou um pouco, apesar de que eu sempre me encontrava com a (nome) nesses setores assim, sociais, digamos. Nós já dividimos falas juntas... Eu já cheguei para fazer fala e a (nome) estava lá. E assim, quando as pessoas me chamavam para falar as coisas aqui em “Gevê”, eu até hoje, eu nunca me acho a pessoa ideal para falar sobre a realidade racial, sobre a questão racial aqui em “Gevê”, porque eu não sou daqui. Eu acho que a (nome) é uma pessoa melhor para falar sobre isso, a própria (nome), a (nome) e tantas outras. Só que... E aí assim, a gente sempre se encontrava, o pessoal às vezes já tinha chamado ela, às vezes queria um olhar mais jurídico da coisa, se é que a gente pode dizer assim, e aí eu ia. E aí assim, a gente se conhecia, mas eu nunca participei ativamente do Coletivo Encrespa, eu estava no grupo do Whatsapp, via algumas coisas, mas eu acho que elas ficaram também um tempo em *stand by* assim, elas pararam, pessoal dispersou... Criança, casamento, pessoal, e tudo mais... e aí agora com o mandato da (nome), nós voltamos e aí a (nome)... Como a (nome) também faz parte da assessoria, mas a gente atua, não enquanto assessoria, mas a gente atua enquanto, enquanto civil mesmo, pessoas comuns, não associadas ao mandato. Se é que tem como fazer essa distinção. Mas, assim, aí a (nome) me chamou para compor a assessoria da (nome).

ENTREVISTADOR: Então, inicialmente, o encontro, a relação que você tinha com elas e com o coletivo era uma proximidade, assim, que você obteve participando de falas em comum, mas você não tinha o papel que você tem hoje, isso é mais recente então pelo que você comentou.

VALÉRIA: É... Sim.

ENTREVISTADOR: Hoje em...

VALÉRIA: Mas eu acho que de algum...

ENTREVISTADOR: Pode falar...

VALÉRIA: Mas, assim, eu nem estou falando isso para me gabar não, mas eu acho que de alguma forma as pessoas sempre me viram como alguma liderança, assim, apesar de eu falar em público, mas eu rejeito um pouco assim essa imagem, mas eu acho que de alguma forma as pessoas sempre me viram como liderança e eu não sei se eu ajo assim também não... Não sei se dá para pôr nesses termos, mas isso talvez possa justificar a minha atuação em alguns lugares, não sei se essa informação é importante.

ENTREVISTADOR: Não, tudo é importante para mim, mesmo que eu não tiver conseguindo raciocinar na hora, depois vai ser importante também tudo.

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Mas o que eu queria ainda te perguntar, Valéria, também ainda nesse ponto, é agora que você tem um papel mais ativo no coletivo e tal, você poderia descrever assim, quê que é sua função atualmente e como que funciona essa divisão de funções dentro do coletivo? Assim, tem uma estrutura de organização em termos de quem é presidente, tem divisão de tarefas? Tem algum tipo de hierarquia entre vocês?

VALÉRIA: Sem divisão de tarefa assim, como é que eu posso dizer... Secretário, tesoureiro... Isso não, mas por exemplo, é eu acho que não existe uma hierarquia, mas existe alguém que acaba direcionando a gente algumas vezes, apesar de que é uma construção muito coletiva, sabe, mas a (nome) é uma pessoa que, que encabeça a nossa organização. A gente não tem nomes para atuações, nós somos todas assim, organizadoras coordenadoras. Por exemplo, porque o coletivo o Encrespa, Murilo, ficou muito tempo parado, muito tempo parado. As meninas estão voltando agora, agora assim, dois mil e vinte e um mesmo. Que, se eu não me engano, desde dois mil e sei lá o quê, dois mil e dezessete, dois mil e dezoito, elas pararam. Elas tinham ações, elas foram chamadas, acho que até hoje, são chamadas muito para ir em escola, mas depois veio pandemia e tudo mais, todas aquelas coisas que eu te falei. E aí acho que elas pararam. Talvez, futuramente, talvez exista uma divisão mais certa, mais taxativa. Mas, por enquanto, não. Por enquanto, assim, por exemplo, a gente se reuniu ontem à noite, a coordenação do...

ENTREVISTADOR: Do Encrespa.

VALÉRIA: Do coletivo, é. E aí quais eram as questões? O que a gente vai fazer? A gente vai fazer um encontro para poder chamar o pessoal do grupão para gente poder ter uma relação mais intimista e aí começar a movimentar o Instagram, fazer *live* uma vez por mês. E aí quem vai fazer *live*? Ah pode ser a Valéria, pode ser a (nome), pode ser... sabe? Então assim, está mais assim.

ENTREVISTADOR: Então os membros mais ativos, ou ‘membras’, são as chamadas coordenadoras?

VALÉRIA: É.

ENTREVISTADOR: E aí tem um “grupão” no WhatsApp de pessoas simpatizantes e tal, mas que não estão participando diretamente do planejamento dessas ações, é isso?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Entendi.

VALÉRIA: Exatamente.

ENTREVISTADOR: E parece que essa é uma estrutura dos coletivos em geral...

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Você tem pessoas que estão mais à frente e um tanto de gente que gosta, que participa quando tem uma convocação mais direta assim, mas sempre tem um grupinho que é o cabeça, me parece. Não sei se você tem essa impressão também.

VALÉRIA: Sim,.

ENTREVISTADOR: E aí no Encrespa é você, a (nome), a (nome) e mais quem que você comentou? Atualmente como coordenadoras.

VALÉRIA: Eu, Eu, (nomes)... a (nome) não está aqui em “Gevê” não, mas as meninas falam nela sempre, acho que ela foi uma das fundadoras.

ENTREVISTADOR: Entendi. Aí esse papel das fundadoras também traduz em um certo, não sei se a palavra seria prestígio, mas em responsabilidades maiores também para quem é fundador tem uma participação mais efetiva? Você acha?

VALÉRIA: Se tem mais, maior responsabilidade?

ENTREVISTADOR: É, assim... Se tem uma, não sei qual seria a palavra, mas se tem uma moral maior de participar das decisões do coletivo, se isso interfere e alguma maneira, o fato de ser fundadora ou não, você acha?

VALÉRIA: Como assim? Tipo... Não sei se eu estou entendendo.

ENTREVISTADOR: Vou refazer a pergunta. É, você acha que as pessoas que ajudaram a fundar, elas continuam com determinados, com um prestígio, com um papel de escutar mais ou essas coisas vão sendo é, não tem muito peso no caso do Encrespa assim, o fato de, às vezes a pessoa é fundadora mas depois não se envolve mais, fica numa participação mais distante mesmo, como é que funciona no caso do Encrespa”

VALÉRIA: Não, eu acho que essas pessoas acabam... Elas acabam, como é que eu posso dizer, tem uma moral a mais sim, mas eu acho que é...

ENTREVISTADOR: Pelo fato de ser...

VALÉRIA: É, pelo fato de serem fundadoras, organizadoras.

ENTREVISTADOR: Mas nem todo mundo que é fundador está participando ativamente agora nesse momento, que você falou...

VALÉRIA: É...

ENTREVISTADOR: Entendi... Não, beleza, o que eu ia te falar... E como que vocês financiam as ações do coletivo, Valéria? Tem alguma fonte de financiamento?

VALÉRIA: Não. Assim, agora não. Antes eu não sei como que as meninas funcionavam, mas por exemplo, como a gente não está fazendo nada nenhum tipo de ação externa, também não demanda capital, não demanda grana. Pelo menos inicialmente, a gente chama as pessoas para falarem, para fazerem debates com a gente, mas assim, tudo na camaradagem mesmo. Ninguém...

ENTREVISTADOR: Ainda mais...

VALÉRIA: Isso é até uma preocupação.

ENTREVISTADOR: Em tempos de... Não, pode falar, eu estou te cortando, desculpa.

VALÉRIA: Não, imagina.

ENTREVISTADOR: Você ia falar que é uma preocupação...

VALÉRIA: Sim, sim. Assim, a (nome) falou isso ontem, na verdade quem falou foi a (nome), da gente começar assim, a pensar futuramente em darmos minicursos sobre questão racial e tal. Que assim, a gente estava pontuando que tem muita gente na internet ganhando grana para falar coisa óbvia ou ganhando grana em cima do trabalho de outras pessoas assim, entre aspas, por assim dizer.

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: Personalidades negras. Que, na verdade, elas não estão entre aspas produzindo nada. Que na verdade elas falam da pauta racial, mas, na verdade, elas estão, assim, fazendo “publi”. Ganhando dinheiro em cima daquilo, sem necessariamente estudar aquilo. Aí na reunião ela falou isso.

ENTREVISTADOR: Sem nenhum tipo de preocupação efetiva com o social, assim, mais surfando na onda, não é?

VALÉRIA: Pode falar.

ENTREVISTADOR: Não, só estou complementando o que você está falando, se é isso mesmo.

VALÉRIA: É. surfando na onda... E aí a (nome) falou isso, que era para a gente começar a pensar nessas coisas e tal, mas é algo mais futuro, uma capacitação para fazer com as pessoas do próprio coletivo, do grupo grande. E aí eu acho que isso entra na questão da moral do prestígio maior que as pessoas que coordenam possam ter.

ENTREVISTADOR: Entendi.

VALÉRIA: Por que? Eu, eu sou meio assim... No início da faculdade eu acho que nem tanto, mas agora eu fiquei mais sistemática com algumas coisas e eu acho que isso é um ponto positivo, quando a (nome) falou para gente fazer alguma capacitação com o pessoal do grupão, que é algo assim, que seria gratuito, que seria, assim, encontros mensais para gente poder debater a questão racial. Eu falei “gente, acho isso muito interessante, mas eu acho que a gente não pode só chegar lá e falar”, só falar como se assim, ai vamos debater, como se fosse algo assim, é... livre. É livre, mas existem algumas coisas que a gente precisa ter entendido e já solidificado para gente não deixar brecha, no estudo da questão racial por exemplo. É, e isso me preocupa e eu acho que o prestígio talvez possa vir daí, de um embasamento também. Mas de um embasamento teórico, crítico que essas pessoas talvez tenham a mais, por diversos fatores, condições materiais e sei lá, capital cultural, pai, mãe... Às vezes não estudou, mas tem pai e mãe muito ativos, não sei. Por esses fatores que essas pessoas podem se destacar assim, porque isso é importante, porque a questão do Coletivo Encrespa, que a (nome) fala muito e (nome) fala muito, é que a gente faz muito papel de movimento negro educador, movimento social educador. Mas fazer isso é, implica também muita responsabilidade sobre o que nós estamos passando paras pessoas. Então isso também passa por uma capacitação antes nossa, que assim, eu, eu Valéria, eu sou muito chata com isso assim. Eu não vou para um grupo de estudo para debater questão racial, para ficar só debatendo e ficar em achismo, “ah porque comigo é assim”, que... não, está, tudo bem, mas existem coisas que a gente não pode negar, a gente não pode cair em discursos superficiais sobre as coisas, então tem assuntos, por exemplo, que para mim são muito sensíveis e que eu não encontrei ainda nenhum material assim, teórico, que me satisfizesse, que é, por exemplo, o colorismo. Eu acho que quando a gente conversa sobre colorismo, existe uma cilada muito grande da gente cair, por exemplo, na armadilha de achar que assim, de fazer uma, uma tabelinha do preto, e ficar apontando o dedo para outra pessoa e falando “ah fulano não é tão preto” “ah mas o cabelo, o nariz, ah mas a boca”. Então, assim, eu acho que isso é muito perigoso, e exige estudo.

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: E aí, assim, talvez nesses espaços esse estudo que seja algo que me preocupa e que preocupa a (nome), porque quando eu falei sobre isso ela também demonstrou preocupação, assim, como a (nome) e tudo mais. E talvez isso seja um dos fatores que possa contribuir para essa moral, não sei.

ENTREVISTADOR: Não, eu entendi. Bacana, mas você acha que esse é um problema de, não sei se dos movimentos sociais ou mais, ou do engajamento político atual, essa falta de profundidade do modo como as pessoas discutem certas questões identitárias, isso te incomoda?

VALÉRIA: Sim, muito, sim. Mas eu não sei também, Murilo, eu fico num dilema muito grande de estar sendo, assim, como que eu posso dizer, “academicista” demais, sabe?

ENTREVISTADOR: Entendi...

VALÉRIA: Isso é uma coisa que as pessoas me taxam assim às vezes Acho que isso é até racista de se fazer, mas assim, isso é algo que me preocupa. Eu vejo postura de pessoas e eu vejo ausência de um estudo mais aprofundado sobre as coisas. E eu acho que isso é muito prejudicial para agente. Porque a gente cai em um discurso que é muito parecido e que, na verdade, está muito mais associado ao discurso que a gente é contra. Eu não estou falando que o estudo vai resolver todos os problemas de todas as pessoas, você precisa ler esse livro aqui que você vai... não. Não é isso, mas eu acho que existe uma formação teórica que é necessária para a gente discutir algumas coisas que avançar. Existe assim, algumas coisas para

mim já estão solidificadas, mais o certo, e existe o que a gente não pode ceder. Que a gente não pode cair. Existem debates teóricos? E isso não é um problema em si, mas a ausência de profundidade nos assuntos sim, e isso, sim.

ENTREVISTADOR: E é engraçado, você estava falando essa questão do colorismo é algo que não é consenso nem entre pessoas que são assim, grandes influenciadores, como a Djamila, por exemplo, e outros mais. Isso me parece, não sei se você compartilha dessa impressão, mas que mesmo no âmbito acadêmico isso é algo mal resolvido no Brasil hoje em dia ainda não é?

VALÉRIA: Sim, eu também acho. Eu também acho...

ENTREVISTADOR: Sim. Valéria, e aí pelo que você estava me falando, as ações do coletivo Encrespa, elas são mais no sentido de transformação educacional. E você podia falar um pouquinho mais assim, quais são, o quê que o coletivo trata, quais são as pautas o foco de ação do coletivo Encrespa?

VALÉRIA: “Ih”, Murilo...

ENTREVISTADOR: Oi, está me ouvindo?

VALÉRIA: Não, é porque falhou. A sua pergunta é qual o foco de ação do Coletivo Encrespa?

ENTREVISTADOR: Isso, quais são os principais objetivos assim, o que querem passar com as ações...

VALÉRIA: Então, é... Isso, isso foi até uma questão que a gente comentou ontem. Porque a (nome) fala muito sobre movimento, sobre o Coletivo Encrespa como movimento educador, mas a (nome) perguntou assim “tá, então a gente vai ser um coletivo que só vai em escola?” Aí a gente ficou assim “nossa.... calma”. Porque eu acho que existe um papel, não que seja problemático, muito pelo contrário, eu sou vassoura de escola, adoro a minha escola, mas eu acho que é uma provocação nesse sentido assim, qual é o papel? A gente pode ir além disso. Então, assim, existe um papel formador, e ir em escolas só em novembro? Só no dia? Então assim, acho que existe um papel formador, mas também, a (nome) pontuou ontem e que eu concordei, e a gente tem ambições assim, de ser um coletivo também pesquisador, que produz dados sobre a população negra em Governador Valadares, ou na região do Médio Rio Doce, entendeu? Se é que a gente pode dizer assim. Então assim, eu acho que isso é uma coisa que está latente e em voga, mas o foco do coletivo, como é que eu posso dizer, chegar nas pessoas através da educação, através das escolas. Mas isso também é muito amplo, não é só em escola.

ENTREVISTADOR: E, assim, eu já conheço um pouco da ação do coletivo, mas só para você reforçar, então são, pelo próprio nome, são questões ligadas à reconfiguração dos padrões estéticos, de empoderamento, é um pouco nesse sentido a atuação?

VALÉRIA: Sim, também. Na verdade, e eu acho que isso foi uma fase, isso foi outra. Olha aí que doideira, que bom que eu fui na reunião ontem, que eu quase não fui. Isso é algo...

ENTREVISTADOR: E que bom que eu te perguntei... mas vai lá.

VALÉRIA: Porque ontem eu estava enrolada terminando prova de Filosofia do Direito, mas enfim. Foi uma coisa que a (nome) falou ontem, ela falou assim, Murilo, me perdi, o que você falou?

ENTREVISTADOR: Eu estava te perguntando se o foco deles é essa questão do empoderamento, da reconfiguração...

VALÉRIA: isso...

ENTREVISTADOR: ... dos padrões...

VALÉRIA: Isso, e aí ela falou assim que na verdade o Encrespa surgiu como movimento das mulheres negras assumirem seu cabelo, seus cabelos, e que isso na verdade foi uma fase,

porque não é só, depois elas descobriram que não é só uma questão estética, de assim, porque eu quero ser eu mesma sozinha e livre.

VALÉRIA: E que tinha uma questão racial, e digamos que assim, evoluiu. Evoluiu. Então não é só, não é... Houve o empoderamento, houve a questão estética, houve a questão de discutir o cabelo, mas isso evoluiu, isso não é mais assim o foco central do coletivo. Tanto é que a gente faz falas diversas, a gente fala sobre, sei lá, sobre a questão racial de forma geral e mais ampla, mas não necessariamente sobre, única e exclusivamente sobre cabelo, sobre estética e empoderamento. Eu acho que isso foi uma fase muito importante para formar as organizadoras, aí eu não me incluo, porque eu sou de uma outra época, mas isso foi importante para unir (nomes) e o pessoal lá, para poder se assumirem e depois perceberem “ah está, bem, não é meramente estético, existe o, existe outras coisas que tangenciam isso, esse assunto e tudo mais”.

ENTREVISTADOR: Entendi, então.

VALÉRIA: Não sei se eu te respondi.

ENTREVISTADOR: Então hoje parece que ele está focado em questões raciais diversas e não só nessa perspectiva da questão estética individual?

VALÉRIA: “Uhum”...

ENTREVISTADOR: Entendi, bacana... Eu não sabia disso também não, foi legal você falar. É, outra coisa... Assim, me parece que, e isso faz parte da minha pesquisa, que de certa forma, essa divisão dos movimentos sociais em questões mais culturais, estéticas, é... promovidas a um, que tem mais um sentido identitário, ela faz parte de um movimento de descolamento das ligações de que esses movimentos e essas pautas estão ligadas também a questão de partido, de partidos políticos ou de pertencimento a uma classe social. Nos últimos anos, como, me parece que ela estava um pouco descolada. E muitas pessoas que se identificavam com esses coletivos e essas outras formas de engajamento político, elas meio que iam justamente porque ali ela não era obrigada a assumir nenhum partido, nenhuma orientação ideológica pré-definida.

VALÉRIA: “Uhum”...

ENTREVISTADOR: Não tinha propriamente um sentido específico daquela atuação política dela que num fosse aquele aspecto compartilhado pelo coletivo. E aí você, no início da sua fala, você falou que você está pensando em se filiar ao PT ou já está providenciando. E aí eu quero saber da sua parte, se você, em algum momento, você tinha essa perspectiva a partidos políticos também e a movimentos sociais tradicionais como sindicatos, ou você nunca teve isso? Você sempre enxergou todos como movimentos sociais que conversam e tal? Você teve isso na sua formação?

VALÉRIA: Ai, Murilo, eu não sei se eu entendi, tipo, você está querendo saber se eu tive esse despertar para atuação política através do coletivo?

ENTREVISTADOR: Não... É porque eu vou a fazer a pergunta de outro jeito, por outros caminhos.

VALÉRIA: Desculpa, eu sou “burra”.

ENTREVISTADOR: Não, é o contrário, eu que faço um negócio muito longo e nem eu sei mesmo o que eu perguntei. Mas, por exemplo, como que é a sua impressão sobre fazer política por meio de partidos? O que você acha disso? Você já se interessou por isso desde sempre? Ou você tinha algum receio de filiar a partido? O que você acha?

VALÉRIA: Então, eu... lá em casa é todo mundo PT...

ENTREVISTADOR: Na sua casa então isso já é... Mas ele são filiados ou não? Só se...

VALÉRIA: Então a minha mãe filiou recentemente, foi final de dois mil e dezenove, eu acho que ela filiou, mas a minha mãe sempre participou de reuniões, a minha mãe tinha um grupo em Juiz de Fora sobre questão racial. Ela era uma das lideranças, depois ao longo do tempo isso foi se reformulando e aí teve, um outro lugar de debate sobre a questão racial em Juiz de Fora e era ela e um outro cara, esse outro cara era filiado, a minha mãe nunca foi, mas a minha mãe sempre esteve assim no PT. Lá em casa eu lembro de ver aquele tipo broche, em formato de estrelinha, estrelinha vermelha e PT, sabe?

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: E sei lá, na época eu não entendia direito, mas lá em casa era cheio disso. Então eu acho que é isso assim, eu não sei, eu não sei... Me pergunta de novo por favor.

ENTREVISTADOR: Se você tem alguma crítica à política partidária, você enxerga algum problema nela? A forma como os partidos se organizam, decidem alguma coisa, você tem algum tipo de crítica em relação a isso? Ou você acha que é “de boa”?

VALÉRIA: Não, eu acho que eu tenho pouco tempo dentro dessa estrutura partidária para poder apontar.

ENTREVISTADOR: Entendi.

VALÉRIA: Fazer alguma crítica. Eu não consigo, eu assim, nesses meses de mandato. Eu acho que eu consigo identificar algumas coisas, mas é muito pouco. Dentro da própria organização assim do partido, do PT, o PT de Governador Valadares, não consigo falar ainda.

ENTREVISTADOR: Sim. Mas você tem pouca experiência então do funcionamento da estrutura partidária?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Mas de modo geral, ao longo da sua vida você sempre foi simpática ao PT?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Até por influência de casa, não é?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: E tem mais, tem mais algum partido que você gosta assim, além do PT?

VALÉRIA: PCdoB.

ENTREVISTADOR: PCdoB?

VALÉRIA: É, e o PSOL também, PSOL também. Mas assim, esses mais de esquerda, mas lá em casa a minha fala do PSOL e do PCdoB assim, que são mais à esquerda sei lá, se é que a gente pode falar assim.

ENTREVISTADOR: Entendi, e a sua preferência por eles é pelo fato deles serem mais de esquerda na sua concepção então?

VALÉRIA: É, é sim.

ENTREVISTADOR: Beleza, Valéria, você consegue me falar se tem alguma diferença, para você, que já fez parte de duas formas de movimento que você está tendo contato agora, entre o movimento estudantil tradicional e os coletivos, você consegue me apontar a diferença assim, entre o movimento estudantil tradicional que eu estou falando é grêmio, diretório acadêmico, DCE... Qual que é a diferença de uma atuação política nesse movimento tradicional e num coletivo racial, por exemplo, do qual você faz parte?

VALÉRIA: Eu acho, deixa eu pensar. Eu acho que o movimento, o movimento estudantil, ele tem algumas limitações, dentro da universidade. Vou reformular, ele tem algumas limitações não por estar dentro da universidade, mas por ser composto por pessoas que às vezes não tem tanto, como é que eu posso dizer, tanto conhecimento sobre as questões sociais, não sei se você me entende. Eu acho que o movimento social é, descolado, digamos assim, do

movimento estudantil, ele tem pessoas que já estão assim, na luta, há mais tempo. O que possibilita para essas pessoas, para gente... Eu com vinte e cinco anos, o que possibilita é para essas pessoas é uma experiência muito maior e inteligência para lidar com as questões políticas. E o movimento estudantil, eu acho ele um pouco ingênuo em alguns momentos, e assim, talvez nem ingênuo seja a palavra. Eu estava lendo algumas coisas sobre o movimento estudantil, e aí você me corrige se eu tiver errada, mas assim, o movimento estudantil tem muito mais, ele tem um papel muito interessante também, só que, eu acho um problema muito grande, o movimento estudantil ele é formado por diversas pessoas de diversas classes sociais. O movimento social ele tem mais... Ele é mais, ele é mais homogêneo sei lá, não sei se essa palavra, nesse sentido, entendeu?

ENTREVISTADOR: Coerente talvez.

VALÉRIA: É, porque o movimento estudantil, ele vai indo muito bem até que um fala “ah meu calendário”, não sei, não sei se você vai entender o que eu estou falando.

ENTREVISTADOR: Entendi, eu estou entendendo.

VALÉRIA: “Ah mas o meu calendário” “ah mas aí vai demorar demais para eu formar” eu acho que existe uma limitação até provocada pela classe social dessas pessoas, que impedem elas, além do tempo, que impedem elas de avançar em alguns quesitos. O tempo que eu falo, assim, do tempo da universidade ser curto “né”, são quatro, cinco, seis anos. Então, assim, é difícil você estabelecer uma continuidade quando você está nesse processo que começa e termina por uns, começa e termina por outros, começa e termina por outros. Diferentemente do movimento social, eu Valéria, enquanto mulher negra, faço parte do movimento social e ligado à questão racial e de gênero e de classe. É, talvez, eu estou com vinte e cinco anos, talvez quando eu tiver com trinta e cinco talvez eu tenha tempo suficiente para ter amadurecido algumas questões dentro do movimento social. Mas isso só se dá porque eu estou no movimento social e não no movimento estudantil. Eu não vou passar dez anos na universidade. Entendeu?

ENTREVISTADOR: Entendi.

VALÉRIA: E aí o que a gente tem? A gente tem pessoas que na maior parte das vezes não conhecem o debate acerca de questões sociais, não estão inseridas acerca de questões raciais, de classe, do papel da universidade, da história local do qual a universidade está inserida. Elas entram até que de muito boa vontade no movimento estudantil, mas com uma ação muito limitada, digamos assim, dando muito bola fora, às vezes. Então acho que o movimento estudantil em algum momento ele acaba sendo mais um convite para você se aprofundar, digamos assim, para você que não é uma pessoa que já teve contato com essas questões. É mais um convite para você se aprofundar e assim, uma chamada de atenção dessas pessoas privilegiadas, do que um processo que, como e que eu posso dizer, que tem estrutura para fazer transformações sociais. Mas ele é importante, eu acho, não sei.

ENTREVISTADOR: Interessantíssimo isso que você está falando. Muito interessante. Estou anotando “horrores” aqui, mas é, que tipo de bola fora você acha que ocorre no movimento estudantil?

VALÉRIA: Nossa, nossa. Eu acho que eu já dei, eu acho que eu já dei, não estou me excluindo não. Mas eu acho que e eu amadureci, eu amadureci o meu discurso, tem coisas que eu falo que eu acreditava e eu não acredito mais, e eu acho que a ação no movimento social ajuda muito. Mas assim, que tipo, que tipo de bola fora...

ENTREVISTADOR: É, comentou aí tipo assim que...

VALÉRIA: Não sei se...

ENTREVISTADOR: Que às vezes as pessoas entram mais como um chamado de atenção assim, que existem questões políticas que atravessam a vida dela, mas assim, não há uma compreensão propriamente das estruturas, pelo que eu entendi do que você falou, e que às vezes por não haver essa compreensão elas dão algumas bolas foras e tal. E você acha que essa bola fora é algo assim, de falta de compreensão das coisas ou você acha que as bolas foras são falta de um comportamento político, que efetivamente promova modificações sociais?

VALÉRIA: Eu acho que é falta de percepção dessas pessoas enquanto pessoas privilegiadas. É... entendeu? E eu acho que quando eu falo bola fora, não é necessariamente uma fala “né”, mas posicionamentos mesmo que você fala, “cara não é isso, não é isso, é a gente deveria ir por outro caminho é, eu acho isso assim”, por estar falando de pessoas em universidades federais a gente não está falando de gente pobre, propriamente dita. A gente está falando com uma classe social até muito específica. É um ou outro que destoa e eu acho que essa apatia digamos assim, política, essas bolas foras elas têm uma razão, elas não acontecem assim por, agora corrigindo, por ingenuidade. Essas pessoas elas não estão preocupadas com o que está acontecendo. Muito pelo contrário, elas não se importam. E essa estrutura que acontece, a estrutura política, a dinâmica política que acontece fora da universidade, para elas não faz muita diferença. Por exemplo, na época que a gente estava lá reivindicando greve, “não... tem que parar, professor tem que parar, é TAE tem que parar, todo mundo tem que parar”. Um dos argumentos levantados assim, por até pessoas da minha sala, igual eu falei, “ah o meu calendário vai atrapalhar e que não sei mais o que”... E que “eu acho que não é bem assim, que a gente está sendo muito radical”... “Uai”, mas espera estamos falando de um problema que vai atingir inclusive a universidade pública federal, mas aí para essas pessoas isso não é importante. Na pior das hipóteses, se faltar sei lá, se o professor ficar sem receber se faltar papel higiênico, se parar de estudar, alguém vai matricular essas pessoas em uma faculdade particular e elas vão seguir a vida delas normalmente.

ENTREVISTADOR: Entendi.

VALÉRIA: Sabe, entende o que eu estou querendo dizer?

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: Não faz, não faz diferença para essas pessoas. E assim, isso para mim é uma grande dificuldade, é uma grande dificuldade, porque são pessoas que até se denominam progressistas e de esquerda. Que tem esse tipo de posicionamento, sabe? Por exemplo, você não pensar nas consequências sei lá, na autonomia do campus que seja, alguma coisa assim, eu acho isso muito problemático e eu acho que isso traz consequências terríveis para UFJF-GV. E inclusive, no que diz respeito a estudo e produção científica mesmo, e retorno para a população local assim, acho que a gente perde muito. E isso já é, na visão de algumas pessoas, uma pauta muito política, que não tem muito a ver. “Uai”, mas como assim não tem muito a ver “né”, como assim não tem muito a ver.

ENTREVISTADOR: Entendi.

VALÉRIA: A gente está falando de uma mudança gigantesca na estrutura de funcionamento da universidade e sobre muita coisa, muita coisa. Então assim, eu penso assim. Eu penso esse viés, não sei.

ENTREVISTADOR: Bacana. E deixa, então assim, na sua fala eu percebo que você acredita que a transformação social ela precisa de um envolvimento direto e constante com as coisas. É isso mesmo?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: E que às vezes o movimento estudantil não tem muito isso, é algo mais é... Sei lá, performático assim, “ah eu me envolvo com o assunto mas sem me comprometer diretamente com uma causa específica”.

VALÉRIA: É.

ENTREVISTADOR: Me envolvo, faço um *post*...

VALÉRIA: Acho que é um pouco disso sim.

ENTREVISTADOR: E não... é só um contexto assim, não estou querendo redizer o que você disse, na verdade o que me importa é o que você disse mesmo, mas é, porque eu estou pensando em uma outra questão. Que é uma questão antiga assim, que a gente discute na ciência política e tal e que talvez você tenha uma percepção sobre isso, você acha que as transformações sociais elas acontecem pela via da reforma, da mudança das instituições, da absorção da transformação das questões em direito e tal? Ou por meio de uma lógica assim, mais revolucionária, da ação direta? Você acha que as transformações acontecem mais por um lado ou mais pelo outro? E qual que você prefere assim, particularmente?

VALÉRIA: É... entre...

ENTREVISTADOR: Revolução e reforma

VALÉRIA: Revolução ... A esquerda radical...

ENTREVISTADOR: Então você tem uma perspectiva revolucionária mesmo, de transformação política?

VALÉRIA: Sim.

ENTREVISTADOR: Você acha importante isso?

VALÉRIA: Sim, eu não acredito num diálogo assim, com a elite, Murilo. Eu tenho muita dificuldade em achar que eles vão ceder o suficiente para a gente, para pessoas como eu, para pessoas negras, para pessoas pobres terem plenitude, digamos assim, para elas conseguirem viver. Eu acho que muito pelo contrário, se existe um estado de coisas que permite com que essa elite lute e tenha a vida boa que eles têm, é justamente essa diferença. Abrir mão disso é abrir mão de tudo que eles têm assim, eles não querem isso, nunca, nunca, nunca quiseram, nunca vão querer... Não existe diálogo com essas pessoas, o que elas querem é diferente do que a gente quer.

ENTREVISTADOR: Bacana. a gente está se encaminhando para o final, Valéria, mas aí eu queria saber é se você tem uma... Tem mais duas perguntinhas só. Se você tem alguma esperança assim, de que as coisas vão melhorar nos próximos tempos, no sentido de esquerda mesmo, se as diversas formas de opressão que existem, sejam as coisas que existem na a essas reformas liberais que acontecem e aos movimentos também de machista, racista, se você acha... Você tem um pensamento de esperança em relação a mudança dessas estruturas no Brasil, para os próximos anos e qual seria a via assim?

VALÉRIA: Nossa, eu sempre me pego assim, pensando, pensando nisso. Ai, eu não sei, Murilo, assim, eu acho que eu tenho uma obrigação de ser otimista. Mas eu acho, eu acho que se acontecer isso vai demandar uma organização muito grande da esquerda, dos movimentos sociais. É e eu só acredito nisso por essa via, pela via popular. No PT, o meu seguimento é “EPS” “né”, Esquerda Popular Socialista. E aí assim, apesar de eu não estar formalmente filiada, mas eu já estou no trâmite com o pessoal e tudo mais, e assim, eu não acho que a gente tem, pelo menos a gente que acredita, a gente que é contrário a essas coisas, a gente tem um dever de ser otimista, porque senão a gente está falando aqui para quê “né”? Estamos dando braçada, dando murro aqui para que? Mas eu acho que talvez daqui a um tempo a gente consiga amadurecer algumas questões e se organizar enquanto esquerda unificada, sei lá, digamos assim. E buscar por transformações sociais, mas eu coloco isso assim, em detrimento

de algumas coisas, tem que abdicar de algumas coisas, a gente tem que se organizar, a gente tem que entender melhor as estruturas, dialogar mais com o pessoal... dialogar mesmo. A esquerda sabe fazer isso, só que eu acho que a gente se perdeu nesse contexto que a gente está aí de, nossa, de Bolsonaro, aí isso é muito triste, isso me deixa muito triste assim, desolada, nossa... Eu não gosto nem de pensar, não tem como não pensar, mas eu não gosto de pensar, mas eu respondi a sua pergunta...

ENTREVISTADOR: Sim, respondeu. Mas você acabou me fazendo pensar numa outra coisa aqui, você estava falando da unificação da esquerda e tal. Qual que é a sua impressão a respeito disso considerando assim, toda a briga no campo de esquerda, as diferenças que existem. Entre os movimentos sociais e alguns partidos? Como que você acha importante essa unificação e em que termos ela poderia acontecer?

VALÉRIA: Nossa, queria saber... Porque eu ia lá tirar da cabeça de quem tinha que tirar. Assim, eu não sei o Murilo, assim, eu acho que eu preciso ler mais para poder entender algumas coisas e entender politicamente mesmo, passos e o quê que aconteceu. Porque, por exemplo, eu não sei se você é simpatizante do Ciro... Eu não tenho estudo, eu não tenho assim, eu não tenho muito fundamento para falar do Ciro, mas a esquerda, por exemplo, as pessoas que eu vejo, eles estão putos com o Ciro, com as coisas que o Ciro está falando... O Ciro chegou a falar recentemente aí que tem que fazer alguma coisa contra o PT, eu esqueci o quê que ele falou. Você sabe o quê que ele falou?

ENTREVISTADOR: Não, não lembro especificamente dessa fala não.

VALÉRIA: Ah ele falou “a gente tem que, a gente tem que dar um jeito no PT” alguma coisa assim, se livrar do PT, é só assim que a gente vai conseguir.

ENTREVISTADOR: Ah tirar o PT do primeiro turno, um negócio assim.

VALÉRIA: É, foi alguma coisa assim, eu sei que eu fiquei assim, mas Ciro, mas acho que a gente vai entrar em outra questão será que o Ciro é de esquerda? Mas assim, voltando, eu acho que me falta mesmo estudo para falar desses passos errados que a esquerda deu. Tem dado por agora, mas eu acho que houve, houve um racha assim, entre o PT e o resto, se é que a gente pode dizer assim. E eu acho que, e eu não sei como fazer, o quê que aconteceu, aonde que foi a falha que, que provocou isso... assim, na verdade, várias coisas, mas não sei, não sei Murilo, não sei te responder, acho que o (nome) responderia isso melhor do que eu.

ENTREVISTADOR: Não, mas está ótimo, o interessante é que você também tem uma percepção assim, que é muito apontada em quem estuda isso hoje em dia, que é um problema de fragmentação da esquerda, assim, você também percebe isso então?

VALÉRIA: Sim, eu percebo. E eu percebo também que talvez eu não sei, eu tive uma pequena discussão com a minha tia, no Natal, que a minha tia é de esquerda, que eu falei que eu ia me filiar ao PT e ela falou que eu tinha que me filiar ao PSOL e eu falei que não, que eu ia me filiar ao PT e aí ela falou “pois é, é por isso” que não sei mais o quê...”. E aí assim, até hoje eu não digeri as coisas que ela falou, porque eu nem acho que ela está errada. Eu falei “gente será que eu realmente devo me filiar ao ‘PSOL’, será que o tempo do ‘PT’ já acabou? Ou será que não é interessante que a gente reformule algumas coisas?”. Porque, assim, a gente não pode negar a contribuição, apesar das coisas erradas, não estou digamos assim, passando pano, mas assim, o PT é o maior partido de esquerda que nós temos no Brasil. E aí assim, o quê que agente faz? A gente abandona? A gente filia a outros partidos?

ENTREVISTADOR: E você sabe falar quais foram as coisas que a sua tia te falou, para você que o PSOL era melhor?

VALÉRIA: “Ah, ah” ela falou assim que o caminho novo agora era o PSOL e que o PT estava muito queimado e coisas tipo, que o PT não abaixa a bola e pontuou... Ela é Lula. Ela é anti Bolsonaro assim, até chata, que é o dia inteiro com negócio de Bolsonaro, contra o

Bolsonaro. Mas assim, ela pontuou assim, que o tempo do PT já tinha passado, que o PT precisava fazer algumas concessões ou que o PT precisava sair de cena, isso ela falou, e dar espaço para partidos como o PSOL, para pessoas como o Boulos. A Manuela Dávila é do PCdoB, não é? É do P..

ENTREVISTADOR: A Manuela é do “PCdoB”.

VALÉRIA: É, para pessoas como Boulos, ela falou da Manuela Dávila, eu não sei nem se ela sabe que a Manuela Dávila não é do PSOL. Mas ela falou assim, a Manuela Dávila e outras figuras importantes, para gente dar espaço para essas figuras aparecerem e não insistir mais em Lula. Mas eu não sei assim, isso não me parece muito, como é que eu posso dizer... eu acho que existe... o PT... o PSOL não ganha eleição no Brasil, não agora, vai demorar. E eu acho que se existe algum partido que consegue o que o que a gente está querendo agora, minimamente, é o PT. Então acho que assim, largar o PT agora é deixar de somar força. Eu acho.

ENTREVISTADOR: Na questão pragmática, para você...

VALÉRIA: É, porque o PSOL não tem condição, a meu ver. Mesmo se a gente, mesmo se a gente, assim, “beleza, eu largo agora, vou filiar ao PSOL e vou fazer propaganda pro PSOL”, não, não tem condição. Porque a figura do PT, assim, a mesma figura que é o demônio para certas pessoas, tem gente que não larga o PT, e não larga o PT, é o PT, entendeu? Não estou falando que essas pessoas não votariam no Boulos, mas que essas pessoas têm uma coisa muito forte ainda. E eu acho que assim, não somar a isso, não lutar e não brigar para... não sei, talvez eu já esteja contaminada, três meses...

ENTREVISTADOR: Não.

VALÉRIA: ... de assessoria e eu já estou assim... PT na veia... Mas assim, talvez a gente largar isso talvez seja algo muito... não acho que seja inteligente. Eu acho que existe assim, digamos, uma dívida, se é que a gente pode fazer, se é que a gente pode dizer que o PT tem assim. A gente...a imagem precisa ser recuperada, foi um trabalho muito sujo assim, e como a gente faz isso? Eu acho que a gente tem condição, mas vai depender talvez desse outros partidos, não sei... mas tem hora que eu acho que não viu Murilo... Eu estou na dúvida ainda, tem hora que eu não consigo vislumbrar.

ENTREVISTADOR: Beleza... Valéria e agora só para gente encerrar, eu queria te perguntar o quê que você pretende fazer assim no, da sua vida, nos seus próximos anos, tanto em termos profissionais, quanto em termos políticos assim. Quais são os seus planos hoje pros próximos anos?

VALÉRIA: Me candidatar à presidência (risos)... Mentira, então, eu comecei agora na assessoria jurídica da (nome), eu estou gostando bastante. Eu acho que, de alguma forma as coisas já estavam, digamos que assim, arrumadas para mim . Sei lá, o destino fez isso. Eu acho que eu tive uma trajetória que me trouxe até onde eu estou... que me trouxe até onde eu estou hoje. Por que eu estou falando isso? Porque eu acho que o meu envolvimento todo com o movimento estudantil e depois de um tempo na própria representação discente com algumas preocupações que eu percebo que eram só da minha gestão, por exemplo, eu acho que isso contribui muito para onde eu estou e agora eu percebo que também fala para onde eu quero ir. Eu não me vejo assim, “concurseira”, só se for assim, algumas coisas bem específicas. Eu pretendo, eu tenho vontade de ser delegada, por exemplo. Mas especialmente na delegacia de mulheres e alguma cargo no Ministério Público. Mas assim, longe de uma promotoria, só se for para fazer o trabalho contrário do Promotor. Mas eu me vejo, eu quero ter. Eu acho, assim, eu preciso de mais tempo, de assessoria com a (nome). Mas eu me vejo assim advogando, eu tenho muita vontade também de seguir carreira acadêmica, mas isso a longo prazo, eu tenho

vontade de fazer mestrado. Talvez eu tente mestrado no meio desse ano, não sei... Mas eu me vejo no campo político, mas com essa atuação assim, de assessoria jurídica, entre aspas, se é que a gente pode reduzir a isso. E nos setores que eu gosto e com as pessoas que são aliadas comigo ideologicamente e tudo mais. E eu acho que é isso.

ENTREVISTADOR: E politicamente é... Você tem intenção de participar candidatando, alguma coisa assim ou mais numa atuação igual você já faz atualmente?

VALÉRIA: Não sei, quem sabe? O pessoal fica falando isso eu fico, “gente não”... Mas assim, o pessoal fala que às vezes eu tenho jeito, mas não sei, não sei se eu tenho jeito, se eu tenho o estômago, o sangue frio para algumas coisas... É, mas também isso é coisa que a gente aprende, não é? Mas quem sabe assim, eu acho que, que eu estou aprendendo muito com a (nome) assim, com o lidar dela nesses espaços. E quem sabe, talvez, se eu for uma força maior, ocupando cargos políticos, tudo bem, tudo bem, é... Eu costumo pensar mais em aonde que eu vou ser mais útil, onde eu vou contribuir mais, aonde eu vou conseguir colocar energia para conseguir transformar. Se é de assessoria jurídica parlamentar de algum deputado grande, ótimo, se isso tiver a ver com “ah eu vou ter que candidatar daqui um tempo, ótimo, entendeu? Não tem problema”...

ENTREVISTADOR: Sim.

VALÉRIA: A gente encara.

ENTREVISTADOR: Beleza, está ótimo, eu vou interromper a gravação aqui rapidinho.

VALÉRIA: Beleza.

ANEXO A – Editorial da Folha de São Paulo de 13/06/2013

Retomar a Paulista

Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo — e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 — abaixo da inflação, é útil assinalar — não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com

isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir — menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

Fonte: Acervo da Folha de São Paulo
Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acesso em 01/02/2021.